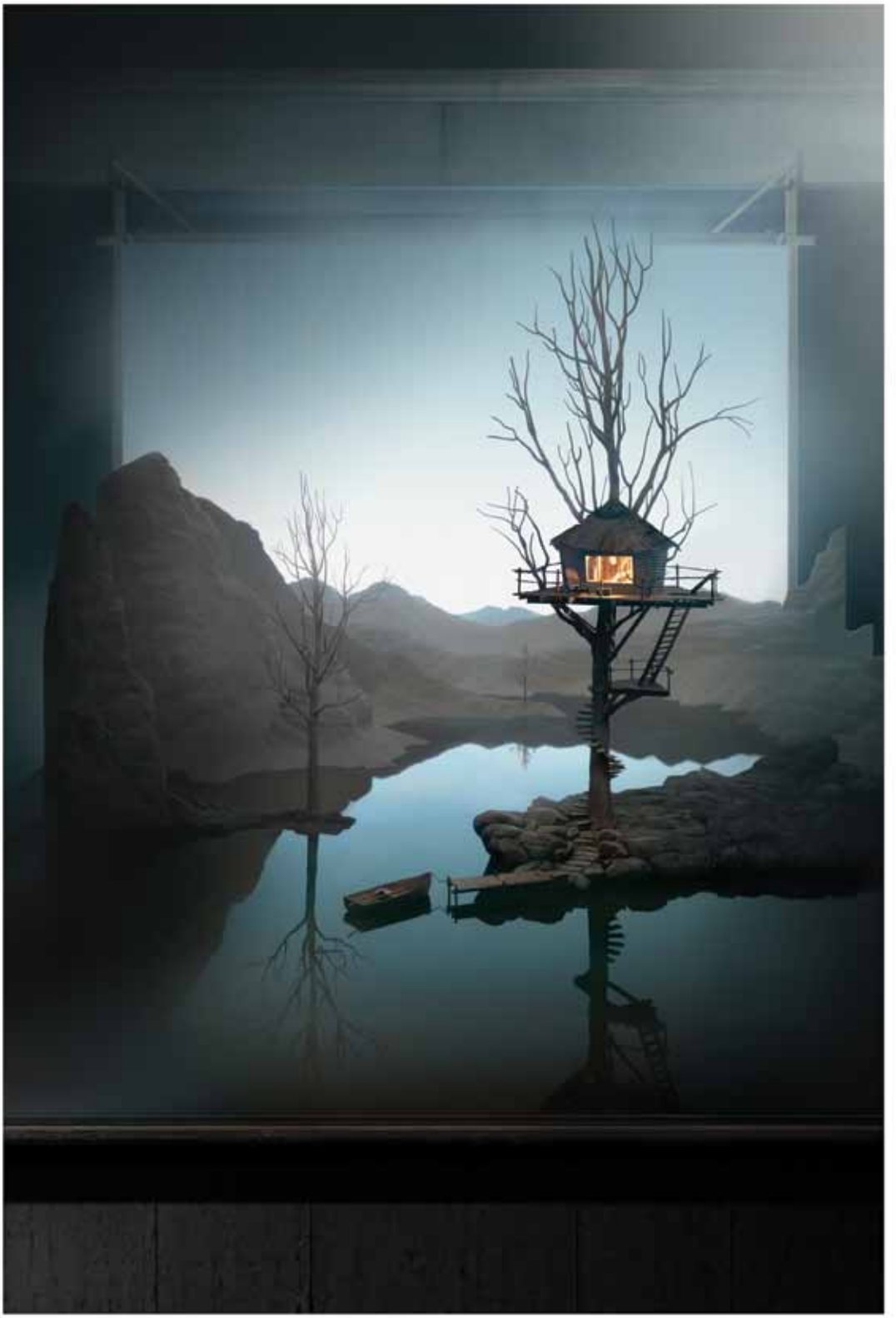
GRUPO BANCO ESPIRITO SANTO



2011
Relatório e Contas

Índice

I Relatório de Gestão

08 Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

11 **1** O Grupo BES

40 **2** Enquadramento Macroeconómico

48 **3** Actividade Comercial

62 **4** Gestão Financeira e Mercado de Capitais

65 **5** Gestão dos Riscos

79 **6** Análise Financeira

88 **7** Demonstrações Financeiras

92 **8** Notas Finais

II Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

102	1	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas
200	2	Anexo - Adopção das Recomendações do *Financial Stability Forum* (FSF) e do *Committee Of European Banking Supervisors* (CEBS) Relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos
202	3	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas
205	4	Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria das Contas Consolidadas e Individuais
208	5	Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas
286	6	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Individuais

III Relatório de Governo da Sociedade

292	0	Declaração de Cumprimento
298	I	Assembleia Geral
301	II	Órgãos de Administração e Fiscalização
326	III	Informação e Auditoria

Principais Indicadores *

	2007	2008	2009	2010	2011
ACTIVIDADE (milhões de euros)					
Activos Totais [1]	93 606	97 882	105 917	104 912	98 589
Activo	68 142	74 244	81 702	83 028	80 237
Crédito a Clientes (bruto)	43 161	48 198	50 531	52 606	51 211
Depósitos de Clientes	23 775	26 387	25 447	30 819	34 206
Recursos Totais de Clientes	55 445	55 698	60 595	55 988	54 383
Core Capital	3 486	3 412	5 232	5 416	6 020
RESULTADOS/RENDIBILIDADE (%)					
Resultado do Exercício (M€)	619,6	419,2	571,7	556,9	-108,8
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	17,0	10,2	11,0	9,4	-0,1
Rendibilidade do Activo (ROA)	1,00	0,59	0,73	0,66	0,00
SOLVABILIDADE (%)					
Rácio Banco de Portugal [2]					
- Total	11,5	11,3	11,2	11,3	10,7
- *TIER I*	7,5	7,1	8,3	8,8	9,4
- *CORE TIER I*	6,6	6,1	8,0	7,9	9,2
LIQUIDEZ (milhões de euros)					
Recursos ou (Aplicações) líquidos do BCE [3]	(2 158)	250	- 1 760	3 929	8 677
Carteira Elegível para Colateral no BCE	1 987	4 645	5 553	10 823	15 057
Rácio Crédito a Clientes líquido/Depósitos (%)	177%	178%	192%	165%	141%
QUALIDADE DOS ACTIVOS (%)					
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a Clientes (bruto)	1,00	1,09	1,60	1,95	2,74
Provisões/Crédito Vencido > 90 dias	228,8	219,0	191,5	173,0	154,5
Crédito em Risco [4]/Crédito Total	-	-	-	4,99	6,59
Provisões para Crédito/Crédito a Clientes	2.29	2.38	3,07	3,38	4,23
Custo do Risco [5]	0,49	0,57	1,07	0,67	1,17
PRODUTIVIDADE / EFICIÊNCIA					
Custos Operativos/Activos Totais (%)	1,00	1,01	0,95	1,07	1,15
Activos por Empregado (m€)	11 158	10 945	11 898	10 641	9 996
Cost to Income (com mercados) (%)	46,9	52,2	41,1	46,7	57,9
Cost to Income (sem mercados) (%)	58,7	57,2	52,4	57,0	57,3
COLABORADORES (nº)					
Total [6]	8 389	8 943	8 902	9 858	9 863
- Actividade Doméstica	7 110	7 546	7 388	7 584	7 588
- Actividade Internacional	1 279	1 397	1 514	2 274	2 275
REDE DE DISTRIBUIÇÃO (nº)					
Rede de Retalho	757	803	799	828	801
- Doméstica	700	743	734	731	701
- Internacional	57	60	65	97	100
Centros de Empresa (Portugal)	27	27	26	24	24
Centros *Private Banking* (Portugal)	29	28	25	22	22
RATING					
Longo Prazo					
STANDARD AND POOR'S	A	A	A	A -	BB
MOODY'S	Aa3	Aa3	A1	A2	Ba2
DBRS	-	-	-	-	BBB
Curto Prazo					
STANDARD AND POOR'S	A 1	A 1	A 1	A 2	B
MOODY'S	P 1	P 1	P 1	P 1	NP
DBRS	-	-	-	-	R-2(high)

* Dados históricos ajustados da alteração da política contabilistica no registo dos desvios actuariais

(1) Activo Líquido + *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado
(2) Valores de 2008, 2009, 2010 e 2011 são calculados com base no método IRB Foundation
(3) O valor positivo significa um recurso; o valor negativo significa uma aplicação
(4) De acordo com a definição constante da Instrução nº23/2011 do Banco de Portugal
(5) Dotações no ano para Provisões para Crédito / Crédito a Clientes bruto
(6) Inclui os colaboradores efectivos e os contratados a termo

Indicadores de Referência do Banco de Portugal

O quadro seguinte sistematiza os indicadores de referência instituídos pela Instrução nº16/2004 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pela Instrução nº23/2011 para o final do exercício de 2011, em comparação com os evidenciados no ano anterior.

Resultados e Rendibilidade

		SIMBOL.	2007	2008	2009	2010	2011
BALANÇO MÉDIO (milhões de euros)							
	Activo	AL	62 189	71 418	78 657	83 759	82 178
	Activos Financeiros	AF	53 701	61 788	68 018	72 163	70 279
	Capital e Reservas	KP	3 457	3 779	4 886	5 578	5 895
CONTA DE EXPLORAÇÃO (milhões de euros)							
	Resultado Financeiro	RF	953,7	1086,2	1200,9	1164,0	1181,6
+	Serviços Bancários a Clientes	SB	643,4	636,2	717,9	806,9	790,5
=	Produto Bancário Comercial	PBC	1597,1	1722,4	1918,8	1970,9	1972,1
+	Resultado de Operações Financeiras e Diversos	ROF	404,1	165,7	530,6	432,9	-21,9
=	Produto Bancário	PB	2001,2	1888,1	2449,4	2403,8	1950,2
-	Custos Operativos	CO	938,2	984,7	1006,1	1123,1	1129,2
=	Resultado Bruto	RB	1063,0	903,4	1443,3	1280,7	821,0
-	Provisões líquidas de Reposições	PV	262,9	375,8	708,8	533,6	848,3
=	Resultado antes de Impostos	RAIM	800,1	527,6	734,5	747,1	-27,3
-	Impostos	I	152,5	83,5	109,8	43,7	-31,1
-	Interesses que não Controlam	IM	28,0	24,9	53,0	146,5	112,6
=	Resultado do Exercício	RL	619,6	419,2	571,7	556,9	-108,8
RENDIBILIDADE (%)							
	Margem Financeira	RF / AF	1,78	1,76	1,77	1,61	1,68
+	Rendibilidade Serviços a Clientes	SB / AF	1,20	1,03	1,06	1,12	1,12
+	Rendibilidade Operações Financeiras e Diversos	ROF / AF	0,75	0,27	0,78	0,60	-0,03
=	Margem de Negócio	PB / AF	3,73	3,06	3,60	3,33	2,77
-	Relevância Custos Operativos	CO / AF	1,75	1,59	1,48	1,56	1,61
-	Relevância Provisões	PV / AF	0,49	0,61	1,04	0,74	1,21
-	Relevância Interesses que não controlam e Outros	(IM+I) / AF	0,34	0,18	0,24	0,26	0,12
=	Rendibilidade dos Activos Financeiros	RL / AF	1,15	0,68	0,84	0,77	-0,15
x	Relevância Activos Financeiros	AF / AL	0,86	0,87	0,86	0,86	0,86
=	Rendibilidade do Activo (ROA)	RL / AL	1,00	0,59	0,73	0,66	0,00
x	Multiplicador das Aplicações	AL / KP	17,02	17,39	15,15	14,11	13,72
=	Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	RL / KP	16,96	10,21	11,01	9,38	-0,05

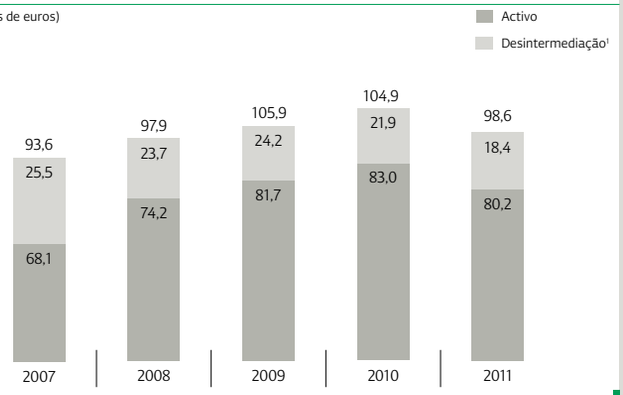
Indicadores de Referência do Banco de Portugal*

	2010	2011
SOLVABILIDADE		
Fundos Próprios/Activos de Risco	11,3%	10,7%
Fundos Próprios de Base/Activos de Risco	8,8%	9,4%
Core Tier I/Activos de Risco	7,9%	9,2%
QUALIDADE DO CRÉDITO		
Crédito com Incumprimento/Crédito Total	2,7%	3,6%
Crédito com Incumprimento líquido/Crédito Total líquido	-0,7%	-0,6%
Crédito em Risco/Crédito Total	5,0%	6,6%
Crédito em Risco, liquido/Crédito Total, líquido	1,7%	2,5%
RENDIBILIDADE		
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários/ Capitais Próprios médios	10,3%	-0,8%
Produto Bancário/Activo Líquido médio	2,9%	2,4%
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários/ Activo Líquido médio	0,8%	-0,1%
EFICIÊNCIA		
Custos de Funcionamento+Amortizações/Produto Bancário	46,7%	57,9%
Custos com Pessoal/Produto Bancário	24,2%	30,1%
RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO		
(Crédito Total- Provisões para Crédito)/ Depósitos de Clientes	165%	141%

* Dados de 2010 ajustados da alteração da política contabilística no registo dos desvios actuariais

Activos Totais

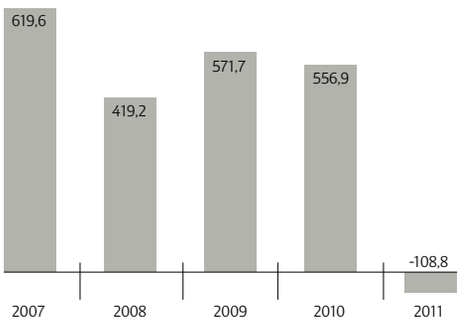
(mil milhões de euros)



[1]Activa e Passiva

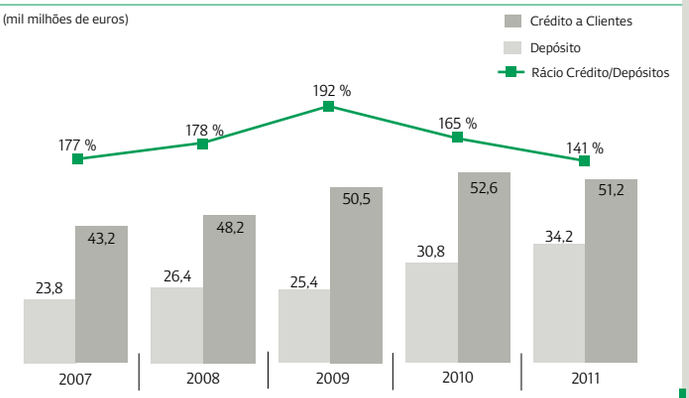
Resultado Líquido

(milhões de euros)



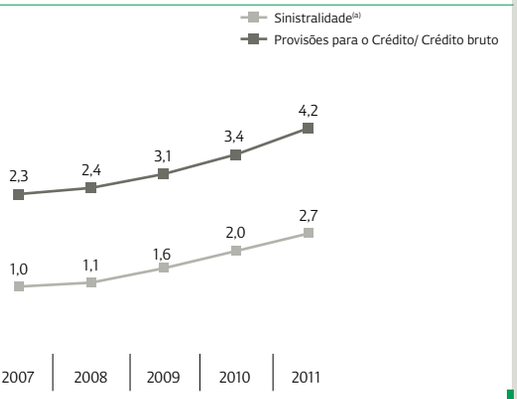
Actividade com clientes

(mil milhões de euros)



Qualidade dos Activos

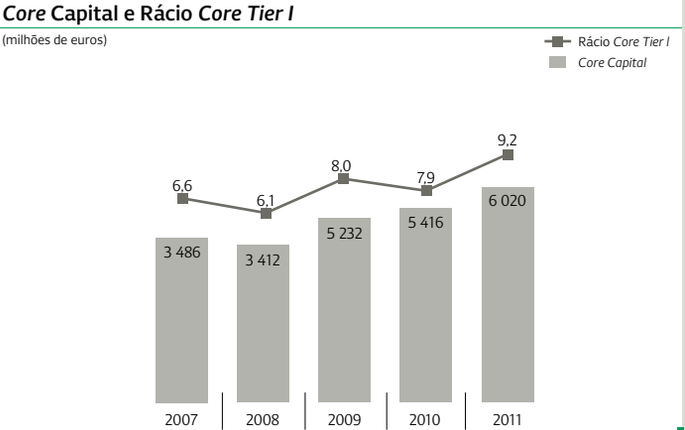
(%)



[a]Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito bruto

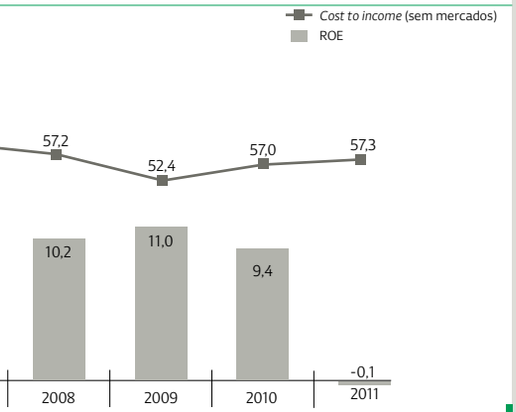
Core Capital e Rácio *Core Tier I*

(milhões de euros)



Rendibilidade e Eficiência

(%)



Relatório de Gestão

08 Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

11 **1** O Grupo BES

40 **2** Enquadramento Macroeconómico

48 **3** Actividade Comercial
48 **3.1** Banca Comercial Doméstica
48 **3.1.1** Banca de Retalho
53 **3.1.2** *Private Banking*
53 **3.1.3** Banca de Empresas e Institucionais
56 **3.2** Banca Comercial Internacional
57 **3.3** Banca de Investimento
59 **3.4** Gestão de Activos
61 **3.5** Evolução previsível do Grupo BES Principais riscos e incertezas

62 **4** Gestão Financeira e Mercado de Capitais

65 **5** Gestão dos Riscos
65 **5.1** A Função de Gestão de Risco no Grupo BES
67 **5.2** Basileia II
68 **5.3** Recomendações de Basileia III
68 **5.4** Programa Especial de Inspecções (SIP)
68 **5.5** Solvabilidade
69 **5.6** Gestão de Risco no Grupo BES
78 **5.7** Risco Ambiental e Social

79 **6** Análise Financeira
79 **6.1** Actividade
80 **6.2** Rácio de Transformação e Gestão de Liquidez
81 **6.3** Capitalização e Rácios de Capital
82 **6.4** Resultados
85 **6.5** Rendibilidade
86 **6.6** Análise Financeira do BES Individual

88 **7** Demonstrações Financeiras
88 **7.1** Demonstrações Financeiras Consolidadas
90 **7.2** Demonstrações Financeiras Individuais

92 **8** Notas Finais
92 **8.1** Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada
92 **8.2** Acções Próprias
92 **8.3** Proposta de Distribuição de Resultados do Banco Espírito Santo
92 **8.4** Guia de Leitura para a informação em Sustentabilidade
92 **8.5** Nota de Agradecimento

Anexos
93 As Contas da Sustentabilidade
97 Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

Senhores Accionistas,

O ano de 2011 foi um ano de enormes desafios para o nosso País, para as famílias portuguesas e para a actividade económica. Ficou marcado por acontecimentos que afectaram fortemente a imagem de Portugal e condicionaram o acesso aos mercados internacionais. A crise da dívida soberana na Zona Euro, a desaceleração da economia global, os receios de uma nova recessão mundial e os sucessivos cortes de *ratings* soberanos aumentaram o sentimento de incerteza e Portugal foi um dos países mais afectados.

Os receios em torno de um *default* por parte da Grécia marcaram o sentimento de incerteza vivido ao longo do ano na Europa e que contagiou as economias da periferia, como a Espanha e a Itália, mas também países como França e Áustria. Em resultado da quebra de confiança e do aumento da aversão ao risco associados à instabilidade financeira na Zona Euro, assistiu-se a uma redução abrupta de liquidez nos mercados monetário e de crédito, em particular a partir de Setembro. O BCE, no 4º trimestre do ano, inverteu a tendência de subida que tinha adoptado ao nível da política monetária e reduziu de novo os juros de referência para 1%. Ao mesmo tempo reforçou significativamente as injecções de liquidez no sistema financeiro, abrandou as exigências relativas aos colaterais e reduziu o rácio de reservas obrigatórias dos bancos.

Os mercados accionistas foram também fortemente afectados e os principais índices europeus registaram quedas significativas. O DAX, CAC40, IBEX e PSI20 registaram quedas anuais de 14,69%, 16,95%, 13,11% e 27,6%, respectivamente, tendo o sector financeiro sido especialmente afectado por estas quedas.

Em Portugal, este ambiente foi agravado pelos sucessivos *downgrades* à República Portuguesa que culminaram, já em 2012, com a Standard and Poor's a cortar o *rating* de Portugal para BB (dois níveis abaixo da notação considerada *investment grade*), e a Moody's para Ba3 (3 níveis abaixo de *investment grade*).

Em Maio de 2011, o Governo Português celebrou um acordo com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional que concederam um financiamento à economia portuguesa num montante de 78 mil milhões euros. Este programa foi objecto, durante o exercício, de duas avaliações favoráveis por parte das entidades oficiais. O défice público reduziu-se de 9,8% do PIB para um valor próximo de 4% do PIB. Para este resultado contribuíram as medidas extraordinárias (em particular, a transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos), merece realçar o importante esforço de redução da despesa do Estado, com um crescimento inferior ao orçamentado, e uma execução favorável das receitas fiscais, em linha com o previsto.

A assinatura do Memorando de Política Económica e Financeira pelo Governo, CE/BCE/FMI, obrigou a que os bancos portugueses elaborassem um Plano de Médio Prazo para o período de 2011 a 2015, que inclui explicitadamente a estratégia de desalavancagem do balanço, de reforço dos rácios de capital e de melhoria da liquidez. Nesse contexto, os grupos financeiros deverão apresentar em Dezembro de 2014 um rácio Crédito/Depósitos de 120%; um rácio de Financiamento Estável de 100%; e atingir um rácio de Core Tier I mínimo de 9% em Dezembro de 2011, de 9% de acordo com Basileia 2.5 em 30 de Junho de 2012 e de 10% em Dezembro de 2012.

O Grupo Banco Espírito Santo está bem preparado para enfrentar estes desafios, mantendo o mesmo rumo que traçou há mais de um século e que assenta numa estratégia de longo prazo, numa sólida e estável gestão, numa rigorosa disciplina financeira e numa política rigorosa de controlo dos riscos.

O Grupo iniciou um programa de desalavancagem do balanço ainda no 2º semestre de 2010, muito antes do pedido de auxílio financeiro solicitado pelo Estado e em antecipação aos reequilíbrios que, inevitavelmente, iriam ser exigidos ao sistema financeiro português. Este ambicioso programa permitiu reduzir o rácio de crédito/depósitos de 198%, no 1º semestre de 2010, para 141%, no final de 2011. Para este efeito, contribuíram a venda de activos, nomeadamente da carteira de crédito internacional, no montante total de 2,7 mil milhões de euros, e o aumento de mais de 8 mil milhões de euros dos depósitos de clientes nesse período. A opção estratégica pela venda de créditos internacionais teve o propósito de proteger as empresas portuguesas de um corte de crédito, tendo em consideração a tradicional implantação que o Grupo BES sempre teve junto do sector empresarial português, com especial incidência junto das pequenas e médias empresas exportadoras.

O sistema financeiro português tem consistentemente aumentado a sua base de depósitos (+6,9% em 2011), o que reflecte a confiança dos depositantes no sistema bancário. De facto, os principais indicadores financeiros dos bancos mantêm-se sólidos, apesar das condições extremamente adversas em que desenvolveram a sua actividade em 2011. O sistema bancário enfrenta, desde Abril 2010, uma forte restrição no acesso à liquidez, não somente pela inacessibilidade ao mercado de dívida de médio e longo prazo, mas também pela significativa redução dos instrumentos de liquidez de curto prazo (CD's, papel comercial, mercado monetário).

Ao longo do ano, os sucessivos *downgrades* da República Portuguesa resultaram em *downgrades* também dos bancos, aumentando o receio dos investidores internacionais. Neste contexto, o BCE tem sido o último recurso para as necessidades de liquidez dos bancos portugueses que, conjuntamente com o programa de desalavancagem dos seus balanços, têm conseguido cumprir nos vencimentos das responsabilidades assumidas e gerir a liquidez. A estabilidade no recurso ao BCE por parte das instituições financeiras portuguesas em 2011 não se verificou noutros países da Zona Euro, que aumentaram significativamente as suas posições devedoras junto do Banco Central, especialmente a partir de Agosto.

No final de 2011, o Banco Espírito Santo tinha uma posição líquida devedora junto do BCE de 8,8 mil milhões de euros, face a uma carteira de activos elegíveis para operações de redesconto junto do BCE de 15,1 mil milhões de euros. Neste total está incluída a exposição à dívida pública portuguesa no montante global de 2,8 mil milhões de euros (dos quais 2,1 mil milhões de euros com maturidade inferior a um ano). O BES não detinha qualquer outra exposição à dívida pública europeia.

O Banco concluiu, com sucesso, em Dezembro de 2011, uma operação de troca de valores mobiliários por acções com o objectivo de reforçar os seus rácios de capital para cumprir com os requisitos exigidos pelo Banco de Portugal e atingir um rácio *core Tier I* de 9% no final de 2011. Em resultado desta operação o Grupo BES terminou o ano com um rácio *core Tier I* de 9,2%, acima do valor exigido pelo Banco de Portugal.

A prudente gestão financeira que caracteriza o BES, e para fazer face à expectável deterioração na qualidade de crédito, conduziu a um significativo reforço das provisões para crédito, que atingiu 600,6 milhões de euros, um aumento de 70,7% face ao ano anterior. O rácio de cobertura do crédito total por provisões, a 31 de Dezembro de 2011, era de 4,23%. um dos valores mais elevados da Banca Ibérica. O Banco Espírito Santo apresenta rácios de crédito vencido consistentemente abaixo da média do sector a nível nacional. Os resultados do Grupo BES em 2011 foram influenciados pelo impacto de factores extraordinários que levaram a um resultado negativo de 108,8 milhões de euros. A transferência do Fundo de Pensões do BES para o Estado levou ao apuramento de um prejuízo de 107 milhões de euros (76 milhões de euros líquido de imposto), as perdas na participação na BES Vida, na qual o Grupo BES detém 50% do capital e o controlo de gestão pertence ao Crédit Agricole, e a venda de créditos internacionais originaram perdas de 193,3 milhões de euros (144 milhões de euros líquido de imposto) e 78 milhões de euros (55 milhões de euros líquido de imposto), respectivamente. Sem estes resultados de natureza extraordinária, o resultado líquido positivo do BES seria de 166,6 milhões de euros, o que comprova a resiliência dos nossos resultados e a solidez do nosso modelo de gestão.

Um dos pilares da nossa estratégia de longo prazo e de desenvolvimento futuro consiste na expansão da actividade internacional que tem sido determinante para compensar a contracção do mercado doméstico. No início de 2012, o Banco inaugurou uma sucursal em Caracas, na Venezuela, com o objectivo de reforçar o apoio à grande comunidade portuguesa neste País.

De facto, o BES é hoje o mais internacional dos bancos privados portugueses, presente em 25 países e 4 continentes. A presença internacional tem sido desenvolvida e alargada acompanhando a expansão das empresas portuguesas para novos mercados, criando as condições para poder ser um parceiro local, mas também para ser um Banco de proximidade junto das comunidades de portugueses no estrangeiro. O Grupo BES apostou, desde sempre, num eixo geográfico composto por países com afinidades culturais e económicas com Portugal. Esta aposta tem provado, ano após ano, ser uma aposta ganha. O resultado do Triângulo Estratégico (África, Brasil e Espanha) totalizou 121,3 milhões de euros, o que representa 75% do negócio internacional.

O Banco Espírito Santo é um Banco de relações duradouras, de proximidade e que oferece aos seus clientes, em todos os mercados onde está presente, a garantia de uma elevada qualidade de serviço potenciada pela atitude BES na relação com o cliente e a dedicação de gestores especializados.

A gestão conservadora e prudente que caracteriza o Grupo BES tem permitido enfrentar os actuais desafios mantendo uma clara estratégia de apoio às empresas e às famílias portuguesas com o objectivo de prosseguir a missão de criar valor para os nossos clientes, accionistas e colaboradores. Foi com um enorme sentido de responsabilidade que o Grupo Banco Espírito Santo reforçou a sua estratégia de sustentabilidade adaptando-a ao novo enquadramento macroeconómico e apresentando propostas para a sustentabilidade das comunidades em que está presente e que têm sentido o impacto da crise. Fruto desta actuação consistente, o BES integrou, em 2011, o mais relevante índice de sustentabilidade para o mercado de capitais internacional, tornando-se no primeiro banco português a fazer parte do *Dow Jones Sustainability Indexes*. A actuação nesta área permitiu posicionar o BES no grupo restrito de 15 bancos que integram este índice.

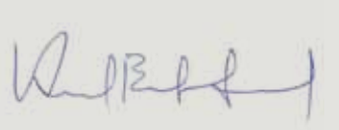
O Banco Espírito Santo, que tem a sua origem há 143 anos atrás, continua a provar ter uma estratégia consistente e capaz de enfrentar os mais difíceis desafios com sabedoria, rigor e visão. Acreditamos firmemente que o nosso modelo de gestão, a consistência da nossa estratégia e o elevado nível de preparação das nossas equipas são as pedras basilares para que continuemos a criar valor.

A todos os nossos colaboradores um agradecimento muito especial pelo empenho e profissionalismo que, mais uma vez, demonstraram e que tem sido fundamental para continuarmos a servir os nossos clientes com a excelência a que os habituámos e a merecer a sua confiança.

No final deste ano dois membros da Comissão Executiva reformaram-se. O Dr. Jean-Luc Guinoiseau e o Dr. Pedro Homem, contribuiram ambos com o seu profissionalismo e a sua vasta experiência na área da banca para fazer do BES o Banco que hoje conhecemos. O Dr. Jean-Luc Guinoiseau, que permaneceu 12 anos na Comissão Executiva, era também representante do Crédit Agricole e soube sempre aliar a sua elevada competência profissional com o reforço das relações de confiança entre accionistas, numa postura de elevada independência ético-profissional. O Engº Epifânio da Franca, membro independente e não executivo do Conselho de Administração, também deixou de exercer funções no final deste ano. A todos eles uma palavra de apreço e de agradecimento pela competência e dedicação demonstradas ao longo dos anos em que permaneceram no Conselho do Banco Espírito Santo.

Aos nossos accionistas, clientes e a todos os *stakeholders* expressamos também o nosso especial agradecimento e a garantia de que continuaremos a trabalhar com a mesma dedicação de sempre.

Às Autoridades Governamentais, ao Banco de Portugal, à CMVM e ao Instituto de Seguros de Portugal agradecemos a confiança depositada no Grupo BES.

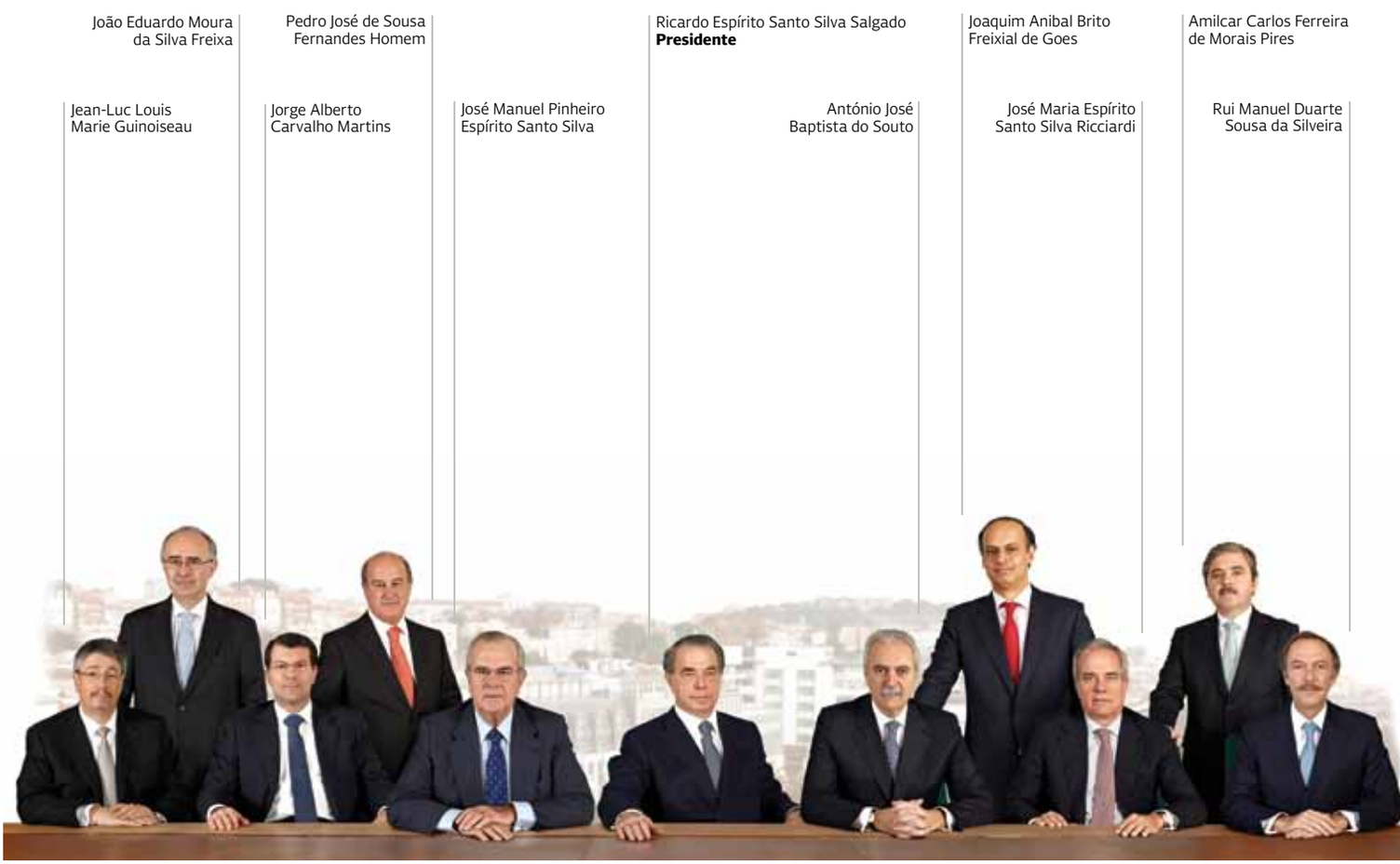


Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
Presidente da Comissão Executiva
Vice-Presidente do Conselho de Administração



Alberto Oliveira Pinto
Presidente do Conselho de Administração

Comissão Executiva



1. O Grupo BES

Missão

Com uma história de 143 anos, o Grupo Banco Espírito Santo tem como objectivo central da sua actividade criar valor para os seus accionistas procurando, em simultâneo, satisfazer as necessidades dos seus clientes e a realização profissional dos seus colaboradores. A sua primeira e fundamental missão é alinhar uma estratégia de reforço constante e sustentado da sua posição competitiva no mercado com um total respeito pelos interesses e bem-estar dos seus Clientes e Colaboradores. É seu dever permanente contribuir activamente para o desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental do País e das comunidades em que exerce a sua actividade.

Evolução do Logótipo



Uma Marca com mais de 140 Anos

1869 – O INÍCIO

Criação da Caza de Câmbio especializada na transacção nacional e internacional de instrumentos financeiros.

1937

Após a criação do nome Banco Espírito Santo, em 1920, dá-se a fusão com o Banco Comercial de Lisboa, dando origem ao BESCL.

1975

O BESCL é nacionalizado no seguimento da política de nacionalizações em Portugal após a revolução de 1974. A família Espírito Santo refaz os seus interesses financeiros no exterior e cria o Grupo Espírito Santo (GES).

1986

O Grupo Espírito Santo regressa a Portugal fundando o BIC (Banco Internacional de Crédito) em parceria com o Crédit Agricole e com a Espírito Santo Sociedade de Investimento (ESSI)

1991

O Grupo Espírito Santo recupera o controlo do BESCL durante o processo de reprivatização. O Banco consolida a sua presença em Portugal, reforçando a quota de mercado no segmento de retalho e no segmento de empresas.

2000-2001

Os anos de 2000 e 2001 marcam o início da aposta no triângulo estratégico com o reforço da posição em Espanha, a parceria com o Banco Bradesco e a criação do BES Angola.

2005

O BIC é integrado no BES.

2006

BES aumenta o capital social em 1,38 mil milhões de euros e adquire 50% do capital da BES Vida - líder de mercado em seguros de vida.

2009

BES aumenta o capital social em 1,2 mil milhões de euros para continuar a estratégia de crescimento orgânico e reforçar os rácios de capital.

2012 – HOJE

Maior Banco nacional por capitalização bolsista em Portugal com 19,2% de quota de mercado doméstico com uma política focada de expansão internacional (presente em 25 países e 4 continentes).

143 Anos a Criar Valor para os Accionistas, Clientes e Empregados



O Grupo BES Hoje

O Banco Espírito Santo, S.A. é um grupo financeiro universal com o seu centro de decisão em Portugal, o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado. Em 31 de Dezembro de 2011, a actividade do Grupo em Portugal representava 74% dos activos totais. Com presença em quatro continentes, actividade em 25 países e mais de 9 800 colaboradores, o Grupo BES é actualmente o maior banco nacional cotado em Portugal por capitalização bolsista (2,0 mil milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011) e a segunda maior instituição financeira privada em Portugal em termos de activos (80,2 mil milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011).

O Grupo BES serve todos os segmentos de clientes particulares, empresas e institucionais, oferecendo-lhes uma gama abrangente de produtos e serviços financeiros através de abordagens e propostas de valor diferenciadas, capazes de responder de forma distintiva às suas necessidades. Os produtos e serviços prestados incluem a captação de depósitos, a concessão de crédito a empresas e particulares, a gestão de fundos de investimento, serviços de corretagem e custódia, serviços de banca de investimento e ainda a comercialização de seguros de vida e não vida.

O BES tem prosseguido, desde a privatização, uma estratégia clara e consistente de crescimento orgânico no mercado doméstico (8,5% em 1992 para 19,3% em 2011) que tem vindo a ser suportada pelo desenvolvimento de um modelo multiespecialista de abordagem ao mercado. A estratégia de crescimento orgânico, assente na notoriedade da marca BES, aliada a um forte dinamismo comercial posicionam o BES como um Banco de referência no mercado doméstico, nomeadamente no segmento das empresas.

Para complementar a actividade doméstica, o Grupo BES desenvolve uma actividade internacional focada em países com afinidades culturais e económicas com Portugal, como Espanha, Brasil e Angola. Em 31 de Dezembro de 2011, a actividade internacional representou 26% do activo líquido consolidado do Grupo BES.

O *know-how* adquirido no mercado doméstico nas áreas de banca de empresas, banca de investimento e *private banking* permite ao Grupo BES exportar as suas competências nestas áreas para servir clientes locais e clientes que desenvolvem actividades económicas transnacionais, nomeadamente através do acompanhamento e do apoio à internacionalização das empresas portuguesas. Neste âmbito, o grande enfoque tem sido o de facilitar o acesso a mercados estratégicos, mercados onde existem oportunidades de negócio e onde o Grupo BES, estando directamente presente ou através de parcerias com bancos locais, tem capacidade para prestar todo o apoio nos países de destino.

Canais de Distribuição

A capacidade de distribuição é um dos factores fundamentais para o posicionamento competitivo do Banco. A 31 de Dezembro de 2011, o Grupo BES dispunha de uma rede de retalho doméstica de 701 balcões e 94 balcões no estrangeiro, dos quais 25 em Espanha, 34 em Angola, 33 na Líbia e 2 em Cabo Verde. A rede de balcões é complementada por centros especializados e totalmente dedicados aos segmentos de empresas e *private*. No final de 2011, o Grupo contava com 23 centros de *private banking* (22 em Portugal e 1 em Angola) e 34 centros de empresas (24 em Portugal, 9 em Espanha e 1 em Angola).

No âmbito do processo de reforço da rede de balcões no território nacional, foram criados novos balcões em que se privilegiaram novos formatos, mais eficientes e flexíveis – balcões de menor dimensão e 48 postos avançados decorrentes de parcerias com agentes de seguros, no âmbito do programa Assurfinance (uma parceria com a Companhia de Seguros Tranquilidade) e com cerca de 2 700 promotores externos que asseguram um contributo fundamental em termos de crescimento da actividade: em conjunto, estas redes complementares representavam, no final de 2011, cerca de 17% do crescimento de recursos do Retalho e mais de 26% da captação de clientes.

Para além da presença física ao longo do território nacional, o Grupo BES desenvolveu desde muito cedo uma abordagem multi-canal na sua relação com os clientes, em particular através da Internet, onde o Grupo detém uma posição de liderança de mercado, com mais de 1 milhão de aderentes ao **BESnet**, o *Internet Banking* de particulares. Esta abordagem multi-canal tem vindo a ser progressivamente aprofundada e alargada através, por exemplo, da implementação de um sistema de CRM (*Customer Relationship Management*) que assegura a integração entre os diferentes canais de interacção com os clientes e do progressivo recurso à desmaterialização de processos.

O BES disponibiliza aos seus clientes diversos canais de comunicação e de acesso ao Banco que lhes permite estar em permanente contacto, recorrendo às últimas tecnologias:

- **BES iPad:** optimização do site BES para iPad, onde o cliente pode aceder a qualquer informação, consultar os seus extractos, fazer transferências, pagamentos e qualquer outra operação no BESnet;
- **BESmobile:** serviço desenvolvido especificamente para a utilização através de telemóvel e com acesso a diversas operações bancárias;
- **BESdirecto:** serviço de atendimento telefónico que permite fazer operações bancárias e obter aconselhamento sobre produtos. O BESdirecto disponibiliza um conjunto de linhas adaptado ao perfil de cada cliente: BESdirecto internacional, BESdirecto Boas-Vindas, ES Private Phone, Linha BES 360º, Linha informativa T e BESdirecto Seguros;
- **BEScall:** serviço de envio de mensagem através do BESnet que permite ao cliente contactar com o Banco sem qualquer custo: 'envie-nos uma mensagem e ligamos-lhe directamente';
- **BESchat:** serviço de *'chat' online*: 'fale connosco'.

O Outro BES - Responsabilidade Social

Com o objectivo de comunicar a visão integrada das várias dimensões da actuação do BES para a responsabilidade social empresarial foi criada a identidade "O Outro BES" que permite a cada área destacar-se por si, mas congrega todos os esforços do BES no âmbito do seu contributo para um desenvolvimento sustentável.

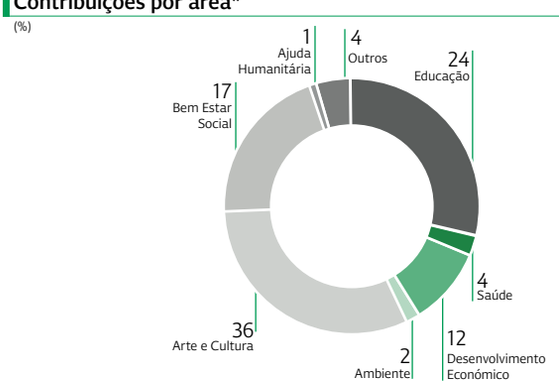
Em 2011 o Grupo BES investiu cerca de 3,6 milhões de euros nas cinco dimensões estratégicas de envolvimento e investimento na sociedade, nomeadamente, a Ciência e Inovação, Literacia Financeira & Educação, Biodiversidade & Alterações Climáticas, Cultura e Apoio Social.

Pelo terceiro ano, o BES contabiliza o seu investimento na comunidade de acordo com a metodologia proposta pelo London Benchmarking Group (LBG), um grupo que congrega empresas de todo o mundo que procuram gerir, medir e reportar o seu investimento na comunidade.

Em 2011 o Grupo BES concedeu cerca de 23% das suas contribuições para solidariedade, 72% em investimentos directos na comunidade e 5% em acções comerciais.

Apenas sob o regime de mecenato, o Grupo BES concedeu apoio financeiro no valor de 3,3 milhões de euros.

Contribuições por área*



* De acordo com o modelo de avaliação LBG

Arquitectura de responsabilidade social do Banco Espírito Santo*



* A informação detalhada sobre cada uma das iniciativas mencionadas está disponível em www.bes.pt

Cultura - Apoiar as actividades de instituições que promovem o progresso cultural do País e o acesso ao património cultural português

A fotografia é o pilar cultural da política de mecenato do BES. O **BES Arte & Finança** tem sido um catalisador desta aposta desde 2008, apresentando diversas exposições e acolhendo a colecção de fotografia BESart composta por cerca de 900 obras de 300 artistas de todo o mundo, que em 2011 foi distinguida com o prémio Coleccionismo Corporativo 2010, atribuído pela Associação Amigos da ARCO. Em 2011, o espaço BES Arte & Finança recebeu um total de 98 eventos.

Na fotografia, o BES organizou mais uma vez o **BESphoto** em parceria com o Museu Colecção Berardo e o **BESrevelação**, em parceria com a Fundação Serralves. A sétima edição do BESphoto recebeu 46 mil visitantes em 90 dias de exposição. O ano de 2011 foi o ano de internacionalização do Prémio BESphoto, alargando o âmbito de selecção de artistas que, a partir da 7ª edição, poderão ser de nacionalidade portuguesa, brasileira ou dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's). Em consequência desta internacionalização, a exposição BES photo itinerou para a Pinacoteca do Estado de São Paulo depois de apresentada no Museu Berardo.

Em 2011, o BES manteve o seu apoio a Museus e Fundações, cuja missão é proteger e valorizar a cultura e o património português, nomeadamente a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, com contribuições muito relevantes nas artes decorativas em Portugal, o Museu do Oriente e a Fundação Batalha de Aljubarrota.

Ciência & Inovação - Identificar e incentivar soluções inovadoras, promovendo novos negócios e novos empreendedores

A promoção de uma cultura de inovação e o fortalecimento da ligação entre a investigação e as empresas são os pilares centrais do investimento do BES na ciência e na inovação. Neste âmbito, o BES promove o Concurso Nacional de Inovação BES, o Curso de Gestão e Inovação e o Prémio Ciência na Escola.

Concurso Nacional de Inovação BES

Em 2011 o BES organizou a 7ª edição do Concurso Nacional de Inovação, que recebeu um total de 167 candidaturas nas categorias de *Clean Tech*, Processos Industriais, Tecnologias de Informação e Serviços, Saúde e Biotecnologia & Recursos Naturais & Alimentação.

O grande prémio concedido na categoria de *Clean Tech*, recorre a uma tecnologia inovadora e ambientalmente sustentável, nunca antes aplicada na indústria têxtil, que constitui uma importante alternativa ao tingimento de tecidos convencional. Com um gasto mínimo de água, a solução tem o potencial de ser implementada a nível mundial no curto prazo. Para além deste grande vencedor, foram premiados outros 4 projectos que trouxeram para o mercado soluções inovadoras e diferenciadoras no panorama internacional.

Curso de Gestão e Inovação

O Grupo BES e a Universidade Católica, numa iniciativa pioneira em Portugal desenvolveram um curso de cariz prático para empreendedores, o Programa Avançado de Gestão e Inovação que ensina os empreendedores a concretizar, com sucesso, uma ideia de negócio no mercado global. O programa contou, em 2011, com 30 participantes de 17 empresas ou projectos seleccionados através de uma avaliação global do *curriculum vitae* dos candidatos, bem como do potencial do projecto ou ideia que pretendem desenvolver.

Prémio Ciência na Escola

O Prémio Ciência na Escola é uma iniciativa do BES e da Fundação Ilídio Pinho, com o objectivo de contribuir simbolicamente para a construção de uma cultura focalizada na inovação e no conhecimento científico. O BES participa pelo sétimo ano consecutivo nesta iniciativa. No ano lectivo 2010/2011, foram analisadas 701 candidaturas e distinguiram-se 24 escolas portuguesas com projectos interdisciplinares inovadores.

Comunicação da Inovação

A comunicação de projectos inovadores permite disseminar a um público mais amplo as boas práticas portuguesas em matéria de inovação. Em 2011, o BES continuou o suplemento mensal "Inovação BES" em parceria com o Diário Económico e a parceria com a TSF, apresentando o programa diário "Mundo Novo" que identifica as inovações que ajudaram a mudar o mundo.

Literacia Financeira & Educação - Ser um parceiro activo na sociedade, apoiar iniciativas culturais, sociais e educacionais

O **b-a-bes** e o **Orçamento Familiar BES** (ver produtos retalho), representam o principal reforço do Banco no programa "da Matemática à Literacia

Financeira", criado em 2006 e composto por iniciativas que pretendem estimular o gosto pela matemática e contribuir para a formação de uma geração de consumidores de serviços financeiros mais informados e com maior poder de decisão.

O b-a-bes é, um *microsite* que tem como objectivo contribuir para o esclarecimento de conceitos económicos e financeiros de forma pedagógica e prática, apoiando o cidadão comum nas suas decisões financeiras. Esta ferramenta dispõe de um dicionário que define de forma sintética as principais palavras relacionadas com o léxico financeiro e conta ainda com uma secção inovadora no mercado, a "Nova Economia", onde se podem encontrar respostas às questões mais frequentes sobre a actual conjuntura económica e sobre os novos conceitos económico-financeiros com filmes explicativos de curta duração que ilustram de forma simples e acessível os conceitos mais complexos.

As **Olimpíadas Portuguesas da Matemática**, iniciativa da Sociedade Portuguesa da Matemática (SPM), apoiada pelo BES desde 2006 e dirigida a estudantes do 2º e 3º ciclo do ensino básico e secundário, tem como objectivo estimular o gosto pela matemática. Participaram nas XXIX Olimpíadas cerca de 42 000 alunos.

"No Banco da Escola" é uma iniciativa inovadora do Banco Espírito Santo, em parceria com a SPM, destinada a alunos do 3º e 4º ano. Na 5ª edição do "No Banco da Escola" participaram 2 648 alunos. Desde o início do projecto, o BES conseguiu que mais de 10 000 alunos assistissem a esta iniciativa que tem como objectivo fomentar, desde o primeiro ciclo de aprendizagem, a inclusão de uma nova geração de portugueses mais informados no sistema financeiro.

Adicionalmente o Grupo BES tem colaborado com a Associação Portuguesa de Bancos (APB), contribuindo para o planeamento e concretização da "Estratégia Financeira para a Literacia Financeira". Uma iniciativa coordenada com a APB em parceria com as principais Instituições Financeiras nacionais.

Solidariedade - Auxiliar organizações que actuam no apoio social em áreas diversas como a saúde, o combate à fome, a pobreza e a exclusão social

O apoio a instituições de apoio social permite que o BES contribua para a mitigação das necessidades sociais mais urgentes da sociedade portuguesa. Em 2011, o BES manteve o seu apoio financeiro às seguintes instituições:

- A Acreditar, Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro;
- A Novo Futuro, uma associação que acolhe e apoia crianças e jovens privados dum ambiente familiar;
- A Associação Salvador, uma associação que promove os interesses e os direitos das pessoas com mobilidade reduzida, especialmente das pessoas portadoras de deficiência motora;
- O Banco de Bens Doados, um projecto que entrega bens e produtos não alimentares doados por empresas e entidades às instituições particulares de solidariedade social e a pessoas carenciadas.

BESI doa receitas de *trading* a instituições de solidariedade

A acção *Charity Trading Day* consistiu na doacção das receitas de *trading*, por parte do BESI, obtidas durante o dia *Charity Trading Day* a um conjunto de instituições de solidariedade que ajudam pessoas desfavorecidas.
A iniciativa foi executada nas várias geografias onde o BESI está presente, nomeadamente em Portugal, Espanha, Polónia, Brasil, Reino Unido e Hong Kong.

Voluntariado

O BES pretende contribuir para uma sociedade mais solidária onde os valores da partilha e da entreajuda são estimulados.

Neste âmbito em 2011, o BES lançou o Programa BES Voluntariado que envolveu 263 voluntários e mais de 400 horas dedicadas ao voluntariado e a realização de 14 acções entre Julho e Novembro que beneficiaram mais de 1 000 pessoas. Este programa teve como principais objectivos (i) promover o *team building* e incentivar o espírito de grupo, (ii) ajudar a construir vínculos entre empresa, funcionários e comunidade, (iii) ajudar a construir novas habilitações profissionais e pessoais e atitudes que fortalecem o comprometimento com a empresa.

Biodiversidade & Alterações Climáticas - Contribuir para a protecção da biodiversidade e reagir às alterações climáticas através da actividade financeira e do envolvimento com a sociedade

Futuro Sustentável

Em 2011, o BES e o Jornal Expresso organizaram mais uma edição do programa Futuro Sustentável.

A 5ª edição foi marcada pela conferência Futuro Sustentável, "Os Desafios Ambientais Globais e o Papel do Sector Privado". No Ano Internacional das Florestas, Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente do Brasil, foi a oradora principal, destacando cinco temas chave para a sustentabilidade, nomeadamente: segurança climática, segurança alimentar, segurança energética, biodiversidade e paz.

Para além da conferência, o programa Futuro Sustentável foi ainda marcado pela entrega do Prémio de Jornalismo de Sustentabilidade à jornalista Alexandra Correia e ao fotógrafo Luís Barra, pela peça "A vida nas grandes barragens" publicada na revista Visão em 2010 e pela realização da 4ª edição do Prémio BES Biodiversidade em parceria com o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO). A 4ª edição do Prémio BES Biodiversidade distinguiu projectos do sector empresarial dirigidos à protecção do ambiente ou reveladores de um compromisso com a biodiversidade. Os grandes vencedores foram os projectos "Lusomar Extract", da empresa Bioalvo, S.A.; e "Pastagens biodiversas ricas em leguminosas", uma engenharia para melhorar a produção e o ambiente, da empresa Fertiprado e do Instituto Nacional de Recursos Biológicos.

No âmbito do ano Internacional das Florestas, promovido pelas Nações Unidas, o Grupo BES organizou a Conferência, "O Futuro das Florestas e do Bosque Mediterrânico".

Investimento na Biodiversidade

A Biodiversidade é um dos pilares de diferenciação da estratégia de sustentabilidade e da abordagem de envolvimento e investimento na sociedade do Grupo BES.

Após a pioneira assinatura da declaração de compromisso pela Biodiversidade, *Business & Biodiversity*, em 2011 o investimento nesta área fica marcado pelo consistente investimento em acções de consciencialização, educação e comunicação do valor da biodiversidade para a sociedade.

As principais iniciativas são:

- Cátedra BES Biodiversidade com a Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Universidade do Porto, com o objectivo de atrair para Portugal especialistas de alto nível radicados no estrangeiro para o desenvolvimento e promoção de áreas emergentes de conhecimento, nomeadamente através de projectos de investigação e desenvolvimento, em temas de interesse mútuo para o BES e Universidade do Porto;

- Parceria com a Herdade da Poupa, com o objectivo de preservação das espécies em perigo, a reflorestação e a protecção dos habitats com espécies autóctones da flora local;

- Protocolo com o Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada. O Paul de Tornada encontra-se dotado de flora e fauna de importância considerável, sobretudo no que respeita às aves e lontras e algumas espécies ameaçadas em Portugal;

- Parceria com a Reserva da Faia Brava uma das maiores reservas naturais de Portugal localizada em Trás-os-Montes com cerca de 600 hectares;

- Mecenas do CIBIO - Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto, que tem um papel muito relevante na promoção do avanço do conhecimento científico nos domínios da biodiversidade e biologia evolutiva, em Portugal. O CIBIO disponibiliza todos os anos uma análise do impacte do Grupo BES na biodiversidade disponibilizando linhas orientadoras para a minimização do impacte do Grupo na biodiversidade;

- Cooperação com a Liga para a Protecção para a Natureza, com o objectivo de protejer e criar as condições para a conservação e gestão a longo prazo de um corredor de habitat mediterrânico para o lince ibérico e abutre-preto.

Alterações Climáticas

As alterações climáticas são um dos principais desafios da sociedade actual. Após o investimento na promoção e debate do tema em 2009, e da aposta na constituição de produtos e serviços financeiros que permitem a mitigação e adaptação às alterações climáticas, o BES formalizou em 2010 o protocolo com a Universidade de Évora que permite a constituição de uma cátedra em Energias Renováveis.
Esta Cátedra tem o objectivo de fomentar a investigação em matérias ligadas à tecnologia de conversão e armazenamento de energias renováveis solar térmica e termoeléctrica, a formação, o conhecimento e a especialização de jovens profissionais em energias alternativas e renováveis. Este investimento complementa o financiamento e a disponibilização de serviços financeiros a projectos e empresas de energias renováveis.

No âmbito das receitas criadas pelo cartão WWF, a Word Wildlife Fund investiu na organização e promoção da Hora do Planeta em Portugal. O apagão da Hora do Planeta é hoje uma das maiores plataformas voluntárias de luta contra as alterações climáticas. Em 2011, 5 200 cidades, incluindo as 10 cidades mais habitadas do mundo, monumentos e ícones emblemáticos da história da Humanidade participaram na Hora do Planeta.

O projecto *Green Heart of Cork* é o novo projecto da WWF que incide sobre a conservação da maior mancha de montado de sobro do mundo e do maior aquífero Ibérico. A aquisição do cartão WWF contribuiu para a conservação do sobreiro, habitat do lince ibérico e da águia imperial.

A intervenção no Parque Natural do Vale do Guadiana / Ribeira do Vascão localizada na Bacia do Guadiana tem como objectivo a recuperação da integridade ecológica do rio, o restauro de áreas degradadas, nomeadamente áreas ardidas e em risco de desertificação e das espécies florestais e habitats associados.

Com este importante e significativo apoio, o BES completa um ciclo estratégico de investimento no combate às Alterações Climáticas.

Banco Espírito Santo Angola, Banco Oficial do Planeta Terra, 2010-2020

O Banco Espírito Santo Angola (BESA) é membro fundador do Comité Nacional do Planeta Terra (Angola). Promovido pela Unesco, o Comité junta organizações públicas e privadas, empresariais e sem fins lucrativos, com o objectivo de encontrar mecanismos para a protecção ambiental em Angola. No âmbito desta parceria, o BESA apoiou financeiramente a distribuição do *Kit* temático, constituído por livros e documentos explicativos sobre o tema do desenvolvimento sustentável e da protecção ambiental.

Parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

O BESA é um dos principais parceiros do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) na implementação do Programa de Ensino de Língua Portuguesa dirigido a milhares de refugiados.
Este programa, em implementação desde 2007, tem como objectivo contribuir para uma rápida e melhor reintegração dos refugiados angolanos que regressam ao país, depois de terem sido forçados a residir em países vizinhos. O programa tem um forte impacto na qualidade de vida de milhares de famílias, ao mesmo tempo que permite a participação activa destes cidadãos angolanos na construção de uma sociedade forte e produtiva.

A Pegada Ambiental

A minimização do consumo de papel, dos consumíveis informáticos, água, energia e a consequente redução das emissões atmosféricas, permitem ao Grupo BES diminuir o seu impacte directo no ambiente e reduzir simultaneamente os custos operacionais. Este duplo objectivo motiva os colaboradores e a gestão interna a reduzir a pegada ambiental e tornar as operações do Grupo cada vez mais eficientes.



O Grupo BES estabeleceu objectivos de redução para o período de 2008 a 2013. Para concretizar estes objectivos, o Grupo promove a sua política ambiental suportada pelo programa de gestão ambiental que, para além dos objectivos, define acções concretas, monitorizadas e avaliadas de acordo com as medidas implementadas.

Pegada Ambiental: objectivos e resultados

	Energia	Emissões CO_2 [2]	Papel	Água
Objectivos Redução 2008 - 2013[1]	-11%	-11%	-12%	-11%
Evolução 2008-2011	-8%	-41%	-5,6%	-10%

[1] Âmbito: BES Portugal
[2] Emissões provenientes do consumo de electricidade

Em 2011, o Banco prosseguiu com a redução de todos os consumos com impacte ambiental, com destaque para o consumo de energia que registou uma diminuição de 8%, aproximando-se dos objectivos delineados para 2013.

Energia e emissões

A redução do consumo de energia é um dos principais desafios do Banco para a minimização da pegada ambiental. A energia é fundamental para a gestão operacional eficiente e segura do Banco existindo, no entanto, oportunidades de maior eficiência na utilização deste recurso.

Em 2011, o Banco, através do Comité de Sustentabilidade, tomou a decisão de acelerar o processo de redução do consumo de energia através da implementação do "Programa Interno de Eficiência Energética" com vista à sua utilização racional. Este projecto teve início no primeiro trimestre de 2011 e é pioneiro na Europa pela sua dimensão e pela forma integrada como gere diferentes estruturas em diferentes ambientes e geografias. Através

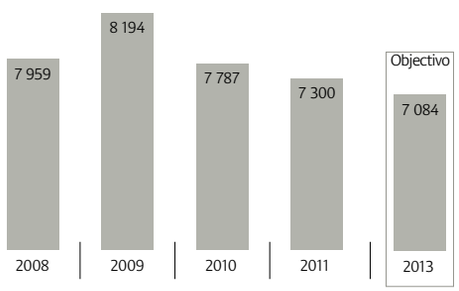
de uma solução inovadora composta por um sistema de equipamentos de monitorização energética e ambiental e de um *software* de gestão de energia, o BES passou a ter a capacidade de visualizar e gerir em tempo real todos os consumos energéticos da sua rede de edifícios e agências. A solução permite agregar informação, analisar consumos e tendências, detectar oportunidades, desperdícios e averiguar poupanças e o cumprimento de objectivos. Estes aspectos são possíveis através do acompanhamento da rede pelo gestor de energia virtual, relatórios, seguimento de alarmes e visitas mensais às agências para formação e informação dos colaboradores. O programa interno de eficiência energética foi reforçado por uma comunicação intitulada "- = +", que tem como objectivo incutir valores e comportamentos responsáveis e eficientes aos colaboradores. A disseminação desta comunicação foi feita através de emails, concursos internos, *merchandising* e do Manual de Boas Práticas de Eficiência Energética. Neste âmbito foram realizados inquéritos dirigidos aos colaboradores com o objectivo de avaliar o impacto do programa e a eficácia da comunicação. 100% dos colaboradores mostrou ter conhecimento do sistema de eficiência energética implantado no BES e 75% realçaram que não só passaram a ter atitudes mais conscientes na empresa, como nas suas próprias casas.

A eficácia na comunicação aos colaboradores é fundamental para o funcionamento do "Programa Interno de Eficiência Energética", um programa comportamental que apela sobretudo para a efectiva mudança de comportamentos com o objectivo de alcançar maiores níveis de eficiência. O programa, implementado em 2011, será complementado todos os anos por medidas abrangentes sempre que justificável operacionalmente e financeiramente pelo Grupo BES.

Em 2011, o Grupo reduziu em 8% o consumo de electricidade por colaborador relativamente a 2008, ano base dos objectivos. Este resultado foi alcançado através do Programa Interno de Eficiência Energética, que permitiu envolver todos os colaboradores na diminuição do consumo de electricidade.

Consumo de electricidade por colaborador

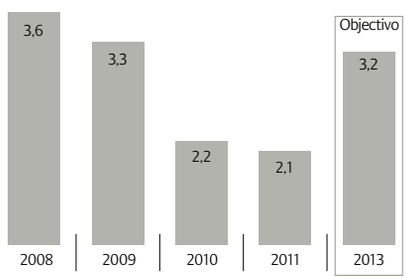
(kWh/ colaborador)



Valores não incluem consumos de electricidade referentes ao *data center*

Emissões CO_2

(ton/ colaborador)



As emissões decorrentes do consumo de electricidade registaram uma redução de cerca de 41% face a valores referentes a 2008, em resultado da diminuição do consumo de energia e da diminuição dos factores de emissão no *mix* energético nacional. Face a 2010, as emissões de CO_2 decorrentes do consumo de electricidade por colaborador diminuiu 5%, situando-se nas 2,1 toneladas de emissões de CO_2 por colaborador.

Anualmente o Banco realiza o inventário de todas as emissões decorrentes da sua actividade, sejam estas decorrentes do consumo de combustíveis, viagens de colaboradores ou consumo de electricidade. Este inventário permite avaliar a eficácia das acções implementadas.

Em 2011, a política de viagens foi integrada no normativo do Banco com o objectivo de vincular este processo aos princípios que regem esta política de Reserva de Viagens de Serviço dos colaboradores. Este normativo estabelece também a utilização da vídeo-conferência como a primeira opção e prioridade, em substituição da realização de uma viagem.

Em 2011, foram realizadas cerca de 780 videoconferências, entre as diferentes geografias do Grupo BES.

Carbon Disclosure Project (CDP)

Em 2011, o Grupo BES estabilizou a sua pontuação no *Carbon Disclosure Leadership Index* para 82%.

O resultado alcançado coloca o BES entre as melhores Instituições Financeiras, que procuram transparecer uma resposta coerente às Alterações Climáticas. No Relatório *Carbon Disclosure Project 2011 – Iberian Report*, o Banco recebe especial destaque, alcançando a segunda melhor classificação para Instituições Financeiras da Península Ibérica.

O *Carbon Disclosure Project* é uma iniciativa liderada por investidores, privados e institucionais, endereçada às empresas cotadas nas principais bolsas de valores. A iniciativa visa divulgar e disponibilizar informação sobre a abordagem estratégica das empresas para as alterações climáticas e assim transparecer para os investidores o nível de preparação da empresa para enfrentar este grande desafios.

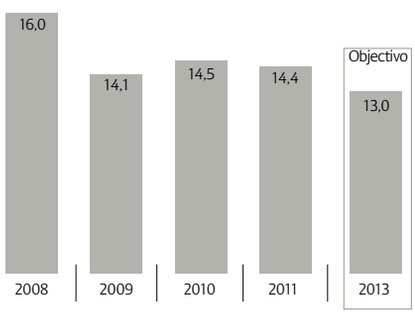
Água

Ao nível do consumo de água, o Banco conseguiu uma redução de 10% relativamente a 2008, estando muito perto de alcançar o objectivo de consumo de 13 m^3/colaborador em 2013. Relativamente a 2010, este decréscimo foi de cerca de 1%, uma diminuição resultante da comunicação e consciencialização para uma utilização mais responsável deste recurso, após um aumento do consumo em 2010.

A consciencialização dos colaboradores e a instalação de equipamentos mais eficientes nas remodelações dos equipamentos, edifícios e balcões, irá permitir atingir o objectivo definido para 2013.

Consumo de água por colaborador

(m^3/ colaborador)



* Nota: Não se incluem os consumos referentes ao edifício Marquês de Pombal, pois neste incluem-se consumos respeitantes aos visitantes, desvirtuando a análise de consumo/colaborador relevante para a análise dos objectivos

Papel e resíduos

O papel é o material com maior relevância para as actividades operacionais do Banco, tendo sido implementadas várias medidas para a minimização e redução do seu consumo. A digitalização de documentos necessários na relação com clientes e fornecedores tem vindo a aumentar. A desmaterialização é um projecto contínuo associado à modernização operacional do Banco e à flexibilidade na comunicação.

O Banco tem vindo a desenvolver, desde 2008, acções pró-activas junto dos clientes promovendo a desmaterialização da comunicação. Em 2011, passou a disponibilizar a possibilidade do envio dos extractos de conta e de cartão de crédito por e-mail. Ao longo do ano, o Banco contou com 148 mil novas adesões ao extracto digital de conta, 45 mil de cartão de crédito e 152 mil títulos constitutivos de depósitos de produtos de poupança passaram ao formato digital deixando de ser enviados em papel. Em valores acumulados o Banco tinha, no final de 2011, cerca de 520 mil extractos digitais de conta e 122 mil de cartão de crédito.

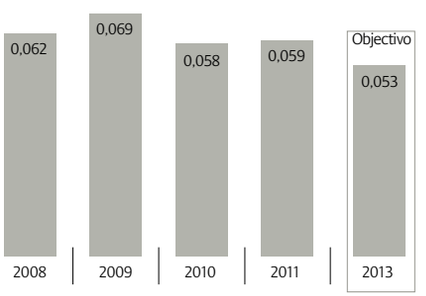
O Banco implementou em 2007 um programa de racionalização de consumo de papel dirigido aos serviços centrais, com o objectivo de reduzir o consumo de papel, beneficiando de um *ranking* interno que monitoriza e comunica aos diversos departamentos. Esta medida tem como propósito alterar os comportamentos dos colaboradores e introduzir diminuições progressivas nos consumos. O programa permitiu a redução de 28% no consumo total dessas áreas, comparando o consumo em 2011 face ao apurado em 2006. Em 2011, foi definido um objectivo de redução face ao ano anterior de 2%, o qual foi largamente superado, com uma redução efectiva nestas estruturas de 8%.

No que diz respeito ao consumo total de papel branco, tanto nos serviços centrais como na rede comercial, em 2011, o Banco diminuiu em cerca de 5,6% a utilização do papel por colaborador face a 2008. Em termos absolutos, o Banco diminuiu o consumo de papel para consumo interno em 6,9% face a 2008.

Os principais resíduos produzidos no Grupo BES são o papel e cartão, e consumíveis, como tinteiros e *toners*. Todos estes resíduos são correctamente encaminhados para a sua respectiva valorização, por empresas licenciadas para o efeito.

Consumo de papel branco para uso interno

(ton/ colaborador)



O Impacto da Actividadedo BES na Biodiversidade

O BES em colaboração com o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO) produz numa base anual o relatório "A Actividade do BES e a Biodiversidade", fruto da parceria *Business & Biodiversity* estabelecida entre o Banco Espírito Santo, o CIBIO e o ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade). O relatório tem como objectivo avaliar os impactes sobre a biodiversidade e o ambiente decorrentes da actividade do BES, bem como identificar oportunidades de melhoria e propor medidas e acções concretas que minimizem os impactes. O relatório analisa dois tipos de impactes originados pelo BES: directos (resultantes da actividade corrente da empresa) e indirectos (decorrentes da actividade financeira).

Em 2011, relativamente aos impactes directos, o BES apresentou melhorias significativas face ao ano anterior em diversos indicadores, nomeadamente na área da energia, emissões de CO_2 (provenientes da produção de electricidade adquirida) e água. O programa de eficiência energética, actualmente em curso, constitui uma ferramenta de grande utilidade para o cumprimento das metas expressas nos objectivos de redução 2008-2013. Em 2011, a área dos transportes registou aumentos, tanto na frota de veículos, como no combustível utilizado, mas por outro lado realizaram-se menos viagens de avião, facto registado como positivo.

O CIBIO classifica como positiva a utilização do *Sustainable Finance Toolkit* na análise do risco sócio-ambiental dos projectos em regime de *Project Finance*.

De forma global o CIBIO considera que o BES, em 2011, reafirmou o seu compromisso em consolidar-se como uma organização pioneira e líder à escala nacional nas questões da sustentabilidade ambiental no sector financeiro. Em específico, o BES reforçou o tema da biodiversidade como um elemento fundamental da sua estratégia empresarial e de comunicação, sendo actualmente o banco português com uma aposta mais visível nesta área.

Prémios e Reconhecimentos Obtidos em 2011

BANCO ESPÍRITO SANTO

Dow Jones Sustainability Indexes - O Banco Espírito Santo foi o primeiro banco português a integrar o índice de sustentabilidade *Dow Jones Sustainability Índexes*.

FTSE4Good – o BES integra desde 2007 o índice de sustentabilidade *FTSE4Good* reforçando o seu posicionamento enquanto instituição socialmente responsável.

STOXX Global ESG Leaders Indices - o BES integrou, em 2011, o *STOXX Global 1800 index,* índice que analisa e identifica as empresas com melhor desempenho em cada uma das três dimensões da sustentabilidade: ambiental, social e de governo.

Best in class no ASPI Eurozone® – o BES integra o índice *ASPI Eurozone®*, índice composto pelas 120 melhores empresas da zona euro, com base numa abordagem *best-in-class*.

"Empresa *Prime*" pela *Oekom* – O BES foi avaliado pela Oekom, agência de *rating* de sustentabilidade, como a empresa best in class no sector financeiro.

***Engagement Rating* Portugal 2011** - Em 2011, o BES foi eleito como líder no sector financeiro a nível nacional e classificado em 2º lugar num *ranking* que premeia as empresas mais transparentes a nível nacional e ibérico, com uma classificação de 83.8%, valor superior à média.

Referencial Carbon Disclosure Project - Em 2011, o BES encontra-se novamente acima da média no sector financeiro europeu, no índice que avalia internacionalmente as práticas das empresas a nível das alterações climáticas.

Prémio Desenvolvimento Sustentável 2010/2011 – o Banco Espírito Santo foi, pela segunda vez consecutiva, a empresa que melhor desenvolveu a sua estratégia de sustentabilidade a nível nacional de acordo com o estudo efectuado pela *Heidrick & Struggles*.

Best Corporate/Institucional Internet Bank - prémio atribuído pela revista Global Finance.

Prémio de Coleccionismo Corporativo da ARCO - A BESart - Colecção Banco Espírito Santo foi distinguida com o prémio Coleccionismo Corporativo, atribuído pela Associação Amigos da ARCO. Este galardão reconhece o apoio continuado do BES à arte contemporânea, em particular a fotografia, que permitiu criar uma colecção única na Península Ibérica.

"Top 10 *Brands* Portugal 2011" da Interbrand - O Banco Espírito Santo liderou o "Top 10 *Brands* Portugal 2011" da Interbrand, sendo considerada a marca mais valiosa em Portugal entre as empresas que compõem o índice de referência da bolsa nacional, o PSI20.

BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO

Best Investment Bank in Portugal, prémio atribuído pela revista World Finance;

Best M&A House in Portugal , prémio atribuído pela revista Euromoney;

Best Equities House in Portugal, prémio atribuído pela revista Euromoney.

BES ANGOLA

Best Trade Finance in Angola, prémio atribuído pela revista Global Finance;

Best Foreign Exchange Provider, prémio atribuído pela revista Global Finance;

Best Emerging Market Bank, prémio atribuído pela revista Global Finance;

Best Commercial Bank in Angola, prémio atribuído pela revista World Finance.

Principais Acontecimentos de 2011

Janeiro

O Grupo BES encerra o exercício de 2010 com um resultado de 510,5 milhões de euros, que traduz uma rendibilidade dos capitais próprios de 8,6%. Para este resultado foi determinante a actividade internacional que contribuiu para 40% do resultado consolidado.

O Banco Espírito Santo concretiza a aquisição de 25,1% do Moza Banco, através da sua participada BES África, S.G.P.S., S.A.

A Universidade BES e a Universidade Católica criam um Programa Avançado de Gestão e Inovação para Empreendedores, pioneiro em Portugal.

01 02 03 04

Abril

O agravamento do contágio da crise da dívida da Zona Euro e a persistente deterioração das condições de financiamento da economia portuguesa levaram o Governo português a dirigir à Comissão Europeia, no dia 6 de Abril, um pedido de ajuda financeira.

6 A Moody's procede à revisão dos *ratings* dos Bancos Portugueses, no seguimento da revisão em baixa do rating da República Portuguesa de A3 para Baa1. A Moody's anuncia a revisão em baixa do *rating* da dívida de longo e curto prazo do Banco Espírito Santo para Baa2/Prime-2 de A2/Prime-1, mantendo-se em revisão para possível *downgrade.*

19 A DBRS informa que iniciou a cobertura do BES com a atribuição do seguinte nível de *rating: Senior Long-term Debt & Deposit rating: "A (low)" / Outlook "Negative" e Short-term Debt & Deposit rating "R-1 (low)"/ Outlook "Stable".*
A DBRS atribuiu o nível de "A" para o *Intrinsic Assessment* (IA) do BES, o que reflecte "a solidez nos níveis de crédito e a robustez que tem caracterizado o BES, permitindo a apresentação de resultados positivos, ainda que num contexto macroeconómico adverso". A DBRS acrescenta ainda que "a pressão contínua sobre a dívida soberana tem uma influência, no sentido negativo, no *rating* final" atribuído ao BES. Deste modo, o *rating* final situa-se um nível abaixo da notação IA, e ao mesmo nível do *rating* de longo-prazo atribuído à Republica Portuguesa.

28 O Banco Espírito Santo informa o mercado que acordou com a Cidade de Deus a venda de cerca de 78 milhões de acções ordinárias representativas de 4,1% do capital social votante do Banco Bradesco SA.

Manuela Marques é a vencedora da 7ª edição do Prémio BES photo, uma iniciativa do Banco Espírito Santo em parceria com o Museu Colecção Berardo, à qual se junta a Pinacoteca do Estado de São Paulo, no seu novo formato internacional.

Março

No seguimento da revisão em baixa do *rating* de longo prazo da República Portuguesa de A- para BBB de **28** de Março, a Standard & Poor's procede à revisão dos *ratings* dos Bancos Portugueses. A S&P revê em baixa os *ratings* de longo e curto prazo do Banco Espírito Santo para BBB/A-3 de A-/A-2, respectivamente. O *rating* de longo prazo mantém-se em *creditwatch negative* enquanto que o de curto prazo foi retirado de *creditwatch*.

A Assembleia Geral de Accionistas de **31** de Março aprova, entre outros, (i) a aplicação de resultados de 2010 no valor líquido de 255 007 121,83 euros; (ii) a alteração parcial do contrato de sociedade, modificando a redacção do artigo 14º e dos n.ºs 1 e 5 do artigo 16.º; (iii) a alteração parcial do Regulamento da Assembleia Geral dos Accionistas, modificando a redacção dos artigos 4º, 5º, 10º, 13º e 14º.

31 A Standard & Poor's procede a uma nova revisão ao *rating* de longo prazo da República Portuguesa de BBB para BBB- e, consequentemente procede à revisão dos ratings dos Bancos Portugueses. A S&P revê em baixa o *rating* de longo prazo do Banco Espírito Santo de BBB para BBB-. O *rating* de longo prazo foi retirado de *credit watch* enquanto que o de curto prazo passou para A-3. O *outlook* mantém-se negativo.

Principais Acontecimentos de 2011 (Continuação)

Maio

2 O BES divulga o resultado dos primeiros três meses de 2011 que totaliza 60,9 milhões de euros, suportado pela actividade internacional. O resultado encontra-se influenciado pelos custos resultantes do programa de *deleverage* (valor bruto: 41 milhões de euros; valor líquido: 35 milhões de euros) e pelo novo encargo fiscal sobre o sector bancário (7,6 milhões de euros).

16 O Banco Espírito Santo convoca uma Assembleia Geral Extraordinária para o dia 9 de Junho, após ter solicitado ao Banco de Portugal a concessão de uma garantia do Estado Português para um financiamento através da emissão de obrigações não subordinadas, até ao montante de 1 250 000 000 euros. Em resposta ao referido pedido, o Banco de Portugal solicita ao BES a alteração dos seus estatutos, de modo a conferir autorização ao Conselho de Administração para deliberar aumentar o capital social no caso de um eventual accionamento da garantia a ser prestada pelo Estado Português e a supressão do direito de preferência dos accionistas em aumento de capital decorrente do eventual accionamento das garantias a serem concedidas pelo Estado.

17 O Governo Português dirige ao FMI e à Comissão Europeia uma Carta de Intenções, na qual se compromete a adoptar um conjunto de medidas de consolidação orçamental e de reformas estruturais, assegurando também a estabilidade do sector financeiro. O Memorando de Entendimento acordado com com as entidades oficiais, divulgado na mesma data, prevê o financiamento externo de 78 mil milhões de euros por um período de 3 anos.

25 No seguimento da revisão em baixa do *rating* da República Portuguesa de A *(low)* para BBB *(high)*, a DBRS procede à revisão do *rating* do Banco Espírito Santo para o mesmo nível do *rating* soberano de Portugal. A dívida de curto prazo é igualmente revista em baixa para o mesmo nível do *rating* soberano, passando de R-1 *(low)* para R-2 *(high)*, o *outlook* passou de estável a negativo.

O Prémio de Jornalismo de Sustentabilidade BES/BCSD 2010, uma iniciativa do Banco Espírito Santo e da BCSD Portugal, é atribuído à jornalista Alexandra Correia e ao fotógrafo Luís Barra, pela peça "A vida nas grandes barragens", publicada na revista Visão em 14 de Outubro de 2010.

O Prémio BES Biodiversidade 2011 é atribuído, em *ex aequo*, ao projecto de um banco de dados de extractos naturais desenvolvido pela empresa de biotecnologia Bioalvo, S.A., e ao projecto de conservação de pastagens ricas em leguminosas da empresa Fertiprado e do Instituto Nacional de Recursos Biológicos.

05 06 07 08 09

Junho

5 Realizam-se eleições legislativas, que conduzem a uma alteração da maioria na Assembleia da República. O novo Governo toma posse no dia 21 de Junho.

Na Assembleia Geral Extraordinária de **9** de Junho os estatutos do Banco são alterados, nomeadamente o artigo 4.º. O Conselho de Administração fica autorizado a, após parecer favorável da Comissão de Auditoria, aumentar o capital social por entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, através da emissão de acções ordinárias ou de acções preferenciais, remíveis ou não, nos termos e condições a definir e até ao montante máximo de 5 000 000 000,00 de euros, sendo a autorização válida pelo prazo de cinco anos. A autorização concedida ao Conselho de Administração não se limita aos casos de um eventual accionamento de garantias a ser prestadas pelo Estado Português, podendo os aumentos de capital ser decididos fora do quadro de execução de garantias estatais.

Julho

7 A Moody's anuncia a revisão em baixa das notações de *rating* das emissões dos Bancos Portugueses com garantia do Estado Português, na sequência do downgrade do *rating* de longo prazo da República Portuguesa de "Baa1" para "Ba2". O *rating* do empréstimo obrigacionista do BES emitido em 19 de Janeiro de 2009 e com vencimento a 19 de Janeiro de 2012, é revisto pela Moody's, passando de Baa1 para Ba1, mantendo-se em revisão para possível *downgrade*.

15 A Autoridade Bancária Europeia ("EBA") publica os *stress tests* europeus, utilizando a metodologia e os pressupostos definidos pela EBA e pelo BCE. Considerando as medidas de mitigação executadas e previstas até ao final de 2011, o *Core Tier I* do BES seria 7,5% em 2012 no cenário adverso, o mais elevado entre os bancos portugueses, o que demonstra, uma vez mais, a resiliência dos resultados do Grupo BES.

19 O BES emite dívida sénior garantida pelo Estado Português no montante de 1,25 mil milhões de euros.

O Banco Espírito Santo lança o novo BESnet, o serviço de *Internet Banking* de particulares. Para além de uma imagem totalmente renovada e de uma linguagem financeira mais simples e acessível, os clientes BES têm à sua disposição um serviço ainda mais intuitivo e funcional

Agosto

1 O BES divulga o resultado do primeiro semestre que totaliza 156 milhões de euros. O resultado do semestre foi afectado pelo reforço considerável do provisionamento em consequência da degradação dos riscos decorrentes do agravamento da recvessão económica.

Setembro

O Banco Espírito Santo é o primeiro banco português a integrar o mais relevante índice de sustentabilidade a nível mundial o *Dow Jones Sustainability Indexes (DJSI)*. O BES passa assim a integrar o grupo restrito de 15 bancos que compõem o *Dow Jones Sustainability Europe Index*.

30 O Banco Espírito Santo e o *China Development Bank Corporation* (CDB) assinam um acordo que visa a concessão de um empréstimo de médio longo prazo (*Credit Facility Agreement*) no valor de 300 milhões de dólares pelo prazo de 3 anos.

Outubro

18 O Conselho de Administração do Banco Espírito Santo convoca uma Assembleia Geral Extraordinária para o dia 11 de Novembro para deliberar sobre uma proposta para aumentar o capital social por novas entradas em espécie até 790,7 milhões de euros, através do lançamento de ofertas de troca sobre valores mobiliários emitidos pelo BES, BES Investimento e BES Finance. O Conselho de Administração propõe também o acréscimo do montante máximo de autorização para deliberar aumentar o capital social de 5 mil milhões de euros para 7,5 mil milhões de euros.

20 No seguimento da revisão em baixa do *rating* de longo prazo da República Portuguesa, a DBRS procede à revisão do *rating* do Banco Espírito Santo para o mesmo nível do *rating* soberano de Portugal, de BBB (*high*) para BBB, com tendência negativa. O *rating* da dívida de curto prazo mantém-se inalterado em R-2 (*high*), com tendência negativa.

27 O BES divulga o resultado dos primeiros nove meses de 2011. O considerável reforço do provisionamento levou a que o resultado líquido registasse uma quebra de 66% face a Setembro de 2010, situando-se em 137,8 milhões de euros.

No mesmo dia, a Autoridade Bancária Europeia ("EBA") divulga os resultados da avaliação feita a valores de mercado das exposições a dívida soberana detidas em 30 de Setembro de 2011 pelos bancos portugueses. O montante global das necessidades de capital identificadas para o Banco Espírito Santo, aplicando a metodologia utilizada pela EBA, é de 810 milhões de euros, correspondendo 121 milhões de euros ao valor resultante da avaliação a preços de mercado das exposições a dívida soberana.

10

Novembro

7 O BES celebra com a *Dagong Global Credit Rating Co., Ltd.* um contrato para atribuição de *rating* ao Banco Espírito Santo e ao Banco Espírito Santo do Oriente.

A Assembleia Geral Extraordinária de **11** de Novembro de 2011, delibera aumentar o capital social do BES por novas entradas em espécie em até 786 946 959,99 de euros, através do lançamento de ofertas de troca sobre valores mobiliários emitidos pelo BES, pelo BES Investimento e pelo BES Finance. Simultaneamente, é aprovado aumentar, de 5 000 000 000,00 de euros para 7 500 000 000,00 de euros, o montante máximo de autorização concedido ao Conselho de Administração para aumento de capital social por novas entradas em dinheiro sem necessidade de prévia deliberação da Assembleia Geral. Na mesma Assembleia Geral foi igualmente aprovado suprimir o direito de preferência dos accionistas na subscrição de eventuais aumentos de capital decorrentes do eventual accionamento das garantias pessoais a serem concedidas pelo Estado Português nas três emissões de obrigações não subordinadas, com maturidade de até 3 anos, no montante máximo global de 3,5 mil milhões de euros.

11

12

Dezembro

2 O Banco Espírito Santo divulga o resultado das ofertas de troca sobre valores mobiliários emitidos pelo BES, pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e pelo BES Finance, Ltd., que decorreu entre os dias 14 e 30 de Novembro. Foram emitidas 294 573 418 novas acções ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal do BES e 81 736 obrigações de caixa subordinadas, de valor nominal de 100 euros cada. Após a emissão das 294 573 418 novas acções, o capital social do BES é de 4 030 232 150,40 de euros, representado por 1 461 240 084 acções.

8 O Banco Espírito Santo informa o mercado sobre o resultado do exercício de capital de acordo com a metodologia definida pela *European Banking Authority* (EBA). Os resultados apresentados foram calculados com base nos pressupostos e metodologias definidos pela EBA para o exercício de capital conduzido em cooperação com o Banco de Portugal. De acordo com a aplicação da referida metodologia, as necessidades de capital ao nível do Grupo BES para atingir um rácio de *core tier I* de 9% totalizavam 810 milhões de euros à data de 30 de Setembro de 2011, dos quais 121 milhões de euros correspondem ao *buffer* de capital temporário para as exposições soberanas.
No comunicado divulgado ao mercado o Banco informa ainda que detinha, em 30 de Setembro de 2011, um montante de dívida pública europeia de 3,6 mil milhões de euros (4% do total do Activo), constituída por exposição soberana a Portugal, da qual 84% com maturidade até 1 ano.

16 São divulgados os primeiros resultados globais do Programa Especial de Inspecções (SIP) realizado como parte das medidas e acções acordadas pelas autoridades portuguesas, relativamente ao sistema financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com o FMI/UE/BCE .
O exercício abrangeu a avaliação de créditos no valor de 44,1 mil milhões de euros, cobrindo 85% do total da carteira de crédito do Grupo BES. Esta avaliação concluiu existir uma necessidade de reforço de 125 milhões de euros no valor da imparidade individual registada nas contas consolidadas do Grupo, dos quais já haviam sido constituídos 21 milhões de euros em Setembro de 2011. A 31 de Dezembro as provisões efectuadas no âmbito do SIP totalizavam 42,7 milhões de euros.

O Banco Espírito Santo realiza, no dia **23** de Dezembro, uma emissão de dívida garantida pelo Estado Português no montante de mil milhões de euros.

Principais Campanhas 2011

Fevereiro

Conta Rendimento CR

O BES reforça a sua competitividade nos recursos com uma nova vaga da campanha da Conta Rendimento CR com o Cristiano Ronaldo: "Não gosto de perder nem a feijões, por isso tenho o meu dinheiro a render no BES onde ganho mais".



Abril e Maio

Conta Rendimento CR

Uma nova vaga da campanha da Conta Rendimento CR "Não gosto de perder nem a feijões".



Julho

Conta Poupança Dez

Já não é preciso muito para começar a poupar. De 10 em 10 já se poupa no BES. Uma flexível solução de poupança programada a partir de €10/mês.



BES Express Bill



01 02 03 04/05 06 07

Março

Soluções de Poupança BES

O BES convoca os portugueses para a poupança com uma mensagem forte e directa: "pensa em ti, poupa".



Janeiro

Acção MGM oferta de iPad



Junho

Jovens Profissionais 18.31

Uma inovadora solução para jovens em início de vida activa adaptada ao contexto do país: "Posso não ter um grande ordenado, mas tenho uma conta feita a pensar em mim".



Novo BESnet, bonito serviço

lançamento do novo BESnet, o serviço de *Internet banking* do BES com um *design* melhorado e uma navegação mais simples e intuitiva.



Agosto

Cartões de Crédito BES "parte volta para si"

Lançamento de uma solução inovadora de cartões de crédito que dá retorno aos clientes nos principais sectores das compras do dia-a-dia. "Ao pagar em TPA's do BES com cartões de crédito BES parte do que comprar em saúde, educação, restauração, vestuário e calçado volta para si".



Residentes no Estrangeiro

Soluções específicas para Residentes no Estrangeiro.



Setembro e Outubro

Conta Rendimento CR

Um grande incentivo à captação de recursos com o Cristiano Ronaldo, retratando a ideia de que "não se hesita perante uma grande oportunidade" como a nova taxa da Conta Rendimento CR.



O BES é o primeiro Banco Português a integrar o índice de sustentabilidade *Dow Jones Sustainability Indexes* e assinala este acontecimento com uma campanha na imprensa nacional e internacional:



Novembro

Micropoupança

Ao lançar o conceito de micro poupança o BES reforça o seu posicionamento de "Banco da Poupança" apostando na criação de produtos que se destinam a estimular hábitos de poupança inovadores







08

No âmbito do programa de Literacia Financeira, o BES é o principal mecenas das **30as Olimpíadas da Matemática.**



09/10

Orçamento Familiar BES – Um serviço online gratuito, que organiza automaticamente as receitas e despesas por categorias e compara-as com meses anteriores, para saber sempre o que a casa gasta. Novos tempos pedem um novo poupar.



Poupança BES Junior – Na 8ª edição a Poupança BES Júnior, lança um novo porquinho mealheiro BES|Agatha Ruiz de la Prada: o GIZ o mealheiro que ensina a poupar por objectivos.



11

Lançamento de uma campanha institucional na imprensa, sob o conceito "7 números dizem mais que mil palavras".



12

Dezembro

BES Venezuela

Divulgação antecipada da abertura do BES em Caracas.



Órgãos Sociais

Os órgãos sociais do Banco Espírito Santo, são eleitos em Assembleia Geral de Accionistas.

A gestão do Banco Espírito Santo é assegurada por um Conselho de Administração com competência para exercer os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade, praticando todos os actos necessários ou convenientes à prossecução das actividades do Banco. No âmbito das suas competências cabe, ainda, ao Conselho de Administração definir, acompanhar e monitorizar as grandes linhas estratégicas do Banco e garantir a dinamização das comissões especializadas constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da Sociedade.

O Conselho de Administração do BES é composto por vinte e cinco membros, dos quais sete são independentes e não executivos. A gestão corrente da sociedade é delegada numa Comissão Executiva, composta por nove membros.

No que diz respeito aos membros independentes do Conselho de Administração, três pertencem à Comissão de Auditoria e três à Comissão de Governo. O Presidente do Conselho de Administração é, também, qualificado como independente.

O Conselho de Administração do BES reúne, pelo menos, uma vez em cada trimestre e reunirá extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, por dois Administradores ou pela Comissão de Auditoria.

Em 2011, e em estreita colaboração com a Comissão Executiva, o Conselho de Administração, no âmbito dos poderes que legal e estatutariamente lhe são conferidos e de acordo com o seu regulamento (disponível em www.bes.pt/investidor e no Capítulo II do Relatório de Governo da Sociedade), acompanhou, avaliou e supervisionou a actividade da Sociedade sem se ter deparado com quaisquer constrangimentos.

No âmbito do acompanhamento pelo Conselho de Administração da dinamização das comissões especializadas, e no que diz respeito aos administradores não executivos, estes exercem funções de supervisão nas seguintes comissões:

- Comissão de Auditoria – constituída por três administradores não executivos e independentes e cujo relatório sobre a actividade desenvolvida em 2011 se encontra no final deste relatório;

- Comissão de Governo – constituída por três administradores não executivos e independentes.

A informação detalhada sobre a composição, as competências e os poderes da Comissão de Auditoria e da Comissão de Governo está descrita no capítulo II do Relatório de Governo das Sociedade.

Sendo a gestão corrente da Sociedade delegada na Comissão Executiva, o Presidente do Conselho de Administração pode, a cada momento, solicitar esclarecimentos ao Presidente da Comissão Executiva sobre matérias que considere relevantes para o exercício das suas funções e para garantir que os restantes membros do Conselho estão devidamente informados.

Em 2011, os administradores não executivos do BES tiveram uma presença assídua nas reuniões do Conselho de Administração e foi-lhes disponibilizada toda a informação considerada relevante para o acompanhamento da actividade da Sociedade, tendo o Presidente da Comissão Executiva enviado todas as convocatórias e actas das reuniões ao Presidente do Conselho de Administração.

Em 2011 o Conselho de Administração reuniu 8 vezes, tendo apreciado e deliberado sobre um conjunto de assuntos dos quais se destacam:

- Aprovação dos resultados do Grupo BES referentes ao exercício de 2010 e aos primeiros três, seis e nove meses de 2011;

- Aprovação da proposta de aplicação de resultados do exercício de 2010;

- Aprovação das propostas a apresentar à Assembleia Geral de Accionistas de Março de 2011, v.g. sobre (i) o Relatório de Gestão, o Relatório do Governo da Sociedade, e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, relativos ao exercício de 2010; (ii) a política de remuneração dos dirigentes do BES e sobre a criação de um plano de remuneração variável; (iii) a alteração parcial do contrato de sociedade;

- Aprovação das propostas a apresentar à Assembleia Geral Extraordinária de Junho de 2011, v.g. sobre (i) a alteração parcial do contrato de sociedade, modificando o artigo 4º; (ii) a supressão do direito de preferência dos accionistas, caso o Conselho de Administração venha a deliberar um aumento de capital social nos termos do número 2 do artigo 4º do contrato de sociedade, com vista à incorporação de créditos do Estado português decorrentes do eventual accionamento da garantia relativa à emissão de obrigações não subordinadas;

- Aprovação das propostas a apresentar à Assembleia Geral Extraordinária de Novembro de 2011, v.g. sobre (i) a alteração parcial do contrato de sociedade, modificando o número 3 do artigo 4º; (ii) a supressão do direito de preferência dos accionistas, caso o Conselho de Administração venha a deliberar um aumento de capital social, nos termos do número 2 do artigo 4º do contrato de sociedade, com vista à incorporação de créditos do Estado português decorrentes do eventual accionamento da garantia relativa à emissão de obrigações não subordinadas no montante máximo de 1 000 000 000,00, de 1 000 000 000,00 e de 1 500 000 000,00 de euros; (iii) escolha do revisor oficial de contas sem interesses na sociedade para efeitos de preparação de relatório sobre as entradas em espécie a efectuar no âmbito do aumento de capital social; (iv) aumento de capital social da Sociedade em até 786 946 959,99 euros por novas entradas em espécie constituídas por valores mobiliários emitidos pela Sociedade, pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e pelo BES Finance Ltd., objecto de ofertas de troca a lançar pela Sociedade, com a consequente alteração do Artigo 4º (Capital Social) do contrato de sociedade; (v) alteração do número 4 do artigo 1º do «Regulamento do Direito dos Administradores à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma por Velhice ou Invalidez»;

- Cooptação dos administradores (i) Dr. Michel Jacques Mathieu, em substituição do Dr. Jean-Yves Hocher e (ii) Eng. Vincent Pacaud, em substituição do Dr. Michel Goutorbe.

Os órgãos sociais do BES, face ao seu estatuto de sociedade anónima, são eleitos em Assembleia Geral e estão localizados na sede social do Banco. A sua composição para o quadriénio 2008-2011 é actualmente a seguinte:

Conselho de Administração[1]

Alberto Alves de Oliveira Pinto (Presidente)
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Vice-Presidente)
Bruno Bernard Marie Joseph de Laage de Meux (Vice-Presidente)
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
Aníbal da Costa Reis de Oliveira
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Feixial de Goes
Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
José Manuel Ruivo da Pena
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
João Eduardo Moura da Silva Freixa
Pedro Mosqueira do Amaral
Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho
João de Faria Rodrigues
José de Albuquerque Epifânio da Franca
Antônio Bornia
Marc Olivier Tristan Oppenheim
Michel Jacques Mathieu
Vincent Claude Pacaud

O Conselho de Administração delega a gestão corrente do Banco numa Comissão Executiva, composta pelos seguintes administradores:

Comissão Executiva

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Presidente)
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
João Eduardo Moura da Silva Freixa

Mesa da Assembleia Geral

Paulo de Pitta e Cunha (Presidente)
Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz (Vice-Presidente)
Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo (Secretário)

Comissão de Auditoria

José Manuel Ruivo da Pena (Presidente)
Luis António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
João de Faria Rodrigues

Revisor Oficial de Contas (ROC)

KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes
Revisor Oficial de Contas Suplente, Jean-Éric Gaign (ROC)

Secretário da Sociedade

Eugénio Fernando Quintais Lopes
Pedro Moreira de Almeida Queiroz de Barros (Secretário Suplente)

(1) Os administradores Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau e Pedro José de Sousa Fernandes Homem renunciaram às funções de administrador, por motivo de passagem à reforma, com efeitos a 23 de Dezembro de 2011.
O administrador José de Albuquerque Epifânio da Franca renunciou às funções de administrador em Janeiro de 2012, com efeitos no final do mês de Fevereiro.

BOLSA:	NYSE Euronext
ISIN:	PTBES0AM0007
CÓDIGO BLOOMBERG:	BES PL
CÓDIGO REUTERS:	BES.LS
NÚMERO DE ACÇÕES:	1 461 240 084
VALOR NOMINAL:	
CAPITAL SOCIAL:	4 030 232 150,40 de euros

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social do Banco Espírito Santo era de 4 030 232 150,40 euros representado por 1 461 240 084 acções ordinárias sem valor nominal, admitidas à cotação na NYSE Euronext.

Principais Indicadores de Bolsa

			31-Dez-10 [5]	31-Dez-11	Variação
Dados de Bolsa					
01. N.º de Acções Ordinárias emitidas	(mil)		1 166 667	1 461 240	294 573
02. N.º médio ponderado de Acções Ordinárias emitidas [1]	(mil)		1 166 667	1 187 255	20 588
03. Última Cotação do ano	(€)		2,88	1,35	(53,1%)
04. Capitalização Bolsista no final do ano	(M€)	(01x03)	3 360	1 973	(41,3%)
Dados Financeiros Consolidados (valores de final do ano)					
05. Capital Próprio atribuível aos Accionistas [2]	(M€)		6 310	5 604	(11,2%)
06. Capital Próprio atribuível às Acções Ordinárias [3]	(M€)		5 440	5 363	(1,4%)
07. Resultado do Exercício	(M€)		556,9	(108,8)	....
08. Resultado atribuível às Acções Ordinárias	(M€)		**523,4**	**(3,1)**	**....**
09. Dividendo Bruto das Acções Ordinárias	(M€)		147,0	-	-
10. *Pay Out Ratio* das Acções Ordinárias	(%)	(09/07)	26,4	-	-
Valores por Acção Ordinária					
11. Património Líquido	(€)	(06/01)	4,66	3,67	
12. Resultado	(€)	(08/01)	0,45	0,00 [4]	
13. Dividendo Bruto	(€)	(09/01)	0,126	-	
Cotação da Acção Ordinária como Múltiplo do					
14. Património Líquido	PBV	(03/11)	0,62	0,37	
15. Resultado	PER	(03/12)	6,40	....	
Rendibilidade da Acção Ordinária em Relação à Cotação					
16. do Resultado	(%)	(12/03)	15,63	0,00	
17. do Dividendo (*Dividend Yield*)	(%)	(13/03)	4,38	-	

(1) Nº médio de acções ordinárias ponderado pelo tempo de permanência no exercício
(2) Total do capital próprio em balanço deduzido dos interesses que não controlam
(3) Total do capital próprio atribuível aos accionistas deduzido das acções preferenciais e dos outros instrumentos de capital
(4) Em Dez.11 utilizou-se o número médio ponderado de acções emitidas
(5) Dados de 2010 ajustados da alteração da política contabilística no registo dos desvios actuariais

Desempenho das Acções BES

A crise da dívida soberana Europeia e os seus desenvolvimentos constituíram o factor decisivo para uma performance negativa dos mercados accionistas em 2011, afectando principalmente o sector da banca europeia, que terminou o ano com quedas superiores às verificadas na generalidade dos mercados. O sector da banca em Portugal não foi excepção, principalmente desde o pedido de assistência financeira internacional. As acções do BES terminaram 2011 com uma performance superior à do sector da banca em Portugal. Em 30 de Dezembro de 2011 o BES era o maior banco nacional cotado, com uma capitalização bolsista de 1 973 milhões de euros (cotação de fecho a 30 de Dezembro de 2011: 1,35 euros).

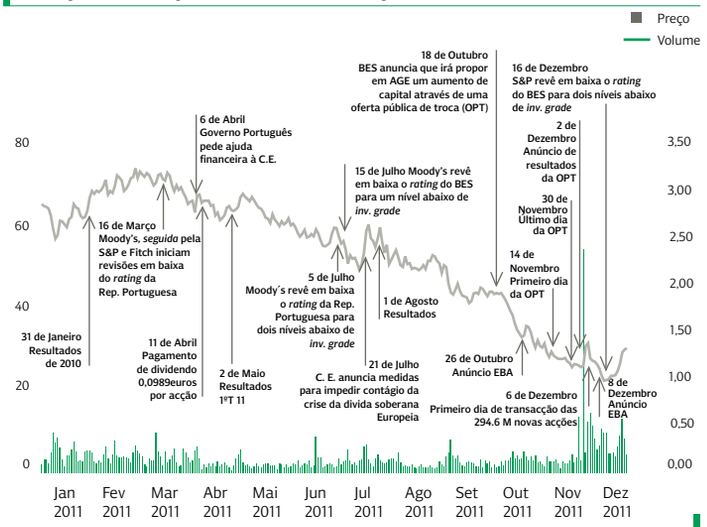
Eventos que influenciaram a evolução da acção BES em 2011

Data	Evento	Var 1D	Var YTD
31/01	BES apresenta resultados do exercício de 2010	+3,8%	+2,8%
16/03	Moody's revê em baixa o *rating* da República Portuguesa	-2,6%	+9,0%
24 /03	Fitch revê em baixa o *rating* da República Portuguesa	-1,9%	+6,7%
24 /03	S&P revê em baixa o *rating* da República Portuguesa	-1,9%	+6,7%
28 /03	S&P revê em baixa o *rating* dos bancos Portugueses, incluindo o BES	+0,6%	+7,3%
30 /03	S&P revê em baixa o *rating* da República Portuguesa	-1,1%	+3,6%
1 /04	S&P revê em baixa dos bancos Portugueses, incluindo o BES	+1,2%	+1,6%
4 /04	Fitch revê em baixa o *rating* da República Portuguesa	+0,3%	+1,9%
5 /04	Moody's revê em baixa o *rating* da República Portuguesa	-1,2%	+0,7%
6 /04	Moody's revê em baixa o *rating* dos bancos Portugueses, incluindo o BES	-1,0%	-0,3%
6 /04	BES transacciona em ex-dividendo	-1,0%	-0,3%
7 /04	Governo Português oficializa pedido de ajuda financeira à Comissão Europeia	+4,2%	+3,8%
19 /04	DBRS inicia cobertura de *rating* ao BES	-1,1%	-4,2%
2 /05	BES apresenta resultados do 1º trimestre 2011	-1,2%	-1,7%
5 /05	Governo interino anuncia memorando de entendimento assinado com CE/FMI/BCE, que inclui um plano de desalavancagem, financiamento e capitalização do sector bancário português	+4,6%	+3,1%
13 /05	Banco de Portugal oficializa novos rácios de capital a cumprir pelo sector bancário Português: 9% em Dezembro de 2011 e 10% em Dezembro de 2012	-1,0%	+2,0%
24 /05	DBRS revê em baixa o *rating* da República Portuguesa	-1,3%	-5,7%
25 /05	DBRS revê em baixa o *rating* do BES	+2,5%	-3,3%
05/06	Eleições Legislativas – novo Governo toma posse a 21/06	- 2,1%	-7,2%
30 /06	BES informa sobre recompra parcial de uma emissão de acções preferenciais com vista a reforçar capital	+3,7%	-10,8%
5 /07	Moody's coloca o *rating* da República Portuguesa dois níveis abaixo de *investment grade*	-5,7%	-14,7%
7 /07	Moody's coloca o *rating* da emissão do BES com garantia do Estado um nível abaixo de *investment grade*	+0,8%	-14,1%
15 /07	Moody's coloca o *rating* dos bancos Portugueses, incluindo o BES um nível abaixo de *investment grade*	-4,5%	-4,4%
15 /07	EBA divulga os resultados dos *stress tests*	-4,5%	-24,4%
19 /07	BES realiza uma emissão de dívida sénior garantida pelo Estado Português no montante de 1,25 mil milhões de euros	+6,7%	-17,8%
21 /07	Cimeira da U.E. chega a acordo sobre várias medidas para impedir um contágio da crise da dívida soberana Europeia	+9,0%	-10,4%
1 /08	BES apresenta resultados do 1º semestre de 2011	-2,5%	-16,7%
30 /09	BES assina primeiro acordo de financiamento de médio e longo prazo desde Abril 2010 com o *China Development Bank*	-1,7%	-31,7%
6/10	S&P reafirma o *rating* da República Portuguesa	+1,4%	-32,6%
7/10	Moody's revê em baixa o *rating* dos bancos Portugueses, incluindo o BES	-1,0%	-33,3%
12/10	Comissão Europeia anuncia medidas de recapitaização para o sector bancário Europeu	-2,2%	-34,0%
18/10	BES anuncia que irá propor em AGE um aumento de capital através de oferta pública de troca	-1,5%	-40,1%
21/10	DBRS revê em baixa o *rating* do BES	-1,7%	-45,8%
26/10	EBA divulga resultados do exercício sobre necessidades de capital realizado à Banca Europeia	+8,7%	-45,3%
27/10	BES apresenta resultados do 3º trimestre de 2011	-0,3%	-45,4%
11/11	Accionistas do BES aprovam aumento de capital	+2,8%	-55,4%
14/11	Primeiro dia da oferta pública de troca	-1,2%	-55,9%
30/11	Último dia da oferta pública de troca	-1,9%	-60,3%
2/12	BES anuncia resultado da oferta pública de troca	+16,5%	-53,5%
6/12	Primeiro dia de negociação das 294,6M acções emitidas no âmbito do aumento de capital do BES	-12,4%	-57,5%
8/12	EBA divulga resultados do exercício sobre necessidades de capital realizado à Banca Europeia	-3,8%	-59,3%
16/12	Banco de Portugal publica resultados do Programa Especial de Inspecções	-1,0%	-63,9%
16/12	S&P revê em baixa o *rating* dos Bancos Portugueses, incluindo o BES	-1,0%	-63,9%

Liquidez

Em 2011 foram transaccionadas em média 3,8 milhões acções diariamente, um acréscimo de 24,1% face a 2010 (em média 3,1 milhões acções por dia). Verificou-se ainda um aumento do volume diário de acções transaccionadas no último trimestre do ano, principalmente desde a entrada das novas acções emitidas no âmbito do aumento de capital no último trimestre do ano. O nível de liquidez das acções do BES, quando calculado com base no volume médio diário de transacções em euros situou-se, em média, nos 8,2 milhões de euros por dia (em 2010 este valor situou-se nos 10,8 milhões de euros por dia).

Evolução da Cotação e do Volume da Acção BES em 2011



As Acções BES e os Índices

As acções do BES estão admitidas à cotação na *NYSE Euronext Lisbon* e fazem parte de 36 índices, entre os quais destacamos os seguintes:

Índice	*Bloomberg ticker*	% Peso em 2011
Euronext Lisbon PSI Financials	PSIFIN	48,872
PSI-20	PSI20	4,003
STOXX Europe 600 Optimised Banks	SXO7P	0,230
STOXX Europe 600 Banks	SX7P	0,220
WT International Midcap Dividend	DIMIV	0,217
Euronext-100	N100	0,206
Bloomberg Europe Banks & Financial Services	BEBANKS	0,154
S&P Europe 350 Financials	SPEURO40	0,105
Bloomberg European Financials	BEFINC	0,101
EURO STOXX	SXXE	0,060
S&P Euro	SPEP	0,044
Bloomberg European 500	BE500	0,038
S&P Euro Plus	SPEUR	0,029
S&P Global 1200 Financials	SGFS	0,028
STOXX Europe 600	SXXP	0,020
S&P Europe 350	SPEU	0,019
Bloomberg European 500 (traded in Euro)	BE500E	0,018
S&P Global 1200	SPGLOB	0,005
PSI Geral	BVLX	3,886
S&P Euro Financials	SEUFINL	0,23
S&P Europe 350 Banks	SEBANKX	0,198
FTSE4Good Europe	4GEU	0,026
FTSE4Good Global	4GGL	0,011

Fontes: *Bloomberg*, FTSE, Stoxx, Standard & Poor's

O BES é desde Setembro de 2007 membro do índice FTSE4Good, reforçando o seu posicionamento enquanto instituição socialmente responsável, sendo o único banco português a integrar este índice e vê reconhecido, de forma independente, o seu modelo de gestão assente em critérios de sustentabilidade. Lançado em 2001, o índice FTSE4Good é constituído por um conjunto de índices negociáveis e comparáveis para investidores com preocupações de responsabilidade social.

Em 2011, o BES passou a integrar o mais relevante índice de sustentabilidade a nível mundial o *Dow Jones Sustainability Indexes* (DJSI). O BES passa assim a integrar o grupo restrito de 15 bancos que compõem o *Dow Jones Sustainability Europe Index*.

O DJSI foi lançado em 1999 como o primeiro índice financeiro para empresas líderes em sustentabilidade a nível global. As empresas que constam deste Índice, indexado à bolsa de Nova Iorque, são classificadas como as mais capazes de criar valor para os accionistas, a longo prazo, através de uma gestão dos riscos associados tanto a factores económicos, como ambientais e sociais. Esta avaliação, permite aos investidores uma análise de desempenho mais criteriosa atendendo às suas exigências de investimento.

Composição e Estrutura Accionista

O Banco Espírito Santo tem uma estrutura accionista estável desde 1991. A BESPAR, que detém uma participação de 35%, agrega a participação do Espírito Santo Financial Group e uma participação indirecta do Crédit Agricole, parceiro do Grupo Espírito Santo desde 1986.

Entre 14 e 30 de Novembro de 2011, o BES realizou ofertas de troca sobre valores mobiliários emitidos pelo BES, pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e pelo BES Finance, Ltd. Em resultado das referidas ofertas o capital social do BES passa a ser de 4 030 232 150,40 euros, representado por 1 461 240 084 acções, ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal.

Após esta operação o Crédit Agricole passou a deter uma participação directa de 8,63% e de 1,71% através da BES Vida. O Banco Bradesco, através da Bradport, e o Grupo Portugal Telecom detêm participações de 4,83% e 2,09%, respectivamente. O *free float* situa-se nos 49,45%.

A Silchester, que detém uma posição qualificada no capital do BES desde 2010, continuou a reforçar a sua participação ao longo de 2011 (5,9% ou 62,9 milhões de acções em Junho e 6,4%, ou 75 milhões de acções em Setembro). Em 31 de Dezembro de 2011, e após a conclusão do aumento de capital, a participação da Silchester situou-se nos 5,7% do capital social do BES, num total de 82,3 milhões de acções. A Silchester International Investors LLP é uma sociedade gestora de investimentos com sede no Reino Unido, que investe em entidades não americanas cotadas em bolsa.

Em 31 de Dezembro de 2011, os principais accionistas do BES eram os seguintes:

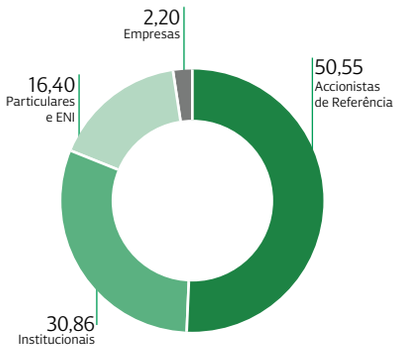
Accionistas	%Acções Ordinárias	
	Dez. 10	Dez. 11
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	40,00	35,00
CRÉDIT AGRICOLE, S.A	10,81	8,63
BRADPORT, SGPS, S.A*	6,05	4,83
SILCHESTER INTERNATIONAL INVESTORS LIMITED (Reino Unido)	5,41	5,67
"PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A (através da PT Prestações-Mandatária de aquisições e gestão de bens, S.A."	2,62	2,09

* Sociedade de direito português detida a 100% pelo Banco Bradesco (Brasil)

Em 31 de Dezembro de 2011 o capital do Banco estava registado em nome de mais de 36 mil accionistas e encontrava-se repartido da seguinte forma:

Estrutura Accionista em 31 de Dezembro de 2011

(% participação no capital)



O peso dos investidores institucionais manteve-se acima dos 30% em 2011, apresentando mesmo um crescimento para 30,9% (30,0% em 2010).

Comunicar com o mercado

O BES informa regularmente o mercado sobre os resultados, os eventos ou quaisquer factos relevantes do Grupo para a comunidade financeira e para o público em geral. O Gabinete de Relações com Investidores é responsável por promover uma comunicação com o mercado efectiva e regular, nomeadamente através de comunicados veiculados através da CMVM e do *site* do BES, promovendo reuniões com accionistas, com potenciais investidores e analistas, ou participando em conferências internacionais para investidores. É ainda responsável pela coordenação da informação prestada às agências de *rating* e pela relação do BES com a CMVM. Na divulgação dos resultados trimestrais, semestrais e anuais são promovidas *conference calls* para investidores e analistas, que têm assim regularmente a oportunidade de endereçar questões directamente ao Presidente da Comissão Executiva e ao CFO do Banco (para informações complementares consultar o ponto III.16 do Relatório de Governo da Sociedade).

Apesar do difícil ambiente macroeconómico, o Grupo BES continuou, em 2011, a contactar activamente com investidores institucionais quer através de reuniões, quer através da participação em conferências organizadas por diferentes bancos de investimento e de outras iniciativas que permitiram manter o interesse e a notoriedade do BES no mercado internacional e nacional.

Ao longo do ano 2011 o BES realizou *roadshows* nos principais centros financeiros europeus e norte americanos, tendo promovido mais de 200 reuniões com investidores, e participou em diversas conferências internacionais:

- *HSBC Southern European Financials Conference*, em Londres;

- *Goldman Sachs Spanish and Portuguese Banks Symposium,* em Londres;

- *Morgan Stanley European Financials Conference,* em Londres;

- *UBS Global Financials Conference,* em Nova Iorque;

- *Portuguese Day,* promovido pelo BES Investimento e pela *NYSE Euronext,* em Nova Iorque;

- *Nomura Financial Services Conference,* em Londres;

- *BBVA Iberian Conference,* em Londres;

- *KBW European Financials Conference,* em Londres;

- *BPI VIII Iberian Conference,* em Lisboa.

Dividendos

A distribuição de dividendos que o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral obedece a critérios de equilíbrio entre a solidez financeira (reforço dos rácios de solvabilidade através do autofinanciamento) e uma adequada remuneração dos accionistas.

O Conselho de Administração irá submeter à aprovação da Assembleia Geral que o prejuízo apurado no exercício de 2011, no valor de 133 089 418,85 euros, seja integrado na rubrica de "Outras Reservas e Resultados Transitados" do balanço.

Research sobre o BES

Ao longo do ano de 2011, um total de 14 analistas seguiram as acções do BES. O preço alvo médio das recomendações divulgadas e publicadas até 31 de Dezembro era de 2,50 euros por acção, com um potencial de *upside* de 85% face à cotação de fecho nessa data (1,35 euros). Em 2011, o BES continuou a ser o Banco da Península Ibérica com maior peso de recomendações de compra, no total das recomendações atribuídas pelos analistas, com 43% dos analistas a recomendarem "comprar" e 43% a recomendarem "manter" (recomendações atribuídas até 31 de Dezembro de 2011).

O Diálogo com os *Stakeholders*

Em 2011, o Grupo BES desenvolveu uma consulta aos seus *stakeholders*, nomeadamente: colaboradores, clientes, media, investidores, analistas financeiros especializados em sustentabilidade, fornecedores, Organizações Não Governamentais, professores universitários e outras organizações com impacto e influência na agenda da sustentabilidade.

Esta auscultação permitiu validar a abordagem do Grupo à sustentabilidade e sobretudo identificar os principais temas relevantes para estes *stakeholders*, os quais foram identificados com base no seu impacto no Grupo BES e o impacto do Grupo no *stakeholder*.

Os principais temas materiais identificados são a ética e responsabilidade na relação com as partes interessadas, satisfação dos clientes, inclusão financeira de pessoas e empresas, eco-eficiência nos balcões, edifícios e operações do Banco, formação e desenvolvimento dos colaboradores, encontrando-se todos estes temas disponíveis no presente Relatório e Contas e no *website* do Grupo BES.

Para complementar esta consulta periódica de levantamento dos temas materiais, em 2011, o Banco continua a apresentar mecanismos de auscultação e diálogo permanente, que permitem identificar de forma contínua as expectativas e temas relevantes a gerir e comunicar.

Canais de diálogo com os *Stakeholders*

Colaboradores

- Congresso Anual do Grupo BES
- Portal de Recursos Humanos
- Intranet/BESweb
- Comissões Executivas Itinerantes
- Comissão de Trabalhadores
- Secretariado Sindical
- Procedimento de Informação e Consulta
- Formação
- Avaliação de Desempenho
- Inquéritos de Satisfação de Cliente Interno
- Inquéritos de Motivação
- Inquérito Anual a Colaboradores sobre as Práticas de Sustentabilidade do Grupo
- Acções *outdoor*
- Caixa de *e-mail* do Presidente da Comissão Executiva do BES
- *Web-magazine* informação

Investidores/ Accionistas

- *Roadshows*
- *Conference Call*
- Participações em conferências Internacionais
- Reuniões periódicas
- *Strategy Day*
- Comunicados ao mercado
- Assembleia Geral
- Newsletter para o Accionista "Valor BES"
- Mailbox dedicada a Accionistas e Investidores
- *Site* de *Investor Relations*

Clientes

- Comissões Executivas Itinerantes
- Rede de Balcões, Centros de Empresa, Direcção Regionais, Centros *Private*, Departamento de Qualidade de Serviço
- *Internet Banking*
- Sistema de Gestão de Reclamações
- Centro de Contactos
- Campanhas de Comunicação e Publicidade
- Inquéritos de Satisfação do Cliente
- Inquérito anual a Clientes sobre Práticas de Sustentabilidade do Grupo

Entidades Reguladoras

- Reportes obrigatórios e Comunicações Voluntárias
- Reuniões periódicas
- *Press-releases*

Media

- Reuniões/encontros regulares com a Comissão Executiva
- Conferências de Imprensa
- BES *Press Trip*
- Resposta a necessidades diárias de informação

Fornecedores

- Reuniões e Contactos Periódicos
- Portal dos Fornecedores
- Inquérito anual a Fornecedores sobre as Prácticas de Sustentabilidade

ONG's

- Reunião anual com ONG's do sector ambiental
- Resposta a necessidades diárias de informação

Colaboradores

Em 2011, o Grupo Banco Espírito Santo continuou uma política orientada para a valorização dos seus recursos humanos enquanto um activo no qual investe em permanência. A aposta nos seus colaboradores consubstancia-se no desenvolvimento das suas competências, na sua formação e na concretização das suas expectativas num compromisso constante com os objectivos da empresa.

O Comité de Recursos Humanos é responsável por estabelecer as políticas e práticas para o capital humano nas diferentes geografias e empresas do Grupo e tem como desafio adaptar à cultura e envolvente locais as mesmas políticas e práticas que permitem respeitar os princípios gerais do Banco e os principais pilares de valorização do capital humano, promovendo um ambiente de trabalho saudável, equilibrado, competitivo e orientado para os resultados.

Em 2011, o Grupo BES aprovou a Política dos Direitos Humanos e Laborais, reforçando, através deste documento, as normas internas relativas ao respeito pelos direitos humanos e a práticas laborais vigentes em cada região. Com a implementação desta política, o Grupo vem reforçar a necessidade para a protecção de uma cultura de respeito pelas pessoas em todas as geografias onde opera. Em primeira instância o Grupo promove o respeito pela legislação, normas e regulamentos nacionais, não obstante a necessidade de respeitar os Princípios do *Global Compact,* a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Directrizes da OCDE para Empresas Multinacionais e as Convenções Principais da Organização Mundial do Trabalho.

Em 2012, e com o intuito de reforçar a implementação e conhecimento desta política, o Banco irá conceder formação em Direitos Humanos, comunicando claramente o conteúdo destas políticas e dos princípios que norteiam a actuação do Banco.

Com o mesmo objectivo o Banco implementou em 2011 a Política de Não Discriminação e Igualdade de Oportunidades de Carreira, aplicável à contratação, remuneração, avaliação e desenvolvimento de carreira de todos os colaboradores. Esta política está implementada no Banco através dos normativos internos que regem todos os processos relativos ao desenvolvimento profissional dos colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo BES apresentava um quadro de pessoal com 9 863 colaboradores, distribuídos por quatro continentes, dos quais 7 557 em Portugal (76,6%) e 2 306 no estrangeiro (23,4%).

Distribuição dos colaboradores por área geográfica

País	Dez.10	Dez.11
Portugal	7 584	7 557
Resto da Europa	946	856
Espanha	596	567
Reino Unido	277	210
Outros Países Europeus	73	79
África	923	1 047
América do Sul	202	197
América do Norte	182	178
Ásia	21	28
TOTAL	**9 858**	**9 863**

A expansão da actividade em África, nomeadamente em Angola e Cabo Verde, justifica o aumento de colaboradores na região, compensando a redução generalizada no número de colaboradores nas restantes áreas geográficas, mantendo-se, assim, praticamente inalterado o número de colaboradores em 2011.

Capital Humano

Género	Homens/55%		Mulheres/45%	
Faixa Etária	<30	15%	30-50	68% >50 17%
Taxa Rotatividade		11%		
Média de Horas de Formação		32		
Taxa de Absentismo		2,8%*		

* A taxa de absentismo não inclui o absentismo referente a maternidade e paternidade.

O Grupo BES continua a realizar um esforço de rejuvenescimento e de qualificação dos seus quadros a par de um trabalho de fidelização dos colaboradores mais jovens e com forte potencial de evolução. Para tal, assume especial relevância a gestão de carreiras, enquanto um eixo estratégico e determinante na motivação e na retenção dos Recursos Humanos.

O sistema de avaliação individual alinhado com os objectivos do negócio permite medir a performance individual e, o Sistema de Objectivos e Incentivos (SOI) que consiste na avaliação das diferentes estruturas e dos colaboradores de acordo com os objectivos definidos para cada departamento, permite medir a performance do trabalho em equipa. Estes dois factores são determinantes para o sucesso do negócio.

A avaliação de desempenho permite avaliar o nível de satisfação dos colaboradores com a sua função e, quando necessário, proceder à requalificação dos colaboradores que manifestem vontade e capacidade de se adaptar a outras funções. Em 2011, 74 colaboradores foram requalificados, 943 foram promovidos por mérito e 100 por antiguidade, representando 13,1% de total de colaboradores do Grupo.
O sistema de recompensas engloba a remuneração variável directamente relacionada com a avaliação de desempenho e com os resultados alcançados pelos colaboradores, encontrando-se igualmente dependente dos resultados financeiros globais do Grupo BES e dos resultados da equipa.

Formação e Gestão de Carreira

A atracção e retenção dos melhores profissionais, a disponibilização de um plano de formação, a mobilidade interna e a avaliação e compensação do mérito são os pilares essenciais no desenvolvimento e progressão de carreira dos colaboradores do Grupo BES.

A formação é um dos principais investimentos do Grupo BES na construção de um capital humano competitivo.
As metodologias utilizadas nas formações variam entre a formação *e-learning*, a formação presencial, o *coaching* ou a formação *on-job* e têm como objectivo dotar os colaboradores de competências técnicas e comportamentais que permitam criar valor para os clientes e para o Grupo BES.

Em 2011, foram concedidas em média 32 horas de formação por colaborador.
O plano de formação executado teve em consideração a especificidade dos diferentes negócios e funções no Grupo, tanto para a formação comportamental como técnica.

Balcão Escola

O projecto Balcão Escola serviu nos últimos 6 anos como plataforma de formação para todos os novos colaboradores da rede comercial. Em 2011, decorrente da constante necessidade de reforço formativo dos colaboradores, da inovação da actividade financeira, da maior exigência requerida pelos clientes e da necessidade de melhorar a qualidade de atendimento e nível de serviço, procedeu-se à reformulação do papel do Balcão Escola através do reforço das suas competências enquanto formador.
A metodologia aplicada assenta numa formação *on-job*, apoiada na existência de um conjunto de ferramentas criadas com a finalidade de potenciar o processo formativo, através, por exemplo, de um diagnóstico prévio permitindo aferir as principais lacunas a colmatar pela formação.
Para além dos diversos programas que foram criados e que permitem a "reciclagem/requalificação" dos colaboradores nas diversas funções da área comercial, são criados programas específicos sempre que se entende necessário. O Balcão Escola tem como objectivo não somente o reforço de competências dos colaboradores da rede comercial como dos colaboradores de departamentos centrais com necessidades de interacção com a rede comercial.

Plano Atitude BES

Alicerçado na importância do objectivo estratégico, "Orientação para o cliente", o Grupo BES continuou a desenvolver o Plano Atitude BES, centrado na melhoria da qualidade do atendimento e no desenvolvimento da relação com o cliente.
Em 2011, o programa Atitude BES foi alargado a toda a Rede Comercial de Retalho e reformulado com o objectivo de incluir nos seus conteúdos as conclusões decorrentes do diagnóstico de qualidade e do levantamento das necessidades da rede comercial.
Mais do que um programa de formação, a atitude BES traduz-se num projecto integrado, onde cada um dos colaboradores contribui para o objectivo final – a Orientação para o Cliente e a Liderança na Qualidade.

Talento BES

A Bolsa de Talentos BES tem como finalidade a identificação, avaliação e preparação de colaboradores com potencial para o desempenho da função de Gerente de Balcão.
Após uma criteriosa selecção das direcções comerciais em que são identificados os potenciais candidatos, os colaboradores são sujeitos a avaliações de acordo com os objectivos e as competências necessárias. Finalizada a formação, dá-se a emissão de relatórios finais e identificação dos colaboradores na Bolsa de Talentos que serão os futuros gestores dos Balcões e Centros de Empresa do Banco.
A taxa de retenção destes colaboradores situa-se nos 99%, permitindo que este programa de identificação de talento cumpra os objectivos para o qual foi definido, nomeadamente, identificar e reter os futuros gestores dos Balcões e Centros de Empresa do Banco.

Universidade BES

No terceiro ano de projecto, a Universidade BES representa uma ponte entre o Grupo BES e a comunidade académica, fomentando a construção de programas e conteúdos adaptados à realidade e cultura do Banco, com a qualidade das melhores escolas de ensino superior.
A Universidade BES permite a todos os colaboradores do Banco, candidatarem-se a cursos superiores, pós-graduações e seminários, beneficiando dos melhores especialistas em gestão, finanças ou economia em Portugal.
Em 2011, o programa *Executive Master* entrou na sua segunda edição. Este programa é dirigido a colaboradores de elevado potencial que necessitam desenvolver competências chave. A Universidade BES apostou também na disponibilização de seminários a todos os colaboradores, abrangendo temas como "Os Desafios do Empreendedorismo", "A ética no trabalho", "O desafio dos mercados globais". Os 17 Seminários apresentados, em 2011, foram conduzidos por especialistas internos e externos de elevada reputação, permitindo partilhar e disseminar conhecimento que enriquece o activo humano do Grupo.
Desde a sua criação, a Universidade BES acolheu 122 participantes no programa de *Executive Master,* 79 colaboradores nas pós graduações e 113 colaboradores nas licenciaturas.

Carreiras Internacionais

A estratégia de internacionalização do Grupo BES e a presença em mercados internacionais permite proporcionar aos colaboradores oportunidades de carreira internacional.
Através da sua política de expatriação - Missão Internacional – o Grupo BES disponibiliza aos colaboradores formação sócio-cultural sobre a nova geografia, cursos de línguas e apoio às famílias com o objectivo de facilitar a adaptação do colaborador à nova realidade.

Estágios internacionais

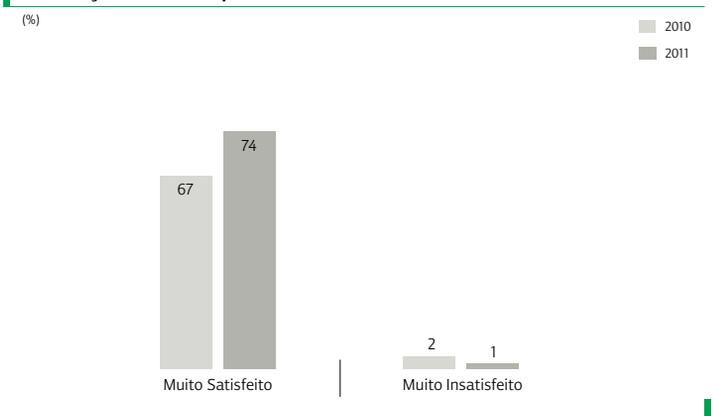
O Grupo BES criou programas de estágios internacionais com o objectivo de atrair colaboradores de diferentes origens e com a motivação de trabalhar em diferentes geografias, criando para este fim programas como:

- Estágios internacionais que permitem a admissão de jovens em diferentes estruturas internacionais do Grupo BES, por períodos de 6 meses a 1 ano;
- Estágios transfronteiriços com duração de 10 meses para jovens espanhóis no BES em Portugal;
- Estágios do Mestrado *The Lisbon MBA*, promovido em cooperação com a Universidade Católica e a Universidade Nova de Lisboa, com o objectivo de integrar alunos de diferentes nacionalidades e de elevado potencial nas operações do BES no estrangeiro.

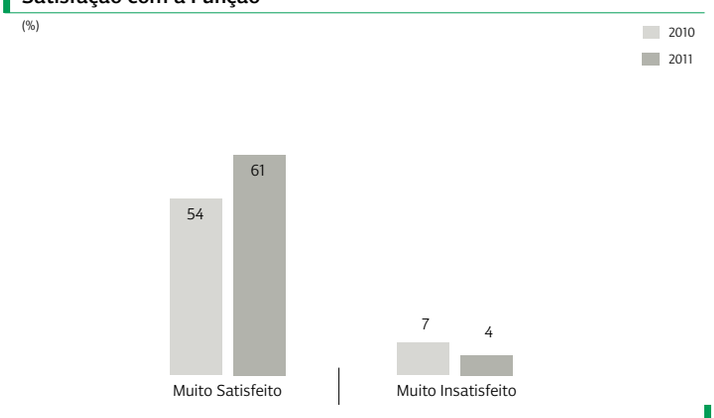
Satisfação e motivação

O BES realiza, com uma periodicidade anual, o inquérito de medição da satisfação dos colaboradores, permitindo mensurar o clima social no BES*.
O inquérito permite diagnosticar potenciais problemas de motivação com o trabalho ou com a empresa. O Departamento de Recursos Humanos acompanha os casos de departamentos ou unidades de negócio com pior performance nos inquéritos, alterando e propondo soluções que permitam aumentar a motivação e satisfação dos colaboradores minimizando potenciais problemas com consequentes perdas de produtividade no activo humano do Grupo. Em 2011, os resultados evoluíram positivamente, tanto na satisfação com a empresa, como na satisfação com a função. 74% dos colaboradores está muito satisfeito com a empresa e 61% com a função. Por outro lado, os casos negativos também diminuíram, com apenas 1% dos colaboradores muito insatisfeitos com a empresa e 4% com a função.

Satisfação com a Empresa



Satisfação com a Função



* Âmbito : BES Portugal

Satisfação e bem-estar dos colaboradores

O bem-estar familiar e profissional constitui um dos aspectos fundamentais para a satisfação e consequente motivação dos colaboradores.

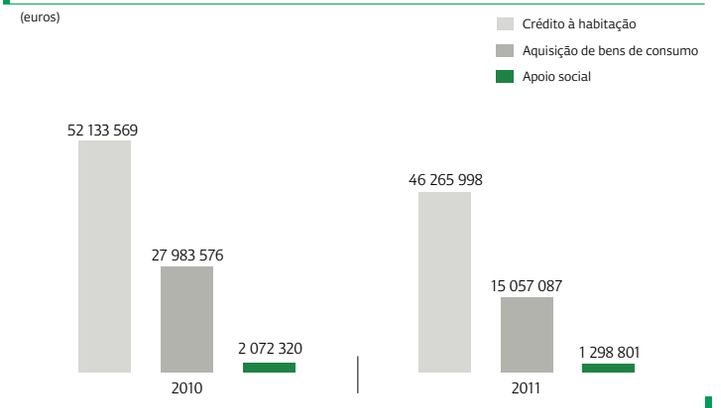
Num contexto de crise, o BES focou a sua atenção na concessão de benefícios financeiros aos colaboradores com maiores necessidades. Com este objectivo, o Banco implementou e atribuiu um conjunto de benefícios aos colaboradores e às suas famílias, nas seguintes áreas:

- apoio ao estudo, através da atribuição de subsídios à primeira infância, subsídios de apoio escolar e bolsas de estudo;
- apoio nas situações de doença, através do co-pagamento de despesas de saúde;
- apoio a colaboradores em situação de sobre endividamento. Este apoio abrangeu cerca de 130 colaboradores, através de empréstimos concedidos a taxas suportáveis pelos beneficiários;
- apoio a reformados, que tem como objectivo fazer face a despesas relacionadas com o apoio a situações de institucionalização (internamento em lar, centro de dia ou apoio domiciliário) e dificuldades de subsistência ou doença crónica (compra de medicamentos ou outros bens de 1ª necessidade). Em 2011 foram apoiados por este subsídio, 30 colaboradores reformados.

Os subsídios de apoio à primeira infância, no âmbito aos colaboradores com filhos, continuam a representar a fatia mais significativa dos apoios concedidos. Em 2011 foram atribuídos 247 subsídios, no valor de 140 euros mensais.

Estes benefícios são complementados com crédito habitação, crédito ao consumo e apoio social financeiro a colaboradores e respectivas famílias que, em 2011, totalizaram cerca de 63 milhões de euros.

Crédito e apoio a colaboradores



Para além de identificar, intervir e corrigir os riscos de segurança, o Grupo BES disponibiliza aos seus colaboradores serviços de saúde próprios, através de serviços clínicos existentes em Lisboa, no Porto e no Tagus Park.
Os serviços clínicos abrangem todos os colaboradores do BES e empresas do Grupo e prestam serviços no âmbito de medicina do trabalho, da medicina curativa e da enfermagem.
No ano 2011, foram efectuados 4 132 exames de medicina do trabalho (BES e empresas do Grupo em Portugal). Nos serviços clínicos do Banco, no âmbito da medicina curativa, foram também efectuados 11 148 actos médicos (consultas, receitas e pequenas cirurgias) e 5 483 actos de enfermagem.

	Exames Médicos	Actos Médicos	Actos Enfermagem
BES	3 791	11 418	5 483
BAC	83		
BEST	94		
BESI	119		
ESC	6		
ESAF	39		

De acordo com os protocolos de exames em vigor no BES e empresas do Grupo foram realizados em 2011 programas de prevenção e controlo de risco que abrangeram o seguinte número de colaboradores:

	Rastreio Cardio Vascular	Rastreio Oncológico		Rastreio Visual	*Check Up Executive*	Vacinas
		Mamografia	PSA			
BES	2 286	204	800	3 648	250	103
BAC	54	3	27	83	3	
BESI	88	9	13	105	34	1
BEST	36		1	91	1	2
ESC	5	1		6	1	
ESAF	17	6	1	38	17	

Foram também realizadas 563 consultas no âmbito da saúde mental (psiquiatria e psicologia) e de cessação tabágica.

Em 2011, o Banco disponibilizou ainda aos seus colaboradores programas, como:

- *Work-Life Balance* que tem com o objectivo favorecer o equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar dos colaboradores, através da facilitação ao acesso a serviços (serviços auto, engomadoria e lavandaria, limpeza, etc..) que apoiam a sua vida familiar e pessoal;

- Contra-peso: programa destinado a apoiar colaboradores que pretendem reduzir o excesso de peso e aumentar a sua qualidade de vida. Este programa baseou-se na troca de experiências e na entreajuda entre os participantes como forma de facilitação do processo de emagrecimento. Em 2011, cerca de 57 colaboradores foram acompanhados neste programa.

- Gestão de Stress: com o objectivo de garantir maior vigilância sobre doenças do foro psíquico e psicológico e as suas implicações na vida profissional e familiar, o Banco disponibiliza em permanência uma equipa constituída por um psiquiatra, um psicólogo e uma assistente social. Os colaboradores que recorrem a estes serviços, beneficiam de acompanhamento ao diagnóstico efectuado, permitindo apurar em caso de doenças profissionais, como o stress decorrente do trabalho, as respectivas causas e origens.

O trabalho da equipa médica tem permitido minimizar as ausências prolongadas originadas pelas reacções ao stress ou por situações de doença provocada por perturbações da ansiedade, depressão ou outras, através do acompanhamento e posterior reintegração dos colaboradores. Esta abordagem tem permitindo recolher informação e conceder formação a colaboradores e respectivas chefias, com o objectivo de prevenir e mitigar possíveis ocorrências desta doença. Em 2011, foram realizadas sessões de formação sobre gestão do stress a 22 colaboradores que trabalham no Tagus Park.

Após a introdução em 2010 de um módulo específico sobre stress no *Executive Master in Management Banking* da Universidade BES, foi realizado um seminário sobre "Gestão do Stress" disponível a todos os colaboradores do Banco, com o objectivo de aumentar a consciencialização dos mesmos sobre o tema.

Segurança e saúde no trabalho

O Grupo BES efectua regularmente avaliações de risco aos locais de trabalho através auditorias de segurança, avaliações ergonómicas dos postos de trabalho e identificação de perigos e avaliação de riscos das actividades (IPAR).

Em 2011, foram realizadas 190 auditorias de segurança, 101 avaliações ergonómicas e 45 IPAR's.
Nas Auditorias de Segurança, e IPAR´s, os principais problemas detectados foram:

- existência de alcatifas em alguns balcões;

- necessidade de reorientação de alguns postos e planos de trabalho, tendo em conta a posição relativa às fontes de iluminação natural;

- ausência de medição de parâmetros do ambiente de trabalho;

- questões posturais no posto de trabalho para funções específicas;

- questões relacionadas com organização de resposta a emergência nos balcões.

Nas avaliações ergonómicas, as necessidades detectadas são sobretudo:

- ausência de formação sobre organização do posto de trabalho, assim como de ergonomia no trabalho;

- reorganização do posto de trabalho;

- aquisição de equipamentos que permitam minimizar riscos de saúde para os colaboradores.

Com o objectivo de informar os colaboradores e divulgar conceitos importantes relacionados com a saúde e segurança, o Banco planeou e executou, em 2011, um plano de formação que privilegiou a formação *e-learning* em saúde, higiene e segurança, e que se dirigiu a todos os colaboradores do Grupo BES e a formação presencial no caso da formação em primeiros socorros e combate a incêndio.
Em 2011, esta formação abrangeu 2 420 colaboradores com cerca de 5 500 horas de formação.

O Grupo BES, tem como objectivo abranger todos os seus colaboradores com esta formação, durante o ano 2012.

Banco de Ideias BES

O Banco de Ideias aproveita de forma sistemática o potencial criativo dos colaboradores BES, estimulando a inovação e a consequente capacidade de criação de valor para o Banco.
No 4º ciclo de inovação, foram recolhidas 620 ideias, inseridas por 360 colaboradores, das quais foram seleccionadas 60 Ideias para implementação. Três ideias foram premiadas pela Comissão Executiva, no Congresso do Grupo BES, tendo os vencedores recebido prémios de 5 000 e 2 500 euros.
O Banco de Ideias tem permitido despoletar pequenas melhorias e grandes inovações no Grupo BES, compensando o esforço e interesse dos colaboradores no envolvimento directo de melhoria da gestão do Banco.

Conduta

O Código de Conduta visa divulgar os princípios éticos pelos quais as empresas do Grupo BES devem pautar as suas actividades, promover por parte dos colaboradores uma conduta ética e alinhada com os valores do Grupo, promover o respeito e o cumprimento da legislação e regulamentação aplicável e criar um regime transparente de relações dos colaboradores com o exterior, designadamente com autoridades públicas e de supervisão.

Todos os colaboradores receberam um exemplar do Código de Conduta e na *intranet* do Banco é, em permanência, disponibilizado o texto do Código, bem como informação e respostas a questões frequentes sobre o mesmo.
O Departamento de *Compliance,* no âmbito do acompanhamento da aplicação do Código, esclarece os colaboradores do Grupo sobre questões relacionadas com as respectivas disposições.
Em 2011 foram recebidas no Departamento de *Compliance* 202 comunicações de colaboradores relativas a notificações ou pedidos de esclarecimento sobre as normas do Código de Conduta e a sua aplicação em casos concretos.
Em Maio de 2011, foi lançado um programa específico de divulgação e esclarecimento sobre o Código de Conduta do Grupo, através da respectiva *intranet*, com uma duração de 4 semanas.
Este programa teve como objectivo explicar o conteúdo dos princípios gerais de conduta, clarificando o posicionamento do Grupo e promovendo uma melhor percepção das regras do Código pelos Colaboradores.

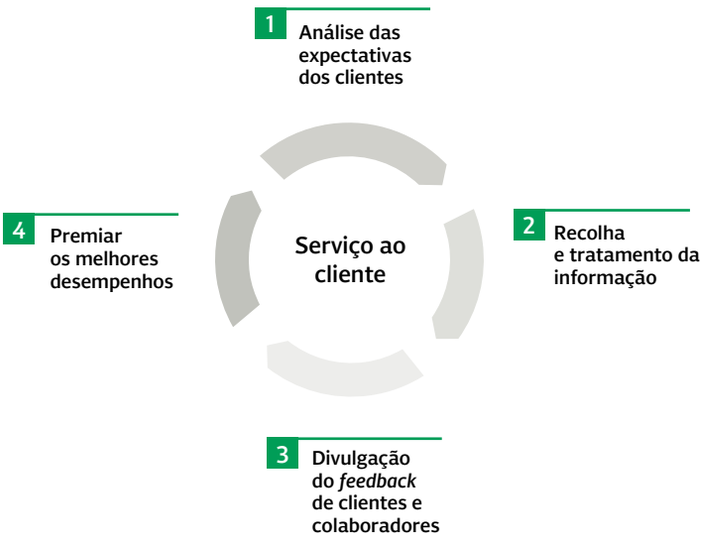
Prevenção do Branqueamento de Capitais

A informação e formação sobre as regras legais e regulamentares aplicáveis continuaram a merecer especial atenção.
Em 2011, a formação presencial em prevenção e detecção do branqueamento de capitais abrangeu 74 colaboradores, enquanto que a formação *online*, através de metodologias de *e-learning*, abrangeu 70 colaboradores, num total de 448 horas de formação.
No âmbito da prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo foram, em 2011, analisados 12 023 contratos, originando 187 participações às autoridades competentes. Foram investigados 3 634 processos de abertura de contas, das quais 15 não vieram a ser abertas como resultado das investigações.
O enfoque na informação e formação dos colaboradores, especialmente dos colocados na primeira linha de relação com o cliente, permite uma melhor identificação de potenciais riscos e consequentemente a prevenção da criminalidade financeira.

Clientes

Qualidade de Serviço – um Compromisso com os Clientes

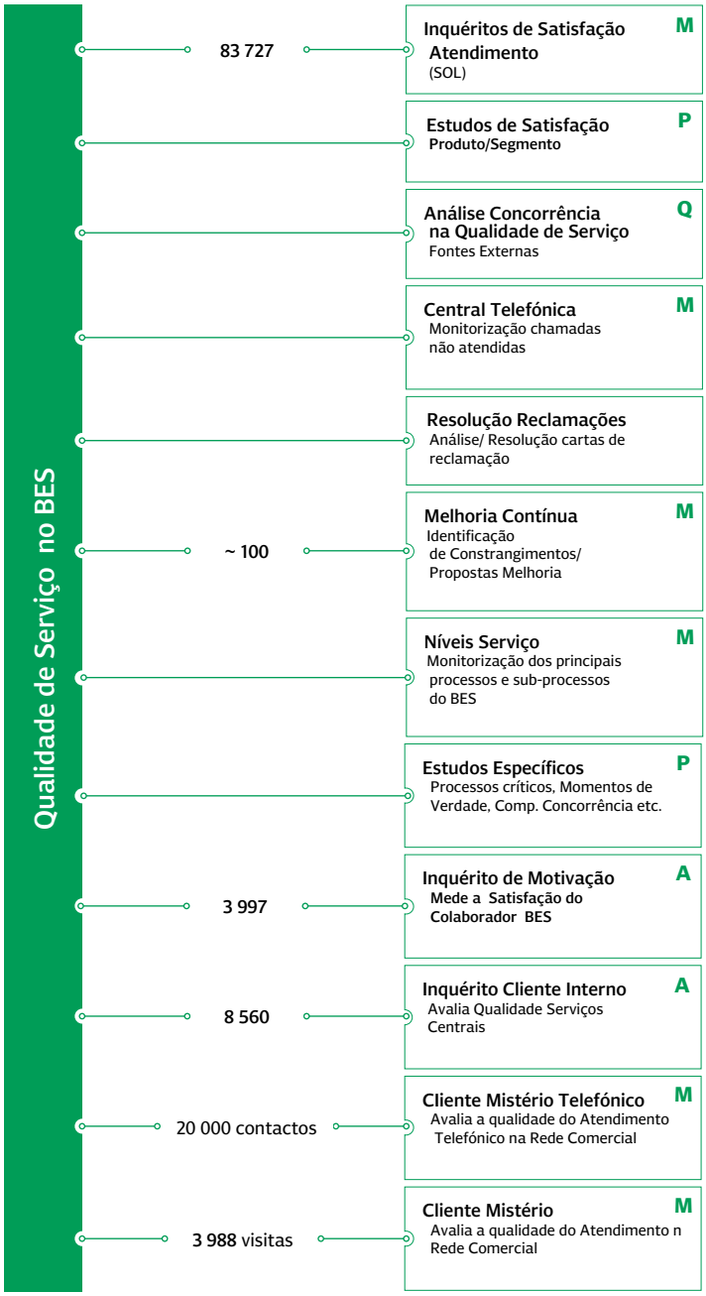
Com o objectivo de melhorar o serviço prestado ao cliente, o Banco Espírito Santo tem implementado de forma transversal em todas as unidades de negócio e departamentos, uma estratégia *Client Centric*, alicerçada na transparência da comunicação e no desenvolvimento de relações sólidas com os clientes.



A orientação para o cliente materializa-se na definição e monitorização de objectivos mensuráveis, na responsabilização dos colaboradores, na avaliação de resultados, na implementação de melhorias e na comunicação e compensação dos comportamentos e desempenhos. Esta abordagem resulta na melhoria na satisfação do cliente e garantia dos níveis de serviço.
A análise das expectativas dos clientes e revisão do nível de serviço é efectuada através de um diagnóstico composto por estudos de satisfação, auscultação de clientes e *benchmarks* nacionais e internacionais.

Todos os colaboradores são avaliados e remunerados de acordo com os resultados alcançados nos indicadores de qualidade. O Banco inclui nos objectivos dos colaboradores critérios como resultados do projecto de cliente mistério, satisfação dos clientes, cumprimento com níveis de serviço, número de chamadas atendidas, taxa de resolução de reclamações, entre outros. Adicionalmente, a avaliação dos colaboradores é decidida com base na performance e pontos a melhorar decorrente dos resultados globais e particulares do diagnóstico efectuado.

Em 2011 o Banco valorizou na avaliação dos colaboradores a proactividade no contacto com o cliente, despoletando um maior envolvimento entre colaboradores e clientes, com resultados positivos tanto na satisfação como na disponibilização de produtos e serviços ajustados às suas necessidades. Este processo de avaliação sistemático potencia a capacidade do Banco em implementar melhorias nos seus processos, produtos e serviços, permitindo uma adaptação constante às necessidades do mercado.
Paralelamente, são também reconhecidos e premiados as Direcções Regionais, Departamentos Centrais, Centros de Empresa, Centros *Private* e Balcões com melhores indicadores de qualidade.



A -Anual **Q** - Quadrimestral **M** - Mensal **D** - Diária **P** - Pontual

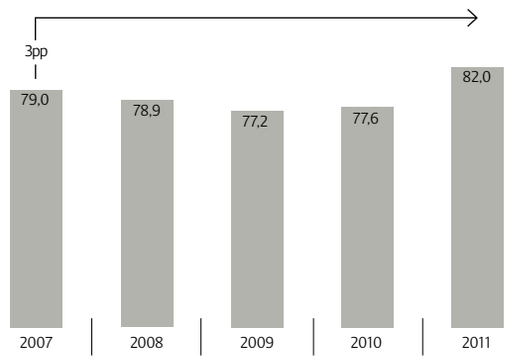
A gestão das reclamações é um processo fundamental. A resposta, tanto ao nível da melhoria de processos e produtos, como na comunicação ao cliente, fideliza e estabelece uma relação de confiança com os clientes. É com este objectivo que o Banco mantém o compromisso de responder a todas as reclamações em 5 dias ou manter o cliente informado sobre a evolução do processo, prestando todos os esclarecimentos com o máximo de rigor e transparência.
Com o objectivo de aumentar a proactividade dos colaboradores no desenvolvimento de uma relação contínua com o cliente, o Banco capacitou os balcões a responder às reclamações dos clientes no momento em que esta é feita. Para este efeito, para além da mudança no processo de reclamações, o Banco criou um novo processo que permite dar uma resposta imediata ao cliente em grande parte das reclamações.

Em 2011, o índice de reclamações por clientes activos foi 0,9 por cada 1 000 clientes activos. O BES posiciona-se entre as instituições financeiras com os menores níveis de reclamações entradas no Banco de Portugal para todos os segmentos comunicados no relatório "Actividades de supervisão comportamental, síntese intercalar" do Banco de Portugal em 2011. Este resultado justifica-se pela eficácia do sistema de gestão das reclamações do BES assente na estratégia *client centric*, orientada para a melhoria constante dos resultados e do nível de serviço.

Em 2011, o diagnóstico de qualidade dos produtos e nível de serviço foi focado em indicadores com maiores oportunidades de melhoria para o Banco, o que permitiu uma melhoria no acompanhamento das estruturas com piores resultados, permitindo estabelecer objectivos ambiciosos de satisfação e nível de serviço para todos os colaboradores.
Paralelamente, existiu a necessidade de ajustar o diagnóstico à realidade do Banco. Exemplo deste facto foi a alteração à avaliação realizada à rede comercial, que beneficiou do ajustamento do Cliente Mistério aos produtos e serviços disponibilizados pelo Banco, permitindo diagnosticar a qualidade do atendimento à rede comercial, tendo em consideração a proposta de valor dos produtos e serviços comercializados.
O investimento no diagnóstico permitiu alcançar resultados positivos em 2011. Os clientes muito satisfeitos correspondiam a 77,4% para as médias empresas, 72,9% para as grandes empresas e 82% para o segmento de particulares, um aumento de 3 pp face ao resultado obtido em 2007 neste segmento e 4,4 p.p. face ao resultado de 2010.

Evolução Peso Clientes Muito Satisfeitos com o Atendimento

Particulares



A revalidação da certificação em qualidade do serviço BESnet, de acordo com a norma de qualidade ISO 9001, permite ao Banco, melhorar de forma contínua, a qualidade e o nível de exigência de um canal privilegiado com o cliente, disponível 24 horas por dia a qualquer cliente aderente.

Espírito Santo Recuperação de Crédito

Em 2011, a Espírito Santo Recuperação de Crédito, (ESRC) continuou a implementar a política de proximidade com o cliente, estabelecendo contacto regular com este grupo de *stakeholders*, tendo sempre presente a questão social e económica em que os clientes se enquadram para melhor definir a estratégia de recuperação.

Durante o ano de 2011, 302 famílias conseguiram encontrar soluções mais adequadas para cumprir as suas obrigações, nomeadamente, 158 com alterações ao nível do Crédito Habitação e 144 em Crédito Individual.
Adicionalmente, como medida preventiva e específica para o Crédito ao Consumo, a ESRC estabeleceu o contacto directo com cerca de 1 500 clientes que, apesar de não se encontrarem em incumprimento, apresentavam indícios de algumas dificuldades. Desta iniciativa cerca de 18% viram as suas condições contratuais alteradas.
Através da DECO entraram na Espírito Santo Recuperação de Crédito, em 2011, 608 pedidos de ajuda para clientes sobre endividados que foram igualmente analisados numa lógica de reestruturação e/ou renegociação das dívidas. Destes, cerca de 35% foram renegociados.

No final de 2011, o BES deu início a um estudo inovador na detecção automática de clientes que revelem sinais de alerta quanto à dificuldade em cumprirem com as suas obrigações mensais, permitindo desta forma garantir uma maior cobertura dos clientes alvo.

Para o crédito a empresas são definidas políticas pró-activas de monitorização e mitigação do risco de crédito que conduzam a um reforço de garantias ou

uma reformulação dos produtos de crédito junto do cliente, tendo presente a preocupação de corresponder às necessidades e características de diferentes sectores empresariais.
O diagnóstico prévio de risco de incumprimento e a adopção de medidas preventivas, permitirá apoiar clientes que nunca chegam a atingir uma situação de incumprimento efectivo, retomando a sua actividade empresarial normal, com a consequente transferência da sua gestão, para a rede comercial do Grupo BES.

Fornecedores

Em linha com a tendência dos últimos anos, o Grupo BES tem vindo a intensificar e a optimizar a relação com fornecedores, reforçando a sua imagem e atitude de responsabilidade empresarial com este grupo de *stakeholders*, nomeadamente através da adopção, implementação e divulgação de boas práticas, assumindo um conjunto de compromissos que garantem o respeito integral e o tratamento imparcial no contacto com todos os seus fornecedores.

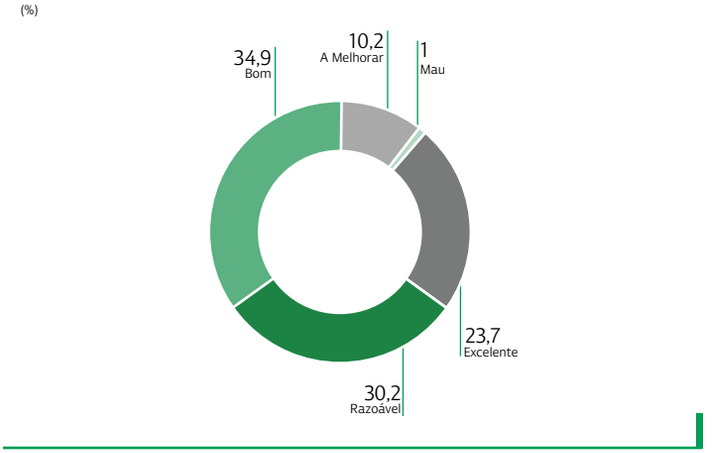
O Banco tem, desde 2004, uma unidade dedicada à relação com fornecedores, responsável pela centralização e sistematização das necessidades e dos requisitos de compra de produtos e serviços definidos pelos departamentos do Banco e das restantes unidades empresariais do Grupo. Esta unidade é ainda responsável pelo processo de selecção, consulta, avaliação comercial de propostas e negociação com fornecedores, e pelo modelo de *e-procurement* (suportado pela aplicação BUYsite), bem como pelo *strategic sourcing*, a nível de todo o Grupo.

O Portal de Fornecedores do grupo (http://fornecedores.bes.pt), disponível via internet desde 2007, possibilita o registo e certificação (pré-qualificação) dos fornecedores, constituindo assim um meio privilegiado e facilitador da apresentação de fornecedores - actuais e potenciais - às várias empresas compradoras do universo empresarial do Grupo. O portal é um meio privilegiado para a divulgação junto dos fornecedores das boas práticas assumidas pelo Grupo BES ao nível das compras.

O processo de certificação de fornecedores compreende a recolha de informações relevantes sobre as capacidades dos fornecedores, o convite e adesão dos fornecedores ao Conjunto de Princípios de Conduta do Grupo BES, desenvolvido com base nos Princípios do *Global Compact* das Nações Unidas e o cálculo da notação sócio-ambiental, compreendendo a avaliação de aspectos laborais, éticos e de higiene, saúde e segurança no trabalho dos fornecedores.

À data de 31 de Dezembro de 2011, encontravam-se registados no Portal 1 437 fornecedores, sendo a média de notação dos 304 certificados de 72,8%. Importa assinalar que cerca de 24% dos fornecedores obtiveram notação "Excelente" e 35% "Bom". Apenas 11% dos fornecedores avaliados obteve pontuações negativas.

***Scoring* Sócio-Ambiental**



O Grupo BES exige como condição, na contratação de fornecedores, a conclusão do seu processo de registo e certificação no Portal de Fornecedores, valorizando a notação sócio-ambiental obtida para além dos critérios de avaliação técnica e comercial.
O Grupo privilegia a contratação local de fornecedores, uma condição responsável, mas também necessária dado o fluxo operacional de cada unidade de negócio do Grupo.

Acompanhando a tendência dos últimos anos, o Grupo BES diminuiu em 2011 o prazo médio de pagamentos a fornecedores para 31 dias, uma redução de 5 dias face a 2010. Tendo em conta o actual contexto socioeconómico, O Grupo considera fundamental, não só cumprir os prazos de pagamentos contratados com os seus fornecedores, como tendencialmente ir reduzindo os prazos médios, prosseguindo uma atitude de responsabilidade e contribuindo assim para a sustentação financeira dos fornecedores.

Estratégia

O Grupo Banco Espírito Santo tem como principal eixo de desenvolvimento e de diferenciação estratégica a prestação de serviços caracterizados pela excelência e pela permanente orientação para as necessidades de cada cliente, independentemente de se tratar de clientes particulares, empresariais ou institucionais.

Através de propostas de valor diferenciadas, o Grupo BES oferece uma gama abrangente de produtos e de serviços financeiros que respondem às necessidades específicas dos seus clientes.

Uma sólida e estável gestão favoreceu o desenvolvimento de uma estratégia consistente e orientada por uma visão de longo prazo, assente nas parcerias estratégicas, nas relações duradouras com os vários *stakeholders* e numa estrutura accionista de referência desde a privatização do Banco em 1991.

As principais linhas de acção da estratégia do Grupo são:

- **Reforço do posicionamento doméstico** através da captação de novos clientes, particulares e empresas e do reforço do *share-of-wallet* (em particular na vertente da poupança) na actual base de clientes, através de uma oferta diversificada de produtos e serviços inovadores apoiada em iniciativas de *cross-selling* e de *cross-segment* como o *bancassurance* e o *assurfinance* (em parceria com a Companhia de Seguros Tranquilidade);

- **Expansão da actividade internacional** através do reforço do posicionamento no triângulo estratégico (Península Ibérica, Brasil e África) e da expansão para novos mercados considerados estratégicos e onde existem oportunidades de negócio;

- **Apoio às empresas portuguesas** em fase de internacionalização, através de (i) parcerias com entidades locais; (ii) missões comerciais com empresários a países relevantes; (iii) um *know-how* reconhecido em *trade finance*, uma área de negócio em que o Grupo BES tem consistentemente liderado o mercado português, atingindo uma quota de mercado de 28,8% em 2011 e (iv) através de equipas e estruturas dedicadas e especializadas no apoio às empresas em processo de internacionalização (entre as quais se pode destacar a Unidade Internacional Premium, única no panorama nacional);

- **Melhoria da eficiência operacional** mantendo o rácio de eficiência abaixo dos 50% e um posicionamento de destaque no panorama das principais instituições financeiras ibéricas;

- **Desenvolvimento de parcerias estratégicas** de longo prazo que são um elo primordial na estratégia do Grupo. O BES tem uma parceria estratégica com o Crédit Agricole, um dos seus principais accionistas. Esta parceria tem consistido em plataformas de *cross-selling*, nomeadamente na área de bancassurance. O BES mantém também uma parceria estratégica com o Banco Bradesco, um dos principais bancos brasileiros e também seu accionista. Entre outras iniciativas de cooperação, o Banco Bradesco tem uma participação de 20% no BES Investimento Brasil, a unidade de banca de investimento do Grupo BES no Brasil, e apoia as actividades do Grupo através da partilha de *know-how* sobre o mercado brasileiro, um mercado chave para a estratégia de expansão internacional do Grupo;

- **Desenvolvimento de uma estratégia de Sustentabilidade** assente nas seguintes dimensões: governance e ética; identidade corporativa; inovação e empreendedorismo; inclusão financeira; biodiversidade e alterações climáticas; cidadania responsável. A definição destas áreas de actuação tem como base os processos de consulta a *stakeholders*, a visão e a actividade do Grupo BES, bem como as tendências para o sector financeiro.

Prioridades estratégicas de curto-prazo

O Banco Espírito Santo tem vindo a implementar um conjunto alargado de iniciativas para fazer face às dificuldades financeiras da economia portuguesa e aos desafios impostos pelo Programa de Assistência Financeira. Assim, o Banco definiu como prioridades estratégicas de curto-prazo:

- **Desalavancagem do balanço** o Grupo BES iniciou um ambicioso programa de desalavancagem do balanço ainda no 2º semestre de 2010 com o objectivo reduzir o rácio Crédito/Depósitos e reforçar a solidez financeira do Grupo BES. O sucesso da execução do programa de *deleverage* conduziu a uma redução do rácio de crédito/depósitos de 198% em Junho de 2010 para 165% em Dezembro de 2010 e para 141% em 31 de Dezembro de 2011.

- **Reforço da gestão de risco** a gestão financeira prudente que caracteriza o Grupo BES levou a um maior reforço de provisionamento ao longo de 2011. No decurso do exercício de 2011, o reforço de provisões para crédito, títulos e outros riscos correspondia a um montante total de 848,3 milhões de euros. O Grupo BES tem uma elevada cobertura de crédito por provisões, com 4,23% de saldo de provisões em balanço em percentagem do crédito bruto, no final de 2011.

- **Sustentação da rendibilidade futura** através do crescimento do negócio internacional e aumento da eficiência. Na actividade internacional, o triângulo estratégico continua a manter uma contribuição significativa para os resultados do Grupo BES, compensando a desaceleração da actividade doméstica. O resultado líquido das operações em África, Brasil e Espanha situou-se, no final de 2011, em 121,3 milhões de euros, valor que representa 75% do resultado internacional. Em termos de eficiência, têm sido implementadas diversas medidas de contenção de custos, em especial em Portugal, incluindo a redução líquida de 30 balcões desde o final do exercício de 2010 até 31 de Dezembro de 2011. Estão ainda em curso outras iniciativas nas estruturas internacionais objecto de desalavancagem. Em resultado, os custos domésticos tiveram uma redução homóloga de 5,6%.

Actividade Internacional

A vocação internacional foi uma das pedras basilares do desenvolvimento da actividade do Grupo BES ao longo da sua história e o seu desenvolvimento futuro é um aspecto fulcral da estratégia de crescimento.

As ligações históricas com África e com a América do Sul, sobretudo com o Brasil, a internacionalização das empresas nacionais, a crescente interdependência das economias e as importantes comunidades de cidadãos portugueses estabelecidos em vários continentes, têm sido a base para a expansão da estrutura internacional do Grupo BES.

O *know-how* adquirido no mercado doméstico nas áreas de *corporate banking*, banca de investimento, e *private banking* permite ao Grupo BES exportar as suas competências nestas áreas para servir clientes locais e clientes que desenvolvem actividades económicas transnacionais, nomeadamente através do acompanhamento e do apoio à internacionalização das empresas portuguesas. Neste âmbito, o grande enfoque tem sido o de facilitar o acesso a mercados estratégicos, mercados onde existem oportunidades de negócio e onde o Grupo BES, estando directamente presente ou através de parcerias com bancos locais, tem capacidade para prestar todo o apoio nos países de destino.



Presença Internacional do Grupo Banco Espírito Santo

Espanha
25 balcões 9 Centros de Empresa

Em Espanha, o Grupo BES actua nas áreas de banca de empresas, *private banking* e afluentes. O Grupo desenvolve também em Espanha actividade de banca de investimento onde tem uma posição de destaque no *ranking* do mercado espanhol de corretagem e na área de fusões e aquisições. Tirando partido da proximidade geográfica, o Grupo apostou, desde sempre, numa visão ibérica do mercado, facilitando e promovendo as exportações e o investimento directo das empresas portuguesas para este país e das empresas espanholas para Portugal.

Brasil

O Grupo BES está presente no Brasil através do BES Investimento do Brasil, em que o Banco Bradesco tem uma participação de 20% e cuja actividade está centrada nos mercados de capitais, na gestão de risco, no *trading* para carteira própria, no *project finance*, na distribuição de produtos de rendimento fixo, no *private equity* e no *corporate finance*.

A gestão de activos é desenvolvida pela BESAF - BES Ativos Financeiros, que reestruturou recentemente a sua estratégia comercial, dando mais peso aos distribuidores externos. A actividade no Brasil inclui também a corretagem de títulos através da BES Securities.

Angola
34 balcões 1 Centro *Private Banking* 1 Centro de Empresa

O Grupo BES desenvolve a actividade através do BES Angola (BESA), um banco de direito angolano que presta um serviço global a clientes particulares e a empresas.

O BES Angola actua através de uma rede de agências e postos de atendimento dispersos por seis províncias e um centro de atendimento *private* em Luanda para servir os clientes de *private banking* e afluentes.

No negócio de banca de empresas, que se desenvolve a partir de um centro de empresas em Luanda, a actividade está essencialmente orientada para o estabelecimento de parcerias comerciais de valor acrescentado mútuo com as grandes e médias empresas a operar em Angola, através do financiamento de projectos de investimento, da cobertura de necessidades de tesouraria e da prestação de apoio técnico e jurídico e para o apoio às empresas e empresários estrangeiros (nomeadamente portugueses, espanhóis, brasileiros e alemães) que estão a expandir a sua actividade em Angola.

O reforço da área de banca de investimento, tem-se centrado na identificação de oportunidades de negócio nas áreas de *project finance* e *corporate finance* bem como na concretização de soluções de financiamento.

Na área de gestão de activos, a BESAACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, a primeira sociedade gestora de fundos em actividade em Angola, gere um fundo de investimento imobiliário fechado (e tem um segundo em processo de autorização por parte das entidades competentes) e a BESAACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões comercializa um fundo de pensões aberto de contribuição definida – o fundo BESA Opções de Reforma.

O BESA tem vindo a posicionar-se como um banco de referência no mercado angolano, destacando-se por manter os melhores índices de rendibilidade e de eficiência, a par de uma participação activa na sociedade através da adopção de uma política de sustentabilidade, contribuindo para o processo de reconstrução de Angola.

Cabo Verde
2 balcões

A actividade do BES Cabo Verde está vocacionada para o mercado local de empresas, com particular importância para as empresas do sector público e filiais de grupos portugueses com interesses económicos em Cabo Verde, e no mercado de *affluent* local. Em Junho de 2011, foi aberto um segundo balcão, em Santa Maria (ilha do Sal). A Sucursal do BES em Cabo Verde mantém-se operacional, direccionada essencialmente para a concessão de crédito a entidades não residentes.



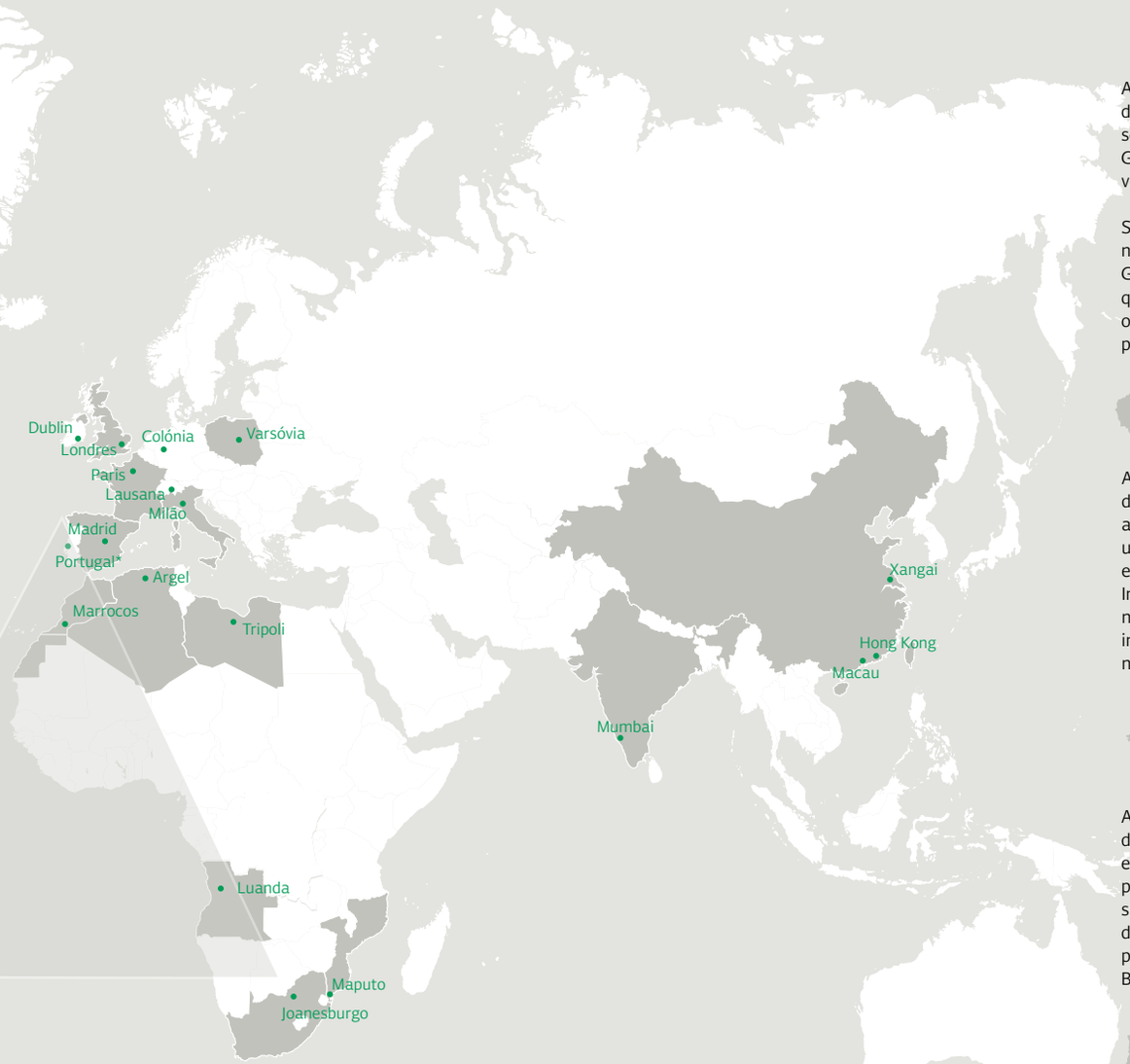
Venezuela
Sucursal, em articulação com SFE Madeira

Em 2012 o Banco Espírito Santo inaugurou a sucursal de Caracas com o objectivo de dar apoio à comunidade portuguesa neste País.

Estados Unidos da América
Nova Iorque
Sucursal BES e BESI
Newark
3 Escritórios de remessas, em articulação com BES Açores
Miami
ES Bank of Florida

O Grupo BES desenvolve, com base no Espírito Santo Bank em Miami, a actividade de *private banking* no continente americano, servindo maioritariamente as comunidades portuguesas locais e da América Latina. A Sucursal do BES em Nova Iorque concentra a sua actividade na banca de wholesale, maioritariamente nos EUA e Brasil. A Sucursal do BES Investimento em Nova Iorque dedica-se à distribuição de produtos nas geografias *core*, nomeadamente na área de *project finance* e outros financiamentos estruturados, capitalizando a presença no Brasil, o seu forte posicionamento na área de mercado de capitais na Península Ibérica e a sua relação com clientes de referência na área de *project finance*. A presença do Grupo BES em Nova Iorque contribui para o acesso privilegiado a investidores institucionais numa das principais praças financeiras mundiais.

- **Subsidiárias e Associadas:** BES Angola, BES Oriente (Macau), BES Vénétie (França), ES Bank (EUA), ES plc (Irlanda), BES Cabo Verde, Aman Bank (Líbia), IJAR Leasing (Argélia), ES Investment Bank (Angola, Brasil, China, Espanha, EUA, Índia, Polónia, Reino Unido), Moza Banco (Moçambique);
- **Sucursais Internacionais:** Espanha, Nova Iorque, Londres, Cabo Verde, Caracas, Nassau, Ilhas Caimão e Luxemburgo;
- **Sucursal Financeira Exterior:** Madeira;
- **Escritórios de Representação:** Toronto, Lausana, Colónia, Milão, Joanesburgo, Xangai, e Cidade do México;
- **Escritórios de Remessas:** Newark (EUA).



Triângulo Estratégico:
África-Brasil-Península Ibérica

China

Escritório de representação BES
Hong Kong
BESI
Macau
BES Oriente

A presença na Região Administrativa Especial de Macau, assegurada pelo BES Oriente, assenta essencialmente no apoio aos clientes do Grupo na actividade empresarial que desenvolvem nesta região.

Simultaneamente, procura-se criar oportunidades de negócio com base na iniciativa do Governo central da República Popular da China, que considera Macau uma plataforma de cooperação económica com os países de língua portuguesa.

Polónia

A presença neste país data de 2005, ano da fundação de uma participada do BES, a Concordia Espírito Santo Investment, uma entidade especializada na assessoria em fusões e aquisições. Em 2008, o BES Investimento expandiu as suas actividades no país com a abertura de uma Sucursal que iniciou a prestação de serviços de corretagem na Bolsa de Valores de Varsóvia.

França

A actividade em França desenvolve-se através da Banque Espírito Santo et de la Vénétie, em que o Banco Espírito Santo tem uma participação de 42,69%. O foco da actividade situa-se na banca de empresas e na prestação de serviços financeiros aos residentes portugueses em França que são clientes do BES em Portugal.

Portugal

Em Portugal, o Grupo BES tem uma rede de 701 balcões, 22 Centros Private Banking e 24 Centros de Empresa

Reino Unido

Em Londres, principal praça financeira na Europa, o BES actua, através de uma sucursal, no negócio de banca de *wholesale,* em especial nas operações de crédito sindicado, de *leveraged finance,* de *structured trade finance* de *commodities* e, em estreita colaboração com o BES Investimento, em operações de *project finance.* O BES Investimento adquiriu, no final do exercício de 2010, uma posição de 50,1% na *Execution Noble,* um banco de investimento internacional com liderança reconhecida nas áreas de corretagem e *trading*, *research*, fusões & aquisições, *corporate finance*, *corporate broking* e *equity capital markets.* Esta aquisição concretiza a intenção do Grupo de reforçar a sua presença no maior centro financeiro da Europa e de facilitar o acesso a mercados emergentes como a China e a Índia.

Líbia

33 balcões

Na Líbia o Grupo BES desenvolve a actividade através de uma participação de 40% no Aman Bank, detendo o controlo de gestão. A presença neste país visa potenciar o acesso aos mercados do Norte de África e permitir um apoio efectivo aos clientes do Grupo neste país.

A Líbia está numa fase de consolidação das alterações de regime, estando o Aman Bank em boa posição para aproveitar as oportunidades de crescimento do país. O Banco não se viu abrangido pelas sanções, nem por danos importantes das suas infra-estruturas, pelo que operou durante todo o período de transição.

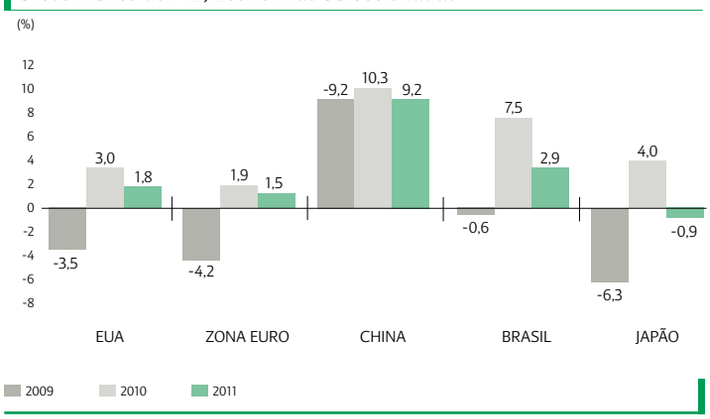
2. Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2011 ficou marcado, sobretudo, pelas dificuldades em torno da crise da dívida da Zona Euro. Para além dos receios em torno de um *default* por parte da Grécia foi visível um contágio a economias da periferia como Espanha e Itália e, também, a economias *core*, como França e Áustria. A quebra de confiança e o aumento da aversão ao risco associados à instabilidade financeira na Zona Euro resultaram numa secagem de liquidez nos mercados monetário e de crédito, um efeito particularmente visível a partir de Agosto/Setembro. Neste contexto, os líderes da UE acordaram, já no final do ano, um reforço das regras de consolidação e controlo orçamentais. Por outro lado, o BCE, após ter elevado a principal taxa de juro directora de 1% para 1,5%, inverteu o sentido da política monetária e reduziu de novo os juros de referência para 1%, com dois cortes de 25 bps no 4º trimestre. Ao mesmo tempo reforçou, significativamente, as injecções de liquidez no sistema financeiro, abrandou as exigências relativas aos colaterais e reduziu o rácio de reservas obrigatórias dos bancos. Em Dezembro, a Autoridade Monetária levou a cabo a primeira de duas operações de cedência ilimitada de liquidez a 3 anos, tendo a procura atingido 489 mil milhões de euros. A aversão ao risco levou a rendibilidade dos *Bunds* a 10 anos a cair de 2,963% para 1,829% em 2011. O euro depreciou-se cerca de 3% face ao dólar no conjunto do ano, com a respectiva cotação a descer de EUR/USD 1,3366 para EUR/USD 1,296. Este movimento foi mais visível na parte final do ano.

Os receios de contágio da crise da dívida, sobretudo ao nível do sector financeiro, reflectiram-se também nos mercados accionistas, com quedas significativas nos principais índices europeus. Os índices accionistas DAX, CAC40, IBEX e PSI20 registaram quedas anuais de 14,69%, 16,95%, 13,11% e 27,6%, respectivamente. Nos EUA, a política monetária mais agressiva do Fed e as perspectivas relativamente positivas para a actividade económica resultaram num desempenho menos desfavorável dos principais índices accionistas. O índice *Dow Jones* subiu 5,53%, o S&P500 registou uma variação nula e o *Nasdaq* caiu 1,8%. Na China e no Brasil, os receios com a inflação e os esforços das autoridades monetárias no sentido do controlo dos preços (em particular na China) contribuíram para a queda de 21,68% no índice *Shanghai Composite* e de 18,11% no índice *Bovespa*. O PIB chinês cresceu 9,2% no conjunto de 2011, em desaceleração face ao registo de 10,3% registado no ano anterior. Mas a descida da inflação observada no final de 2011 permitiu um maior suporte da política monetária à actividade económica, reduzindo as preocupações em torno de uma queda mais abrupta do crescimento desta economia. No 4º trimestre de 2011, o PIB chinês registou um crescimento homólogo de 8,9%, após uma subida de 9,1% no trimestre anterior.

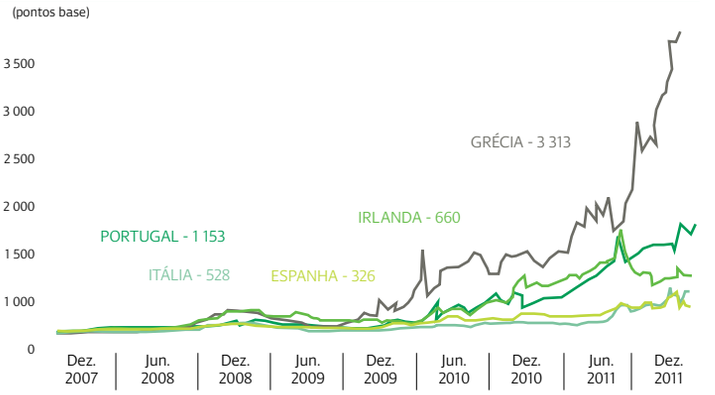
O alívio das pressões inflacionistas globais no final de 2011 foi suportado pela tendência de descida dos preços das matérias-primas. Os índices de preços *Commodity Research Bureau Food* e Metals caíram, respectivamente, 8,3% e 7,7%, em termos homólogos. O preço do petróleo (*Brent*) subiu de USD 94,3/barril para USD 107,6/barril entre o final de 2010 e o final de 2011. No entanto, a partir do final do 1º trimestre de 2011, este preço registou uma queda de 8,2%, em função das expectativas de moderação da procura global.

Crescimento do PIB, Economias Seleccionadas



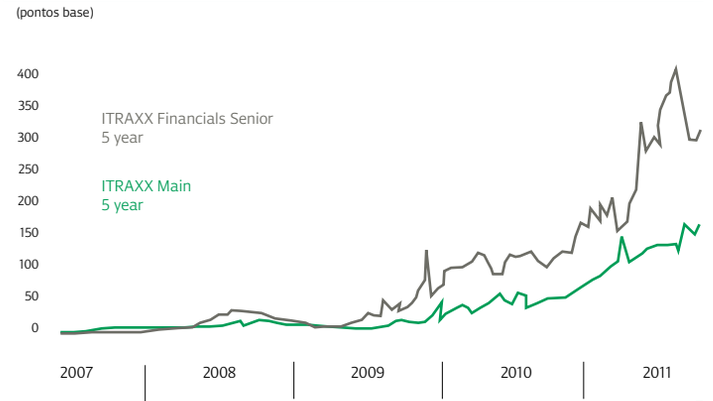
Fonte: FMI, Institutos de Estatística Nacionais

***Spreads* das *Yields* dos Títulos de Dívida Pública a 10 Anos vs. Alemanha, Economias Seleccionadas**



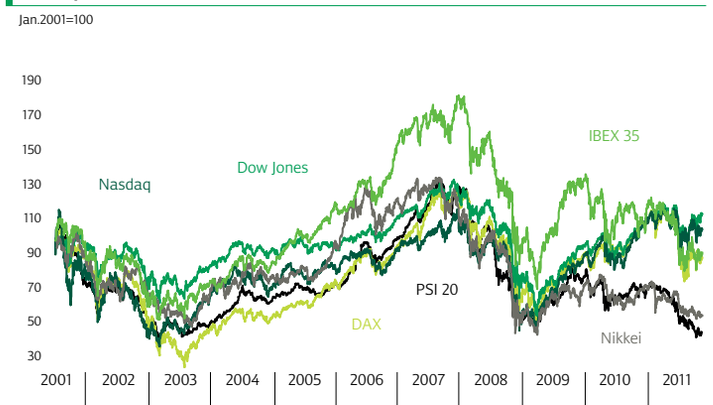
Fonte: *Bloomberg*

Índice iTraxx Financials



Fonte: *Bloomberg*

Principais Índices Accionistas



Fonte: *Bloomberg*

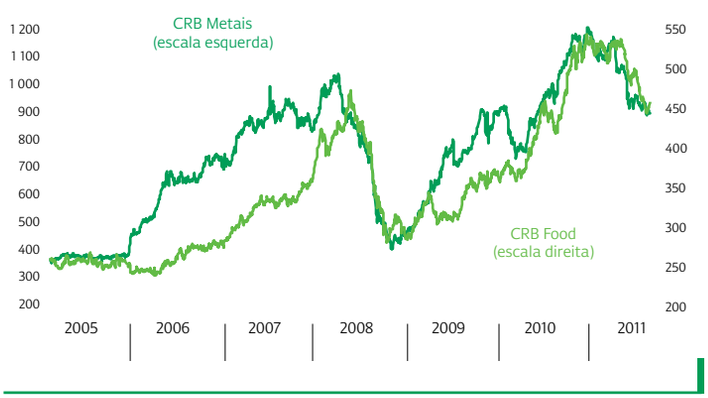
Preço do petróleo



Fonte: *Bloomberg*

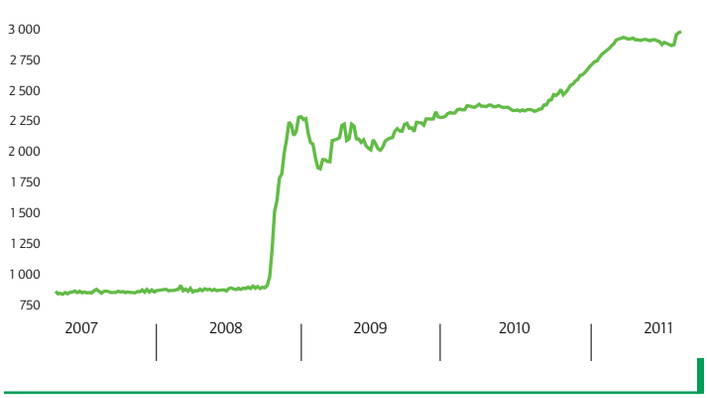
A inflação homóloga fechou o ano em 3%, acima do *target* definido pela autoridade monetária (de 2%), mas com uma tendência claramente decrescente e com as expectativas de crescimento dos preços ancoradas no médio prazo. Neste contexto, a Reserva Federal prosseguiu, até final do 1º semestre, o 2º programa de *quantitative easing* (QE2), completando a aquisição de USD 600 mil milhões de *Treasuries* de longo prazo e manteve a target *rate* dos *fed funds* em níveis historicamente baixos (no intervalo entre 0% e 0,25%). A relativa falta de tracção da retoma da actividade levou a Reserva Federal a adoptar medidas adicionais de política monetária na segunda metade de 2011. Em primeiro lugar, decidiu manter a dimensão do seu balanço, substituindo os títulos que atingissem a maturidade pela aquisição de novos títulos. Ao mesmo tempo, anunciou a intenção de manter os juros de referência em níveis excepcionalmente baixos até, pelo menos, meados de 2013. Por fim, anunciou a operação *twist*, com vista a alongar a maturidade do seu balanço, envolvendo a aquisição, até meados de 2012, de EUR 400 mil milhões de *Treasuries* com prazos compreendidos entre 6 e 30 anos, por substituição de instrumentos com prazo de 3 anos ou menos,

Índices CRB Alimentação e Metais



Fonte: *Bloomberg*

Balanço da Reserva Federal dos EUA

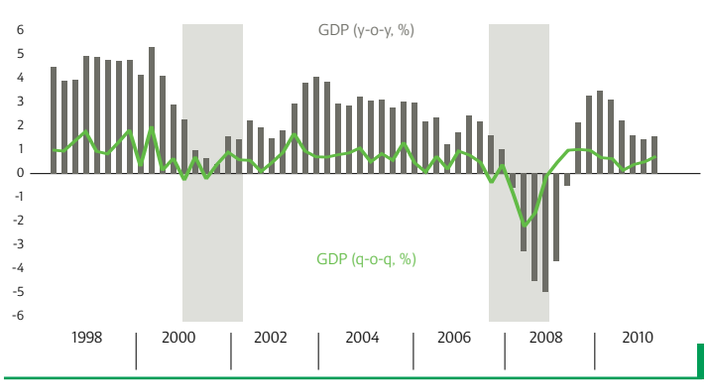


Fonte: Reuters EcoWin

Estados Unidos

O PIB dos Estados Unidos cresceu 1,7% em 2011, em desaceleração face ao registo de 3% observado no ano anterior. Apesar de um ritmo crescente de expansão da actividade intra-anual, com a variação do PIB a subir de 0,4% para 2,8%, em termos anualizados, entre o 1º e o 4º trimestres, o crescimento anual revelou-se inferior às expectativas iniciais, traduzindo os impactos negativos de alguns choques externos sobre a economia americana. Estes incluíram os efeitos na produção resultantes do tremor de terra do Japão, a subida do preço do petróleo ou os reflexos da crise da dívida europeia. O menor dinamismo do investimento (cujo crescimento anual diminuiu de 17,9% para 4,7%) e a contracção no consumo público (-2,1%), constituíram as razões fundamentais daquela evolução, uma vez que o consumo privado apresentou uma relativa sustentação (expansão de 2,2% em 2011, após registo de 2% em 2010). Dada ausência de suporte dos mercados accionistas e do mercado habitacional, que tradicionalmente sustentam o consumo das famílias, o crescimento deste agregado decorreu fundamentalmente de uma melhoria no mercado de trabalho e da tendência de descida da taxa de poupança. Assistiu-se, de facto, no conjunto do ano, à criação de mais de 1,6 milhões novos empregos e à redução da taxa de desemprego de 9,1% para 8,5% da população activa, entre o primeiro e o último mês do ano. Por seu lado, a taxa de poupança recuou de 5,2% para 4% do rendimento disponível entre o início e o fim do ano. Dada a persistência de um excesso de habitações não ocupadas, o mercado habitacional prosseguiu o processo de ajustamento já observado nos últimos anos, marcado por níveis baixos de construção de novas habitações, pela falta de confiança dos empresários do sector e pela queda dos preços das habitações, não obstante as baixas taxas de juro do crédito à habitação.

PIB, crescimento trimestral e homólogo



Fonte: *Bloomberg*

Brasil

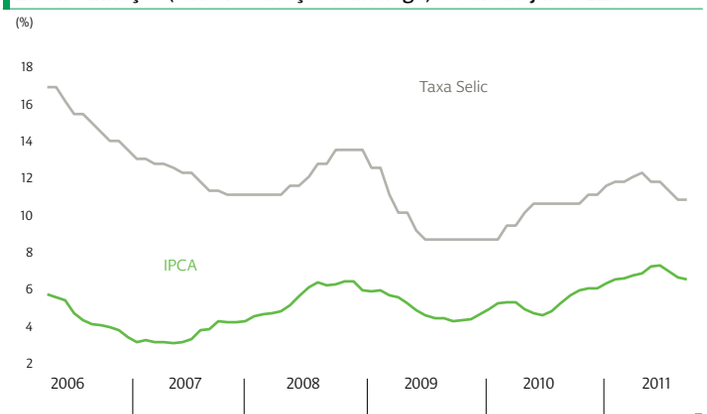
Não obstante uma taxa real de crescimento menor do que a registrada em 2010 (7,5%), o PIB brasileiro cresceu cerca de 3% em 2011, um resultado próximo do seu potencial estimado de crescimento (4%) e que foi impulsionado, principalmente, pela expansão do consumo privado. Tal suporte foi possível graças à manutenção de condições bastante favoráveis no mercado de trabalho brasileiro, que registou a menor média histórica anual da taxa de desemprego (6% da população activa) e propiciou um incremento de 5,2% da massa salarial em termos reais.

Se na vertente doméstica as perspectivas foram positivas para o Brasil, no tocante à balança de pagamentos, a situação não foi diferente. Ajudado por um bom desempenho das economias emergentes e pela ampla liquidez providenciada pelos bancos centrais das economias avançadas, as cotações das *commodities* ajudaram o saldo da balança comercial em 2011 a superar o valor registado no ano anterior, fazendo com que a deterioração do saldo da balança corrente fosse praticamente inexistente (o défice aumentou apenas marginalmente, de USD 47,5 mil milhões em 2010 para USD 52,6 mil milhões em 2011). Tal solidez de fundamentos, aliada às oportunidades derivadas dos eventos desportivos que o país hospedará nos próximos anos, bem como das obras de infraestruturas necessárias para tais ocasiões, atraiu investimentos externos que somaram o montante de USD 66,7 mil milhões e que ajudaram as reservas internacionais a atingir USD 352 mil milhões. Com tal situação, não foi surpresa observar que a taxa média de câmbio voltou a recuar frente ao ano anterior (BRL/USD 1,67 em 2011 versus BRL/USD 1,76 em 2010).

Entretanto, diante de tanto sucesso e da manutenção de ritmo forte da procura – dado o potencial do país – as pressões inflacionistas surgiram e fizeram com que o nível de preços no consumidor encerrasse o ano no tecto do intervalo de tolerância permitido para a inflação no país (6,5%). Apesar deste quadro inflacionista e da resistência demonstrada pela economia brasileira aos efeitos da conturbada situação financeira internacional, o Banco Central do Brasil decidiu reverter o processo de aperto monetário que havia sido iniciado na primeira metade do ano e passou a reduzir a taxa básica de juros a partir de Agosto, com a SELIC a descer de um máximo anual de 12,5% para 11% até Dezembro (10,75% no final de 2010). A justificação do Banco Central para tal estratégia foi o receio de que a economia local poderia perder vigor de maneira intensa. Assim, para além do foco habitual no combate à inflação, a autoridade monetária terá ampliado os seus objectivos no sentido da defesa da actividade económica.

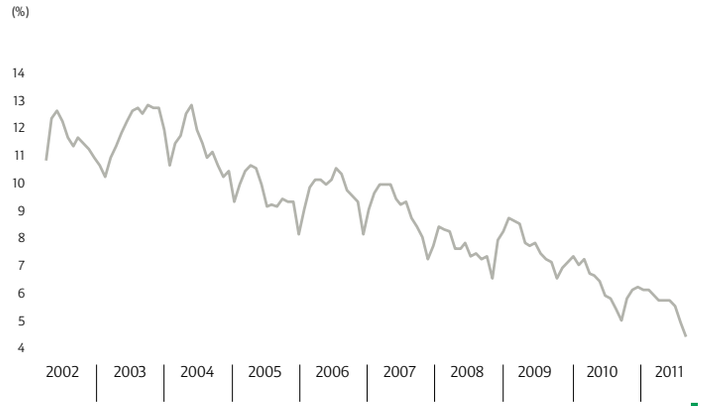
Em suma, o desempenho registado ao longo de 2011 revelou a elevada capacidade de resistência da economia brasileira perante uma difícil conjuntura internacional.

Brasil – Inflação (taxa de variação homóloga) e Taxa de juro SELIC



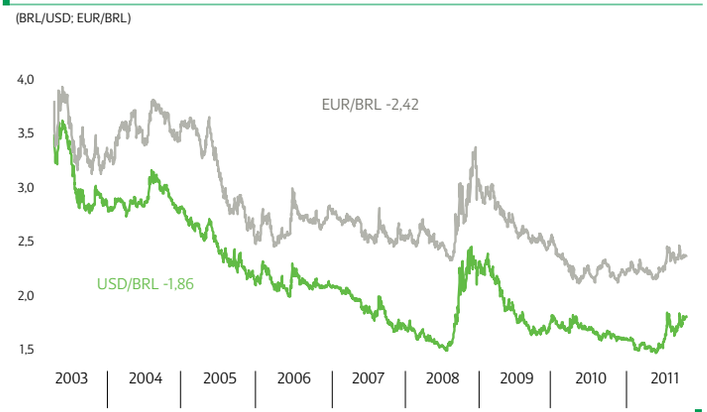
Fonte: *Bloomberg*

Brasil – Taxa de Desemprego (População Activa)



Fonte: *Bloomberg*

Brasil



Fonte: *Bloomberg*

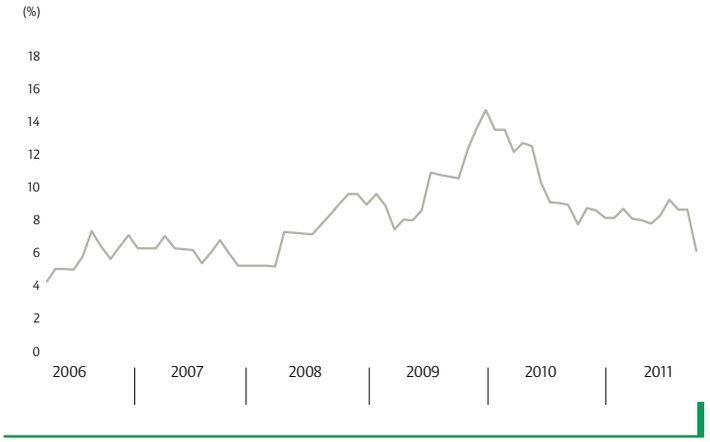
Índia

Em contraste com outras economias, onde o foco das políticas se transferiu, no decurso de 2011, do combate à inflação para a gestão do crescimento da actividade, a economia indiana continuou a tentar debelar a inflação e a conter as expectativas inflacionistas, tendo os sinais de inversão na tendência de aceleração dos preços sido visíveis apenas no final do ano. A resistência dos preços traduziu-se, assim, apenas, numa pequena descida da taxa de inflação média anual, de 9,6% para 8,7% (ano fiscal). Os factores inflacionistas foram-se alterando de forma consistente à medida que a subida inicial dos preços da alimentação e energia se transmitiu a outras componentes. O maior problema encontra-se no nível consistentemente elevado da inflação *core*, que reflecte a inflação dos bens manufacturados não alimentares e exibe uma forte correlação com os preços das matérias-primas a nível global. A descida da inflação no final de 2011 ficou, assim, a dever-se, em parte, ao alívio dos preços das *commodities* na segunda metade do ano. Ao nível da política monetária, o Banco Central (RBI) elevou a taxa *repo* por sete vezes em 2011, de 6,25% para 8,5% (com o último movimento em Outubro), mantendo assim uma postura claramente anti-inflacionista.

A natureza restritiva da política económica traduziu-se numa desaceleração da actividade, com o crescimento do PIB a cair de 8,5% para 7% (ano fiscal), sendo o abrandamento generalizado aos diversos sectores de actividade. O consumo privado e a formação bruta de capital fixo registaram desacelerações de 8,6% para 6% e de 8,6% para 4,2%, respectivamente.

A rupia (INR) sofreu uma depreciação de cerca de 10% em 2011, acompanhando o aumento global da aversão ao risco. Em termos médios anuais, a taxa de câmbio terá atingido INR/USD 49 no ano fiscal 2011/12.

Índia – Taxa de Inflação Média Anual



Fonte: *Bloomberg*

Angola

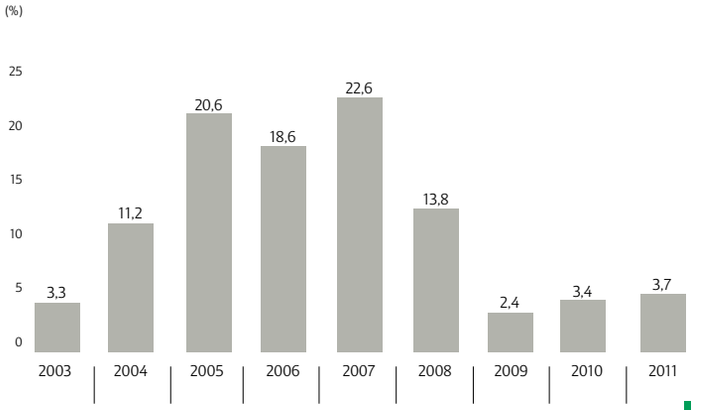
A intensificação do crescimento da actividade económica em Angola ao longo de 2011 foi fundamentalmente impulsionada por um melhor desempenho do sector petrolífero. Angola veio a consolidar a sua posição como segundo maior produtor da África Sub-Sahariana. Depois dos problemas técnicos registados no início do ano – reparação do sistema de injecção aquático do Complexo do Grande Plutónio e problemas técnicos no Mondo e no Saxi-Butaque –, a produção petrolífera intensificou-se, terminando o ano num valor a rondar 1,8 milhões de barris por dia. Para o sector petrolífero angolano, foi de extrema importância a recuperação da cotação do petróleo e da respectiva procura mundial, a fim de viabilizar a exploração de investimentos já previstos que, por se situarem em águas profundas e ultraprofundas da costa angolana, exigem montantes de investimento muito significativos.

No entanto, os investimentos na economia angolana não se têm confinado ao sector petrolífero. Angola é actualmente um dos quatro países africanos cujo investimento estrangeiro ultrapassa USD 3 mil milhões, com a indústria transformadora a ser um destino preferencial por parte dos investidores. Manteve-se como um dos objectivos das autoridades angolanas a realização de investimentos num conjunto diversificado de infra-estruturas de grande dimensão em áreas como as estradas, os caminhos-de-ferro e a habitação e, por outro lado, em projectos de recuperação da produção nacional, menos alicerçada em consumos intermédios externos.

A revisão em alta da notação de risco de Angola pelas três principais agências de notação de *rating,* em todos os casos com *outlook* estável, demonstra confiança na economia do país. Em Julho, a Standard & Poor's subiu o *rating* de Angola de B+ para BB-, com previsão estável, colocando Angola em melhor posição do que muitos dos seus vizinhos regionais, incluindo a Nigéria. Paralelamente, a Moody's, em Maio, e a Fitch, em Junho, também reviram positivamente a avaliação do *rating* da dívida angolana, o que foi entendido como o reconhecimento da capacidade de o país manter um desempenho macroeconómico robusto e consistente, da boa avaliação que tem vindo a ser realizada por parte do FMI, no âmbito do processo de acompanhamento do acordo de financiamento a Angola no valor de USD 1,4 mil milhões, e dos progressos feitos pelo Governo no pagamento de dívidas acumuladas a empresas de construção em 2008 e 2009.

No plano cambial, desde que as autoridades monetárias decidiram abandonar o *peg* face ao dólar, o kwanza oscilou num intervalo USD/AOA 90-94. No entanto, a estabilidade face à divisa norte-americana proporcionou uma valorização face ao euro, tendo em conta as perdas que a moeda única europeia veio a registar. Assim, sendo a maioria das importações angolanas proveniente da União Europeia, este movimento cambial não veio beneficiar as autoridades angolanas na política de sustentação da inflação. A evolução em alta do ritmo de crescimento dos preços continuou, assim, a verificar-se ao longo de 2011, condicionada sobretudo pelo desempenho dos preços dos produtos alimentares e bebidas. Este efeito sobre os preços dos bens alimentares continuou ainda a ser suportado pelas dificuldades ao nível da capacidade logística e de distribuição, o que ajudou a reforçar a natureza prioritária dos investimentos em infra-estruturas logísticas (armazenamento, transporte e distribuição), bem como no aumento da capacidade produtiva interna. Neste contexto, a inflação média anual subiu para um valor próximo de 15%. Ao nível da política monetária, o Banco Nacional de Angola considerando a "necessidade de promover o crescimento da economia nacional", reduziu em Abril a taxa de redesconto de 25% para 20%, valor que se manteve até ao final do ano. Assim, a taxa de redesconto desceu 5 pontos percentuais, de 30% para 25%.

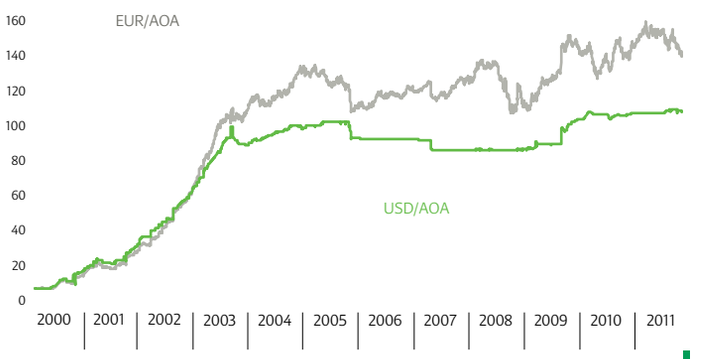
Angola – Crescimento real do PIB e dos sectores não petrolíferos



Fonte: *Bloomberg*

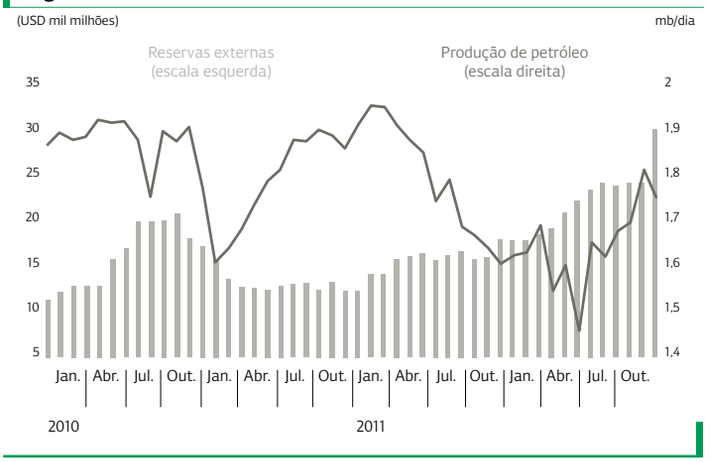
Angola

(AOA/USD e AOA/EUR)



Fonte: *Bloomberg*

Angola – Reservas Externas



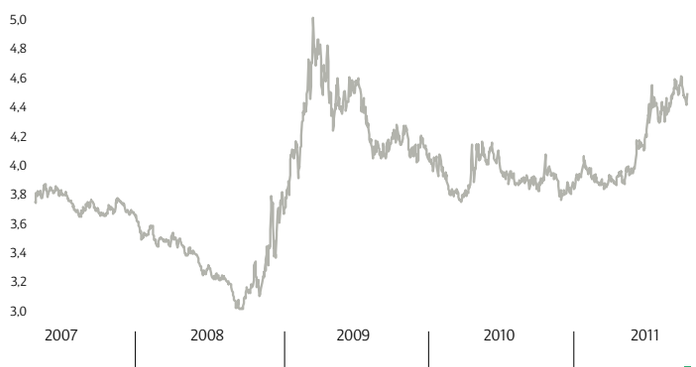
Fonte: Banco Nacional de Angola

Polónia

A economia da Polónia manteve um desempenho robusto em 2011. Num contexto de abrandamento da actividade no conjunto da União Europeia, o PIB polaco cresceu 4,3%, após um registo de 3,9% em 2010. A procura interna revelou-se um importante alicerce deste desempenho, com o consumo privado a crescer 3,4%, dinamizado pela melhoria no mercado do trabalho, e o investimento a expandir-se 8,7%, impulsionado pela organização do Campeonato Europeu de Futebol de 2012. Por seu turno, a procura externa líquida, beneficiando da depreciação do zloty, contribuiu positivamente para o crescimento do PIB, com as exportações a registarem uma expansão de 7,3%, contrapondo com a menor variação das importações, em torno de 7%.Como consequência do contexto económico global e da vulnerabilidade da economia polaca face à evolução das economias da Zona Euro, o zloty oscilou entre EUR/PLN 3,84 e 4,56, terminando o ano com uma desvalorização em torno de 11% em relação à moeda europeia, para EUR/PLN 4,46. Se este comportamento favoreceu, por um lado, a balança comercial, por outro lado aumentou os riscos relativos à inflação. As fortes pressões inflacionistas de que a economia polaca foi alvo ao longo do ano, originadas pela subida do preço dos produtos alimentares e energéticos e pelo aumento de impostos, levaram a que o Banco Nacional da Polónia elevasse a taxa de juro de referência quatro vezes de Janeiro a Abril, fixando-a em 4,5%. Este *tightening* da política monetária conteve o crescimento dos preços que, depois de registar um máximo de 5% em Maio, terminou o ano a registar um aumento médio de 4,2%, ainda assim acima do *target* definido pelo Banco Central para a inflação no médio prazo (2,5%).

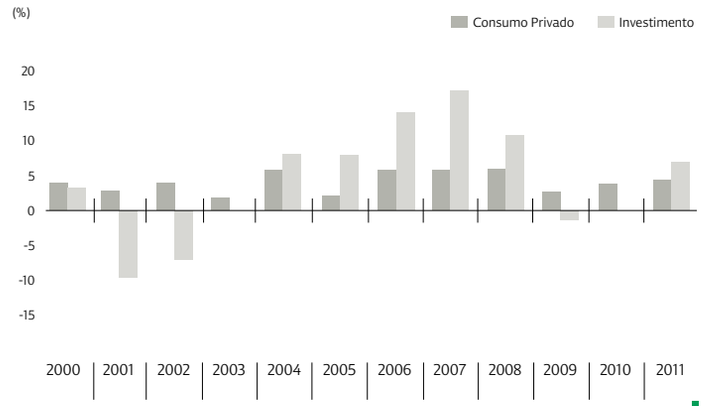
O ano de 2011 foi ainda marcado por um aumento das preocupações com as contas públicas. O défice orçamental atingiu 5,6% do PIB e a dívida pública aumentou para 56,7% do PIB. A vitória da coligação PO-PSL nas eleições parlamentares de Outubro reconduziu o Governo em funções, e este anunciou como prioridade a introdução de reformas estruturais e a consolidação das contas públicas, neste caso através de aumentos de impostos e de alguns cortes na despesa.

EUR/PLN



Fonte: Reuters Ecowin

Consumo Privado e Investimento (variação anual)



Fonte: Reuters Ecowin

Reino Unido

A economia britânica abrandou ao longo do ano de 2011, registando um crescimento de 0,9%, valor que compara com os 2,1% observados no ano anterior. Embora a evolução da actividade nos três primeiros trimestres tenha sido moderadamente favorável, culminando num crescimento de 0,5% no 3º trimestre, os últimos três meses foram marcados por um recuo do PIB de 0,2% face ao trimestre anterior. A quebra do *output* da indústria e da construção, aliada a uma quase estagnação do sector dos serviços, penalizou a actividade na parte final do ano, devendo referir-se também um abrandamento das exportações, associado às dificuldades geradas pela crise da dívida da Zona Euro. O abrandamento do crescimento resultou também dos intensos esforços de consolidação orçamental, tendo em conta um défice público (no ano fiscal) de 8,4% do PIB. Os elevados níveis de endividamento das famílias, o aumento da inflação, os elevados níveis de desemprego e os baixos níveis de confiança dos consumidores contribuíram também para a evolução negativa da procura interna e do investimento.

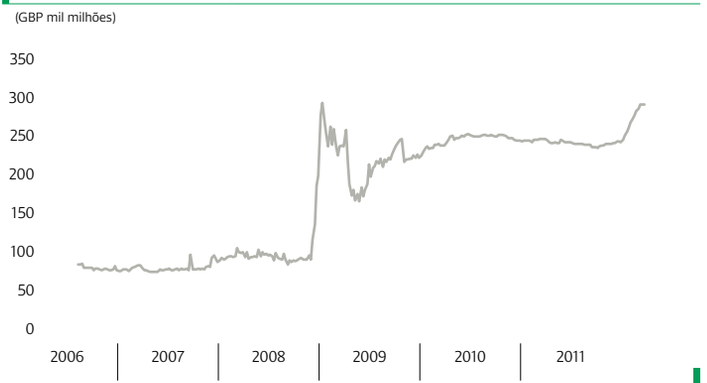
A taxa média de inflação atingiu um máximo de 5,2% em Setembro, descendo depois até 4,2% em Dezembro (3,3% no final de 2010). A subida do imposto sobre o valor acrescentado de 17,5% para 20% no início do ano, bem como o aumento dos preços da energia, matérias-primas e das importações, foram os principais impulsionadores da aceleração dos preços, com um forte impacto sobre o consumo privado. Embora a taxa de inflação tenha ficado acima do *target* definido pelo Banco de Inglaterra, este optou por manter a taxa de juro de referência em 0,5% e por aumentar em GBP 75 mil milhões o montante do programa de compra de activos (*quantitative easing*) no mês de Outubro, adoptando, assim, uma política monetária claramente expansionista no ano de 2011. Em reflexo das medidas orçamentais adoptadas e do agravamento da crise da dívida soberana na Zona Euro na segunda metade do ano, as *yields* dos Gilts (títulos de dívida pública britânicos) a 10 anos exibiram uma trajectória decrescente, atingindo um mínimo de 1,963% na última sessão do ano. Dada a elevada incerteza nos mercados e o aumento da aversão ao risco por parte dos investidores, a dívida britânica beneficiou do movimento generalizado de *flight-to-safety*, sendo vista como um activo seguro. Esta tendência foi, ainda, evidente na performance da libra esterlina face ao euro, com esta divisa a apreciar no primeiro semestre até um máximo de EUR/GBP 0,9032 e a libra a recuperar desde então, até ao mínimo de EUR/GBP 0,84 no final do ano. Face ao dólar norte-americano, o valor da libra manteve-se relativamente estável, com uma leve apreciação de 0,53% em termos anuais.

EUR/ GBP



Fonte: Reuters Ecowin

Balanço do Banco de Inglaterra



Fonte: Reuters Ecowin

Zona Euro

Depois de uma expressiva aceleração no início do ano, graças à forte expansão do investimento, e em particular do investimento em construção, beneficiando de condições climatéricas favoráveis, a economia da Zona Euro registou uma desaceleração gradual ao longo do ano de 2011, tendo-se registado uma contracção da actividade no 4º trimestre. O crescimento anual da Zona Euro foi, assim, de 1,5%, em desaceleração face ao registo de 1,9% no ano anterior. Embora o crescimento da principal economia da área, a Alemanha, tenha sido forte (de 3% no conjunto do ano), o desempenho foi muito heterogéneo entre Estados-membros, tendo grande parte da Zona Euro registado um crescimento muito mais contido, com variações anuais negativas do PIB na Grécia e em Portugal, e com registos inferiores a 1% em Espanha e Itália. O acentuado esforço de consolidação orçamental exerceu um efeito mais restritivo sobre a actividade nestas economias. O desempenho da Zona Euro foi, também, diferenciado ao longo do ano. De facto, a deterioração do sentimento e a maior restritividade da política orçamental acabaram por se reflectir numa contracção da actividade no 4º trimestre (face ao trimestre anterior) também nas principais economias *core*, como a Alemanha, Holanda, ou Áustria.

O abrandamento a que se assistiu no decurso do ano deveu-se não só ao forte esforço de consolidação orçamental (em termos agregados, o défice orçamental da Zona Euro reduziu-se de 6,2% do PIB em 2010 para 4,1% do PIB em 2011), mas também à desaceleração evidenciada pelo consumo privado num contexto de deterioração das condições do mercado de trabalho (a taxa de desemprego ascendeu a 10,4% da população activa). As exportações registaram igualmente uma desaceleração, reflectindo o abrandamento da procura externa, em especial das economias emergentes, e a apreciação do euro registada na primeira metade do ano.

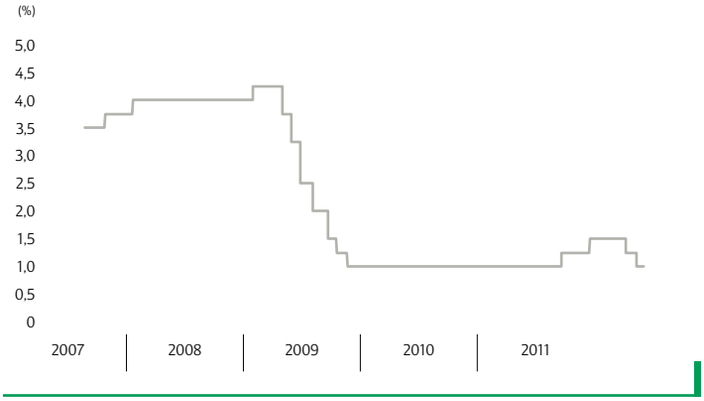
O aumento dos níveis de incerteza e das tensões observadas nos mercados financeiros, particularmente os de dívida pública, e a secagem de liquidez no mercado monetário interbancário, sobretudo a partir do Verão, penalizaram os níveis de confiança dos agentes e dificultaram o financiamento dos bancos a nível europeu, num contexto de crescente interligação entre a evolução dos mercados de dívida pública e o sector bancário. As fortes exigências de recapitalização dos bancos europeus e as maiores dificuldades dos bancos no acesso aos mercados monetário e de crédito conduziram a uma maior restritividade na concessão de crédito a famílias e empresas, contribuindo também para a moderação do consumo e do investimento.

No plano dos preços, a taxa de inflação média anual foi de 2,7%, após o registo de 1,6% em 2010, um agravamento que se deveu essencialmente ao impacto da subida de preços da energia (com destaque para o preço dos combustíveis) e da alimentação. A taxa de inflação subjacente, que exclui aquelas componentes, manteve uma evolução contida, de 1,7% face ao ano anterior, traduzindo a ausência de pressões inflacionistas impostas pela procura, algo patente também na elevada capacidade instalada não utilizada e no aumento da taxa de desemprego.

Os riscos de que os aumentos de preços pudessem, a prazo, repercutir-se numa evolução em alta dos salários levaram o Banco Central Europeu a elevar a taxa de juro de referência de 1% para 1,5%, em dois movimentos, ocorridos em Abril e Julho. No entanto, a deterioração do cenário de crescimento e a acentuada quebra da confiança observada sobretudo a partir do Verão, num contexto de ausência de pressões inflacionistas relevantes, levaram a autoridade monetária europeia a reduzir aquela taxa em Novembro e Dezembro, regressando ao nível de 1%. Relativamente às medidas não-convencionais de política monetária, que visam minimizar as tensões e a instabilidade dos mercados financeiros, o BCE forneceu ampla liquidez ao sistema bancário, promovendo operações de cedência de liquidez a montantes ilimitados aos prazos de 1 semana e 1 mês a taxa fixa e a 3 meses à taxa média que vigorar no período. Para além disso, a autoridade monetária anunciou duas novas operações de cedência de liquidez de longo prazo (3 anos), aos montantes solicitados pelos bancos e à taxa média das operações principais de refinanciamento em vigor ao longo do período correspondente. A primeira destas operações decorreu a 21 de Dezembro de 2011, tendo acorrido 523 instituições financeiras, que obtiveram um montante total de EUR 489 mil milhões. Adicionalmente, o BCE anunciou a reactivação do programa de aquisição de *covered bonds* em mercado primário e secundário, no montante de EUR 40 mil milhões, entre Novembro de 2011 e Outubro de 2012 (recorde-se que o BCE tinha já conduzido um programa semelhante, no montante de EUR 60 mil milhões por um período que terminou em Junho de 2010). O BCE prosseguiu também o programa de aquisição de títulos de dívida pública no mercado secundário, iniciado em Maio de 2010, ao abrigo do qual adquiriu um montante total de cerca de EUR 200 mil milhões até ao final de 2011. Este montante foi objecto de esterilização, através da constituição de depósitos de curto prazo dos bancos comerciais junto do BCE, de modo a não incrementar a oferta monetária. O BCE anunciou também, em Julho, a suspensão da exigência de requisitos mínimos de níveis de *rating* para a aceitação de títulos de dívida pública portuguesa e de todos os títulos garantidos pelo Estado Português como colateral nas operações de refinanciamento, medida que havia sido tomada anteriormente em relação à Grécia e à Irlanda.

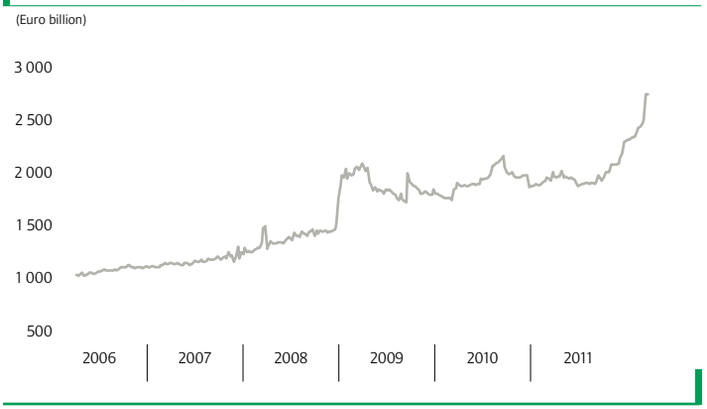
A cotação do euro exibiu, na primeira metade de 2011, uma trajectória de apreciação relativamente ao dólar, acompanhando a ampliação do diferencial de taxas de juro entre as economias da Zona Euro e norte-americana, dada a elevação dos juros de referência do BCE e expectativas de futuras subidas, em contraste com a crescente perspectiva de manutenção da actual política monetária da Reserva Federal por um período prolongado, em particular no que respeita à taxa *fed funds*. O euro atingiu, assim, no início de Maio, um nível de EUR/USD 1,494, um máximo desde o final de 2009. No entanto, na segunda metade do ano, a aversão ao risco a nível global contribuiu para uma inversão deste movimento. A deterioração do sentimento, associada à crise da dívida da Zona Euro exerceu pressão no sentido da depreciação do euro, tendo este encerrado o ano em EUR/USD 1,2960.

Zona Euro - Taxa refi



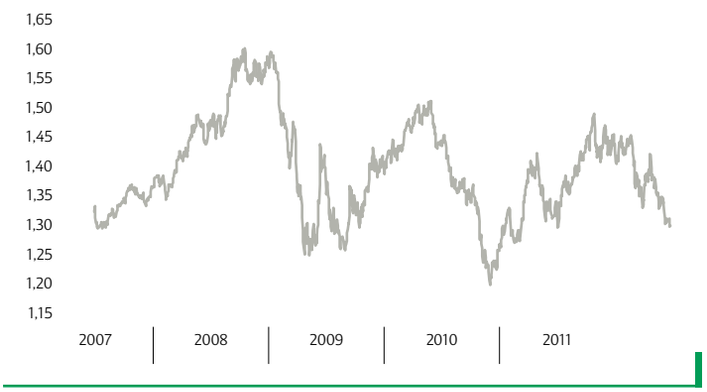
Fonte: Bloomberg

Zona Euro - Balanço do Banco Central Europeu



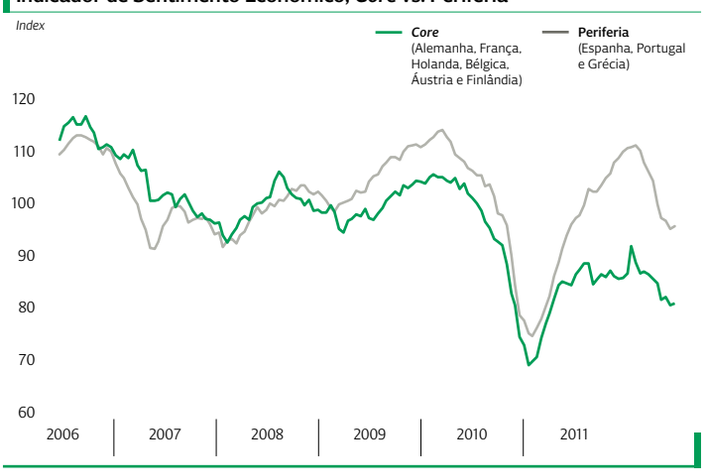
Fonte: Bloomberg

EUR/ USD



Fonte: Bloomberg

Indicador de Sentimento Económico, *Core* vs. Periferia



Fonte: Bloomberg

Espanha

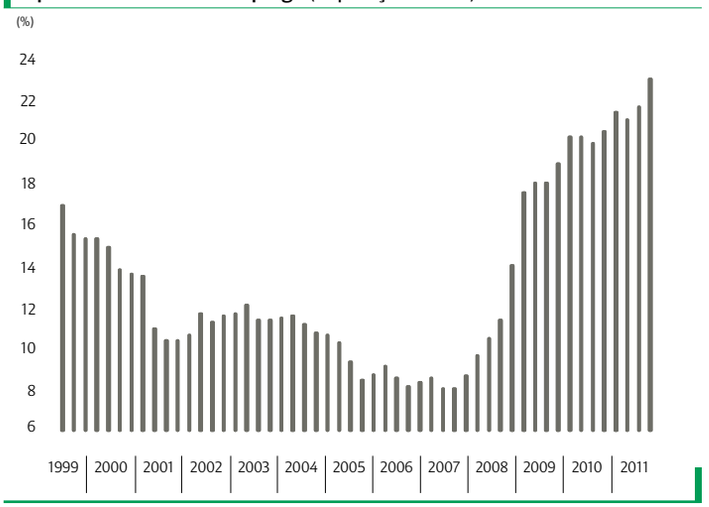
Depois da forte recessão vivida em 2009 (-3,7%) e de um período de estagnação em 2010 (-0,1%), a economia espanhola apresentou um desempenho relativamente favorável ao longo do 1º semestre de 2011, que foi, no entanto, invertido no 2º semestre, fruto dos efeitos de contágio da crise da dívida da Zona Euro, da deterioração das condições de financiamento e da confiança a nível interno e do anúncio de uma maior restritividade da política orçamental. No 4º trimestre, observou-se uma contracção do PIB de 0,3% face ao trimestre anterior, levando a respectiva variação anual para 0,6%. O consumo privado, em particular, foi penalizado pela evolução desfavorável da taxa de desemprego, que atingiu 22,9% da população activa no final do ano. A procura interna continuou ainda a ser restringida pelo ajustamento em curso no sector da habitação e construção residencial. A formação bruta de capital fixo registou uma queda superior a 5% no conjunto do ano, com a componente da construção a recuar cerca de 8% (após uma queda de 11,1% no ano anterior). Reflectindo o contexto ainda difícil no sector, os preços da habitação registaram uma queda anual de 6,8%. Embora com alguma moderação no final do ano, o crescimento das exportações manteve-se forte em 2011, em torno de 8%, observando-se assim um aumento do contributo da procura externa líquida para o crescimento.

A deterioração da crise da dívida na Zona Euro e os respectivos efeitos de contágio levaram as *yields* dos títulos de dívida pública espanhola a 10 anos a subir de 5,4% para 6,7% até Novembro, tendo depois caído para 5,1% até ao final do ano. O risco de um contágio adicional reforçou as preocupações com a consolidação orçamental, sobretudo tendo em conta um défice público ligeiramente superior a 8% do PIB em 2011, acima do *target* inicial de 6% do PIB. Para este desvio contribuíram decisivamente os défices maiores que o esperado nos Governos das Autonomias.

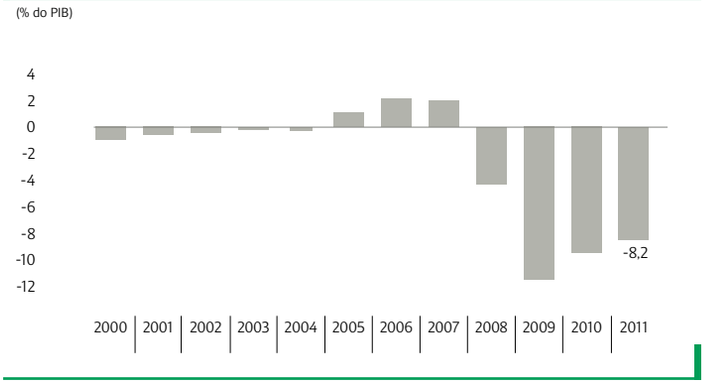
O novo Governo saído das eleições parlamentares de 20 de Novembro, apoiado por uma maioria absoluta no Parlamento, anunciou assim um reforço das medidas de poupança orçamental e de reformas estruturais, incluindo neste caso uma flexibilização do mercado de trabalho e novas medidas de reforço da estabilidade do sector financeiro. De acordo com a Autoridade Bancária Europeia (EBA), as necessidades de capital dos bancos espanhóis ascenderiam a aproximadamente 26 mil milhões de euros (ou 17 mil milhões de euros, tomando em consideração as obrigações convertíveis que os bancos espanhóis elevaram a capital). Espelhando as dificuldades de financiamento enfrentadas pelo sector financeiro, observou-se em 2011 um aumento significativo do recurso dos bancos à liquidez cedida pelo BCE, para EUR 119 mil milhões em Dezembro. Neste contexto económico e financeiro, as principais agências de *rating* procederam ao *downgrade* da dívida pública espanhola, que fechou o ano com uma notação de AA-.

Apesar da tendência de desaceleração dos preços nos últimos meses do ano, a taxa de inflação média anual subiu de 1,8% para 3,2% em 2011, em resultados dos efeitos desfasados do aumento do IVA de 2010 e da subida dos preços da energia.

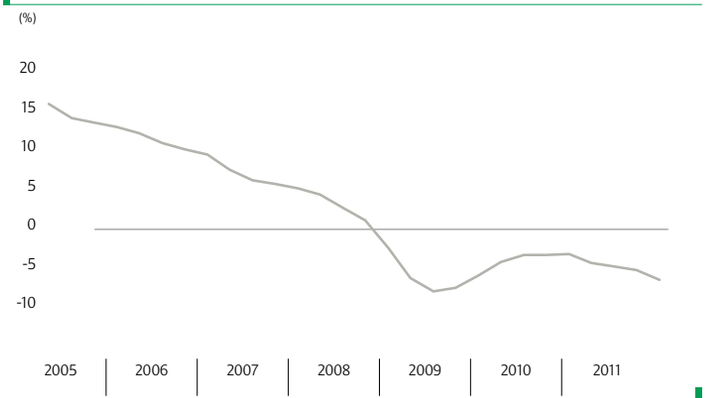
Espanha - Taxa de Desemprego (População Activa)



Espanha - Saldo Orçamental



Espanha - Preços da Habitação (taxa de variação homóloga)



Portugal

Em Portugal, 2011 foi marcado pelos efeitos de contágio da crise da dívida da Zona Euro e pelo início da execução do programa de ajustamento financeiro. A deterioração das condições de financiamento associadas ao aumento da aversão ao risco por parte dos investidores foi acentuada, no caso de Portugal, pelas revisões em baixa do *rating* da dívida soberana (que fechou o ano de 2011 em BBB-, no caso da notação atribuída pela S&P, e em Ba2, no caso da Moody's). A *yield* dos títulos de dívida pública a 10 anos subiu de 6,6% para 13,36% no conjunto do ano, com o *spread* face aos títulos da dívida alemã a aumentar 789 pontos base, para 1153 pontos base.

O programa de ajustamento financeiro acordado com o FMI-UE-BCE, envolvendo o financiamento da economia portuguesa num montante global de 78 mil milhões de euros, começou a ser implementado em Maio de 2011, tendo sido já objecto de duas avaliações favoráveis por parte dos credores oficiais. Ao nível da consolidação orçamental, o défice público reduziu-se de 9,8% do PIB para um valor próximo de 4% do PIB. Embora este registo tenha beneficiado de medidas extraordinárias (em particular, da transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos), ele resulta também de um importante esforço de redução da despesa do Estado, com um crescimento inferior ao orçamentado, e de uma execução favorável das receitas fiscais, em linha com o previsto. Para 2012, espera-se um excedente primário de 0,3% do PIB e um défice estrutural de 2,6% do PIB.

Registaram-se igualmente progressos importantes ao nível das reformas estruturais, num ambiente de estabilidade política e social. Destacam-se: (i) as alterações no mercado de trabalho, que aumentam a flexibilidade e tenderão a reduzir os custos por unidade produzida, com impactos positivos sobre a competitividade; (ii) a reforma no mercado de arrendamento, favorecendo a mobilidade, a redução do endividamento e a absorção da oferta de habitações; e (iii) a melhoria do ambiente concorrencial, com o programa de privatizações, o fim das *golden shares*, uma nova lei da concorrência de acordo com a prática europeia, a reforma do sector dos transportes, a introdução de regras mais concorrenciais nas telecomunicações e na electricidade e a reforma da justiça, neste caso incluindo uma maior flexibilidade nos processos de insolvência e recuperação de empresas.

As medidas de consolidação orçamental contribuíram para uma contracção da procura interna em 2011, registando-se quedas no consumo público e privado (em torno de 3%, em termos médios anuais) e no investimento (próxima de 11%). As exportações de mercadorias e de serviços mantiveram, no entanto, um crescimento elevado (próximo de 7% em termos reais), com um peso crescente das vendas para mercados emergentes em África, América Latina e Ásia. Esta evolução das exportações atenuou a queda anual do PIB, que atingiu 1,5% em 2011. Esta evolução das exportações contribuiu ainda, em conjunto com o processo de *deleverage* em curso entre os diversos sectores da economia, para uma redução significativa do défice externo, de 8,8% do PIB para um valor próximo de 6,5% do PIB, esperando-se em 2012 uma redução adicional, para valores em torno de 2% do PIB. O *stock* das responsabilidades externas líquidas da economia portuguesa registou também uma redução, atingindo um valor estimado próximo de 103% do PIB, face a um máximo de 110% do PIB observado em 2009.

Portugal - Principais Indicadores Económicos
(Taxas de crescimento real (%), excepto quando indicado.)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	1,6	0,8	1,4	2,4	0,0	(2,9)	1,4	(1,5)
Consumo Privado	2,7	1,7	1,8	2,5	1,3	(2,3)	2,1	(3,2)
Consumo Público	2,4	3,4	(0,6)	0,5	0,3	4,7	0,9	(2,8)
Investimento	3,7	(0,9)	(0,6)	2,1	(0,1)	(13,3)	(3,6)	(10,7)
Exportações	4,1	0,2	11,6	7,5	(0,1)	(10,9)	8,8	6,9
Importações	7,6	2,3	7,2	5,5	2,3	(10)	5,4	(2,6)
Inflação (IPC)	2,4	2,3	3,1	2,5	2,6	(0,8)	1,4	3,7
Saldo Orçamental (% do PIB)	(3,4)	(5,9)	(4,1)	(3,1)	(3,6)	(10,1)	(9,8)	(4,0)*
Dívida Pública (% do PIB)	57,6	62,8	63,9	68,3	71,6	83,0	93,3	101,6
Desemprego (% da população activa)	6,7	7,6	7,7	8,0	7,6	9,5	10,8	12,7
Saldo Balanço Corrente e Capital (% do PIB)	(6)	(8,2)	(9,1)	(8,9)	(11,1)	(10,1)	(8,8)	(6,1)

E - Estimativa
* Assumindo os efeitos resultantes da integração dos fundos de pensões da banca.
Fontes: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Comissão Europeia, OCDE, ES Research

3. Actividade Comercial

O Grupo Banco Espírito Santo é um grupo financeiro universal que serve todos os segmentos de clientes particulares, empresariais e institucionais. A inovação de produtos, a orientação para a qualidade de serviço e a força da marca BES (em particular o seu reconhecimento em termos de atributos fundamentais como a solidez e a confiança) fazem do Grupo uma referência no mercado nacional e internacional.

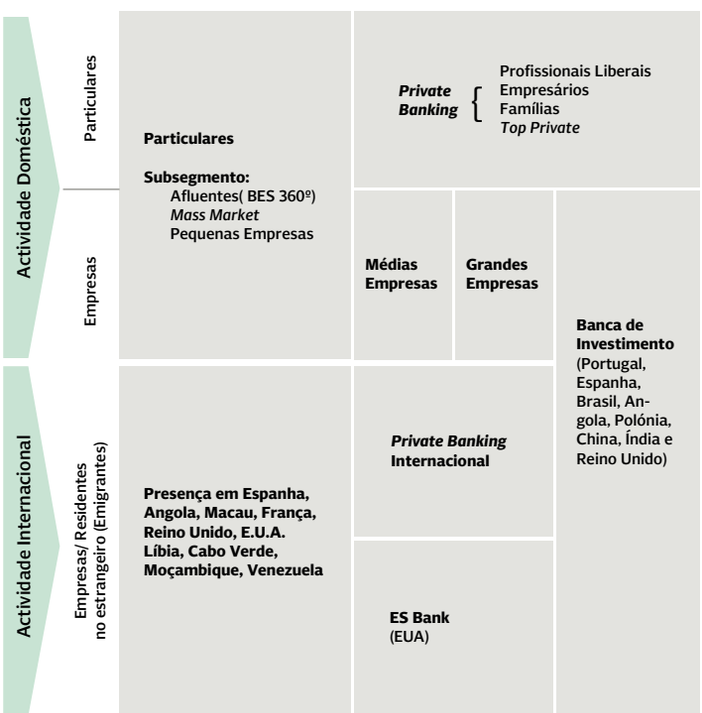
No acompanhamento do desempenho por áreas de negócio são considerados os seguintes segmentos operacionais:

- Banca Comercial Nacional, que inclui os subsegmentos de Retalho, Empresas e Institucionais e *Private Banking;*
- Banca Comercial Internacional;
- Banca de Investimento;
- Gestão de Activos;
- Mercados e Participações Estratégicas;
- Centro Corporativo.

Cada segmento engloba as estruturas directamente dedicadas, bem como as unidades do Grupo com cuja actividade mais se identifica. A monitorização individual e isolada de cada unidade operacional do Grupo (encaradas numa óptica de centro de investimento) é complementada, a nível da Comissão Executiva, pela definição de estratégias e de planos comerciais para cada segmento operacional.

Complementarmente, é utilizada uma segunda segmentação da sua actividade e resultados baseada em critérios geográficos, separando a performance das unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) das localizadas no exterior (Área Internacional).

O Banco Espírito Santo tem uma abordagem segmentada ao mercado de modo a oferecer uma gama abrangente de produtos e serviços financeiros e que respondam às necessidades dos clientes.

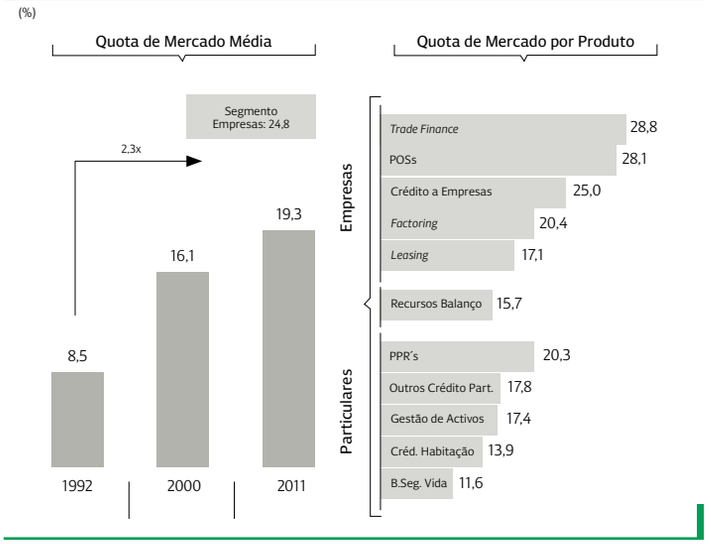


3.1 Banca Comercial Doméstica

O Grupo BES tem prosseguido, desde a privatização em 1992, uma consistente e clara estratégia de crescimento orgânico no mercado doméstico, suportada pelo desenvolvimento de um modelo multiespecialista de abordagem ao mercado. Esta estratégia de crescimento, suportada num robusto *franchise* e num forte dinamismo comercial junto dos segmentos de clientes particulares e empresas, tem permitido atingir consecutivos ganhos de quota de mercado: a quota média de mercado mais que duplicou entre 1992 e 2011, passando de 8,5% para 19,3%.

Na quota de mercado registada em 2011 importa referir o forte posicionamento nas linhas de negócio relacionadas com a actividade da Banca de Empresas, incluindo a quota de 28,8% no *Trade Finance*, o que evidencia o importante papel que o Grupo BES tem no apoio à internacionalização do tecido empresarial nacional.

Evolução da Quota de Mercado Média e Quota de Mercado* por Produto



*Fonte: APB; BdP; APFIPP; ISP; ASP; APLEASE; APEF; Euronext; SIBS; SWIFT; CMVM; BES

3.1.1. Banca de Retalho

Na sua abordagem aos clientes de retalho o Grupo BES aposta numa oferta diversificada e distintiva, de acordo com as necessidades financeiras dos seus clientes. A criação de propostas de valor diferenciadas assenta no desenvolvimento constante dos produtos e dos serviços disponibilizados aos clientes mas também na adopção de critérios de segmentação ajustados às características dos clientes, na elevada qualidade do serviço prestado e na eficácia da comunicação.

Assim, e ao longo dos últimos anos, o BES criou propostas de valor inovadoras ao nível do Retalho, em concreto para clientes afluentes ("BES 360º"), para pequenas empresas e empresários em nome individual ("Negócios") e para *mass market* ("Particulares de Retalho"). Estes clientes são actualmente servidos por uma rede de 701 balcões (uma redução líquida de 30 balcões ao longo do ano, que resulta do encerramento de 37 balcões e da abertura de 7 novas estruturas comerciais).

A actividade do Retalho desenvolveu-se em 2011 em torno de três dimensões centrais de actuação: i) elevado esforço de captação de recursos; ii) selectividade na concessão de crédito e iii) manutenção de importantes níveis de *cross-selling*.

- Ao nível da captação de recursos, registou-se mais uma vez um aumento expressivo, em particular em virtude do aumento da procura de recursos de balanço. Como resultado, o retalho registou uma melhoria em 2011 de 46pp do seu rácio de crédito/depósitos face a 2010. Para apoiar o crescimento dos recursos foram lançadas várias campanhas publicitárias com a participação de Cristiano Ronaldo, para além do lançamento de várias soluções

inovadoras, como foi o caso da nova linha de Entregas Programadas, cujos resultados ascenderam a 142 mil adesões até ao final de 2011;

- A selectividade na concessão de crédito bem como a forte diminuição da procura (tanto ao crédito a particulares como no crédito a pequenos negócios) traduziu-se numa contracção de 5,5% face ao ano homólogo. A originação do crédito voltou a registar uma melhoria do seu perfil de risco, o que pode ser observado de forma clara no perfil da produção de crédito habitação, onde o *loan to value* dos novos contratos se situou 6pp abaixo do registado em 2010;

- Para assegurar a manutenção de níveis sustentados de *cross-selling*, a dinâmica comercial suportou-se num conjunto alargado de produtos, serviços e ferramentas inovadoras, como foram os casos da nova plataforma de gestão de relação de clientes e o lançamento do Orçamento familiar;

Adicionalmente, observou-se em 2011 uma elevada dinâmica de captação de clientes (129 mil), fruto da articulação entre a rede de balcões e os principais canais de captação de clientes (em particular os programas *Cross-segment* e *AssurFinance*).

Assurfinance

Uma das principais iniciativas de captação de clientes é o programa *Assurfinance*, resultado de uma parceria estratégica com a Companhia de Seguros Tranquilidade. Este programa procura captar clientes Tranquilidade que não têm relações bancárias com o Grupo BES e oferece aos agentes Tranquilidade a possibilidade de fazer *cross-selling* de um vasto leque de produtos do Grupo BES (de seguros a banca), adaptados às necessidades dos clientes Tranquilidade.

O programa *Assurfinance* envolve um universo de mais de 2 mil agentes que, em 2011, captaram cerca de 19 mil novos clientes para o Grupo.

O Programa *Assurfinance* conta actualmente com 48 Postos Avançados, mais 4 unidades face a 2010, em virtude do seu forte contributo para o crescimento da actividade do Retalho.

BES 360°: Excelência no aconselhamento financeiro e no serviço ao cliente

Para o segmento dos clientes afluentes, foi criado o serviço BES 360°, uma proposta de referência no acompanhamento e na assessoria financeira destes clientes. O BES 360° garante um elevado padrão de qualidade através do acompanhamento permanente de um gestor dedicado e especializado, de uma oferta exclusiva e de soluções adequadas às necessidades específicas dos clientes.

A competitividade da proposta de valor do segmento 360° assenta num conjunto de iniciativas estratégicas e distintivas, sendo de destacar as seguintes:

- Mapa 360°: um serviço de planeamento financeiro que parte do levantamento da vida financeira do cliente para definir o melhor percurso para atingir os seus objectivos, e que se traduz na recomendação de investimento mais indicada ao seu perfil. Este serviço, pioneiro no mercado português, apresenta vantagens significativas para o cliente e veio reforçar ainda mais as fortes competências do Grupo BES na área de assessoria financeira;

- Compromisso BES 360°: tangibilização da excelência no serviço ao cliente em objectivos concretos, assegurando uma postura profissional, rigorosa e dedicada com eficácia na resolução de problemas e uma atitude proactiva na apresentação das melhores soluções para as necessidades de cada cliente;

- Oferta competitiva: oferta de produtos inovadores que respondem às necessidades dos clientes afluentes, como é o caso da oferta de produtos estruturados e da poupança por impulso e em áreas que vão para além das necessidades financeiras, com ofertas específicas para saúde e lazer;

- BESnet Trading: uma solução inovadora de fácil navegação e utilização para negociação em bolsa que integra num único *interface* um vasto leque de funcionalidades;

O desempenho deste segmento tem contribuído para o crescimento do Grupo BES, com uma relevância reforçada num contexto de mercado em que a liquidez ganhou importância. O segmento representa mais de 50% do total de recursos do retalho, constituindo assim uma base estável de *funding* do Grupo.

Ainda no que diz respeito ao segmento afluente, o Grupo BES actua igualmente no mercado através do **BEST – Banco Electrónico de Serviço Total,** um serviço inovador de banca electrónica que actua nas áreas de gestão de activos e *trading*. No decorrer do exercício de 2011 é de destacar a disponibilização do novo site mobile que permite a geo-localização dos centros do Banco, para além de facultar um vasto conjunto de operações bancárias correntes (nomeadamente, consulta de património integrado, saldos e movimentos, transferências, gestão de cartões de crédito, pedidos de cheques, pagamentos e carregamentos). Adicionalmente este site mobile disponibiliza ainda um módulo - *Mobile Trader* - que possibilita o acompanhamento dos mercados mais importantes à escala global bem como a negociação de mais de 1 200 títulos, com actualização em tempo real da carteira de investimentos. Ainda nesta área passou a estar disponível o *eBudget*, uma aplicação para *iPhone*, *iPod Touch* e *iPad* e *Smart-Phones Android* que permite guardar, organizar e gerir as despesas diárias *on-the-go* de uma forma prática e inovadora. Esta inovadora aplicação está disponível para clientes e também para não clientes, tendo-se registado *downloads* da mesma não só na Europa, mas também no Brasil, China, EUA, Canadá, Japão, Índia, Austrália, África do Sul, entre outros, ou seja, o alcance foi global. Ainda no decorrer deste exercício foi lançado um novo serviço que revolucionou a compra e venda de obrigações junto dos investidores particulares. Através do *BONDS FOR ALL*, de uma forma simples e rápida, os clientes têm acesso *online* à maior oferta de obrigações em Portugal, podendo negociar em OTC dívida pública portuguesa, dívida de empresas nacionais, assim como obrigações emitidas por entidades internacionais de renome. Já no final do ano foi lançado o SAXO CAPITAL MARKETS no Reino Unido, *powered by* BEST que atesta a capacidade da sua plataforma na actividade bancária e na gestão de activos num dos mercados financeiros mais competitivos e sofisticados do mundo. A nível de indicadores financeiros, e apesar da conjuntura adversa registou-se um crescimento da actividade, com o volume de crédito a aumentar 10% face ao início do ano e os volumes de depósitos de clientes a crescerem 19% em igual período. Os activos totais sob custódia, no final de 2011, eram de 1,6 mil milhões de euros e o resultado líquido registou um crescimento de 21%, face ao ano anterior atingindo o montante de 7 milhões de euros.

Negócios: Enfoque no apoio à gestão eficaz das necessidades de fundo de maneio dos Clientes

Foi num contexto adverso de desaceleração de actividade económica que o Segmento de Negócios elegeu como prioridade de acção comercial a disponibilização de meios e soluções de pagamentos/recebimentos e de gestão de tesouraria, inovadores e competitivos, que permitem os clientes aumentar a eficiência e eficácia na gestão das necessidades de fundo de maneio, optimizando os seus custos e o recurso ao crédito bancário.

Assim, em 2011 procedeu-se a:

- Uma reformulação da Oferta de Soluções de Tesouraria ("Soluções BES Negócios") e de Terminais de Pagamento Automático ("Packs BES Negócios") adaptando-os à realidade das micro empresas e empresários em nome individual o que permitiu duplicar o crescimento na colocação de TPAs face a 2010 e aumentar a quota de mercado do BES neste produto.

O desenvolvimento e inclusão de livros de cheques na oferta das Soluções BES Negócios, a par de uma maior discriminação de preço entre as versões comercializadas suscitaram uma grande adesão, vindo responder a uma importante necessidade dos clientes deste segmento.

- Reforço da dinamização do BES Express Bill (lançado em 2009 e estendido ao segmento de negócios em 2010), sistema inovador de pagamentos e recebimentos que consiste na emissão electrónica de ordens de pagamento a prazo com garantia de pagamento do BES. Aprovaram-se 63 milhões de euros de linhas de crédito Express Bill a 900 clientes do segmento que, no decurso do ano, efectuaram já 20 milhões de euros de pagamentos a fornecedores nesta modalidade. Por sua vez, 1 200 clientes do segmento de negócios beneficiaram de 75 milhões de euros de ordens garantidas pelo BES.

Como resultado do enfoque colocado no aconselhamento e venda de soluções de apoio aos recebimentos e pagamentos não surpreende que o segmento de negócios tenha obtido um crescimento relevante nos recursos sob gestão, atingindo os 3 000 milhões de euros sob gestão.

Um dos principais vectores distintivos da abordagem do BES ao segmento de negócios assenta ainda no acompanhamento da vertente profissional e pessoal dos sócios dos Negócios por Gestores únicos especializados e dedicados. A visão integral das necessidades dos clientes, considerando impactos cruzados de eventos no domínio pessoal e empresarial e um interesse genuíno sobre o seu sucesso ao longo das diferentes etapas de vida, permitem ao BES posicionar-se como o parceiro por excelência dos Negócios, ambicionando elevados níveis de penetração de empresas cujo sócio(s) opta(m) por concentrar parte substancial do seu património e gestão de quotidiano no BES. Em 2011, captaram-se 4 300 novos Sócios, em resultado desta estratégia de abordagem conjunta das necessidades da empresa e do seu sócio.

Particulares de Retalho

As crescentes dificuldades sentidas pela economia portuguesa em 2011 repercutiram-se nos particulares, nomeadamente através do aumento da taxa de desemprego e da diminuição do rendimento disponível, o que contribuiu para a diminuição da procura de crédito (tanto ao nível do crédito à habitação como do crédito ao consumo) e pelo reforço da necessidade de poupança.

Neste contexto, o Grupo reforçou o seu posicionamento ao nível da oferta de produtos de poupança e de protecção do quotidiano, indo assim ao encontro das prioridades das famílias portuguesas.

Ao nível da poupança, é de destacar a inovadora oferta de **Poupança Programada** que alarga substancialmente o universo de famílias com poupança regular, quer por via de entregas mensais a partir de pequenos montantes (10 euros), quer por via do arredondamento de um conjunto vasto de movimentos (cartões de débito e seguros,...), permitindo a cada família poupar com toda a conveniência. A adesão por parte dos clientes foi muito significativa com mais de 142 mil novas contas em 2011, provando a necessidade emergente de uma poupança mais abrangente. Em complemento, o lançamento de produtos de aforro competitivos e inovadores como a **Conta Rendimento CR**, acompanhados por acções de comunicação de elevada visibilidade, contribuíram de forma decisiva para o crescimento de 8% dos recursos totais de clientes particulares de retalho e em particular dos recursos de balanço, que registaram um crescimento homólogo de 20%. Num cenário de maior incerteza, o Grupo continua a privilegiar a oferta de seguros que protegem os agregados familiares perante situações imprevistas. Como reflexo deste posicionamento, o Grupo dispõe actualmente de uma gama alargada e competitiva de famílias de seguros, sendo de destacar pelo contexto que o segmento atravessa, o **Seguro de Protecção do Salário**, que garante uma indemnização complementar de 35% durante seis meses em caso de desemprego involuntário.

Neste exercício manteve-se a tendência de reforço da implementação dos Canais Directos, com o número de aderentes do *Internet Banking* de particulares – BESnet – a atingir um milhão, duzentos e quarenta e um mil clientes em Dezembro de 2011 (+4,6% em relação a 2010). Simultaneamente, verificou-se um aumento da utilização, com o número de utilizadores frequentes a crescer 6,7% e o número total de acessos a aumentar 11,2%, face ao período homólogo do ano anterior. O ano de 2011 foi de consolidação do serviço BESmobile para particulares e empresas, com aplicações para *Android* e *iPhone* e uma solução *Web* para outras plataformas. O número de aderentes atingiu os 45 mil em Dezembro de 2011, um crescimento de 313% face ao ano anterior, tendo inclusivamente já superado, em número de transacções, o serviço telefónico tradicional BESdirecto. Entre as principais funcionalidades destacam-se, pelas suas características inovadoras, as assinaturas no BESmobile de operações preparadas no BESnetwork, para satisfazer as necessidades de mobilidade dos sócios e administradores de empresas, e a app da Poupança por Impulso. No final do primeiro semestre foi também lançado um novo BESnet, com soluções de navegação e design totalmente novos e diferenciados, baseados na simplicidade e facilidade de utilização, e apresentando um conjunto significativo de melhorias. Analisando os dados de satisfação de clientes Marktest, o número de clientes muito satisfeitos com o BESnet teve um aumento de 25,4% após este lançamento. "Novos tempos pedem um novo poupar" – e por isso também os Canais Directos suportam os novos conceitos de poupança como a Micro Poupança, a Poupança Programada e Poupança por Impulso, com especial destaque para o Orçamento Familiar, que apoia o esforço de poupança das famílias portuguesas, permitindo uma visão rápida e sem esforço do seu perfil de despesas e receitas, de forma totalmente integrada com o BESnet. Esta inovadora solução tem sido um sucesso, com 50 mil utilizadores no final de 2011, uma média de 1 000 adesões por dia e 125 milhões de operações automaticamente classificadas pelo sistema. De ressalvar ainda o elevado número de correspondência recebida dos clientes, manifestando agrado pela disponibilização e forma automática de classificação dos movimentos da aplicação. Em 2011, o BES foi o banco que mais cresceu em *Internet Banking* (dados Marktest), consolidando a liderança neste sector em Portugal.

Adicionalmente, no segmento dos particulares de retalho, o Grupo exerce a sua actividade no Açores através do **Banco Espírito Santo dos Açores.** A situação do País e as medidas tomadas pelo Governo Central, que se reflectiram também na Região Autónoma dos Açores, condicionaram a actividade do Banco Espírito Santo dos Açores no ano de 2011 e influenciaram fortemente os seus resultados. Assim, por um lado assistiu-se a uma desaceleração na concessão de crédito e a um esforço suplementar no controlo e recuperação do crédito em situação irregular; e por outro, intensificou-se o esforço de captação de recursos, ao mesmo tempo que se manteve a estratégia de aumento da quota de mercado e captação de novos clientes, nomeadamente através de assinatura de novos protocolos com empresas e instituições regionais. Ao nível da actividade é de salientar a evolução registada nos depósitos de clientes (+5,1%) e no crédito concedido a clientes (-0,9%).

Oferta especializada

Na sua abordagem aos particulares de retalho, o Banco Espírito Santo procura disponibilizar serviços financeiros a segmentos que, pela sua natureza demográfica, cultural ou mesmo socioeconómica, necessitem de serviços especializados e adequados às suas características específicas.

Produtos Poupança

O BES reforçou o seu posicionamento de "Banco da Poupança" alargando a sua oferta de produtos de aforro e aprofundando a sua actuação no domínio da literacia financeira e adoptando o lema " Novos Tempos Pedem um Novo Poupar".

As novas soluções desenvolvidas em 2011 visaram reduzir o esforço em poupar, criando mecanismos que permitem ao cliente poupar de forma continuada, através de meios simples e em pequenos montantes de cada vez. Estas ofertas representam o aprofundamento de uma política de liderança na oferta de produtos financeiros de poupança e que teve com o objectivo incutir o hábito de poupança em cidadãos que habitualmente não o efectuam.

Poupança programada

A poupança programada foi o primeiro produto inovador que o Banco lançou em 2011, com o objectivo de alargar a actual oferta de produtos de poupança e abranger um universo maior de famílias que poupam regularmente. A poupança programada implica a adesão a um plano de entregas mensais, no qual o cliente estabelece a quantia (mínimo de 10 euros) e o momento do mês a poupar, permitindo ajustar a poupança ao seu respectivo orçamento familiar.
Os clientes têm a possibilidade de aderir à poupança programada, para prazos de 1, 3, 5 ou 10 anos. No primeiro ano de produto cerca de 142 mil clientes aderiram à poupança programada, sendo relevante destacar o facto de 73% serem para prazos iguais ou superiores a 3 anos e 43% dos clientes estarem abaixo dos 35 anos de idade, a faixa etária que tradicionalmente menos poupa.

Micro poupança

A micro poupança tem como principal objectivo criar o hábito de poupança em grupos de potenciais aforradores que tradicionalmente não acreditam ter esta capacidade por auferirem rendimentos médios ou mais baixos. Trata-se de uma solução em que o cliente decide pelo arredondamento dos débitos correspondentes às suas despesas quotidianas revertendo o arredondamento para uma conta poupança. É um serviço que tem a possibilidade de poder ser cancelado a qualquer momento e a definição de diferentes contas de destino dos seus aforros.

Poupança por impulso

A poupança por impulso, permite aos clientes portadores da aplicação "Poupe" para *smartphones*, reforçar uma poupança com pequenos montantes (entre 5 e 50 euros) de cada vez, através de um simples toque no écran do telefone. Esta forma de aforro permite ao cliente poupar no exacto segundo em que o decide fazer, diminuindo o esforço de poupança e aumentando a respectiva frequência.

Orçamento familiar

No "inquérito à literacia financeira da população portuguesa 2010" realizado pelo Banco de Portugal, 89% dos inquiridos considerou que planear o orçamento familiar é uma questão importante ou mesmo muito importante. Ciente desta realidade o Banco Espírito Santo criou o orçamento familiar, um serviço gratuito que organiza e agrupa automaticamente todas as receitas e despesas da conta permitindo ao cliente ter uma fotografia real do seu orçamento e sobretudo acompanhar a evolução das receitas e despesas identificando os gastos que podem ser reduzidos, de forma a gerar uma folga maior no orçamento.

O lançamento desta ferramenta insere-se no âmbito da campanha da Micro Poupança BES, permitindo aos clientes, ter maior conhecimento e capacidade para gerar poupanças regulares e é a resposta do BES a uma preocupação da sociedade portuguesa, que no "Inquérito à literacia financeira da população portuguesa 2010" considerou de forma expressiva (89% dos inquiridos) que planear o orçamento familiar é uma questão importante ou mesmo muito importante.

Microcrédito

O Gabinete de Microcrédito continuou, em 2011, a sua actividade de apoio e estímulo ao empreendedorismo. A rede de gestores, presente em todo o território nacional, tem como missão identificar os empreendedorese acompanhá-los nos seus projectos através do desenvolvimento de *'business plans'* ou encaminhando-os para outras linhas de apoio ao empreendedorismo.

Em 2011, o BES reforçou o investimento na comunicação do produto através de:

- distribuição e comunicação do produto nas redes sociais e internet, complementando o investimento feito nos produtos e serviços associados que compõem e exemplificam o sucesso dos empreendedores que recorreram ao microcrédito do BES;
- protocolos com organizações locais, como por exemplo, associações comerciais, organizações sem fins lucrativos e outras entidades com potencial de identificar e encaminhar empreendedores para a rede comercial do Banco;
- fóruns de emprego locais em diferentes cidades do País. O Banco participa em sessões públicas de esclarecimento e formações dirigidas a Instituições de Solidariedade Social, com o objectivo de explicar o conceito de microcrédito;
- publicação do livro do microcrédito, "Pequenos negócios, grandes histórias", promovendo e divulgando o sucesso dos empreendedores.

Em 2011 cerca de 85% das operações foram aprovadas, sendo relevante destacar os outros canais de angariação, nomeadamente a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), parceira do BES no microcrédito e principal promotora do microcrédito em Portugal, as Associações de Imigrantes e as agências de desenvolvimento local.

As linhas de financiamento, Microinvest e Invest +, promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, dinamizada em parceria com o BES, representaram um total de 55,7% do crédito concedido. Estas linhas de financiamento partilham do mesmo objectivo do microcrédito BES, ou seja, a dinamização na criação de emprego próprio, a capacitação de desempregados e jovens em potencial situação de exclusão social. Fruto do contexto, o crédito concedido diminuiu cerca de 31%, sendo relevante destacar as 115 operações aprovadas a empreendedores e os 245 postos de trabalho criados.

O microcrédito continuará a ser uma aposta, com o objectivo de criar oportunidades para desempregados, novos residentes, micro empresários e artesãos que necessitem de apoio para desenvolver os seus próprios negócios e criarem o seu próprio trabalho.

Novos Residentes

A estagnação económica verificada em Portugal nos últimos anos tem motivado para o abandono de imigrantes do País. Este facto tem contribuído para uma desaceleração tanto na captação de recursos (-10%) como na concessão de crédito (-6%) face a 2010.

O BES continua a melhorar e incrementar os seus serviços para os imigrantes que escolheram Portugal como destino. Foi com este objectivo que em 2011, o Grupo BES celebrou um acordo com o *Industrial and Commercial Bank* of

China (ICBC), que disponibiliza à comunidade chinesa o BES Express, um serviço que permite o envio de dinheiro para a China de forma simples e cómoda, via Balcão, Multibanco ou *Internet banking*, em 24h e a baixo custo.
O Banco continua a dinamizar as parcerias com as associações de imigrantes. O cartão *Family Links* e o BES Express são exemplos desta oferta, permitindo o envio e recepção de dinheiro entre os imigrantes e as respectivas famílias.

Universidades

Em 2011, o BES celebrou um novo protocolo com o Instituto Politécnico da Guarda e renovou os Protocolos com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, por um período de 5 anos, e ainda com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

A estratégia de Marketing e a gestão dos alunos do ensino superior é assegurada por uma estrutura central especializada e autónoma, complementada por em 6 Balcões situados nas Universidades, para além da rede de Balcões do BES assegurando, desta forma, a adequada proximidade a este segmento.

Os estágios BES Up, que completaram a 6ª edição, continuam a ser um exemplo do apoio ao desenvolvimento do curriculum profissional dos jovens universitários proporcionando-lhes uma oportunidade para aprofundarem os conhecimentos adquiridos nos cursos, enriquecer a sua experiência e facilitar a sua posterior integração na vida activa. Em 2011 o Programa de Estágios do Grupo BES recebeu cerca de 3 200 candidaturas, mais 60% do que na edição anterior e acolheu 187 estágios. O BES Up é hoje uma referência no panorama nacional e uma iniciativa abrangente que envolve 18 entidades dentro e fora do universo de empresas do Grupo BES.
Em 2011, com o objectivo de reforçar a proximidade e a comunicação com os universitários, através de um meio privilegiado por estes, foi criada uma página BES UP no facebook, que conta actualmente com cerca de 18 000 fãs.

Foram ainda apoiadas múltiplas acções no contexto das relações com as instituições de ensino superior, como sejam a requalificação dos laboratórios do Instituto Politécnico de Castelo Branco, a exibição no Porto da exposição "A evolução de Darwin", numa iniciativa da Universidade do Porto ou a realização dos concertos comemorativos dos 100 anos da Universidade de Lisboa, promovidos pela Faculdade de Ciências.

Recompensando o mérito e a excelência, o BES atribuiu em 2011 mais de 50 prémios a alunos que se distinguiram pelas classificações alcançadas na sua formação superior.

Num contexto de crescente preocupação por parte dos universitários com a entrada na vida activa, manteve-se a parceria com a PT/SAPO relativa ao Portal BES SAPO Emprego Universitários, que aprofundou a gama de serviços disponível no âmbito da oferta de emprego, estágios, voluntariado e criação de próprio emprego. Para além da vasta oferta que resulta da liderança do SAPO Emprego como site de recrutamento a nível nacional, é facultada informação relevante para toda a carreira profissional – Guia de Carreira. Realizou-se ainda a 4ª edição da Feira Virtual SAPO Emprego, exclusivamente *online*, que veio facilitar a aproximação entre empresas e recém-licenciados e contou com uma forte adesão.

Séniores

A oferta de produtos e serviços para séniores está adaptada às necessidades deste segmento, com o objectivo de facilitar a inclusão do segmento no sistema financeiro e aumentar a qualidade de vida da população sénior.

A captação de recursos no segmento Sénior registou um aumento de 4% face a 2010 e de 0,7% na concessão de crédito, com registo de 318,7 milhões de euros, resultado da consolidação da oferta BES, assente na Conta nº1 e no Crédito Habitação Sénior (com prazos até 30 anos).
A Conta nº1 é composta por um pacote de serviços financeiros que disponibiliza um cartão de saúde gratuito (sem limite de idade, sem períodos de carência – a excepção de internamentos com um período de carência de 3 meses – e sem *plafonds* ou limite no número de actos médicos realizados), assistência médica e técnica, vantagens para a realização de viagens e descontos em seguros.

Produtos e Serviços Ambientais

Consciente do desafio que representam as alterações climáticas e a perda da biodiversidade, o BES tem investido na disponibilização de produtos e serviços financeiros, que permitam envolver o cliente na preservação da natureza e diminuição do consumo de energia.

Crédito Energias Renováveis e apoio na aquisição do certificado energético

O Grupo BES assume a responsabilidade de influenciar positivamente os seus clientes a adoptarem equipamentos que possibilitam a redução da factura de energia e consequentemente a redução das emissões de gases com efeito de estufa. Assim, o Grupo tem promovido a aquisição do certificado energético, em parceria com empresas especializadas neste serviço, que oferecem o relatório de auditoria energética, lâmpadas eficientes e recomendam sobre a potência a contratar. Como complemento deste serviço, o produto Crédito Energias Renováveis apoia a aquisição de painéis solares e fotovoltaicos que permitem alcançar maiores níveis de eficiência energética, fomentando em simultâneo a microgeração através de fontes de energia renovável.

Em 2011, 51 clientes beneficiaram das condições para a aquisição destes equipamentos, tendo o BES disponibilizado cerca de meio milhão de euros em financiamento.

Conta 18.31

Com o objectivo de consciencializar o consumidor e simultaneamente introduzir no mercado um produto mais eficiente no que diz respeito ao consumo de recursos, o Banco Espírito Santo criou a primeira conta bancária neutra em carbono, a Conta 18.31.

Com o apoio de uma empresa especializada, o BES contabilizou a pegada de carbono estimada para a Conta BES 18.31 durante todo o seu ciclo de vida, de acordo com a metodologia PAS2050:2008, específica para medição de pegadas de carbono de produtos e serviços. Cada nova conta terá um impacte carbónico estimado de 1,6 kg CO_2eq /ano, no qual a fase de utilização da conta representa aproximadamente 91%. Face a uma conta convencional, com as medidas adoptadas e para o número de estimado de vendas de Contas BES 18.31 previstas, poupar-se-ão cerca de 28 toneladas de CO_2eq/ ano o que representa uma diminuição de emissões de cerca de 20%.
As emissões não evitáveis foram compensadas, tendo em 2011 atingido o valor de 147 toneladas de CO_2eq, o equivalente ao consumo de 342 barris de petróleo (a pegada prevista para a Conta BES 18.31 no primeiro ano), obtendo assim o selo e) mission neutral certified® e garantindo aos seus clientes a aquisição de um produto neutro em carbono.
No primeiro ano de comercialização as 77 358 contas existentes permitiram a compra de créditos em carbono para as emissões não evitáveis. Estas emissões foram compensadas através de um projecto de substituição de combustível em cerâmicas no estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Cartão BES/WWF

Em 2010, o BES e a *Word Wildlife Fund* (WWF) celebraram uma parceria inovadora, apresentando o primeiro cartão de crédito "biodiversidade" em Portugal. Em 2011, o Banco continuou a promover e comercializar o cartão abrangendo a possibilidade da sua aquisição no âmbito da conta 18.31.

A WWF é a maior organização independente a nível mundial de preservação da biodiversidade. Em 2011, o saldo total era de 131 cartões BES/WWF, contribuindo através desta aquisição, para o financiamento de projectos de conservação da natureza e preservação da Biodiversidade em território nacional, nomeadamente, na conservação da floresta portuguesa, no combate ao aquecimento global e ao desperdício de água.

3.1.2. *Private Banking*

O ES Private Banking dedica-se ao acompanhamento dos clientes de elevado património, através de 22 Centros de *Private Banking* em Portugal, com um total de activos sob gestão de 7,1 mil milhões de euros.

A conjuntura actual reforçou a necessidade de um acompanhamento mais próximo do cliente a vários níveis. Tendo como clientes de referência empresários e executivos de topo, o acesso a especialistas, quer da área de investimento, quer da área da banca de investimento e assessoria financeira, permite acompanhar de uma forma mais próxima e global as necessidades dos clientes. Ao nível do investimento, o reforço da proximidade foi conseguido através de um acompanhamento mais sistemático e recorrente da performance das carteiras por especialistas, com um *asset allocation* ajustado a cada perfil de risco, incorporando o cenário da crise financeira, tendo resultado numa redução da exposição a classes de activos de maior risco, por contrapartida de activos de menor risco e maior liquidez.

Este reforço foi também desenvolvido no sentido de aumentar a relação dos clientes no seu dia-a-dia com o GBES. Foram implementadas novas iniciativas, como é o caso da Conta *Private* que reúne um conjunto de vantagens de forma a melhor satisfazer os clientes na sua gestão de quotidiano. Adicionalmente, e em parceria com a Europ Assistance, foi criado o YES *Private Services,* que oferece soluções *tailor made* nas áreas de *Concierge*, Viagens, Segurança, Saúde, Assistências entre outras para os Clientes do ES Private Banking. Dispõe ainda de uma equipa dedicada, com independência absoluta face ao Banco, qualificada e com disponibilidade permanente para responder às necessidades dos clientes com um serviço de excelência.

3.1.3. Banca de Empresas e Institucionais

O segmento de Banca de Empresas e Institucionais inclui a relação comercial com as Grandes e Médias Empresas e com os clientes Institucionais e Municipais. Este importante grupo de clientes, pela sua relevância no tecido empresarial e na economia nacional em geral, tem merecido uma especial atenção por parte do Grupo BES.

Esta unidade serve mais de 22 mil clientes com mais de mil milhões de euros de movimento financeiro em Dezembro de 2011, através de 24 Centros de Empresas com uma equipa dedicada de 125 gerentes de empresas (para médias empresas) e dois núcleos para Grandes Empresas, em Lisboa e no Porto, com 18 gestores de conta. Estas estruturas comerciais baseiam a sua actividade num serviço de banca de relação especializada aproveitando um modelo de organização multi-especialista e que tem permitido ao Grupo BES manter uma posição de liderança na Banca de Empresas. Esta liderança requer uma permanente adequação da oferta de produtos e serviços às necessidades dos clientes, com especial ênfase nas soluções de apoio à internacionalização, inovação e financiamento da economia portuguesa.

Apoio à internacionalização

No contexto do apoio ao tecido empresarial em geral, uma atenção especial tem sido dedicada às empresas exportadoras e ao apoio à internacionalização, através de diversas valências, entre as quais se destaca a sólida presença internacional, uma rede de mais de 2 200 bancos correspondentes e o reconhecido *know-how* em *trade finance*.

Esta aposta traduz-se em importantes quotas de mercado: 43% das empresas portuguesas exportadoras são clientes do Grupo BES e a quota de mercado de *Trade Finance* é de 28,8%. No caso específico da crescente interligação económica do mercado ibérico, a articulação entre a rede doméstica e a rede do Grupo em território espanhol tem permitido assegurar uma acção comercial de captação e desenvolvimento de negócio: cerca de 50% das empresas ibéricas de bom risco são clientes do Grupo BES.

Ainda neste domínio, importa referir que o Grupo BES dispõe de uma equipa inteiramente dedicada ao apoio à internacionalização do tecido empresarial: a unidade Internacional *Premium* que, através das suas equipas especializadas, assegura um apoio efectivo desde a identificação inicial do potencial exportador de cada empresa, à prospecção de países adequados para o destino das suas exportações ou ao apoio na selecção dos parceiros certos, até à concretização das operações de comércio internacional ou ao apoio ao investimento nos mercados de destino, em perfeita articulação com a rede internacional do Grupo e de bancos parceiros e correspondentes.

Desde o ano de 2011, o Grupo manteve diversas outras iniciativas no âmbito do apoio à internacionalização das empresas nacionais, entre as quais merecem especial referência as seguintes:

- Co-organização, pelo quinto ano consecutivo, do certame "Portugal Exportador", o maior e mais importante evento de incentivo às exportações das empresas portuguesas, e onde estiveram presentes cerca de 1 500 empresários;

- Reforço da parceria com o Jornal de Negócios nos prémios "Exportação & Internacionalização BES/Jornal de Negócios" que visam distinguir as empresas que mais se destacam na internacionalização e na dinamização das suas exportações;

- Publicação, no Jornal Expresso, de um suplemento periódico ("Empresas & Internacionalização") dedicado à divulgação de mercados estratégicos para as empresas portuguesas, com apresentação das oportunidades de negócio nesses mercados e testemunhos de empresas portuguesas que constituem casos de sucesso nessas geografias.

Apoio à Inovação

Durante 2011 prosseguiu-se o esforço de actuação ao nível do apoio à Inovação, assente em três pilares: estimular a inovação, financiar a inovação e acompanhar a inovação.

- o **estímulo** à inovação tem no Concurso Nacional de Inovação BES, este ano na sua 7ª edição, o seu expoente máximo. Adicionalmente, prosseguiram-se as actividades de comunicação e divulgação por via dos *Roadshows* da Inovação, este ano realizados nas Regiões de Oeiras-Estoril, Aveiro—Coimbra e Braga;

- o **financiamento** à inovação é principalmente dinamizado pela Espírito Santo Ventures, Sociedade Capital de Risco. Em 2011, foram lançados dois novos fundos exclusivamente para empresas portuguesas, sendo um deles destinado às fases de *Seed* e *Pre-Seed* (fundo promovido em colaboração com o instituto Superior Técnico) e outro destinado a apoiar a internacionalização de empresas inovadoras;

- relativamente ao **acompanhamento** da Inovação, o Projecto BES – Apoio à Inovação tem permitido aumentar significativamente o número de oportunidades inovadoras em todo o território nacional, bem como reforçar a capacidade em fazer a triagem das melhores. Paralelamente, tem-se completado o conjunto de serviços e produtos direccionados às empresas inovadoras que o Grupo BES disponibiliza na sua oferta;

Ainda no domínio do apoio à inovação merecem destaque as seguintes iniciativas:

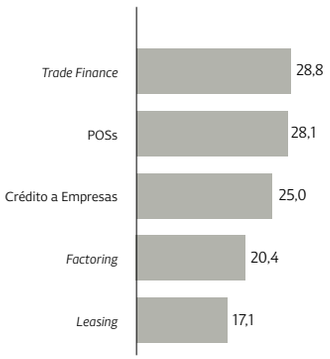
- realização do Curso de Gestão para Inovadores – levado a cabo no 1º semestre em parceria com a Universidade Católica;

- colaboração activa com as principais entidades ligadas à Inovação, com especial destaque para as Incubadoras de Empresas e Centros de Transferência de Tecnologia;

- realização de palestras e encontros entre *start-ups* e potenciais investidores.

Quota de Mercado do segmento Empresas por Produto

(%)



Fonte: APB; BdP; APFIPP; ISP; ASP; APLEASE; APEF; Euronext; SIBS; SWIFT; CMVM; BES

Médias Empresas

O Grupo BES detém um profundo conhecimento e proximidade com o tecido empresarial, fruto de um modelo de negócio consolidado e de uma presença geográfica adequada, que são essenciais na abordagem comercial e que permitem manter uma celeridade de decisão e consistência da política de crédito que continua a ser um valor reconhecido pelos clientes. Em 2011, e apesar da estagnação da economia, o Grupo aumentou o financiamento interno a empresas (1%), bem como o crédito a empresas exportadoras em 12%, apostando claramente nas empresas portuguesas com capacidade de criação de riqueza para o país.

A proactividade comercial, aliada a uma oferta competitiva e a um serviço de excelência, suportado por equipas especializadas em diferentes áreas da Banca de Empresas, permite ao Banco disponibilizar soluções financeiras adequadas a cada cliente. Esta abordagem permitiu, mesmo em condições de mercado adversas, alcançar resultados positivos em 2011, nomeadamente:

- No âmbito dos Seguros de Vida Risco para os colaboradores das empresas registou-se um crescimento da carteira de 40% do número de pessoas seguras;

- O *cross-selling* de seguros não-vida, que continua a constituir uma boa complementaridade com a oferta bancária, registou um aumento de 13% na carteira, traduzindo um aumento de receita de 27,6%;

- O *renting* continua a afirmar-se como uma excelente solução para as necessidades de frotas automóveis das empresas. Numa altura de contracção económica e de racionalização de custos, os resultados desta área de negócio no segmento cresceram 28%;

- Nas soluções de recursos humanos, com destaque para o recrutamento de quadros, formação, *outsourcing* e trabalho temporário, em parceria com a Multipessoal, as receitas cresceram 81%.

A monitorização e prospecção constante de novos clientes tendo por base a permanente identificação de clientes potenciais de bom risco, aliada a uma oferta inovadora e competitiva continua a constituir um precioso instrumento que permitiu captar 610 novos Clientes activos.

Ao nível do **mercado ibérico**, a articulação entre a rede doméstica e a rede em território espanhol foi reforçada em 2011 por uma equipa de 3 gestores de negócio ibérico que alavancou a dinamização do negócio entre as duas redes ibéricas, permitindo continuar a assegurar uma acção comercial de captação e desenvolvimento de negócio.

Do universo potencial de empresas ibéricas de bom risco, cerca de 50% são clientes do BES

As **Linhas de Crédito PME Investe** continuaram, em 2011, a ser um excelente instrumento que possibilitou às empresas o reforço dos seus capitais permanentes.
O Grupo confirmou o empenho no apoio ao investimento das PME, nomeadamente ao abrigo destas Linhas de Crédito, com uma quota de 18% do total de crédito analisado pelas sociedades de garantia mútua. Desde o início do programa PME Investe, foram aprovados mais de 2,2 mil milhões de euros em crédito a PME nacionais.

BES Express Bill

O ano de 2011 foi marcado pela consolidação desta inovadora e exclusiva solução de pagamentos e recebimentos, que veio revolucionar a forma de pagamentos entre empresas.
O BES Express Bill ao criar um clima de confiança e certeza nas transacções comerciais entre vendedores (confere-lhes uma garantia de recebimento do BES), e compradores (maior poder negocial junto dos seus fornecedores, obtendo assim melhores condições de pagamento), é reconhecido pelos clientes como um instrumento facilitador de negócios e uma fonte de liquidez importante para suprir as dificuldades de tesouraria.
Este novo instrumento de crédito foi, até ao momento, utilizado por cerca de 10 000 empresas, estando aprovados mais de 1 700 milhões de euros em linhas de crédito, o que permite garantir cerca de 8 000 milhões de euros de pagamentos por ano.

Fundo Capital *Growth*

O Fundo de Capital de Risco BES PME Capital *Growth* foi criado em 2009 e está enquadrado na estratégia do Grupo BES de apoio às PME. O Fundo tem uma dotação de 120 milhões de euros, com total subscrição de capital do Grupo BES, tendo como objectivo a promoção da capitalização e reestruturação de PME com um modelo de negócio viável e com potencial de crescimento, nos mais diversos sectores de actividade. O apoio é concretizado através da participação no capital, ou de outros instrumentos disponíveis, assegurando a sustentabilidade financeira destas empresas.

Até Dezembro de 2011, este fundo investiu cerca de 81 milhões de euros em 15 empresas nos mais diversos sectores de actividade, prestando simultaneamente o apoio necessário à prossecução da estratégia de negócio de cada uma das suas participadas.

O papel do capital de risco no Grupo BES

A Espírito Santo Ventures desenvolve a sua actividade no investimento em empresas de base tecnológica e em projectos de negócio inovadores com grande potencial de crescimento, com produtos ou com conceitos de negócio inovadores a nível global e orientadas para o mercado internacional, sendo este investimento realizado através de fundos de venture capital. Com aproximadamente 250 milhões de euros sob gestão para investir em empresas inovadoras focalizadas nas áreas de *Clean Tech*, *Health Care* & *Wellbeing* e IT, a Espírito Santo Ventures conta com um portfolio de cerca de 40 empresas participadas, que estão a desenvolver produtos e serviços líderes ao nível mundial,

No decurso de 2011, destacam-se dois novos fundos destinados exclusivamente a empresas portuguesas:

- fundo Espírito Santo Inovação e Internacionalização, com 10 milhões de euros, destinado a apoiar empresas portuguesas inovadoras nos seus projectos de internacionalização (fundo co-financiado pelo programa COMPETE);

- ISTART-1, com 3,0 milhões de euros, um fundo para apoiar a fase inicial *(seed)* de projectos empresariais com origem nas universidades e institutos de investigação. (fundo co-financiado pelos programas COMPETE e PORL).

Foram efectuados quatro investimentos em 2011, dos quais três em empresas portuguesas:

- **Current:** Empresa norte americana com produtos inovadores ao nível das infra-estruturas de *smart-grid*, para a área da energia. Investimento do fundo Espírito Santo Ventures III: cerca de um milhão de euros (USD $1,5 milhões);

- **Feedzai:** Empresa portuguesa, *spin-off* da Universidade de Coimbra da área das TI, com uma tecnologia inovadora para processar grandes volumes de dados em tempo real. Investimento global (fundos Espírito Santo Ventures III e Fundo de Inovação e Internacionalização): 350 mil euros;

- **BERD:** Empresa portuguesa com uma tecnologia inovadora que permite construir pontes e viadutos com grandes vãos, reduzindo o número de pilares necessários e o respectivo custo global de construção. Investimento global (Fundo Espírito Santo Ventures III e Fundo de Inovação e Internacionalização): cerca de 2 milhões de euros;

- **Domática:** Empresa portuguesa que desenvolveu uma plataforma de controlo flexível em termos de compatibilidade de s*oftware* e *hardware*, capaz de interagir com aplicações genéricas de *input* e *output,* incluindo sensores e actuadores. Esta plataforma tem um universo de aplicação vasto, incluindo por exemplo, eficiência energética, *power quality,* segurança, domótica, etc. e pode ser instalada isoladamente ou em sistemas existentes (incluindo sistemas fechados). Investimento realizado em 2011: 1 milhão de euros (fundo Espírito Santo Ventures III).

FAME

Em 2011 o Banco continuou a disponibilizar o Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (FAME), abrangendo municípios de todo o país. O FAME criado pelo BES é uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento local, com o objectivo de financiar micro empresas. O FAME incluído no eixo III do programa FINICIA, envolve as Sociedades de Garantia Mútua, as Câmaras Municipais, o IAPMEI e as Sociedades de Desenvolvimento Regional.O envolvimento destas entidades permite uma maior eficácia no apoio concedido, minimizando o risco de financiamento.

Em 2012, o BES continuará a oferecer esta linha de financiamento, negociando com os parceiros locais as melhores condições no actual contexto económico.

Soluções BES Ambiente e Energia Sustentável 2011

Em 2011, o BES reformulou o produto BES ambiente e energia com o objectivo de adaptar a oferta às necessidades dos clientes. Em parceria com a Yunit (empresa responsável por gerir todo o processo de implementação) e a ISA (parceiro estratégico ao nível das auditorias de eficiência energética), o Grupo disponibiliza uma linha de crédito que tem como objectivo o financiamento de projectos de eficiência energética e microgeração, apoiando os seus clientes a investir em eco-eficiência e na produção de energia verde.

Este produto permite aos clientes optar por:

- Soluções de Eficiência energética, pemitindo ao cliente ter acesso a um estudo energético, e ao desenvolvimento e implementação de planos de racionalização energéticos, tendo sempre em particular atenção e a respectiva viabilidade técnica e económica das soluções propostas.

- Microgeração, para clientes que pretendam diversificar as suas fontes de fornecimento de energia, facilitando a sua própria independência energética, através da produção de energias renováveis.

Garantias Bancárias de Responsabilidade Ambiental

No âmbito da lei de responsabilidade ambiental, consagrada no Decreto-Lei n.º 147/2008, o BES disponibiliza ao tecido empresarial nacional garantias bancárias emitidas a favor da Agência Portuguesa do Ambiente, com vista à reparação e prevenção de eventuais danos ambientais bem como às ameaças eminentes causadas em resultado do exercício da actividade da empresa. Em 2011, o Banco disponibilizou 24 garantias bancárias, apoiando os seus clientes com o cumprimento da legislação ambiental.

Corporate Banking

Os clientes *Corporate* são acompanhados por equipas comerciais especializadas por *clusters* de sectores de actividade, em Lisboa e Porto, em três grandes áreas: (i) *Top Corporate*; (ii) Grandes Empresas; (iii) Unidade Internacional Premium.

A articulação estreita com a Banca de Investimento continua a ser o factor chave no acompanhamento das grandes empresas nacionais e das multinacionais que utilizam as suas participadas em Portugal como plataforma para outros mercados internacionais, nomeadamente os países da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa.

A forte especialização da Banca de Investimento e o conhecimento dos mercados internacionais permite apoiar as empresas muito para além das suas necessidades de operações de crédito tradicionais, com destaque para as soluções de *cross-selling* (serviços de gestão de tesouraria com utilização de meios de pagamento electrónicos e complementares à oferta comercial tradicional) *trade finance*, e Assessoria Financeira.

Para o êxito da estratégia de apoio à internacionalização dos seus clientes, a Unidade Internacional Premium acompanhou de forma permanente e integral 643 clientes, correspondentes a 142 grupos económicos distintos.

Em paralelo, e na interacção com toda a área de empresas a nível nacional, foram geradas pela Unidade Internacional Premium cerca de 1 400 novas *leads* de negócio e apoiados na sua internacionalização 560 novos clientes.

Para esta evolução positiva contribuiu também a estratégia de internacionalização do Grupo BES, possibilitando potenciar e fidelizar a sua relação com as empresas ibéricas e multinacionais em novos mercados e assim prestar-lhes um serviço mais personalizado, dedicado e especializado por geografias, reforçando a posição do Grupo BES no segmento de empresas.

Municípios e Clientes Institucionais

Os clientes Institucionais (municípios, empresas municipais, universidades e hospitais públicos e Instituições do 3º Sector) beneficiam do acompanhamento de equipas especializadas no Porto, Coimbra, Lisboa, Setúbal e Faro. A especialização das equipas do Banco e o relacionamento de proximidade permite desenvolver com os clientes institucionais acções de parceria a longo prazo.

No 3º Sector (Economia Social), estão em curso protocolos com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e com a União das Misericórdias Portuguesas, que estabelecem condições de relacionamento comercial vantajosas para estas instituições e também para os seus colaboradores. A aposta na "Economia Social", que tem um peso importante na economia nacional, faz do Banco Espírito Santo o parceiro de referência neste sector e contribui para o aumento da base de clientes do Banco, nomeadamente no universo dos colaboradores destas instituições.

A ligação à Economia Social permitiu ao BES desenvolver um programa de Microcrédito, dirigido a pessoas com potencial de empreendedorismo mas em risco de exclusão social. Em complemento a outras linhas do Governo, nomeadamente do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o programa de Microcrédito BES, em vigor desde Setembro de 2009, já contribuiu para a criação de cerca de 750 empregos no País.

O Banco continuou a apoiar investimentos integrados em programas dos ministérios da Segurança Social e da Saúde dirigidos às Instituições da Economia Social, através de financiamentos complementares a estes programas.

Em 2011 o movimento financeiro associado à Economia Social atingiu 240 milhões de euros, um aumento de 2% face a 2010.

Importa igualmente realçar que, em 2011, o Banco continuou a apoiar financeiramente a criação do curso de Formação Avançada de Gestão de Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS), ministrado pela Universidade Católica Portuguesa.

3.2 Banca Comercial Internacional

A actividade de Banca Comercial Internacional do Grupo BES assenta na presença em mercados cultural e economicamente afins com Portugal, estando a sua expansão essencialmente centrada no eixo Atlântico Sul, nomeadamente em África (Angola e países do Magreb) e América Latina (Brasil). A presença internacional tem um grande enfoque em áreas específicas onde o Grupo detém vantagens competitivas que permitem explorar mercados e/ou áreas de negócio com elevado potencial, tirando partido da experiência adquirida e, em alguns casos, da liderança no mercado doméstico. Face à crescente internacionalização e à abertura dos mercados financeiros, a expansão internacional reflecte ainda a necessidade de obter uma dimensão acrescida, como factor propiciador de economias de escala e ganhos de eficiência operacional. Internacionalmente, o Grupo adopta uma estratégia de servir clientes locais de segmentos específicos, mas também clientes que desenvolvem actividades económicas transnacionais.

Angola

O **Banco Espírito Santo Angola** constitui-se como o segundo maior banco comercial de capitais privados a operar em Angola, em termos de activos sob gestão, e primeiro no que se refere a resultados, continuando a gerar, de forma sustentada, os melhores índices nacionais de rentabilidade e eficiência. O Banco destaca-se ainda por ser o maior financiador directo da economia angolana, mantendo critérios rigorosos na concessão de crédito. A dinâmica de crescimento neste período foi fortemente condicionada, por um lado, pelas condições conjunturais macroeconómicas e, por outro, pelas alterações dos normativos de supervisão e prudenciais. Do ponto de vista da actividade, consolidou-se a colocação de cartões de crédito próprios (BESA Collection), no âmbito do alargamento do leque de produtos e serviços colocados à disposição dos clientes particulares afluentes e às empresas e iniciou-se a comercialização de uma série de novos produtos de poupança dirigidos aos seus segmentos *target*. Em 31 de Dezembro de 2011 o activo líquido ascendia a 6 841 milhões de euros, representando um acréscimo de 16% quando comparado com o exercício homólogo anterior; os recursos de clientes atingiram 2 227 milhões de euros (+3%) enquanto o crédito concedido a clientes ascendeu a 3 946 milhões de euros (+40%). O produto bancário situou-se em 357 milhões de euros (+5%), para o que contribuiu, fundamentalmente, o aumento do resultado financeiro (+9%); os resultados de mercados decresceram 49%, em resultado dos efeitos da conjuntura económica internacional e da estabilização no câmbio kwanza/dólar. Apesar do crescimento dos custos operativos (+14%), directamente relacionado com o crescimento da actividade, o BES Angola continua a apresentar elevados níveis de eficiência. O resultado do exercício ascendeu a 242 milhões de euros, o que compara com 251 milhões de euros no exercício anterior, representativo de uma quebra de 3%.

Espanha

Durante o exercício de 2011, a **Sucursal em Espanha**, apesar da instabilidade económica, manteve uma evolução positiva da actividade com destaque para os seguintes aspectos: (i) os depósitos de clientes apresentam um crescimento anual de 22%, enquanto o volume de crédito a clientes reflecte uma redução de 15% no mesmo período com reflexos na melhoria da autonomia financeira da Sucursal; (ii) o negócio de apoio a empresas com actividade internacional registou um crescimento de 48%; (iii) o número de clientes-alvo regista um crescimento de 49% superando em cerca de 6 000 o nível de Dezembro de 2010, incremento este suportado, quase inteiramente, na banca de particulares e *private* (+57%); e (iv) a prossecução de uma gestão prudente do risco de crédito, com reforço do provisionamento. Reflexo dos aspectos referenciados, as margens das aplicações creditícias registaram um incremento significativo, compensando a pressão sobre os custos dos passivos decorrente da forte concorrência experimentada no sistema bancário espanhol. De assinalar o crescimento de 2% do produto bancário e a redução de 1% nos custos operativos que proporcionaram um incremento de 5% do resultado bruto, que se elevou a 48,4 milhões de euros; o resultado depois de impostos aumentou sensivelmente face ao mesmo período do ano passado, situando-se em 8,3 milhões de euros (2010: 5,7 milhões de euros).

Reino Unido

A **Sucursal do BES em Londres** (Reino Unido) centra o seu negócio na banca de *Wholesale* ao nível do mercado europeu. Durante 2011, a redução no volume de negócios da Sucursal reflectiu por um lado, as condições desfavoráveis dos mercados financeiros e a penalização decorrente dos sucessivos *downgrades* de *rating* da República Portuguesa ocorridos ao longo do ano e, por outro, a implementação da estratégia de venda de crédito do Grupo (*deleverage*). Nesse contexto adverso, a Sucursal ajustou o seu balanço (redução de 36% do activo, em termos homólogos, e de 23% da carteira de crédito) com a consequente contracção do produto bancário comercial que, apesar disso, se situou em 45 milhões de euros. Adicionalmente, assistiu-se à racionalização da sua estrutura de custos, com destaque para a redução do número de colaboradores.

Estados Unidos da América

A performance do **Espírito Santo Bank** (EUA) continuou a ser condicionada pela difícil conjuntura que o sul da Florida vem experimentando nos últimos anos, sobretudo no que se refere ao negócio imobiliário. Neste contexto, e apesar das dificuldades na realização de negócios com níveis aceitáveis de risco tendo em consideração os padrões conservadores que norteiam a actividade do Banco, a carteira de crédito situou-se em 447 milhões de dólares (mais 72 milhões de dólares que em 2010). Os depósitos atingiram 506 milhões de dólares (+9% face a 2010) dos quais 43% eram depósitos à ordem. Os activos sob gestão situavam-se em cerca de 1,2 mil milhões de dólares no final do ano, valor idêntico ao do exercício anterior. O resultado líquido elevou-se a 7,8 milhões de dólares.

A **Sucursal do BES em Nova Iorque** (EUA) concentra a sua actividade na banca de *Wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil. Os sucessivos *downgrades* do *rating* da República Portuguesa, conduziram ao agravamento das condições de acesso à liquidez nos mercados com impacto negativo na colocação dos programas de certificados de depósito e papel comercial.

Nesta conjuntura, a actividade continuou a desenvolver-se com extrema prudência e enfoque na gestão e monitorização do risco, de acordo com as linhas actuais da estratégia internacional do Grupo. De realçar o resultado alcançado (8,5 milhões de euros), num contexto de acentuada redução da carteira de crédito (-60% face ao ano anterior) e consequente redução do balanço (-35%), em linha com o plano global de *deleverage* estabelecido.

França

Em 2011, as actividades do **Banque Espírito Santo et de la Vénétie** (França), apesar de desenvolvidas num contexto económico-financeiro bastante difícil e do impacto negativo do cada vez mais elevado custo de refinanciamento, proporcionaram um aumento de 8% do resultado bruto de exploração. Tal

foi conseguido graças ao bom desempenho da banca comercial, a par do crescente contributo, nomeadamente, da actividade de banca privada. O produto bancário atingiu o montante de 46,5 milhões de euros (+9,9% face a 2010), enquanto que os custos gerais e amortizações, decorrente das medidas tomadas tendentes a reforçar o dispositivo de controlo e a redimensionar as funções de suporte, sofreram um aumento de 10% face a 2010. O resultado líquido situou-se em 9,3 milhões de euros (+8,9% em relação ao apurado em 2010).

Líbia

A Líbia atravessa uma fase de consolidação das alterações de regime, encontrando-se o **Aman Bank** em boa posição para aproveitar as oportunidades de crescimento do país, na medida em que não se viu abrangido pelas sanções, não foi afectado por danos relevantes nas suas infra-estruturas e operou durante todo o período de transição. A equipa de gestão desenvolve neste momento um conjunto de iniciativas no sentido de retomar a execução dos planos comercial e de reforço operacional do Banco.

China

A actividade do **Banco Espírito Santo do Oriente** (Macau) registou um decréscimo de cerca de 37% da carteira de crédito explicado, no essencial, pela deterioração dos *ratings* da República e da banca portuguesa e consequente conjunto de implicações/decisões que se materializaram num plano de *deleverage* e numa muito maior selectividade na aprovação de operações de crédito. A diminuição da actividade de crédito (médio prazo) tem sido compensada pelo aumento significativo de operações de *trade finance (L/C Advising/Forfaiting/Discount)*, aproveitando os importantes fluxos comerciais entre a República Popular da China e os países onde o Grupo detém uma presença estratégica. A captação de depósitos de clientes continua a assumir particular relevância no contexto actual, tendo sido desenvolvidas um conjunto de iniciativas junto de clientes institucionais e de fundos locais, que permitiram registar um aumento homólogo de 13% nos depósitos de clientes, a taxas de juro bastante competitivas. O activo líquido manteve-se praticamente inalterado situando-se em cerca de 250 milhões de euros. O produto bancário registou um acréscimo de 21% e o resultado do exercício cifrou-se em 2,4 milhões de euros (+35% em termos homólogos).

Cabo Verde

A actividade do **BES Cabo Verde** (Cabo Verde) centra-se no mercado local de empresas, com particular relevância para as empresas do sector público e filiais de grupos portugueses com interesses económicos em Cabo Verde, e no mercado de *affluent* local. No final do 1º semestre foi aberto um segundo balcão, em Santa Maria (ilha do Sal). Durante este primeiro ano completo de actividade, o Banco multiplicou por várias vezes tanto o volume de depósitos captados como a a carteira de crédito, com apuramento de um resultado positivo. A Sucursal do BES em Cabo Verde encontra-se direccionada, essencialmente, para a concessão de crédito a entidades não residentes.

Moçambique

O **Moza Banco** (Moçambique) implementou o seu plano de expansão comercial, tendo inaugurado quatro novos balcões em Dezembro, a que se seguirá uma segunda fase de aberturas durante o primeiro trimestre de 2012, nas zonas do país que apresentam um maior dinamismo económico. Em paralelo, tem vindo a reforçar todas as suas áreas de suporte, alinhando os processos com as melhores práticas de mercado e promovendo um ambicioso e robusto plano de formação dos seus recursos humanos. A actividade tem demonstrado um crescimento rápido, nomeadamente no que se refere ao número de clientes (+85%) com o resultado a apresentar-se positivo.

3.3 Banca de Investimento

A actividade de Banca de Investimento é desenvolvida pelo **Banco Espírito Santo de Investimento** (BES Investimento), que tem como principal objectivo servir o segmento de clientes empresariais de média e de grande dimensão, o segmento de clientes institucionais e, em algumas áreas mais específicas, o segmento de clientes particulares em articulação com o *private banking*.

A oferta do BES Investimento inclui diversos produtos e serviços especializados, nomeadamente assessoria em processos de fusões e aquisições, o acesso a transacções em mercados de capitais (acções e dívida), a prestação de serviços de corretagem e de gestão de carteiras, os financiamentos estruturados, incluindo *project finance* e *acquisition finance*, e a gestão de fundos de *private equity*.

Em 2011, a actividade de banca de investimento desenvolveu-se num contexto muito adverso, com a crise do euro e seus efeitos colaterais a condicionarem fortemente a sua evolução. Ainda assim e devido (i) ao reforço da internacionalização, (ii) ao aumento do peso das actividades de assessoria e de intermediação, com menor consumo de capital e liquidez, e (iii) à crescente rotação dos portfolios de crédito, a actividade da banca de investimento mostrou uma importante resiliência. O produto bancário total ascendeu a 238 milhões de euros, um decréscimo de 8,1% face a 2010. O contributo da área internacional para o produto bancário total confirmou, mais uma vez, os resultados da estratégia prosseguida, aumentando de 65% em 2010 para 72% em 2011.

A estratégia de expansão internacional do BES Investimento foi reforçada em 2011 com uma aposta no mercado asiático. **Na Índia,** o BES Investimento estabeleceu uma *joint-venture* com um parceiro local – a família Burman – com o objectivo de, no imediato, abrir uma corretora para intermediar a negociação de acções e derivados e produzir *equity Research* (actividade até agora exercida pela sua participada Execution Noble) e posteriormente abrir um banco de investimento. No final de 2011, o processo de licenciamento da corretora encontrava-se em curso, prevendo-se o início das operações em Abril de 2012. O BES Investimento tem vindo igualmente a estudar alternativas para alargar o âmbito da sua presença em **Hong Kong,** onde através do Execution Noble, já detém uma corretora.

Nas demais geografias, a estratégia seguida foi de consolidação.

Em **Portugal,** o BES Investimento manteve a liderança na negociação de acções na NYSE Euronext Lisbon, com uma quota de mercado de 11,7%, e liderou algumas importantes operações de mercado de capitais. Alcançou uma vez mais o primeiro lugar no mercado de F&A (por número de operações anunciadas, de acordo com a Bloomberg), tendo participado na operação mais relevante realizada no mercado português em 2011: a 8ª fase de privatização da EDP, onde prestou assessoria ao grupo China Three Gorges Corporation na aquisição de 21,35% da EDP. O BES Investimento consolidou igualmente o seu papel como Banco de referência para operações de F&A no eixo Portugal – Espanha – Brasil e manteve uma vez mais a posição de liderança no *mid-market* ibérico (1º lugar, em número de operações assessoradas, de acordo com a Bloomberg).

Em **Espanha,** o BES Investimento tem vindo a desenvolver um grande esforço de penetração junto do segmento *corporate,* beneficiando de uma crescente presença internacional e de uma estreita coordenação com as estruturas do Banco Espírito Santo, com vista a intensificar o negócio *cross-border* e a desenvolver as actividades de mercado de capitais e F&A. Os esforços desenvolvidos traduziram-se em 2011 na participação em diversas operações emblemáticas como sejam a liderança conjunta do IPO da Banca Cívica (599 milhões de euros), onde actuou pela primeira vez como *co-bookrunner* e a assessoria financeira à ContourGlobal na aquisição de uma central de ciclo combinado de 800 MW ao Grupo Gas Natural (EV de 310 milhões de euros) e ao Grupo Renovalia Energy na constituição de uma parceria (50/50) com a First Reserve Energy Infrastructure Advisers para o negócio de energia eólica (743 milhões de euros). Apesar do enquadramento macroeconómico desfavorável, o BES Investimento ascendeu ao 1º lugar no *ranking* de F&A

a nível ibérico (em número de operações anunciadas, de acordo com a Bloomberg) e continuou a ocupar uma posição de relevo (4º lugar) no *ranking* do mercado espanhol de corretagem (7,3% de quota de mercado em 2011).

No **Brasil** - a geografia que mais contribuiu para as receitas e resultados consolidados - o BES Investimento apresentou uma forte dinâmica da actividade em geral, com destaque para as áreas de F&A e de mercado de capitais, onde a participação do BES Investimento se traduziu em posições de relevo nos respectivos *rankings* nacionais: de acordo com o *Mergermarket*, o BES Investimento alcançou em 2011 o 5º lugar no mercado de F&A (por número de operações concluídas) e o 11º lugar na dispersão de capital e também na colocação de dívida. O BES Investimento assessorou ainda diversas transacções de *project finance* nos sectores de energia e infra-estruturas de transporte, reforçando o seu posicionamento nesta área. Na área de corretagem, o BES Investimento subiu à 25ª posição no *ranking* Bovespa, com uma quota de mercado de 1,1%, beneficiando da recente criação de uma mesa de derivativos. Ainda no Brasil, o BES Investimento prosseguiu em 2011 com o desenvolvimento das áreas de negócio mais recentes, nomeadamente a actividade de *wealth management* através da Espírito Santo Serviços Financeiros DTVM, e a actividade de *private equity* através da 2bCapital S.A., uma parceria com o Banco Bradesco.

No **Reino Unido,** o primeiro ano completo de integração com o Execution Noble, o BES Investimento concentrou a sua actuação no reforço das suas actividades, com o objectivo de criar uma diferenciação face aos seus concorrentes, através da distribuição de produtos ibéricos, polacos e brasileiros no mercado inglês. No decurso de 2011, a área de mercado de capitais concluiu diversas operações, sendo de destacar a sua actuação como *joint bookrunner* da colocação de 22,7 milhões de acções da Shaftesbury plc (102 milhões de libras) e do aumento de capital do Workspace Group Plc (66 milhões de libras), e como sole *bookrunner* da colocação de um bloco de 18,8 milhões de acções da GlobeOp (81 milhões de libras).

Nos **Estados Unidos** e após o início do processo de *deleverage*, o ano de 2011 foi de reorganização da Sucursal de Nova Iorque e aprofundamento das actividades de assessoria e distribuição, visando o reforço do seu papel como plataforma de distribuição de produtos originados noutras geografias.

Na **Polónia,** o BES Investimento concentrou os seus esforços nas actividades de F&A *cross-border* e mercado de capitais, onde se verificaram progressos assinaláveis. O BES Investimento continuou a consolidar as suas credenciais no mercado polaco, tendo participado como *joint bookrunner* nas privatizações de 11,9% da utility Tauron (1.282 milhões de zlotys) e de 12,1% do Banco BGZ (312 milhões de zlotys) e como *sole bookrunner* no aumento de capital da Kredyt Inkaso (50 milhões de zlotys). Participou ainda como *joint lead manager* na primeira emissão de dívida em euros pela Mazovian Railways (100 milhões de euros) e prestou assessoria ao grupo sueco Skanska na aquisição da empresa de construção PUDiZ. Na área de corretagem, manteve a 13ª posição no ranking das corretoras polacas, com uma quota acumulada de 2%.

Em **África,** o BES Investimento continuou a enveredar esforços no sentido de reforçar a sua presença em alguns dos principais mercados desta região, particularmente em Angola (onde está presente através de um Gabinete de Banca de Investimento criado no BESA e tem pendente a obtenção de uma licença de operação de banca de investimento e corretagem), e Moçambique, onde pretende desenvolver a actividade de Banca de Investimento.

Project Finance

Financiar o desenvolvimento sustentável

Em 2011, o Grupo BES financiou 13 projectos na área de *project finance* dos quais 9 são em energias renováveis localizados em 3 países diferentes.

O compromisso financeiro assumido pelo Grupo em projectos de energias renováveis, em 2011, foi de cerca de 121 milhões de euros, representando cerca de 60% do total financiado em *project finance*. O Grupo detém actualmente uma exposição ao sector das energias renováveis na ordem dos 21% face ao total da sua carteira de *project finance,* sendo três dos projectos em Portugal, contribuindo para o objectivo nacional de produção de energia a partir de fontes renováveis.

Em 2011, neste sector, destacam-se, entre outros:

- os projectos eólicos da Renova Energia S.A., que consiste na construção de 14 parques eólicos com uma potência instalada de 293,6MW;

- os projectos no Brasil de Pequenas Centrais Hidroeléctricas (PCH) da Hidrotérmica S.A., holding do Grupo Bolognesi, que detém 22 PCHs e 13 Centrais Termoeléctricas. O BESI apoiou no financiamento das PCHs de Boa Fé Energética S.A. e Autódromo Energética S.A., através da emissão de cartas de fiança ao BNDES, garantindo o seu respectivo financiamento.

Avaliação de riscos ambientais e sociais no *Project Finance*

Todos os projectos financiados em 2011 na área de *project finance* beneficiaram, antes da respectiva aprovação, de uma análise de riscos ambientais e sociais.

A avaliação de riscos está suportada no ESI *Sustainable Finance Toolkit,* a aplicação de avaliação de riscos ambientais e sociais que permite ao utilizador identificar, gerir, acompanhar e informar sobre os riscos sociais e ambientais nas diversas transacções e clientes do Grupo. Os riscos são avaliados de acordo com os níveis estabelecidos pelos Princípios do Equador permitindo identificar os aspectos a mitigar ao longo da duração do financiamento e respectivo desenvolvimento do projecto. Esta avaliação pode ser feita tanto pelas equipas comerciais como por especialistas em temas sociais e ambientais com o objectivo de avaliar os diferentes riscos dos projectos, clientes e país/sector.
Esta análise de risco preliminar permite identificar cenários prejudiciais ao desenvolvimento do projecto e consequentemente ao sucesso da operação de financiamento.
Após a classificação de risco, são recolhidos junto dos promotores do projecto, evidências do cumprimento com a legislação local e com os aspectos sociais e ambientais identificados na análise preliminar. O Grupo BES contrata especialistas externos com o objectivo de garantir e verificar, de forma independente, a concordância na minimização dos principais riscos, ambientais e sociais identificados.
Este apoio externo especializado é responsável por fazer o acompanhamento regular do projecto, emitindo relatórios periódicos de avaliação do grau de cumprimento com os Princípios do Equador.

Em 2011 dos 13 projectos avaliados, 12 foram classificados como risco baixo, dos quais 8 em países de baixo rendimento e um projecto como risco médio localizado num país de elevado rendimento da OCDE. Todos os projectos financiados em energias renováveis são de baixo risco ambiental e social.

Na equipa de *project finance,* existem colaboradores nomeados para (i) coordenar a implementação e as sessões contínuas de formação sobre o ESI *Sustainable Finance Toolkit,* (ii) participar em reuniões e discussões da *Equator Principles Financial Initiative,* (iii) apoiar os restantes membros da equipa na gestão do portefólio dos Princípios do Equador e (iv) reportar a informação não financeira que transpareça o compromisso do Banco com as melhores práticas de avaliação de riscos ambientais e sociais.

A equipa de *project finance* participa nas conferências da *International Finance Corporation* e nos workshops organizados pela *United Nations Environment Program – Finance Initiative* com o objectivo de debater, estudar, implementar e divulgar as melhores práticas na gestão de riscos sociais e ambientais adoptadas, ou previstas serem adoptadas, pelo sector financeiro.

Adicionalmente, o Grupo BES disponibiliza, a toda a sua equipa de *project finance*, formação e aconselhamento sobre a implementação e cumprimento dos Princípios do Equador.

Nível de risco do Projecto por Sector

	Energias Renováveis	Infra-Estruturas	Transportes	Outros (Energia, Imobiliário)
A – Risco elevado				
B – Risco médio			1	
C – Risco baixo	9	2		1

3.4 Gestão de Activos

Este segmento engloba toda a actividade de gestão de activos desenvolvida, fundamentalmente, pela Espírito Santo Activos Financeiros (ESAF) em território nacional e no estrangeiro (Espanha, Luxemburgo, Angola e Brasil) através de sociedades especializadas constituídas para o efeito. A oferta de produtos abrange todo o tipo de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além da prestação de serviços de gestão discricionária e de carteiras.

No final do ano o volume global de activos sob gestão atingiu cerca de 15.5 mil milhões de euros, reflectindo uma redução de cerca de 8%, em termos homólogos.
O volume dos activos sob gestão reflecte a forte redução operada nas diversas actividades, excepto nos fundos mobiliários que apresentam um crescimento de cerca de 4% resultante do aumento superior a 55% dos volumes sob gestão em Espanha, por incorporação da Gespastor SGIIC, SA. não tendo, no entanto, sido suficiente para compensar a redução das restantes actividades.

A actividade internacional representa, no final de 2011, cerca de 23% do total de activos sob gestão com um volume de mais de 3 mil milhões de euros, dos quais mais de 2,3 mil milhões no mercado Espanhol. No Luxemburgo e no Brasil, os activos sob gestão apresentam uma redução de 14% e 31%, respectivamente. Em Angola, os volumes sob gestão aumentaram cerca de 11%. De registar ainda, o acordo estabelecido no final de 2011 para a alienação da totalidade do capital da participada no Reino Unido – ESAF - Alternative Asset Management Ltd., o qual mereceu já o acordo da respectiva autoridade Supervisão.

Fundos de Investimento Mobiliário

O volume sob gestão dos fundos de investimento mobiliário atingiu no final do ano 4 633 milhões de euros. O ano foi marcado pelo aprofundamento da estratégia de manutenção da oferta permanentemente ajustada às necessidades do mercado através do lançamento de novos fundos. Assim, na sequência do lançamento, nos anos anteriores, dos fundos especiais de investimento da linha de produtos Rendimento Fixo, em 2011 foram lançados mais 4 fundos Especiais de Investimento - os ES Rendimento Fixo VI, VII, VIII e IX. bem como o ES Liquidez, um fundo apropriado para aplicações de curto prazo que ultrapassou no final do ano os 476 milhões de euros. Neste âmbito, e no seguimento do lançamento em 2009 do Benfica Star Fund, foi também lançado o Sporting Portugal Fund que apresentava um volume de mais de 13 milhões de euros em 31 de Dezembro. Em Dezembro procedeu-se à liquidação do ES Estratégia Acções.

O Grupo BES tem sob gestão, no Luxemburgo, fundos vocacionados para clientes com ópticas de risco distintas, que no final de 2011 representavam em termos agregados 610 milhões de euros. Assim, para além do (i) O ES Fund, constituído por 14 compartimentos (fundos de acções e obrigações), (ii) O Global Active Allocation Fund, destinado a clientes particulares e institucionais, (iii) O Caravela Fund SICAV composto por 5 compartimentos; (iv) O European Responsible Fund SICAV, fundo com preocupações de carácter ético, ambiental e social, que é comercializado em Portugal, Espanha, Itália e Luxemburgo; (v) finalmente, o Espírito Santo Rockefeller Global – Energy Fund, que resulta de uma parceria entre o Grupo Espírito Santo e a sociedade gestora de activos norte-americana Rockefeller, para a gestão e comercialização de um fundo especial de investimento dedicado exclusivamente ao sector da energia. De realçar ainda o primeiro ano de gestão do Exchange Traded Fund (ETF) sobre um índice Ibérico - o ESAF NYSE Euronext Iberian ETF.

Fundos de Investimento Imobiliário

O Volume sob gestão dos fundos de investimento imobiliários atingiu em 31 de Dezembro de 2011 um montante de 1 203 milhões de euros, representando uma redução de 12% face ao ano anterior. Os dois fundos abertos - o Gespatrimónio Rendimento e o Espírito Santo Logística representam, no seu conjunto, mais de 832 milhões de euros, tendo o fundo Espírito Santo Logística obtido a melhor rendibilidade no segmento dos Fundos Imobiliários Abertos do mercado nacional em 2011. No segmento dos fundos destinados a investidores que pretendam realizar uma aplicação em investimentos imobiliários por um período de tempo pré-determinado, é de salientar a actual gestão de 28 Fundos de Investimento Imobiliário Fechados de Subscrição Particular.

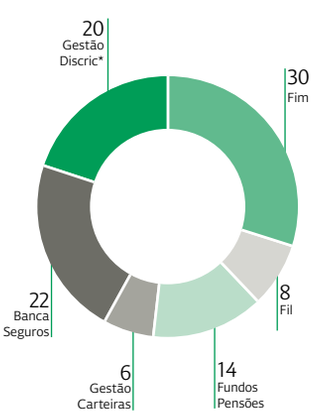
Fundos de Pensões

Na área dos Fundos de Pensões, os activos sob gestão atingiram cerca de 2 155 milhões de euros, representado uma redução de cerca de 19% face ao ano anterior, como consequência do acordo estabelecido entre o Governo e as Instituições Financeiras para a passagem das responsabilidades relativas aos reformados e pensionistas e dos correspondentes activos, dos Fundos de Pensões para a Segurança Social. A actividade dos fundos de pensões abertos apresenta um ligeiro crescimento do volume sob gestão (cerca de 1%) relativamente ao ano anterior.

Gestão de Carteiras

O Serviço de Gestão de Carteiras é direccionado a Clientes do segmento de *Private* e BES 360° e tem como principal objectivo a obtenção de rendibilidades sustentáveis ao longo do tempo. No final de 2011 os montantes sob gestão, considerando a carteira em euros e em moeda estrangeira, era de 878 milhões de euros, o que representa uma redução de 50,8% face a 2010.

Gestão de Activos: Repartição por produtos



(*)Inclui Gestão discricionária de particulares e institucionais e outros

Fundos de Investimento Responsável

O Grupo BES comercializa e gere fundos de investimento responsável, disponibilizando esta oferta a investidores particulares e institucionais, que incorporam como estratégia de investimento, a alocação de capital a fundos desta natureza.

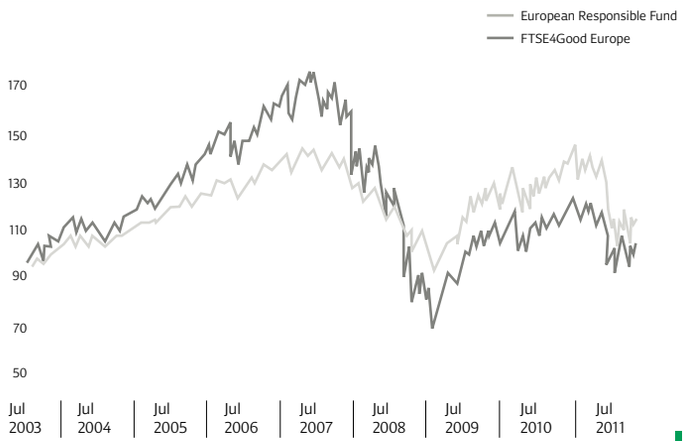
O investimento responsável é uma estratégia de investimento focalizada em empresas, projectos e negócios, que incorporam as melhores práticas de responsabilidade social, ambiental e de *corporate governance.*

European Responsible Fund

O Grupo BES é o gestor do *European Responsible Fund,* um fundo ético constituído e gerido pela ESAF e que representa 1,2% dos fundos de acções internacionais por esta necessidade geradas com 2,8 milhões de euros sob gestão. O fundo investe em acções de empresas europeias e obrigações emitidas por Estados Europeus. Este fundo exclui da sua estratégia de investimento empresas envolvidas na produção ou venda de minas anti-pessoais, na produção de tabaco, que violem Direitos Humanos e laborais, que empreguem mão-de-obra infantil, entre outros critérios que constam do exigente índice ético FTSE4Good. O European Responsible Fund, apenas investe em empresas cotadas, incluídas neste índice, valorizando adicionalmente na sua análise aspectos ambientais, sociais e de governance como por exemplo a produção de resíduos, a rotatividade, o absentismo, a participação e independência da Administração.

O fundo tem conseguido manter uma diferenciação positiva e de forma consistente face ao índice FTSE4GoodEurope.

European Responsible Fund



Fundos de Investimento Responsável – Banco Best

O Grupo BES comercializa através do Banco Best, fundos de investimento responsável, diversificados tanto ao nível das geografias como das estratégias de investimento. Em 2011 foram disponibilizados 143 fundos de investimento responsável, com uma subscrição de cerca de 13 milhões de euros em investimento por parte de clientes do Banco Best, uma evolução de 26% relativamente ao ano transacto.

Espírito Santo Infrastructure Fund

Em 2011, o Grupo BES deu continuidade ao investimento no Espírito Santo Infrastructure Fund (ESIF), um fundo de capital de risco gerido pela Espírito Santo Capital (ES Capital), sociedade de capital de risco do Grupo Espírito Santo, representando 44% dos fundos sob gestão da ES Capital.

Este fundo tem uma dimensão de 95,7 milhões de euros, dos quais um máximo de 66% pode ser investido em energias renováveis. O fundo tem até ao momento investido um valor que excede os 53 milhões de euros, dos quais 27,9 milhões em energias renováveis. Adicionalmente encontram-se comprometidos 29,5 milhões de euros a projectos de energias renováveis já identificados, cujo desembolso está calendarizado para datas posteriores.

Em 2011, o Fundo realizou diversos investimentos em energias renováveis, dos quais é relevante destacar:

- investimento pela Globalwatt no parque solar fotovoltaico na ilha da Madeira, com capacidade de 7,2MW, cuja construção se iniciou em Junho, e respectiva operação em Outubro;
- investimento na ESUS resultante dos trabalhos de licenciamento de um parque eólico na Galiza com capacidade de 45MW. O investimento iniciou-se em 2010 e deverá estender-se até meados de 2013;
- início da operação do parque eólico de São Macário detido pela Windway;
- investimento no parque da Lagoa Funda detido pela *Iberwind*, sendo a primeira operação em Portugal de substituição integral do parque por novo equipamento com um aumento da capacidade originalmente instalada em 20%.

No domínio das energias renováveis, as principais empresas participadas pelo ESIF são:

- *Iberwind*, a maior empresa em termos de activos portugueses no domínio das eólicas, com capacidade instalada de 684MW;
- *Windway,* empresa eólica detida a 40% pelo ESIF, detentora de um parque eólico de 23MW;
- *Globalwatt*, empresa vocacionada para investimentos em parques solares fotovoltaicos, detida a 50% pelo ESIF e apresentando 8,5MW de capacidade instalada;
- ESUS, detida a 45% pelo ESIF, foi constituída para construir e operar um parque eólico de 45MW adjudicado em concurso público lançado pelo governo regional da Galiza.

Alterações Climáticas

Com o objectivo de utilizar o investimento financeiro como forma de atenuar as alterações climáticas, o Grupo manteve o investimento no *Luso Carbon Fund* (LCF), com uma participação de cerca de 9,5 milhões de euros e no *New Energy Fund* (NEF) com cerca de 2,1 millhões de euros. O LCF investe em projectos de energias renováveis, eficiência energética e tratamento de resíduos no âmbito do protocolo de Quioto e o NEF em projectos e empresas de energias renováveis.

3.5 Evolução Previsível do Grupo BES. Principais Riscos e Incertezas

As perspectivas para 2012 estão marcadas por uma expectativa de crescimento económico mundial relativamente baixo, ou mesmo de recessão em algumas regiões, como a Zona Euro, onde a penalização do financiamento do investimento e do consumo determinam, em conjunto com a austeridade orçamental generalizada, a expectativa de arrefecimento ou contracção da actividade. O desemprego deverá manter-se elevado na Europa e nos Estados Unidos e a inflação deverá seguir uma tendência de descida. Neste contexto, espera-se a adopção de políticas monetárias mais expansionistas na generalidade das economias, incluindo nas principais áreas emergentes. O principal foco de preocupação deverá continuar a incidir, naturalmente, sobre a Zona Euro, a braços com uma crise financeira grave e uma provável recessão. A nossa perspectiva assenta no pressuposto de que se assumirão não apenas avanços no sentido de uma maior integração e coordenação orçamentais mas, sobretudo, um papel ainda mais activo por parte do BCE na estabilização financeira da Zona Euro.

Assim, os factores que condicionarão ou poderão vir a afectar a actividade e resultados do Grupo BES durante o exercício de 2012 são:

- as soluções que os responsáveis políticos europeus apresentarem para o conjunto dos países da Zona Euro e sua percepção pelos mercados como sendo as mais adequadas à actual crise financeira soberana;

- o grau de sucesso do Governo Português no cumprimento das metas e compromissos consagrados no Memorando de Política Económica e Financeira acordado com a CE/BCE/FMI e consequente restabelecimento da credibilidade de Portugal junto da comunidade internacional;

- a continuação das dificuldades de acesso do sector bancário português aos mercados monetário e financeiro;

- a manutenção dos actuais níveis de risco de crédito e eventual aumento em resultado da recessão económica e agravamento do desemprego;

- o cumprimento dos novos referenciais para o rácio *Core Tier* I de 10% em Dezembro de 2012;

- o cumprimento dos planos de *deleverage* e de reequilíbrio no financiamento da actividade materializado nos indicadores de Crédito/Depósitos e rácio de financiamento estável que, de acordo com o Memorando de Política Económica e Financeira, deverão atingir em Dez,14, respectivamente, 120% e 100%.

Tendo em consideração os condicionalismos acima referidos, a evolução previsível do Grupo BES em 2012 deverá focar-se na captação de depósitos, aprofundamento da selectividade no crédito (sem deixar de apoiar os sectores mais dinâmicos da economia, designadamente as PME exportadoras), reforço dos rácios de capital e aproveitamento das oportunidades de crescimento proporcionado pela presença do Grupo em mercados em forte expansão.

Captação de Depósitos

O objectivo fixado para o rácio Crédito/Depósitos exige que o Grupo BES implemente uma estratégia que conduza ao aumento da captação de recursos sob a forma de depósitos. Nesse sentido, a implementação de estratégias comerciais que promovam os depósitos deverá constituir uma das prioridades em 2012. Não obstante, o Grupo não deixará de disponibilizar uma oferta financeira suficientemente diversificada que corresponda ao perfil de poupança pretendido pelos seus clientes, particulares e empresas.

Concessão de Crédito e *Deleverage*

No que respeita à actividade de crédito, a política comercial será de elevada selectividade, mas com especial enfoque no apoio aos sectores mais dinâmicos da economia portuguesa e às pequenas e médias empresas exportadoras.

Pese embora a estratégia comercial que o Grupo BES tem vindo a implementar, atendendo à quebra prevista na procura interna não restam dúvidas que a recessão económica portuguesa só poderá ser atenuada através do dinamismo do sector exportador que o Grupo sempre apoiou e continuará a apoiar.

Atendendo à redução esperada no investimento, no consumo e na redução da despesa pública, o crédito à economia tenderá a reduzir-se com algum significado, quer no segmento de particulares, quer das empresas.

O reforço do reequilíbrio financeiro, para além da melhoria do rácio Crédito /Depósitos, passa ainda pela redução programada de outros activos (não correntes detidos para venda e títulos) de forma a atenuar o impacto do vencimento dos passivos de médio e longo prazos na liquidez e consequente financiamento junto do BCE.

Reforço dos Rácios de Capital e da Liquidez

Tendo em vista atingir um rácio *Core Tier I* de 10% em Dezembro de 2012, o Grupo irá cumprir este exigente objectivo recorrendo a operações de mercado. Paralelamente, tomará as iniciativas que melhorem os actuais índices de mitigação de risco e que conduzam à redução dos activos de risco e consequentes economias nos requisitos de capital. Complementarmente, o Grupo prosseguirá com uma gestão financeira rigorosa e prudente, procurando diversificar as fontes de financiamento e promovendo as soluções que confiram mais estabilidade aos recursos financeiros necessários à actividade, tentando aproveitar as raras janelas de oportunidade que possam ser disponibilizadas pelo mercado.

Enquanto permanecer a actual restrição no acesso ao mercado financeiro *wholesale* dos bancos portugueses e a inoperacionalidade do mercado monetário e apesar do nível actual de *haircuts* aplicados aos colaterais, o acesso ao financiamento junto do BCE constituirá um suporte indispensável à actividade.

Crescimento da Área Internacional

A estratégia de internacionalização adoptada tem demonstrado ser um sólido pilar para atenuar os efeitos da recessão doméstica. O aprofundamento da presença na América Latina, em África e na Ásia, designadamente através da presença das nossas unidades operacionais ou através dos bancos correspondentes, irá ser reforçado e desenvolvido durante o ano de 2012.

Deste modo, acreditamos que a área internacional continue a beneficiar da expressiva expansão económica de alguns dos países onde opera o Grupo BES e que continue a contribuir decisivamente para a performance do Grupo BES no exercício de 2012.

4. Gestão Financeira e Mercado de Capitais

Gestão de Liquidez e *Funding*

O BES, ao longo dos anos, tem mantido uma abordagem muito conservadora à gestão do risco de liquidez, encontrando-se a sua estrutura desenhada de forma a que a gestão de liquidez seja efectuada de acordo com as regras regulamentares aplicadas em cada geografia onde o BES actua e, simultaneamente, garanta o cumprimento de todas as suas responsabilidades, quer em condições normais de mercado, quer em condições de *stress.*

Desta forma, uma das principais componentes da gestão do risco de liquidez no BES é a sua política de financiamento, a qual tem utilizado os vários instrumentos disponíveis nos mercados financeiros e abrange diversas fontes de captação de fundos, nomeadamente: recursos de clientes, capital ordinário e preferencial dos accionistas e utilização de instrumentos de financiamento nos mercados financeiros de curto e médio prazo.

Assim, o BES divide a gestão do risco de liquidez em três grandes grupos:

- Liquidez de curto prazo;
- Liquidez estrutural; e
- Liquidez de contingência.

No que respeita à **liquidez de curto prazo,** o BES monitoriza os seus níveis de liquidez diariamente através de relatórios de *mismatch*, elaborados de acordo com as linhas orientadoras estabelecidas e o impacto que os sinais de alerta internamente definidos possam ter sobre o Banco e a sua robustez, nomeadamente o risco de contágio (devido a tensões nos mercados) ou as repercussões de uma crise económica.
Adicionalmente, e na sequência da crise da dívida soberana dos países da periferia da Zona Euro, o Banco de Portugal passou a solicitar às diversas Instituições de Crédito o reforço da informação sobre a respectiva situação de liquidez de curto prazo, o qual é efectuado através do envio de reportes com informação sobre a gestão diária de tesouraria e a evolução diária dos depósitos, sendo ainda elaborado um mapa de liquidez semanal.
Ainda no âmbito da gestão da liquidez de curto prazo, e na sequência da alteração da legislação de liquidez efectuada em 2009 no Reino Unido, a *Financial Services Authority* (FSA) aprovou em Agosto de 2011 a candidatura do BES ao *Whole Firm Liquidity Management* (WFLM), o que permitiu ao BES continuar a operar no mercado Londrino sem exigência de constituição de buffers de liquidez adicionais. Esta aprovação traduz a confiança, por parte da FSA nos procedimentos de gestão de liquidez do BES.

Relativamente à **liquidez estrutural,** o BES elabora um reporte mensal de liquidez (ver cap. 5 Risco de liquidez), tendo em consideração não só a data de maturidade efectiva dos vários produtos como a sua maturidade comportamental, através do qual são determinados para cada *time bucket* os *mismatches* estruturais. Com base neste mapa, e considerando as metas orçamentais estabelecidas, é elaborado um plano anual de financiamento da actividade, que é revisto periodicamente e favorece, sempre que possível, os instrumentos de financiamento de médio/longo prazo em detrimento dos instrumentos de curto prazo.

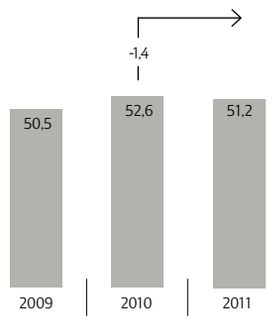
Na **liquidez de contingência,** o BES tem estabelecido um conjunto de medidas que, uma vez accionadas, permitem responder e/ou atenuar os efeitos de uma crise de liquidez.
Com efeito, o ano de 2011 ficou marcado pelo agravamento da crise da dívida soberana das economias "periféricas" da Zona Euro, pela desaceleração da economia global e pelos sucessivos cortes dos r*atings* soberanos: as notações de *rating* da República Portuguesa foram reduzidas de A1 para Ba2 na Moody's (7 níveis), de A+ para BB+ na Fitch (6 níveis), de A- para BBB- na S&P (3 níveis) e de AL para BBB na DBRS (2 níveis), encontrando-se as notações da Republica Portuguesa na Moody's e Fitch já abaixo de *investment grade*, o que viria a estender-se à S&P no início de 2012. Também a liquidez nos mercados financeiros para as instituições financeiras se tornou cada vez mais escassa, registando-se uma crescente inacessibilidade aos mercados internacionais e um mercado monetário interbancário inoperante.

Neste contexto, o BES manteve accionadas em 2011 um conjunto de medidas de contingência que lhe permitiram financiar a sua actividade, colmatando assim a inacessibilidade aos mercados financeiros. As medidas implementadas dividem-se em três grandes grupos:

- Continuação da política de *deleverage* do balanço implementada a partir de meados de 2010.
  Ao abrigo desta política foram alienadas posições da carteira de títulos num total de 1,7 mil milhões de euros e efectuadas vendas de créditos internacionais no montante de 2 mil milhões de euros, o que contribuiu em 2011 para a redução de 2,7% da carteira de crédito.

Evolução da Carteira de Crédito em 2011

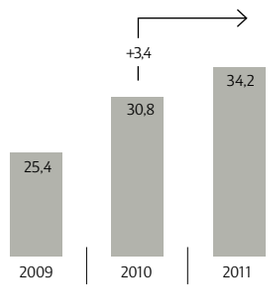
(mil milhões de euros)



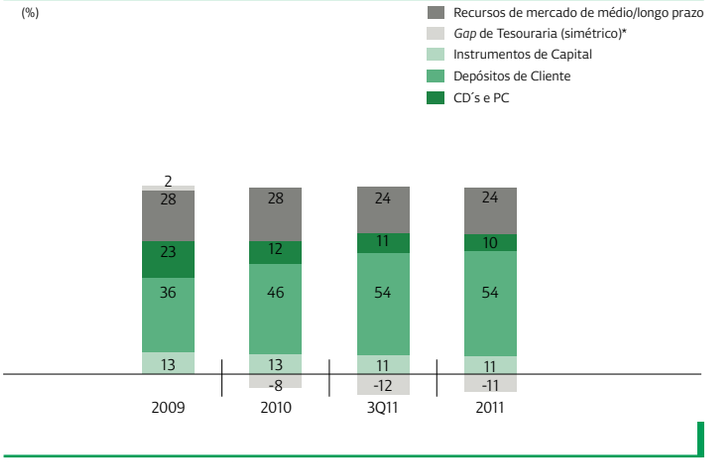
- Aumento da base de depósitos de clientes, reforçando a orientação estratégia de manter este produto como a principal fonte de financiamento. Assim, ao longo do ano os depósitos de clientes registaram um crescimento de 3,4 mil milhões de euros, tendo o seu peso na estrutura de financiamento do BES aumentado 18 p.p. ao passar de 36% em 2009 para 54% em 2011.

Evolução dos Depósitos de Clientes em 2011

(mil milhões de euros)



Estrutura de Financiamento



*Gap de tesouraria — liquidez imediata e créditos interbancários de curto prazo deduzidos dos débitos interbancários até um ano.

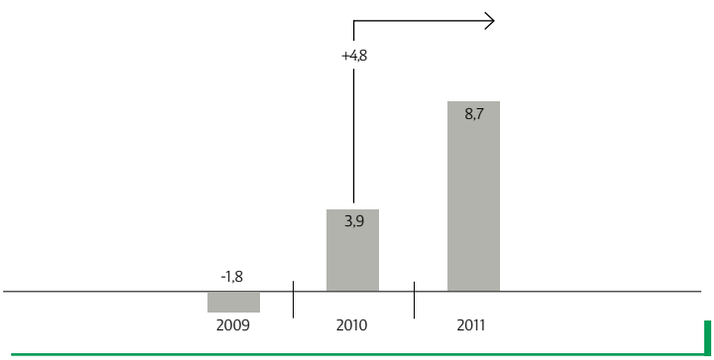
O aumento dos depósitos de clientes permitiu mitigar, ainda que parcialmente, a redução das linhas de *wholesale funding*, cujo peso na estrutura de financiamento do Banco caiu 13 p.p., tendo passado de 23% em 2009 para 10% em 2011.

Não obstante o clima de instabilidade que se tem vivido, o Banco tem procurado oportunidades de captação de fundos em novos mercados, tendo contratado em Setembro um financiamento com o China Development Bank Corporation, no montante de 300 milhões de dólares e pelo prazo de 3 anos.

- Reforço dos activos elegíveis para redesconto junto do BCE de modo a garantir o acesso às operações de refinanciamento principais e de prazo alargado, as quais têm sido fundamentais para colmatar a inacessibilidade aos mercados de financiamento de curto e médio prazo. No final do ano, a posição líquida devedora junto do BCE era de 8,7 mil milhões de euros (dos quais 5 mil milhões de euros foram tomados ao abrigo das operações de cedência a três anos), tendo aumentado no ano 4,8 mil milhões de euros.

Evolução da Tomada Líquida ao BCE

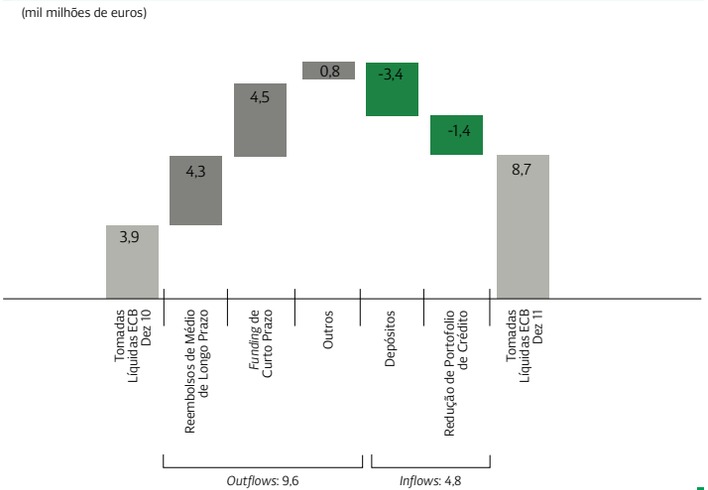
(mil milhões de euros)



Este aumento das tomadas junto do BCE deve-se, essencialmente, à redução das linhas de *Wholesale Funding* de curto e de médio/longo prazo, que se traduziu num reembolso global de 9,6 mil milhões de euros, não compensados pelos fundos gerados através do aumento dos depósitos e da redução da carteira de crédito, no valor global de 4,8 mil milhões de euros.

Evolução da Tomada Líquida ao BCE

(mil milhões de euros)

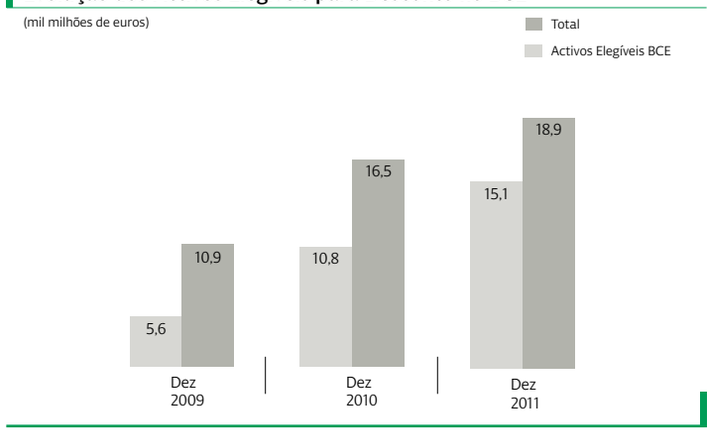


As maiores operações de reforço de colaterais concretizadas pelo Banco ao longo de 2011 foram as seguintes:

- Emissão de obrigações hipotecárias no montante de 1 250 milhões de euros, com maturidade de 7 anos (Janeiro);
- Emissão de obrigações hipotecárias no montante de 600 milhões de euros, com maturidade de 6 anos (Maio);
- Emissão de obrigações com garantia da República Portuguesa no montante de 1 250 milhões de euros, com maturidade de 3 anos (Julho); e
- Emissão de obrigações com garantia da República Portuguesa no montante de 1 000 milhões de euros, com maturidade de 3 anos (Dezembro).

A execução destas operações permitiu aumentar em 4,3 mil milhões de euros o valor dos activos elegíveis para operações de desconto junto do BCE, tendo o total destes activos atingido o montante de 15,1 mil milhões de euros.

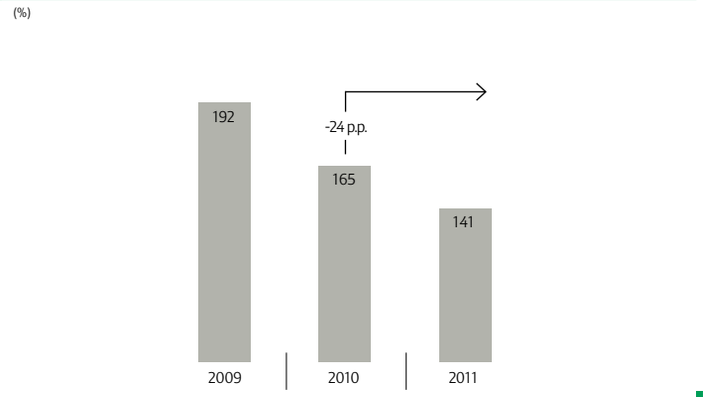
Evolução dos Activos Elegíveis para Desconto no BCE



Em termos globais, a carteira de activos elegíveis atingiu em Dezembro o valor de 18,9 mil milhões de euros. Neste total está incluída toda a exposição à divida pública portuguesa, no montante global de 2,9 mil milhões de euros (dos quais 76% ou 2,2 mil milhões de euros com maturidade inferior a um ano). No que se refere à exposição à dívida pública de outros países "periféricos", o BES detinha 4 milhões de euros de dívida pública espanhola, não detendo qualquer exposição à dívida pública Italiana, Irlandesa ou Grega.

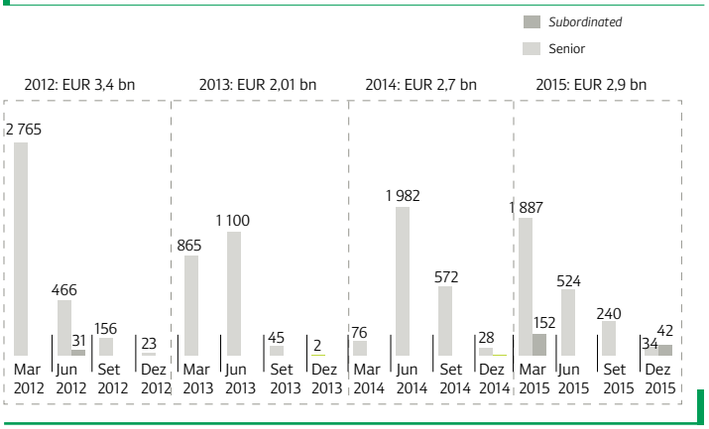
A implementação das medidas de contingência permitiu assegurar o refinanciamento de todas as operações com vencimento até ao final do ano, nomeadamente o reembolso da dívida de médio e longo prazo no montante de 4,3 mil milhões de euros e melhorar em 24 p.p. o rácio crédito/depósitos de clientes, que se fixou em 141% no final do ano.

Evolução do Rácio Crédito/ Depósitos



Já em Janeiro de 2012, o BES executou uma emissão de obrigações com garantia da República Portuguesa no montante de 1 000 milhões de euros e com maturidade de 3 anos, em Fevereiro de 2012 executou uma emissão adicional de obrigações com garantia da República Portuguesa no montante de 1 500 milhões de euros e com maturidade de 3 anos. Estas duas emissões permitem aumentar os activos elegíveis para desconto junto do BCE em 2 500 milhões de euros, o que perfaz quase a totalidade do montante de emissões de médio e longo prazo que matura no primeiro trimestre de 2012.

Perfil de Maturidades



A continuação da implementação destas medidas em 2012 levará em consideração as decisões tomadas pelo BCE, na reunião do passado mês de Dezembro, e que foram as seguintes:

- Redução a taxa de juro de referência para 1%;
- Redução do rácio de reservas obrigatórias para a banca europeia de 2% para 1%;
- Realização de uma nova operação de cedência de liquidez a 3 anos (anteriormente com um prazo máximo de 13 meses) a ocorrer a 29 de Fevereiro de 2012 (para além da já ocorrida em 21 de Dezembro); e
- Adopção de novas regras de elegibilidade menos restritivas para os colaterais aceites pelo BCE nas operações de desconto.

Estas decisões por parte do BCE visam, por um lado, facilitar o acesso à liquidez por parte do sector bancário na Zona Euro e, por outro, restabelecer o normal funcionamento do mercado monetário interbancário.

Notações de *Rating* do Banco Espírito Santo
(a 31 de Dezembro de 2011)

Agência	Longo Prazo	Curto Prazo	*Outlook*
Standard & Poor's	BB	B	Negativo
Moody's	Ba2	NP	Negativo
DBRS	BBB	R-2 (high)	Negativo

Standard & Poor's: A 28 de Março, na sequência da revisão do *rating* de longo prazo da República Portuguesa em dois *notches*, de A- para BBB, na dívida de longo prazo, a S&P cortou o *rating* do BES para BBB, no longo prazo e para A-3, no curto prazo. A 31 de Março, novamente após a revisão do *rating* de longo prazo da República Portuguesa de BBB para BBB-, a S&P reviu em baixa o *rating* do BES de BBB para BBB-. Ainda em Dezembro, a S&P reviu novamente em baixa o *rating* de longo prazo do BES para BB e o de curto prazo para B, com *Outlook* negativo.

Moody's: Em 6 de Abril, na sequência do *downgrade* da República Portuguesa de A3 para Baa1, a Moody's fez o *downgrade* dos bancos portugueses, tendo o *rating* do BES sido reduzido de A2 para Baa2 para a dívida de longo prazo. No curto prazo o *rating* do BES passou de P-1 para P-2. Em 15 de Julho, o *rating* do BES viria a ser novamente reduzido na sequência da revisão de *rating* da República Portuguesa de Baa1 para Ba2. Assim, o *rating* do BES foi reduzido de Baa2 para Ba1 no longo prazo. A 7 de Outubro, a Moody's efectuou novo *downgrade* aos bancos portugueses, incluindo o BES, que passou de Ba1 para Ba2 no longo prazo.

DBRS: A 19 de Abril, a DBRS iniciou a cobertura do BES com rating A (low) no longo prazo e R-1 (low). Em 25 de Maio, na sequência do *downgrade* da República Portuguesa de A (*low*) para BBB (*high*), a DBRS fez o *downgrade* do BES para o mesmo nível do *rating* soberano, no longo prazo. A dívida de curto prazo foi também revista para R-2 (*high*), com *Outlook* negativo. A 20 de Outubro, novamente após o *downgrade* da República Portuguesa, a DBRS reviu o *rating* do BES de BBB *(high*) para BBB, com tendência negativa, mantendo o *rating* de curto prazo inalterado.

5. Gestão dos Riscos

5.1 A Função de Gestão de Risco no Grupo BES

A função de Gestão de Risco identifica, avalia, acompanha e controla todos os riscos materialmente relevantes a que cada instituição do Grupo BES se encontra sujeita, tanto interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham em níveis adequados e, dessa forma, não afectem a situação patrimonial do Grupo.

O controlo e a gestão eficiente dos riscos têm vindo a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentado do Grupo BES. Para além de contribuírem para a optimização do binómio rendibilidade/risco das várias linhas de negócio asseguram, também, a manutenção de um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade, do provisionamento e da liquidez.

• Organização da Função de Gestão de Risco no Grupo BES

A definição do apetite de risco do Grupo BES é da responsabilidade da Comissão Executiva, que fixa igualmente os princípios gerais de gestão e de controlo dos riscos, assegurando que, para tal, o Grupo BES detém as competências e os recursos necessários à prossecução dos objectivos definidos.

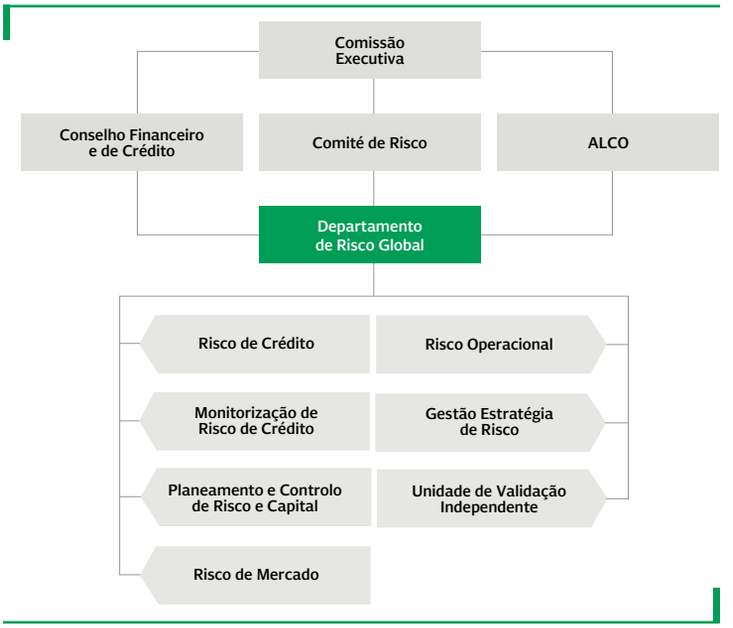
Existem diversos Comités especializados que assumem, em linha com as decisões da Comissão Executiva, um importante papel na área de gestão e controlo dos riscos:

Comité de Risco: reúne mensalmente com a presença do Presidente da Comissão Executiva, sendo responsável por todas as matérias relacionadas com o risco global do Grupo BES, cabendo-lhe acompanhar o perfil integrado de risco do Grupo e analisar e propor políticas, metodologias e procedimentos de avaliação e controlo de todos os tipos de risco.

Conselho Financeiro e de Crédito: reúne diariamente com a presença de membros da Comissão Executiva, sendo apresentadas e decididas neste Conselho as principais operações de crédito, de acordo com as políticas de risco definidas. A situação da tesouraria e a evolução dos mercados financeiros são igualmente objecto de análise neste Conselho.

ALCO *(Assets and Liabilities Committee)*: reúne mensalmente com a presença de membros da Comissão Executiva, incluindo o seu Presidente, com o objectivo de, entre outros, analisar a informação macroeconómica de Portugal e das principais regiões económicas internacionais, contribuindo para a previsão dos respectivos impactos a prazo sobre a actividade bancária. Analisa, também, a evolução do balanço do Grupo BES e de cada uma das suas unidades, quer em termos de saldos de crédito e recursos de clientes, quer de margens, facultando à Comissão Executiva os elementos necessários para a definição de objectivos estratégicos em matéria de crescimento da actividade creditícia e de captação de recursos de clientes, estratégia de financiamento (gestão do *mismatch* do balanço) e de *pricing*/margens. Compete, igualmente, a este Comité aprovar a oferta de produtos de recursos e os respectivos preços a praticar.

A função de Gestão de Risco é desempenhada de forma independente das restantes áreas funcionais do Grupo BES, estando organizada de forma a abranger os principais riscos: de crédito, de mercado, de liquidez, de taxa de juro do balanço e operacional.



Ao nível operacional, a Gestão e Monitorização do Risco estão centralizadas no Departamento de Risco Global (DRG) que, na sua actividade, aplica os princípios subjacentes às melhores práticas internacionais, incorporando de forma consistente os conceitos de risco e capital na estratégia e nas decisões de negócio do Grupo BES.

As principais funções do DRG são as seguintes:

- Identificar, avaliar e controlar os diferentes tipos de risco assumidos, de forma a permitir a gestão global do risco;
- Implementar as políticas de risco definidas pela Comissão Executiva, homogeneizando princípios, conceitos e metodologias em todas as unidades do Grupo BES;
- Contribuir para os objectivos de criação de valor através do aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação, pricing e decisão de operações, bem como do desenvolvimento de técnicas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- Acompanhar a estratégia de internacionalização do Grupo BES, colaborando no desenho das soluções organizativas e na monitorização e reporte do risco assumido pelas diferentes áreas internacionais.

A área de **Risco de Crédito** é responsável (i) pelo processo de atribuição de notações de risco e (ii) pela elaboração de análises de risco com emissão de pareceres técnicos às novas operações de crédito e a clientes/Grupos Económicos, cujo binómio responsabilidades/*rating* o justifique, de acordo com o normativo em vigor.

A área de **atribuição de notações de risco, elaboração de pareceres técnicos e análises de risco** encontra-se organizada em equipas especializadas por segmentos de risco:

- **Equipa Mesa de *Rating***, para *top corporates* (empresas com um volume de negócios individual ou consolidado superior a 50 milhões de Euros), instituições de crédito e sociedades financeiras, clientes institucionais, clientes da Administração Local e Regional e operações de *Project Finance, Object Finance, Commodity Finance e Acquisition Finance;*
- **Equipa Médias Empresas** que abrange as seguintes áreas de intervenção:

  - validação de *ratings* para o segmento de empresas de média dimensão (com um volume de negócios individual ou consolidado entre 1,25 e 50 milhões de Euros);

- elaboração de análises de risco e emissão de pareceres técnicos a novas operações de crédito (projectos de investimento, reestruturação de operações, Financiamentos à Construção, entre outros);

- **Equipa de apoio às Micro Empresas** (com um volume de negócios individual ou consolidado inferior a 1,25 milhões de Euros), ***Start-Ups*** (empresas constituídas há menos de 2 anos) e **Empresários em Nome Individual** (ENIs).

A área de **Monitorização de Risco de Crédito** é responsável pelo acompanhamento e controlo do risco de crédito e pela definição de medidas aplicáveis a situações que indiciem uma deterioração de risco, de forma a mitigar as perdas potenciais, processo alicerçado no exercício da CARC – Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito.

A área de Monitorização de Risco é ainda responsável por:

- Organizar e liderar o Comité de Imparidade, que analisa a imparidade dos clientes com variações mensais significativas e monitoriza as imparidades de clientes que pela sua dimensão ou situação económico-financeira o justifique;

- Acompanhar as actividades de supervisão e de revisão da carteira de crédito levadas a cabo pelas entidades de Supervisão e pelos Auditores Externos;

- Apoiar as áreas comerciais na identificação antecipada de sinais de risco, detectados em clientes acompanhados por estes, e na divulgação regular desta informação através de relatórios, disponibilizados no *cockpit* de risco (*front desk*);

- Acompanhar o processo de internacionalização do Grupo BES, nomeadamente definindo políticas e procedimentos de monitorização do risco e da imparidade.

O planeamento e o controlo dos *portfolios* sujeitos a risco de crédito estão a cargo da área de **Planeamento e Controlo de Risco e Capital.** Estas responsabilidades são asseguradas através da monitorização articulada dos seguintes eixos:

- **Requisitos de capital e solvabilidade**: implementação e desenvolvimento da ferramenta de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito de acordo com as regras definidas pelo Acordo de Basileia II, planeamento e controlo mensal dos requisitos de capital para risco de crédito e determinação dos rácios de solvabilidade do Grupo BES.

- **Sinistralidade e provisionamento do crédito:** elaboração do orçamento de crédito vencido e respectivo acompanhamento mensal, desenvolvimento da metodologia de cálculo das perdas por imparidade do crédito e planeamento e coordenação do processo mensal de determinação das mesmas.

- **Concentração de risco:** reporte dos grandes riscos regulamentares, definição e controlo das métricas internas de concentração do risco de crédito ao nível de grupos económicos e sectores de actividade.

A área de **Risco de Mercado** tem como principais funções quantificar, monitorizar e reportar o risco de mercado (carteiras de *trading*), risco de taxa de juro do balanço e risco de liquidez, estando integrada com a gestão do balanço através do Comité ALCO.

A área de **Risco Operacional** tem como principais responsabilidades:

- A definição de metodologias e a coordenação do cálculo das regras de requisitos de capital de acordo com o Método *Standard*;

- A definição do modelo de gestão de risco operacional assegurando a uniformização, sistematização e recorrência de todos os processos, devidamente documentados, de identificação, avaliação e monitorização do risco operacional nas várias unidades do BES e das entidades do Grupo BES;

- A identificação das principais fontes de risco, através de exercícios de auto-avaliação, reuniões com os Representantes de Risco Operacional, análises críticas aos eventos reportados, à monitorização dos Indicadores Chave de Risco e a outras informações disponíveis sobre processos, nomeadamente, auditorias realizadas ou reclamações;

- A identificação, em conjunto com os sponsors de processo, das acções ou medidas de mitigação de risco apropriadas, e acompanhar a sua implementação;

- O reporte de informação relevante aos vários níveis hierárquicos.

A área de **Gestão Estratégica de Risco** abrange transversalmente todos os tipos de risco ao nível das metodologias, modelos de avaliação e políticas de risco. A nível funcional subdivide-se em duas unidades:

- **Investigação e Desenvolvimento (I&D)** que tem como funções: (i) desenvolver e monitorizar metodologias e modelos para identificação e quantificação dos vários tipos de risco, incluindo-se neste ponto, no caso do risco de crédito, diversos modelos de *PD*[2] , *LGD*[3] e *EAD*[4] utilizados no Grupo BES; (ii) desenvolver e implementar ferramentas de apoio à decisão baseadas em risco/valor; (iii) dar apoio às áreas de negócio na apropriação dos conceitos de rendibilidade ajustada pelo risco e (iv) apoiar os processos de securitização na gestão do processo de atribuição de *ratings* e na selecção dos *portfolios* numa lógica de transferência de risco;

- **Políticas de Risco/ Processos,** responsável, nomeadamente, por: (i) propor políticas de risco; (ii) participar na avaliação da eficiência e eficácia de processos de decisão e nas propostas de redesenho dos mesmos, quantificando os parâmetros de risco necessários a uma análise custo-benefício, e (iii) analisar e propor limites para poderes de aprovação de vários tipos de risco, ao nível da operação, do cliente e de *portfolio.*

Em termos organizativos, a área de Gestão Estratégica de Risco está, actualmente, estruturada de forma a cobrir, tendo subjacente a natureza dos vários riscos e *portfolios*, as duas macro-funções acima identificadas, incluindo as seguintes sub-áreas:

- Modelos de risco de Empresas;

- Modelos de risco de Particulares;

- Modelos de risco para decisão de suspensos. Esta área abrange os modelos de *pay / no pay* desenvolvidos internamente;

- *ICAAP* e *Stress Test*, com intervenção no exercício anual de ICAAP (Pilar II de Basileia II) e nos exercícios de Stress Test que o Banco realizou, com frequência acrescida em 2011, dando, desta forma, resposta às solicitações regulamentares e às necessidades de gestão interna dos riscos a que o Grupo fica exposto em cenários adversos.

A **Unidade de Validação Independente,** assegurando total independência em relação às outras áreas do DRG (incluindo a área responsável pelo desenvolvimento de modelos), tem como principais atribuições:

- a validação contínua dos modelos e dos parâmetros de risco utilizados no cálculo de requisitos de capital para risco de crédito *(PD, LGD e EAD/CCF*[5]), abordando os seus diversos aspectos quantitativos e qualitativos;

- a realização de testes de utilização interna (*Use Test*) que demonstrem o nível de integração do sistema de notações de risco internas na gestão corrente e estratégica, com particular destaque para a gestão de riscos;

- a validação de novos modelos de avaliação do risco de crédito desenvolvidos pela área de Gestão Estratégica de Risco, bem como das calibrações dos modelos já existentes;

[2] *PD: Probability of Default* - Probabilidade de Incumprimento
[3] *LGD: Loss Given Default*- Perda dado o incumprimento
[4] *EAD: Exposure at Default* - Exposição na data de incumprimento
[5] *CCF: Credit Conversion Factor* – perda aleatória de parâmetro EAD

- a identificação de oportunidades de melhoria nos modelos de avaliação do risco de crédito;

- a articulação com o Banco de Portugal e com o Departamento de Auditoria sobre validação dos modelos de risco de crédito do Grupo BES.

Têm, ainda, um papel particularmente relevante na gestão do risco as Funções de Auditoria Interna e de *Compliance* asseguradas, respectivamente, pelo Departamento de Auditoria e Inspecção e pelo Departamento de *Compliance*.

5.2 Basileia II

No ano de 2009 o Grupo BES foi autorizado pelo Banco de Portugal a utilizar o método das Notações Internas (método *IRB Foundation*) no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito e o método *Standard* (TSA) no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco operacional.

Uma vez mais assumiu-se como líder de mercado ao ser o primeiro banco português a obter tal autorização, sendo de salientar que a mesma foi concedida num contexto económico depressivo, facto que confirma a razoabilidade e o conservadorismo dos parâmetros usados nos modelos internos do Grupo BES.

Também assumiu papel fundamental na obtenção dessa autorização o facto do Grupo BES dispor de ferramentas de gestão de risco que lhe permitem aplicar as melhores práticas internacionais nesta área e, deste modo, ter uma cultura de negócio muito sensível ao risco, disseminada por toda a organização.

Esta etapa de sucesso foi, por um lado, o culminar de um plano de investimento significativo levado a cabo pelo Grupo BES nos seus modelos, processos e sistemas de gestão do risco iniciado em 2000 e, por outro, o início do programa de extensão destes modelos e processos a todas as unidades do Grupo, assente num plano de *Roll-Out* definido a 3 anos.

• Plano de *Roll–Out*

A referida autorização para a utilização do método *IRB Foundation* abrangeu o BES Sede, a Sucursal do BES em Londres e o Grupo Banco Espírito Santo de Investimento. A utilização deste método será alargada a diversas entidades e *portfolios* do Grupo BES ao longo dos próximos anos através de um plano de *Roll-Out* em curso desde Junho de 2009 de modo a garantir que: (i) serão atingidos níveis de cobertura de *rating* elevados (>95%) nos *portfolios IRB*, quer nas entidades já certificadas, quer nas entidades candidatas a certificação (incluídas no plano de *Roll-Out*), (ii) serão realizados *Use Tests*, comprovando a utilização das ferramentas de risco na originação, acompanhamento, *pricing*, provisionamento, reporte e gestão estratégica e (iii) existirá uma validação e actualização contínua dos modelos de risco.

	1ª vaga	2ª vaga	3ª vaga	4ª vaga	5ª vaga
Entidades/ Portfolio	• ES Plc • SFE • BES NY • BES Cayman	• *Leasing* (Corp) • BAC	• BES Espanha • ES Bank	• BES Vénetie • BES Oriente	• *Factoring*

O processo de *roll-out* está em curso, tendo entretanto sido concretizadas as candidaturas das entidades Sucursal do BES em Nova Iorque, Sucursal do BES em Cayman, Sucursal Financeira Exterior do BES na Madeira e Espírito Santo Plc, aguardando-se a respectiva decisão por parte do Banco de Portugal.

A aceitação definitiva das candidaturas para a utilização do método *IRB Foundation* no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito e do método *Standard* (TSA) no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de risco operacional prevê o preenchimento de algumas condicionantes identificadas pelo Banco de Portugal. O nível de cumprimento das mesmas é apresentado ao Banco de Portugal através do envio de relatórios de progresso. Ao longo de 2011 foi enviado o último relatório de progresso relativamente ao Risco Operacional, sendo que no primeiro trimestre de 2012 se prevê o envio do último relatório de progresso relativo ao Risco de Crédito.

• ICAAP – *Internal Capital Adequacy Assessment Process*

Para além da perspectiva regulamentar, o Grupo BES recorre a uma visão económica dos seus riscos e dos recursos financeiros disponíveis (*Risk Taking Capacity* ou RTC) para o exercício de auto-avaliação da adequação de capital interno previsto no Pilar II de Basileia II e no Aviso 15/2007 do Banco de Portugal.

A visão económica dos riscos e da RTC é estimada quer numa perspectiva de continuidade de negócio, em que o Grupo BES pretende ter capacidade financeira para absorver perdas sem necessidade de alteração da sua estratégia de negócio, quer numa perspectiva de liquidação, através da qual pretende salvaguardar a capacidade de reembolso da dívida sénior e dos depósitos. As duas ópticas de avaliação da adequação de capital utilizam diferentes níveis de confiança na estimação dos riscos e diferentes conceitos dos recursos financeiros disponíveis para fazer face a esses riscos, em linha com o apetite de risco definido pelo Grupo BES. Em 2011, no exercício efectuado com referência a 31/12/2010, o Grupo BES optou por realizar o exercício de ICAAP focando apenas na perspectiva de liquidação. Considerando que com as novas exigências regulamentares de capital (*Core Tier I* mínimo de 9% em 2011 e de 10% em 2012) e com as alterações do modelo de negócio daí decorrentes, nomeadamente o processo em curso de *deleverage,* a perspectiva *going concern,* que assume a manutenção do modelo anterior de negócio, não tem, neste momento, aplicabilidade, pelo que o Grupo BES se concentrou na perspectiva de liquidação.

Para a quantificação dos riscos, o Grupo BES desenvolveu vários modelos de capital económico que estimam a perda máxima potencial para o período de um ano com base num nível de confiança predefinido. Estes modelos abrangem os vários tipos de risco a que o Grupo BES está exposto, dos quais se salienta o risco de crédito, risco de mercado (carteira de *trading* e carteira bancária), risco imobiliário, risco do fundo de pensões, risco operacional, risco reputacional, risco de liquidez e risco de estratégia e de negócio.

O cálculo dos requisitos de capital económico para os últimos três riscos é efectuado através de testes de esforço *(stress-tests*).

O valor dos requisitos de capital económico de cada risco é agregado tendo em conta os efeitos de diversificação inter-riscos. Paralelamente ao cálculo dos requisitos de capital económico, são efectuados *Stress-Tests* aos principais factores de risco para identificar eventuais fragilidades ou riscos não capturados pelos modelos internos.

O Grupo BES complementa a análise da adequação de capital no final de cada ano com a evolução prevista para os requisitos de capital (riscos) e os recursos financeiros disponíveis para o prazo de três anos, quer no cenário base do planeamento, quer num cenário de agravamento adicional da conjuntura macroeconómica.

O ano de 2011 foi marcado por um agravamento do quadro macroeconómico adverso já patente nos anos anteriores e por uma elevada volatilidade dos mercados financeiros, o que se reflectiu num aumento dos requisitos de capital económico para fazer face a riscos acrescidos.

Os principais riscos a que o Grupo BES está sujeito são o risco de crédito e o risco de mercado da carteira bancária, o que está em linha com a estratégia de negócio do Grupo. O risco de crédito derivado das relações bancárias com os Clientes decorre do negócio core do Grupo BES, sendo originado principalmente nos segmentos de Empresas, com peso significativo da área internacional. O risco de mercado da carteira bancária advém maioritariamente: (i) das participações na Portugal Telecom e na EDP

Energias de Portugal, e (ii) do risco de *spread* de crédito das obrigações, que resulta principalmente das relações comerciais com clientes e da necessidade de manter activos líquidos em Balanço. Por sua vez, são ainda relevantes os riscos associados ao fundo de pensões, que resultam das obrigações legais do Grupo para com os seus colaboradores. No exercício de 2010, os requisitos de capital económico apresentaram um acréscimo de cerca de 11% face a 2009 (após efeito de diversificação), essencialmente por via do aumento dos requisitos para o risco de crédito e para o risco de taxa de juro da carteira bancária. No que se refere à distribuição do capital económico por tipo de risco, esta não sofreu grandes alterações face ao exercício anterior, onde o risco de crédito e os riscos de mercado da carteira bancária já se apresentavam como os mais relevantes em termos de materialidade. De salientar que os riscos de mercado da carteira bancária sofreram uma redução resultante do facto do exercício de ICAAP a 31 de Dezembro de 2010 já contemplar o impacto da venda da participação no Banco Bradesco, que originou uma redução no risco de participações.

Os resultados obtidos no exercício ICAAP entregue ao Banco de Portugal em Setembro de 2011, e relativos a 31 de Dezembro de 2010, permitem concluir que o BES detém fundos próprios suficientes para fazer face aos riscos incorridos, quer na óptica regulamentar, quer na óptica económica.

5.3 Recomendações de Basileia III

No final do terceiro trimestre de 2010, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia tomou um conjunto de decisões relativas ao funcionamento do sistema financeiro mundial que se materializaram em recomendações que passaram a ser conhecidas como Basileia III. Os bancos abrangidos irão dispor de um período transitório (de 1 de Janeiro de 2013 até 1 de Janeiro de 2019) para cumprimento das regras aprovadas que têm em vista a garantia de uma maior solidez das instituições e a prevenção de novas crises financeiras no futuro.

As regras de Basileia III apontam para o seguinte enquadramento regulamentar a alcançar, de forma gradual, até 1 de Janeiro de 2019:

- rácio mínimo *Core Tier I* : 7% (4,5% de valor base e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);
- rácio mínimo *Tier I* : 8,5% (6,0% de valor e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);
- rácio de solvabilidade total: 10,5%;
- introdução de um *buffer* anti-ciclo entre 0% e 2,5% de elementos *Core Tier I* em condições a designar pelas autoridades regulamentares;
- fixação de períodos transitórios para absorção das deduções a elementos de capital não elegíveis segundo BIS III e para as novas deduções à base de capital;
- estabelecimento de rácios de alavancagem e de liquidez de curto e de médio/longo prazos em condições a definir.

O Grupo continua a acompanhar muito de perto a evolução do enquadramento regulamentar, bem como os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no sentido de apurar as regras finais que suportarão os novos rácios prudenciais regulamentares.

5.4 Programa Especial de Inspecções (SIP)

O Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal estabelecido entre as autoridades portuguesas e a Comissão Europeia, BCE e FMI em Maio de 2011 definiu um Programa Especial de Inspecções (SIP) aos 8 maiores grupos bancários.

O SIP teve como objectivo validar, com referência a 30 de Junho de 2011, os dados sobre o risco de crédito utilizados na avaliação da solidez financeira dos bancos inspeccionados, através de uma avaliação independente das suas carteiras de crédito e da adequação das suas políticas e procedimentos de gestão de risco, bem como confirmar o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito.

No Grupo BES, o exercício abrangeu a avaliação de créditos no valor de 44,1 mil milhões de Euros, cobrindo 85% do total da carteira de crédito do Grupo, e concluiu existir uma necessidade de reforço de 125 milhões de Euros no valor da imparidade individual registada a nível consolidado (refira-se que a Setembro de 2011 o Grupo BES já havia constituído para os mesmos créditos analisados imparidades num total de 21 milhões de Euros). Este montante corresponde a 0,3% do montante global dos créditos analisados e 8,4% do valor da imparidade da carteira analisada.

No contexto do SIP foi também apurada a necessidade de efectuar correcções pontuais aos valores dos activos ponderados pelo risco, que implicariam um aumento de 2,2% no montante total calculado para aquela data. No entanto, as alterações regulamentares aplicáveis após a data de referência do SIP, em especial a entrada em vigor no final de 2011 das alterações introduzidas pela legislação comunitária (CRD III), irão implicar uma redução do valor dos activos ponderados pelo risco, equivalente a 1,2% tendo por base os dados de 30 de Junho de 2011. Estes efeitos subsequentes a 30 de Junho de 2011 não foram tomados em consideração na estimativa do impacto do SIP no rácio *Tier 1*.

O impacto agregado do SIP na avaliação da solvabilidade do Grupo BES, a 30 de Junho de 2011, traduzir-se-ia numa ligeira redução do rácio de *Tier 1*, de 9,2% para 8,9%, mantendo-se substancialmente acima do mínimo de 8% exigido naquela data.

5.5 Solvabilidade

Os rácios de capital do Grupo BES são determinados de acordo com o quadro regulamentar de Basileia II, tendo o Banco de Portugal autorizado, como já foi referido, a utilização, a partir do primeiro trimestre de 2009, da abordagem das notações internas (método IRB Foundation) para cobertura do risco de crédito e da abordagem TSA para a cobertura do risco operacional.

No decurso do 2º trimestre de 2011 e no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal em que ficou estabelecido o reforço dos níveis de capitalização do sistema bancário nacional, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011 em 10 de Maio onde estabeleceu que o rácio Core Tier I, em base consolidada, teria de apresentar um valor não inferior a 9% até Dezembro de 2011 e a 10% até Dezembro de 2012.

Necessidades de Capital com Base na Metodologia EBA

Face ao aumento do risco sistémico gerado pela crise da dívida soberana na área do Euro, foi decidido que os grupos bancários sujeitos ao exercício de *stress-test* da Autoridade Bancária Europeia (EBA) deveriam reforçar os respectivos níveis de capitalização de forma a atingir, até 30 de Junho de 2012, um rácio *Core Tier I* de 9%, depois de uma avaliação prudente, a valores de mercado, das exposições a dívida soberana detidas em 30 de Setembro de 2011.

O montante global das necessidades de capital identificadas para o Grupo BES, aplicando a metodologia utilizada pela EBA, com data de referência de 30 de Setembro de 2011 era 810 milhões de euros, correspondendo 121 milhões de euros ao valor resultante da avaliação a preços de mercado das exposições a dívida soberana.

Fundos Próprios

A informação sobre os fundos próprios encontra-se no capitulo 6 - Análise Financeira, ponto 6.3, deste relatório

Activos Ponderados pelo Risco

Em 31 de Dezembro de 2011 os Activos Ponderados pelo Risco atingiram 65 385 milhões de euros, sendo 59 705 milhões de euros (91% do total) provenientes do Risco de Crédito e Contraparte, 1 742 milhões de euros do Risco de Mercado e 3 938 milhões de euros do Risco Operacional.

Risco de Crédito e Contraparte

Como referido anteriormente, o Grupo BES utiliza a abordagem baseada no Método das Notações Internas (*Internal Ratings Based* - IRB) para o tratamento da maioria das exposições sujeitas a risco de crédito em conformidade com as regras dispostas no Aviso 5/2007 do Banco de Portugal.

A diminuição de 905 milhões de euros observada nos Activos Ponderados pelo Risco provenientes do Risco de Crédito e de Contraparte no decurso de 2011, apesar do difícil contexto económico e financeiro em que decorreu a actividade, deveu-se à rigorosa monitorização do risco e ao esforço de *deleverage* encetado pelo BES.

Activos Ponderados pelo Risco

	Actividade Doméstica		Actividade Internacional		Total	
	Activos Ponderados pelo Risco	Ponderador de Risco (1)	Activos Ponderados pelo Risco	Ponderador de Risco (1)	Activos Ponderados pelo Risco	Ponderador de Risco (1)
Administrações Centrais ou Bancos Centrais	43	1%	1 374	65%	1 418	23%
Instituições	3 465	35%	348	30%	3 813	35%
Empresas	34 713	73%	9 717	74%	44 431	74%
Carteira de Retalho	4 176	25%	333	61%	4 509	27%
Outros	5 266	89%	268	89%	5 535	89%
Total	**47 664**	**57%**	**12 041**	**70%**	**59 705**	**59%**

(1) Ponderador de Risco: Activos Ponderados pelo Risco / Posição em Risco Original

No que diz respeito à distribuição geográfica dos Activos Ponderados pelo Risco, o contributo da actividade internacional totalizou 12 041 milhões de euros, representando 20% da actividade total do Grupo BES, tendo a actividade doméstica atingido 47 664 milhões de euros. No que se refere à decomposição dos Activos Ponderados pelo Risco por classes de risco destaca-se o segmento de Empresas que contribui em 74% para o total dos activos ponderados pelo risco, em linha com a preponderância que este segmento representa na actividade desenvolvida pelo Grupo BES.

Risco de Mercado

Os requisitos de capital de Risco de Mercado são calculados com base no método padrão. A 31 de Dezembro de 2011, os requisitos em termos de Activos Ponderados pelo Risco ascenderam a 1 742 milhões de euros, sendo que os principais contribuintes são o Risco de Taxa de Juro/Instrumentos de Dívida (71% do total) e o Risco Cambial (19% do total).

Variação Anual Activos Ponderados pelo Risco

(milhões de euros)

		Dez.10	Dez.11	Variação(%)
Instrumentos de Dívida	R. Específico	831	564	-267
	R. Geral	1 005	643	-362
	OIC *	37	23	-14
Títulos de Capital	R. Específico	96	129	32
	R. Geral	155	55	-100
	OIC *	0	0	0
Risco de Mercadorias		102	2	-100
Risco Cambial		1 992	325	-1 667
Total		**4 219**	**1 742**	**-2 478**

* Organismos de Investimento Colectivo – Fundos de Investimento

A variação anual dos requisitos deveu-se à descida generalizada dos diversos tipos de Risco, destacando-se a diminuição no Risco Cambial.

O decréscimo verificado no Risco de Títulos de Capital foi parcialmente absorvido pelo acréscimo do Risco Específico de Títulos de Capital resultante da alteração legislativa que se traduziu num aumento da ponderação para cobertura do Risco Específico de 4% para 8%.

Risco Operacional

Os requisitos de fundos próprios para cobertura do Risco Operacional são calculados de acordo com o Método *Standard,* que consiste na média, dos últimos três anos, da soma dos indicadores relevantes ponderados pelos riscos (calculados em cada ano), relativamente aos segmentos de actividade regulamentares.

No ano de 2011, os activos ponderados pelo risco evidenciaram um decréscimo de 35 milhões de euros face ao exercício anterior, como consequência da redução do contributo do segmento de Negociação e Vendas que não foi compensado pelo acréscimo registado no segmento de Banca Comercial (Médias e Grandes Empresas).

Solvabilidade

(milhões de euros)

	2010		2011	
	RFP	RWA	RFP	RWA
Grupo BES	**318**	**3 973**	**315**	**3 938**
Corporate Finance	6	70	8	96
Negociação e vendas	91	1 143	63	789
Intermediação relativa à carteira de retalho	2	22	2	26
Banca comercial	146	1 828	173	2 158
Banca de retalho	62	777	59	740
Pagamento e liquidação	0	0	0	0
Serviços de agência	0	4	0	4
Gestão de activos	10	129	10	125

5.6 Gestão de Risco no Grupo BES

5.6.1 Risco de Crédito

O Risco de Crédito, que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo BES no âmbito da sua actividade creditícia, constitui o risco mais relevante a que se encontra exposta a actividade do Grupo. A sua gestão e controlo são suportados pela utilização de um robusto sistema de identificação, avaliação e quantificação de risco.

A. Práticas de Gestão

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Para tal, tem vindo a verificar-se uma melhoria contínua ao nível:

- da modelização do risco de crédito, com consequente diminuição do peso da subjectividade na sua apreciação;
- dos procedimentos e circuitos de decisão, com destaque para a independência da função de gestão de risco, delegação de poderes de acordo com níveis de *rating* e adequação sistemática do *pricing*, maturidade e garantias dos clientes;
- dos sistemas de informação relacionados com a disponibilização das diferentes variáveis inerentes à avaliação do risco de crédito de modo a permitir a sua consulta a todos os intervenientes do processo de crédito;
- da independência do processo de formalização/ execução das operações de crédito face à estrutura de originação.

A implementação do vasto conjunto de iniciativas desenvolvidas ao longo dos últimos anos, relacionadas, nomeadamente, com o projecto global de revisão dos processos de decisão de crédito nos vários segmentos comerciais, aliada à cobertura quase integral das posições creditícias por *ratings* internos, permitiu que o processo de concessão de crédito no Grupo BES assente na utilização abrangente de métricas de rendibilidade ajustada pelo risco.

De forma transversal à quase totalidade dos segmentos comerciais, os *ratings* internos são incorporados directamente na definição dos poderes de crédito dos diferentes escalões de decisão, sendo igualmente utilizados como suporte à diferenciação de *pricing*.

Foi igualmente alargada a utilização de *ratings* para efeitos de definição de limites de *portfolio* que condicionam a concessão de crédito por produto e classes de *rating*, restringindo a produção de crédito nas piores notações de risco. Os limites de *portfolio* são utilizados como instrumento de gestão, de forma diferenciada, quando consideramos os portfolios de crédito de Particulares e de Empresas:

- Nos *portfolios* de Crédito à Habitação, Crédito Individual e Cartões de Crédito, há limites de portfolio na originação que condicionam fortemente a aprovação de operações nas piores notações de *scoring*;
- Nos *portfolios* de Empresas, os limites são utilizados para controlar a evolução do perfil de risco dos vários portfolios de crédito. A avaliação do perfil de risco é feita com base na Exposição Líquida de Colaterais.

O cumprimento dos limites estabelecidos é periodicamente objecto de monitorização, sendo a informação distribuída às áreas comerciais e Comité de Risco.

O Grupo BES tem uma política de gestão de risco de crédito rigorosa que lhe permite mitigar significativamente o risco assumido perante os seus clientes nas fases do processo de crédito – originação, monitorização e recuperação.

Originação

- Limites restritivos na concessão de crédito
- Exigência de garantias associadas aos créditos
- Diferenciação do preço consoante o risco
- Manutenção de elevada cobertura da exposição com *ratings*
- Automatização na disponibilização da informação de suporte à decisão de concessão de crédito, nomeadamente no front office

Monitorização

- Processo de monitorização com forte envolvimento da Gestão de Topo
- Disponibilização automática da informação de risco de crédito às áreas comerciais
- Acções de acompanhamento de crédito (antes do *default*)
- Processos e controlos de gestão das garantias

Recuperação

- Antecipação das acções de recuperação
- Monitorização dos devedores e dos activos recebidos em garantia
- Processo de recuperação de crédito adequado com o negócio, recuperação e áreas de desinvestimento
- Risco de crédito como variável nos esquemas de incentivos das áreas comerciais (SOI)

A.1. Os Sistemas de Notação de Risco

Face às particularidades inerentes aos diferentes segmentos de clientes do Grupo BES, foram desenvolvidos diversos sistemas internos de notações e parâmetros de risco, quer para empresas, quer para particulares.

Conforme previsto na nova regulamentação sobre requisitos mínimos de capital (Basileia II), e seguindo as melhores práticas de gestão de risco, a validação dos sistemas internos de notações de risco é efectuada de uma forma periódica pela Unidade de Validação Independente. O exercício anual de validação interna dos diversos modelos de rating para os diferentes portfolios de crédito confirma a robustez e aderência destes modelos no exercício de aferição do risco de crédito.

• Modelos de *Rating* para Carteiras de Empresas

No que concerne aos modelos de rating para carteiras de empresas, são adoptadas abordagens distintas em função da dimensão e do sector de actividade dos clientes. São ainda utilizados modelos específicos adaptados a operações de crédito de *Project Finance*, *Commodity Finance*, *Object Finance*, *Acquisition Finance* e Financiamentos à Construção.

	Critério de Segmentação	Tipo de Modelo	Descrição
Expert Judgement	Sector, Dimensão, Produto › Instituições Financeiras › Municípios › Institucionais › Adm. Locais e Regionais › Grandes Empresas [Vol. Negócios > 50 M€] › Imobiliário (Investimento/ Promoção) › *Acquisition Finance* › *Project Finance* › Object Finance › Commodity Finance	*Template*	*Ratings* atribuídos por equipas de analistas, utilizando modelos específicos por sector (templates) e informação financeira e qualitativa.
	Médias Empresas: › Vol. Negócios [1,25 M€ - 50 M€]	Semi-automático	Modelo de *Rating* baseado em informação financeira, qualitativa e comportamental, validado por analistas.
Estatístico	Pequenas Empresas: › Vol. Negócios até 1,25 M€ *Start-Up's* e Empresários em Nome Individual	Automático	Modelo de *Rating* baseado em informação financeira, qualitativa e comportamental. Modelo de *Rating* baseado em informação qualitativa e comportamental.

Relativamente às **Grandes Empresas, Instituições Financeiras, Institucionais, Administrações Locais e Regionais e Empréstimos especializados** - nomeadamente *Project Finance, Object Finance, Commodity Finance* e *Acquisition Finance* - as notações de risco são atribuídas pela Mesa de *Rating*. Esta estrutura é constituída por analistas técnicos especializados, organizados em equipas multi-sectoriais, e centraliza, também, a validação dos *ratings* propostos pelos analistas de risco de crédito que se encontram geograficamente dispersos pelas várias entidades do Grupo BES.

A atribuição das notações internas de risco por parte desta equipa a estes segmentos de risco, classificados como portfolios de baixa sinistralidade (*Low Default Portfolios*), assenta na utilização de modelos de rating do tipo "*expert--based*" (*templates*) que se baseiam em variáveis qualitativas e quantitativas, fortemente dependentes do sector ou sectores de actividade em que operam os clientes em análise. Com excepção da atribuição de *rating* a empréstimos especializados, a metodologia utilizada pela Mesa de *Rating* rege-se, ainda, por uma análise de risco ao nível do perímetro máximo de consolidação e pela identificação do estatuto de cada empresa participada no respectivo grupo económico.

Para o segmento de **Médias Empresas** (empresas com volume de facturação superior a 1,25 milhões de euros e inferior a 50 milhões de euros, com excepção das empresas inseridas em alguns sectores classificados com segmentos de risco específicos, como o sector da promoção imobiliária) são utilizados Modelos de *Rating* estatísticos que combinam variáveis económico--financeiras, comportamentais e informação de natureza qualitativa.

A publicação das notações de risco requer, ainda, um processo prévio de validação elaborado por uma equipa técnica de analistas de risco, os quais tomam ainda em consideração variáveis de natureza comportamental. Nas circunstâncias previstas nos respectivos normativos de processo de crédito, esses analistas também se pronunciam sobre as operações de crédito propostas elaborando, para o efeito, relatórios de análise de risco sobre as mesmas.

Esta equipa efectua, ainda, uma monitorização da carteira de crédito dos clientes do Grupo BES através da elaboração de análises de risco, previstas em normativo interno de acordo com o binómio Responsabilidades Actuais/ *Rating* Cliente, emitindo recomendações específicas sobre o relacionamento creditício a seguir com determinado cliente.

Para o segmento de **Pequenas Empresas** (Empresas com facturação inferior a 1,25 milhões de euros) são utilizados igualmente Modelos de *Rating* estatísticos que têm subjacente, para além da informação financeira e qualitativa, variáveis comportamentais das empresas e do(s) sócio(s) no cálculo das notações de risco.

Encontram-se igualmente implementados Modelos de *Rating* especificamente vocacionados para a quantificação do risco de ***Start-Ups*** (empresas constituídas há menos de 2 anos e com facturação inferior a 25 milhões de euros no primeiro ano de actividade) e **ENI´s.**

Para as empresas inseridas no **Sector Imobiliário** (empresas dedicadas à actividade de promoção e investimento imobiliário, em especial, empresas de pequena e média dimensão), atentas as suas especificidades, os respectivos *ratings* são atribuídos por uma equipa central especializada, suportando-se na utilização de modelos específicos que combinam a utilização de variáveis quantitativas e técnicas (avaliações imobiliárias efectuadas por Gabinetes Especializados), bem como variáveis qualitativas. Esta equipa é igualmente responsável pela elaboração das análises de risco das propostas de crédito especializado que revestem a forma de Financiamentos à Construção.

• Modelos de *Scoring* para Carteiras de Particulares

O Grupo BES dispõe de modelos de *scoring* de originação e comportamentais para os seus principais produtos de particulares: crédito à habitação, crédito individual, cartões de crédito, descobertos e contas empréstimo, cujas notações de risco estão calibradas contra probabilidades de incumprimento a um ano. A capacidade preditiva dos modelos é objecto de monitorização periódica.

		Modelos	
Portfolios		***Scoring* Originação**	***Scoring* Comportamental**
Crédito Habitação		Modelo para clientes e Novos clientes (antiguidade inferior a 6 meses)	Modelo aplicado a operações com antiguidade superior a 6 meses
Crédito Individual		Modelo para clientes e Novos clientes (antiguidade inferior a 6 meses)	
Contas Empréstimo		Modelo clientes (antiguidade conta superior a 6 meses)	
Cartões		Modelo para clientes e Novos clientes (antiguidade inferior a 6 meses)	Modelo aplicado a operações com antiguidade superior a 12 meses
Contas Correntes	**Com limite**	*Scoring* Originação de Limites: Módulo para Novos clientes (antiguidade inferior a 6 meses), módulo para novas contas de clientes antigos e módulo para introdução de limites em contas com antiguidade superior a 6 meses.	Modelo aplicado a operações com limite com antiguidade superior a 6 meses
	Sem limite		

Paralelamente à estimação dos incumprimentos, são também monitorizados regularmente outros parâmetros necessários à quantificação e gestão de risco: a recuperação (1-LGD) e a exposição estimada no momento do incumprimento (EAD).

Todos os modelos de scoring desenvolvidos atrás descritos assumem hoje em dia um papel determinante não só na análise técnica do risco mas também nos processos de aprovação e monitorização do risco de crédito.

• Modelos de LGD

Quando um cliente não cumpre com o pagamento das suas responsabilidades, o Banco não perderá necessariamente a totalidade da dívida, mesmo que o risco não esteja mitigado por via da existência de colaterais. O *Loss Given Default* (LGD) mede o total da perda económica do Banco quando um crédito entra em default. O cálculo de LGD leva por isso em conta todos os *cash-flows* ocorridos após essa data, incluindo *cash-inflows* correspondentes a pagamentos (parciais) do Cliente ou execução do colateral, custos de recuperação, custos administrativos e o custo decorrido pelo efeito financeiro via desconto de *cash-flows*.

Desde 2004 que o Grupo BES procede ao cálculo dos parâmetros de LGD, com base em dados internos para os produtos de Particulares – crédito à habitação, crédito individual, cartões de crédito, descobertos e contas empréstimo – bem como para os portfolios de Pequenas Empresas e Empresários em Nome Individual, a incluir nas carteiras de Retalho. Estes parâmetros são utilizados para gestão do risco, cálculo de imparidades e cálculo de capital regulamentar para o risco de crédito do Grupo BES.

Em 2011, dando continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, o Grupo BES procedeu a actualizações nos parâmetros de LGD aplicáveis ao *portfolio* de Crédito Individual.

O Grupo BES procede, ainda, ao cálculo de "estimativas internas das taxas de recuperação" para os portfolios de Médias e Grandes Empresas, os quais utiliza para os respectivos processos de negócio.

A.2 A Monitorização do Risco de Crédito

As actividades de acompanhamento e de controlo do Risco de Crédito implementadas no Grupo BES têm por objectivo medir e controlar a evolução do Risco de Crédito e, simultaneamente, numa lógica de mitigação de perdas potenciais, definir medidas objectivas relativamente a situações concretas, cujas especificidades indiciem uma deterioração de risco, bem como de estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nessa perspectiva, tendo como objectivo central a preservação da qualidade e dos padrões de risco do Grupo BES, a função de Monitorização do Risco de Crédito e o seu respectivo desenvolvimento é objectivamente assumida como um pilar de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco, sendo constituída essencialmente pelos seguintes processos:

- Acompanhamento de clientes com sinais de alerta (CARC);
- Grupo de Acompanhamento de Risco (GAR);
- Análise global do perfil de risco da carteira de crédito;
- Acompanhamento de clientes com sinais de alerta (CARC).

O acompanhamento de clientes com sinais de alerta é da competência da Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito (CARC) que, para o efeito, promove e lidera reuniões presenciais que se realizam ao longo do ano com todas as estruturas comerciais, e cujas conclusões são alvo de reporte periódico ao Comité de Risco e à Comissão Executiva.

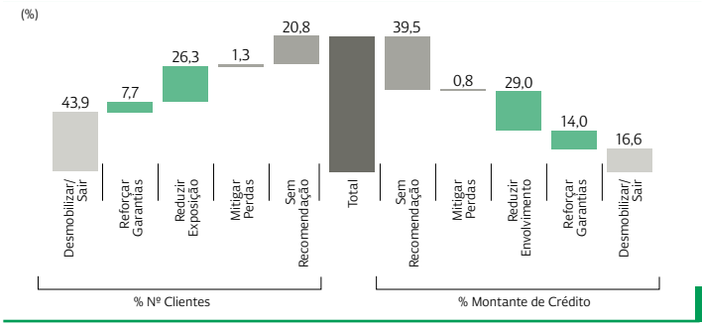
A manutenção de um ambiente macroeconómico adverso no decorrer de 2011 reforçou a importância das acções de acompanhamento e monitorização do risco de crédito. Em 2011 a CARC procedeu à análise e avaliação de 9 544 clientes (dos quais 1 778, cerca de 19%, foram referenciados pela primeira vez em 2011) e cuja exposição global ascendeu a cerca de 15 166 milhões de euros.

Dessa avaliação, e tendo presente as respectivas especificidades de cada um dos casos avaliados, entendeu esta Comissão emitir recomendações que incidiram sobre 79% dos clientes alvo de análise (abrangendo 7 563 clientes, dos quais cerca de 15% correspondendo a clientes referenciados pela primeira vez) cuja exposição global representava aproximadamente 60,4% das responsabilidades totais objecto de análise.

No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição observada por tipologia de recomendações, sendo de referir:

- a relevância do conjunto de recomendações de cariz mais defensivo (Desmobilizar, Reforçar Garantias e/ou Reduzir Envolvimento), que é particularmente notada quer em termos de número de clientes (78% dos clientes analisados), quer em termos de exposição creditícia (pouco mais de 59,6%);
- o facto de cerca de 20,8% dos clientes analisados não ter sido alvo de recomendação (representando cerca de 39,5% das responsabilidades analisadas), permite concluir que o risco de crédito no Grupo BES se encontra controlado/mitigado, principalmente se se tiver em linha de conta o volume de responsabilidades analisadas por esta Comissão, totalmente independente das estruturas comerciais responsáveis pela originação dos créditos alvo de análise.

Recomendações CARC em 2011 (Perfil de distribuição da carteira analisada)



Em sintonia com as crescentes dificuldades que alguns sectores económicos têm vindo a acusar, cerca de 63% do conjunto das recomendações produzidas em 2011 foram definidas para clientes com actividades centradas em apenas três sectores: promoção imobiliária, serviços prestados às empresas e construção civil.

Estas Comissões de Acompanhamento de Risco de Crédito precedem a realização das Comissões Executivas Itinerantes (com a presença do Presidente da Comissão Executiva) de modo a que as recomendações emanadas pelas mesmas sejam alvo de análise pela gestão de topo do Grupo BES.

• Grupo de Acompanhamento de Risco (GAR)

O Grupo de Acompanhamento de Risco (GAR), criado em 2011, tem como objectivo o aprofundamento da análise e controlo do risco de crédito já desenvolvido no âmbito do processo CARC.

Os clientes analisados no âmbito do GAR serão mensalmente classificados em três classes de risco - Prevenção, Observação e Recuperação – mediante a verificação de critérios de risco pré-definidos. Para todos os clientes alocados às referidas classes de risco serão produzidos relatórios de identificação das causas de deterioração do respectivo risco e as acções a desenvolver como sejam:

- o desenvolvimento das recomendações de transferência de clientes em Prevenção e Observação para o Departamento de Acompanhamento de Empresas;
- a validação de "Planos de Recuperação" para clientes em observação (aplicáveis a clientes com responsabilidade inferior a 0,5 milhões de euros apenas se seleccionados pelo Departamento de Recuperação de Crédito);
- a monitorização dos clientes em Recuperação com planos em implementação nos departamentos comerciais de empresas, Departamento de Acompanhamento de Empresas ou através de proposta do Departamento de Recuperação de Crédito.

• Análise global do perfil de risco da carteira de crédito

No Grupo BES é efectuada uma gestão permanente da carteira de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito, sendo o perfil de risco dos portfolios de crédito (nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias) apresentado mensalmente no Comité de Risco. São igualmente objecto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

A.3 Processo de Recuperação de Crédito

Todo o processo de recuperação de crédito é desenvolvido com base no conceito integrado de cliente. Cada cliente tem afecto um "recuperador" que acompanha todos os seus créditos em recuperação (independentemente do segmento – empresas ou retalho). O tratamento do crédito concedido a particulares, dada a volumetria e natureza, obedece em algumas fases a critérios automáticos e industrializados, enquanto que o tratamento do crédito a empresas obedece a critérios personalizados de abordagem.

No decurso do processo são equacionadas as possibilidades de acordo, recorrendo à via judicial sempre que se revele necessário para ressarcimento dos créditos e defesa dos direitos do Banco, mantendo, no entanto, a disponibilidade para equacionar soluções que potenciem o regresso a uma situação de cumprimento.

B. Análise do Risco de Crédito

B.1. Carteira de Crédito a Clientes

Estrutura da Carteira de Crédito

Face ao final do exercício anterior, a carteira de crédito registou em 31 de Dezembro de 2011 um decréscimo de 2,7%. Apesar da redução do crédito ter sido extensível a todos os segmentos, merece destaque o facto do crédito à habitação ter sido a carteira onde se verificou uma diminuição menos acentuada (de apenas 0,8%) face ao final de 2010. Relativamente ao crédito a empresas, verificou-se uma redução de 3,1%, para a qual contribuiu o programa de venda de créditos da actividade internacional. De notar que, caso não tivesse ocorrido esta medida de desalavancagem, o crédito a empresas teria crescido cerca de 2,0%.

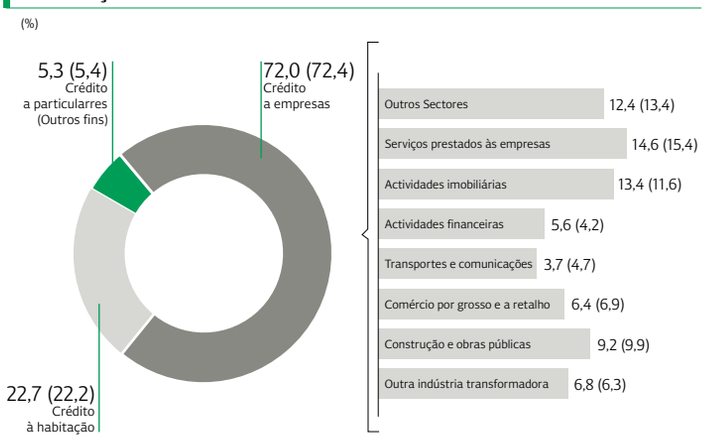
Estrutura da Carteira de Crédito

(milhões de euros)

	Dez.10	Dez.11	Variação(%)
Crédito Total (bruto)	**52 606**	**51 211**	**(2,7)**
Habitação	11 701	11 610	(0,8)
Particulares (Outro)	2 822	2 716	(3,8)
Empresas	38 083	36 885	(3,1)

A análise da distribuição sectorial da carteira de crédito permite demonstrar, por um lado, o continuado enfoque do Grupo BES no suporte ao tecido empresarial e, por outro, a manutenção de níveis de concentração conservadores.

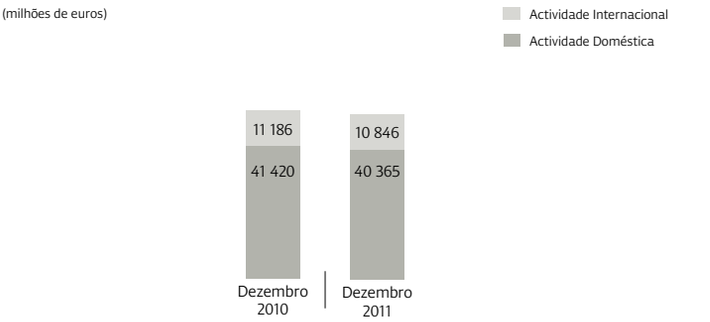
Distribuição Sectorial do Crédito Total



( ) Final ano anterior

Relativamente à repartição geográfica da carteira de crédito, a actividade internacional, que representa 21% da carteira de crédito, decresceu 3,0% face ao período homólogo. Esta diminuição foi provocada pela alienação dos créditos internacionais (cerca de 2 mil milhões de euros, em 2011), cujo impacto foi atenuado pelo crescimento da actividade do BES Angola (+1,1 mil milhões de euros, +40% em termos homólogos).

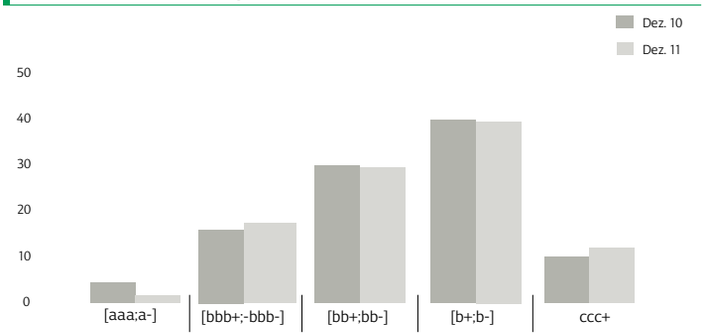
Distribuição Geográfica do Crédito (incluindo securitizado)



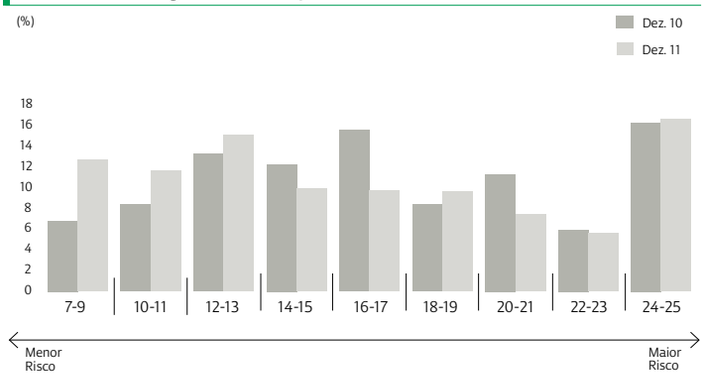
Distribuição da carteira de crédito por notação de *rating*

O Grupo BES utiliza, no apoio à decisão e na monitorização do risco de crédito, os seus sistemas de *ratings* internos, cujas probabilidades médias de incumprimento reflectem, tanto nos segmentos de Empresas como nos de Retalho, o actual contexto de desaceleração da actividade económica.

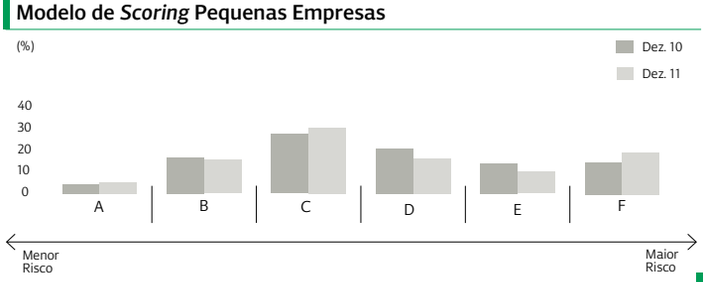
Modelo de Grandes Empresas



Modelo de *Ratings* Médias Empresas



Modelo de *Scoring* Pequenas Empresas



Qualidade do Crédito

Não obstante o esforço do Grupo BES na melhoria contínua ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, o direccionamento dos créditos para os segmentos de clientes e para produtos com menor risco e o reforço dos meios afectos à recuperação, a deterioração da situação económica doméstica e internacional penalizou o comportamento dos indicadores de risco de crédito.

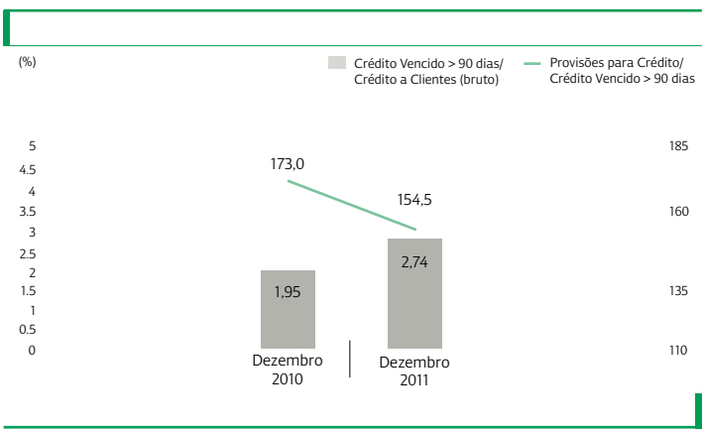
Qualidade do Crédito a Clientes

(milhões de euros)

	Dez.10	Dez.11	Variação(%) Absoluta	Variação(%) Relativa
Dados de Base (milhões de euros)				
Crédito a Clientes (bruto)	52 606	51 211	(1 395)	(2,7%)
Crédito Vencido	1 107	1 546	439	39,7%
Crédito Vencido > 90 dias	1 027	1 403	376	36,6%
Crédito em Risco [1]	2 623	3 374	751	28,6%
Provisões para Crédito	1 777	2 167	390	22,0%
Reforço de provisões para crédito (acumulado)	352	601	249	70,7%
Indicadores (%)				
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	2,10%	3,02%	0.92 p.p.	
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito a Clientes (bruto)	1,95%	2,74%	0.79 p.p.	
Crédito em Risco [1] / Crédito a Clientes (bruto)	4,99%	6,59%	1.60 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	160,6%	140,2%	(20.3 p.p.)	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	173,0%	154,5%	(18.5 p.p.)	
Provisões para Crédito / Crédito em Risco [1]	67,8%	64,2%	(3.6 p.p.)	
Provisões para Crédito / Crédito Clientes	3,38%	4,23%	0.85 p.p.	
Carga de Provisões para Crédito	0,67%	1,17%	0.50 p.p.	
Carga Líquida de Recuperaçõesde Créditos Abatidos ao Activo	0,63%	1,12%	0.49p.p.	

(1) De acordo com a definição constante da Instrução nº23/2011 do Banco de Portugal. O crédito em risco inclui: a) crédito (vencido + vincendo) com prestações de capital e juros vencidos há mais de 90 dias; b) créditos restruturados em que tenha havido capitalização de juros ou capital sem cobertura total por garantias ou que os juros e outros encargos não tenham sido pagos na integra pelo devedor; c) prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias em que se verifique a falência ou liquidação do devedor.

O rácio crédito vencido há mais de 90 dias/crédito a clientes evoluiu para 2,74% (em Dezembro de 2010 era 1,95%). O respectivo rácio de cobertura por provisões mantém-se em níveis confortáveis (154,5% em Dezembro 2011), apesar do decréscimo verificado (-18,5 p.p.).

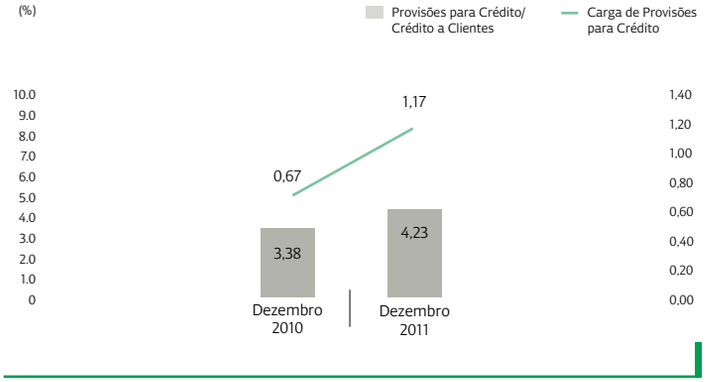


Apesar do agravamento da sinistralidade (há mais de 90 dias) global no período, destaca-se o facto do crédito à habitação ter demonstrado uma resistência significativa perante esta tendência de deterioração da sinistralidade. A componente do crédito a empresas foi, como expectável, a mais afectada, observando-se um agravamento da sinistralidade há mais de 90 dias em cerca de 104 p.b.. Contudo, o nível de cobertura por provisões deste segmento situa-se em 155%. no final de 2011, apesar da diminuição verificada (-10,3 p.b.).

Crédito Vencido > 90 dias por Tipo de Crédito

	Sinistralidade 2010	Sinistralidade 2011	Sinistralidade Variação	Cobertura 2010	Cobertura 2011	Cobertura Variação
Crédito Total	**1,95%**	**2,74%**	**79 p.b.**	**173%**	**154%**	**(18.5 p.p.)**
Empresas	2,20%	3,24%	104 p.b.	165%	155%	(10.3 p.p.)
Habitação	0,68%	0,69%	1 p.b.	277%	201%	(75.6 p.p.)
Particulares (outro)	3,92%	4,77%	85 p.b.	156%	120%	(35.7 p.p.)

No que respeita às provisões para crédito, sublinha-se o reforço expressivo efectuado que ascendeu a 600,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 70,7% face ao período homólogo (351,8 milhões de euros). A carga média de imparidade situou-se em 1,17% que compara com 0,67% do ano anterior. Decorrente deste esforço de provisionamento, o rácio de cobertura do crédito a clientes (provisões para crédito/crédito a clientes) passou de 3,38% (Dezembro de 2010) para 4,23%.



B.2. Exposição a Mercados Emergentes

A exposição a mercados emergentes, em moeda estrangeira, no final do exercício de 2011 determinada de acordo com os critérios do Banco de Portugal para efeitos de cálculo do risco – país, elevava-se a 4 994 milhões de euros representando 6,2% do activo consolidado (6,9% em 31 de Dezembro de 2010).

(milhões de euros)

Países	Coeficiente Risco BdP	Dez. 2010 Exposição Líquida Total	Dez. 2010 Exposição Líquida em Moeda Estrangeira	Dez. 2010 Exposição Líquida Estrutura (%)	Dez. 2011 Exposição bruta (1) Total	Dez. 2011 Exposição bruta (1) Reserva Justo Valor	Dez. 2011 Garantias e Deduções(2)	Dez. 2011 Exposição Líquida Total	Dez. 2011 Exposição Líquida em Moeda Estrangeira	Dez. 2011 Exposição Líquida Estrutura (%)
América Latina		**4 392**	**1 635**	**44**	**3 901**	**0**	**767**	**3 134**	**1 075**	**34**
Bahamas	0%	1	1	0	1	0	0	1	1	0
Brasil	0%	4 034	1 277	41	2 748	0	41	2 708	649	29
México	10%	11	11	0	67	0	57	9	9	0
Panamá	10%	321	321	3	475	0	78	397	397	4
Venezuela	25%	0	0	0	580	0	573	7	7	0
Outros		25	25	0	30	0	18	11	11	0
Leste Europeu		**41**	**2**	**0**	**83**	**0**	**6**	**77**	**9**	**1**
Croácia	10%	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ucrânia	25%	0	0	0	1	0	1	0	0	0
Outros		41	2	0	82	0	5	77	9	1
Ásia-Pacífico		**287**	**209**	**3**	**130**	**0**	**4**	**126**	**101**	**1**
Rep. Popular da China	10%	29	29	0	12	0	2	10	10	0
India	10%	37	37	0	11	0	0	11	11	0
Macau	10%	161	83	2	82	0	0	82	57	1
Turquia	25%	32	32	0	1	0	1	0	0	0
Outros		28	28	0	25	0	1	23	23	0
África		**5 196**	**3 941**	**52**	**6 713**	**5**	**801**	**5 911**	**3 809**	**64**
África do Sul	10%	9	9	0	31	0	15	16	16	0
Angola	10%	5 054	3 808	51	6 511	0	739	5 772	3 678	62
Cabo Verde	25%	100	99	1	99	0	8	92	91	1
Marrocos	10%	9	0	0	9	5	1	8	0	0
Outros		25	25	0	63	0	38	24	24	0
Total		**9 917**	**5 788**	**100**	**10 826**	**6**	**1 578**	**9 248**	**4 994**	**100**
% Activo Líquido		**11,9%**	**6,9%**		**13,5%**			**11,5%**	**6,2%**	

(1) Exposição deduzida de provisões para risco país
(2) Inclui *Trade Finance* < 1 ano no valor de 491 M€ e créditos IFC B Loans no valor de 0,4 M€

As principais economias emergentes mantiveram um dinamismo elevado, registando fortes crescimentos do PIB. O Grupo BES está presente em diversos países desta área, nomeadamente em Angola e no Brasil, onde o desenvolvimento da respectiva actividade acompanhou o crescimento da economia local, representando, respectivamente em termos de exposição líquida total, 62% e 29% do valor global de exposição a mercados emergentes.

Por outro lado, é de registar em 2011 a venda da participação que o Grupo BES detinha no Bradesco, facto que, por si só, levou a uma redução da representatividade do Brasil no valor total dos mercados emergentes.

O nível de exposição apresentado encontra-se consideravelmente abaixo dos limites exigidos pelo Banco de Portugal, que recomenda que esta exposição não ultrapasse 30% dos fundos próprios.

5.6.2 Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro em consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, volatilidade e *spread* de crédito.

A. Práticas de Gestão

A gestão de risco de mercado é integrada na gestão de balanço através do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO). Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

O principal elemento de medição do risco de mercado consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual é utilizada a metodologia *Value at Risk* (VaR). O Grupo BES utiliza a simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias para calcular o VaR. As volatilidades e correlações são históricas, com base num período de observação de 1 ano.

De forma a melhorar a medição do VaR são efectuados diariamente exercícios de *back testing* que consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efectivas. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar a sua capacidade preditiva.

Como complemento ao VaR, têm também sido utilizados cenários extremos (*Stress Testing*) para avaliação das consequentes perdas potenciais.

B. Análise de Risco de Mercado

O Grupo BES apresentava um valor em risco (VaR) de 47,5 milhões de euros em Dezembro de 2011, nas suas posições de *trading* em acções, taxa de juro, volatilidade e *spread* de crédito, na posição global de mercadorias e na posição cambial global (com excepção da posição cambial referente a acções da carteira de activos disponíveis para venda e da carteira de activos ao justo valor). Este valor compara com 22,4 milhões de euros no final do exercício anterior e representava 0,8% dos fundos próprios de base consolidados. No exercício de Dezembro de 2010 não estavam incluídos os riscos de volatilidade e de *spread* de crédito.

***Value at Risk* 99% a 10 dias**

(milhões de euros)

	Dez.11	Máximo 2011	Média 2011
Acções e Mercadorias	13,6	12,0	19,2
Taxa de Juro	10,8	14,9	11,4
Taxa de Câmbio	4,9	11,6	9,3
Volatilidade	14,3	58,0	30,1
Spread de Crédito	15,2	11,2	10,4
Efeito Diversificação	(11,1)	(19,0)	(15,6)
Total	**47,5**	**88,7**	**64,7**

De forma a complementar a mensuração do risco procede-se ainda à análise da simulação de cenários extremos. Foram efectuados cenários extremos a todos os factores de risco, tendo como base as variações mais e menos positivas verificadas a 10 dias nos últimos 20 anos.

A 31 de Dezembro de 2011 verifica-se que os factores de risco a que o Grupo BES se encontra mais exposto são os índices da América do Sul, a volatilidade de índices da Europa, as taxas de câmbio de África e o *spread* de crédito de países da Europa.

valor em milhões de euros

	Cenários Extremos	Perda
Risco de Taxa de Juro	Variação da inclinação em 15% da Curva de Rendimentos - Europa	7.5
	Variação da inclinação em 20% da Curva de Rendimentos - América do Norte	6,0
	Variação paralela de 15% da Curva de Rendimentos - Europa	5,1
	Variação paralela de 25% da Curva de Rendimentos - América do Norte	4,6
Risco Cambial	Variação de 20% em países de África	51,1
	Variação de 35% em países da América do Sul	8,9
	Variação de 10% em países da Ásia	3,1
	Variação de 20% em países da América do Sul	2,6
Risco de Acções	Variação de 50% em índices da América do Sul	112,8
	Variação de 25% em Índices da Europa	29,5
	Variação de 25% em Índices da América do Norte	1,7
Risco de Volatilidade	Variação de 35% na volatilidade de índices da Europa	65,6
	Variação de 34% na volatilidade cambial de países da América	17,9
	Variação de 25% na volatilidade de índices da América do Sul	17,9
Risco de *Spread* de Crédito	Variação de 72% no *spread* de crédito de países da Europa	36,1
	Variação de 70% no *spread* de crédito de países de África	8,0

5.6.3 Risco de Taxa de Juro do Balanço

O Risco de Taxa de Juro refere-se à exposição da situação financeira de um Banco a movimentos adversos nas taxas de juro. Pode ser interpretado de dois modos diferentes mas complementares: como o efeito sobre a margem financeira ou como o efeito sobre o valor do capital, decorrente de movimentos nas taxas de juro que afectam a carteira bancária da Instituição.

As variações nas taxas de juro de mercado afectam a margem financeira do Banco através da alteração dos proveitos e dos custos associados aos produtos de taxa de juro e através da alteração do valor subjacente dos seus activos, passivos e instrumentos fora de balanço.

No caso do Grupo BES, o risco de taxa de juro advém essencialmente das obrigações a taxa fixa emitidas a longo prazo que não se encontrem devidamente cobertas por *swaps* de taxas de juro ou para as quais não existam activos (obrigações e crédito a taxa fixa) que mitiguem a exposição a esse risco.

A exposição ao risco de taxa de juro da carteira bancária é calculada com base na metodologia do Banco de Pagamentos Internacionais (BIS). Segundo este método, são classificadas todas as rubricas do activo, do passivo e extra-patrimoniais que sejam sensíveis a oscilações das taxas de juro e que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de refixação da taxa de juro.

O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo de cálculo da *duration* e consiste num cenário de *stress testing* correspondente a uma deslocação paralela da curva de rendimentos de 200 pontos base, em todos os escalões de taxa de juro (Instrução 19/2005 do Banco de Portugal).

As medidas de risco de taxa de juro quantificam, essencialmente, os efeitos das variações das taxas de juro na situação líquida e no resultado financeiro. O risco de taxa de juro na óptica do efeito sobre a situação líquida do Grupo BES cifrou-se em 351 milhões de euros em Dezembro de 2011, que compara com 596 milhões de euros no final de 2010.

5.6.4 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é o risco actual ou futuro que deriva da incapacidade de solver as responsabilidades à medida que se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

Durante o ano de 2011 o risco de liquidez manteve-se como um dos riscos principais para o Grupo BES e para o sector como um todo. Este risco, que se encontrava essencialmente concentrado nos países periféricos da Europa que foram intervencionados, estendeu-se a praticamente toda a Europa no final do ano. Os mercados de *wholesale* de curto e médio prazo continuaram fechados para Portugal.

De forma a ficar alinhado com as melhores práticas internacionais, o Grupo BES tem vindo a efectuar um *upgrade* do enquadramento da gestão do risco de liquidez, actualizando ferramentas de identificação, avaliação e reporte do risco de liquidez, reforçando assim que todas as responsabilidades do Banco serão cumpridas atempadamente, quer em períodos normais quer em períodos de *stress*.

A gestão de liquidez do Grupo BES está concentrada no Departamento Financeiro que monitoriza e controla o risco de liquidez numa base diária, de forma a manter um nível satisfatório de disponibilidades no curto prazo para fazer face às suas necessidades financeiras, bem como assegurar o refinanciamento atempado da sua actividade corrente, optimizando o custo.

Anualmente é delineado um Plano Financeiro baseado no orçamento aprovado. Para a construção deste plano são identificados os *mismatchs* estruturais de liquidez, e são tidos em consideração os financiamentos que maturam bem como comportamento expectável dos *cash-flows* com prazo indeterminado. É então proposto um plano com base na tolerância ao risco e nos requisitos regulamentares, de forma a assegurar um balanço robusto. Este plano é monitorizado regularmente e é revisto ao longo do ano sempre que necessário.

Mesmo num ambiente desfavorável, durante o ano de 2011 o Grupo BES continuou o esforço de diversificação das suas fontes de financiamento, onde se destaca a contratação de um financiamento de 300 milhões de dólares a três anos efectuada com o China Development Bank Corporation em Setembro. A diversificação do financiamento mitiga o risco de liquidez e constitui um dos objectivos das políticas de tolerância ao risco de liquidez do banco.

O Comité de Basileia propôs em 2010 reformas de capital e de liquidez onde se inclui a introdução de rácios de liquidez, destinados a promover a robustez das instituições financeiras a choques, através da detenção de activos líquidos de elevada qualidade e da manutenção de fontes de financiamento mais estáveis. Estes rácios, que deverão começar a ser implementados a partir de Janeiro de 2013, serão ainda sujeitos a alterações decorrentes do *feedback* dos bancos e dos reguladores. O Grupo BES acompanha estas alterações legislativas bem como possíveis impactos na gestão de liquidez do Grupo.

Ao abrigo da assinatura do Memorando de Entendimento em Maio entre o Estado Português e a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, para preservar a estabilidade do sector financeiro português, manter liquidez e apoiar a desalavancagem equilibrada e ordenada do sector bancário, foram impostos aos bancos um rácio de transformação de 120% em Dezembro de 2014 e um rácio de financiamento estável (limita o financiamento do Banco Central Europeu e o financiamento de *wholesale* de curto prazo) de 100% também em 2014. O Grupo BES efectua o seu planeamento tendo em consideração estes limites.

De acordo com a instrução 13/2009 do Banco de Portugal, a 31 de Dezembro de 2011 o Grupo BES apresentava um *mismatch* acumulado até 12 meses de -575 milhões de euros; o que compara com -5 463 milhões de euros em Dezembro de 2010. O *buffer* de activos líquidos com maturidade superior a 12 meses variou de 5 502 milhões de euros em Dezembro de 2010 para 2 794 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2011. A evolução positiva do *mismatch*

acumulado deriva do acesso às operações de refinanciamento de longo prazo no BCE no montante de 5.000 milhões de euros, o que por seu turno afecta negativamente o *buffer* de activos líquidos com maturidade superior a 12 meses.

De forma a tentar antecipar possíveis constrangimentos, o Grupo BES efectua cenários extremos de liquidez. É calculado um impacto a 3 meses, mas dependendo da severidade dos cenários, este período poderá variar. Os *cash-flows* de balanço e fora de balanço são sujeitos a cenários específicos e a cenários sistémicos para avaliar o impacto de eventos extremos mas plausíveis nas posições de liquidez. Os resultados destes cenários são depois comparados com o *buffer* de liquidez e com o plano de contingência para assegurar que o grupo consegue gerar liquidez suficiente em caso de eventos extremos. Estes resultados servem também de *input* para a definição dos objectivos de posições de liquidez em risco.

O plano de contingência de liquidez do Grupo BES foi definido de forma a mitigar o impacto de uma crise de liquidez através da definição de mecanismos de detecção de crises e de estratégias de resposta claras e decisivas a crises de liquidez.

No actual enquadramento, as operações de redesconto do BCE continuam a ser fundamentais para colmatar a inacessibilidade aos mercados internacionais de financiamento de curto e médio prazo.

Durante o ano de 2011 o Grupo BES aumentou a *pool* de títulos redescontáveis no Banco Central Europeu em 2 898 milhões de euros (valores após *haircuts*).

Facto de relevância durante o ano de 2011 foi a aprovação, a 15 de Agosto, por parte do regulador Inglês, Financial Services Authority, da candidatura do BES à Whole Firm Liquidity Modification, permitindo assim ao BES operar em Londres sem exigências de liquidez para a sua sucursal.

(No capítulo 4 'Gestão Financeira e Mercado de Capitais' é apresentada a Gestão de Liquidez do banco em 2011).

5.6.5 Risco Operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Desta forma, assumimos o risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativo, de sistemas de informação, de *compliance* e de reputação.

A. Práticas de Gestão

A gestão do risco operacional é efectuada através da aplicação de um conjunto de processos que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

O modelo de gestão de risco operacional implementado encontra-se suportado por uma estrutura organizacional exclusivamente dedicada ao seu desenho, acompanhamento e manutenção, em estreita articulação e com a participação activa dos seguintes elementos:

- Representantes de Risco Operacional dos departamentos, sucursais e subsidiárias integrados no perímetro da gestão do risco operacional, aos quais compete assegurar, nas suas unidades, a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional, em estreita articulação com a área de Risco Operacional;

- Departamento de *Compliance*, nomeadamente a Unidade de Gestão do Sistema de Controlo Interno, pelo seu papel na garantia da documentação dos processos, na identificação dos seus riscos específicos e dos controlos implementados, na determinação do rigor do desenho dos controlos e na identificação das acções de melhoria necessárias para a sua plena eficácia, sendo contínua a comunicação de e para a gestão do risco operacional;

- Departamento de Auditoria Interna, pelo seu papel no teste da eficácia da gestão dos riscos e dos controlos, bem como na identificação e avaliação da implementação das acções de melhoria necessárias;

- Departamento de Gestão e Coordenação de Segurança, pelo seu papel no âmbito da segurança de informação, segurança física e de pessoas e da continuidade de negócio.

O ano de 2011 reflecte a consolidação do modelo de *governance* instituído e implementado de forma sucessiva nas várias unidades orgânicas, sendo de destacar as seguintes concretizações, com resultados positivos na gestão do risco operacional:

- Exercício de auto-avaliação realizado no BES e nas várias subsidiárias e sucursais, permitindo a aferição dos principais riscos. Em paralelo, as várias entidades do Grupo BES foram incluídas neste processo, permitindo a definição de um perfil de risco operacional do grupo, de acordo com as metodologias implementadas.

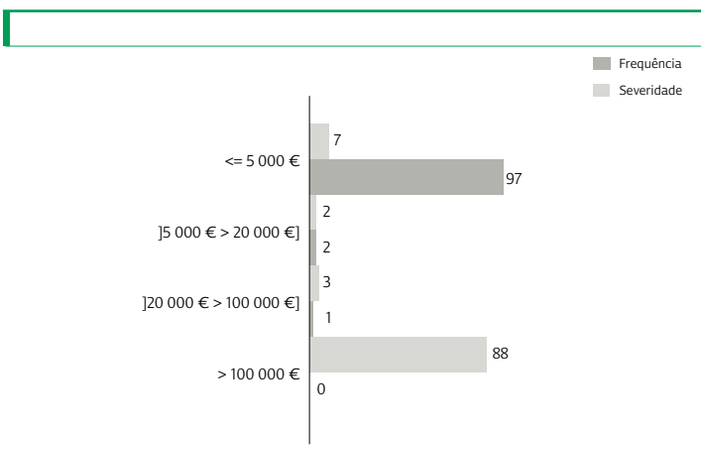
- Implementação de Indicadores Chave de Risco (KRI), definidos no ano transacto, de acordo com as categorias de risco caracterizadas pelo Banco de Portugal, no Modelo de Avaliação dos Riscos (MAR), no BES e sucursais.

- Dinamização do tema Risco Operacional em várias subsidiárias e sucursais, destacando-se as acções relativas à implementação de processos de controlo de registo de eventos, como meio de verificação que o modelo de identificação e reporte de eventos é eficaz.

- Definição dos requisitos para a segunda fase da aplicação informática de gestão do Risco Operacional, denominada de AGIRO, que permitirá uma maior eficiência no processo de auto-avaliação, bem como, na monitorização dos Indicadores Chave de Risco. O desenvolvimento desta fase encontra-se planeado, para se concretizar logo após o *upgrade* da versão do *software*, que ocorrerá no primeiro trimestre de 2012, desta forma, minimizando, deste modo, os impactos subjacentes a um processo técnico desta dimensão, garantindo sempre a disponibilização total deste aplicativo, na gestão do risco do Grupo BES.

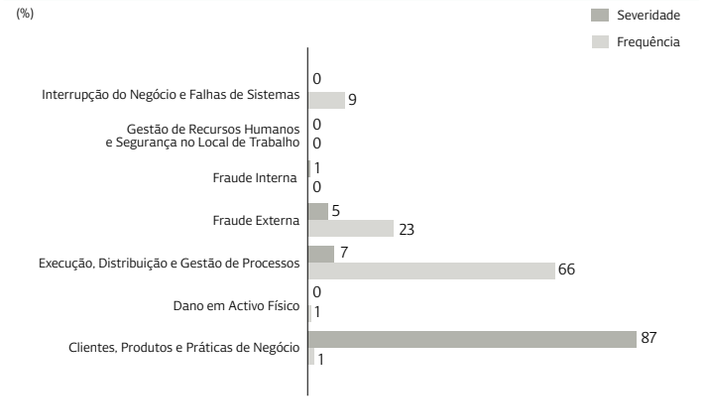
B. Análise do Risco Operacional

O perfil de risco operacional do BES apresenta uma elevada percentagem de incidentes cujo impacto financeiro associado é reduzido e um número diminuto de incidentes com impacto financeiro material.



Em 2011, 97% dos incidentes apresentaram impactos financeiros inferiores a 5 mil euros, sendo que valores superiores a 100 mil euros encontram-se associados a casos pontuais, que implicaram medidas de mitigação imediatas.

Distribuição dos Eventos por Tipologias de Risco



A tipologia "Execução, Distribuição e Gestão de Processos" apresenta uma frequência significativa de 66% dos incidentes identificados, não obstante o seu impacto financeiro assumir apenas 7% do valor global do ano. As situações de "Fraudes Externas" mantêm uma frequência relevante, sendo o seu impacto mitigado através das acções realizadas, nomeadamente pelo accionamento de seguros contratados.

5.7 Risco Ambiental e Social

Os principais impactes, positivos e negativos, ambientais e sociais, do Grupo BES são indirectos e decorrem da actividade de financiamento ou aconselhamento exercido pelo Grupo.
Nesta perspectiva, o Banco encontra-se a desenvolver e aperfeiçoar metodologias com o objectivo de, proactivamente, realizar uma análise aos projectos financiados com maiores impactes sociais e ambientais.

Relativamente a grandes financiamentos e aconselhamento em regime de *project finance*, o Grupo BES, com base nos Princípios do Equador, analisa ao longo do período de vida do financiamento todos os impactes ambientais e sociais associados ao projecto. Esta análise permite ao banco identificar e actuar sobre os riscos na decisão de financiamento do projecto e ao longo do período de envolvimento do Banco com o cliente.

Ao nível transversal da actividade empresarial, o paradigma da crescente responsabilidade ambiental, materializada pela lei de responsabilidade ambiental vem reforçar a emergência para a generalização a todos os sectores e indústrias de uma eficaz gestão dos aspectos ambientais, de forma a garantir a viabilidade do negócio no longo prazo e o cumprimento com a lei.
Neste âmbito, o Grupo BES também se encontra atento a estes temas, disponibilizando garantias bancárias, com o objectivo de apoiar as empresas a cumprirem as suas responsabilidades relativamente a este regime, que exige, desde 2010, a todas as empresas nacionais abrangidas a cobertura de potenciais impactes ambientais através de uma garantia financeira.

O Grupo BES tem vindo progressivamente a adaptar a sua abordagem comercial de forma a ir ao encontro das necessidades financeiras dos clientes, garantindo, simultaneamente, uma responsável gestão de risco decorrente de uma correcta interpretação e avaliação dos riscos ambientais e sociais das empresas.

Em 2011, na qualidade de promotor do projecto Banca & Ambiente, em conjunto com a *United Nations Environment Programme – Financial Initiative* (UNEP FI), o Banco participou no *workshop* final intitulado "Recursos naturais, Alimentação e Retalho" focado nos sectores agrícola, florestal, pesca e retalho.
Após os *workshops* realizados em 2010 e 2011, o Banco iniciou em parceria o desenvolvimento de questionários direccionados aos sectores com maior representatividade no portefólio de crédito do Banco, direccionado a pequenas e médias empresas, com o objectivo de levantar os principais riscos sociais e ambientais e as práticas de gestão adoptadas para a minimização destes riscos. Estes questionários são um passo necessário para o desenvolvimento e sofisticação dos mecanismos, actualmente utilizados, de análise dos aspectos ambientais e sociais e respectivo impacte na análise de risco das empresas.

Com este objectivo o Banco apresentou a "Política do Banco Espírito Santo sobre o Financiamento com Impacto nas Florestas e Biodiversidade". A política é aplicável à actividade do Banco em Portugal no financiamento a actividades com impacto nas florestas. A análise de risco ambiental para estas empresas terá em consideração, para além do cumprimento da regulação aplicável ao projecto, a implementação de práticas com o objectivo de minimização do potencial impacte ambiental do projecto financiado.
A publicação da política é um primeiro passo para alcançar uma maior abrangência na análise de aspectos ambientais e sociais nas análises de risco sensibilizando as áreas comerciais e áreas de gestão de risco para os aspectos ambientais e sociais relevantes para os projectos financiados.

6. Análise Financeira

Em Dezembro de 2011 o Grupo BES alterou a política contabilística relativa à contabilização dos desvios actuariais apurados nos benefícios de longo prazo concedidos aos colaboradores, que passaram a ser registados em OCI *(Other Comprehensive Income*/Outro Rendimento Integral). De acordo com o estipulado no IAS 8, dado tratar-se de uma alteração de política contabilística com impacto material, as demonstrações financeiras dos períodos anteriores devem ser reexpressas para efeitos de comparabilidade. Deste modo, o Balanço e a Conta de Exploração apresentados no presente relatório relativos aos períodos anteriores foram reexpressos.

O exercício de 2011 foi negativamente influenciado pela crise financeira da Zona Euro e pela implementação do Programa de Assistência Financeira a Portugal acordado entre o Governo, a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional que obrigou os bancos portugueses a alcançarem objectivos ambiciosos de deleverage e de capitalização. Neste contexto, são de salientar os seguintes aspectos em relação à performance do Grupo BES:

- **Melhoria expressiva do rácio Crédito/Depósitos** que evoluiu de 165% (Dez,10) para 141%, tendo sido decisiva a progressão dos depósitos de clientes que atingiram 34,2 mil milhões de euros;
- Concretização de um **aumento de capital** do Banco Espírito Santo tendo em vista o reforço dos fundos próprios Core do Grupo: aumento de 530 milhões de euros do capital social que passou para 4030 milhões de euros;
- **Reforço da solidez financeira** do Grupo BES: o rácio *Core Tier I* passou para 9,2%, o rácio *Tier I* evoluiu para 9,4% e o rácio de solvabilidade total situou-se em 10,7%;
- **Gestão prudente de liquidez** mantendo controlada a dependência de financiamentos do BCE;
- Aprofundamento da **estratégia internacional** como elemento essencial de suporte ao desempenho do Grupo e de minimização dos efeitos negativos da recessão económica doméstica; o resultado da actividade internacional foi de 160,8 milhões de euros;
- **Resiliência do produto bancário comercial,** que se manteve ao nível do ano anterior (+0,1%), apesar da redução da actividade provocada pela crise económica e pelo *deleverage*;
- Ocorrência de **encargos extraordinários** como sejam: transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões, que levou ao apuramento de um prejuízo de 107 milhões de euros (76 milhões de euros líquido de impostos); perdas no investimento na BES Vida de 193,3 milhões de euros (líquido de impostos: 144 milhões de euros); e prejuízos de 78 milhões de euros (líquido de impostos: 55,4 milhões de euros) na venda de créditos internacionais;
- **Reforço expressivo das provisões** que totalizaram 848,3 milhões de euros (+59%), tendo as provisões para crédito sido reforçadas em 600,6 milhões de euros (+70,7%);
- Consolidação dos níveis de **eficiência**, medida através do *Cost to Income* (48,5%) que, apesar de registar um agravamento, manteve-se abaixo dos 50%.

6.1 Actividade

Evolução Geral

A crise financeira que afecta a Zona Euro e a deterioração das condições financeiras de Portugal com sucessivos cortes dos *ratings* da República e a execução do Programa de Ajustamento Financeiro introduziram profundas alterações nas políticas de financiamento e de concessão de crédito por parte dos bancos portugueses.

Ao longo de 2011 operou-se uma redução do activo em 2,8 mil milhões de euros (-3,4%) tendo sido determinante o contributo do processo de vendas de créditos, que atingiram um valor acumulado de 2,7 mil milhões de euros desde 2010, dos quais 2,0 mil milhões de euros realizados neste exercício. A opção estratégica pela venda de créditos internacionais teve o propósito de proteger as empresas portuguesas de um corte de crédito mais significativo, tendo em consideração a tradicional implantação que o Grupo BES sempre teve junto do sector empresarial português, com especial incidência junto das pequenas e médias empresas exportadoras, e que não deixará de manter.

Evolução da Actividade

(milhões de euros)

Variáveis	Dez.10		Dez.11	Variação face 2010 reexpresso
	Reportado	Reexpresso		
Activos Totais [1]	**105 540**	**104 912**	**98 589**	**(6,0%)**
Activo	**83 655**	**83 028**	**80 237**	**(3,4%)**
Crédito a Clientes (bruto)	**52 606**	**52 606**	**51 211**	**(2,7%)**
Crédito a Particulares	14 523	14 523	14 326	(1,4%)
- Habitação	11 701	11 701	11 610	(0,8%)
- Outro Crédito a Particulares	2 822	2 822	2 716	(3,8%)
Crédito a Empresas	38 083	38 083	36 885	(3,1%)
(excluindo o efeito da venda de créditos internacionais)	(38 856)	(38 856)	(39 616)	(2,0%)
Recursos Totais de Clientes	**55 988**	**55 988**	**54 383**	**(2,9%)**
Recursos de Clientes de Balanço	38 894	38 894	40 669	4,6%
- Depósitos	30 819	30 819	34 206	11,0%
- Obrigações e Outros Títulos colocados em Clientes [2]	8 075	8 075	6 463	(20,0%)
Recursos de Desintermediação	17 094	17 094	13 714	(19,8%)

(1) Activo Líquido+*Asset Management*+Outra Desintermediação Passiva+Crédito Securitizado não consolidado
(2) Inclui Recursos associados às operações de titularização consolidadas e papel comercial

Os recursos totais de clientes registaram um decréscimo de 2,9% influenciados pela redução da dívida titulada colocada em clientes institucionais internacionais (-1,6 mil milhões de euros; -20%) e pelo recuo dos recursos de desintermediação (-3,4 mil milhões de euros; -19,8%) reflexo da redução da actividade de bancasseguros e da diminuição da actividade de *asset management*, apesar da progressão muito expressiva dos depósitos a clientes (+3,4 mil milhões de euros; +11%).

Evolução dos recursos de Desintermediação

(milhões de euros)

	Dez.10	Dez.11	Variação(%)	
			Absoluta	Relativa
Fundos Mobiliários	4 460	4 633	173	3,9%
Fundos Imobiliários	1 374	1 203	(171)	(12,4%)
Fundos de Pensões	2 655	2 155	(500)	(18,8%)
Bancasseguros	5 374	3 478	(1 896)	(35,3%)
Gestão de Carteiras	1 786	878	(908)	(50,8%)
Gestão Discricionária	1 445	1 367	(78)	(5,4%)
Total	**17 094**	**13 714**	**(3 380)**	**(19,8%)**

Actividade Internacional

O programa de venda de créditos teve repercussões no nível da carteira de crédito das unidades operacionais no exterior, nomeadamente em Londres e Nova Iorque. No entanto, este esforço foi mitigado pelo crescimento da actividade do BES Angola, com o respectivo valor de balanço a reflectir um aumento de 1,1 mil milhões de euros (+40% em termos homólogos).

A evolução positiva da desintermediação, fruto da consolidação dos activos sob gestão da Gespastor (Espanha) não foi suficiente para anular o efeito que a redução dos *ratings* teve na diminuição dos recursos representados por certificados de depósito, conduzindo a que os recursos totais de clientes apresentem uma redução de 7,3% na área internacional.

Evolução da Actividade Internacional

(milhões de euros)

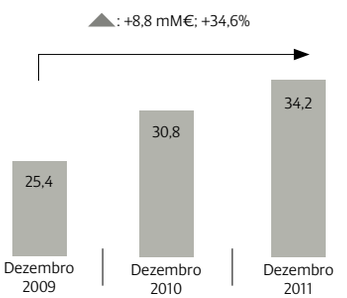
Variáveis	Dez.10	Dez.11	Variação(%)
Activos Totais [1]	26 565	25 878	(2,6%)
Crédito a Clientes (bruto)	11 186	10 846	(3,0%)
Recursos Totais de Clientes	12 841	11 905	(7,3%)

(1)Activo Líquido+*Asset Management*+Outra Desintermediação Passiva+Crédito Securitizado não consolidado

6.2 Rácio de Transformação e Gestão de Liquidez

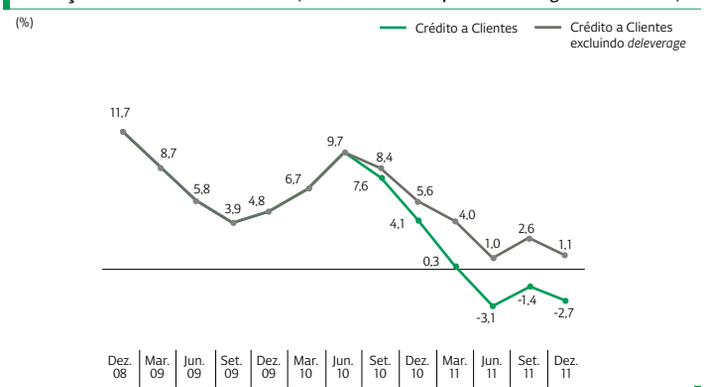
A imposição de um rácio crédito/depósitos de cerca de 120% a atingir em Dezembro de 2014 obriga a um enfoque na captação de depósitos e à redução na concessão de crédito. Em relação à captação de depósitos importa realçar o expressivo desenvolvimento conseguido pela respectiva carteira, que cresceu 3,4 mil milhões de euros, correspondente a um aumento de 11%. Neste domínio, destaca-se o forte contributo dos depósitos das famílias: o crescimento dos depósitos de clientes particulares do Grupo BES correspondeu a mais de 40% do crescimento de depósitos de particulares do sistema financeiro português (últimos dados disponíveis do Banco de Portugal, relativos a Novembro de 2011).

Evolução dos Depósitos



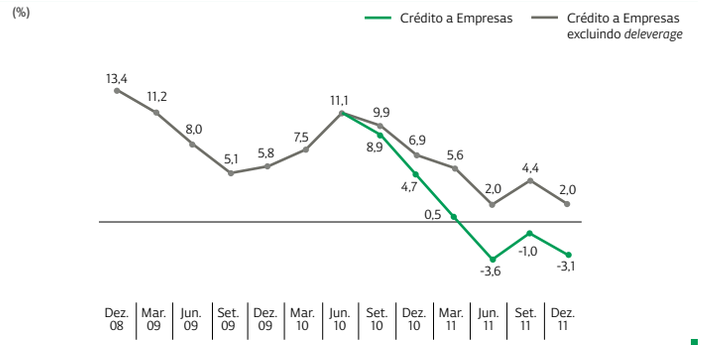
O saldo do crédito concedido, por força da implementação do plano de *deleverage*, evidencia uma redução em 2011 de 2,7% justificada pela venda dos créditos internacionais.

Evolução do Crédito a Clientes (crescimento face ao período homólogo do ano anterior)



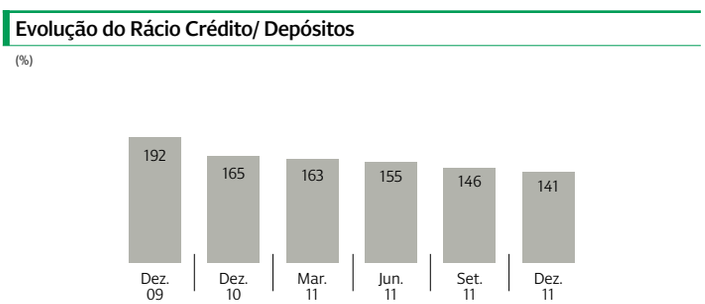
De realçar a opção estratégica do Grupo pela venda de créditos ao exterior que protege as empresas portuguesas de um corte de crédito mais significativo. Excluindo as vendas, o crédito a empresas teria aumentado 2,0% em vez da redução de 3,1% reportada.

Evolução do Crédito a Empresas (crescimento face ao período homólogo do ano anterior)



A conjugação do aumento da carteira de depósitos com a redução do crédito resultou numa progressão significativa do rácio crédito/depósitos de 165% para 141%.

Evolução do Rácio Crédito/ Depósitos



No entanto, a maturidade da dívida de médio e longo prazo emitida continuou a pressionar os níveis de liquidez do Grupo. Em consequência e na ausência do mercado interbancário, o recurso ao financiamento do BCE foi e deverá continuar a ser decisivo. Adicionalmente refira-se o facto de o Grupo deter uma carteira de activos elegível como colateral para o mercado de *repos* que totaliza 18,9 mil milhões de euros, dos quais 15,1 mil milhões de euros são elegíveis para operações de financiamento junto do BCE. Em 31 de Dezembro de 2011 o Grupo tinha uma posição líquida devedora junto do BCE de 8,7 mil milhões de euros.

6.3 Capitalização e Rácios de Capital

Um dos factos mais relevantes ocorridos durante o exercício prende-se com o aumento do capital social do Banco Espírito Santo em 530 milhões de euros, situando-se em 4 030 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011.

a. Capital Próprio

No quadro seguinte apresentam-se as rubricas de balanço que concorrem para o capital próprio.

Evolução do Capital Próprio

(milhões de euros)

Capital Próprio	Dez.10		Dez.11	Variação face 2010 reexpresso
	Reportado	Reexpresso		
Capital	4 100	4 100	4 242	142
Acções Ordinárias	3 500	3 500	4 030	530
Acções Preferenciais	600	600	212	(388)
Prémios de Emissão	1 085	1 085	1 082	(3)
Outros Instrumentos de Capital	270	270	29	(241)
Acções Próprias	-	-	(1)	(1)
Reservas de Reavaliação	(10)	(681)	(1 086)	(405)
Outras Reservas e Resultados Transitados	979	979	1447	468
Resultados do Exercício	511	557	(109)	(666)
Interesses que não Controlam	541	539	588	49
Total	**7 476**	**6 849**	**6 192**	**(657)**

Durante o exercício ocorreu um aumento significativo nas componentes de capital *Core*, designadamente, nas rubricas de Capital - Acções Ordinárias (mais 530 milhões de euros) e Outras Reservas e Resultados Transitados (mais 468 milhões de euros). A redução de 657 milhões de euros no total do capital próprio foi determinada pela redução nos instrumentos híbridos de capital (acções preferenciais e valores mobiliários com juros condicionados), redução das reservas de reavaliação e os prejuízos do exercício.

Aumento de Capital

Em 11 de Novembro de 2011 realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária do Banco Espírito Santo em que foi aprovada uma proposta de aumento de capital social do Banco por novas entradas em espécie, através do lançamento de ofertas de troca (OPT) sobre valores mobiliários emitidos pelo Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo de Investimento e BES Finance. Esta operação teve como objectivo reforçar os fundos próprios *Core* do Grupo BES tendo em vista o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos pelo Banco de Portugal.

Em resultado da operação de oferta de troca sobre valores mobiliários emitidos, que decorreu entre os dias 14 e 30 de Novembro, foram emitidas 294 573 418 novas acções ordinárias do BES a 1,80 euros por acção e 81 736 obrigações de caixa subordinadas de valor nominal de 100 euros cada.

Aumento de Capital

(milhões de euros)

	Natureza	Valor Nominal objecto de aceitação nas Ofertas	Contrapartida	
			Nº Acções BES emitidas	Nº Obrigações de Caixa emitidas
BES	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 238 400 000	128 527 730	70 400
		USD 2 727 000	992 857	1 918
BES INVESTIMENTO	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 46 269 000	25 180 367	9 418
BES FINANCE	*Undated Subordinated Notes*	€ 184 214 000	72 960 255	não aplicável
	Non-cumulative guaranteed step-up preference shares series A	€ 197 446 000	66 912 209	não aplicável
TOTAL		**€ 668 308 530**	**294 573 418**	**81 736**

O capital social do BES passou a ser de 4 030 232 150,40 euros representado por 1 461 240 084 acções ordinárias fazendo evoluir o capital social do BES de 3500 milhões de euros para 4030 milhões de euros.

Historial dos Últimos Aumentos de Capital

Operações		N.º de Acções (milhões)			Capital Social (milhões de euros)
Ordem	Mês/Ano	Aumento de Capital		Acumulado	
		Incorporação Reserva	Total		
				40,0	200
1	Ago 92	20,0	26,0	66,0	330
2	Ago 95	13,2	21,4	87,4	437
3	Jun 98	17,5	30,2	117,6	588
4	Jul 00	44,6	82,5	200,0	1 000
5	Fev 02	50,0	100,0	300,0	1 500
6	Mai 06	50,0	200,0	500,0	2 500
7	Abr 09	-	666,7	1 166,7	3 500
8	Dez 11	-	294,6	1 461,2	4 030

b. Solvabilidade

Os rácios de capital do Grupo BES são determinados de acordo com o quadro regulamentar de Basileia II, tendo o Banco de Portugal autorizado a utilização, a partir do primeiro trimestre de 2009, da abordagem das notações internas (método *IRB Foundation*) para cobertura do risco de crédito e da abordagem TSA para a cobertura do risco operacional.

A informação relevante sobre os activos de risco, fundos próprios e rácios de capital de acordo com abordagem *BIS IRB II* é apresentada no quadro seguinte para as datas de 31 de Dezembro de 2010 e 2011:

Activos de Risco e Capitais Elegíveis (Banco de Portugal)

(milhões de euros)

		Dez.10	Dez.11
Activo Líquido	**(1)**	**83 655**	**80 237**
Índice de Risco	(2)/(1)	82%	81%
Activos de Risco Equivalentes	**(2)**	**68 802**	**65 385**
Banking Book		60 610	59 705
Trading Book		4 219	1 742
Risco Operacional		3 973	3 938
Fundos Próprios			
Core Tier I	**(3)**	**5 416**	**6 020**
Tier I	**(4)**	**6 040**	**6 171**
Complementares e Deduções		1 758	799
Fundos Próprios Totais	**(5)**	**7 798**	**6 970**
Rácio *Core TIER I*	**(3)/(2)**	**7,9%**	**9,2%**
Rácio *TIER I*	**(4)/(2)**	**8,8%**	**9,4%**
Rácio de Solvabilidade	**(5)/(2)**	**11,3%**	**10,7%**

Durante o exercício o *Core Tier I* aumentou 604 milhões de euros devido ao impacto do aumento de capital decorrente da OPT (efeito de 619 milhões de euros). Este aumento foi atenuado pelas reservas de justo valor negativas nos instrumentos de capital da carteira de activos disponíveis para venda, que originaram uma dedução de 194 milhões de euros no *Core* capital. A aquisição de dívida subordinada *Tier II* emitida levou a uma redução do saldo prudencial elegível para 799 milhões de euros nos fundos próprios complementares.

Os activos ponderados pelo risco registaram uma redução de 3,4 mil milhões de euros para a qual contribuíram, sobretudo, a carteira bancária e de mercado. Decorrente das medidas implementadas o Grupo registou um aumento muito expressivo no rácio *Core Tier I* que atingiu 9,2% cumprindo o valor mínimo fixado pelo Banco de Portugal para 31 de Dezembro de 2011 (Aviso nº3 /2011); o rácio *Tier I* subiu para 9,4% e o rácio de solvabilidade atingiu 10,7%.

6.4 Resultados

A persistência de um clima de incerteza e riscos elevados na Zona Euro, a prossecução do processo de *deleveraging* do sistema financeiro português, a obrigatoriedade de reforço dos níveis de capitalização dos bancos nacionais, a utilização de critérios mais conservadores no cálculo da imparidade e a transferência das responsabilidades dos fundos de pensões dos bancos nacionais para a Segurança Social, entre outros factores, condicionaram fortemente a actividade e os resultados do Grupo BES, com especial incidência na sua componente de negócio doméstico.

Resultados da Actividade

(milhões de euros)

Variáveis	Dez.10		Dez.11	Variação face 2010 reexpresso	
	Reportado	Reexpresso		Reportado	Reexpresso
Resultado Financeiro	1 164,0	1 164,0	1 181,6	17,6	1,5%
+ Serviços a Clientes	806,9	806,9	790,5	(16,4)	(2,0%)
= Produto Bancário Comercial	**1 970,9**	**1 970,9**	**1 972,1**	**1,2**	**0,1%**
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	432,9	432,9	(21,9)	(454,8)	...
= Produto Bancário	**2 403,8**	**2 403,8**	**1 950,2**	**(453,6)**	**(18,9%)**
- Custos Operativos	1169,5	1123,1	1129,2	6,1	0,5%
= Resultado Bruto	**1234,3**	**1280,7**	**821,0**	**(459,7)**	**(35,9%)**
- Provisões liquidas de Reposições	533,6	533,6	848,3	314,7	59,0%
Crédito	351,8	351,8	600,6	248,8	70,7%
Títulos	76,5	76,5	73,3	(3,2)	(4,2%)
Outras	105,3	105,3	174,4	69,1	65,7%
= Resultado antes de Impostos	**700,7**	**747,1**	**(27,3)**	**(774,4)**	**...**
- Carga Tributária Imediata	59,7	59,7	102,6	42,9	71,9%
Impostos Correntes	59,7	59,7	72,1	12,4	20,8%
Contribuição sobre o Sector Bancário	-	-	30,5	30,5	-
- Impostos Diferidos	(16,0)	(16,0)	(133,7)	(117,7)	...
= Resultado após Impostos	**657,0**	**703,4**	**3,8**	**(699,6)**	**...**
- Interesses que não Controlam	146,5	146,5	112,6	(33,9)	(23,2%)
= Resultado do Exercício	**510,5**	**556,9**	**(108,8)**	**(665,7)**	**...**

O resultado apurado no exercício de 2011 foi negativo em 108,8 milhões de euros determinado pelos seguintes factores principais:

- o desenvolvimento do processo de desalavancagem financeira, baseado na intensificação da captação de depósitos e na redução da carteira de crédito, com reflexos ao nível do resultado financeiro que registou um crescimento de apenas 1,5%;

- o reforço das imparidades, necessário face ao agravamento da conjuntura económica, que se situou em 848,3 milhões de euros montante que representa um aumento de 314,7 milhões de euros (+59%) em relação ao exercício de 2010; as dotações para crédito, no montante de 600,6 milhões de euros, registaram um acréscimo de 248,8 milhões de euros (+70,7%);

- a contabilização de encargos de natureza extraordinária no total de 378,3 milhões de euros (líquido de impostos: 275,4 milhões de euros): transferência para a Segurança Social das responsabilidades com pensões, que levou ao apuramento de um prejuízo de 107 milhões de euros (76 milhões de euros líquido de imposto); perdas na participação na BES Vida de 193,3 milhões de euros (líquido de impostos: 144 milhões de euros); e venda de créditos internacionais que originou uma perda de 78 milhões de euros (líquido de impostos: 55,4 milhões de euros);

- o controlo rigoroso dos custos operativos proporcionou a sua manutenção em níveis idênticos aos do exercício anterior, apesar das novas consolidações na área internacional;

- o agravamento da carga tributária imediata com destaque para a introdução, em 2011, da Contribuição sobre o Sector Bancário (30,5 milhões de euros);

- o aprofundamento da estratégia internacional como elemento essencial de suporte ao desempenho do Grupo e de minimização dos efeitos negativos da recessão económica doméstica, cujo acontecimento mais recente se prende com a abertura de uma Sucursal do BES em Caracas (Venezuela), a primeira de um banco português neste país.

Excluindo os factos de natureza não recorrente, o resultado teria sido positivo em 166,6 milhões de euros. Adicionalmente e de acordo com as regras contabilísticas aplicáveis, foram registados em reservas os ganhos obtidos na aquisição de instrumentos de dívida emitidos pelo Grupo no valor de 148,8 milhões de euros (105,6 milhões de euros líquidos de impostos).

Resultados da Actividade Doméstica e Internacional

A performance do Grupo BES no que se refere à actividade internacional também não deixou de ser influenciada negativamente pela crise da dívida soberana europeia e pela adopção de políticas monetárias mais restritivas por parte de economias emergentes para fazer face às pressões inflacionistas. Por outro lado, a alienação dos créditos internacionais condicionou a evolução do produto bancário comercial, que teve uma redução de 3,1%.

Resultados da Actividade Doméstica e Internacional

Variáveis	Actividade Doméstica			Variação face 2010 reexpresso	Actividade Internacional		
	2011		2011		2010	2011	Variação
	reportado	reexpresso					
Resultado Financeiro	611,2	611,2	645,7	5,7%	552,8	535,9	(3,1%)
+ Serviços a Clientes	610,0	610,0	600,1	(1,6%)	196,9	190,4	(3,3%)
= Produto Bancário Comercial	**1 221,2**	**1 221,2**	**1 245,8**	**2,0%**	**749,7**	**726,3**	**(3,1%)**
+ Resultados de Oper. Financeiras e Diversos	408,9	408,9	(34,0)	...	24,0	12,1	(49,7%)
= Produto Bancário	**1 630,1**	**1 630,1**	**1 211,8**	**(25,7%)**	**773,7**	**738,4**	**(4,6%)**
Custos Operativos	886,7	840,3	793,5	(5,6%)	282,8	335,7	18,7%
= Resultado Bruto	**743,4**	**789,8**	**418,3**	**(47,0%)**	**490,9**	**402,7**	**(18,0%)**
- Provisões Líquidas de Reposições	430,5	430,5	778,6	80,9%	103,1	69,8	(32,3%)
Crédito	258,7	258,7	538,2	108,0%	93,1	62,4	(33,0%)
Títulos	76,9	76,9	73,4	(4,6%)	(0,4)	(0,1)	(88,1%)
Outras	94,9	94,9	166,9	76,0%	10,4	7,5	(28,4%)
= Resultado antes de Impostos	**312,9**	**359,3**	**(360,3)**	**...**	**387,8**	**332,9**	**(14,2%)**
- Carga Tributária Imediata	32,9	32,9	93,7	184,9%	26,8	8,9	(66,7%)
Impostos Correntes	32,9	32,9	63,2	92,2%	26,8	8,9	(66,7%)
Contribuição sobre o Sector Bancário	-	-	30,5	-	-	-	-
- Impostos Diferidos	(48,9)	(48,9)	(183,0)	...	32,9	49,3	49,9%
= Resultado após Impostos	**328,9**	**375,3**	**(271,0)**	**...**	**328,1**	**274,7**	**(16,3%)**
- Interesses que não Controlam	22,2	22,2	(1,4)	(106,3%)	124,3	113,9	(8,4%)
= Resultado do Exercício	**306,7**	**353,1**	**(269,6)**	**...**	**203,8**	**160,8**	**(21,1%)**

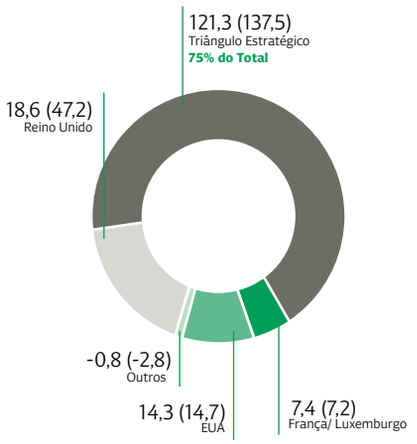
A quebra do produto bancário e o aumento dos custos operativos, decorrente da consolidação da Execution Noble, conduziram a uma redução do resultado internacional que se situou em 160,8 milhões de euros (-21,1%).

A actividade doméstica registou uma evolução positiva no produto bancário comercial (+2,0%) e nos custos operativos que tiveram uma diminuição de 5,6%, mas foi significativamente afectada pelo reforço de provisões - que totalizaram 778,6 milhões de euros (1,8 vezes mais que o reforço realizado no período homólogo do ano anterior) – e pelos prejuízos de natureza extraordinária.

O resultado do triângulo estratégico apresenta uma redução, ao evoluir de 137,5 milhões de euros para 121,3 milhões de euros. Não obstante, a sua representatividade no conjunto da actividade internacional registou um reforço ao situar-se em 75% (Dez,10: 67%), dado o impacto do *deleverage* nas demais unidades internacionais e, em particular, no Reino Unido.

Contribuição da Área Internacional para o Resultado Consolidado

(milhões de euros) () 2010



Triângulo Estratégico

	2010	2011
África*	92,6	91,0
Brasil	32,1	20,4
Espanha	12,8	9,9
Total	**137,5**	**121,3**

* Angola, Líbia, Cabo Verde e Moçambique

a. Resultado Financeiro e Margem Financeira

A intermediação financeira foi um dos domínios de actuação do Grupo com maiores exigências ao nível da gestão em 2011, tendo o resultado financeiro atingido 1 181,6 milhões de euros, valor ligeiramente acima do alcançado em 2010 (1 164,0 milhões de euros). Este resultado foi gerado num contexto adverso marcado por:

- intensificação da captação de recursos junto de clientes, designadamente sob a forma de depósitos, que conduziu a um aumento de 132pb da respectiva taxa média anual e muito acima da evolução (+58pb) da taxa de referência de mercado (Euribor 3 meses);
- redução de activos financeiros em 1,9 mil milhões de euros induzida pela já assinalada redução do crédito a clientes;
- progressão da taxa média activa (+105pb), com maior expressão na melhoria da componente de crédito (+128pb), mas abaixo do verificado para os depósitos.

Resultado e Margem Financeira

Variáveis	2010			2011		
	Capitais Médios	Taxa Média (%)	Proveitos/ Custos	Capitais Médios	Taxa Média (%)	Proveitos/ Custos
Activos Financeiros	71 820	4,07	2 922	70 267	5,10	3 587
Crédito a Clientes	52 042	3,92	2 038	51 520	5,20	2 678
Outros Activos	19 778	4,47	884	18 747	4,85	909
Aplicações Diferenciais	343	-	-	12	-	-
ACTIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS	**72 163**	**4,05**	**2 922**	**70 279**	**5,10**	**3 587**
Passivos Financeiros	72 163	2,44	1 758	70 279	3,42	2 405
Depósitos	27 146	1,87	508	32 535	3,19	1 038
Outros Passivos	45 017	2,78	1 250	37 744	3,62	1 367
Recursos Diferenciais	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS	**72 163**	**2,44**	**1 758**	**70 279**	**3,42**	**2 405**
Margem / Resultado		**1,61**	**1 164**		**1,68**	**1 182**

A gestão criteriosa de activos e passivos conduziu a que a margem financeira do exercício de 2011 tenha alcançado um acréscimo de 7pb decorrente de um aumento na taxa média dos activos (+105pb) superior à observada na taxa média dos passivos (+98pb).

Analisando a variação do resultado financeiro a partir da desagregação por efeitos de volume e de preço verifica-se que o aumento registado se ficou a dever, no essencial, ao ganho proporcionado pelo efeito preço e misto (mais 48 milhões de euros); a redução provocada pelo efeito volume de negócio situou-se em 30 milhões de euros.

Decomposição dos Efeitos

(milhões de euros)

	Efeito Volume	Efeito Preço	Efeito Misto	Variação face p.h.a.a.
Activos Financeiros	-76	760	-19	665
Passivos Financeiros	-46	711	-18	647
Resultado Financeiro	-30	49	-1	18

b. Serviços a Clientes

Os resultados com o comissionamento totalizaram 790,5 milhões de euros, evidenciando um decréscimo de 2,0% face ao valor apurado no final do exercício anterior devido à redução da actividade, quer de crédito quer de *asset management* e de bancasseguros.

Serviços a Clientes

(milhões de euros)

Tipo de Comissões	Dez.10	Dez.11	Variação(%)	
			Absoluta	Relativa
Cobrança de Valores	21,8	19,7	(2,1)	(9,8%)
Operações sobre Títulos	51,0	89,9	38,9	76,5%
Garantias Prestadas	92,2	125,4	33,2	36,0%
Gestão de Meios de Pagamento	84,9	81,1	(3,8)	(4,5%)
Comissões sobre Empréstimos e similares [1]	212,2	176,2	(36,0)	(17,0%)
Créditos Documentários	90,7	81,4	(9,3)	(10,2%)
Gestão de activos [2]	102,0	85,8	(16,2)	(15,9%)
Cartões	40,0	40,9	0,9	2,3%
Bancasseguros	56,4	34,9	(21,5)	(38,1%)
Outros Serviços	55,7	55,2	(0,5)	(1,0%)
Total	**806,9**	**790,5**	**(16,4)**	**(2,0%)**

[1] Inclui comissões sobre empréstimos, *project finance*, financiamentos externos e *factoring*
[2] Inclui fundos de investimento e gestão de carteiras

Assim, e em consequência do abrandamento verificado na concessão do crédito, assistiu-se à redução nas comissões sobre empréstimos (-17,0%), nos créditos documentários (-10,2%) e na cobrança de valores (-9,8%).

No domínio do *asset management* e da bancasseguros ocorreu uma redução significativa no respectivo comissionamento (-15,9% e -38,1%, respectivamente) devido à preferência dos clientes por produtos de menor risco, designadamente por depósitos.

Existem, no entanto, serviços que apresentam evoluções positivas como sejam as operações sobre títulos (+76,5%), influenciadas pela consolidação da Execution Noble e pelo desenvolvimento de operações de papel comercial, e as garantias prestadas (+36,0%), também elas relacionadas com as emissões de papel comercial.

Neste âmbito é de referir que, no final do mês de Dezembro, o BES e American Express anunciaram uma nova parceria que permitirá ao BES emitir, em Portugal, cartões de crédito desta marca. Os novos cartões foram concebidos para responder às necessidades e estilos de vida dos clientes do Grupo, disponibilizando uma nova gama de serviços e ofertas desta prestigiada marca internacional.

c. Resultados de Operações Financeiras e Diversos

O ano de 2011 foi caracterizado pela elevada preocupação dos investidores relativamente às contas públicas dos Estados da Zona Euro, facto que acentuou a sua aversão ao risco. Esta incerteza teve como consequência um alargamento significativo dos *spreads* do crédito da dívida pública dos países periféricos. Por outro lado, o sentimento negativo dos investidores relativamente à Zona Euro provocou uma forte volatilidade do Euro contra várias moedas, nomeadamente em relação ao USD e ao BRL.

Neste contexto, os resultados de operações financeiras e diversos acompanharam, por um lado, a forte desvalorização dos principais índices de

cotações, quer dos instrumentos de capital, quer dos instrumentos de dívida e foram também penalizados pelos prejuízos originados pelas operações de natureza excepcional, por outro.

Resultados de Operações Financeiras e Diversos

(milhões de euros)

Tipo de Resultados	Dez.10	Dez.11	Variação Absoluta
Taxa de Juro, Crédito e Cambial	**(27,5)**	**142,6**	**170,1**
Taxa de Juro	29,9	84,1	54,2
Crédito	(117,0)	117,1	234,1
Cambial e Outros	59,6	(58,6)	(118,2)
Acções	**396,5**	**125,8**	**(270,7)**
Negociação	203,2	(41,9)	(245,1)
Dividendos	193,3	167,7	(25,6)
Outros Resultados	**63,9**	**(290,3)**	**(354,2)**
Total	**432,9**	**(21,9)**	**(454,8)**

Concretizando, a desvalorização acentuada ocorrida no ano de 2011 nos instrumentos de capital conduziu a uma redução de cerca de 271 milhões de euros nos resultados desta área; a liquidação das responsabilidades transferidas para a Segurança Social obrigou ao registo de uma perda financeira de 107 milhões de euros devido à sua valorização à taxa de 4%; a venda de créditos internacionais originou uma perda de 78 milhões de euros, registada em "Outros Resultados"; e o *equity* e a imparidade no *goodwill* da BES Vida no montante de 193,3 milhões de euros, também registados em "Outros Resultados".

Excluindo estes três efeitos extraordinários, que aportaram um prejuízo de 378 milhões de euros, a área de mercados e operações financeiras teria atingido ganhos de 356 milhões de euros o que confirma a capacidade do Grupo em aproveitar as janelas de oportunidade que o mercado oferece mesmo numa conjuntura adversa.

d. Custos Operativos

Os custos operativos evidenciam um crescimento de apenas 0,5% apesar dos efeitos da expansão e das novas consolidações internacionais que fizeram aumentar os custos da área internacional em 18,7%.

Custos Operativos

Natureza	Actividade Doméstica		Actividade Internacional		Actividade Consolidada	
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação
Custos com Pessoal	395,2	(6,0%)	192,3	19,1%	587,5	1,0%
Gastos Gerais Administrativos	316,7	(7,0%)	117,1	16,2%	433,8	(1,7%)
Amortizações	81,6	2,5%	26,3	27,7%	107,9	7,8%
Total	**793,5**	**(5,6%)**	**335,7**	**18,7%**	**1 129,2**	**0,5%**

Os custos com pessoal tiveram um aumento de 1,0% (internacional: +19,1%; doméstico: -6,0%), enquanto que os gastos gerais administrativos apresentam um decréscimo de 1,7% determinados pela redução conseguida na componente doméstica (-7,0%) em contraste com o acréscimo verificado nas unidades no exterior (+16,2%). Os investimentos em informática, equipamentos e instalações, sobretudo nas unidades de negócio no exterior, tiveram reflexos no aumento das amortizações (+7,8%).

Custos com Pessoal

(milhões de euros)

	2010 reexpresso	2011	Variação(%) Absoluta	Variação(%) Relativa
Remunerações	465,8	471,6	5,8	1,2%
Pensões, Seg.Social e Outros Encargos Sociais	116,1	115,9	(0,2)	(0,2%)
Total	**581,9**	**587,5**	**5,6**	**1,0%**

Pensões de Reforma

No que respeita às responsabilidades e encargos relacionados com benefícios de longo prazo concedidos aos empregados ocorreram modificações importantes ao nível de (i) política contabilística utilizada no reconhecimento dos desvios actuariais e (ii) transmissão para a esfera da Segurança Social das pensões em pagamento de que se dá a seguir nota dos respectivos impactos.

(i) Alteração da política contabilística no reconhecimento dos desvios actuariais

Como permitido pelo §93A do IAS 19 e na linha da evolução que se prevê para esta norma no futuro próximo, o Grupo BES decidiu alterar a politica contabilística (contas consolidadas e individuais) que vinha utilizando no reconhecimento dos desvios actuariais, deixando de usar o método do corredor e passando a realizar o respectivo registo em *Other Comprehensive Income* (OCI). Esta alteração provocou no balanço consolidado de 31 de Dezembro de 2011 uma redução líquida do activo e do capital próprio do Grupo BES de 551 milhões de euros.

A alteração da política contabilística teve efeitos desde o início do exercício de 2011 pelo que se procedeu à reversão da amortização dos desvios actuariais contabilizada como custos com pessoal em 2011 e ao ajustamento às contas dos anos anteriores para efeitos comparativos.

(ii) Transferência das pensões em pagamento para a Segurança Social

Na sequência do processo de integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social ocorreu, em Dezembro de 2011, através do DL nº127/2011, a transferência para a esfera da Segurança Social das responsabilidades para com as pensões em pagamento (reformados e sobrevivos).

Este processo teve os seguintes impactos nas demonstrações financeiras do Grupo BES:

- o valor das responsabilidades transferidas elevou-se a 961 milhões de euros;
- o valor pago, em 30 de Dezembro de 2011, foi de 529 milhões de euros devendo o remanescente (432 milhões de euros) ser pago até 30 de Junho de 2012;
- a utilização da taxa de desconto de 4% levou ao apuramento de um encargo extraordinário de 107 milhões de euros suportado directamente pelo Grupo BES com impacto negativo de 76 milhões de euros (valor líquido de imposto) no resultado do exercício.

Não foram transmitidos para a Segurança Social, entre outros, os benefícios relativos a cuidados médicos (SAMS) e as actualizações das pensões que vierem a ocorrer no futuro, permanecendo o respectivo financiamento a ser assegurado através dos fundos de pensões.

Responsabilidades e Níveis de Financiamento

As responsabilidades que permaneceram no Grupo elevavam-se a 1 078 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011.

Pensões: Responsabilidades e Níveis de Financiamento

(milhões de euros)

	Dez.10	Dez.11
Responsabilidades totais por benefícios pós emprego	2 205	1 078
Valor dos activos dos Fundos de Pensões no fim do período	2 206	1 185
Nível de Cobertura	100%	110%

e. Produtividade

O *Cost to Income* com exclusão dos resultados de mercado e diversos (57,3%), de natureza mais recorrente, manteve-se próximo do registo do ano anterior; a redução dos resultados em operações financeiras devido aos efeitos dos encargos extraordinários fez regredir o *Cost to Income* total para 57,9%; excluindo estes efeitos este último indicador teria sido de 48,5%, ou seja, ter-se-ia mantido abaixo do patamar dos 50%.

Indicadores de Produtividade

	2010		2011	
	Reportado	Sem extraordinários	Reportado	Sem extraordinários
Cost to Income (com mercados)	48,6%	46,7%	57,9%	48,5%
Cost to Income (sem mercados)	59,3%	57,0%	57,3%	57,3%

f. Provisionamento

No exercício de 2011 ocorreu uma queda real do PIB e um forte aumento do desemprego que, ao conduzir a um aumento dos riscos, obrigou a um reforço expressivo das provisões: o reforço total foi de 848,3 milhões de euros, representando um esforço superior em 314,7 milhões de euros ao do período homólogo do ano anterior (+59,0%).

Reforço de Provisões

(milhões de euros)

	2010	2011	Variação(%)	
			Absoluta	Relativa
Para Crédito a Clientes	351,8	600,6	248,8	70,7%
Para Títulos	76,5	73,3	(3,2)	(4,2%)
Para Outros Riscos e Encargos	105,3	174,4	69,1	65,7%
TOTAL	**533,6**	**848,3**	**314,7**	**59,0%**

No que respeita ao reforço das provisões para imparidade no crédito sublinha-se o valor atingido de 600,6 milhões de euros que representa um aumento de 70,7% face ao período homólogo (351,8 milhões de euros). A carga de provisionamento correspondente situou-se em 1,17% que compara com 0,67% do ano anterior; o rácio de cobertura do crédito total (provisões para crédito/crédito a clientes) passou de 3,38% (Dez,10) para 4,23%, tendo o saldo de provisões em balanço atingido os 2,2 mil milhões de euros (+22,0%).

Provisões para Crédito

(milhões de euros)

	2010	2011	Variação(%)	
			Absoluta	Relativa
Crédito a Clientes (bruto)	52 606	51 211	(1 395)	(2,7%)
Reforço de Provisões	351,8	600,6	248,8	70,7%
Saldo de Provisões	1 777,0	2 167,4	390,4	22,0%
Carga de Provisionamento	0,67%	1,17%	0,50 pp	
Provisões para Crédito/ Crédito a Clientes	3,38%	4,23%	0,85 pp	

Salientamos que foram incluídos nos reforços acima referidos o valor de 42,7 milhões de euros que resultam do programa especial de inspecções (SIP), valor inferior ao divulgado relativo a Junho de 2011 de 125 milhões de euros, devido ao facto de terem sido entretanto realizadas provisões adicionais por reforços efectuadas no quadro dos critérios normalmente adoptados pelo Grupo BES.

Refira-se por último que o reforço de provisões para títulos se situou em 73,3 milhões de euros, em virtude da redução geral das cotações e da deterioração da qualidade creditícia de alguns emitentes, enquanto que as provisões para outros activos atingiram 174,4 milhões de euros, em que 70% do referido montante respeita a imparidades em imóveis recebidos por recuperação de créditos.

6.5 Rendibilidade

A margem comercial bruta, indicador de performance da actividade bancária corrente aumentou 8pp suportado pelo aumento na margem financeira. O registo de encargos extraordinários, o reforço de provisões e a contribuição sobre o sector bancário conduziram ao apuramento de um prejuízo e, por consequência, a rendibilidades negativas. Se excluirmos os factores extraordinários já amplamente referenciados a ROE e a ROA seriam de 2,8% e 0,2%, respectivamente.

Decomposição da Rendibilidade

(valores em %)

	Dez.10		Dez.11	Variação face 2010 reexpresso p.p.
	Reportado	Reexpresso		
Taxa Activos Financeiros	4,05	4,05	5,10	1,05
- Taxa Passivos Financeiros	2,44	2,44	3,42	0,98
= Margem Financeira	**1,61**	**1,61**	**1,68**	**0,07**
+ Rendibilidade Serviços a Clientes	1,12	1,12	1,12	0,01
= Margem Comercial Bruta	**2,73**	**2,73**	**2,81**	**0,08**
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	0,60	0,60	(0,03)	(0,63)
= Margem de Negócio	**3,33**	**3,33**	**2,78**	**(0,56)**
- Relevância Custos Operativos	1,62	1,56	1,61	0,05
- Relevância Provisões	0,74	0,74	1,21	0,47
- Relevância Interesses que não controlam e Outros	0,26	0,26	0,12	(0,15)
= Rendibilidade dos Activos Financeiros	**0,71**	**0,77**	**(0,15)**	**(0,92)**
x Relevância Activos Financeiros	0,86	0,86	0,86	(0,01)
= Rendibilidade do Activo (ROA)	**0,61**	**0,66**	**0,00**	**(0,66)**
x Multiplicador das Aplicações	14,03	14,11	13,72	(0,39)
= Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	**8,55**	**9,38**	**(0,05)**	**(9,43)**

6.6 Análise Financeira do BES Individual

Principais Valores e Indicadores de Actividade e Resultados*

	Resultados e Rendibilidade	SIMBOL.	2007	2008	2009	2010	2011
	BALANÇO (milhões de euros)						
	Activos Totais [1]	$\overline{AT}$	79 784	88 959	98 094	98 595	93 268
	Activo	$\overline{AL}$	57 789	66 743	74 120	75 334	74 087
	Activos Financeiros (valores médios)	$\overline{AF}$	44 327	52 359	60 063	65 762	63 961
	Capital e Reservas (valores médios)	KP	3 419	3 610	4 585	5 136	5 283
	CONTA DE EXPLORAÇÃO (milhões de euros)						
	Resultado Financeiro	RF	723,9	799,1	909,1	662,4	653,9
+	Serviços a Clientes	SB	404,2	408,9	468,7	498,6	483,7
=	Produto Bancário Comercial	PBC	1 128,1	1 208,0	1 377,8	1 161,0	1 137,6
+	Resultado de Operações Financeiras e Diversos	ROF	367,1	71,9	475,8	344,2	476,5
=	Produto Bancário	PB	1 495,2	1 279,9	1 853,6	1 505,2	1 614,1
-	Custos Operativos	CO	715,0	753,5	766,8	819,1	781,1
-	Provisões e Impostos	PVI	276,4	302,1	672,6	387,3	966,1
=	Resultado do Exercício	RL	503,8	224,3	414,2	298,8	(133,1)
	RENDIBILIDADE (%)						
	Margem Financeira	RF / $\overline{AF}$	1,63	1,53	1,51	1,01	1,02
+	Rendibilidade Serviços a Clientes	SB / $\overline{AF}$	0,91	0,78	0,78	0,76	0,76
+	Rendibilidade Operações de Mercado	ROF / $\overline{AF}$	0,83	0,14	0,79	0,52	0,74
=	Margem de Negócio	PB / $\overline{AF}$	3,37	2,44	3,09	2,29	2,52
-	Relevância Custos Operativos	CO / $\overline{AF}$	1,61	1,44	1,28	1,25	1,22
-	Relevância Provisões e Impostos	PVI / $\overline{AF}$	0,62	0,58	1,12	0,59	1,51
=	Rendibilidade dos Activos Financeiros	RL / $\overline{AF}$	1,14	0,43	0,69	0,45	(0,21)
x	Relevância Activos Financeiros	$\overline{AF}$/ $\overline{AL}$	0,85	0,85	0,84	0,87	0,85
=	Rendibilidade do Activo (ROA)	RL / $\overline{AL}$	0,96	0,36	0,58	0,39	(0,18)
x	Multiplicador das Aplicações	$\overline{AL}$ / $\overline{KP}$	15,32	17,03	15,55	14,78	14,23
=	Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	RL / $\overline{KP}$	14,73	6,21	9,03	5,82	(2,52)

(*) Dados históricos ajustados da alteração da política contabilística no registo dos desvios actuariais
(1) Activo Líquido + *Asset Management* + Crédito Securitizado

6.6.1 Actividade

A deterioração das condições financeiras provocadas pelo aumento do risco soberano, a necessária desalavancagem do sistema financeiro português e a evolução desfavorável da procura interna condicionaram o desenvolvimento da actividade do Banco Espírito Santo. Neste contexto, os activos totais tiveram uma redução de 5,4% face ao exercício anterior.

A captação de depósitos evoluiu a bom ritmo, com um crescimento de 17,3%; os recursos totais de clientes, que englobam os depósitos e as obrigações e outros títulos colocadas em clientes, influenciados pela forte quebra operada nos certificados de depósito e pelo recuo da desintermediação, apresentam uma ligeira redução (0,8%).

O crédito a clientes reduziu-se 3,8%, influenciado pela venda de créditos internacionais ao abrigo do plano de *deleverage*, cujo montante contabilizado no balanço do BES rondou os 1,3 mil milhões de euros; sem este efeito o crédito a clientes teria uma redução de 2,3%, enquanto que o crédito a empresas teria diminuído apenas 1,6%.

Evolução da Actividade

(valores em %)

Variáveis	Dez.10		Dez.11	Variação face 2010 reexpresso
	Reportado	Reexpresso		
Activos Totais [1]	**99 225**	**98 595**	**93 268**	**(5,4%)**
Activo	**75 964**	**75 334**	**74 087**	**(1,7%)**
Crédito a Clientes (bruto)	**42 237**	**42 237**	**40 638**	**(3,8%)**
Crédito a Particulares	11 302	11 302	10 812	(4,3%)
- Habitação	8 615	8 615	8 493	(1,4%)
- Outro Crédito a Particulares	2 687	2 687	2 319	(13,7%)
Crédito a Empresas	30 935	30 935	29 826	(3,6%)
Recursos Totais de Clientes	**47 424**	**47 424**	**47 035**	**(0,8%)**
Recursos de Clientes de Balanço	31 219	31 219	33 890	8,6%
- Depósitos	26 591	26 591	31 179	17,3%
- Obrigações e Outros Titulos colocados em Clientes	4 628	4 628	2 711	(41,4%)
Recursos de Desintermediação	16 205	16 205	13 145	(18,9%)

(1) Activo Líquido+*Asset Management*+Crédito Securitizado.

A qualidade da carteira de crédito, no final do exercício, evidencia uma tendência para um agravamento dos rácios de sinistralidade, com o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias a evoluir para 3,11% (Dez,10: 2,30%) e o rácio de cobertura a situar-se em 155,0% (Dez,10: 163,5%).

De realçar a evolução favorável da cobertura do crédito total (vencido e corrente) que tem consistentemente vindo a aumentar e que no final do ano se situava em 4,81%, aumentando 105 pontos base face a Dezembro de 2010.

Qualidade de crédito a clientes

(milhões de euros)

	Dez.10	Dez.11	Variação(%)	
			Absoluta	Relativa
DADOS DE BASE (milhões de euros)				
Crédito a Clientes (bruto)	42 237	40 638	(1 599)	(3,8%)
Crédito Vencido	1 036,9	189,2	352,3	34,0%
Crédito Vencido > 90 dias	972,7	1 262,2	289,5	29,9%
Crédito com Incumprimento (Banco de Portugal)[a]	1 379,5	1 705,0	325,5	23,6%
Provisões para Crédito	1 590,0	1 955,9	365,9	23,0%
INDICADORES (%)				
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	2,45	3,42	0.97p.p.	
Crédito Vencido >90 dias / Crédito a Clientes (bruto)	2,30	3,11	0.81 p.p.	
Crédito com Incumprimento[a]/ Crédito a Clientes (bruto)	3,26	4,20	0.94 p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	153,4	140,8	(12.6 p.p.)	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	163,5	155,0	(8.5 p.p.)	
Provisões para Crédito / Crédito com Incumprimento	115,3	114,7	(0.6 p.p.)	
Provisões para Crédito / Crédito a Clientes	3,76	4,81	1.05 p.p.	

(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/2003/DSB do Banco de Portugal.

6.6.2 Resultados e Produtividade

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese das principais vaiáveis da conta de exploração do BES Individual.

Resultados da Actividade

(milhões de euros)

Variáveis	Dez.10		Dez.11	Variação	
	Reportado	Reexpresso		Absoluta	Relativa
Resultado Financeiro	662,4	662,4	653,9	(8,5)	(1,3%)
+ Serviços a Clientes	498,6	498,6	483,7	(14,9)	(3,0%)
= Produto Bancário Comercial	**1 161,0**	**1 161,0**	**1 137,6**	**(23,4)**	**(2,0%)**
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	344,2	344,2	476,5	132,3	38,4%
= Produto Bancário	**1 505,2**	**1 505,2**	**1 614,1**	**108,9**	**7,2%**
- Custos Operativos	861,9	819,1	781,1	(38,0)	(4,7%)
= Resultado Bruto	**643,3**	**686,1**	**833,0**	**146,9**	**21,5%**
- Provisões líquidas de Reposições	443,6	443,6	1 080,7	637,1	143,6%
para Crédito	276,0	276,0	521,2	245,2	88,8%
para Títulos	66,8	66,8	69,2	2,4	3,6%
Outras Provisões	100,8	100,8	490,3	389,5	...
= Resultado antes de Impostos	**199,7**	**242,5**	**(247,7)**	**(490,2)**	**...**
- Impostos	(56,3)	(56,3)	(114,6)	(58,3)	...
= Resultado do Exercício	**256,0**	**298,8**	**(133,1)**	**(431,9)**	**...**

A geração de resultados, avaliada pela performance do produto bancário, apresenta um aumento de 7,2% em resultado, no essencial, do comportamento dos resultados de operações financeiras e diversos, influenciados sobretudo pelos ganhos apurados na compra de dívida subordinada emitida.

O reforço de provisões ascendeu a 1 080,7 milhões de euros representativo de um aumento de 143,6%, com as provisões para crédito a atingirem 521,2 milhões de euros (2010: 276,0 milhões de euros). As outras provisões, que totalizaram 490,3 milhões de euros incorporam, nomeadamente, a provisão para o investimento na BES Vida (337,5 milhões de euros).

A redução dos custos operativos, superior à redução operada no produto bancário comercial, determinou, em base comparável, uma evolução positiva do *Cost to Income* (sem mercados) que apresenta uma redução de 1,9 pp face a 2010. O crescimento de 7,2% do produto bancário total levou à expressiva melhoria de 10 pp do *Cost to Income* (com mercados).

Indicadores de Produtividade

(milhões de euros)

	2010		2011		Variação 2001 sem extraordinários /2010 reexpresso
	Reportado	Reexpresso	Reportado	sem extraordinários	
Cost to Income (com mercados)	57,3%	54,4%	48,4%	44,4%	(10.0 pp)
Cost to Income (sem mercados)	74,2%	70,6%	68,7%	68,7%	(1.9 pp)

6.6.3 Actividade das Sucursais

O BES dispõe de Sucursais no exterior que visam suportar o desenvolvimento da estratégia internacional do Grupo. Apresenta-se de seguida uma síntese das suas actividades no exercício em apreço.

Sucursal em Espanha

A Sucursal em Espanha, apesar da instabilidade económica, manteve uma evolução positiva da actividade com destaque para os seguintes aspectos: (i) os depósitos de clientes apresentam um crescimento anual de 22%, enquanto o volume de crédito a clientes reflecte uma redução de 15% no mesmo período com reflexos na melhoria da autonomia financeira da Sucursal; (ii) o negócio de apoio a empresas com actividade internacional registou um crescimento de 48%; (iii) o número de clientes-alvo aumentou 49% superando em cerca de 6000 o nível de Dezembro de 2010, incremento este suportado, quase inteiramente, na banca de particulares e *private* (+57%); e (iv) a prossecução de uma gestão prudente do risco de crédito, com reforço do provisionamento. Reflexo dos aspectos referenciados, as margens das aplicações creditícias registaram um incremento significativo, compensando a pressão sobre os custos dos passivos decorrente da forte concorrência experimentada no sistema bancário espanhol. De assinalar o crescimento de 2% do produto bancário e a redução de 1% nos custos operativos que proporcionaram um incremento de 5% do resultado bruto, que se elevou a 48,4 milhões de euros; o resultado depois de impostos aumentou sensivelmente face ao mesmo período do ano passado, situando-se em 8,3 milhões de euros (2010: 5,7 milhões de euros).

Sucursal em Londres

Esta Sucursal centra o seu negócio na banca de *Wholesale* ao nível do mercado europeu. Durante 2011, a redução no volume de negócios da Sucursal reflectiu por um lado, as condições desfavoráveis dos mercados financeiros e a penalização decorrente dos sucessivos *downgrades* de *rating* da República Portuguesa ocorridos ao longo do ano e, por outro, a implementação da estratégia de venda de crédito do Grupo (*deleverage*). Nesse contexto adverso, a Sucursal ajustou o seu balanço (redução de 36% do activo, em termos homólogos, e de 23% da carteira de crédito) com a consequente contracção do produto bancário comercial que apesar disso se situou em 45 milhões de euros. Adicionalmente, assistiu-se à racionalização da sua estrutura de custos, com destaque para a redução do número de colaboradores.

Sucursal em Nova Iorque

A Sucursal concentra a sua actividade na banca de *Wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil. Os sucessivos d*owngrades* do *rating* da República Portuguesa, conduziram ao agravamento das condições de acesso à liquidez nos mercados com impacto negativo na colocação dos programas de certificados de depósito e papel comercial. Nesta conjuntura, a actividade continuou a desenvolver-se com extrema prudência e enfoque na gestão e monitorização do risco, de acordo com as linhas actuais da estratégia internacional do Grupo. De realçar o resultado alcançado (8,5 milhões de euros), num contexto de acentuada redução da carteira de credito (menos 60% face ao ano anterior) e consequente redução do balanço (menos 35%), em linha com o plano global de *deleverage* estabelecido.

7. Demonstrações Financeiras

7.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2011

(milhares de euros)

	Dez.10 reportado	Dez.10 reexpresso	Dez. 11
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	930 505	930 505	1 090 439
Disponibilidades em outras instituições de crédito	557 972	557 972	580 813
Activos financeiros detidos para negociação	3 942 061	3 942 061	3 434 639
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 424 331	1 424 331	1 963 989
Activos financeiros disponíveis para venda	11 774 881	11 774 881	11 482 866
Aplicações em instituições de crédito	4 245 436	4 245 436	3 282 576
(das quais, no Sistema Europeu de Bancos Centrais)	(1 200 424)	(1 200 424)	-
Crédito a clientes	50 829 123	50 829 123	49 043 382
(Provisões)	(1 776 988)	(1 776 988)	(2 167 444)
Investimentos detidos até à maturidade	2 458 800	2 458 800	1 541 182
Activos com acordo de recompra	-	-	-
Derivados de cobertura	447 304	447 304	510 090
Activos não correntes detidos para venda	574 550	574 550	1 646 683
Propriedades de investimento	-	-	-
Outros activos tangíveis	809 037	809 037	851 678
Activos intangíveis	233 537	233 537	230 332
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	961 908	961 908	806 999
Activos por impostos correntes	99 396	99 396	28 692
Activos por impostos diferidos	283 367	540 686	712 157
Outros activos	4 083 219	3 198 691	3 030 855
TOTAL DO ACTIVO	**83 655 427**	**83 028 218**	**80 237 372**
PASSIVO			
Recursos de Bancos Centrais	7 964 820	7 964 820	10 013 713
(dos quais, do Sistema Europeu de Bancos Centrais)	(5 218 306)	(5 218 306)	(8 786 204)
Passivos financeiros detidos para negociação	2 088 007	2 088 007	2 125 253
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	6 380 592	6 380 592	6 239 360
Recursos de clientes e outros empréstimos	30 819 220	30 819 220	34 206 162
Responsabilidades representadas por títulos	24 109 939	24 109 939	18 452 648
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-
Derivados de cobertura	228 944	228 944	238 633
Passivos não correntes detidos para venda	5 411	5 411	140 950
Provisões	214 706	214 706	190 450
Passivos por impostos correntes	25 324	25 324	44 937
Passivos por impostos diferidos	115 660	115 660	110 533
Instrumentos representativos de capital	-	-	-
Outros passivos subordinados	2 291 833	2 291 833	961 235
Outros passivos	1 934 723	1 934 723	1 321 023
TOTAL DO PASSIVO	**76 179 179**	**76 179 179**	**74 044 897**
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	3 500 000	3 500 000	4 030 232
Prémios de emissão	1 085 398	1 085 398	1 081 663
Outros instrumentos de capital	269 953	269 953	29 505
Acções próprias	-	-	(997)
Acções preferenciais	600 000	600 000	211 913
Reservas de reavaliação	(9 580)	(680 461)	(1 086 491)
Outras reservas e resultados transitados	978 547	978 547	1 446 961
Resultado do exercício	510 520	556 901	(108 758)
Dividendos antecipados	-	-	-
Interesses que não controlam	541 410	538 701	588 447
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	**7 476 248**	**6 849 039**	**6 192 475**
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	**83 655 427**	**83 028 218**	**80 237 372**

O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 2011

(milhares de euros)

	Dez.10 reportado	Dez.10 reexpresso	Dez. 11
Juros e rendimentos similares	3 727 898	3 727 898	4 084 862
Juros e encargos similares	2 563 940	2 563 940	2 903 271
Margem financeira	**1 163 958**	**1 163 958**	**1 181 591**
Rendimentos de instrumentos de capital	193 292	193 292	167 701
Rendimentos de serviços e comissões	886 808	886 808	888 646
Encargos com serviços e comissões	117 475	117 475	130 546
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(191 470)	(191 470)	(178 904)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	364 436	364 436	(68 770)
Resultados de reavaliação cambial	46 731	46 731	(32 645)
Resultados de alienação de outros activos	34 032	34 032	(89 885)
Outros resultados de exploração	(13 634)	(13 634)	357 803
Produto da actividade	**2 366 678**	**2 366 678**	**2 094 991**
Custos com pessoal	628 320	581 870	587 475
Gastos gerais administrativos	441 057	441 057	433 753
Amortizações do exercício	100 092	100 092	107 926
Provisões líquidas de reposições e anulações	49 343	49 343	6 860
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	351 809	351 809	600 616
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	76 332	76 332	73 251
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	56 135	56 135	167 602
Diferenças de consolidação negativas	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	37 175	37 175	(175 231)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	**700 765**	**747 215**	**(57 723)**
Impostos			
Correntes	59 673	59 673	72 147
Diferidos	(15 899)	(15 899)	(133 666)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	**656 991**	**703 441**	**3 796**
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	(9 036)	(9 036)	(3 428)
Interesses que não controlam	146 471	146 540	112 554
Resultado consolidado do exercício	**510 520**	**556 901**	**(108 758)**

O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2011

(milhares de euros)

	31.12.2011				
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Dez. 10 reportado	Dez. 10 reexpresso
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	481 371	-	481 371	488 677	488 677
Disponibilidades em outras instituições de crédito	341 698	-	341 698	262 986	262 986
Activos financeiros detidos para negociação	1 783 039	-	1 783 039	2 077 134	2 077 134
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 969 331	-	1 969 331	1 780 171	1 780 171
Activos financeiros disponíveis para venda	14 404 596	129 329	14 275 267	12 094 262	12 094 262
Aplicações em Instituições de Crédito	7 929 015	190	7 928 825	8 472 098	8 472 098
Crédito a clientes	40 638 356	1 522 469	39 115 887	41 095 813	41 095 813
Investimentos detidos até à maturidade	862 036	31 959	830 077	1 669 268	1 669 268
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	487 923	-	487 923	499 544	499 544
Activos não correntes detidos para venda	948 261	180 519	767 742	529 586	529 586
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	1 104 215	732 268	371 947	379 541	379 541
Activos intangíveis	618 102	499 860	118 242	120 190	120 190
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2 205 645	450 937	1 754 708	1 776 600	1 776 600
Activos por impostos correntes	1 872	-	1 872	77 669	77 669
Activos por impostos diferidos	799 538	-	799 538	403 621	660 764
Outros activos	3 097 432	38 258	3 059 174	4 236 713	3 350 088
TOTAL DE ACTIVO	**77 672 430**	**3 585 789**	**74 086 641**	**75 963 873**	**75 334 391**
PASSIVO					
Recursos de bancos centrais	9 232 202	-	9 232 202	7 391 791	7 391 791
Passivos financeiros detidos para negociação	1 605 217	-	1 605 217	1 658 661	1 658 661
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	11 139 698	-	11 139 698	13 565 577	13 565 577
Recursos de clientes e outros empréstimos	31 179 373	-	31 179 373	26 591 014	26 591 014
Responsabilidades representadas por títulos	10 163 659	-	10 163 659	14 054 753	14 054 753
Passivos financeiros associados a activos transferidos	2 951 364	-	2 951 364	2 043 754	2 043 754
Derivados de cobertura	155 741	-	155 741	277 407	277 407
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	581 105	-	581 105	628 489	628 489
Passivos por impostos correntes	15 080	-	15 080	2 871	2 871
Passivos por impostos diferidos	123 794	-	123 794	154 794	154 794
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	896 185	-	896 185	2 504 508	2 504 508
Outros passivos	871 741	-	871 741	832 674	832 674
TOTAL DE PASSIVO	**68 915 159**	**-**	**68 915 159**	**69 706 293**	**69 706 293**
CAPITAL					
Capital	4 030 232	-	4 030 232	3 500 000	3 500 000
Prémios de emissão	1 076 522	-	1 076 522	1 080 257	1 080 257
Outros instrumentos de capital	244 502	-	244 502	868 193	868 193
Acções próprias	(997)	-	(997)	-	-
Reservas de reavaliação	(809 027)	-	(809 027)	8 241	(664 048)
Outras reservas e resultados transitados	763 339	-	763 339	544 892	544 892
Resultado do exercício	(133 089)	-	(133 089)	255 997	298 804
Dividendos antecipados	-	-	-	-	
TOTAL DE CAPITAL	**5 171 482**	**-**	**5 171 482**	**6 257 580**	**5 628 098**
TOTAL DE PASSIVO + CAPITAL	**74 086 641**	**-**	**74 086 641**	**75 963 873**	**75 334 391**

O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

Demonstração de Resultados Individual em 31 de Dezembro de 2011

(milhares de euros)

	Dez.10 reportado	Dez.10 reexpresso	Dez. 11
Juros e rendimentos similares	2 698 091	2 698 091	2 966 191
Juros e encargos similares	2 035 732	2 035 732	2 312 253
Margem financeira	**662 359**	**662 359**	**653 938**
Rendimentos de instrumentos de capital	319 083	319 083	380 480
Rendimentos de serviços e comissões	626 386	626 386	625 686
Encargos com serviços e comissões	146 407	146 407	155 934
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(282 351)	(282 351)	(309 522)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	330 410	330 410	16 234
Resultados de reavaliação cambial	(15 860)	(15 860)	254
Resultados de alienação de outros activos	(12 101)	(12 101)	(49 345)
Outros resultados de exploração	23 600	23 600	423 660
Produto bancário	**1 505 119**	**1 505 119**	**1 585 451**
Custos com pessoal	435 286	392 479	372 815
Gastos gerais administrativos	344 918	344 918	322 199
Amortizações do exercício	81 687	81 687	86 039
Provisões líquidas de reposições e anulações	17 406	17 406	(19 091)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	301 992	301 992	537 861
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	66 830	66 830	61 188
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	57 450	57 450	500 785
Resultado antes de impostos	**199 550**	**242 357**	**(276 345)**
Impostos			
Correntes	5 744	5 744	4 278
Diferidos	(62 191)	(62 191)	(147 534)
Resultado após impostos	**255 997**	**298 804**	**(133 089)**
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	(12 956)	(12 956)	(4 719)

O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

8. Notas Finais

8.1 Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada

De acordo com o disposto no nº 1, alínea c) do artigo 245ª do Código dos Valores Mobiliários os membros do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A. a seguir identificados nominativamente, declaram que:

(i) as demonstrações financeiras individuais do Banco Espírito Santo, S.A. (BES), relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro de 2005;

(ii) as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Espírito Santo (Grupo BES), relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei nº 35 /2005, de 17 de Fevereiro;

(iii) tanto quanto é do seu conhecimento as demonstrações financeiras referidas na alínea (i) e (ii) dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do BES e do Grupo BES, de acordo com as referidas Normas e foram objecto de aprovação na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 29 de Fevereiro de 2012;

(iv)o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do BES e do Grupo BES no exercício de 2011 e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

8.2 Acções Próprias

Em conformidade com a alínea d) do n.º 5 do artigo n.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que as transacções sobre acções próprias realizadas no decorrer do exercício de 2011 decorreram da execução do Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF), parte integrante da política de remuneração dos membros da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo aprovada na Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010.

Transacções com Acções Próprias

	Número de Acções	Preço por Acção (euros)	Valor de balanço (milhares de euros)
Saldo no início do exercício	-	-	-
Acções adquiridas pelo BES	340 475	2.909	996
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	342 475	2.909	996

Informação detalhada sobre este Plano consta das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

8.3 Proposta de Distribuição de Resultados do Banco Espírito Santo

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66º e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com o artigo 31º dos Estatutos, o Conselho de Administração do Banco Espírito Santo propõe, para aprovação da Assembleia Geral, que o prejuízo apurado no exercício de 2011, no valor de 133 089 418,85 euros, seja integrado na rubrica de "Outras Reservas e Resultados Transitados" do balanço.

8.4 Guia de Leitura para a Informação em Sustentabilidade

A informação sobre a gestão e performance em sustentabilidade do Grupo BES está reportada no Relatório e Contas 2011, na Brochura de Sustentabilidade, e no *website* corporativo dedicado à sustentabilidade. Esta informação é reportada de acordo com a versão 3.1, da terceira geração de directrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative e os princípios do standard AA1000APS. O relatório foi elaborado para o nível A+, beneficiando de uma verificação de acordo com os princípios definidos pela ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements 3000*), por uma entidade independente, a KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Para uma consulta do âmbito dos indicadores das directrizes G3.1 da *Global Reporting Initiative* (GRI), por favor consulte a tabela GRI disponível em www.bes.pt/sustentabilidade.

A informação reportada, procura responder a todos os requisitos e indicadores (sociais, ambientais e económicos) do GRI, e do suplemento financeiro publicado por esta entidade, exceptuando aqueles que, pela sua natureza e conteúdo, se tenham identificado como pouco relevantes para a actividade do Grupo BES.

Esta identificação é fruto de um diálogo constante com os *stakeholders* com maior relevância para o Grupo BES, sendo as várias peças de comunicação direccionadas aos *stakeholders* identificados como prioritários para o Grupo BES, sendo estes os accionistas, as entidades reguladoras, clientes, colaboradores e investidores. A brochura de sustentabilidade e o *website*, permitem fazer chegar a informação em sustentabilidade aos restantes *stakeholders* relevantes como fornecedores, media e ONGs e a sociedade em geral.

8.5 Nota de Agradecimento

O Conselho de Administração do Banco Espírito Santo manifesta o seu agradecimento pela confiança dos seus Clientes e Accionistas, pela lealdade e dedicação dos seus Colaboradores e pela cooperação das Autoridades Governamentais e de Supervisão.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2012
O Conselho de Administração do BES

Alberto Alves de Oliveira Pinto (Presidente)
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Vice-Presidente)
Bruno Bernard Marie Joseph de Laage de Meux (Vice-Presidente)
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
Aníbal da Costa Reis de Oliveira
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Feixial de Goes
Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
José Manuel Ruivo da Pena
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
João Eduardo Moura da Silva Freixa
Pedro Mosqueira do Amaral
Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho
João de Faria Rodrigues
José de Albuquerque Epifânio da Franca
Antônio Bornia
Marc Olivier Tristan Oppenheim
Michel Jacques Mathieu
Vincent Claude Pacaud

Anexos

As Contas da Sustentabilidade

Total Colaboradores

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total Colaboradores Grupo BES (*)	8 428	8 952	9 431	8 902	9 858	9 863
Total Colaboradores (âmbito da informação de recursos humanos)	8 804	8 115	8 389	8 155	8 394	8 528

(*) colaboradores com vínculos contratuais de efectivos e contratos a termo

Localização (nº de Colaboradores)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Europa	7 883	8 306	8 828	8 104	8 530	8 413
América	255	280	160	352	384	375
África	273	349	424	427	923	1 047
Oriente	17	17	19	19	21	28

Contrato de Trabalho (nº de Colaboradores)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Efectivos	7 500	7 051	7 276	7 451	7 762	7 992
Contrato a termo	928	696	731	462	406	352
Trabalho temporário	315	232	180	178	179	149
Estágios	61	136	202	64	47	35
Função (nº de Colaboradores)						
Directores	718	766	813	937	1 007	1 038
Chefias	1 208	911	919	915	994	930
Específicos	3 240	3 229	3 397	3 259	3 371	3 558
Administrativos	3 518	3 155	2 995	2 930	2 901	2 888
Auxiliares	120	125	110	114	121	114
País/Continente (nº de Colaboradores)						
Europa	-	7 572	7 653	7 521	7 681	7 749
América	-	148	158	182	202	191
África	-	367	423	452	511	588
Saúde (nº de Colaboradores)						
Exames médicos	3 869	4 029	3 802	3 999	3 813	4 561
Actos médicos	10 062	9 988	10 580	10 408	11 116	11 418
Actos de enfermagem	4 080	4 136	4 135	4 025	6 519	5 483
Total	**18 011**	**18 153**	**18 517**	**18 432**	**21 448**	**21 462**
Colaboradores abrangidos por Acordo Colectivo de Trabalho (nº de Colaboradores)						
Nº Total de Colaboradores	-	8 179	8 234	8 155	8 394	8 528
Nº Colaboradores abrangidos por ACT	-	6 723	6 939	7 170	8 157	8,282
% Colaboradores abrangidos por ACT	-	82,2%	84,3%	87,9%	97,2%	97,1%
Colaboradores Sindicalizados (nº de Colaboradores)						
Total de Colaboradores	-	8 179	8 234	8 155	8 394	8 528
Nº Colaboradores Sindicalizados	-	6 710	6 715	6 052	6 923	6 472
% Colaboradores Sindicalizados	-	82,0%	81,6%	74,2%	82,5%	75,9%
Absentismo (%)						
Taxa de Dias Perdidos	-	0,2	0,4	0,3	0,2	0,1
Taxa de Absentismo (com maternidade)	-	3,8	3,5	3,8	3,6	4,0
Taxa de Absentismo (sem maternidade)*						
Mulheres	-	-	-	-	3,0	3,5
Homens	-	-	-	-	1,5	2,2
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**2,2**	**2,8**

(*) 2010 exclui Angola

Distribuição dos Colaboradores por género e faixa etária segundo as categorias profissionais (%)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Directores						
Feminino	-	25,1	26,1	28,1	29,6	29,2
Masculino	-	74,9	73,9	71,9	70,4	70,8
< 30 anos	-	2,1	1,5	1,9	2,1	2,0
30 a 50 anos	-	83,3	84,5	82,7	81,2	80,3
> 50 anos	-	14,6	14,0	15,4	16,7	17,6
Chefias						
Feminino	-	32,4	32,3	34,0	35,5	36,6
Masculino	-	67,6	67,7	66,0	64,5	63,4
< 30 anos	-	6,6	4,8	4,4	5,1	2,9
30 a 50 anos	-	83,2	84,8	84,2	82,5	82,7
> 50 anos	-	10,2	10,4	11,4	12,4	14,4
Específico						
Feminino	-	45,8	46,4	48,0	48,4	47,4
Masculino	-	54,2	53,6	52,0	51,6	52,6
< 30 anos	-	28,5	29,4	24,5	24,6	21,3
30 a 50 anos	-	64,3	63,5	67,1	66,5	69,2
> 50 anos	-	7,1	7,1	8,4	8,9	9,5
Administrativo						
Feminino	-	51,5	50,6	50,4	49,9	49,5
Masculino	-	48,5	49,4	49,6	50,1	50,5
< 30 anos	-	26,0	22,6	18,9	19,6	16,6
30 a 50 anos	-	57,2	57,3	58,2	55,7	58,2
> 50 anos	-	16,8	20,1	23,0	24,7	25,2
Auxiliares						
Feminino	-	40,0	45,5	44,7	41,3	47,4
Masculino	-	60,0	54,5	55,3	58,7	52,6
< 30 anos	-	11,2	12,7	19,1	19,8	27,2
30 a 50 anos	-	35,2	27,8	25,5	37,2	26,3
> 50 anos	-	53,6	60,0	55,5	43,0	46,5

Taxa de rotatividade (%)

	Europa						América						África						GBES					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Feminino	7,8	7,8	16,7	9,5	10,1	7,0	23,5	23,5	33,3	28,1	21,7	68,3	0,144	14,4	26,2	36,8	49,2	30,2	8,5	8,5	17,4	11,5	12,9	9,7
Masculino	9,1	9,1	13,6	8,1	9,0	8,8	34,4	34,4	28,4	36,0	24,1	61,8	0,183	18,3	23,3	41,5	33,7	29,3	10,3	10,3	14,5	10,5	10,9	11,7
< 30 anos	-	10,5	9,1	10,5	5,6	30,8	-	22,7	25,9	22,7	16,8	120,4	-	26,4	19,1	32,1	29,4	38,6	-	11,5	9,9	6,8	7,4	36,6
30 a 50 anos	-	6,4	5,5	6,4	3,8	5,4	-	30,4	19,6	30,4	6,4	43,2	-	6,4	5,4	7,1	11,7	20,6	-	7,1	5,8	3,9	4,4	7,0
> 50 anos	-	0,3	0,4	0,3	0,1	1,6	-	4,9	0,6	4,9	0,0	58,3	-	0,0	0,0	0,0	0,2	9,1	-	0,4	0,4	0,2	0,1	2,1

(*) Grupo BES: Europa – BES Portugal, BES Açores, BESI Portugal, Banco Best, ESAF, BES Espanha, BESI Espanha
América – BESI Brasil
África – BES Angola

Número Médio de Horas de Formação por Colaborador

	Europa						América						África						GBES					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Directores	-	26,1	55,9	11,7	19,1	13,9	-	7,7	2,6	34,0	17,7	80,1	n.a.	n.a.	1,1	1,0	1,1	11,8	15,0	26,7	29,9	12,0	18,2	19,3
Chefias	-	19,5	33,0	37,3	63,7	36,5	-	32,4	16,5	77,8	46,0	0,0	n.a.	n.a.	1,0	3,9	5,8	17,2	12,0	21,2	26,1	37,8	58,6	35,3
Específicos	-	52,5	69,8	37,5	44,0	35,4	-	78,8	93,2	100,0	97,0	109,1	n.a.	n.a.	0,4	0,9	4,7	14,3	125,0	56,4	52,1	36,1	42,1	34,8
Administrativos	-	38,8	43,9	22,6	35,8	26,3	-	11,7	36,0	32,0	16,0	106,5	n.a.	n.a.	1,9	3,8	4,4	29,5	127,0	39,2	38,8	22,2	35,1	26,7
Auxiliares	-	0,2	0,8	11,7	0,0	220,3	-	60,0	240,0	384,0	204,0	0,0	n.a.	n.a.	0,0	0,0	1,0	0,0	-	8,5	18,0	17,6	8,8	166,2

Número Médio de Horas de Formação por Colaborador*

	Europa	
	2010	**2011**
Mulheres	42.0	32.1
Homens	34.8	31.8
Total	**38.1**	**32.0**

(*) Exclui Angola em 2010

Número de Colaboradores promovidos

	2006	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Mudança de função	122	195	126	81	83	74
Mérito	1 175	1 402	1 295	665	834	943
Antiguidade	166	171	131	175	197	100
Total de Colaboradores Promovidos	**1 463**	**1 768**	**1 552**	**921**	**1 114**	**1 117**

Avaliação de Desempenho*

	2006	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Número de Colaboradores que receberam informação sobre avaliação de desempenho	- -	6 711 82%	6 596 80%	6 777 83%	6 948 83%	7 450 87%
Número de Colaboradores que recebem informação sobre Gestão de Carreiras	- -	5 982 73%	6 067 74%	6 201 76%	6 821 81%	7 341 86%

(*) Valores de 2010 modificados devido a alteração no universo de colaboradores considerados.

Avaliação de Desempenho*

	Europa	
	2010	**2011**
Mulheres	78%	88%
Homens	76%	87%

(*) Exclui Angola em 2010

Crédito Concedido a Colaboradores

(milhares de euros)

	2006	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Crédito à habitação	68 500	84 461	77 505	68 185	59 183	46 726
Aquisição de bens de consumo	22 888	18 746	19 074	32 961	29 171	15 184
Apoio Social	199	382	1 068	2 719	2 702	1 299

	2010*		**2011**	
	Feminino	**Masculino**	**Feminino**	**Masculino**
Colaboradores com o benefício de licença de paternidade	377		485	
Colaboradores que beneficiaram de licença de paternidade/maternidade	232	145	295	190
Colaboradores que regressaram ao trabalho após a licença de paternidade / maternidade	232	145	290	189

(*) Exclui Angola em 2010

Stakeholders - Criação de Valor

(milhões de euros)

	2007	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Accionistas (dividendos)	240,0	80,0	163,0	140,0	-
Colaboradores (remuneração e formação)	502,1	526,0	565,9	628,3	587,5
Clientes (crédito concedido)	43 161,0	48 198,0	50 531,0	52 606,0	51 211,0
Fornecedores (custos gerais e administrativos)	378,8	402,6	402,6	441,1	433,8
Comunidade (donativos)	4,0	3,2	4,0	4,8	3,3
Estado (impostos)	135,4	152,5	109,8	43,7	-

Todos os dados de recursos humanos incluêm Cabo Verde em 2011.

Ambientais

(milhões de euros)

	2008	2009	2010	2011	10/11
Energia [1]					
Consumo de electricidade total (GJ)	210 389,00	216 959,45	218 751,89	206 004,51	-5,83%
Consumo de electricidade total (kwh)	58 441 425,00	60 266 513,00	60 764 414,16	57 223 474,01	-5,83%
Consumo de electricidade do Data Center (kwh)	8 809 344,00	9 464 979,00	11 054 623,00	11 673 820,00	5,60%
Consumo de electricidade (kwh/Colaborador) [2]	7 959,00	8 194,00	7 786,62	7 299,62	-6,25%
Consumo de gás natural (GJ)	373,00	887,25	740,30	495,96	-33,01%
Consumo de gás natural (N,m^3)	9 555,00	22 750,00	18 982,00	13 150,00	-30,72%
Consumo de gás butano (Kg)	7 290,00	4 860,00	3 105,00	675,00	-78,26%
Consumo de gás butano (GJ)	345,00	229,56	146,66	31,88	-78,26%
Transporte [1]					
Número de veículos	1 085,00	1 154,00	1 212,00	1 233,00	1,73%
Combustível (GJ)	77 948,00	72 028,00	76 774,92	87 570,50	14,06%
Número de viagens de avião	2 874,00	3 090,00	3 356,00	1 122,00	-66,57%
Água [1]					
Consumo de água (m^3)	101 514,00	96 927,00	99 105,00	96 729,00	-2,40%
Consumo água por colaborador (m^3/colaborador) [3]	16,00	14,00	14,48	14,39	-0,62%
Emissão de gases com efeito de estufa (tCO_2e) [1]					
Emissões em deslocações em frota da empresa	3 421,00	3 501,00	3 773,00	5 861,00	55,34%
Emissões de gases fluorados dos equipamentos de climatização	1 477,00	1 447,00	1 447,00	1 447,00	0,00%
Emissões em equipamentos de cozinha a gás natural *	41,00	63,00	49,00	30,00	-38,78%
Emissões em geradores de emergência	31,00	0,00	0,00	40,00	
Emissões directas (Âmbito 1)	**4 940,00**	**5 011,00**	**5 269,00**	**7 378,00**	**40,03%**
Emissões da produção de electricidade adquirida	22 454,00	20 561,00	13 975,00	13 319,00	-4,69%
Emissões indirectas (Âmbito 2)	**22 454,00**	**20 561,00**	**13 975,00**	**13 319,00**	**-4,69%**
Total Âmbito 2 normalizado	22 128,00	23 043,00	23 233,00	20 650,00	-11,12%
Total (âmbito 1 e 2)	**27 394,00**	**25 572,00**	**19 244,00**	**20 697,00**	**7,55%**
Total (âmbito 1 e 2) normalizado**	**27 068,00**	**28 054,00**	**28 502,00**	**28 028,00**	**-1,66%**
Emissões em deslocações de trabalho/viagens de negócios de avião***	2 164,00	3 190,00	2 511,00	1 299,00	-48,27%
Emissões das deslocações casa-trabalho-casa dos Colaboradores	7 090,00	6 932,00	6 945,00	8 186,00	17,87%
Emissões indirectas (Âmbito 3)***	**9 254,00**	**10 122,00**	**9 456,00**	**9 485,00**	**0,31%**
Consumo de materiais (Papel e outros consumíveis) [4]					
Papel branco para consumo interno (toneladas)	441,25	480,44	416,73	410,64	-1,46%
Papel branco para uso interno (nº resmas/Colaborador)	24,92	27,60	23,51	23,50	-0,04%
Papel reciclado para uso interno (toneladas)	16,44	9,86	17,68	7,44	-57,92%
Papel reciclado para uso interno (nº resmas/Colaborador)	0,93	0,55	1,00	0,43	-57,31%
Impressos – Área de *printing e finishing* (toneladas)	412,83	384,43	300,53	246,82	-17,87%
Impressos – Área de *printing e finishing* (nº resmas)	165 785,00	154 387,00	120 692,85	99 122,91	-17,87%
Consumíveis utilizados (unidades)	38 252,00	50 405,00	47 356,00	44 955,00	-5,07%
Gestão de resíduos [1]					
Papel para reciclagem (toneladas)	343,71	478,31	289,18	224,17	-22,48%
Cartão para reciclagem (toneladas)	54,24	61,35	57,11	73,43	28,58%
Consumíveis recolhidos (unidades)	6 545,00	4 023,00	22 860,00	21 756,60	-4,83%

1) BES Portugal
2) BES Portugal, não inclui o consumo do Data Center
3) BES Portugal, não inclui o consumo do BES Arte e Finança
4) BES PT, BAC, BEST, ESAF, BESI
* Valores recalculados devido à contabilização de novos gases com efeito de estufa
** Valor obtido através de um factor de emissão correspondente à média de todos os factores de emissão da série temporal considerada
*** Valores recalculados devido a novos factores de emissão e a uma nova metodologia para classificar a tipologia de voos

Relatório de Verificação

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

Ao Conselho de Administração Executivo do
Grupo Banco Espírito Santo S.A.

Introdução

1. Fomos contratados pelo Conselho de Administração Executivo do Grupo Banco Espírito Santo, S.A. ("GBES") para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade incluída no Relatório de Gestão ("Relatório") do GBES para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Responsabilidades

2. O Conselho de Administração Executivo do GBES é responsável:
   - Pela preparação e apresentação da informação de sustentabilidade incluída no Relatório em conformidade com as Directrizes para Reporte de Sustentabilidade ("Sustainability Reporting Guidelines (G3)") do Global Reporting Initiative (GRI), conforme referido no Relatório, e pela informação e asserções incluídas no mesmo;
   - Pela determinação dos objectivos do GBES no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade, incluindo a identificação das partes interessadas ("stakeholders") e aspectos materialmente relevantes de acordo com a Norma AA1000APS (2008) para os princípios da inclusão, materialidade e resposta; e,
   - Pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados, dos quais é obtida a informação relatada.

3. A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efectuado. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade - ISAE 3000 – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica emitida pelo "International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants". Esta Norma requer o cumprimento dos requisitos éticos aplicáveis, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída no Relatório para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A. Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

Âmbito

4. Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre informação de sustentabilidade consiste em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no Relatório, na execução de procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado. Esses procedimentos incluíram:

   - Realização de entrevistas com responsáveis para compreender os processos implementados pelo GBES para determinar os aspectos materialmente relevantes para as principais partes interessadas ("stakeholder") do GBES;
   - Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas relevantes aplicadas, e implementação destas nas diversas áreas de negócio;
   - Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade a incluir no Relatório;
   - Comparação da informação apresentada no Relatório, com as respectivas fontes de informação, para concluir se todos os dados relevantes com origem nas referidas fontes foram incluídos no Relatório; e
   - Leitura da informação apresentada no Relatório, de forma a concluir sobre a sua adequabilidade com o nosso conhecimento geral, e experiência, com a performance de sustentabilidade do GBES.

5. Os procedimentos de recolha de prova, efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade. Consequentemente, não nos permite obter a garantia de que tomaríamos conhecimento de todas as questões importantes que podem ser identificados numa auditoria ou num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria ou uma conclusão de garantia razoável de fiabilidade.

Conclusão

6. Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída no Relatório do GBES, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem:

   - O alinhamento do GBES com os princípios de inclusão, materialidade e resposta da norma AA1000APS (2008); e,
   - A sua conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade ("Sustainability Reporting Guidelines (G3)") do "Global Reporting Initiative (GRI)", conforme referido na secção "Guia de Leitura" do Relatório de Gestão.

7. O nosso Relatório de garantia limitada de fiabilidade é emitido unicamente para o GBES de acordo com os termos contratados. O nosso trabalho foi realizado unicamente, com o objectivo de relatar ao GBES, situações para as quais fomos contratados neste Relatório de garantia limitada de fiabilidade e não se destina a ser utilizado para nenhum outro propósito. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante terceiras entidades, para além do GBES, pelo nosso trabalho, por este Relatório de garantia limitada de fiabilidade ou pelas nossas conclusões.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2012

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131)

II Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

102	1	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas
200	2	Anexo - Adopção das Recomendações do *Financial Stability Forum* (*FSF*) e do *Commitee of European Banking Supervisors* (*CEBS*) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos
202	3	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas
205	4	Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria das Contas Consolidadas e Individuais
208	5	Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas
286	6	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Individuais

1 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas

Demonstração dos Resultados Consolidados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

			31.12.2010
	Notas	31.12.2011	Reexpresso
Juros e proveitos similares	5	4 084 862	3 727 898
Juros e custos similares	5	2 903 271	2 563 940
Margem financeira		1 181 591	1 163 958
Rendimentos de instrumentos de capital		167 701	193 292
Rendimentos de serviços e comissões	6	888 646	886 808
Encargos com serviços e comissões	6	(130 546)	(117 475)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(178 904)	(191 470)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	(68 770)	364 436
Resultados de reavaliação cambial	9	(32 645)	46 731
Resultados de alienação de outros activos	10	(91 680)	(12 369)
Outros resultados de exploração	11	357 803	(13 634)
Proveitos operacionais		2 093 196	2 320 277
Custos com pessoal	12	587 475	581 870
Gastos gerais administrativos	14	433 753	441 057
Depreciações e amortizações	26 e 27	107 926	100 092
Provisões líquidas de anulações	34	6 860	49 343
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	600 616	351 809
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	20, 21 e 23	73 251	76 332
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25, 27 e 29	167 602	56 135
Custos operacionais		1 977 483	1 656 638
Alienação de subsidiárias e associadas	1	1 795	46 401
Resultados de associadas	28	(175 231)	37 175
Resultado antes de impostos		(57 723)	747 215
Impostos sobre o rendimento			
Correntes	35	72 147	59 673
Diferidos	35	(133 666)	(15 899)
		(61 519)	**43 774**
Resultado líquido do exercício		**3 796**	**703 441**
Atribuível aos accionistas do Banco		(108 758)	556 901
Atribuível aos interesses que não controlam	39	112 554	146 540
		3 796	**703 441**
Resultados por acção básicos (em euros)	15	(0.04)	0.45
Resultados por acção diluídos (em euros)	15	(0.04)	0.45

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral dos Exercícios Findos em 31 De Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010 Reexpresso
Resultado líquido do exercício		
Atribuível aos accionistas do Banco	(108 758)	556 901
Atribuível aos interesses que não controlam	112 554	146 540
	3 796	**703 441**
Outro rendimento integral do exercício		
Benefícios de longo prazo	44 015	(91 918)
Diferenças de câmbio	11 981	16 621
Impostos sobre o rendimento	(15 805)	10 342
Outro rendimento integral apropriado de associadas	(8 053)	-
	32 138	**(64 955)**
Activos disponiveis para venda		
Ganhos e perdas no exercício	(631 336)	(45 535)
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do exercício	126 561	(334 634)
Impostos diferidos	69 226	64 787
	(435 549)	**(315 382)**
Total do rendimento integral do exercício	**(399 615)**	**323 104**
Atribuível aos accionistas do Banco	**(523 227)**	**174 642**
Atribuível aos interesses que não controlam	**123 612**	**148 462**
	(399 615)	**323 104**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2011	31.12.2010 Reexpresso	01.01.2010 Reexpresso
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	1 090 439	930 505	2 192 317
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	580 813	557 972	610 574
Activos financeiros detidos para negociação	18	3 434 639	3 942 061	4 459 484
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	19	1 963 989	1 424 331	1 002 301
Activos financeiros disponíveis para venda	20	11 482 866	11 774 881	8 531 600
Aplicações em instituições de crédito	21	3 282 576	4 245 436	7 997 807
Crédito a clientes	22	49 043 382	50 829 123	48 978 847
Investimentos detidos até à maturidade	23	1 541 182	2 458 800	2 541 829
Derivados para gestão de risco	24	510 090	447 304	455 115
Activos não correntes detidos para venda	25	1 646 683	574 550	407 585
Outros activos tangíveis	26	851 678	809 037	658 773
Activos intangíveis	27	230 332	233 537	137 885
Investimentos em associadas	28	806 999	961 908	793 815
Activos por impostos correntes		28 692	99 396	20 929
Activos por impostos diferidos	35	712 157	540 686	431 831
Outros activos	29	3 030 855	3 198 691	2 481 407
Total de Activo		**80 237 372**	**83 028 218**	**81 702 099**
Passivo				
Recursos de bancos centrais	30	10 013 713	7 964 820	3 817 643
Passivos financeiros detidos para negociação	18	2 125 253	2 088 007	1 561 143
Recursos de outras instituições de crédito	31	6 239 360	6 380 592	6 895 720
Recursos de clientes	32	34 206 162	30 819 220	25 446 450
Responsabilidades representadas por títulos	33	18 452 648	24 109 939	33 101 099
Derivados para gestão de risco	24	238 633	228 944	253 148
Passivos não correntes detidos para venda	25	140 950	5 411	21 609
Provisões	34	190 450	214 706	179 851
Passivos por impostos correntes		44 937	25 324	133 616
Passivos por impostos diferidos	35	110 533	115 660	79 216
Passivos subordinados	36	961 235	2 291 833	2 639 071
Outros passivos	37	1 321 023	1 934 723	1 229 751
Total de Passivo		**74 044 897**	**76 179 179**	**75 358 317**
Capital Próprio				
Capital	38	4 030 232	3 500 000	3 500 000
Prémios de emissão	38	1 081 663	1 085 398	1 085 399
Outros instrumentos de capital	38	29 505	269 953	-
Acções próprias	38	(997)	-	(25 083)
Acções preferenciais	38	211 913	600 000	600 000
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	39	360 470	298 086	902 088
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco		(108 758)	556 901	-
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco		**5 604 028**	**6 310 338**	**6 062 404**
Interesses que não controlam	39	588 447	538 701	281 378
Total de Capital Próprio		**6 192 475**	**6 849 039**	**6 343 782**
Total de Passivo e Capital Próprio		**80 237 372**	**83 028 218**	**81 702 099**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Acções próprias	Acções preferenciais	Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral			Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
						Reservas de justo valor	Outras reservas, resultados transitados e Outro rendimento integral	Total				
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (reexpresso)	**3 500 000**	**1 085 399**	**-**	**(25 083)**	**600 000**	**300 833**	**79 141**	**379 974**	**522 114**	**6 062 404**	**281 378**	**6 343 782**
Outro rendimento integral												
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	-	(310 413)	-	(310 413)	-	(310 413)	(4 969)	(315 382)
Desvios actuariais, líquidos de imposto	-	-	-	-	-	-	(77 960)	(77 960)	-	(77 960)	(599)	(78 559)
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto	-	-	-	-	-	-	6 114	6 114	-	6 114	7 490	13 604
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	556 901	556 901	146 540	703 441
Total do rendimento integral do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(310 413)**	**(71 846)**	**(382 259)**	**556 901**	**174 642**	**148 462**	**323 104**
Custos relacionados com aumento de capital	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Emissão de outros instrumentos												
de capital (ver Nota 38)	-	-	269 953	-	-	-	-	-	-	269 953	50 000	319 953
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	358 936	358 936	(358 936)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias [a]	-	-	-	-	-	-	-	-	(163 178)	(163 178)	-	(163 178)
Dividendos de acções preferenciais [b]	-	-	-	-	-	-	(33 480)	(33 480)	-	(33 480)	-	(33 480)
Plano de incentivos baseado em acções,												
líquido de imposto (ver Nota 13)	-	-	-	-	-	-	366	366	-	366	-	366
Liquidação do Plano de incentivos												
baseado em acções (ver Nota 12 e 38)	-	-	-	25 083	-	-	(22 131)	(22 131)	-	2 952	-	2 952
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	(3 320)	(3 320)	-	(3 320)	3 575	255
Outras variações em Interesses												
que não controlam (ver Nota 39)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55 286	55 286
Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)	**3 500 000**	**1 085 398**	**269 953**	**-**	**600 000**	**(9 580)**	**307 666**	**298 086**	**556 901**	**6 310 338**	**538 701**	**6 849 039**
Outro rendimento integral												
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	-	(435 595)	-	(435 595)	-	(435 595)	46	(435 549)
Desvios actuariais, líquidos de imposto	-	-	-	-	-	-	29 567	29 567	-	29 567	1 355	30 922
Outro rendimento integral apropriado												
de associadas							(8 053)	(8 053)	-	(8 053)	-	(8 053)
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto	-	-	-	-	-	-	(388)	(388)	-	(388)	9 657	9 269
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(108 758)	(108 758)	112 554	3 796
Total do rendimento integral do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(435 595)**	**21 126**	**(414 469)**	**(108 758)**	**(523 227)**	**123 612**	**(399 615)**
Aumento de capital	530 232	(3 735)	(240 448)	-	(197 446)	-	54 673	54 673	-	143 276	(46 269)	97 007
- emissão de 294 573 418 novas acções	530 232	-	-	-	-	-	-	-	-	530 232	-	530 232
- troca de instrumentos de capital												
e acções preferenciais	-	-	(240 448)	-	(197 446)	-	54 673	54 673	-	(383 221)	(46 269)	(429 490)
- custos com aumento de capital	-	(3 735)	-	-	-	-	-	-	-	(3 735)	-	(3 735)
Compra de acções preferenciais (ver Nota 38)	-	-	-	-	(190 641)	-	50 975	50 975	-	(139 666)	-	(139 666)
Transacções com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	3 630	3 630	-	3 630	(10 102)	(6 472)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	409 946	409 946	(409 946)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias [a]	-	-	-	-	-	-	-	-	(146 955)	(146 955)	-	(146 955)
Dividendos de acções preferenciais,												
líquido de imposto [b]	-	-	-	-	-	-	(25 717)	(25 717)	-	(25 717)	-	(25 717)
Variações de acções próprias (ver Nota 38)	-	-	-	(997)	-	-	-	-	-	(997)	-	(997)
Juros de outros instrumentos de capital,												
líquido de imposto [c]	-	-	-	-	-	-	(15 478)	(15 478)	-	(15 478)	-	(15 478)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	(1 176)	(1 176)	-	(1 176)	-	(1 176)
Outras variações em Interesses												
que não controlam (ver Nota 39)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17 495)	(17 495)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	**4 030 232**	**1 081 663**	**29 505**	**(997)**	**211 913**	**(445 175)**	**805 645**	**360 470**	**(108 758)**	**5 604 028**	**588 447**	**6 192 475**

(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,126 euros e 0,14 euros pagos às acções em circulação em 2011 e 2010, respectivamente

(b) Corresponde a um dividendo preferencial calculado com base numa taxa anual de 5,58% em relação às acções preferenciais em circulação emitidas pela BES Finance (Nota 38)

(c) Corresponde a um juro condicionado pago semestralmente e calculado com base numa taxa anual de 8,5% (para as emissões em euros) e 8,0% (para as emissões em dólares) em relação às obrigações perpétuas subordinadas emitidas pelo BES (ver Nota 38)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2011	31.12.2010
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		3 891 906	3 554 852
Juros e custos pagos		(2 911 344)	(2 432 654)
Serviços e comissões recebidas		894 674	893 508
Serviços e comissões pagas		(143 472)	(135 280)
Recuperações de créditos		26 553	19 582
Contribuições para o fundo de pensões		(92 467)	(58 027)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(1 088 677)	(940 989)
		577 173	**900 992**
Variação nos activos e passivos operacionais:			
Aplicações em/ Recursos de bancos centrais		3 315 365	4 641 977
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(173 894)	511 300
Aplicações em outras instituições de crédito		(290 655)	3 760 356
Recursos de outras instituições de crédito		(171 308)	(531 821)
Crédito a clientes		332 334	(2 113 843)
Recursos de clientes e outros empréstimos		3 313 699	5 224 421
Derivados para gestão do risco		(142 821)	(84 390)
Outros activos e passivos operacionais		(746 285)	(1 226 270)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		**6 013 608**	**11 082 722**
Impostos sobre os lucros pagos		46 890	(246 432)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		**6 060 498**	**10 836 290**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	1	(98 191)	(237 072)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas	1	5 565	17 021
Dividendos recebidos		171 894	209 219
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(47 352 062)	(41 128 358)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		47 680 028	38 447 467
Investimentos detidos até à maturidade		394 549	63 461
Compra de imobilizações		(145 361)	(321 229)
Venda de imobilizações		507	790
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		**656 929**	**(2 948 701)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Compra de acções preferenciais		(41 841)	-
Emissão de outros instrumentos de capital		-	319 953
Emissão de obrigações e outros passivos titulados		9 095 624	11 143 731
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados		(14 422 787)	(19 652 853)
Emissão de passivos subordinados		8 174	84 279
Reembolso de passivos subordinados		(989 458)	(440 071)
Acções próprias		(997)	2 952
Juros de outros instrumentos de capital		(21 801)	-
Dividendos de acções ordinárias pagos		(146 955)	(163 178)
Dividendos de acções preferenciais pagos		(25 717)	(33 480)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		**(6 545 758)**	**(8 738 667)**
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		**171 669**	**(851 078)**
Caixa e equivalentes no início do exercício		**1 341 403**	**2 161 089**
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		29 179	31 392
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		171 669	(851 078)
Caixa e equivalentes no fim do exercício		**1 542 251**	**1 341 403**
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	16	278 179	306 203
Disponibilidades em Bancos Centrais	16	812 260	624 302
(Das quais, Disponibilidades de natureza obrigatória)		(129 001)	(147 074)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	580 813	557 972
Total		**1 542 251**	**1 341 403**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Grupo Banco Espírito Santo

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

NOTA 1 – Actividade e Estrutura do Grupo

O **Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES)** é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a actividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de Julho de 1999 passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo, S.A.. O BES constitui o núcleo central de um grupo financeiro – Grupo BES – formado pelo Banco e por um conjunto de empresas financeiras localizadas em Portugal e no estrangeiro.

O BES é uma sociedade anónima cujas acções ordinárias se encontram cotadas na NYSE Euronext Lisbon. Em 31 de Dezembro de 2011, encontravam-se também admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo 216 mil acções preferenciais da subsidiária BES Finance, Ltd.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPAR SGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62, em Lisboa e também pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O Grupo BES dispõe de uma rede de 801 balcões em Portugal e no estrangeiro (31 de Dezembro de 2010: 828), incluindo sucursais no exterior em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde e Venezuela, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 13 escritórios de representação no estrangeiro.

Seguidamente apresenta-se a estrutura do Grupo com discriminação das empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

a) Empresas consolidadas directamente no BES:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
BANCO ESPÍRITO SANTO, SA (BES)	1937	-	Portugal	Banca		
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de investimento	100,00%	Integral
Aman Bank for Commerce and Investment Stock Company	2003	2010	Líbia	Banca	40,00% [a]	Integral
Avistar, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Espírito Santo Servicios, SA	1996	1997	Espanha	Colocação de seguros	100,00%	Integral
Espírito Santo Activos Financieros, SA	1988	2000	Espanha	Gestão de activos	95,00%	Integral
Espírito Santo Vanguarda, SL	2011	2011	Espanha	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo dos Açores, SA (BAC)	2002	2002	Portugal	Banca	57,53%	Integral
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)	2001	2001	Portugal	Banca electrónica	66,00%	Integral
BES África, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo Angola, SA (BESA)	2001	2001	Angola	Banca	51,94%	Integral
BESAACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	2008	2008	Angola	Gestão de fundos de investimento	63,70%	Integral
BESAACTIF Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	2009	2009	Angola	Gestão de fundos de pensões	63,70%	Integral
Banco Espírito Santo do Oriente, SA (BESOR)	1996	1996	Macau	Banca	99,75%	Integral
Espírito Santo Bank (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	99,99%	Integral
BES Beteiligungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
BIC International Bank Ltd. (BIBL)	2000	2000	Ilhas Caimão	Banca	100,00%	Integral
Parsuni - Sociedade Unipessoal, SGPS	2004	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Praça do Marquês - Serviços Auxiliares, SA (PÇMARQUÊS)	1990	2007	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	100,00%	Integral
Espírito Santo, plc. (ESPLC)	1999	1999	Irlanda	Sociedade financeira	99,99%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	90,00%	Integral
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espirito Santo North American Capital Limited Liability Co. (BESNAC)	1990	1990	Estados Unidos	Emissão papel comercial	100,00%	Integral
BES Finance, Ltd. (BESFINANCE)	1997	1997	Ilhas Caimão	Emissão acções preferenciais e outros títulos	100,00%	Integral
ES, Recuperação de Crédito, ACE (ESREC)	1998	1998	Portugal	Recuperação de crédito vencido	99,15%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
Espírito Santo - Informática, ACE (ESINF)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	81,28%	Integral
Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE 2 (ES ACE2)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	86,71%	Integral
ESGEST - Esp. Santo Gestão Instalações, Aprov. e Com., SA (ESGEST)	1995	1995	Portugal	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Inc. (ESCLINC)	1982	1997	Estados Unidos	Serviços de representação	100,00%	Integral
Espírito Santo Representações, Ltda. (ESREP)	1996	1996	Brasil	Serviços de representação	99,99%	Integral
Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, SA (CÓNEGOS)	1991	2000	Portugal	Compra e venda de imóveis	81,00%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	58,77%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	56,55%	Integral
Fundo de Capital de Risco - BES PME Capital Growth	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	100,00%	Integral
Fundo FCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	55,07%	Integral
OBLOG Consulting, SA	1993	1993	Portugal	Prestação de serviços informáticos	66,63%	Integral
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BES VIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	50,00%	Eq. Patrimonial
BES, Companhia de Seguros, SA (BES SEGUROS)	1996	1996	Portugal	Seguros	25,00%	Eq. Patrimonial
Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandel (SCI GM)	1995	1995	França	Construção e gestão de imóveis	22,50%	Eq. Patrimonial
ESEGUR - Espírito Santo Segurança, SA (ESEGUR)	1994	2004	Portugal	Prestação de serviços de segurança privada	44,00%	Eq. Patrimonial
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (LOCARENT)	1991	2003	Portugal	Renting	50,00%	Eq. Patrimonial
Banco Delle Tre Venezie, Spa	2006	2007	Itália	Banca	20,00%	Eq. Patrimonial
Nanium, SA	1996	2010	Portugal	Produção de semicondutores	41,06%	Eq. Patrimonial
Ascendi Douro - Estradas do Douro Interior, S.A.	2008	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	18,57% [b]	Eq. Patrimonial
Ascendi Pinhal Interior - Estradas do Pinhal Interior, S.A.	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	18,57% [b]	Eq. Patrimonial
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1974	2010	Portugal	Sociedade financeira de crédito	17,50% [b]	Eq. Patrimonial
Ijar Leasing Algérie	2011	2011	Argélia	Leasing	35,00%	Eq. Patrimonial

b) Sub-grupos:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de investimento	100,00%	Integral
Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (ESCAPITAL)	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
SES Iberia	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50,00%	Integral
HLC - Centrais de Cogeração, S.A.	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	24,50%	Eq. Patrimonial
Coporgest, SA	2002	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	25,00%	Eq. Patrimonial
Synergy Industry and Technology, S.A.	2006	2006	Espanha	Gestão de participações sociais	26,00%	Eq. Patrimonial
Salgar Investments	2007	2007	Espanha	Prestação de serviços	52,00%	Eq. Patrimonial
Só Peso Restauração e Hotelaria,S.A.	2000	2007	Portugal	Restauração e hotelaria	9,77% [b]	Eq. Patrimonial
ESSI Comunicações SGPS, SA	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
ESSI SGPS, SA	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Espírito Santo Investment Sp, Z.o.o.	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	100,00%	Integral
Espírito Santo Investment Holding, Limited	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	65,42%	Integral
Execution Holding, Ltd	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	65,42%	Integral
Espírito Santo Investments PLC	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100,00%	Integral
Espírito Santo Securities India	2011	2011	India	Corretagem	75,00%	Integral
ESSI Investimentos SGPS, SA	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
ESSI FIN, SGPS, SA	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	60,00%	Integral
Fin Solutia - Consultoria e Gestão de Créditos, SA	2007	2007	Portugal	Gestão e recuperação de créditos	29,70%	Eq. Patrimonial
Polish Hotel Company, SP	2008	2008	Polónia	Serviços diversos	33,00%	Eq. Patrimonial
Polish Hotel Capital SP	2008	2008	Polónia	Serviços diversos	33,00%	Eq. Patrimonial
Polish Hotel Management Company, SP	2008	2008	Polónia	Serviços diversos	25,00%	Eq. Patrimonial
Espirito Santo Investimentos, SA	1996	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
BES Investimento do Brasil, SA	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80,00%	Integral
2BCapital, SA	2005	2005	Brasil	Capital de risco	45,00%	Eq. Patrimonial
BES Securities do Brasil, SA	2000	2000	Brasil	Corretagem	80,00%	Integral
Gespar Participações, Ltda.	2001	2001	Brasil	Gestão de participações sociais	80,00%	Integral
BES Activos Financeiros, Ltda	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	85,00%	Integral
Espírito Santo Serviços Financeiros DTVM, SA	2009	2010	Brasil	Intermediação Financeira	74,56%	Integral
FI Multimercado Treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80,00%	Integral
BES REFRAN Investimentos	2001	2009	Brasil	Intermediação Financeira	80,00%	Integral
BES Participações, Ltda	1998	2009	Brasil	Intermediação Financeira	80,00%	Integral
BRB Internacional, S.A.	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	24,93%	Eq. Patrimonial
Prosport - Com. Desportivas, S.A.	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25,00%	Eq. Patrimonial
Apolo Films, SL	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25,15%	Eq. Patrimonial
Cominvest- SGII, S.A.	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	49,00% [a]	Integral
Fundo Espírito Santo IBERIA I	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	38,69%	Eq. Patrimonial
Fundo FIM BES Moderado	2011	2011	Brasil	Fundo de Investimento	57,68%	Integral
Fundo BES Absolute Return	2002	2009	Brasil	Fundo de Investimento	44,25% [a]	Integral
BES Beteiligungs, GmbH (BES GMBH)	**2006**	**2006**	**Alemanha**	**Gestão de participações sociais**	**100,00%**	**Integral**
Bank Espírito Santo International, Ltd. (BESIL)	1983	2002	Ilhas Caimão	Banca	100,00%	Integral
BES África, SGPS, SA (BES ÁFRICA)	**2006**	**2006**	**Portugal**	**Gestão de participações sociais**	**100,00%**	**Integral**
Banco Espírito Santo Cabo Verde, SA	2010	2010	Cabo Verde	Banca	99,99%	Integral
Moza Banco, SA	2008	2010	Moçambique	Banca	25,10%	Eq. Patrimonial
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	**1992**	**1992**	**Portugal**	**Gestão de participações sociais**	**90,00%**	**Integral**
Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	90,00%	Integral
Espírito Santo International Management, SA	1995	1995	Luxemburgo	Gestão de fundos de investimento	89,82%	Integral
Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, SA	1992	1992	Portugal	Gestão de fundos de investimento	90,00%	Integral
Espírito Santo Fundo de Pensões, SA	1989	1989	Portugal	Gestão de fundos de investimento	90,00%	Integral
Capital Mais - Assessoria Financeira, SA	1998	1998	Portugal	Gestão de fundos de investimento	90,00%	Integral
Espirito Santo International Asset Management, Ltd.	1998	1998	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	44,10%	Eq. Patrimonial
Espírito Santo Gestão de Patrimónios, SA	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	90,00%	Integral
ESAF - Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, SA	1996	1996	Portugal	Gestão de fundos de investimento	90,00%	Integral
ESAF - International Distributors Associates, Ltd	2001	2001	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	90,00%	Integral

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	**2000**	**2000**	**Portugal**	**Gestão de participações sociais**	**100,00%**	**Integral**
ES Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA	2005	2005	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
Yunit Serviços, SA	2000	2000	Portugal	Gestão de portais na internet	33,33%	Eq. Patrimonial
FCR Espírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização	2011	2011	Portugal	Fundo de Capital de Risco	50,00%	Eq. Patrimonial
Fundo Bem Comum, FCR	2011	2011	Portugal	Fundo de Capital de Risco	20,00%	Eq. Patrimonial
Espírito Santo Contact Center, Gestão de Call Centers, SA (ESCC)	2000	2000	Portugal	Gestão de *call centers*	41,67%	Eq. Patrimonial
Banque Espirito Santo et de la Vénétie, SA (ES Vénétie)	1927	1993	França	Banca	42,69%	Eq. Patrimonial
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	**2006**	**2006**	**Portugal**	**Fundo de Capital de Risco**	**58,77%**	**Integral**
Atlantic Ventures Corporation	2006	2006	Estados Unidos	Gestão de participações sociais	58,77%	Integral
Sousacamp, SGPS, SA	2007	2007	Portugal	Gestão de participações sociais	22,98%	Eq. Patrimonial
Global Active - SGPS, SA	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	26,25%	Eq. Patrimonial
Outsystems, SA	2007	2007	Portugal	Tecnologias de informação	17,21% [b]	Eq. Patrimonial
Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA	2006	2006	Portugal	Tecnologias de informação	23,52%	Eq. Patrimonial
Multiwave Photonics, SA	2003	2008	Portugal	Tecnologias de informação	12,20% [b]	Eq. Patrimonial
Bio-Genesis	2007	2007	Brasil	Gestão de participações sociais	17,59% [b]	Eq. Patrimonial
YDreams - Informática, SA	2000	2009	Portugal	Tecnologias de informação	15,33% [b]	Eq. Patrimonial
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III	**2009**	**2009**	**Portugal**	**Fundo de Capital de Risco**	**56,55%**	**Integral**
Atlantic Ventures III Corporation	2011	2011	Estados Unidos	Gestão de participações sociais	56,55%	Integral
Nutrigreen, SA	2007	2009	Portugal	Prestação de serviços diversos	11,31% [b]	Eq. Patrimonial
Advance Ciclone Systems, SA	2008	2009	Portugal	Tratamento eliminação de resíduos inertes	18,10% [b]	Eq. Patrimonial
Watson Brown, HSM, Ltd	1997	2009	Reino Unido	Reciclagem de borracha	15,59% [b]	Eq. Patrimonial
Domática, Electrónica e Informática, SA	2002	2011	Portugal	Tecnologias de informação	13,33% [b]	Eq. Patrimonial
Fundo FCR PME / BES	**1997**	**1997**	**Portugal**	**Fundo de Capital de Risco**	**55,07%**	**Integral**
Mobile World - Comunicações. SA	2009	2009	Portugal	Telecomunicações	26,98%	Eq. Patrimonial
MMCI - Multimédia, SA	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	26,98%	Eq. Patrimonial
TLCI 2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, SA	2006	2006	Portugal	Telecomunicações	26,98%	Eq. Patrimonial
Soprattutto Café, S.A	2006	2006	Portugal	Comércio e dist. equipamentos de café	23,38%	Eq. Patrimonial
Enkrott SA	2006	2006	Portugal	Gestão e Tratamento de Águas	16,52% [b]	Eq. Patrimonial
Palexpo - Imagem Empresarial, SA	2009	2009	Portugal	Fabrico de mobiliário	27,26%	Eq. Patrimonial
Nova Figfort - Têxteis, Lda	1995	2009	Portugal	Fabrico de vestuário	18,34% [b]	Eq. Patrimonial
Rodi - Sinks & Ideas, SA	2006	2006	Portugal	Indústria metálica	24,81%	Eq. Patrimonial
Espírito Santo Activos Financieros, SA	**1988**	**2000**	**Espanha**	**Gestão de activos**	**95,00%**	**Integral**
Espírito Santo Gestión, SA, SGIIC	2001	2001	Espanha	Gestão de activos	95,00%	Integral
Espírito Santo Pensiones, S.G.F.P., SA	2001	2001	Espanha	Gestão de fundos de pensões	95,00%	Integral
Espírito Santo Bank (ESBANK)	**1963**	**2000**	**Estados Unidos**	**Banca**	**99,99%**	**Integral**
ES Financial Services, Inc.	2000	2000	Estados Unidos	Corretagem	99,99%	Integral
Tagide Properties, Inc.	1991	1991	Estados Unidos	Gestão de investimentos imobiliários	99,99%	Integral
Espírito Santo Representaciones	2003	2003	Uruguai	Serviços de representação	99,99%	Integral
ES Advisors, Inc.	2011	2011	Estados Unidos	Consultoria de investimentos	99,99%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	**2002**	**2003**	**Portugal**	**Gestão de participações sociais**	**71,66%**	**Integral**
ES Concessions International Holding, BV	2010	2010	Holanda	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
Empark - Aparcamientos y Servicios, SA	1968	2009	Espanha	Exploração de parques estacionamento	15,92% [b]	Eq. Patrimonial
ES Concessions Latam, BV	2011	2011	Holanda	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
Concesionaria Autopista Perote-Xalapa, CV	2008	2008	México	Concessionária de auto-estradas	14,33% [b]	Eq. Patrimonial
Ascendi Group SGPS, SA	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	28,66%	Eq. Patrimonial
SCUTVIAS - Autoestradas da Beira Interior, SA	1999	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	15,93% [b]	Eq. Patrimonial
Portvias - Portagem de Vias, SA	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	15,93% [b]	Eq. Patrimonial
MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, SA	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	15,93% [b]	Eq. Patrimonial
Auvisa - Autovia de los Viñedos, SA	2003	2010	Espanha	Concessionária de auto-estradas	35,83%	Eq. Patrimonial

a) Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas actividades.
b) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades, conforme política contabilística descrita na Nota 2.2.

Adicionalmente, e de acordo com a SIC 12, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	% interesse económico	Método de consolidação
SIGNUM, Ltd 05/14/12	2001	2010	Ilhas Caimão	54,80%	Integral
SIGNUM, Ltd 05/21/12	2001	2010	Ilhas Caimão	63,96%	Integral
Lusitano SME No.1 plc (*)	2006	2006	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.6 plc (*)	2007	2007	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Project Finance No.1, FTC (*)	2007	2011	Portugal	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.7 plc (*)	2008	2008	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Leverage Finance No. 1 BV (*)	2010	2010	Holanda	100%	Integral
Lusitano SME No.2 (*)	2010	2010	Portugal	100%	Integral
Lusitano Finance No. 3 (*)	2011	2011	Portugal	100%	Integral
IM BES Empresas 1 (*)	2011	2011	Espanha	100%	Integral

(*) Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização (ver Nota 43)

No primeiro trimestre de 2011, procedeu-se à liquidação da entidade de finalidade especial "Lusitano Project Finance Nº1". O Grupo passou a consolidar o Fundo de Titularização de Crédito "Lusitano Project Finance Nº1 FTC".

Em 31 de Dezembro de 2011, a consolidação destas entidades teve os seguintes impactos nas contas do Grupo:

(milhares de euros)

	31.12.2011	3.12.2010
Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito	572 182	468 085
Activos financeiros detidos para venda	306 380	406 734
Crédito a Clientes (líquido de imparidade)	5 828 664	5 715 334
Responsabilidades representadas por títulos	951 660	1 208 319

Durante o exercício de 2011 as alterações mais relevantes ao nível da estrutura do Grupo BES foram as seguintes:

Empresas Subsidiárias

- Em Dezembro de 2011, o Grupo BES adquiriu uma participação adicional de 30,70% do capital social da ES Concessões pelo valor de 25 500 milhares de euros (Capital e Prestações Acessórias), passando a deter 71,66% do capital social desta empresa;
- Em Dezembro de 2011, a ESAF alienou a totalidade da participação que detinha na ESAF Alternative Asset Management, Ltd;
- Em Dezembro de 2011, o ES Bank adquiriu 14,9% do capital social da ES Financial Services ao Banque Privée Espírito Santo, passando o Grupo a deter a totalidade do capital dessa empresa;
- Em Dezembro de 2011, o BES adquiriu à Companhia de Seguros Tranquilidade 5% do capital social da ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S. passando a deter 90% do capital desta sociedade;
- Em Dezembro de 2011, o BESI reforçou a sua participação no Execution Noble, passando a deter 65,42% do capital desta sociedade.

Empresas Associadas (ver Nota 28)

- Em Janeiro de 2011, a BES ÁFRICA adquiriu uma participação de 25,1% no Moza Banco, SA, instituição bancária moçambicana;
- Em Fevereiro de 2011, decorrente do processo de aumento de capital da Watson Brown HSM, Ltd, o Fundo FCR Ventures III passou a deter 27,57% do capital desta empresa, passando esta entidade a ser consolidada pelo método da equivalência patrimonial;
- Em Abril de 2011, o BES alienou a participação que detinha na Esumédica à Companhia de Seguros Tranquilidade, SA, traduzindo-se numa mais-valia consolidada de 380 milhares de euros;
- Em Maio de 2011, foi realizada a fusão por incorporação da Gespastor, SA na Espírito Santo Gestión, SA.
- Em Julho e Setembro de 2011, a ES Tech Ventures investiu nos Fundos FCR Espírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização e Fundo Bem Comum, FCR, respectivamente, detendo 50% e 20% do seu capital, passando estes a integrar o perímetro de consolidação do Grupo;
- Em Setembro de 2011, o BES alienou a participação que detinha na Europ Assistance à Companhia de Seguros Tranquilidade, SA, traduzindo-se numa mais-valia consolidada de 110 milhares de euros;
- Em Dezembro de 2011, foi constituída a sociedade de leasing Ijar Leasing Algérie, no âmbito de uma parceria com o Banque Exterieure d'Algerie, sendo esta sociedade detida em 65% por este e em 35% pelo Grupo BES.

Durante os exercícios de 2011 e 2010, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011						
	Aquisições			Vendas			
	Valor de aquisição	Outros Investimentos [a]	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos[a]	Total	Mais/(menos valias) em vendas/ liquidações
Empresas subsidiárias							
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S.	13 189	-	13 189	-	-	-	-
ESAF - Alternative Asset Management, Ltd	-	-	-	(1 305)	-	(1 305)	1 305
Execution Noble	23 943	-	23 943	-	-	-	-
ES Concessões	808	24 692	25 500	-	-	-	-
ES Financial Services	1 979	-	1 979	-	-	-	-
	39 919	**24 692**	**64 611**	**(1 305)**	**-**	**(1 305)**	**1 305**
Empresas associadas							
BES Vida	-	62 500	62 500	-	-	-	-
Moza Banco	8 018	1 782	9 800	-	-	-	-
Watson Brown [b]	68	2 938	3 006	-	-	-	-
Ijar Leasing Algérie	12 361	-	12 361	-	-	-	-
Esumédica	-	-	-	-	-	-	380
Ascendi Group	-	4 969	4 969	-	-	-	-
Europ Assistance	-	-	-	(2 465)	-	(2 465)	110
Rua Bonita [c]	-	-	-	-	(818)	(818)	-
Global Active	-	87	87	-	-	-	-
FCR ES Ventures Inovação e Internacionalização	5 000	-	5 000	-	-	-	-
Fundo Bem Comum, FCR	500	-	500	-	-	-	-
Autopista Perote-Xalapa	-	1 622	1 622	-	-	-	-
Ydreams	-	352	352	-	-	-	-
Nutrigreen	-	-	-	-	(1 500)	(1 500)	-
Domática	1 000	-	1 000	-	-	-	-
	26 947	**74 250**	**101 197**	**(2 465)**	**(2 318)**	**(4 783)**	**490**
Total	**66 866**	**98 942**	**165 808**	**(3 770)**	**(2 318)**	**(6 088)**	**1 795**

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos
(b) Empresa que passou a integrar o perímetro de consolidação do Grupo, anteriormente registada na carteira de activos disponíveis para venda
(c) Empresa que deixou de integrar o perímetro de consolidação do Grupo devido a perda de influência significativa, passando a ser registada na carteira de activos disponíveis para venda

(milhares de euros)

	31.12.2010						
	Aquisições			Vendas			
	Valor de aquisição	Outros Investimentos [a]	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos[a]	Total	Mais/(menos valias) em vendas/liquidações
Empresas subsidiárias							
AMAN Bank	24 275	15 994	40 269	-	-	-	-
BES ÁFRICA	-	14 100	14 100	-	-	-	-
BES Cabo Verde	12 995	-	12 995	-	-	-	-
Gespastor	25 354	-	25 354	-	-	-	-
Espírito Santo Activos Financieros	-	15 000	15 000	-	-	-	-
Kutaya	-	-	-	-	-	-	(122)
Execution Holdings	58 165	-	58 165	-	-	-	-
	120 789	**45 094**	**165 883**	**-**	**-**	**-**	**(122)**
Empresas associadas							
Ascendi Group, SGPS	163 341	-	163 341	-	-	-	-
SCUTVIAS	50 669	-	50 669	-	-	-	-
Auvisa	41 056	-	41 056	-	-	-	-
Unicre	10 929	568	11 497	-	-	-	-
Nanium	1 481	6 159	7 640	-	-	-	-
Salgar Investments	5 268	-	5 268	-	-	-	-
Banco Delle Tre Venezie	-	3 651	3 651	-	-	-	-
PT Prime Tradecom	-	2 015	2 015	-	-	-	-
TLCI 2	-	1 835	1 835	-	-	-	-
Ydreams	-	1 270	1 270	-	-	-	-
Ascendi Beira Litoral e Alta	-	-	-	(77 030)	(761)	(77 791)	16 695
Ascendi Grande Porto	-	-	-	(54 391)	(369)	(54 760)	18 073
Ascendi Costa de Prata	-	-	-	(22 637)	-	(22 637)	6 196
Empark	-	-	-	(7 136)	-	(7 136)	-
Neumáticos Andrés Investments, SA	-	-	-	(5 660)	-	(5 660)	3 559
Agrilink (Aquaspy)	-	-	-	-	(3 573)	(3 573)	-
Ascendi - Concessões de Transportes	-	-	-	(2 400)	-	(2 400)	2 000
Outros	1 388	2 989	4 377	-	(652)	(652)	-
	274 132	**18 487**	**292 619**	**(169 254)**	**(5 355)**	**(174 609)**	**46 523**
Total	**394 921**	**63 581**	**458 502**	**(169 254)**	**(5 355)**	**(174 609)**	**46 401**

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos

NOTA 2 – Principais Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de Apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BES agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2011 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2010. Contudo, em 2011 o Grupo alterou a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais decorrentes dos planos de pensões de benefício definido tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 'Benefícios a empregados', como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral. Anteriormente a esta alteração, os desvios actuariais eram diferidos em balanço e reconhecidos em resultados com base no método do corredor previsto no parágrafo 92 do IAS 19. Os impactos desta alteração de política contabilística podem ser analisados na Nota 47.

Adicionalmente e tal como descrito na Nota 48, o Grupo adoptou na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2011, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, descritas nesta nota, foram adoptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2011 não teve um efeito material nas contas do Grupo.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na nota 48.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 29 de Fevereiro de 2012.

2.2. Princípios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do BES e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BES), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades da SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades da SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios da SPE estando por isso exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos da SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Fundos de investimento geridos pelo Grupo

No âmbito da actividade de gestão de activos, o Grupo gere fundos de investimento por conta e risco dos detentores das unidades de participação. As demonstrações financeiras destes fundos não são consolidadas pelo Grupo excepto nos casos em que é exercido controlo sobre a sua actividade nos termos definidos na SIC – 12. Presume-se que existe controlo sobre um fundo quando o Grupo detém mais do que 50% das respectivas unidades de participação.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, e conforme o IFRS 3 – *Business Combination*, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a respectiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflecte as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

Transacções com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do BES.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do inicio do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.3. Operações em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos Financeiros Derivados e Contabilidade de Cobertura

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Grupo detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros activos (ver Nota 29) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

Contabilidade de cobertura

• Critérios de classificação
Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

(i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
(ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
(iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
(iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

• Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)
Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

• Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)
Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados.

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Crédito a Clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O Grupo, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.4. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.6.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos

com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.6. Outros Activos Financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

• Activos financeiros ao justo valor através dos resultados
Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:
- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 24 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

• Investimentos detidos até à maturidade
Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

• Activos financeiros disponíveis para venda
Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Grupo apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.7. Activos Cedidos com Acordo de Recompra e Empréstimos de Títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme

apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.8. Passivos Financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As acções preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.9. Garantias Financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.10. Instrumentos de Capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos, não cumulativos, só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo.

2.11. Compensação de Instrumentos Financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.12. Activos Não Correntes Detidos para Venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua actividade corrente de concessão de crédito o Grupo incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Grupo procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento ou à prossecução do seu objecto social (nº1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

O Grupo tem como objectivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de Mercado

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtido através de prospecção de mercado realizada na zona.

b) Método do Rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do Custo

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indirectos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados.

2.13. Outros Activos Tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.14. Activos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.15. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- **Como locatário**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- **Como locador**

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.16. Benefícios aos Empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco e demais empresas do Grupo constituíram fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recalculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma e utilizado na preparação das demonstrações financeiras até ao corrente exercício. Em 2011, e conforme descrito na Nota 47, o Grupo alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 'Benefícios a empregados', como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A taxa de rendimento esperada é baseada nos pressupostos de rentabilidade de longo prazo para cada classe de activos que compõem a carteira dos fundos de pensões e pondera a estratégia de investimento determinada para estes fundos.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período o Grupo reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Semestralmente, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão desde 2008, cobertas pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo BES assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado semestralmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)

O BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA), que terminou em Dezembro de 2010. Este plano consistia na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que podia variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo, os empregados tinham a obrigatoriedade de manter as acções, após o qual as podiam vender no mercado, mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida que tinham perante o Banco, ou alternativamente, podiam vendê-las ao BES pelo custo de aquisição.

As acções detidas pelos trabalhadores no âmbito do SIBA foram contabilizadas como acções próprias, sendo este plano de incentivos enquadrável no âmbito do IFRS 2 – Pagamento com base em acções como um pagamento baseado em acções com liquidação física.

Para cada programa, os pagamentos baseados em acções com liquidação física eram avaliados na data da concessão e o justo valor reconhecido, ao longo da vida do programa, como um custo do exercício, com o correspondente aumento dos capitais próprios. Anualmente, o montante reconhecido como custo foi ajustado de forma a reflectir o número actual de operações vivas. Variações subsequentes no justo valor dos instrumentos de capital concedidos aos trabalhadores não eram reconhecidas.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

O BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2011), que terminou no primeiro semestre de 2011.

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BES e das suas subsidiárias tinham o direito ao recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores tinham de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadrava-se no âmbito do IFRS 2 - Pagamento com base em acções e correspondia a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, foi imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante era reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de Accionistas de 6 de Abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de acções. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre acções com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

A execução do PRVIF no que respeita ao total das remunerações em dinheiro, número de acções e de opções a atribuir a cada elemento da Comissão Executiva é fixado através de deliberações da Comissão de Vencimentos.

No que respeita à modalidade de atribuição de acções do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, igualmente pela Comissão de Vencimentos, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das acções do BES na NYSE Euronext Lisbon ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O PRVIF prevê a possibilidade da atribuição de opções sobre acções do BES aos seus quadros de topo, entendidos como os directores gerais, os assessores do Conselho de Administração e os directores coordenadores. As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração aos beneficiários em moldes idênticos ao referido para o programa de opções dos membros da Comissão Executiva.

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19).

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.17. Impostos sobre Lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de activos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes activos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o saldo activo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.18. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.19. Reconhecimento de Juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.20. Reconhecimento de Rendimentos de Serviços e Comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.21. Reconhecimento de Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.22. Reporte por Segmentos

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.23. Resultados por Acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.24. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

NOTA 3 – Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo Valor dos Instrumentos Financeiros Derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por Imparidade no Crédito sobre Clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

3.4. Imparidade do *Goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das unidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo *goodwill*, é comparado com o seu justo valor. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o justo valor da unidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Variações nos fluxos de caixa esperados e nas taxas de desconto a utilizar poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

3.5. Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (ver Nota 2.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

3.6. Investimentos Detidos até à Maturidade

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.7. Impostos sobre os Lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.8. Pensões e Outros Benefícios a Empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 – Reporte por Segmentos

O Grupo BES desenvolve a sua actividade centrada no sector financeiro direccionado para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de actuação. As ligações históricas com o Brasil e África, a internacionalização das empresas nacionais e a emigração de portugueses para vários países do mundo tem merecido especial atenção do Grupo que conta já com uma estrutura internacional com uma contribuição relevante para a sua actividade e resultados.

Os produtos e serviços prestados incluem a captação de depósitos, a concessão de crédito a empresas e particulares, a gestão de fundos de investimento, serviços de corretagem e custódia, serviços de banca de investimento e ainda a comercialização de seguros de vida e não vida. Adicionalmente, o Grupo realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito o Grupo conta com o BES como principal unidade operacional – com uma rede de 673 balcões em Portugal e com sucursais em Londres, Nova Iorque, Espanha (25 balcões), Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela, uma sucursal financeira na Zona Franca da Madeira e 11 escritórios de representação – com o BES Investimento (banca de investimento), com o BES Angola (39 balcões), BES Açores (18 balcões), Banco BEST (11 balcões), Espirito Santo Bank, BES Oriente, Aman Bank, BES Cabo Verde, BES Vénétie, Espírito Santo Activos Financeiros (ESAF), BES Seguros (ramo de seguros não vida) e BES Vida, entre outras empresas.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Grupo considera os seguintes Segmentos Operacionais: (1) Banca Comercial Nacional, que inclui os subsegmentos de Retalho, Empresas e Institucionais e *Private Banking*; (2) Banca Comercial Internacional; (3) Banca de Investimento; (4) Gestão de Activos; (5) Mercados e Participações Estratégicas; e (6) Centro Corporativo. Cada segmento engloba as estruturas do BES que a ele se encontram directa e indirectamente

dedicadas, bem assim como as unidades autónomas do Grupo cuja actividade mais se identifica com um daqueles segmentos. Para além da avaliação individual e isolada de cada unidade operacional do Grupo (encaradas numa óptica de centro de investimento), há, a nível da Comissão Executiva, definições de estratégias, programas comerciais e avaliação de desempenho de cada segmento operacional.

Complementarmente, o Grupo utiliza uma segunda segmentação da sua actividade e resultados segundo critérios geográficos, separando a actividade e resultados que é objecto de escrituração nas unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) das localizadas no exterior (Área Internacional).

4.1. Descrição dos Segmentos Operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Banca Comercial Nacional

Este Segmento Operacional inclui toda a actividade bancária com clientes particulares e empresas desenvolvida em território nacional baseada na rede de distribuição de balcões, centros de empresas e outros canais e engloba os seguintes subsegmentos:

a) **Retalho:** corresponde a toda a actividade desenvolvida em Portugal com os clientes particulares e pequenos negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, rede de agentes e canais electrónicos. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito ao consumo, o financiamento à actividade dos Negócios, os depósitos, os PPR e outros produtos de seguros para particulares, a gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento, de compra e venda de títulos e de custódia.

b) **Empresas e Institucionais:** congrega a actividade do BES em Portugal com as Médias e Grandes Empresas, através de estrutura comercial dedicada a este segmento constituído por 24 Centros de Empresas. Inclui também o negócio com os clientes institucionais e municipais. O Grupo detém uma importante presença neste segmento, fruto do seu tradicional papel no apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial nacional, focalizado nas empresas de bom risco, com cariz inovador e nas unidades com vocação empresarial.

c) ***Private Banking:*** agrega a actividade com clientes *private* integrando todos os produtos do activo e de captação de recursos a eles associados, nomeadamente, os depósitos, a gestão discricionária, os serviços de custódia, de compra e venda de títulos e produtos de seguros.

Banca Comercial Internacional

Este Segmento Operacional integra as unidades localizadas no exterior cuja actividade bancária é dirigida tanto a empresas como particulares, excluindo o negócio de banca de investimento e de gestão de activos, o qual está integrado nos segmentos correspondentes.

De entre as unidades que concorrem para este segmento, salientamos o BES Angola e as sucursais de Espanha, Londres, Nova Iorque, Cabo Verde e Venezuela do BES. Os produtos e serviços disponibilizados abrangem os depósitos, todas as modalidades de crédito, operações de *leveraged finance, structured trade finance* e *project finance*. Este segmento, no contexto da execução da estratégia de captação de recursos, tem vindo a assumir um papel de relevo designadamente junto de clientes institucionais.

Banca de Investimento

Inclui essencialmente os activos, passivos, proveitos e custos das unidades operacionais que consolidam no BES Investimento o qual reúne a actividade de banca de investimento do Grupo originada em Portugal e no estrangeiro. Para além da actividade bancária tradicional com clientes, inclui os serviços de consultoria de *project finance*, fusões e aquisições, reestruturação e consolidação de passivos, preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida e de capital, serviços de corretagem e demais serviços de banca de investimentos.

Gestão de Activos

Segmento que agrega a actividade de *asset management* desenvolvida fundamentalmente pela subsidiária ESAF tanto em território nacional, como no estrangeiro (Espanha, Brasil, Angola, Luxemburgo e Reino Unido) através de sociedades especializadas constituídas para o efeito. A oferta de produtos abrange todo o tipo de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além de prestação de serviços de gestão discricionária e de carteiras.

Mercados e participações estratégicas

Neste segmento inclui-se a actividade de gestão financeira global do Grupo, designadamente os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (acções e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais a todo o Grupo, os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a actividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial e ainda a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transaccionados.

Centro corporativo

Esta área não corresponde propriamente a um segmento operacional. Trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função *Compliance*, Planeamento, Contabilidade, Gestão e Controlo de Risco, Comunicação Institucional, Auditoria Interna, Organização e Qualidade, entre outras.

4.2. Critérios de Imputação da Actividade e Resultados aos Segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2, tendo sido adoptados ainda os seguintes princípios:

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (sucursais no exterior e empresas subsidiárias e associadas) é avaliada per si atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, activos, passivos, capital próprio afecto, proveitos e custos.

Estruturas do BES dedicadas ao Segmento

A actividade do BES abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados; (ii) da imputação de uma margem de comercialização para os produtos-massa a qual é definida ao mais alto nível aquando do lançamento dos produtos; (iii) da imputação da margem que haja sido negociada para os produtos não massa directamente pelas estruturas comerciais com os clientes; (iv) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (v) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em *drivers* específicos e no modelo do Custeio Baseado em Actividades (CBA); (vi) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade; (vii) afectação da totalidade do capital próprio do BES ao segmento de Mercados e Participações Estratégicas.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base no CBA sem qualquer margem das estruturas fornecedoras; as decisões de natureza estratégica e/ou natureza excepcional são analisadas casuisticamente sendo os rendimentos e/ou encargos, regra geral, imputados ao segmento de Mercados e Participações Estratégicas.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao Departamento Financeiro o qual tem por missão proceder à gestão financeira global do Banco estando a respectiva actividade e resultados incluídos no segmento de Mercados e Participações Estratégicas.

Juros activos e passivos

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Mercados e Participações Estratégicas para o caso das associadas do BES. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afectas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

Activos não correntes

Os activos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis e os Activos intangíveis. No BES estes activos encontram-se afectos ao segmento de Mercados e Participações Estratégicas; para as restantes subsidiárias são alocados ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

Impostos sobre lucros

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os activos e passivos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Mercados e Participações Estratégicas.

Activos por benefícios pós-emprego

Os activos por benefícios pós-emprego são geridos pelo Grupo de forma idêntica à referida para os impostos sobre lucros, sendo afectos ao segmento Mercados e Participações Estratégicas. Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos do fundo correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão é política do Grupo que estes não influenciem o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são o BES Angola e suas filiais, a BES África, o Aman Bank, o BES Oriente, o Espirito Santo Bank, o BES Cabo Verde, Espirito Santo Vénétie, Banco Delle Tre Venezie, Moza Banco, Ijar Leasing Argélie, as sucursais do BES em Londres, Espanha, Nova Iorque e de Cabo Verde e ainda as unidades localizadas no exterior do BES Investimento e da ESAF.

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

O reporte por segmentos operacionais é conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011								
	Retalho	Empresas e Institucionais	*Private banking*	Banca comercial internacional	Banca de investimento	Gestão de activos	Mercados e participações estratégicas	Centro corporativo	Total
Resultado financeiro	347 682	161 543	60 918	471 289	76 858	2 359	60 942	-	1 181 591
Outros proveitos operacionais	227 124	267 504	25 066	92 303	156 561	49 103	93 944	-	911 605
Proveitos operacionais totais	574 806	429 047	85 984	563 592	233 419	51 462	154 886	-	2 093 196
Custos operacionais	489 709	355 316	19 112	304 043	222 795	18 491	399 681	168 336	1 977 483
Dos quais:									
Provisões/Imparidade	67 382	290 378	(270)	102 005	44 187	(950)	345 596	-	848 328
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	-	1 305	490	-	1 795
Resultados de associadas	-	-	-	64	4 753	-	(180 048)	-	(175 231)
Resultado antes de impostos e minoritários	**85 097**	**73 731**	**66 872**	**259 613**	**15 377**	**34 276**	**(424 353)**	**(168 336)**	**(57 723)**
Proveitos operacionais intersegmentos	4 169	33 844	32	(115 220)	(10 106)	(18 900)	173 652	-	67 471
Total do Activo líquido	**17 092 934**	**22 910 839**	**2 341 794**	**18 890 876**	**6 578 612**	**173 869**	**12 248 448**	**-**	**80 237 372**
Total do Passivo	**17 016 100**	**22 910 839**	**2 341 835**	**17 483 049**	**5 938 314**	**30 006**	**8 324 754**	**-**	**74 044 897**
Investimentos em associadas	**-**	**-**	**-**	**-**	**51 980**	**-**	**755 019**	**-**	**806 999**

(milhares de euros)

	31.12.2010								
	Retalho	Empresas e Institucionais	*Private banking*	Banca comercial internacional	Banca de investimento	Gestão de activos	Mercados e participações estratégicas	Centro corporativo	Total
Resultado financeiro	365 405	217 358	13 033	486 862	83 804	624	(3 128)	-	1 163 958
Outros proveitos operacionais	250 137	228 905	31 628	101 841	167 168	57 077	319 563	-	1 156 319
Proveitos operacionais totais	615 542	446 263	44 661	588 703	250 972	57 701	316 435	-	2 320 277
Custos operacionais	478 783	213 267	24 022	277 857	177 250	25 070	211 743	248 646	1 656 638
Dos quais:									
Provisões/Imparidade	47 481	148 685	1 996	87 262	39 069	(338)	209 464	-	533 619
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	3 437	-	42 964	-	46 401
Resultados de associadas	-	-	-	(400)	5 281	-	32 294	-	37 175
Resultado antes de impostos e minoritários	**136 759**	**232 996**	**20 639**	**310 446**	**82 440**	**32 631**	**179 950**	**(248 646)**	**747 215**
Proveitos operacionais intersegmentos	2 574	34 689	104	(36 857)	(2 464)	(22 997)	92 504	-	67 553
Total do Activo líquido	**17 342 990**	**20 561 371**	**1 505 145**	**19 538 705**	**7 048 731**	**171 102**	**16 860 174**	**-**	**83 028 218**
Total do Passivo	**17 897 943**	**20 561 371**	**1 505 140**	**18 461 350**	**6 384 009**	**41 349**	**11 328 017**	**-**	**76 179 179**
Investimentos em associadas	**-**	**-**	**-**	**-**	**52 519**	**-**	**909 389**	**-**	**961 908**

O reporte efectuado de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo é o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2011										
	Portugal	Espanha	França/ Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Outros	Total
Resultado líquido do exercício	(269 562)	9 888	7 416	18 627	14 334	20 442	91 712	1 133	2 449	(5 197)	(108 758)
Activo líquido	59 249 764	5 302 492	76 237	3 575 449	1 391 250	2 645 743	6 866 988	144 852	249 876	734 721	80 237 372
Investimentos em activos tangíveis	20 802	3 204	-	267	203	1 163	59 682	720	409	19 307	105 757
Investimentos em activos intangíveis	38 892	4 502	-	3 082	655	143	884	211	3	410	48 782

(milhares de euros)

	31.12.2010										
	Portugal	Espanha	França/ Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Outros	Total
Resultado líquido do exercício	353 120	12 776	7 162	47 207	14 729	32 133	90 954	2 140	1 815	(5 135)	556 901
Activo líquido	60 845 748	5 498 374	72 470	5 601 399	1 562 993	2 672 191	5 923 889	111 437	252 857	486 860	83 028 218
Investimentos em activos tangíveis	40 656	1 325	-	3 118	14	-	148 435	1 281	36	-	194 865
Investimentos em activos intangíveis	106 470	22 632	-	6 733	-	-	695	85	-	116	136 731

NOTA 5 – Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito	2 661 047	17 379	2 678 426	1 994 564	43 230	2 037 794
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	185 934	185 934	-	266 590	266 590
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	71 287	2 572	73 859	51 162	16 163	67 325
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	455 874	-	455 874	307 723	-	307 723
Juros de investimentos detidos até à maturidade	91 067	-	91 067	115 480	-	115 480
Juros de derivados para gestão de risco	-	581 873	581 873	-	918 685	918 685
Outros juros e proveitos similares	17 829	-	17 829	14 301	-	14 301
	3 297 104	**787 758**	**4 084 862**	**2 483 230**	**1 244 668**	**3 727 898**
Juros e custos similares						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	667 253	162 916	830 169	735 074	204 020	939 094
Juros de recursos de clientes	1 001 816	35 956	1 037 772	446 727	61 098	507 825
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	444 824	15 432	460 256	185 319	8 403	193 722
Juros de passivos subordinados	77 017	-	77 017	117 791	-	117 791
Juros de derivados para gestão de risco	-	498 057	498 057	-	805 508	805 508
	2 190 910	**712 361**	**2 903 271**	**1 484 911**	**1 079 029**	**2 563 940**
	1 106 194	**75 397**	**1 181 591**	**998 319**	**165 639**	**1 163 958**

Incluído em juros de crédito encontra-se o valor de 51 487 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 24 363 milhares de euros) relativo a juro de crédito vencido (ver Nota 22).

As rubricas de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.4 e 2.19, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8.

NOTA 6 – Resultados de Serviços e Comissões

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	476 424	522 361
Por garantias prestadas	215 951	184 624
Por operações realizadas com títulos	69 873	44 495
Por compromissos perante terceiros	42 789	42 987
Outros rendimentos de serviços e comissões	83 609	92 341
	888 646	**886 808**
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	81 105	72 539
Por operações realizadas com títulos	25 285	25 135
Por garantias recebidas	9 119	1 699
Outros encargos com serviços e comissões	15 037	18 102
	130 546	**117 475**
	758 100	**769 333**

NOTA 7 – Resultados de Activos e Passivos ao Justo Valor através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	**Custos**	**Total**	**Proveitos**	**Custos**	**Total**
Títulos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	70 069	51 928	18 141	123 509	163 317	(39 808)
De outros emissores	29 627	23 287	6 340	25 187	19 203	5 984
Acções	88 509	61 914	26 595	76 260	76 096	164
Outros títulos de rendimento variável	377	769	(392)	4 570	9 134	(4 564)
	188 582	**137 898**	**50 684**	**229 526**	**267 750**	**(38 224)**
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	1 874 587	1 903 162	(28 575)	2 231 425	2 442 295	(210 870)
Contratos sobre taxas de juro	6 245 494	6 178 005	67 489	6 834 416	6 809 008	25 408
Contratos sobre acções/índices	2 058 038	2 108 643	(50 605)	1 450 159	1 478 864	(28 705)
Contratos sobre créditos	845 621	865 810	(20 189)	545 887	539 458	6 429
Outros	215 463	178 914	36 549	398 226	395 537	2 689
	11 239 203	**11 234 534**	**4 669**	**11 460 113**	**11 665 162**	**(205 049)**
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	217	8	209
De outros emissores	114 644	129 836	(15 192)	145 117	118 356	26 761
Acções	5 027	358	4 669	1 335	188	1 147
Outros títulos de rendimento variável	80 108	343 179	(263 071)	152 206	193 614	(41 408)
	199 779	**473 373**	**(273 594)**	**298 875**	**312 166**	**(13 291)**
Outros activos financeiros [1]						
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	479	715	(236)
Crédito a clientes	25 921	33 538	(7 617)	141 964	146 271	(4 307)
	25 921	**33 538**	**(7 617)**	**142 443**	**146 986**	**(4 543)**
Passivos financeiros [1]						
Recursos de instituições de crédito	21 702	48 665	(26 963)	30 104	36 488	(6 384)
Recursos de clientes	314 522	272 512	42 010	84 778	112 693	(27 915)
Débitos representados por títulos	95 669	63 762	31 907	285 941	179 099	106 842
Outros passivos subordinados	-	-	-	11 877	14 783	(2 906)
	431 893	**384 939**	**46 954**	**412 700**	**343 063**	**69 637**
	657 593	**891 850**	**(234 257)**	**854 018**	**802 215**	**51 803**
	12 085 378	**12 264 282**	**(178 904)**	**12 543 657**	**12 735 127**	**(191 470)**

(1) Inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica inclui um efeito positivo de 50,9 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da própria entidade (31 de Dezembro de 2010: efeito positivo de 82,7 milhões de euros).

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Grupo, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso do Grupo ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

Em 2011, os ganhos reconhecidos em resultados decorrentes desta situação, os quais relacionam-se essencialmente com operações cambiais, ascenderam a cerca de 14 161 milhares de euros (2010: proveitos de 10 446 milhares de euros).

NOTA 8 – Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	**Custos**	**Total**	**Proveitos**	**Custos**	**Total**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	12 585	10 502	2 083	18 478	19 913	(1 435)
De outros emissores	12 771	39 337	(26 566)	13 888	19 543	(5 655)
Acções	240 591	290 227	(49 636)	458 664	90 390	368 274
Outros títulos de rendimento variável	9 072	3 723	5 349	11 008	7 756	3 252
	275 019	**343 789**	**(68 770)**	**502 038**	**137 602**	**364 436**

Durante o exercício de 2011, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 81,6 milhões de acções do Banco Bradesco, 165,4 milhões de acções da EDP e 113,8 milhões de acções da Portugal Telecom, tendo obtido no conjunto uma menos-valia de 40,0 milhões de euros.

Durante o exercício de 2010, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 52,5 milhões de acções do Banco Bradesco, 11,7 milhões de acções da Portugal Telecom e 43,2 milhões de acções da EDP, tendo obtido no conjunto uma mais-valia de 287,6 milhões de euros.

As transacções com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 42.

NOTA 9 – Resultados de Reavaliação Cambial

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	**Custos**	**Total**	**Proveitos**	**Custos**	**Total**
Reavaliação cambial	1 327 568	1 360 213	(32 645)	1 485 616	1 438 885	46 731
	1 327 568	**1 360 213**	**(32 645)**	**1 485 616**	**1 438 885**	**46 731**

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

NOTA 10 – Resultados de Alienação de Outros Activos

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Créditos a clientes	(89 774)	(9 160)
Activos não correntes detidos para venda	(4 828)	(12 727)
Outros	2 922	9 518
	(91 680)	**(12 369)**

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Crédito a clientes inclui uma perda de 77,5 milhões de euros relativa à venda de 2,0 mil milhões de créditos realizada no âmbito da estratégia de redução de activos do Grupo (*deleverage*).

NOTA 11 – Outros Resultados de Exploração

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Serviços informáticos	6 028	6 700
Ganhos na aquisição de dívida emitida pelo Grupo (ver Notas 33 e 36)	470 735	32 291
Proveitos em operações de crédito	26 553	19 582
Serviços não recorrentes de consultoria	2 586	5 619
Impostos directos e indirectos	(47 589)	(14 307)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(6 463)	(5 644)
Quotizações e donativos	(7 744)	(7 475)
Penalidades por incumprimentos contratuais	(3 557)	(38 368)
Perda decorrente da transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento [(a)]	(107 173)	-
Outros	24 427	(12 032)
	357 803	**(13 634)**

(a) Ver Nota 13 - Benefícios a empregados

Os impostos directos e indirectos incluem 30,5 milhões de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário, criada através da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro (ver Nota 35).

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Outros inclui um custo de 24,4 milhões de euros relativos ao Sistema de Indemnização aos Investidores.

NOTA 12 – Custos com Pessoal

O valor dos custos com pessoal é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Vencimentos e salários	447 591	451 846
Remunerações	447 033	447 900
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	558	3 946
Encargos sociais obrigatórios	94 253	70 304
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 13)	21 025	41 801
Outros custos	24 606	17 919
	587 475	**581 870**

Incluído em outros custos a 31 de Dezembro de 2011 encontra-se o montante de 2 631 milhares de euros relativo ao Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros - PRVIF e 1 792 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 4 301 milhares de euros) relativo ao Plano de pagamento de remuneração variável – PPRV, conforme política contabilística descrita na Nota 2.15. Em 31 de Dezembro de 2010, os outros custos incluíam também 515 milhares de euros relativos ao Plano de Incentivo Baseado em Acções – SIBA. Os detalhes destes planos são analisados na Nota 13.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo BES, são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Outro pessoal chave da gestão	Total
31 de Dezembro de 2011				
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	5 827	739	13 509	20 075
Remunerações variáveis	3 501	-	3 359	6 860
Sub total	**9 328**	**739**	**16 868**	**26 935**
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	6 358	2	1 146	7 506
Outras remunerações e prémios de antiguidade	275	-	100	375
Total	**15 961**	**741**	**18 114**	**34 816**
31 de Dezembro de 2010				
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	5 593	739	13 221	19 553
Remunerações variáveis	4 409	-	5 643	10 052
Sub total	**10 002**	**739**	**18 864**	**29 605**
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	4 386	17	1 552	5 955
Outras remunerações e prémios de antiguidade	616	-	204	820
Total	**15 004**	**756**	**20 620**	**36 380**

Considera-se "Outro pessoal chave da gestão" os Directores Gerais e os Assessores do Conselho de Administração do BES e os Administradores das empresas subsidiárias.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor do crédito concedido pelo Grupo BES ao pessoal chave da gestão ascendia a 28 183 milhares de euros e 27 386 milhares de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o número de colaboradores do Grupo BES, decompõe-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Colaboradores do BES	6 704	6 750
Colaboradores das subsidiárias do Grupo	3 159	3 108
	9 863	**9 858**

Por categoria professional, o número de colaboradores do Grupo BES analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Funções directivas	1 137	1 190
Funções de chefia	994	1 034
Funções específicas	4 027	3 988
Funções administrativas e outras	3 705	3 646
	9 863	**9 858**

NOTA 13 – Benefícios a Empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, as empresas do Grupo subscritoras assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo. Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.1-A / 2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um diferencial, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010, sendo este diferencial diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afecta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respectivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e, no exercício de 2009, o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	31.12.2011	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Pressupostos Financeiros				
Taxas de evolução salarial	2,25%	3,25%	1,10%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,75%	-0,70%	0,20%
Taxas de rendimento do fundo	5,50%	5,50%	-7,38%	2,17%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%	-	-
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação				
Tábua de Mortalidade				
Homens		TV 73/77 (ajustada)		
Mulheres		TV 88/90		
Métodos de valorização actuarial		*Project Unit Credit Method*		

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2011	**31.12.2010**
Activos	6 007	6 292
Reformados e sobreviventes	5 706	5 684
Total	**11 713**	**11 976**

Tendo em consideração a alteração da política contabilística efectuada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, conforme explicado na Nota 47, a aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com pensões de reforma		
Pensionistas	(349 316)	(1 292 087)
Activos	(629 344)	(799 508)
	(978 660)	**(2 091 595)**
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Pensionistas	(48 541)	(70 371)
Activos	(50 663)	(43 400)
	(99 204)	(113 771)
Total de responsabilidades	**(1 077 864)**	**(2 205 366)**
Coberturas		
Saldo dos Fundos	1 184 878	2 206 313
Activos líquidos em balanço (ver Nota 29)	**107 014**	**947**
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	**886 964**	**930 979**

De acordo com a política definida na Nota 2.16 – Benefícios aos empregados, o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.16 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades no início do exercício	**2 091 595**	**113 771**	**2 205 366**	**2 016 799**	**108 403**	**2 125 202**
Custo do serviço corrente	15 652	1 590	17 242	36 483	2 180	38 663
Custo dos juros	110 834	6 257	117 091	109 425	5 904	115 329
Contribuições dos participantes	3 267	-	3 267	3 243	1	3 244
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício:						
- Alteração de pressupostos	(189 993)	(11 799)	(201 792)	-	-	-
- (Ganhos) e perdas de experiência	(105 581)	(4 685)	(110 266)	21 955	3 246	25 201
Pensões pagas pelo fundo	(106 625)	(5 930)	(112 555)	(105 293)	(5 945)	(111 238)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	(853 839)	-	(853 839)	-	-	-
Diferenças cambiais e outros	13 350	-	13 350	8 983	(18)	8 965
Responsabilidades no final do exercício	**978 660**	**99 204**	**1 077 864**	**2 091 595**	**113 771**	**2 205 366**

No âmbito do terceiro acordo tripartido mencionado acima e da consequente transmissão para a Segurança Social da responsabilidade pelas pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, verificou-se uma redução de responsabilidades, mensuradas com base nos pressupostos actuariais utilizados na preparação das demonstrações financeiras e consistentes com o IAS 19, no montante de 853,8 milhões de euros.

Contudo, no âmbito do acordo estabelecido, o valor dos activos a ceder ao Estado como contrapartida pela transferência das pensões em pagamento foi determinado numa óptica de liquidação uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades e correspondeu ao valor das mesmas, determinado com base numa taxa de desconto de 4% (em vez da taxa de 5,5% utilizada para efeitos da preparação das demonstrações financeiras).

Assim, o montante a pagar pelo Grupo ao Estado ascendeu a 961 milhões de euros, o que implicou o reconhecimento de um custo em resultados no ano de 2011 de 107,2 milhões de euros, correspondente ao diferencial das taxas de desconto referidas.

Do montante total a pagar no valor de 961 milhões de euros, cerca de 853,8 milhões de euros foram assumidos pelo Fundo de Pensões e 107,2 milhões de euros directamente pelo Grupo. No final de Dezembro de 2011 foi efectuado o pagamento de 55% do montante a liquidar, devendo o remanescente ser pago no primeiro semestre de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2011, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 15,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 17,5 milhões de euros), e um acréscimo no custo anual do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 1,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 1,3 milhões de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo dos fundos no início do exercício	**2 206 313**	**2 198 280**
Rendimento real do fundo	(154 735)	45 296
Contribuições do Grupo	92 467	58 027
Contribuições dos empregados	3 267	3 244
Pensões pagas pelo fundo	(112 555)	(111 238)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	(853 839) [1)]	-
Diferenças cambiais e outros	3 960	12 704
Saldo dos fundos no final do exercício	**1 184 878**	**2 206 313**

(1) 55% deste valor foi pago ao Estado no exercício de 2011, estando o remanescente reconhecido como um passivo no fundo, a liquidar em 2012.

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Acções	371 270	759 778
Obrigações	136 212	441 178
Imóveis	657 856	477 677
Outros	403 767	527 680
Valores a entregar à Segurança Social	(384 227)	-
Total	**1 184 878**	**2 206 313**

Os activos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como seguem:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Acções	1 288	37 895
Obrigações	339	1 132
Imóveis	217 802	169 125
Total	**219 429**	**208 152**

Em 31 de Dezembro de 2010, as acções detidas pelos fundos de pensões incluem 13,2 milhões de acções do BES. Em 31 de Dezembro de 2011, o fundo detém unidades de participação do Fundo ES Ventures III, o qual integra o perímetro de consolidação do Grupo.

Durante o exercício de 2011 foram alienadas 18 520 e 4 830 milhares de unidades de participação dos fundos Fungepi e Fungere aos fundos de pensões do Grupo, por um valor global de 80 milhões de euros, não tendo incorrido em qualquer ganho ou perda relevante. Durante o exercício de 2010 não houve qualquer transacção com o fundo de pensões (ver Nota 42).

A evolução dos desvios actuariais em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Desvios actuariais no início do exercício	**930 979**	**839 061**
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício:		
- Alteração de pressupostos	(201 792)	-
- (Ganhos) e perdas de experiência	157 777	92 096
Outros	-	(178)
Desvios actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	**886 964**	**930 979**

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Custo do serviço corrente	17 242	38 663
Custo dos juros	117 091	115 329
Rendimento esperado do fundo	(113 308)	(112 191)
Custos com pessoal	**21 025**	**41 801**

A evolução dos activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
No início do exercício	**947**	**73 078**
Custo do exercício	(21 025)	(41 801)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	44 015	(92 096)
Contribuições efectuadas no período	92 467	58 027
Outros	(9 390)	3 739
No final do exercício	**107 014**	**947**

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007
Responsabilidades					
Pensões de reforma	(978 660)	(2 091 595)	(2 016 799)	(1 958 118)	(1 970 365)
Benefícios de saúde	(99 204)	(113 771)	(108 403)	(106 756)	(110 675)
	(1 077 864)	(2 205 366)	(2 125 202)	(2 064 874)	(2 081 040)
Saldo dos fundos	1 184 878	2 206 313	2 198 280	2 056 627	2 233 823
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	**107 014**	**947**	**73 078**	**(8 247)**	**152 783**
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades					
Pensões de reforma	(105 581)	21 955	50 034	23 491	42 590
Benefícios de saúde	(4 685)	3 246	1 549	19	(1 881)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	268 043	66 895	(90 994)	727 214	(157 635)

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

Na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos designado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2011).

Este programa de incentivos consistia na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontrava indexada à eventual valorização das acções BES entre a "data inicial de referência" e a "data final de referência". Tal retribuição, em dinheiro, seria apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não era um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de ínicio do PPRV	Após aumento de capital realizado em 2009[a]
Data inicial de referência	02-Jun-2008	
Data final de referência	02-Jun-2011	
Direitos atribuídos	5 000 000	8 285 626
Preço de referência (euros)	11,00	6,64
Taxa de Juro	5,22%	
Volatilidade	33,5%	
Valor inicial do plano (mil euros)	12 902	

a) Inclui o ajustamento do efeito de diluição decorrente do aumento de capital

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.16, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 12 902 milhares de euros, foi sendo reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base, foi registado no exercício de 2011 um custo de 1 792 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 4 301 milhares de euros). A variação do justo valor ao longo do prazo do programa foi reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras. À data de 31 de Dezembro de 2011, este plano encontrava-se extinto.

Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverão ser pagos durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de acções. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre acções com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição. No que respeita à modalidade de atribuição de acções do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%. Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das acções do BES na NYSE Euronext Lisbon ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções. O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de ínicio do PRVIF
Data inicial de referência	12/04/2011
Data final de referência	31/03/2014
Número de acções atribuídas	2 250 000
Preço de exercício (euros)	3,47
Taxa de Juro	2,31%
Volatilidade	40,0%
Valor inicial do plano (mil euros)	1 130

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19), tendo sido registado no exercício de 2011 um custo de 2 631 mil euros para remunerações variáveis (dos quais 286 milhares de euros respeitam à amortização do prémio inicial das opções atribuídas, por contrapartida do passivo).

Prémio por Antiguidade

Conforme referido na Nota 2.16, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, as responsabilidades assumidas pelo Grupo ascendem a 27 477 milhares de euros e 29 655 milhares de euros respectivamente (ver Nota 37). Os custos reconhecidos no exercício de 2011 com os prémios por antiguidade foram de 558 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 3 946 milhares de euros).

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os utilizados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

NOTA 14 – Gastos Gerais Administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Rendas e alugueres	69 347	69 256
Publicidade e publicações	35 271	43 202
Comunicações e expedição	46 373	38 327
Conservação e reparação	18 465	18 082
Deslocações e representação	32 639	37 442
Transporte de valores	8 708	9 080
Seguros	8 297	7 429
Serviços de informática	65 841	64 325
Trabalho independente	7 434	8 327
Mão de obra eventual	6 677	8 168
Sistema electrónico de pagamentos	12 479	12 900
Estudos e consultas	12 538	14 765
Serviços judiciais, contencioso e notariado	19 933	20 823
Consultores e auditores externos	13 161	8 710
Água, energia e combustíveis	10 755	10 646
Material de consumo corrente	5 370	5 738
Outros custos	60 465	63 837
	433 753	**441 057**

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, serviços especializados com segurança e vigilância, informações e custos com formação e fornecimentos externos diversos.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até um ano	9 133	8 115
De um a cinco anos	13 575	9 633
	22 708	**17 748**

Os honorários facturados durante os exercícios de 2011 e 2010 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artº 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Revisão legal das contas anuais	2 604	2 304
Outros serviços de garantia de fiabilidade	1 544	1 567
Consultoria fiscal	591	645
Outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria	949	1 067
Valor total dos serviços facturados	**5 688**	**5 583**

NOTA 15 – Resultados por Acção

Resultados por Acção Básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período.

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco [1]	**(44 305)**	**523 421**
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	1 187 255	1 166 667
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	(257)	(1 243)
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	**1 186 998**	**1 165 424**
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do BES (em euros)	**(0.04)**	**0.45**

(1) Corresponde ao resultado líquido do período ajustado do dividendo das acções preferenciais e da remuneração das obrigações perpétuas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas), assim como os ganhos e perdas realizados registados em reservas.

Resultados por Acção Diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos, na medida em que as acções subjacentes ao PRVIF não têm um efeito diluidor.

NOTA 16 – Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	278 179	306 203
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	110 045	120 045
Outros bancos centrais	702 215	504 257
	812 260	**624 302**
	1 090 439	**930 505**

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal, no montante de 110 045 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 116 208 milhares de euros), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1745/2003 do Banco Central Europeu, de 12 de Setembro de 2003, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2011 a taxa de remuneração média destes depósitos era de 1,25% (31 de Dezembro de 2010: 1,00%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2011 foi incluído no período de manutenção de 14 de Dezembro de 2011 a 17 de Janeiro de 2012, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 582,6 milhões de euros.

Através do comunicado do BCE de 8 de Dezembro de 2011, vertido no Regulamento BCE/2011/26, o coeficiente de reservas mínimas obrigatórias passou para 1% para os períodos com início em 18 de Janeiro de 2012.

NOTA 17 – Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	153 662	181 680
Depósitos à ordem	58 384	64 388
	212 046	**246 068**
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	198 751	148 121
Cheques a cobrar	4 466	1 260
Outras disponibilidades	165 550	162 523
	368 767	**311 904**
	580 813	**557 972**

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

NOTA 18 – Activos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Activos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	888 797	1 524 069
De outros emissores	286 843	307 352
Acções	41 268	181 238
Outros títulos de rendimento variável	727	538
	1 217 635	**2 013 197**
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	2 217 004	1 928 864
	3 434 639	**3 942 061**
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	2 124 388	1 957 969
Vendas a descoberto	865	130 038
	2 125 253	**2 088 007**

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Grupo, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço. Caso os mesmos sejam vendidos, o Grupo reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos activos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda.

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	93 686	741 087
De 3 meses a um ano	225 924	71 040
De um a cinco anos	200 443	445 523
Mais de cinco anos	655 587	569 799
Duração indeterminada	41 995	185 748
	1 217 635	**2 013 197**

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 40.

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	**Não cotados**	**Total**	**Cotados**	**Não cotados**	**Total**
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	852 761	36 036	888 797	1 524 069	-	1 524 069
De outros emissores	109 400	177 443	286 843	35 195	272 157	307 352
Acções	40 191	1 077	41 268	181 238	-	181 238
Outros títulos de rendimento variável	727	-	727	538	-	538
	1 003 079	**214 556**	**1 217 635**	**1 741 040**	**272 157**	**2 013 197**

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição a dívida pública de países "periféricos" da zona euro é apresentada na Nota 45 – Gestão dos riscos de actividade.

Os instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	1 460 151	27 672	13 605	1 509 550	39 212	70 486
- vendas	1 458 214			1 495 411		
Currency Swaps						
- compras	2 442 950	12 416	11 602	3 626 838	9 689	10 188
- vendas	2 431 893			3 632 969		
Currency Futures [a]	58 503	-	-	319 608	-	-
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	168 995	28 497	26 259	3 664 746	318 313	154 614
- vendas	162 074			3 646 180		
Currency Options	3 578 304	90 389	90 729	5 921 549	130 067	154 837
	11 761 084	**158 974**	**142 195**	**23 816 851**	**497 281**	**390 125**
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	380 000	1 047	1 982	1 124 000	408	197
Interest Rate Swaps	34 581 122	1 712 479	1 656 756	41 600 058	1 166 981	1 189 653
Swaption - Interest Rate Options	2 747 936	5 003	5 157	2 747 426	4 893	3 502
Interest Rate Caps & Floors	7 690 395	51 553	47 305	8 523 046	63 400	52 830
Interest Rate Futures [a]	3 573 796	-	-	17 207 167	-	-
Interest Rate Options	1 893 560	25 473	31 714	32 310 536	194	28 261
Future Options [a]	-	-	-	29 458 165	-	-
	50 866 809	**1 795 555**	**1 742 914**	**132 970 398**	**1 235 876**	**1 274 443**
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	843 911	50 453	51 122	678 278	20 069	31 099
Equity / Index Options	2 095 919	60 833	102 179	3 405 551	115 744	212 068
Equity / Index Futures [a]	152 706	-	-	361 985	-	-
Future Options [a]	32 089	-	-	5 242 778	-	-
	3 124 625	**111 286**	**153 301**	**9 688 592**	**135 813**	**243 167**
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	**3 559 588**	**151 189**	**85 978**	**3 544 556**	**59 894**	**50 234**
Total	**69 312 106**	**2 217 004**	**2 124 388**	**170 020 397**	**1 928 864**	**1 957 969**

a) Derivados negociados em mercados organizados, cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem.

Em 31 de Dezembro de 2011, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados inclui o valor líquido de 43,5 milhões de euros referente ao justo valor activo dos derivados embutidos, conforme descrito na Nota 2.4 (31 de Dezembro de 2010: 73,1 mihões de euros de justo valor passivo).

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011		31.12.2010	
	Nocional	Justo valor (líquido)	Nocional	Justo valor (líquido)
Até 3 meses	11 431 250	(42 515)	50 324 918	(2 092)
De 3 meses a um ano	11 664 854	(1 334)	61 940 718	18 265
De um a cinco anos	27 576 010	23 078	27 675 040	(227 585)
Mais de cinco anos	18 639 992	113 387	30 079 721	182 307
	69 312 106	**92 616**	**170 020 397**	**(29 105)**

NOTA 19 – Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	127 731	259 002
Acções e Outros títulos de rendimento variável	1 836 258	1 165 329
	1 963 989	**1 424 331**

A opção do Grupo em designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Grupo, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados, por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	385 546	72 067
De 3 meses a um ano	400	2 836
De um a cinco anos	1 278 221	609 681
Mais de cinco anos	69 810	724 598
Duração indeterminada	230 012	15 149
	1 963 989	**1 424 331**

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	**Não cotados**	**Total**	**Cotados**	**Não cotados**	**Total**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	15 885	111 846	127 731	51 516	207 486	259 002
Acções e Outros títulos de rendimento variável	13 719	1 822 539	1 836 258	15 145	1 150 184	1 165 329
	29 604	**1 934 385**	**1 963 989**	**66 661**	**1 357 670**	**1 424 331**

NOTA 20 – Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo[1]	**Reserva de justo valor**		**Perdas por imparidade**	**Valor de balanço**
		Positiva	**Negativa**		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4 813 456	666	(124 908)	-	4 689 214
De outros emissores	5 634 799	34 146	(154 615)	(11 094)	5 503 236
Acções	1 195 790	41 200	(184 153)	(132 088)	920 749
Outros títulos de rendimento variável	393 790	4 057	(3 080)	(25 100)	369 667
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	**12 037 835**	**80 069**	**(466 756)**	**(168 282)**	**11 482 866**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	3 745 390	368	(26 974)	(1)	3 718 783
De outros emissores	5 112 239	16 032	(69 703)	(30 496)	5 028 072
Acções	2 270 027	219 852	(81 690)	(92 694)	2 315 495
Outros títulos de rendimento variável	731 936	22 428	(5 792)	(36 041)	712 531
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	**11 859 592**	**258 680**	**(184 159)**	**(159 232)**	**11 774 881**

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição nesta rubrica a dívida pública de países "periféricos" da zona euro é apresentada na Nota 45 – Gestão dos riscos de actividade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 40. Em 31 de Dezembro de 2011, a carteira de títulos detidos para venda inclui o montante de 306,4 milhões de euros referente a operações de securitização (ver Nota 1).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	159 232	137 890
Dotações	64 573	36 113
Utilizações	(51 363)	(14 515)
Reversões	(6 782)	(6 311)
Diferenças de câmbio e outras	2 622	6 055
Saldo final	**168 282**	**159 232**

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento temporal dos activos financeiros detidos para venda, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	4 915 609	2 586 843
De 3 meses a um ano	1 386 299	3 178 557
De um a cinco anos	2 001 542	1 291 073
Mais de cinco anos	1 887 667	1 691 139
Duração indeterminada	1 291 749	3 027 269
	11 482 866	**11 774 881**

As principais posições em acções, com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são as seguintes:

(milhares de euros)

Descrição	31.12.2011				
	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Portugal Telecom	603 298	-	(151 041)	-	452 257
EDP- Energias de Portugal	200 664	-	(24 077)	-	176 587
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 376	5 454	-	(348)	7 482
	806 338	**5 454**	**(175 118)**	**(348)**	**636 326**

(milhares de euros)

Descrição	31.12.2010				
	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	759 002	170 217	-	-	929 219
Portugal Telecom	754 062	-	(7 280)	-	746 782
EDP	284 953	-	(49 897)	-	235 056
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 290	7 293	-	(344)	9 239
	1 800 307	**177 510**	**(57 177)**	**(344)**	**1 920 296**

Durante o exercício de 2011, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 81,6 milhões de acções do Banco Bradesco, 165,4 milhões de acções da EDP e 113,8 milhões de acções da Portugal Telecom, tendo obtido no conjunto uma menos-valia de 40,0 milhões de euros (ver Nota 8).

Durante o exercício de 2010, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 52,5 milhões de acções do Banco Bradesco, 11,7 milhões de acções da Portugal Telecom e 43,2 milhões de acções da EDP, tendo obtido no conjunto uma mais-valia de 287,6 milhões de euros.

Durante o exercício de 2011, o Grupo recebeu dividendos da PT no valor 138,7 milhões de euros, da EDP no valor de 11,8 milhões de euros e do Banco Bradesco no valor de 5,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 129,1 milhões de euros, 17,2 milhões de euros e 32,4 milhões de euros, respectivamente).

A desagregação dos Activos financeiros disponíveis para venda, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é a seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	**Não cotados**	**Total**	**Cotados**	**Não cotados**	**Total**
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	2 839 437	1 849 777	4 689 214	1 728 459	1 990 324	3 718 783
De outros emissores	750 832	4 752 404	5 503 236	1 729 920	3 298 152	5 028 072
Acções	688 015	232 734	920 749	2 047 683	267 812	2 315 495
Outros títulos de rendimento variável	126 111	243 556	369 667	88 326	624 205	712 531
	4 404 395	**7 078 471**	**11 482 866**	**5 594 388**	**6 180 493**	**11 774 881**

NOTA 21 – Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	94 925	1 295 549
Empréstimos	711 963	103 373
Aplicações de muito curto prazo	18 105	27 105
Outras aplicações	1 247	3 351
	826 240	**1 429 378**
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	1 170 236	1 370 001
Aplicações de muito curto prazo	36 343	55 269
Empréstimos	777 027	1 000 033
Outras aplicações	472 949	390 999
	2 456 555	**2 816 302**
Perdas por imparidade	(219)	(244)
	3 282 576	**4 245 436**

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2011, venciam juros à taxa média anual de 2,22% (31 de Dezembro de 2010: 1,53%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às taxas dos mercados internacionais onde o Grupo opera.

Em 31 de Dezembro de 2010 o saldo da rubrica Depósitos em instituições de crédito no país inclui 1 200 milhares de euros de depósitos no Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2011 não havia aplicações no Sistema Europeu de Bancos Centrais.

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Até 3 meses	2 830 270	3 590 122
De 3 meses a um ano	68 715	377 361
De um a cinco anos	118 916	232 281
Mais de cinco anos	264 705	45 633
Duração indeterminada	189	283
	3 282 795	**4 245 680**

Os movimentos ocorridos no período com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Saldo inicial	244	416
Dotações	406	164
Reversões	(446)	(378)
Diferenças de câmbio e outras	15	42
Saldo final	**219**	**244**

NOTA 22 – Crédito a Clientes

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	13 717 319	14 107 206
Créditos em conta corrente	5 312 532	4 800 692
Locação financeira	2 937 632	3 200 046
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	512 259	554 527
Factoring	1 451 226	1 566 142
Descobertos	27 075	25 048
Outros créditos	370 395	226 522
A particulares		
Habitação	10 556 061	10 716 984
Consumo e outros	1 890 811	2 254 461
	36 775 310	**37 451 628**
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	7 958 147	8 553 156
Créditos em conta corrente	2 105 017	2 147 981
Locação financeira	67 019	182 281
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	113 044	174 543
Factoring	23 036	50 802
Descobertos	525 849	372 415
Outros créditos	451 515	1 229 237
A particulares		
Habitação	956 733	884 958
Consumo e outros	689 507	452 445
	12 889 867	**14 047 818**
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	142 390	79 520
De 3 meses a 1 ano	365 141	258 045
De 1 a 3 anos	680 178	536 733
Há mais de 3 anos	357 940	232 367
	1 545 649	**1 106 665**
	51 210 826	**52 606 111**
Perdas por imparidade	**(2 167 444)**	**(1 776 988)**
	49 043 382	**50 829 123**

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor de crédito a clientes (líquido de imparidade) inclui o montante de 5 828,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 5 715,3 milhões de euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.2, os veículos securitizadores são consolidados pelo Grupo (ver Nota 1 e 43). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representadas por títulos (ver Notas 33 e 43).

Em 31 de Dezembro de 2011, o crédito vivo inclui 5 305,9 milhões de euros de crédito à habitação afectos à emissão de obrigações hipotecárias (31 de Dezembro de 2010: 4 963,1 milhões de euros) (ver Nota 33).

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na Nota 44.

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.20010
Até 3 meses	7 695 413	3 911 717
De 3 meses a um ano	6 006 109	7 211 983
De um a cinco anos	11 376 077	11 507 829
Mais de cinco anos	24 587 578	28 867 917
Duração indeterminada	1 545 649	1 106 665
	51 210 826	**52 606 111**

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	1 776 988	1 552 307
Dotações	895 416	559 421
Utilizações	(158 578)	(107 939)
Reversões	(294 800)	(207 612)
Efeito do desconto	(51 487)	(24 363)
Diferenças de câmbio e outras	(95)	5 174
Saldo final	**2 167 444**	**1 776 988**

O efeito do desconto reflecte o valor do juro reconhecido em relação ao crédito vencido como consequência das perdas por imparidade serem calculadas com base no método dos fluxos de caixa futuros descontados.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base *portfolio*		TOTAL		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	13 552 504	1 776 056	23 337 543	77 781	36 890 047	1 853 837	35 036 210
Crédito a particulares - Habitação	2 181 624	146 301	9 423 673	12 718	11 605 297	159 019	11 446 278
Crédito a particulares - Outro	538 378	143 144	2 177 104	11 444	2 715 482	154 588	2 560 894
Total	**16 272 506**	**2 065 501**	**34 938 320**	**101 943**	**51 210 826**	**2 167 444**	**49 043 382**

(milhares de euros)

	31.12.2010						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base *portfolio*		TOTAL		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	8 313 225	1 063 999	29 769 724	322 320	38 082 949	1 386 319	36 696 630
Crédito a particulares - Habitação	1 206 383	193 056	10 494 630	26 285	11 701 013	219 341	11 481 672
Crédito a particulares - Outro	456 680	134 482	2 365 469	36 846	2 822 149	171 328	2 650 821
Total	**9 976 288**	**1 391 537**	**42 629 823**	**385 451**	**52 606 111**	**1 776 988**	**50 829 123**

O crédito com imparidade calculada em base individual inclui, entre outros, créditos correntes com sinais de imparidade, créditos vencidos há mais de 30 dias e o crédito renegociado.

Em 31 de Dezembro de 2011 o crédito vivo (crédito a clientes excluindo o crédito e juros vencidos) inclui 178 017 milhares de euros de crédito renegociado (31 de Dezembro de 2010: 144 585 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

O juro reconhecido na conta de exploração, no exercício de 2011, relativo a créditos com sinais de imparidade foi de 759,0 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 382,4 milhões de euros), o qual inclui o efeito do desconto do crédito vencido.

A distribuição do crédito por tipo de taxa é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Taxa fixa	6 955 398	5 776 929
Taxa variável	44 255 428	46 829 182
	51 210 826	**52 606 111**

O crédito de locação financeira, por prazos residuais, é apresentado de seguida:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	491 511	550 083
De um a cinco anos	1 410 375	1 473 693
Mais de cinco anos	1 535 201	1 861 778
	3 437 087	**3 885 554**
Juros vincendos		
Até um ano	110 457	80 102
De um a cinco anos	294 738	222 904
Mais de cinco anos	27 241	200 221
	432 436	**503 227**
Capital vincendo		
Até um ano	381 054	469 981
De um a cinco anos	1 115 637	1 250 789
Mais de cinco anos	1 507 960	1 661 557
	3 004 651	**3 382 327**
Imparidade	(97 190)	(89 663)
	2 907 461	**3 292 664**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 não existem contratos que individualmente sejam superiores a 5% do total do crédito de locação financeira. Não existem contratos de locação financeira com rendas contingentes.

NOTA 23 – Investimentos Detidos até à Maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	805 437	827 260
De outros emissores	768 061	1 681 634
	1 573 498	**2 508 894**
Perdas por imparidade	(32 316)	(50 094)
	1 541 182	**2 458 800**

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade, por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	401 785	160 750
De 3 meses a um ano	283 473	180 228
De um a cinco anos	273 232	1 211 642
Mais de cinco anos	615 008	956 274
	1 573 498	**2 508 894**

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	**Não cotados**	**Total**	**Cotados**	**Não cotados**	**Total**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	803 589	1 848	805 437	824 982	2 278	827 260
De outros emissores	205 017	530 728	735 745	928 651	702 889	1 631 540
	1 008 606	**532 576**	**1 541 182**	**1 753 633**	**705 167**	**2 458 800**

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade para os investimentos detidos até à maturidade apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Saldo inicial	50 094	34 565
Dotações / (reversões)	15 500	46 744
Utilizações	(33 131)	(30 702)
Diferenças de câmbio e outras	(147)	(513)
Saldo final	**32 316**	**50 094**

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 40.

Durante o exercício de 2008 o Grupo procedeu à transferência de títulos no valor de 767,2 milhões de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

(milhares de euros)

		Na data da transferência					
	Valor de Aquisição	**Valor de Balanço**	**Reserva de justo valor**		**Valor dos *Cash flows* futuros [a]**	**Taxa Efectiva [b]**	**Valor de mercado em Dezembro 2008**
			Positiva	**Negativa**			
De Activos financeiros disponiveis para venda	551 897	522 715	424	(29 607)	701 070	5,75%	485 831
De Activos financeiros detidos para negociação	243 114	244 530	-	-	408 976	11,50%	237 295
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	**795 011**	**767 245**	**424**	**(29 607)**	**1 110 046**		**723 126**

a) Montantes totais de capital e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forwards* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência
b) A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas *forwards* decorrentes da curva de rendimento à data da transferência; a maturidade considerada é o minímo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do activo

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras do Grupo seria o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Activos e passivos ao justo valor através de resultados		
Impacto em resultados do exercício	(1 347)	(4 838)
Efeito fiscal	183	524
	(1 164)	**(4 314)**
Activos financeiros disponíveis para venda		
Impacto em reservas de justo valor	(16 329)	8 269
Efeito fiscal	(4 308)	(2 031)
	(12 021)	**6 238**

A reclassificação de activos financeiros detidos para negociação para investimentos detidos até à maturidade foi realizada no âmbito das alterações efectuadas ao IAS 39 e à IFRS 7 adoptadas pelo Regulamento (CE) nº 1004/2008 emitido em 15 de Outubro de 2008. Esta reclassificação foi efectuada devido à situação excepcionalmente adversa dos mercados provocada pela crise financeira internacional que caracterizou o exercício de 2008, situação que foi considerada como uma das raras circunstâncias previstas na alteração do IAS 39.

Na sequência da publicação pelo Banco de Portugal, em Maio de 2011 do Aviso n.º 3/2011, o qual veio estabelecer novos patamares mínimos para o rácio de *Core Tier 1* (9% em 31 de Dezembro de 2011 e 10% em 31 de Dezembro de 2012) e tendo presente a necessidade de atingir, a partir de 2014, um rácio de financiamento estável de 100%, de acordo com o Memorandum de Política Económica e Financeira entre o Governo Português, a Comissão Europeia (CE), o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), no decurso do segundo semestre de 2011 o Grupo decidiu alienar uma parte significativa da carteira de investimentos detidos até à maturidade. No âmbito desta decisão, os títulos a alienar foram transferidos para a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda e avaliados a valores de mercado.

Tendo em conta os objectivos subjacentes à reclassificação e posterior venda dos referidos títulos, a mesma é enquadrável no disposto no parágrafo AG 22 do IAS 39 'Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração' não dando por isso origem à contaminação (*tainting*) da restante carteira de investimentos detidos até à maturidade. Nessa base e uma vez que o Grupo mantém a intenção e a capacidade de deter os restantes títulos até à maturidade os mesmos permanecem registados nesta rubrica.

Os efeitos da reclassificação dos títulos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, à data da transferência, podem ser assim analisados:

(milhares de euros)

Valores em investimentos detidos até à maturidade				Registo em activos financeiros disponíveis para venda			
Valor de aquisição	Reservas de justo valor [a)]	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Reservas de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
584 923	(6 138)	(50)	578 735	584 923	(13 590)	(50)	571 283

a) Valor remanescente das reservas de justo valor existentes à data da transferência para a carteira de investimentos detidos até à maturidade ocorrida com referência a 01 de Junho de 2008.

NOTA 24 – Derivados para Gestão de Risco

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cobertura	Gestão de Risco	Total	Cobertura	Gestão de Risco	Total
Derivados para gestão do risco						
Derivados para gestão do risco - activo	210 027	300 063	510 090	255 908	191 396	447 304
Derivados para gestão do risco - passivo	(82 208)	(156 425)	(238 633)	(88 057)	(140 887)	(228 944)
	127 819	**143 638**	**271 457**	**167 851**	**50 509**	**218 360**
Componente de justo valor dos activos e passivos cobertos ou registados ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros						
Crédito a clientes	23 839	-	23 839	21 140	-	21 140
	23 839	**-**	**23 839**	**21 140**	**-**	**21 140**
Passivos financeiros						
Recursos de outras instituições de crédito	(56 254)	-	(56 254)	(29 639)	(538)	(30 177)
Recursos de clientes	(838)	22 751	21 913	(3 323)	(14 760)	(18 083)
Responsabilidades representadas por títulos	(38 497)	154 872	116 375	(42 004)	119 308	77 304
Passivos subordinados	-	-	-	(863)	-	(863)
	(95 589)	**177 623**	**82 034**	**(75 829)**	**104 010**	**28 181**
	(71 750)	**177 623**	**105 873**	**(54 689)**	**104 010**	**49 321**

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.4., a rubrica derivados para gestão de risco inclui, para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Derivados de Cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2011							
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	**Nocional**	**Justo valor do derivado[1)]**	**Var. justo valor do derivado no ano**	**Componente de justo valor do elemento coberto[2)]**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano [2)]**
Interest Rate Swap/ Currency Interest Rate Swap	Crédito a clientes	Taxa de Juro e Câmbio	740 420	(20 614)	(36 705)	23 839	(7 617)
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	4 417	1 978	(1 060)	(838)	918
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	186 300	53 435	28 658	(56 254)	(26 963)
Interest Rate Swap	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de Juro	3 924 826	93 020	45 639	(38 497)	(13 344)
			4 855 963	**127 819**	**36 532**	**(71 750)**	**(47 006)**

(1) Inclui juro corrido
(2) Atributível ao risco coberto

(milhares de euros)

31.12.2010							
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	**Nocional**	**Justo valor do derivado[1]**	**Var. justo valor do derivado no ano**	**Componente de justo valor do elemento coberto[2]**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano [2]**
Interest Rate Swap	Crédito a clientes	Taxa de Juro	2 048 700	(10 064)	2 759	21 140	(4 307)
Interest Rate Swap/ Currency Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	192 444	31 622	5 260	(29 639)	(5 596)
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	125 417	7 932	(2 206)	(3 323)	2 227
Interest Rate Swap	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de Juro	4 540 844	137 033	(27 403)	(41 828)	28 734
Currency Interest Rate Swap	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de Juro e Câmbio	18 807	585	(443)	(176)	425
Currency Interest Rate Swap	Outros passivos subordinados	Taxa de Juro e Câmbio	276 104	743	(5 382)	(863)	(2 906)
			7 202 316	**167 851**	**(27 415)**	**(54 689)**	**18 577**

(1) Inclui juro corrido
(2) Atributível ao risco coberto

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 31 de Dezembro de 2011, a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 10,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: custo de 8,8 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

Outros Derivados para Gestão de Risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8, e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura.

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

31.12.2011								
Produto derivado	**Activo/ Passivo financeiro associado**	**Derivado**			**Activo/passivo associado**			
		Nocional	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Valor de balanço**	**Valor de reembolso na maturidade [1]**
	Passivo							
Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	5 858 000	130 251	46 477	18 824	41 092	7 296 870	7 315 694
Interest Rate Swap/ FX Forward	Responsabilidades Representadas por Títulos	1 822 391	77 431	34 408	120 593	6 971	278 702	395 878
Credit Default Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	205 778	(33 905)	(37 349)	22 287	14 560	219 839	238 524
Equity Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	947 585	(33 873)	(25 271)	15 371	23 203	334 881	349 886
Equity Option	Responsabilidades Representadas por Títulos	78 719	3 734	3 285	548	517	107 521	110 039
		8 912 473	**143 638**	**21 550**	**177 623**	**86 343**	**8 237 813**	**8 410 021**

(1) Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade

(milhares de euros)

31.12.2010								
Produto derivado	**Activo/ Passivo financeiro associado**	**Derivado**			**Activo/passivo associado**			
		Nocional	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Valor de balanço**	**Valor de reembolso na maturidade [1]**
	Activo							
FX Swap	Aplicações em instituições de crédito	-	-	13	-	(236)	-	-
	Passivo							
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	262 007	41 353	(40 532)	117	(671)	163 914	289 617
FX Swap	Recursos de instituições de crédito	391 395	667	128	(669)	(128)	392 064	391 395
Credit Default Swap	Recursos de instituições de crédito	5 500	(124)	(142)	14	11	2 485	2 500
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	3 373 000	48 087	19 089	(14 760)	(30 142)	3 995 152	4 013 920
Interest Rate Swap/ FX Forward	Responsabilidades representadas por títulos	1 422 772	(13 897)	14 563	117 996	54 527	424 205	545 001
Credit Default Swap	Responsabilidades representadas por títulos	95 330	(10 389)	(9 621)	7 732	10 212	141 652	147 637
Equity Swap	Responsabilidades representadas por títulos	295 382	(15 518)	(22 396)	(6 418)	12 650	237 948	226 512
Equity Option	Responsabilidades representadas por títulos	16 027	322	783	19	39	10 391	10 387
FX Option	Responsabilidades representadas por títulos	605	8	(192)	(21)	255	15 475	15 453
		5 862 018	**50 509**	**(38 307)**	**104 010**	**46 517**	**5 383 286**	**5 642 422**

(1) Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Grupo, é positiva e o respectivo valor acumulado ascende em 31 de Dezembro de 2011 a 202,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 151,4 milhões de euros).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011		31.12.2010	
	Nocional	**Justo valor**	**Nocional**	**Justo valor**
Até 3 meses	3 014 403	24 059	2 944 529	37 054
De 3 meses a um ano	2 688 223	38 159	845 832	3 068
De um a cinco anos	7 024 951	82 709	7 144 996	95 559
Mais de cinco anos	1 040 859	126 530	2 128 977	82 679
	13 768 436	**271 457**	**13 064 334**	**218 360**

NOTA 25 – Activos e Passivos Não Correntes Detidos para Venda

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011		31.12.2010	
	Activo	**Passivo**	**Activo**	**Passivo**
Activos / passivos de subsidiárias adquiridas para revenda	291 248	140 950	21 423	5 411
Imóveis	1 531 180	-	641 112	-
Equipamento e outras	2 203	-	1 840	-
Outras imobilizações	3 501	-	-	-
	1 536 884	-	642 952	-
Perdas por imparidade	(181 449)	-	(89 825)	-
	1 355 435	**-**	**553 127**	**-**
	1 646 683	**140 950**	**574 550**	**5 411**

Os activos e passivos não correntes detidos para venda incluem (i) os activos/passivos de subsidiárias adquiridas para revenda relativos a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo, e (ii) a imóveis e equipamentos recebidos em dação por recuperação de créditos.

Em 31 de Dezembro de 2011 o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 16 392 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 12 848 milhares de euros), tendo o Grupo registado uma perda por imparidade no valor de 7 699 milhares de euros para estes activos (31 de Dezembro de 2010: 3 924 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Saldo inicial	89 825	52 666
Dotações	127 178	58 489
Utilizações	(31 057)	(20 291)
Reversões	(4 116)	(965)
Diferenças de câmbio e outras	(381)	(74)
Saldo final	**181 449**	**89 825**

O movimento dos activos não correntes detidos para venda (excluindo os activos de subsidiárias adquiridas para revenda) durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Saldo inicial	642 952	423 767
Entradas	1 077 644	456 543
Vendas	(190 452)	(236 562)
Outros movimentos	6 740	(796)
Saldo final	**1 536 884**	**642 952**

Na sequência das alienações ocorridas no exercício de 2011, o Grupo incorreu numa perda de 12 207 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 12 727 milhares de euros).

NOTA 26 – Outros Activos Tangíveis

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Imóveis		
De serviço próprio	445 236	445 224
Beneficiações em edifícios arrendados	240 603	238 604
Outros	842	1 237
	686 681	**685 065**
Equipamento		
Equipamento informático	292 982	288 067
Instalações interiores	140 216	134 134
Mobiliário e material	128 340	124 373
Equipamento de segurança	38 043	35 655
Máquinas e ferramentas	35 597	35 696
Material de transporte	11 756	8 955
Outros	4 929	5 227
	651 863	**632 107**
Outras imobilizações	**643**	**765**
	1 339 187	**1 317 937**
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	1 422	1 577
Imóveis	318 160	250 609
Equipamento	6 643	9 597
Outros	260	151
	326 485	**261 934**
	1 665 672	**1 579 871**
Depreciação acumulada	**(813 994)**	**(770 834)**
	851 678	**809 037**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	**656 472**	**597 325**	**825**	**123 924**	**1 378 546**
Adições	22 231	22 765	-	149 869	194 865
Abates/vendas	(5 898)	(6 958)	-	(31)	(12 887)
Transferências [a]	2 495	6 354	6	(14 733)	(5 878)
Variação cambial e outros movimentos [b]	9 765	12 621	(66)	2 905	25 225
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	**685 065**	**632 107**	**765**	**261 934**	**1 579 871**
Adições	6 380	22 184	(106)	77 299	105 757
Abates/vendas	(4 680)	(12 077)	-	(4)	(16 761)
Transferências [a]	(168)	8 311	(21)	(13 794)	(5 672)
Variação cambial e outros movimentos	84	1 338	5	1 050	2 477
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	**686 681**	**651 863**	**643**	**326 485**	**1 665 672**
Depreciações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	**258 191**	**461 303**	**279**	**-**	**719 773**
Depreciações do período	22 109	39 822	46	-	61 977
Abates/vendas	(5 316)	(6 897)	-	-	(12 213)
Transferências [a]	(1 502)	(77)	-	-	(1 579)
Variação cambial e outros movimentos [b]	927	2 022	(73)	-	2 876
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	**274 409**	**496 173**	**252**	**-**	**770 834**
Depreciações do período	21 233	40 487	9	-	61 729
Abates/vendas	(4 571)	(11 995)	-	-	(16 566)
Transferências [a]	(1 355)	(48)	-	-	(1 403)
Variação cambial e outros movimentos	(1 067)	459	8	-	(600)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	**288 649**	**525 076**	**269**	**-**	**813 994**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011	**398 032**	**126 787**	**374**	**326 485**	**851 678**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	**410 656**	**135 934**	**513**	**261 934**	**809 037**

(a) Respeitam a imobilizado (imóveis e equipamento) proveniente de balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para Activos não correntes detidos para venda
(b) Inclui 19 726 milhares de euros de imobilizado e 4 487 milhares de euros de amortizações acumuladas relativos à entrada no perímetro de consolidação do Aman Bank

Na rubrica equipamento – material de transporte encontra-se registado imobilizado adquirido em regime de locação financeira cujo plano de pagamento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	15	23
De um a cinco anos	16	46
	31	**69**
Juros vincendos		
Até um ano	3	4
De um a cinco anos	1	4
	4	**8**
Capital vincendo		
Até um ano	12	19
De um a cinco anos	15	42
	27	**61**

NOTA 27 – Activos Intangíveis

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Goodwill	**97 739**	**95 616**
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	47 644	38 360
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	610 469	561 677
Outras	917	1 312
	611 386	**562 989**
Imobilizações em curso	**26 413**	**35 732**
	783 182	**732 697**
Amortização acumulada	**(543 222)**	**(497 360)**
Perdas por imparidade	**(9 628)**	**(1 800)**
	230 332	**233 537**

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Grupo especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.14).

O *goodwill* é registado de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2, sendo analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Subsidiárias		
ES Investment Holding [(a)]	47 449	46 046
ES Gestion [(b)]	22 142	2 459
Gespastor	-	19 000
Aman Bank	16 046	15 533
Concordia	1 605	1 800
Outros	2 604	2 885
Outras unidades geradoras de caixa		
Leasing e Factoring	7 893	7 893
	97 739	**95 616**
Perdas por imparidade	**(9 628)**	**(1 800)**
	88 111	**93 816**

(a) *Holding* detentora do *Execution Noble*
(b) Inclui 2 459 milhares de euros e 19 683 milhares de euros do Banco Inversión e Gespastor, respectivamente, sociedades que foram incorporadas por fusão na ES Gestion após a aquisição

ES Investment Holding Limited

O valor recuperável da ES Investment Holding, correspondente ao seu valor de uso, foi determinado de acordo com a metodologia dos Dividendos Descontados com base (i) nos dados estimados pelo órgão de gestão para os próximos nove anos, (ii) assumindo um crescimento na perpetuidade em linha com o crescimento nominal estimado da economia do país onde a unidade se encontra localizada e (iii) tendo sido utilizada uma taxa de desconto que inclui um prémio de risco apropriado aos fluxos futuros estimados. O período de nove anos utilizado para estimar os fluxos futuros, reflecte o facto de a entidade ter sido adquirida no final do ano de 2010 e de a mesma estar a ser objecto de uma redefinição da sua estratégia de negócio esperando-se que atinja a sua maturidade apenas no final deste período. Com base nestes pressupostos o valor recuperável deste investimento é superior ao valor de balanço, incluindo a parte correspondente ao *Goodwill*.

ES Gestion

Em 7 de Outubro de 2011, o Banco Pastor e o Banco Popular anunciaram a intenção de iniciar um processo de fusão. A fusão do Banco Popular com o Banco Pastor terá impactos significativos na execução do acordo de comercialização exclusivo existente entre a ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros SGPS, S.A. (através da Gespastor) e o Banco Pastor e, consequentemente, na estratégia delineada para a actividade de gestão de activos do Grupo BES no mercado espanhol. A situação está a ser acompanhada pelo Grupo. De acordo com o referido acordo de comercialização, estão garantidas indeminizações compensatórias para as perdas que o Grupo eventualmente possa vir a incorrer com esta unidade de negócio pelo que não se estima qualquer imparidade relativamente ao valor de balanço desta unidade incluindo o respectivo *goodwill*.

Aman Bank

A 31 de Dezembro de 2011, o Grupo reconheceu uma imparidade de 8 023 milhares de euros no *goodwill* apurado na data de aquisição do Aman Bank. A imparidade reflecte a alteração da estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados pelo Grupo nesta entidade, resultado da situação política vivida na Líbia durante o ano de 2011.

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Goodwill	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	**17 287**	**545 817**	**1 301**	**27 549**	**591 954**
Adições:					
Geradas internamente	-	-	-	8 899	8 899
Adquiridas a terceiros [a]	80 579	11 339	18	35 896	127 832
Abates/vendas	-	(474)	(36)	(43)	(553)
Transferências	-	36 533	-	(36 533)	-
Variação cambial e outros movimentos	(2 250)	6 822	29	(36)	4 565
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	**95 616**	**600 037**	**1 312**	**35 732**	**732 697**
Adições:					
Geradas internamente	-	-	-	9 178	9 178
Adquiridas a terceiros	-	12 521	-	27 083	39 604
Abates/vendas	-	(360)	(409)	-	(769)
Transferências	-	45 088	-	(45 088)	-
Variação cambial e outros movimentos	2 123	827	14	(492)	2 472
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	**97 739**	**658 113**	**917**	**26 413**	**783 182**
Amortizações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	**-**	**451 298**	**1 028**	**-**	**452 326**
Amortizações do período	-	37 984	131	-	38 115
Abates/vendas	-	(402)	(35)	-	(437)
Variação cambial e outros movimentos	-	7 331	25	-	7 356
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	**-**	**496 211**	**1 149**	**-**	**497 360**
Amortizações do período	-	46 068	129	-	46 197
Abates/vendas	-	(57)	(409)	-	(466)
Variação cambial e outros movimentos	-	122	9	-	131
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	**-**	**542 344**	**878**	**-**	**543 222**
Imparidade					
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	**1 743**	**-**	**-**	**-**	**1 743**
Variação cambial e outros movimentos	57	-	-	-	57
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	**1 800**	**-**	**-**	**-**	**1 800**
Perdas por imparidade [b]	8 023	-	-	-	8 023
Variação cambial e outros movimentos	(195)	-	-	-	(195)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	**9 628**	**-**	**-**	**-**	**9 628**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011	**88 111**	**115 769**	**39**	**26 413**	**230 332**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	**93 816**	**103 826**	**163**	**35 732**	**233 537**

(a) No âmbito da aquisição do Aman Bank, do Execution Noble e da GesPastor, foi registado um *goodwill* de 15 533 milhares de euros, 46 046 milhares de euros e 19 000 milhares de euros, respectivamente
(b) Imparidade do *goodwill* do Aman Bank

NOTA 28 – Investimentos em Associadas

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
BES VIDA	5 658 690	8 013 503	5 601 926	7 860 505	56 764	152 998	390 722	1 157 310	(107 968)	37 329
ES VÉNÉTIE	1 636 829	1 631 953	1 471 545	1 473 339	165 284	158 614	67 785	63 644	10 000	8 485
LOCARENT	321 581	344 148	314 938	339 177	6 643	4 971	97 798	95 107	3 017	1 570
BES SEGUROS	131 184	120 028	111 531	95 738	19 653	24 290	66 344	66 183	3 324	4 015
ESEGUR	41 679	48 794	31 524	38 554	10 155	10 240	54 478	48 264	600	1 000
EUROP ASSISTANCE	-	39 883	-	31 098	-	8 785	-	40 369	1 456	1 475
FUNDO ES IBERIA	14 252	18 824	266	15	13 986	18 809	298	2 626	(1 198)	1 947
SCI GEORGES MANDEL	11 292	11 198	11	12	11 281	11 186	980	947	610	515
BRB INTERNACIONAL	14 899	11 788	12 596	10 240	2 303	1 548	3 525	4 612	84	(120)
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA	441 723	417 532	308 586	274 137	133 137	143 395	-	-	(223)	(514)
LUSOSCUT COSTA DE PRATA	-	504 386	-	450 672	-	53 714	-	19 254	-	7 922
LUSOSCUT BEIRA LITORAL E ALTA	-	958 226	-	800 794	-	157 432	-	26 068	-	14 509
LUSOSCUT GRANDE PORTO	-	738 043	-	652 655	-	85 388	-	16 251	-	7 899
ASCENDI GROUP	3 945 239	3 640 996	3 561 239	3 389 487	384 000	251 509	99 266	269 305	127 257	140 166
ASCENDI	-	45 394	-	46 915	-	(1 521)	-	-	-	(1 312)
EMPARK	773 857	730 904	626 861	594 657	146 996	136 247	182 274	16 703	357	7 315
AUVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	248 201	242 013	214 586	212 200	33 615	29 813	12 791	14 083	1 494	1 668
UNICRE	307 856	310 155	194 012	195 880	113 844	114 275	241 045	255 568	8 745	6 469
MOZA BANCO	92 737	-	64 908	-	27 829	-	11 720	-	595	-
RODI SINKS & IDEAS	45 211	45 211	24 196	24 196	21 015	21 015	16 719	22 401	902	3 665
SCUTVIAS	718 866	802 170	647 086	729 831	71 780	72 339	116 590	96 488	12 663	10 907

Nota: Dados ajustados para efeitos de consolidação

(milhares de euros)

	Custo da Participação		Interesse Económico		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível ao Grupo	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
BES VIDA [a]	537 497	474 997	50,00%	50,00%	200 000	387 394	(193 261) [c]	15 469
ES VÉNÉTIE	42 293	42 293	42,69%	42,69%	70 700	67 853	4 269	3 622
LOCARENT	2 967	2 967	50,00%	50,00%	3 632	2 796	1 509	785
BES SEGUROS	3 749	3 749	25,00%	25,00%	4 911	6 070	831	1 004
ESEGUR	9 634	9 634	44,00%	44,00%	11 312	11 350	264	440
EUROP ASSISTANCE	-	1 147	-	23,00%	-	2 021	335	339
FUNDO ES IBERIA	8 708	8 708	38,69%	38,69%	5 262	7 287	(292)	310
SCI GEORGES MANDEL	2 401	2 401	22,50%	22,50%	2 538	2 518	137	116
BRB INTERNACIONAL	10 659	10 659	24,93%	24,93%	335	243	92	86
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA [b]	36 678	35 056	14,33%	8,19%	26 628	28 679	209	(103)
LUSOSCUT COSTA DE PRATA	-	-	-	-	-	-	-	1 271
LUSOSCUT BEIRA LITORAL E ALTA	-	-	-	-	-	-	-	2 267
LUSOSCUT GRANDE PORTO		-	-	-	-	-	-	- 958
ASCENDI GROUP [b]	168 310	163 341	28,66%	16,38%	169 900	170 259	7 130	6 918
ASCENDI	-	-	-	-	-	-	-	(525)
EMPARK [b]	55 013	55 013	15,92%	9,17%	54 661	54 003	(698)	772
AUVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	41 056	41 056	35,83%	20,48%	38 304	37 081	(5)	31
UNICRE [b]	11 497	11 497	17,50%	17,50%	19 923	19 998	1 530	8 479
MOZA BANCO	9 800	-	25,10%	-	11 178	-	149	-
RODI SINKS & IDEAS	1 240	1 240	24,81%	24,81%	7 528	7 528	-	1 432
SCUTVIAS [b]	50 669	50 669	15,93%	9,11%	50 669	50 669	-	-
Outras	130 103	110 541	-	-	129 518	106 159	2 570	(6 496)
	1 122 274	**1 024 968**			**806 999**	**961 908**	**(175 231)**	**37 175**

a) Inclui *goodwill* no valor de 267 440 milhares de euros, *value-in-force* no valor de 40 450 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: *goodwill* no valor de 267 440 milhares de euros e *value-in-force* no valor de 43 454 milhares de euros).
Este investimento encontra-se líquido de imparidade no valor de 136 275 milhares de euros reconhecida no exercício de 2011.
b) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.
c) Inclui (i) o valor apropriado da BES Vida de 54,0 milhões de euros, (ii) o valor da imparidade reconhecida de 136,3 milhões de euros e (iii) a amortização do *value in-force* no valor de 3,0 milhões de euros.

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	**961 908**	**793 815**
Alienações	(2 021)	(99 682)
Aquisições e investimentos adicionais (ver Nota 1)	98 191	292 619
Resultado de associadas	(38 956)	37 175
Imparidade em associadas	(136 275)	-
Reserva de justo valor de associadas [(a)]	(58 128)	(48 485)
Dividendos recebidos	(4 193)	(15 927)
Diferenças de câmbio e outras	(13 527)	2 393
Saldo final	**806 999**	**961 908**

(a) Corresponde essencialmente à variação de reservas de justo valor da BES Vida

Durante o exercício de 2011 foi registada uma imparidade no valor de 136 275 milhares de euros relativamente ao investimento do Grupo na BES Vida, a qual corresponde à diferença entre o valor de balanço desse investimento e a estimativa do seu valor recuperável. O valor recuperável da BES Vida, com referência a 31 de Dezembro de 2011, foi determinado tendo por base o método *Appraisal Value*. Esta metodologia deriva do *Market Consistent Embedded Value* e do valor de mercado atribuível ao novo negócio. O *Market Consistent Embedded Value* é um método de avaliação específico da indústria seguradora do ramo vida para determinar o justo valor dos contratos actuais (contratos de seguro e de investimento) e está de acordo com os princípios gerais do método dos lucros futuros descontados.

NOTA 29 – Outros Activos

A rubrica Outros activos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Devedores e outras aplicações		
Contas caução	1 605 033	1 009 362
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	48 892	42 264
Devedores por capital de subsidiárias não realizado	7 000	3 500
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	214 203	127 520
Sector público administrativo	136 749	124 978
Outros devedores diversos	414 827	424 321
	2 426 704	**1 731 945**
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(47 861)	(15 047)
	2 378 843	**1 716 898**
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	11 122	11 979
Outros activos	84 700	87 371
	95 822	**99 350**
Proveitos a receber	**52 718**	**81 814**
Despesas com custo diferido	**122 849**	**105 654**
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	2 489	149 578
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	171 918	666 499
Outras operações a regularizar	99 202	377 951
	273 609	**1 194 028**
Pensões de reforma e benefícios de saúde	**107 014**	**947**
	3 030 855	**3 198 691**

Em 31 de Dezembro de 2011 os suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados incluem 100 milhões de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (31 de Dezembro de 2010: 110 milhões de euros) e 95,8 milhões de euros a outras entidades no âmbito da actividade de capital de risco do Grupo as quais se encontram provisionadas em 31,3 milhões de euros.

A rubrica de despesas com custo diferido inclui, em 31 de Dezembro de 2011, o montante de 66 199 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 62 719 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Grupo no âmbito do ACT para o sector bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de serviço do colaborador no futuro.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	**15 047**	**18 733**
Dotações	39 165	6 167
Utilizações	(2 916)	(5 938)
Reversões	(2 648)	(7 556)
Outros	(787)	3 641
Saldo final	**47 861**	**15 047**

NOTA 30 – Recursos de Bancos Centrais

A rubrica Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais		
Mercado monetário interbancário	-	264 500
Depósitos	22 204	153 806
Outros recursos	8 764 000	4 800 000
	8 786 204	**5 218 306**
Recursos de outros Bancos Centrais		
Mercado monetário interbancário	21 650	-
Depósitos	1 205 859	2 438 247
Operações com acordo de recompra	-	308 267
	1 227 509	**2 746 514**
	10 013 713	**7 964 820**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (Mercado Monetário Interbancário e Outros Recursos) no valor de 8 764 milhões de euros e 5 065 milhões de euros, respectivamente, encontrava-se colateralizado por activos financeiros do Grupo (ver Nota 40).

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Recursos de outros Bancos Centrais – depósitos inclui 1 098 milhões de euros de recursos do Banco Nacional de Angola (31 de Dezembro de 2010: 1 665 milhões de euros).

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais, por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	4 610 827	3 815 995
De 3 meses a um ano	401 497	4 148 825
De um a cinco anos	5 001 389	-
	10 013 713	**7 964 820**

NOTA 31 – Recursos de Outras Instituições de Crédito

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
No país		
Empréstimos	924	32 495
Mercado monetário interbancário	15 001	18 650
Depósitos	465 654	339 774
Recursos a muito curto prazo	251 045	44 148
Operações com acordo de recompra	170 850	3 858
Outros recursos	5 279	1 418
	908 753	**440 343**
No estrangeiro		
Depósitos	854 289	1 434 200
Empréstimos	2 206 392	2 123 528
Recursos a muito curto prazo	121 259	201 357
Operações com acordo de recompra	1 847 600	1 874 668
Outros recursos	301 067	306 496
	5 330 607	**5 940 249**
	6 239 360	**6 380 592**

A 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica incluía 218 524 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 558 463 milhares de euros) de recursos de outras instituições de crédito registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 44).

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	3 304 307	1 355 063
De 3 meses a um ano	343 026	2 478 986
De um a cinco anos	1 760 271	1 338 735
Mais de cinco anos	831 756	1 207 808
	6 239 360	**6 380 592**

NOTA 32 – Recursos de Clientes

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	8 573 096	8 676 475
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	23 397 235	19 426 116
Outros	110 210	133 543
	23 507 445	**19 559 659**
Depósitos de poupança		
Reformados	15 049	29 751
Outros	1 470 261	1 758 470
	1 485 310	**1 788 221**
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	267 801	436 619
Outros	372 510	358 246
	640 311	**794 865**
	34 206 162	**30 819 220**

Esta rubrica inclui 7 297 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 4 027 milhões de euros) de recursos de clientes registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 44).

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Exigível à vista	**8 573 096**	**8 676 475**
Exigível a prazo		
Até 3 meses	14 310 762	9 017 925
De 3 meses a um ano	6 556 146	8 353 630
De um a cinco anos	4 640 082	4 644 123
Mais de cinco anos	126 076	127 067
	25 633 066	**22 142 745**
	34 206 162	**30 819 220**

NOTA 33 – Responsabilidades Representadas por Títulos

As Responsabilidades representadas por títulos decompõem-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Euro Medium Term Notes (EMTN)	9 735 468	11 575 244
Certificados de depósitos	644 103	1 748 683
Obrigações	3 258 824	4 049 569
Obrigações hipotecárias	933 732	2 333 906
Outras responsabilidades	3 880 521	4 402 537
	18 452 648	**24 109 939**

Em 31 de Dezembro de 2011, as obrigações emitidas pelo Grupo incluem 1 572 milhões de euros de obrigações emitidas com garantia do Estado Português (31 de Dezembro de 2010: 1 584 milhões de euros).

Esta rubrica inclui 1 233 962 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 823 416 milhares de euros) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 44).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Banco procedeu a emissões que totalizam 4 290 milhões de euros. As características das emissões vivas a 31 de Dezembro de 2011 são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	*Rating*
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	893 155	17/11/2009	17/02/2015	Anual	3,375%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias DUE JUL 17	750 000	132	07/07/2010	09/07/2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2017	1 250 000	-	21/07/2010	21/07/2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias DUE 4,6%	40 000	40 445	15/12/2010	26/01/2017	Anual	Taxa fixa 4,6%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias HIPOT. 2018	1 250 000	-	25/01/2011	25/01/2018	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais activos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo BES, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições das referidas emissões enquadram-se no Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e na Instrução n.º13 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 31 de Dezembro de 2011 a 5 305,9 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 4 963,1 milhões de euros) (ver Nota 22).

O movimento ocorrido durante o exercício de 2011 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Saldo em 31.12.2010	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos [a]	Saldo em 31.12.2011
Euro Medium Term Notes (EMTN)	11 575 244	1 423 282	(2 402 551)	(629 713)	(230 794)	9 735 468
Certificados de depósitos	1 748 683	-	(1 106 299) [b]	-	1 719	644 103
Obrigações	4 049 569	30 000	(650 307)	(36 530)	(133 908)	3 258 824
Obrigações hipotecárias	2 333 906	-	(1 250 000)	(123 987)	(26 187)	933 732
Outras responsabilidades	4 402 537	7 642 342	(7 757 957)	(27 596)	(378 805)	3 880 521
	24 109 939	**9 095 624**	**(13 167 114)**	**(817 826)**	**(767 975)**	**18 452 648**

a) Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial
b) No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor das emissões é apresentado líquido de reembolsos

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efectuadas até 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o Grupo reconheceu um ganho de 155,3 milhões de euros e de 29,1 milhões de euros, respectivamente (ver Notas 11 e 36).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	6 038 482	6 841 507
De 3 meses a um ano	761 034	1 571 931
De um a cinco anos	7 693 938	11 319 948
Mais de cinco anos	3 959 194	4 376 553
	18 452 648	**24 109 939**

As características essenciais destes recursos para o Grupo são como segue:

(milhares de euros)

			31.12.2011				
Entidade	**Descrição**		**Moeda**	**Data de emissão**	**Valor de balanço**	**Maturidade**	**Taxa de juro**
BES	BES-E.RENDA 4%	a)	EUR	2005	8 890	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BIC E.RENDA 4%	a)	EUR	2005	3 111	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES ER 4% ABR05	a)	EUR	2005	2 473	2013	Taxa fixa 4,08% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES ER 4% ABR05	a)	EUR	2005	1 860	2013	Taxa fixa 4,14% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES ER3,75%0805	a)	EUR	2005	2 566	2013	Taxa fixa 3,85% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES COMMODIT 7%	a)	EUR	2005	1 136	2014	Taxa fixa - 7,00%
BES	BES DUE 2012		EUR	2007	1 000 613	2012	Euribor 3 meses + 0,10%
BES	BES DUE 2013		EUR	2007	444 538	2013	Euribor 3 meses + 0,125%
BES	BES DUE JUN 14		EUR	2007	434 561	2014	Euribor 3 meses + 0,15%
BES	BES 3,75%		EUR	2009	1 571 626	2012	Taxa fixa - 3,75%
BES	BES RENDIM.CR.		EUR	2009	191	2012	Euribor 6 meses + 0,60%
BES	BES REND.CR.		EUR	2009	14 554	2012	Taxa fixa - 3,85%
BES	BES DUE 2012		EUR	2009	308 587	2012	Taxa fixa 4,43%
BES	BES 5,625% 2014		EUR	2009	1 575 436	2014	Taxa fixa - 5,63%
BES	BES CR.OUT.09	a)	EUR	2009	1 192	2012	b)
BES	BES R.FIXO 1		EUR	2009	7 745	2012	Taxa fixa 4,05%
BES	BES R.FIXO 2		EUR	2009	7 846	2012	Taxa fixa 4,05%
BES	BES R.FIXO 3		EUR	2009	7 615	2012	Taxa fixa 4,05%
BES	BES R.FIXO 4		EUR	2009	7 605	2012	Taxa fixa 4,05%
BES	BES R.FIXO 5		EUR	2009	6 840	2012	Taxa fixa 4,05%
BES	BES R.FIXO 6		EUR	2009	571	2012	Taxa fixa 3,45%
BES	BES R.FIXO 7		EUR	2009	502	2012	Taxa fixa 3,45%
BES	BES R.FIXO 8		EUR	2009	502	2012	Taxa fixa 3,45%
BES	BES R.FIXO 9		EUR	2009	503	2012	Taxa fixa 3,45%
BES	BES R.FIXO 10		EUR	2009	503	2012	Taxa fixa 3,45%
BES	BES 3,375%		EUR	2009	893 155	2015	Taxa fixa 3,375%
BES	BES DUE 02/2013		EUR	2009	835 053	2013	Euribor 3 Meses + 1%
BES	BES DUE 3,875%		EUR	2010	587 778	2015	Taxa fixa 3,875%
BES	BES DUE MAR.12		EUR	2010	150 238	2012	Euribor 3 Meses + 0,94%
BES	BES DUE JUL 17		EUR	2010	132	2017	Euribor 6 Meses + 0,60%
BES	BES DUE 4,6%		EUR	2010	40 445	2017	Taxa fixa 4,6%
BES	BES DUE JULY 16		EUR	2011	83 883	2016	Taxa fixa 6,875%
BES	BES 4,95% 2014		EUR	2011	567	2014	Euribor 3 Meses + 4,95%
BES	BES DUE 27/8/13		EUR	2011	40 186	2013	Euribor 3 Meses + 3%
BES	BES PORTUGAL NO	a)	EUR	2011	15 824	2014	Euribor 6 Meses + 3,5%
BES	BES 3% 16/12/20		EUR	2011	57 233	2021	Taxa fixa 3%
BES	BES PORTUGAL	a)	EUR	2011	17 275	2014	Euribor 6 Meses + 3,5%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 18 2001		EUR	2001	51 852	2012	Taxa fixa - 5,83%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 20 2001		EUR	2001	325	2012	Taxa fixa - 5,94%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 23 2001		EUR	2001	79 495	2013	Taxa fixa - 6,03%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 25 2001		EUR	2001	79 988	2014	Taxa fixa - 6,02%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 27 2001		EUR	2001	49 415	2015	Taxa fixa - 6,09%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 1 2002		EUR	2002	54 571	2012	Taxa fixa - 5,92%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 2 2002	a)	EUR	2002	6 159	2012	Taxa fixa - 4,65%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2002	10 399	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,74%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN ZC 02/18/2028		EUR	2003	12 921	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,50%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/25/13		USD	2003	4 287	2013	StepUp (1º cupão 1,50%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 08/27/13		EUR	2003	60 039	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 09/02/13		EUR	2003	79 700	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 10/07/13		EUR	2003	79 237	2013	StepUp (1º cupão 3,10%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2003	30 698	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/21/14		USD	2004	60 091	2014	StepUp (1º cupão 2,07%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN ZC 28/03/2033		EUR	2008	34 977	2033	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,69%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecarias	a)	EUR	2008	153 769	2014	Taxa fixa 4,5%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecarias	a)	EUR	2008	80 368	2014	Taxa fixa 4%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecarias	a)	EUR	2008	85 046	2016	Taxa fixa 4,25%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	a)	USD	2010	602 485	2012	4,79% - 5,47%
BES (sucursal de Nova Iorque)	Certificados de depósito		USD	2010	38 720	2012	4,41% - 5,53%
BES Açores	BES AÇOR.SET.09		EUR	2009	8	2012	Euribor 3 meses + 1,5%
BES Finance	EMTN 37		EUR	2004	28 842	2029	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,30%
BES Finance	EMTN 39		EUR	2005	100 372	2015	Euribor 3 meses + 0,23%
BES Finance	EMTN 40	a)	EUR	2005	127 589	2035	c)
BES Finance	EMTN 56		EUR	2009	34 078	2043	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 57		EUR	2009	32 189	2044	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 58		EUR	2009	30 430	2045	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 59		EUR	2009	32 299	2042	Cupão Zero

(milhares de euros)

				31.12.2011			
Entidade	**Descrição**		**Moeda**	**Data de emissão**	**Valor de balanço**	**Maturidade**	**Taxa de juro**
BES Finance	EMTN 60		EUR	2009	43 748	2040	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 61		EUR	2009	32 092	2041	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 62		EUR	2009	51 292	2039	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 63		EUR	2009	154 593	2039	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 64		EUR	2009	143 091	2040	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 65		EUR	2010	152 692	2040	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 66		EUR	2010	167 234	2041	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 67		EUR	2010	134 149	2041	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 68		EUR	2010	11 794	2015	Taxa fixa 4,25%
BES Finance	EMTN 69		EUR	2010	176 562	2042	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 70		EUR	2010	223 489	2042	Taxa fixa 3%
BES Finance	*Exchangeable Bonds* (Bradesco)	a)	USD	2010	640 224	2013	Taxa fixa 1,625%
BES Finance	EMTN 71		EUR	2010	194 414	2043	Taxa fixa 3%
BES Finance	*Exchangeable Bonds* (EDP)	a)	EUR	2010	455 106	2015	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 72		EUR	2010	189 649	2044	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 73		EUR	2010	88 547	2046	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 74		EUR	2010	19 675	2012	Taxa fixa 4,5%
BES Finance	EMTN 75		EUR	2010	19 725	2012	Taxa fixa 4,5%
BES Finance	EMTN 76		EUR	2010	20 076	2012	Taxa fixa 4,5%
BES Finance	EMTN 77		EUR	2010	20 076	2012	Taxa fixa 4,5%
BES Finance	EMTN 78		EUR	2010	19 073	2012	Taxa fixa 4,5%
BES Finance	EMTN 79		EUR	2010	110 431	2047	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 81	a)	EUR	2010	6 996	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 82	a)	EUR	2010	6 996	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 83	a)	EUR	2010	6 996	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 84	a)	EUR	2010	6 945	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 85	a)	EUR	2010	6 790	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 80		EUR	2010	149 798	2048	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 86	a)	EUR	2010	7 016	2012	Taxa fixa 2,37%
BES Finance	EMTN 87	a)	EUR	2010	7 167	2012	Taxa fixa 2,37%
BES Finance	EMTN 88	a)	EUR	2010	7 167	2012	Taxa fixa 2,37%
BES Finance	EMTN 89	a)	EUR	2010	7 167	2012	Taxa fixa 2,37%
BES Finance	EMTN 90	a)	EUR	2010	7 167	2012	Taxa fixa 2,37%
BES Finance	EMTN 91	a)	EUR	2011	14 470	2013	Taxa fixa 4,75%
BES Finance	EMTN 92	a)	EUR	2011	14 519	2013	Taxa fixa 4,75%
BES Finance	EMTN 93	a)	EUR	2011	14 519	2013	Taxa fixa 4,75%
BES Finance	EMTN 94	a)	EUR	2011	14 519	2013	Taxa fixa 4,75%
BES Finance	EMTN 95	a)	EUR	2011	14 473	2013	Taxa fixa 4,75%
BES Finance	EMTN 96	a)	EUR	2011	7 293	2015	Taxa fixa 5,75%
BES Finance	EMTN 97	a)	EUR	2011	7 293	2015	Taxa fixa 5,75%
BES Finance	EMTN 98	a)	EUR	2011	7 293	2015	Taxa fixa 5,75%
BES Finance	EMTN 99	a)	EUR	2011	7 293	2015	Taxa fixa 5,75%
BES Finance	EMTN 100	a)	EUR	2011	7 293	2015	Taxa fixa 5,75%
BES Finance	EMTN 101	a)	EUR	2011	13 796	2013	Taxa fixa 4,51%
BES Finance	EMTN 102	a)	EUR	2011	13 842	2013	Taxa fixa 4,51%
BES Finance	EMTN 103	a)	EUR	2011	13 842	2013	Taxa fixa 4,51%
BES Finance	EMTN 104	a)	EUR	2011	13 842	2013	Taxa fixa 4,51%
BES Finance	EMTN 105	a)	EUR	2011	13 796	2013	Taxa fixa 4,51%
BES Finance	EMTN 106	a)	EUR	2011	7 672	2015	Taxa fixa 5,51%
BES Finance	EMTN 107	a)	EUR	2011	8 385	2015	Taxa fixa 5,51%
BES Finance	EMTN 108	a)	EUR	2011	8 385	2015	Taxa fixa 5,51%
BES Finance	EMTN 109	a)	EUR	2011	8 385	2015	Taxa fixa 5,51%
BES Finance	EMTN 110	a)	EUR	2011	8 385	2015	Taxa fixa 5,51%
BES Finance	EMTN 111		USD	2011	36 356	2038	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 112	a)	EUR	2011	42 174	2014	Taxa fixa 6%
BES Finance	EMTN 113	a)	EUR	2011	68 113	2021	Taxa fixa 5%
BES Finance	EMTN 114	a)	EUR	2011	27 908	2021	Taxa fixa 5%
BESI	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016		EUR	2006	1 429	2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14		EUR	2006	3 610	2014	Taxa Fixa Crescente
BESI	BESI CERT DUALREND+EUSTOXX AUG14	a)	EUR	2006	2 898	2014	Taxa Fixa 6,6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BES INVEST BRASIL 5.75% MAY2012		USD	2009	111 084	2012	Taxa fixa 5,75%
BESI	BES INVEST BRASIL		BRL	2010	513	2013	Taxa Fixa - 11,53%
BESI	BES INVEST BRASIL 5.625% MAR2015		USD	2010	368 320	2015	Taxa Fixa - 5,625%
BESI	BESI SEP2014 EQL LINKED	a)	EUR	2010	3 281	2014	d)
BESI	BESI SEP2014 ORIENTE IV EQL	a)	EUR	2010	10 535	2014	e)

(milhares de euros)

				31.12.2011			
Entidade	**Descrição**		**Moeda**	**Data de emissão**	**Valor de balanço**	**Maturidade**	**Taxa de juro**
BESI	53-LF LETRA FIN		BRL	2010	26 270	2013	Indexada ao CDI
BESI	49-LCA - Letra		BRL	2011	40 290	2012	Indexada ao CDI
BESI	BESI 1.8% GOLD APR2015	a)	EUR	2011	1 737	2015	Taxa fixa 1,8% + Indexada ao Ouro
ES Investment Plc	ESIP JUL2012 CMS LINKED EUR 5.5M		EUR	2004	3 429	2012	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP OUT24 ESFP LINKED CMS NOTE		EUR	2004	5 745	2024	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP CMS LINKED NOV2014		EUR	2004	2 725	2014	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP BESLEAS&INFLAT LINK MAY15		EUR	2005	8 997	2015	Indexada a HIPC Ex-Tobacco + f)
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL MAY2015		EUR	2005	1 256	2015	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL JUN15		EUR	2005	234	2015	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL AUG2013		EUR	2005	4 829	2013	Taxa Fixa 4,75% + Range accrual
ES Investment Plc	ESIP EUR LEVERAGE SNOWBALL JUL15		EUR	2005	1 237	2015	Taxa Fixa + Snowball + g)
ES Investment Plc	ESIP AGO05 SEP35 CALLABLE INV FL		EUR	2005	10 025	2035	Euribor 12 meses + h)
ES Investment Plc	ESIP LEVERAGE SNOWBALL SEP2015		EUR	2005	2 970	2015	Taxa Fixa + Snowball + g)
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2017		EUR	2005	1 108	2017	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP 30CMS-2CMS LKD NOTE NOV2036		EUR	2005	13 837	2036	Taxa Fixa 7,44% + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP EUR12M+16 BP APR2016		EUR	2006	4 061	2016	Euribor 12M
ES Investment Plc	ESIP PORTUGAL TELECOM FIN LINKED	a)	EUR	2006	8 423	2012	f)
ES Investment Plc	ESIP JAN2017 INDEX BASKET LKD	a)	EUR	2007	4 516	2017	b)
ES Investment Plc	ESIP FEB2012 DEUTSCHE BANK LKD	a)	EUR	2007	2 834	2012	Indexada a Deutsche Telecom
ES Investment Plc	ESIP MAY14 EQUITY BASKT LINKED	a)	USD	2007	1 171	2014	i)
ES Investment Plc	ESIP JUN2012 BASKET LINKED	a)	EUR	2007	342	2012	j)
ES Investment Plc	ESIP JUL2012 LUSITANO BSK LINKED	a)	EUR	2007	3 467	2012	k)
ES Investment Plc	ESIP METAL INVESTMENT OCT2012	a)	EUR	2007	312	2012	Commodity Linked
ES Investment Plc	ESIP BCP FIN CRD LKD DEC2015	a)	EUR	2007	2 786	2015	f)
ES Investment Plc	ESIP JAN2012 BASKET LINKED	a)	EUR	2008	3 666	2012	l)
ES Investment Plc	ESIP JAN2012 EQUITY BASKET LINKED	a)	EUR	2008	923	2012	m)
ES Investment Plc	ESIP BARCLAYS LKD 6.30% MAR2016	a)	EUR	2008	4 499	2016	Taxa Fixa 630% + f)
ES Investment Plc	ESIP BARCLAYS LKD EUR3M MAR2016	a)	EUR	2008	1 108	2016	Euribor 3M + 2,20% + f)
ES Investment Plc	ESIP BARCLAYS LKD ZC MAR2016	a)	EUR	2008	1 876	2016	ZC + f)
ES Investment Plc	ESIP APR2013 AEGON SHARE LKD	a)	EUR	2008	1 373	2013	Indexada a AEGON
ES Investment Plc	ESIP JUN2013 CARBON NOTES	a)	EUR	2008	3 792	2013	n)
ES Investment Plc	ESIP AUG2012 EQL LINKED	a)	EUR	2008	3 189	2012	Indexada ao BBVA
ES Investment Plc	ESIP DEC12 ENI LINKED	a)	EUR	2008	822	2012	Indexada à ENI
ES Investment Plc	ESIP DEC21 ENI LINKED 2	a)	EUR	2008	3 573	2021	Indexada à ENI
ES Investment Plc	ESIP MAY2012 EQL LINKED	a)	EUR	2008	3 263	2012	Indexada ao BSCH
ES Investment Plc	ESIP MAY2021 BBVA LINKED	a)	EUR	2008	1 777	2021	Indexada ao BBVA
ES Investment Plc	ESIP NOV2012 EQL LINKED	a)	EUR	2008	138	2012	Indexada a Santander e Deutsche Bank
ES Investment Plc	ESIP OCT2014 EQL LINKED 2	a)	EUR	2008	13	2014	Indexada a BBVA e Santander
ES Investment Plc	ESIP FIXED AMOUNT + AMORT NOV22	a)	EUR	2009	2 162	2022	Fixed Amounts
ES Investment Plc	ESIP LACAIXA EUR3M+2% MAR2011	a)	EUR	2009	2 016	2016	EURIBOR3M +2% + f)
ES Investment Plc	ESIP MAY2012 SX5E LINKED	a)	EUR	2009	1 227	2012	Indexada a DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP JUN2013 EQL LINKED	a)	EUR	2009	42	2013	o)
ES Investment Plc	ESIP JUL2014 INFLATION LINKED	a)	EUR	2009	1 568	2014	Indexada à Inflação
ES Investment Plc	ESIP SEP2014 OCIDENTE II EQL	a)	EUR	2009	8 346	2014	p)
ES Investment Plc	ESIP AUG2012 BESI BRASIL LINKED	a)	EUR	2009	4 344	2012	q)
ES Investment Plc	ESIP CLN 5.45% OCT2014	a)	EUR	2009	6 708	2014	f)
ES Investment Plc	ESIP OCT2012 EQL LINKED	a)	EUR	2009	1 965	2012	Indexada a Brisa, EDP, Galp, BSCH e BCP
ES Investment Plc	ESIP 5.25% RANGE ACCRUAL OCT2016	a)	EUR	2009	4 606	2016	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP OCT2014 EQL	a)	EUR	2009	964	2014	Indexada a Gazprom, Nokia e DU PONT
ES Investment Plc	ESIP CIMPOR CLN EUR3M DEC2014	a)	EUR	2009	3 782	2014	f)
ES Investment Plc	ESIP NOV2012 CLN BESIBRASIL	a)	EUR	2009	9 854	2012	f)
ES Investment Plc	ESIP FTD IBERIA 5.95% DEC2014	a)	EUR	2009	10 226	2014	f)
ES Investment Plc	ESIP FTD IBERIA II 5.5% DEC2014	a)	EUR	2009	3 341	2014	f)
ES Investment Plc	ESIP USD FTD IBERIA 5.5% DEC2014	a)	USD	2009	2 551	2014	f)
ES Investment Plc	ESIP DEC2012 USDBRL LINKED	a)	USD	2009	1 890	2012	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP DEC2012 EWZ+HSCEI LINKED	a)	EUR	2009	2 690	2012	Indexado a EWZ e HSCEI
ES Investment Plc	ESIP BRAZIL EQL LINKED	a)	EUR	2009	3 530	2014	r)
ES Investment Plc	ESIP DEC2014 SX5E LINKED	a)	EUR	2009	3 220	2014	Indexada a DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP BRAZIL EQL JAN2015	a)	EUR	2010	1 421	2015	s)
ES Investment Plc	ESIP BSKT MERC EMERG EQL FEB2014	a)	EUR	2010	4 683	2014	t)
ES Investment Plc	ESIP WORST SOFT CMDT MAR2013	a)	EUR	2010	1 237	2013	u)
ES Investment Plc	ESIP USDEUR FX LKD MAY2015	a)	EUR	2010	358	2015	indexado a EUR/USD
ES Investment Plc	ESIP DJ US REAL EST LKD MAR2015	a)	EUR	2010	3 051	2015	indexado a Ishares DJ US Real State Index fund
ES Investment Plc	ESIP SOFT COMMODIT LKD APR2013	a)	EUR	2010	2 419	2013	v)
ES Investment Plc	ESIP FTD CRD LINKED JUN2015	a)	EUR	2010	4 065	2015	l)

(milhares de euros)

				31.12.2011			
Entidade	**Descrição**		**Moeda**	**Data de emissão**	**Valor de balanço**	**Maturidade**	**Taxa de juro**
ES Investment Plc	ESIP CRDAGRI CL EUR6M+1.15 JUN15	a)	EUR	2010	2 840	2015	Euribor 6M ACT/360
ES Investment Plc	ESIP BRAZIL EQL MAY2016	a)	EUR	2010	2 776	2016	w)
ES Investment Plc	ESIP SX5E MAY14 EQL	a)	EUR	2010	1 407	2014	Indexada a Eurostoxx
ES Investment Plc	ESIP JUN2013 BASKET LINKED	a)	EUR	2010	3 037	2013	5,70% + x)
ES Investment Plc	ESIP EDP BCP PT LKD JUN2013	a)	EUR	2010	1 435	2013	y)
ES Investment Plc	ESIP BES RENDIM CRD LKD JUN2013	a)	EUR	2010	16 408	2013	z)
ES Investment Plc	ESIP TELECOM LKD JUL2013	a)	EUR	2010	8 785	2013	aa)
ES Investment Plc	ESIP BASKET LKD JUL2013	a)	EUR	2010	3 884	2013	ab)
ES Investment Plc	ESIP BASKET LKD JUL2014	a)	EUR	2010	1 869	2014	ab)
ES Investment Plc	ESIP AUG13 RANGE ACCRUAL	a)	EUR	2010	978	2013	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP AUG2013 EURUSD FX LINKED	a)	EUR	2010	718	2013	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP GOLD LKD FEB2012	a)	EUR	2010	441	2012	Indexada ao Gold
ES Investment Plc	ESIP JAN2011 DOW JONES INDUS LKD	a)	EUR	2010	1 107	2013	Indexada a INDU
ES Investment Plc	ESIP SEP15 DIGITAL	a)	USD	2010	1 101	2015	Digital US Libor 3M
ES Investment Plc	ESIP ASIA INDEX LKD SEP2014	a)	EUR	2010	2 034	2014	ac)
ES Investment Plc	ESIP SEP2013 CURRENCIES LINKED	a)	EUR	2010	867	2013	ad)
ES Investment Plc	ESIP GOLD LKD OCT2013	a)	EUR	2010	2 453	2013	Indexada ao Gold
ES Investment Plc	ESIP EDP PT CGD CRDLKD DEC2013	a)	EUR	2010	5 377	2013	ae)
ES Investment Plc	ESIP NOV2013 SAN BBVA EQL LINKED	a)	EUR	2010	1 569	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ES Investment Plc	ESIP EDP CRDLKD DEC2013	a)	EUR	2010	4 083	2013	Euribor 6M + 3,5% + Indexada à EDP
ES Investment Plc	ESIP SAN BBVA LINKED NOV2013	a)	EUR	2010	2 531	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ES Investment Plc	ESIP MAY12 EURPLN LINKED	a)	EUR	2010	695	2012	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP NOV2013 SANTANDER LKD	a)	EUR	2010	826	2013	Indexada ao BSCH
ES Investment Plc	ESIP DEC2013 SAN BBVA EQL LINKED	a)	EUR	2010	855	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ES Investment Plc	ESIP NOV2013 AMERLATIN BSKT LKD	a)	EUR	2010	1 572	2013	af)
ES Investment Plc	ESIP NOV2013 ASIA PACIF BSKT LKD	a)	EUR	2010	1 886	2013	ag)
ES Investment Plc	ESIP MAY2012 EWZ LINKED	a)	EUR	2010	1 722	2012	Indexada ao EWZ
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 CREDLINKED BSCH	a)	EUR	2011	1 408	2015	Indexada a BBVA, Credit Agricole e Fortis
ES Investment Plc	ESIP 2 ANOS EURUSD LKD FEB13	a)	EUR	2011	1 484	2013	FX EUR/USD Linked
ES Investment Plc	ESIP DUAL5%+AFRICA LKD FEB15	a)	EUR	2011	1 111	2015	ah)
ES Investment Plc	ESIP EXPOSIÇAO EURUSD LKD FEB14	a)	EUR	2011	1 448	2014	FX EUR/USD Linked
ES Investment Plc	ESIP FEB16 5A EXPOSIC AFRICA LKD	a)	EUR	2011	1 108	2016	ai)
ES Investment Plc	ESIP SX5E LKD FEB14	a)	EUR	2011	1 042	2014	Eurostoxx Linked
ES Investment Plc	ESIP CABAZ BRASIL LKD FEB14	a)	EUR	2011	1 778	2014	aj)
ES Investment Plc	ESIP STEP-UP FEB2012	a)	EUR	2011	4 806	2012	Fixed STEP-UP Rate
ES Investment Plc	ESIP CLN SANTANDER MAR2014	a)	EUR	2011	5 860	2014	6,35% + CLN BSCH SUB
ES Investment Plc	ESIP SX5E SPX LKD MAR2016	a)	EUR	2011	1 389	2016	Eurostoxx e S&P 500 Linked
ES Investment Plc	ESIP WORST DIG COMM EQL MAR2013	a)	EUR	2011	922	2013	ak)
ES Investment Plc	ESIP CLN EDP MAR2014	a)	EUR	2011	9 155	2014	7% + CLN EDP
ES Investment Plc	ESIP EDP MAR2014 CLN	a)	EUR	2011	13 529	2014	6,5% + CLN EDP
ES Investment Plc	ESIP MAR14 BES EURUSD LINKED	a)	EUR	2011	1 480	2014	FX USD/BRL Linked
ES Investment Plc	ESIP MAR14 EURCHF LINKED	a)	EUR	2011	2 356	2014	FX EUR/CHF Linked
ES Investment Plc	ESIP MAR2014 TEF FTE LINKED	a)	EUR	2011	770	2014	Telefonica e France Telecom Linked
ES Investment Plc	ESIP SEP2012 SANTANDER LINKED	a)	EUR	2011	363	2012	BCSH Linked
ES Investment Plc	ESIP APR2015 BES ENERGIA LINKED	a)	EUR	2011	10 599	2015	Espirito Santo Rockefeller Global Linked
ES Investment Plc	ESIP APR2015 BES ENERGIA LKD	a)	USD	2011	2 780	2015	Espirito Santo Rockefeller Global Linked
ES Investment Plc	ESIP EDP CLN JUN2014	a)	EUR	2011	12 378	2014	7% + CLN EDP
ES Investment Plc	ESIP STEP-UP APR2012	a)	EUR	2011	4 344	2012	Fixed STEP-UP Rate
ES Investment Plc	ESIP APR2012 TELEFONICA II LINKD	a)	EUR	2011	4 327	2012	Telefonica Linked
ES Investment Plc	ESIP APR2012 TELEFONICA LINKD	a)	EUR	2011	2 924	2012	Telefonica Linked
ES Investment Plc	ESIP APR2013 EURUSD LKD	a)	EUR	2011	3 285	2013	FX EUR/USD Linked
ES Investment Plc	ESIP APRIL2014 HEALTH CARE LKD	a)	EUR	2011	7 530	2014	Health Care Select Sector SPDR Fund Linked
ES Investment Plc	ESIP HEALTH CARE LKD APR2014	a)	EUR	2011	2 792	2014	al)
ES Investment Plc	ESIP SX5E SPX LKD APR2014	a)	EUR	2011	2 043	2014	Eurostoxx e S&P 500 Linked
ES Investment Plc	ESIP TEF PT LKD 26APR2014	a)	EUR	2011	527	2014	Telefonica e Portugal Telecom Linked
ES Investment Plc	ESIP TEF PT LKD APR2014	a)	EUR	2011	519	2014	Telefonica e Portugal Telecom Linked
ES Investment Plc	ESIP STEP-UP APR2013	a)	EUR	2011	1 221	2013	Fixed STEP-UP Rate
ES Investment Plc	ESIP EUR CLN JUN2014	a)	EUR	2011	8 384	2014	6,75% + CLN PT
ES Investment Plc	ESIP MAY2012 TEF LINKED	a)	EUR	2011	1 968	2012	Telefonica Linked
ES Investment Plc	ESIP BES MOMENTUM JUN2015	a)	EUR	2011	6 537	2015	Espirito Santo Momentum Fund Linked
ES Investment Plc	ESIP INOV TECNOLOGICA JUN2014	a)	EUR	2011	9 289	2014	am)
ES Investment Plc	ESIP BSCH CLN JUN2014	a)	EUR	2011	5 682	2014	6,1% + CLN BSCH
ES Investment Plc	ESIP PETROBRAS CLN JUN2014	a)	USD	2011	2 227	2014	3-Month USD libor + 3,70% + CLN PETROBRAS
ES Investment Plc	ESIP TEF PT JUN2014	a)	EUR	2011	1 019	2014	Telefonica e Portugal Telecom Linked
ES Investment Plc	ESIP BRAZIL NOTES LKD MAY2011	a)	EUR	2011	3 909	2016	11,50% + FX EUR/BRL Linked

(milhares de euros)

				31.12.2011			
Entidade	**Descrição**		**Moeda**	**Data de emissão**	**Valor de balanço**	**Maturidade**	**Taxa de juro**
ES Investment Plc	ESIP JUN2012 ISHR BRAZIL LINKED	a)	EUR	2011	654	2012	iShares MSCI Brazil Index Fund Linked
ES Investment Plc	ESIP PT II CLN JUN2014	a)	EUR	2011	6 732	2014	7% + CLN PT
ES Investment Plc	ESIP BES 5ANOS EFIC ENERG JUNE16	a)	EUR	2011	4 337	2016	an)
ES Investment Plc	ESIP BES PROTECÇAO JUN2014	a)	EUR	2011	52 916	2014	ao)
ES Investment Plc	ESIP SANTANDER CLN JUN2014	a)	EUR	2011	2 669	2014	6,4% + CLN BSCH
ES Investment Plc	ESIP ASCENDI CLN JUL2013	a)	USD	2011	5 260	2013	7,25% + Ascendi CLN
ES Investment Plc	ESIP SX5E JUL15 EQL	a)	EUR	2011	1 509	2015	Eurostoxx Linked
ES Investment Plc	ESIP JAN2013 BES BRASIL 18M	a)	EUR	2011	7 571	2013	EWZ Linked
ES Investment Plc	ESIP 2Y BULLISH CAB VS USD JUL13	a)	EUR	2011	2 008	2013	Fx linked
ES Investment Plc	ESIP BES PROTECÇAO II JUN2014	a)	EUR	2011	24 900	2014	Inflation and Euribor 12M Liked
ES Investment Plc	ESIP EUR PRICING POWER 5Y JUL14	a)	EUR	2011	1 772	2016	ap)
ES Investment Plc	ESIP AUG2014 ALEMANHA EQL LINKED	a)	EUR	2011	549	2014	aq)
ES Investment Plc	ESIP AUG14 ES ROCKEFELLERGLO LKD	a)	EUR	2011	873	2014	Espirito Santo Rockfeller Global Linked
ES Investment Plc	ESIP ESFP CLN JUL2013	a)	USD	2011	5 827	2013	ESFP CLN
ES Investment Plc	ESIP BARCLAYS CLN SEP2014	a)	EUR	2011	2 809	2014	6% + Barclays CLN
ES Investment Plc	ESIP AUG14 INFLATION LKD	a)	EUR	2011	42 837	2014	Inflation Linked
ES Investment Plc	ESIP BANCO POPULAR CLN SEP2014	a)	EUR	2011	2 992	2014	8,75% + POPULAR CLN
ES Investment Plc	ESIP SEP14 TRY LKD	a)	EUR	2011	1 423	2014	Fx linked
ES Investment Plc	ESIP BRL FXL LINKED SEP2016	a)	EUR	2011	1 830	2016	Fx linked
ES Investment Plc	ESIP SEP2014 INFLATION+EURIBOR	a)	EUR	2011	28 676	2014	Inflation and Euribor 12M Liked
ES Investment Plc	ESIP BCO POPULAR CLN SEP2014	a)	EUR	2011	1 587	2014	8,75% + POPULAR CLN
ES Investment Plc	ESIP SEP2014 EUROSTOXX 50 EQL 5	a)	EUR	2011	1 530	2014	Eurostoxx Linked
ES Investment Plc	ESIP SEP2014 PSI20 EQL 4	a)	EUR	2011	2 118	2014	PSI20 Linked
ES Investment Plc	ESIP BCO POPULAR CRDLK SEP2014	a)	EUR	2011	7 187	2014	9,40% + Banco Popular CLN
ES Investment Plc	ESIP PT CLN DEC2014	a)	EUR	2011	14 523	2014	11% + PT CLN
ES Investment Plc	ESIP OCT2014 WORLD INVESTM EQL 3	a)	EUR	2011	1 585	2014	b)
ES Investment Plc	ESIP DEC2013 BES4%GLOBAL LINKED	a)	EUR	2011	27 786	2015	ar)
ES Investment Plc	ESIP NOV2011 SPANISH NOTES	a)	EUR	2011	151	2016	as)
ES Investment Plc	ESIP AUTOCALLABLE 2014	a)	EUR	2011	2 635	2014	at)
ES Investment Plc	ESIP EDP USD CLN DEC2014	a)	USD	2011	1 407	2014	8,5% + EDP CLN
ES Investment Plc	ESIP TELECOM ITALIA CLN DEC2014	a)	EUR	2011	4 949	2014	7,25% + Telecom Italia CLN
ES Investment Plc	ESIP PORTUGUESE REP CLN DEC2021	a)	EUR	2011	16 815	2021	6% + Republica Portuguesa CLN
ES Investment Plc	ESIP AUTOCALL HIGH DIVD DEC2014	a)	EUR	2011	2 035	2014	au)
ES Investment Plc	ESIP UTILIT FINANCIALS SHS DEC18	a)	EUR	2011	2 620	2018	av)
ES Investment Plc	ESIP UTILITIES SHS DEC2018	a)	EUR	2011	617	2018	aw)
ES Investment Plc	ESIP IBEX LINKED DEC2013	a)	EUR	2011	1 214	2013	IBEX Linked
ES Investment Plc	ESIP TELEFONICA CLN DEC2014	a)	EUR	2011	4 480	2014	7,15% + Telefonica CLN
ES Investment Plc	ESIP WORLD INVESTMENT II DEC2014	a)	EUR	2011	1 027	2014	b)
BESIL	BESIL STEP UP 09/02/13		EUR	2003	1 882	2013	Taxa fixa - 6,44%
BESIL	BESIL STEP UP 10/07/13		EUR	2003	1 767	2013	Taxa fixa - 6,44%
BESIL	BESIL STEP UP 07/21/14		USD	2004	20 051	2014	Taxa fixa - 8,29%
ESPLC	BES0511_13E BESESPLC29/05/2012		EUR	2011	29 960	2012	Taxa fixa 2,638%
ESPLC	BES0112_27E_BESESPLC14/01/2012		EUR	2011	503 974	2012	Taxa fixa 3,621% ESPLC
BES0212_28E BESESPLC06/02/2012			EUR	2011	250 727	2012	Taxa fixa 1,976%
ESPLC	BES0212_29E BESESPLC13/02/2012		EUR	2011	300 751	2012	Taxa fixa 1,959%
ESPLC	BES0312_31E BESESPLC14/03/2012		EUR	2011	150 128	2012	Taxa fixa 1,923%
ESPLC	BES0312_32E BESESPLC12/03/2012		EUR	2011	300 256	2012	Taxa fixa 1,923%
ESPLC	BES0312_33E BESESPLC20/03/2012		EUR	2011	26 020	2012	Taxa fixa 2,25%
ESPLC	BES0112_35E BESESPLC30/01/2012		USD	2011	773 115	2012	Taxa fixa 4%
Lusitano Mortgage nº 6	Class A Mortgage Backed Floating Rate Notes		EUR	2007	560 481	2060	Euribor + 0,20%
Lusitano Mortgage nº 6	Class B Mortgage Backed Floating Rate Notes		EUR	2007	6 505	2060	Euribor + 0,30%
Lusitano Mortgage nº 6	Class C Mortgage Backed Floating Rate Notes		EUR	2007	10 009	2060	Euribor + 0,45%
Lusitano SME nº 1	Class A asset backed floating rate notes		EUR	2006	268 232	2028	Euribor + 0,15%
Lusitano SME nº 1	Class B asset backed guaranteed floating rate notes		EUR	2006	35 993	2028	Euribor + 0,05%
Lusitano SME nº 1	Class C asset backed floating rate notes		EUR	2006	30 005	2028	Euribor + 2,20%
CLNs	SIGNUM 0 05/14/12		EUR	2001	22 711	2012	Taxa fixa - 1,375%
CLNs	SIGNUM 0 05/21/12		EUR	2001	18 106	2012	Taxa fixa - 1,319%
					18 452 648		

a) emissões com derivados embutidos ou ao fair value option
b) Indexado a cabaz composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50, S&P 500 e Nikkei 225
c) Indexado do 1º ao 4º ano a taxa fixa 6,00% e indexado à taxa swap após 4º ano
d) Indexada a Cabaz composto pelos Índices Eurostoxx50, SP500, Nasdaq100 e EWZ
e) Indexada a Cabaz composto pelo Índices TOPIX, HANG SENG, HSCEI, NIFTY, KOSPI2 e MSCI Singapore
f) Indexado a risco de crédito
g) Indexado a cupão anterior + *spread* - Euribor
h) Indexado a *reverse floater*
i) Indexado a cabaz composto pelas acções BBVA e BSCH
j) Indexado a cabaz composto pelos indices DJ Eurostoxx 50, SP500 e Topix
k) Indexada a Cabaz de Acções Brisa, EDP, Galp, BSCH e BCP
l) Indexada a Credito (*First to default*) sobre Santander, PT INT FIN, EDP e Brisa
m) Indexada a Cabaz de Acções BBVA, Repsol e Telefonica

n) Indexada a Cabaz de Acções Petroleo Brasileiro, Banco Bradesco, Companhia Vale Rio Doce
o) Indexada a cabaz de Acções BBVA, REPSOL e ENEL
p) Indexada a cabaz de Indices Eurostoxx, SP500, Nasdaq100 e iShare MSCI Brazil Fund
q) 1º ano: Taxa fixa, 2º ano e seguintes: Euribor 6M + 150Bps, indexada ao BESI Brasil
r) Indexada a Cabaz de Acções Petrobras, Companhia Siderurgia Nacional, Itau Unibanco e Banco Bradesco
s) Indexada a Cabaz de Acções Petrobras, Companhia Siderurgia Nacional, Vale SA, Itau Unibanco e Banco Bradesco
t) Indexada a Cabz de Acções Ericsson, Komatsu, Santander, Sanofi-Aventis e ABB LTD.
u) Indexada a Cabaz de Commodities Corn, Wheat e Soybean
v) Indexada a Cabaz de Commodities Corn, Wheat e Sugar
w) Indexada a Cabaz de Acções Petrobras, Gerdau, Vale, Itau Unibanco e Banco Bradesco
x) Indexada a Crédito Brisa, EDP, PT e Credit Agricole
y) Indexada a Cabaz de Acções EDP, BCP e PT
z) Indexada a Crédito PT, EDP e Brisa
aa) Indexada a Cabaz de Acções Telefonica, Deutsche Telecom e Vodafone
ab) Indexada a Cabaz de Acções Louis Vuitton, Nokia, Bayer e EON
ac) Indexada a Cabaz de Índices HSCEI, MSCI India, MSCI Taiwan e SP ASX200
ad) Indexada a Cabaz de moedas EUR/AUD, EUR/CAD, EUR/NZD, EUR/INR
ae) Indexada a Crédito EDP, PT e CGD
af) Indexada a Cabaz de Indices MSCI Brasil, Chile e Mexico
ag) Indexada a Cabaz de Índices HSCEI, MSCI India, KOSPI200 e SP ASX500
ah) 5% + indexado a cabaz de index MSCI Daily TR Net Emerging Markets Egypt USD e FTSE/JSE Africa TOP40
ai) indexado a cabaz de index MSCI Daily TR Net Emerging Markets Egypt USD e FTSE/JSE Africa TOP40
aj) indexado a cabaz de acções de Petróleo Brasileiro, Vale SA e Braskem
ak) indexado a cabaz de commodities sobre Copper, Oil, Sugar, e Gold
al) indexado a cabaz de acções de Gilead sciences, Celgene corp, Mylan Inc,Teva Pharmaceutical Ind Ltd e Amgen Inc
am) indexado a cabaz de acções de Apple, Samsung, Amazon e Google
an) indexado a cabaz de acções de Philips, Siemens, Iberdrola e Veolia
ao) euribor 12 meses + *inflation linked*
ap) indexado a cabaz de acções Oracle, SAP, Caterpillar, Komatsu, BHP Billiton, Mitsubishi
aq) indexado a cabaz de acções Daimler, DB, E.ON
ar) Indexada ao indice Barclays Capital Anmove Eur 7%
as) Indexada a cabaz de acções Telefonica, Banco Santander, BBVA e Banco Popular.
at) Indexada a Cabaz de Acções Ambev, TAM, Brasil Foods, Itau Unibanco, Gerdau e Cia Energética de Minas Gerais.
au) Indexada a cabaz de acções Vodafone Group PLC, Sanofi, Novartis AG e MacDonald's Corp.
av) Indexada a cabaz de acções Telefonica, Banco Santander, Deutsche Bank e Deutsche Telecom.
aw) Indexada a Cabaz de acções Telefonica, Iberdrola, ENI spa e Deutsche Telecom.

NOTA 34 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	**214 706**	**179 851**
Reforços / (reposições)	6 860	49 343
Utilizações	(35 678)	(17 897)
Diferenças de câmbio e outras	4 562	3 409
Saldo final	**190 450**	**214 706**

As provisões, cujo valor ascende a 190 450 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 214 706 milhares de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Grupo, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de acções do Banco Boavista Interatlântico, por acções do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Grupo constituiu provisões no valor de 61,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 62,0 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Grupo. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem em 31 de Dezembro de 2011 a cerca de 22,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 26,5 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais para cujas contingências o Grupo mantém provisões de 36,0 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 39,8 milhões de euros);
- Provisões associadas a processos em curso relativas a operações comerciais realizadas no estrangeiro no valor de 11,8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 37,4 milhões de euros);
- O valor remanescente, de 58,8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 49,0 milhões de euros), destina-se à cobertura de potenciais perdas decorrentes da actividade normal do Grupo tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

NOTA 35 – Impostos

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondentes Derramas. O cálculo do imposto corrente e diferido dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

Em termos de imposto corrente, a Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de uma isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Na medida em que a alteração das taxas de Derrama Estadual prevista na Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), se aplica apenas aos exercícios de 2012 e de 2013 e não se estima que nesses exercícios ocorra a reversão de diferenças temporárias com impacto líquido significativo, a mesma não foi tomada em consideração no cálculo do imposto diferido a 31 de Dezembro de 2011.

As declarações de autoliquidação do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2011	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Instrumentos financeiros	111 815	61 328	(95 910)	(111 202)	15 905	(49 874)
Imparidade de crédito a clientes	333 721	252 580	-	-	333 721	252 580
Outros activos tangíveis	285	-	(9 068)	(9 239)	(8 783)	(9 239)
Activos intangíveis	102	102	-	-	102	102
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	(54 572)	(69 383)	(54 572)	(69 383)
Provisões	33 357	33 646	-	-	33 357	33 646
Pensões	290 150	284 304	(39 825)	(43 819)	250 325	240 485
SAMS	-	202	-	-	-	202
Prémios de antiguidade	8 185	8 152	-	-	8 185	8 152
Débitos representados por títulos	204	-	-	(27 814)	204	(27 814)
Outros	7 645	5 748	(2 052)	(7 177)	5 593	(1 429)
Prejuízos fiscais reportáveis	17 587	47 598	-	-	17 587	47 598
Imposto diferido activo/(passivo)	**803 051**	**693 660**	**(201 427)**	**(268 634)**	**601 624**	**425 026**
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(90 894)	(152 974)	90 894	152 974	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	**712 157**	**540 686**	**(110 533)**	**(115 660)**	**601 624**	**425 026**

O Grupo não efectua o registo de imposto diferido passivo relativamente às diferenças temporárias de subsidiárias e associadas em que controle o período de reversão de tais diferenças e as mesmas sejam materializadas através da distribuição de dividendos não tributáveis. Em relação às outras subsidiárias, o Grupo calcula imposto diferido passivo.

O Grupo avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativas de lucros fiscais futuros tributáveis.

O Grupo não reconhece imposto diferido activo em relação a prejuízos fiscais reportáveis incorridos por certas subsidiárias por não ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados num futuro próximo. Um detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais não foi reconhecido imposto diferido activo apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

Ano limite para a dedução	**Prejuízos fiscais reportáveis à data de**	
	31.12.2011	**31.12.2010**
2010	-	9 598
2011	6 235	6 235
2012	1 155	1 155
2013	826	826
2014	58 216	5 329
	66 432	**23 143**

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Saldo inicial	**425 026**	**352 615**
Reconhecido em resultados	133 666	15 899
Reconhecido em reservas de justo valor [1]	74 738	47 885
Reconhecido em reservas - outro rendimento integral	(15 551)	12 171
Reconhecido em outras reservas	(29 189)	(1 535)
Variação cambial e outros	12 934	(2 009)
Saldo final (Activo / (Passivo))	**601 624**	**425 026**

(1) O valor reconhecido na demonstração consolidada do rendimento integral inclui adicionalmente o imposto diferido reconhecido nas reservas de justo valor de empresas associadas no montante de 5 512 milhares de euros de custos (31 de Dezembro de 2010: 16 902 milhares de euros de proveitos).

O imposto diferido reconhecido em reservas – outro rendimento integral inclui os desvios actuariais reconhecidos também nesta rubrica, conforme descrito na Nota 13 – Benefícios a empregados.

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2011 e 2010 teve as seguintes origens:

(milhares de euros)

	31.12.2011		31.12.2010	
	Reconhecido em resultados	**Reconhecido em reservas**	**Reconhecido em resultados**	**Reconhecido em reservas**
Instrumentos financeiros	8 959	(74 738)	(25 732)	(47 885)
Imparidade de crédito a clientes	(81 141)	-	(39 863)	-
Outros activos tangíveis	(456)	-	(2 259)	-
Activos intangíveis	-	-	9	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	(17 523)	2 712	66 362	3 017
Provisões	289	-	(3 875)	-
Pensões	(22 680)	12 839	(1 852)	(15 188)
SAMS	202	-	30 080	-
Prémios de antiguidade	(33)	-	(885)	-
Débitos representados por títulos	(28 018)	-	3 588	-
Outros	4 830	1 083	809	1 535
Prejuízos fiscais reportáveis	1 905	28 106	(42 281)	-
Imposto Diferido	**(133 666)**	**(29 998)**	**(15 899)**	**(58 521)**
Impostos Correntes	72 147	4 497	59 673	46
Total do imposto reconhecido (proveito)/custo	**(61 519)**	**(25 501)**	**43 774**	**(58 475)**

O imposto corrente reconhecido em reservas inclui um custo de 4 570 milhares de euros relativo às derramas Municipal e Estadual sobre as mais-valias reconhecidas em reservas, um proveito de 326 milhares de euros relativos ao custo incorrido com o aumento de capital (31 de Dezembro de 2010: 1 933 milhares de euros) e um custo de 254 milhares de euros relativos a pensões de reforma (31 de Dezembro de 2010: 1 829 milhares de euros); em 31 de Dezembro de 2010 incluía ainda 150 milhares de euros relativos ao plano de incentivos baseado em acções.

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011		31.12.2010	
	%	**Valor**	**%**	**Valor**
Resultado antes de impostos		**(57 723)**		**700 765**
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Bancário		(30 489)		-
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		**(27 234)**		**700 765**
Taxa de imposto do BES	29,0		29,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BES		(7 898)		203 222
Dividendos excluídos de tributação	...	(36 677)	(6,1)	(42 951)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	...	(82 728)	(8,2)	(57 503)
(Mais)/Menos valias fiscais versus contabilísticas	...	58 886	(11,5)	(80 543)
Apropriação do *equity* de associadas	(6,9)	1 879	(1,5)	(10 781)
Custos não dedutíveis	...	39 410	4,8	33 563
Efeito da introdução da derrama estadual nos impostos diferidos	-	-	(2,4)	(17 000)
Impostos suportados no estrangeiro não recuperáveis	-	-	1,2	8 739
Efeito do cálculo do imposto diferido activo sobre prejuízos fiscais à taxa de 25%	-	-	1,0	6 759
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis para os quais não havia sido constituido imposto diferido activo	...	(27 678)	-	-
Outros	24,6	(6 713)	0,0	269
	...	**(61 519)**	**6,2**	**43 774**

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Sector Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal. A 31 de Dezembro de 2011 o Grupo reconheceu como custo do exercício o valor de 30,5 milhões de euros, o qual foi incluído nos Outros resultados de exploração – Impostos directos e indirectos (ver Nota 11).

NOTA 36 – Passivos Subordinados

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações	815 019	1 246 324
Empréstimos	-	276 936
Obrigações perpétuas	146 216	768 573
	961 235	**2 291 833**

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

(milhares de euros)

		31.12.2011					
Empresa emitente	**Designação**	**Moeda**	**Data de emissão**	**Valor de Emissão**	**Valor de Balanço**	**Taxa de juro actual**	**Maturidade**
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2002	30 843	32 148	6,63%	2012 a)
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2004	95 767	102 764	4,50%	2015 a)
BES Finance	Obrigações subordinadas	EUR	2008	20 000	20 089	Euribor 3M + 1%	2018
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2008	1 683	2 137	1,30%	2013
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2007	21 134	22 791	1,30%	2014
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2008	10 099	12 928	1,30%	2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2005	60 000	30 485	5,33%	2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2003	10 000	9 954	5,50%	2033
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2004	25 000	25 145	Euribor 6M + 1,25%	2014
BES	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2005	15 000	11 304	Euribor 3M + 2,25%	2015 a)
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	41 550	12 787	Euribor 3M + 1%	2018
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	638 450	620 370	Euribor 3M + 3%	2019
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	50 000	50 099	Euribor 3M + 1,05%	2018
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2011	8 174	8 234	Taxa fixa 10%	2021
				1 027 700	**961 235**		

a) Data da *call option*

O movimento ocorrido durante exercício de 2011 nos passivos subordinados foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Saldo em 31.12.2010	**Emissões**	**Reembolsos**	**Compras (líquidas)**	**Outros Movimentos [a]**	**Saldo em 31.12.2011**
Obrigações	1 246 324	8 174	(385 397)	(37 352)	(16 730)	815 019
Empréstimos	276 936	-	(289 045)	-	12 109	-
Obrigações perpétuas [b]	768 573	-	(599 112)	15 000	(38 245)	146 216
	2 291 833	**8 174**	**(1 273 554)**	**(22 352)**	**(42 866)**	**961 235**

a) Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial
b) Nas emissões foram considerados os valores correspondentes a recolocações de dívida anteriormente adquirida pelo Grupo

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados. Na sequência das compras efectuadas durante os exercícios de 2011 e 2010, o Grupo reconheceu um ganho de 315,4 milhões de euros e 3,2 milhões de euros, respectivamente (ver Notas 11 e 33).

NOTA 37 – Outros Passivos

A rubrica de Outros passivos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	172 523	127 583
Contas caução	112 543	133 125
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	87 439	107 486
Credores por fornecimento de bens	50 306	68 241
Credores por contratos de *factoring*	2 770	4 304
Outros credores	211 647	265 496
	637 228	**706 235**
Custos a pagar		
Prémios de antiguidade (ver Nota 13)	27 477	29 655
Outros custos a pagar	165 924	171 463
	193 401	**201 118**
Receitas com proveito diferido	**36 829**	**23 033**
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	315 181	714 013
Operações cambiais a liquidar	23 947	2 095
Outras operações a regularizar	114 437	288 229
	453 565	**1 004 337**
	1 321 023	**1 934 723**

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

NOTA 38 – Capital, Prémios de Emissão, Acções Próprias e Acções Preferenciais

Acções Ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social do Banco, no valor de 4 030,2 milhões de euros encontrava-se representado por 1 461 240 084 acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam:

	% Capital	
	31.12.2011	**31.12.2010**
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	35,00%	40,00%
Credit Agricole, S.A.	8,63%	10,81%
Bradport, SGPS, S.A.[1]	4,83%	6,05%
Silchester International Investors Limited	5,67%	5,41%
Espírito Santo Financial Group, S.A.	2,27%	2,47%
PT Prestações - Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A[2]	2,09%	-
Portugal Telecom, SGPS, SA	-	2,62%
Outros	41,51%	32,64%
	100,00%	**100,00%**

(1) Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil), à qual são imputáveis os direitos de voto
(2) Empresa dominada integral e indirectamente por Portugal Telecom, SGPS

No final do exercício de 2011 o Banco realizou um aumento de capital através do lançamento de uma oferta de troca (OPT) sobre valores mobiliários emitidos pelo Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo de Investimento e BES Finance.

Em resultado da operação de oferta de troca sobre valores mobiliários, que decorreu entre os dias 14 e 30 de Novembro, foram emitidas 294 573 418 novas acções ordinárias do BES a €1,80 por acção e 81 736 obrigações de caixa subordinadas de valor nominal de €100 cada:

Emitente	Natureza	Valor Nominal objecto de aceitação nas Ofertas	Contrapartida	
			Nº Acções BES emitidas	Nº Obrigações de Caixa emitidas
BES	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 238 400 000	128 527 730	70 400
		USD 2 727 000	992 857	1 918
BES INVESTIMENTO	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 46 269 000	25 180 367	9 418
BES FINANCE	*Undated Subordinated Notes*	€ 184 214 000	72 960 255	não aplicável
	Non-cumulative guaranteed step-up preference shares series A	€ 197 446 000	66 912 209	não aplicável
	TOTAL	**€ 668 308 530**	**294 573 418**	**81 736**

O impacto desta operação nos Capitais próprios do Grupo apresenta-se como segue:

(milhões de euros)

Capital	530
Prémios de emissão	(4)
Acções preferenciais	(197)
Outros instrumentos de capital	(240)
Outras reservas e resultados transitados	55
Resultado do exercício	38
Interesses que não controlam	(46)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	**136**

Acções Preferenciais

A BES Finance, subsidiária do Grupo BES, emitiu 450 milhares de acções preferenciais sem direito a voto, que foram admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo em Julho de 2003. Em Março de 2004 foram adicionalmente emitidas 150 milhares de acções preferenciais, formando uma única emissão com as acções emitidas anteriormente, no valor total de 600 milhões de euros. Estas acções têm um valor nominal de 1 000 euros e são remíveis por opção do emitente na sua totalidade, mas não parcialmente, em 2 de Julho de 2014, pelo seu valor nominal, mediante a aprovação prévia do BES e do Banco de Portugal. Durante o exercício de 2011 o Grupo adquiriu 388 milhares de acções preferenciais emitidas pela BES Finance, sendo que 197 milhares dessas acções foram adquiridas no âmbito da operação de oferta de troca sobre valores mobiliários anteriormente referida. O Grupo registou uma mais-valia líquida de imposto no valor de 105,6 milhões de euros reconhecida em Outras reservas. Em 31 de Dezembro de 2011 havia 211 913 acções preferenciais em circulação com um valor em balanço de 211 913 milhares de euros.

Estas acções preferenciais têm um dividendo preferencial não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração da emitente, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 5,58% sobre o valor nominal, pago anualmente, em 2 de Julho de cada ano, com início em 2 de Julho de 2004 e fim a 2 de Julho de 2014.

Caso a emitente não proceda à remição das acções preferenciais a 2 de Julho de 2014, o dividendo preferencial, se e quando declarado, passará a ser calculado à taxa Euribor a três meses acrescida de 2,65%, com os pagamentos a ocorrerem em 2 de Janeiro, 2 de Abril, 2 de Julho e 2 de Outubro de cada ano.

O pagamento dos dividendos em cada exercício e o reembolso das acções são garantidos pelo BES até ao limite dos dividendos que tenham sido previamente declarados pelo Conselho de Administração da emitente.

Estas acções são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer acções preferenciais que venham a ser emitidas pelo Banco.

Prémios de Emissão

Em 31 de Dezembro de 2011, os prémios de emissão totalizavam 1 081 663 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas nos aumentos de capital.

Outros Instrumentos de Capital

O Grupo emitiu no exercício de 2010, obrigações perpétuas subordinadas no montante global de 320 milhões de euros, com juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

As características das emissões são as seguintes:

(milhares de euros)

Emitente	Data de Emissão	Moeda	Valor de balanço	Taxa de juro	Pagamento de cupão	Possibilidade de reembolso (2)
BES	Dez/10	EUR	26 366	8,50%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
BES	Dez/10	USD	3 139	8,00%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
			29 505			
BESI (1)	Out/10	EUR	3 731	8,50%	20/Abr e 20/Out	A partir de Out/15
			33 236			

(1) A emissão do BESI integra a rubrica de Interesses que não controlam do balanço (ver Nota 39)
(2) O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, por opção do emitente, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal

Durante o exercício de 2011, o Grupo efectuou pagamento de juros no montante de 21 801 milhares de euros, os quais foram registados como uma dedução a reservas. Em resultado da oferta de troca sobre valores mobiliários referida anteriormente, os Outros Instrumentos de Capital emitidos pelo BES foram reduzidos em 240 448 milhares de euros e os emitidos pelo BESI, registados na rubrica de Interesses que não controlam, foram reduzidos em 46 269 milhares de euros.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e do BESI e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelos respectivos emitentes. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10.

Acções Próprias

O BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) que terminou em Dezembro de 2010.

Durante o exercício de 2011, o Grupo adquiriu acções próprias no âmbito do PRVIF (ver Nota 13). O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Nº de acções	Valor (milhares de euros)	Nº de acções	Valor (milhares de euros)
Saldo no início do exercício	-	-	1 276 261	25 083
Aquisições [1]	342 475	997	-	-
Acções alienadas [2]	-	-	(1 276 261)	(2 952)
Valor líquido resultante das transacções sobre acções SIBA [3]	-	-	-	(22 131)
Saldo no final do exercício	**342 475**	**997**	**-**	**-**

(1) Acções adquiridas no âmbito do PRVIF, ao preço de 2,909 euros por acção.
(2) Acções alienadas pelo Banco em mercado, no âmbito do SIBA, após o exercício pelo empregado do direito de revenda ao custo de aquisição, e as acções liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.
(3) Valor transferido para Outras reservas em Dezembro de 2010.

NOTA 39 – Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral e Interesses que Não Controlam

Reserva Legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de Justo Valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos-valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses que não controlam.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outro Rendimento Integral, Outras Reservas e Resultados Transitados					Total
	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Desvios actuariais (Valor líquido de imposto)	Diferenças cambiais (Valor líquido de imposto)	Reserva legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total outras reservas e res.trans.	
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (reportado)	**365 323**	**(64 490)**	**300 833**	**-**	**(5 634)**	**22 000**	**655 697**	**672 063**	**972 896**
Alteração de política contabilística	-	-	-	(592 922)	-	-	-	(592 922)	(592 922)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (reexpresso)	**365 323**	**(64 490)**	**300 833**	**(592 922)**	**(5 634)**	**22 000**	**655 697**	**79 141**	**379 974**
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	-	-	366	366	366
Desvios actuariais	-	-	-	(77 960)	-	-	-	(77 960)	(77 960)
Liquidação do Plano de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	-	-	(22 131)	(22 131)	(22 131)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	-	(33 480)	(33 480)	(33 480)
Alterações de justo valor	(376 614)	66 201	(310 413)	-	-	-	-	-	(310 413)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	(3 321)	(3 321)	(3 321)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	6 114	-	-	6 114	6 114
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	37 000	321 936	358 936	358 936
Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)	**(11 291)**	**1 711**	**(9 580)**	**(670 882)**	**480**	**59 000**	**919 067**	**307 665**	**298 085**
Mais valia com acções preferenciais (a)	-	-	-	-			105 648	105 648	105 648
Desvios actuariais	-	-	-	29 567	-	-	-	29 567	29 567
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	(15 478)	(15 478)	(15 478)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	-	(25 717)	(25 717)	(25 717)
Alterações de justo valor	(504 536)	68 941	(435 595)	-	-	-	-	-	(435 595)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(388)	-	-	(388)	(388)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	26 000	383 946	409 946	409 946
Compra e venda de subsidiárias	-	-	-	-	-	-	3 630	3 630	3 630
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	(8 053)	(8 053)	(8 053)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	(1 175)	(1 175)	(1 175)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	**(515 827)**	**70 652**	**(445 175)**	**(641 315)**	**92**	**85 000**	**1 361 868**	**805 645**	**360 470**

a) Valor líquido de impostos

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	12 037 835	11 859 592
Imparidade acumulada reconhecida	(168 282)	(159 232)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	11 869 553	11 700 360
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	11 482 866	11 774 881
Ganhos/(perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(386 687)	74 521
Reservas de justo valor associadas a activos transferidos para Investimentos detidos até à maturidade	(4 088)	(13 694)
Impostos diferidos	57 737	(17 001)
Ganhos/(perdas) potenciais de empresas associadas reconhecidos na reserva de justo valor	(112 861)	(54 733)
Reserva de justo valor total	(445 899)	(10 907)
Interesses minoritários	724	1 327
Reserva de justo valor atribuível aos accionistas do Banco	**(445 175)**	**(9 580)**

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, de imparidade e de interesses que não controlam, pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo no início do exercício	**(9 580)**	**300 833**
Variação de justo valor	(631 097)	(41 980)
Alienações do exercício	68 770	(364 436)
Imparidade reconhecida no exercício	57 791	29 802
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	68 941	66 201
Saldo no final do exercício	**(445 175)**	**(9 580)**

Interesses que Não Controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011		31.12.2010	
	Balanço	**Resultados**	**Balanço**	**Resultados**
BES ANGOLA	382 073	116 448	256 969	120 599
BESI [a)]	3 731	-	50 000	-
AMAN BANK	34 145	(2 978)	36 620	(835)
ES CONCESSÕES	34 840	1 314	35 094	17 827
FCR VENTURES II	21 239	(6 567)	23 903	(1 022)
BES Securities	13 191	1 252	22 681	3 096
BES Investimento do Brasil	31 922	4 538	19 414	355
ESAF	12 640	2 318	17 767	3 429
BES AÇORES	16 909	2 075	13 563	1 182
Espirito Santo Investment Holding [b)]	4 729	(7 347)	12 085	11
BEST	14 117	2 679	11 689	2 189
FCR VENTURES III	13 403	(2 582)	8 533	(1 063)
OUTROS	5 508	1 404	30 383	772
	588 447	**112 554**	**538 701**	**146 540**

a) Corresponde ao valor da emissão de Outros instrumentos de capital (ver Nota 38)
b) *Holding* do Grupo BESI que detém a participação de 65,4% no Execution Holdings, Limited

O movimento de interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Interesses que não controlam no início do exercício	**538 701**	**281 378**
Alterações de perímetro de consolidação	(44 052)	45 285
Aumentos/ (reduções) de capital de subsidiárias	33 950	17 325
Emissão/ (reembolso) de outros instrumentos de capital	(46 269)	50 000
Dividendos distribuídos	(4 170)	(6 461)
Variação da reserva de justo valor	46	(4 969)
Variação cambial e outros	(2 313)	9 603
Resultado líquido do exercício	112 554	146 540
Interesses que não controlam no final do exercício	**588 447**	**538 701**

NOTA 40 – Passivos Contingentes e Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Passivos contingentes		
Garantias e avales prestados	8 376 006	8 198 285
Activos financeiros dados em garantia	12 874 708	8 320 999
Créditos documentários abertos	2 941 114	3 239 192
Outros	482 426	581 957
	24 674 254	**20 340 433**
Compromissos		
Compromissos revogáveis	5 843 661	6 883 602
Compromissos irrevogáveis	4 216 289	5 349 361
	10 059 950	**12 232 963**

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de activos dados em garantia inclui, designadamente:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 156,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 155,3 milhões de euros) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 11 123 milhões de euros;

- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 19 388 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 24 241 milhares de euros);

- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 65 075 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 63 173 milhares de euros);

- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 1 213 509 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 594 500 milhares de euros).

Estes activos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas carteiras do Grupo e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Grupo, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Depósito e guarda de valores	57 749 398	69 177 215
Valores recebidos para cobrança	270 997	274 553
Crédito securitizado sob gestão (*servicing*)	2 875 874	3 107 186
Outras responsabilidades por prestação de serviços	7 619 322	9 757 863
	68 515 591	**82 316 817**

NOTA 41 – Desintermediação

De acordo com a legislação em vigor as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor dos recursos de desintermediação geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Fundos de investimento mobiliário	4 633 217	4 459 631
Fundos de investimento imobiliário	1 202 987	1 374 539
Fundos de pensões	2 154 923	2 655 602
Bancasseguros	3 478 338	5 373 789
Gestão de carteiras	877 812	1 785 790
Outros activos sob gestão	1 366 597	1 445 009
	13 713 874	**17 094 360**

Os valores incluídos nestas rubricas encontram-se valorizados ao justo valor determinado na data do Balanço.

NOTA 42 – Transacções com Partes Relacionadas

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pelo Grupo BES além das subsidiárias da Nota 1, tal como definidas pelo IAS 24, é apresentado como segue:

Entidades Associadas do Grupo BES

Empresas

Fin Solutia - Consultoria e Gestão de Créditos, S.A.
Polish Hotel Company, S.P.
Polish Hotel Capital S.P.
Polish Hotel Management Company, S.P.
Espírito Santo Iberia I
Hlc - Centrais de Cogeração, S.A.
Coporgest
Synergy Industry and Technology, S.A.
Salgar Investments
SO PESO Restauração e Hotelaria, S.A.
2BCapital, S.A.
Apolo Films S.L.
Brb Internacional, S.A.
Prosport, S.A.
Banque Espirito Santo et de la Vénétie, S.A.
Yunit - Serviços, S.A.
E.S. Contact Center - Gestão de Call Centers, S.A.
Fundo de Capital de Risco Espírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização
Fundo Bem Comum FCR
Esiam - Espirito Santo International Asset Management, Ltd.
Société 45 Avenue Georges Mandel, S.A.
BES, Companhia de Seguros , S.A.
BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.
Esegur - Empresa de Segurança, S.A.
Ascendi Group, SGPS, S.A.
Empark Aparcamientos y Servicios S.A.
Concesionaria Autopista Perote-Xalapa, C.V.
Autovia De Los Vinedos, S.A.
MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, S.A.
Portvias - Portagem de Vias, S.A.
Scutvias - Autoestradas da Beira Interior , S.A.
SOUSACAMP, SGPS, S.A.
GLOBAL ACTIVE - GESTÃO P.S.SGPS, S.A.
OUTSYSTEMS, S.A.
Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., S.A.
Multiwave Photonics, S.A.
BIO-GENESIS
YDreams - Informática, S.A.
Nutrigreen, S.A.
Advance Ciclone Systems, S.A.
Watson Brown HSM, Ltd.
Domática, Electrónica e Informática, S.A.
MMCI - Multimédia, S.A.
Mobile World - Comunicações, S.A.
Sopratutto Café , S.A.
Enkrott S.A.
Rodi Sinks & Ideas, S.A.
Palexpo - Imagem Empresarial, S.A.
Nova Figfort - Têxteis, Lda.
TLCI 2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, S.A.
BANCO DELLE TRE VENEZIE SPA
NANIUM , S.A.
IDAR Leasing Algérie
Ascendi Pinhal Interior Estradas do Pinhal Interior, S.A.
Ascendi Douro Estradas do Douro Interior, S.A.
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.
Moza Banco

Entidades Subsidiárias, Associadas e Relacionadas do Grupo ESFG

Empresas

Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Banque Privée Espírito Santo
Banque Privée Espírito Santo Sucursal Portugal
ES Bank (Panama), S.A.
ES Bankers (Dubai) Limited
Espirito Santo Financial (Portugal), SGPS, S.A.
Espirito Santo Financial Group, S.A.
ESFG International, Ltd.
Esfil - Espírito Santo Financiére, S.A. (Luxemburgo)
Espírito Santo International S.A.
MANDEL PARTNERS
Espírito Santo Saúde SGPS, S.A.
Clínica Parque dos Poetas, S.A.
Cliria - Hospital Privado de Aveiro, S.A.
ES Saúde - Residência com Serviços Senior, S.A.
Espírito Santo - Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S.A.
Genomed, Diagnóstico de Medicina Molecular, S.A.
HCI - Health Care International, Inc.
HME Gestão Hospitalar
Hospital da Arrábida - Gaia, S.A.
Hospital da Luz - Centro Clínico da Amadora, S.A.
Hospital da Luz, S.A.
Hospor - Hospitais Portugueses, S.A.
Instituto de Radiologia Dr. Idálio de Oliveira - Centro de Radiologia Médica, S.A.
RML - Residência Medicalizada de Loures, SGPS, S.A.
Surgicare - Unidades de Saúde, S.A.
Vila Lusitano - Unidades de Saúde, S.A.
Key Space Investments L.L.C.
Marignan Courtage, S.A.
Marignan Gestion, S.A.
Omnium Lyonnais de Participations Industrielles, S.A.
Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Société Antillaise de Gestion Financiére, S.A. - SAGEFI
Seguros Logo, S.A.
Société Lyonnaise de Marchands de Biens
T - Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
Group Credit Agricole
Pastor Vida, S.A. de Seguros y Resseguros
Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, S.A.
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência
Saxo Bank
The Atlantic Company (Portugal) - Turismo e Urbanização, S.A.
Advancecare - Gestão e Serviços de Saúde, S.A.
Agribahia, S.A.
Atr - Actividades Turisticas e Representações, Lda
Aveiro Incorporated
Beach Heath Investments, Ltd.
Companhia Agricola Botucatu, S.A.
Casas da Cidade - Residências Sénior, S.A.
Cerca da Aldeia - Sociedade Imobiliária, S.A.
Cimenta - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Cidadeplatina - Construção S.A.
Clarendon Properties, Inc.
Clube de Campo da Comporta - Actividades Desportivas e Lazer, Lda.
Club de Campo Villar Ollala, S.A.
Clup Vip - Marketing de Acontecimentos, S.A.
Clube Residencial da Boavista, S.A.
Companhia Brasileira de Agropecuária Cobrape
Coimbra Jardim Hotel - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.
Construcciones Sarrión, S.L.
Ganadera Corina Campos y Haciendas, S.A.
E.S.B. Finance Ltd.
Eastelco - Consultoria e Comunicação, S.A.
E.S. Asset Administration, Ltd.
Espírito Santo Cachoeira Desenvolvimento Imobiliário, Lda.
ES Comercial Agrícola, Lda.
Espírito Santo Guarujá Desenvolvimento Imobiliário, Lda.
ES Holding Administração e Participações, S/A
Espírito Santo Hotéis, SGPS, S.A.
Espirito Santo Industrial (BVI), S.A.
Espírito Santo Indaiatuba Desenvolvimento Imobiliário, Lda.
Espirito Santo Industrial, S.A.
Espírito Santo Industrial (Portugal) - SGPS, S.A.
Espirito Santo Irmãos - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Espírito Santo Itatiba Desenvolvimento Imobiliário, Lda.
Espírito Santo Primavera Desenvolvimento Imobiliário, Lda.
ES Private Equity, Ltd.
Espirito Santo Property (Brasil) S.A.
Espírito Santo Services, S.A.
Espirito Santo Tourism, Ltd.
Espirito Santo Tourism (Europe), S.A.
Espírito Santo Venture, Ltd.
Espírito Santo Viagens - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
ES Viagens e Turismo, Lda.
Espírito Santo Viagens - Consultoria e Serviços, S.A.
Escae Consultoria, Administração e Empreendimento, Lda.
Escopar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
ESDI Administração e Participações, Lda.
Esger - Empresa de Serviços e Consultoria, S.A.
Espirito Santo International (BVI), S.A.
E.S. International Overseas, Ltd.
Esim - Espirito Santo Imobiliário, S.A.
E.S. - Espírito Santo, Mediação Imobiliária, S.A.
Espirito Santo Property S.A.
Espirito Santo Property Holding, S.A.
Espírito Santo Property España, S.L.
Espart Madeira SGPS, Unipessoal, Lda.
Espart - Espirito Santo Participações Financeiras, SGPS, S.A.
Espirito Santo Resources, Ltd.
Espirito Santo Resources (Portugal), S.A.
E.S. Resources Overseas, Ltd.
Espírito Santo Resources S.A.
Estoril, Inc.
Euroamerican Finance Corporation, Inc.
Euroamerican Finance S.A.
Euroatlantic, Inc.
Fafer - Empreendimentos Turisticos e de Construção, S.A.
Fimoges - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.
GES Finance Limited
Gesfimo - Espirito Santo, Irmãos, Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.
Gestres - Gestão Estratégica Espirito Santo, S.A.
Goggles Marine, Ltd.
Sociedade Agricola Golondrina, S.A.
HDC - Serviços de Turismo e Imobiliário, S.A.
Herdade da Boina - Sociedade Agrícola, S.A.
Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, S.A.
Hoteis Tivoli, S.A.
Hotelagos, S.A.
Hospital Residêncial do Mar, S.A.
I.A.C. UK, Limited
Inter-Atlântico, S.A.
Iber Foods - Produtos Alimentares e Biológicos, S.A.
Imopca, S.A.
Lote Dois - Empreendimentos Turisticos S.A.
Luzboa, S.A.
Luzboa Um, S.A.
Luzboa Dois, S.A.
Luzboa Três, S.A.
Luzboa Quatro, S.A.
BEMS, SGPS, S.A.
Margrimar - Mármores e Granitos, S.A.
Marinoteis - Sociedade de Promoção e Construção de Hoteis, S.A.
Marmetal - Mármores e Materiais de Construção, S.A.
Metal - Lobos Serralharia e Carpintaria, Lda.
Moldebetão - Sociedade de Betões, S.A.
Multiger - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.
Mundo Vip - Operadores Turísticos, S.A.
Net Viagens - Agência de Viagens e Turismo, S.A.
Novagest Assets Management, Ltd.
Opca Angola, S.A.
Opca Moçambique, Lda.
Opcatelecom - Infraestuturas de Comunicação, S.A.
OPWAY - Engenharia, S.A.
OPWAY Imobiliária, S.A.
OPWAY - SGPS, S.A.
Pavi do Brasil - Pré-Fabricação, Tecnologia e Serviços, Lda.
Pavicentro - Pré-Fabricação, S.A.
Pavilis - Pré-Fabricação, S.A.
Paviseu - Materiais Pré-Fabricados, S.A.
Pavitel, SARL
Personda - Sociedade de Perfurações e Sondagens, S.A.
Placon - Estudos e Projectos de Construção, Lda.
Pojuca, S.A.
Pontave - Construções, S.A.
Agência Receptivo Praia do Forte, Ltd.
Praia do Forte Operadora de Turismo, Lda.
Grupo Proyectos y Servicios Sarrion, S.A.
Quinray Technologies Corp.
Quinta da Areia - Sociedade Agrícola Quinta da Areia, S.A.
Sociedade Agricola Quinta D. Manuel I, S.A.
Recigreen - Reciclagem e Gestão Ambiental, S.A.
Recigroup - Industrias de Reciclagem, SGPS, S.A.
Recipav - Engenharia e Pavimentos, Unipessoal, Lda.
Recipneu - Empresa Nacional de Reciclagem de Pneus, Ltd.
Santa Mónica - Empreendimentos Turísticos, S.A.
Saramagos S/A Empreendimentos e Participações
Société Congolaise de Construction et Travaux Publiques, SARL
Series - Serviços Imobiliários Espirito Santo, S.A.
Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A.
Sintra Empreendimentos Imobiliários, Lda.
Sisges, SA Desenvolvimento de Projectos de Energia
Soguest - Sociedade Imobiliária, S.A.
Solférias - Operadores Turísticos, Lda.
Sopol - Concessões, SGPS, S.A.
Sotal - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.
Space - Sociedad Peninsular de Aviación, Comércio e Excursiones, S.A.
Suliglor - Imobiliária do Sul, SA
TA DMC Brasil - Viagens e Turismo, SA
Agência de Viagens Tagus, S.A.
Construtora do Tamega Madeira, S.A.
Construtora do Tamega Madeira SGPS, S.A.
Terras de Bragança Participações, Lda.
Timeantube Comércio e Serviços de Confecções, Lda.
Tivoli Gare do Oriente - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.
TOP A DMC Viajes, S.A.
Top Atlântico - Viagens e Turismo, S.A.
Top Atlântico DMC, S.A.
Transcontinental - Empreendimentos Hoteleiros, S.A.
Turifonte, Empreendimentos Hoteleiros, S.A.
Turistrader - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, S.A.
Ushuaia - Gestão e Trading Internacional Limited
Sociedade Agricola Turistica e Imobiliária Várzea Lagoa, S.A.
Viveiros da Herdade da Comporta - Produção de Plantas Ornamentais, Lda.
Sociedade de Administração de Bens-Pedra da Nau, S.A.
Ribeira do Marchante, Administração de Bens e Imóveis, S.A.
Casa da Saudade, Administração de Bens Móveis Imóveis, S.A.
Angra Moura-Sociedade de Administração de Bens, S.A.
Sociedade de Administração de Bens - Casa de Bons Ares, S.A.
Sociedade de Silvicultura Monte do Arneirinho, Lda.
Campeque-Compra e Venda de Propriedades, Lda.
Acro, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Diliva, Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.

O valor das transacções do Grupo com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011					31.12.2010				
	Activo	**Passivo**	**Garantias**	**Proveitos**	**Custos**	**Activo**	**Passivo**	**Garantias**	**Proveitos**	**Custos**
Empresas associadas										
BES VIDA	1 355 845	293 741	-	25 805	1 875	924 511	429 055	-	48 770	1 094
BES VÉNÉTIE	865 066	139 834	11 794	2 665	125	889 175	120 264	832	8 967	345
ASCENDI GROUP SGPS	188 129	8 337	29 358	16 025	7	188 684	5 348	-	9 882	2 542
LOCARENT	142 280	312	-	4 708	10 354	139 970	712	-	3 303	10 177
AENOR DOURO	247 956	1 898	12 000	11 202	18	122 304	592	-	5 013	-
NANIUM	42 044	2 752	18 387	971	-	45 403	704	-	610	-
EMPARK	40 080	-	-	2 675	-	41 537	-	-	3 286	-
SOUSACAMP	64	5	3 013	131	-	15 064	7	3 013	835	-
ASCENDI PINHAL INTERIOR	33 732	10 686	15 374	1 505	103	9 320	17 769	-	256	19
SCUTVIAS	8 840	-	6 868	2 967	-	9 140	-	-	227	-
PALEXPO	6 800	75	-	495	-	6 800	189	-	353	1
BES SEGUROS	23	12 578	-	119	11	3 840	13 773	-	1 413	4
ESEGUR	2 620	219	2 197	922	142	2 657	138	2 261	842	126
ESUMÉDICA [a]	-	-	-	-	-	2 569	-	4	83	55
ES CONTACT CENTER	2 196	-	43	114	961	1 614	-	92	60	915
EUROP ASSISTANCE [b]	-	-	-	-	-	1 064	1 670	7	43	12
FIDUPRIVATE	-	-	-	-	-	139	7	-	-	-
UNICRE	1	10 008	-	-	280	12	16 695	-	-	1
OUTRAS	39 995	20 412	4 684	4 092	2 953	16 139	11 810	-	813	1 456
	2 975 671	**500 857**	**103 718**	**74 396**	**16 829**	**2 419 942**	**618 733**	**6 209**	**84 756**	**16 747**

(a) Entidade relacionada com a ESFG desde Abril/11
(b) Entidade relacionada com a ESFG desde Setembro/11

Os activos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido, suprimentos ou títulos de dívida adquiridos no âmbito da actividade desenvolvida pelo Grupo. Os passivos referem-se no essencial a depósitos bancários tomados.

No âmbito do acordo de distribuição e gestão operacional existente entre o BES, a BES Vida e o Crédit Agricole, o BES concedeu à BES Vida uma garantia de retorno sobre um conjunto de activos associados a contratos de seguros e de investimento. O BES regista esta garantia no passivo pelo seu justo valor, por contrapartida de resultados, sempre que o retorno esperado dos activos é inferior à rentabilidade mínima garantida aos segurados. O valor da responsabilidade perante a BES VIDA, reconhecida em balanço em 31 Dezembro de 2011 e 2010 era de 6,8 milhões de euros.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o montante global dos activos e passivos do Grupo BES que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011								
	Activos								
	Aplicações e disponibilidades em Instituições crédito	**Crédito**	**Títulos**	**Outros**	**Total**	**Garantias**	**Passivos**	**Proveitos**	**Custos**
ES FINANCIAL GROUP	-	-	4 715	695	5 410	-	696	3 367	-
ESF PORTUGAL	-	-	78 810	-	78 810	-	451	1 385	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	729	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	1 046	5	-	57	1 108	1 150	460	23	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	14	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÉRE, SA	-	173 644	-	-	173 644	-	154	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	167 298	3	426	167 727	21 155	102 166	1 173	1 306
ES IRMÃOS	-	99 341	-	-	99 341	-	1	5 242	-
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	40 550	-	-	19	40 569	7 874	27 059	523	364
ES BANK PANAMA	384 087	-	-	-	384 087	-	719	9 045	25
ES SAUDE	-	22 479	31 253	35	53 767	24 870	23 873	746	25
OPWAY	-	14 133	-	1 279	15 412	47 642	13 073	287	-
T - VIDA	-	85 983	275 778	183	361 944		96 250	200	28
CONSTRUCCIONES SARRION	-	25 800	-	-	25 800	10 765	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	1	-	23	24	-	901	56	224
ESUMÉDICA [a]	-	1 949	-	3	1 952	4	-	114	52
EUROP ASSISTANCE [b]	-	15	-	18	33	8	1 835	44	-
OUTRAS	26 558	47 330	3 737	1 061	78 686	22 293	30 390	6 671	602
TOTAL	**452 241**	**637 978**	**394 296**	**3 799**	**1 488 314**	**135 761**	**298 771**	**28 876**	**2 626**

(a) Entidade relacionada com a ESFG desde Abril/11
(b) Entidade relacionada com a ESFG desde Setembro/11

(milhares de euros)

	31.12.2010								
	Activos								
	Aplicações e disponibilidades em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
ES FINANCIAL GROUP	-	-	136	2	138	-	91 342	241	-
ESF PORTUGAL	-	1	93 810	-	93 811	-	154	945	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	479	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	-	-	6 866	7 839	207	549	-	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	40	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÉRE, SA	-	135 000	-	-	135 000	-	74	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	2 667	3	424	3 094	21 563	68 267	1 146	1 344
ES IRMÃOS	-	87 948	-	-	87 948	-	1	2 469	-
ESCOM	-	-	-	-	-	-	-	6 645	-
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	23 989	-	-	13	24 002	10 623	27 629	270	101
ES BANK PANAMA	311 074	-	-	-	311 074	-	2 930	8 093	44
ES SAUDE	-	118 944	12 544	32	131 520	24 885	5 308	232	1
OPWAY	-	31 606	-	-	31 606	35 665	8 998	713	-
T - VIDA	-	20	190 281	205	190 506	-	97 471	173	108
CONSTRUCCIONES SARRION	-	26 934	-	-	26 934	-	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	-	-	31	31	-	186	91	1
OUTRAS	23 766	77 724	2 592	846	104 928	12 370	28 016	6 582	898
TOTAL	**359 802**	**480 844**	**299 366**	**8 419**	**1 148 431**	**105 313**	**331 444**	**27 600**	**2 497**

Em 31 de Dezembro de 2011 o valor do crédito concedido pelo Grupo BES ao pessoal chave da gestão (considera-se pessoal chave da gestão o Conselho de Administração, a Comissão de Auditoria, os Directores Gerais e os Assessores do Conselho de Administração do BES e os Administradores das empresas subsidiárias) ascendia a 28 183 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 27 386 milhares de euros).

Em 31 de Dezembro de 2011 o valor dos créditos concedidos pelo Grupo aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 4 911 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 5 924 milhares de euros).

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os créditos concedidos aos administradores correspondem a actos compreendidos no próprio comércio da Sociedade e nenhuma vantagem especial lhes foi concedida (n.º 5 do artigo 397 do Código das Sociedades Comerciais), pelo que não se encontram abrangidos pelas disposições constantes dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

A concessão de crédito pelas instituições de crédito aos seus administradores é ainda regulada pelo artigo 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pela Instrução do Banco de Portugal n.º 17/2011 que entrou em vigor em 21 de Agosto último.

Do disposto nas referidas normas, salientam-se as seguintes regras:

(i) Proibição de concessão de crédito sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias:
- a membros executivos do Conselho de Administração, a membros da Comissão de Auditoria, e a sociedades ou outros entes colectivos directa ou indirectamente dominados por quaisquer daqueles membros, com excepção de operações de carácter ou finalidade social, operações decorrentes da política de pessoal ou de crédito decorrente da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com outros clientes de perfil e risco análogos, nos termos do disposto no n.º4 do art. 85º do RGICSF;
- aos cônjuges e parentes em 1º grau de membros executivos do Conselho de Administração ou de membros da Comissão de Auditoria e a sociedades ou outros entes colectivos directa ou indirectamente dominados por quaisquer daquelas pessoas, salvo nos casos em que tenha havido ilisão da presunção (prevista no n.º 2 do art.º 85º do RGICSF) de que o crédito concedido a tais pessoas e entidades é crédito indirecto aos membros executivos do Conselho de Administração ou aos membros da Comissão de Auditoria, conforme for o caso, ou nos casos que se enquadrem nas situações previstas no n.º4 do art.º 85º do RGICSF, acima referidas.

(ii) imposição do cumprimento de determinados procedimentos, designadamente de comunicação prévia ao Banco de Portugal, nos casos em que se verifique a ilisão da presunção de crédito indirecto prevista no n.º 2 do art.º 85º do RGICSF.

(iii) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por uma maioria de, pelo menos, 2/3 dos restantes membros do Conselho de Administração e de obtenção de parecer favorável da Comissão de Auditoria nos casos de concessão de crédito aos membros não executivos do Conselho de Administração (que não sejam membros da Comissão de Auditoria) e/ou às sociedades ou outros aos entes colectivos por eles directa ou indirectamente dominados.

As operações são aprovadas e realizadas a preços normais de mercado e os administradores beneficiários não intervêm na apreciação e decisão dos casos em que sejam parte interessada.

Os créditos concedidos a membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização cumprem com todas as exigências referidas.

Todos os créditos concedidos às entidades relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objecto de determinação de imparidade em moldes idênticos aos estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Grupo. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, não se verificou qualquer situação de imparidade

específica em créditos concedidos a partes relacionadas. Refira-se ainda que os mesmos são integrados no conjunto de créditos considerado como mais apropriado para efeitos do cálculo da imparidade numa base colectiva tal como referido na Nota 2.5 — Crédito a clientes.

Durante o exercício de 2011 foram alienadas 18 520 e 4 830 milhares de unidades de participação dos fundos Fungepi e Fungere aos fundos de pensões do Grupo, por um valor global de 80,0 milhões de euros, não tendo incorrido em qualquer ganho ou perda relevante. No exercício de 2010 não foram realizadas operações com o fundo de pensões.

NOTA 43 – Securitização de Activos

Em 31 de Dezembro de 2011, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo Grupo:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo securitizado
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	395 551	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	394 088	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	561 572	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	639 469	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	885 194	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	388 870	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	798 263	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1, FTC	Dezembro de 2007	1 079 100	145 462 (1)	Crédito *Project Finance*
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 878 634	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Fevereiro de 2010	516 534 (2)	249 208	Crédito *Leverage Finance*
Lusitano SME N.º 2	Dezembro de 2010	1 951 908 (3)	1 662 696	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Finance N.º 3	Novembro de 2011	657 981	631 766	Crédito a particulares
IM BES Empresas 1	Novembro de 2011	485 000	471 575	Crédito a pequenas e médias empresas

(1) Em Março de 2011, a carteira de crédito associada a esta operação foi parcialmente alienada, tendo o remanescente (créditos domésticos) sido transferido para o Fundo de Titularização de Crédito "Lusitano Project Finance No.1 FTC"
(2) Esta operação de securitização inclui 382 062 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 134 472 milhares de euros de créditos de outras entidades intervenientes (BES Investimento e ES Vénétie)
(3) Esta operação de securitização inclui 1 348 825 milhares de euros de créditos a empresas e 603 083 milhares de euros de emissões de papel comercial

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização Lusitano Mortages No.3, Lusitano Mortages No.4 e Lusitano Mortgages No.5, realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Grupo transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

De acordo com o previsto na SIC 12, o Lusitano SME No.1 plc, o Lusitano Mortgages No.6 plc, o Lusitano Project Finance No.1 FTC e o Lusitano Mortgages No. 7 são consolidados pelo método integral desde a data da sua constituição, uma vez que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios decorrentes da sua actividade, encontrando-se os respectivos saldos integrados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por não deter a maioria dos riscos e benefícios associados à actividade dos outros veículos de securitização, os mesmos não foram incluídos nas contas consolidadas do Grupo.

No exercício de 2011 realizaram-se duas operações de securitização: uma de crédito a particulares (Lusitano Finance Nº3) com créditos provenientes do BES e outra de crédito a empresas (IM BES Empresas 1) com créditos provenientes da sucursal do BES em Espanha. No exercício de 2010 realizaram-se as seguintes operações de securitização: uma de crédito a empresas (Lusitano Leverage Finance Nº1) com créditos provenientes da Sucursal do BES em Londres, do BESI e do ES Vénétie e outra de crédito a empresas e de papel comercial (Lusitano SME Nº2). Os créditos abrangidos por estas operações não foram desreconhecidos dos respectivos balanços uma vez que as entidades mantiveram a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados.

As principais características destas operações, com referência a 31 de Dezembro de 2011, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal actual	Interesse retido pelo Grupo (Valor nominal)	Data de reembolso	*Rating* das obrigações inicial				*Rating* das obrigações actual			
						Fitch	*Moody's*	*S&P*	DBRS	*Fitch*	*Moody's*	*S&P*	DBRS
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915 000	297 230	97	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA	-	A	A3	A+	-
	Classe B	32 500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA	-	A	A3	A+	-
	Classe C	25 000	25 000	3 000	Dezembro de 2035	A	A2	A	-	A	Baa3	A	-
	Classe D	22 500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB	-	BBB+	Ba3	BBB	-
	Classe E	5 000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB	-	BB+	B2	B	-
	Classe F	10 000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920 000	312 363	4 787	Dezembro de 2036	AAA	Aaa	AAA	-	A	A3	A+	-
	Classe B	30 000	30 000	10 000	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA	-	A	Baa2	A	-
	Classe C	28 000	28 000	5 000	Dezembro de 2046	A	A3	A	-	A	Ba2	BBB-	-
	Classe D	16 000	16 000	-	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB	-	BBB+	B1	BB-	-
	Classe E	6 000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB	-	BB	B3	B	-
	Classe F	9 000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1 140 000	503 576	4 152	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA	-	A	Baa2	AA-	-
	Classe B	27 000	18 890	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA	-	A	Ba3	A+	-
	Classe C	18 600	13 013	-	Dezembro de 2047	A	A2	A	-	A	B2	BBB+	-
	Classe D	14 400	10 075	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB	-	BB	Caa1	BB	-
	Classe E	10 800	9 820	-	Dezembro de 2047	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1 134 000	560 490	8 155	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA	-	BBB-	Baa2	AA-	-
	Classe B	22 800	21 553	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA	-	BBB-	Ba3	A-	-
	Classe C	19 200	18 150	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+	-	BBB-	B2	BBB-	-
	Classe D	24 000	22 687	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB+	-	B	Caa3	BB-	-
	Classe E	10 200	10 200	-	Dezembro de 2048	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	806 238	3 351	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA	-	BBB-	Baa3	AA-	-
	Classe B	26 600	25 494	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA	-	BBB-	B1	AA-	-
	Classe C	22 400	21 469	-	Dezembro de 2059	A	A1	A	-	BBB-	B3	A-	-
	Classe D	28 000	26 836	5 271	Dezembro de 2059	BBB+	Baa2	BBB	-	B	Ca	BB	-
	Classe E	11 900	11 900	-	Dezembro de 2059	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	277 735	9 993	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	BBB	-	A+	-
	Classe B	40 974	35 931	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	AAA	-	AAA	-
	Classe C	34 073	29 880	-	Dezembro de 2028	BB	-	BB	-	CCC	-	BB-	-
	Classe D	28 035	24 585	24 585	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe E	8 626	8 626	8 626	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	613 148	53 075	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA	-	A	A3	AA-	-
	Classe B	65 450	65 450	58 950	Março de 2060	AA	Aa3	AA	-	A	Baa3	A+	-
	Classe C	41 800	41 800	31 800	Março de 2060	A	A3	A	-	A	B1	A-	-
	Classe D	17 600	17 600	17 600	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB	-	BB	B3	BBB-	-
	Classe E	31 900	31 900	31 900	Março de 2060	BB	-	BB	-	CCC	-	B	-
	Classe F	22 000	22 000	22 000	Março de 2060	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Project Finance No.1 FTC		198 101	188 988	188 988	Março de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.7 plc	Classe A	1 425 000	1 403 967	1 403 967	Outubro de 2064	-	-	AAA	AAA	-	-	AA-	AAH
	Classe B	294 500	294 500	294 500	Outubro de 2064	-	-	BBB-	-	-	-	BB	-
	Classe C	180 500	180 500	180 500	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	57 000	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Classe A	352 000	112 656	92 357	Janeiro de 2020	-	-	AAA	-	-	-	AAA	-
	Classe C	206 800	206 800	169 349	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe X	21 850	21 850	20 633	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.2	Classe A	1 107 300	1 107 300	1 107 300	Agosto de 2033	-	Aaa	-	AAA	-	A3	-	AA
	Classe B	369 100	369 100	369 100	Agosto de 2033	-	A2	-	A (low)	-	Baa1	-	BBB
	Classe C	466 300	466 300	466 300	Agosto de 2033	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	38 900	38 900	38 900	Agosto de 2033	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Finance No.3	Classe A	450 700	450 700	450 700	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe B	207 200	207 200	207 200	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe C	20 000	20 000	20 000	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
IM BES Empresas 1	Classe A	242 500	242 500	242 500	Novembro de 2043	-	AAA	-	-	-	AAA	-	
	Classe B	242 500	242 500	242 500	Novembro de 2043	-	Caa2	-	-	-	Caa2	-	

NOTA 44 – Justo Valor dos Activos e Passivos Financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo é como segue:

(milhares de euros)

		Valorizados ao Justo Valor				
	Custo amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2011						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 090 439	-	-	-	1 090 439	1 090 439
Disponibilidades em outras instituições de crédito	580 813	-	-	-	580 813	580 813
Activos financeiros detidos para negociação	-	1 003 079	2 431 560	-	3 434 639	3 434 639
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	29 604	1 924 698	9 687	1 963 989	1 963 989
Activos financeiros disponíveis para venda	14 260 a)	4 404 395	6 810 704	253 507	11 482 866	11 482 866
Aplicações em instituições de crédito	3 282 576	-	-	-	3 282 576	3 282 576
Crédito a clientes	48 454 185	-	589 197	-	49 043 382	45 864 208
Investimentos detidos até à maturidade	1 541 182	-	-	-	1 541 182	1 359 782
Derivados para gestão de risco	-	-	510 090	-	510 090	510 090
Activos financeiros	**54 963 455**	**5 437 078**	**12 266 249**	**263 194**	**72 929 976**	**69 569 402**
Recursos de bancos centrais	10 013 713	-	-	-	10 013 713	10 013 713
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	2 125 253	-	2 125 253	2 125 253
Recursos de outras instituições de crédito	5 481 596	-	757 764	-	6 239 360	5 373 851
Recursos de clientes	26 904 037	-	7 302 125	-	34 206 162	34 206 162
Responsabilidades representadas por títulos	14 393 295	-	4 059 353	-	18 452 648	15 788 713
Derivados para gestão de risco	-	-	238 633	-	238 633	238 633
Passivos subordinados	961 235	-	-	-	961 235	843 750
Passivos financeiros	**57 753 876**	**-**	**14 483 128**	**-**	**72 237 004**	**68 590 075**
31 de Dezembro de 2010						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	930 505	-	-	-	930 505	930 505
Disponibilidades em outras instituições de crédito	557 972	-	-	-	557 972	557 972
Activos financeiros detidos para negociação	-	1 741 040	2 201 021	-	3 942 061	3 942 061
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	66 661	1 347 273	10 397	1 424 331	1 424 331
Activos financeiros disponíveis para venda	21 436 a)	5 594 388	5 956 020	203 037	11 774 881	11 774 881
Aplicações em instituições de crédito	4 245 436	-	-	-	4 245 436	4 245 436
Crédito a clientes	49 426 668	-	1 402 455	-	50 829 123	48 932 520
Investimentos detidos até à maturidade	2 458 800	-	-	-	2 458 800	2 392 233
Derivados para gestão de risco (activo)	-	-	447 304	-	447 304	447 304
Activos financeiros	**57 640 817**	**7 402 089**	**11 354 073**	**213 434**	**76 610 413**	**74 647 243**
Recursos de bancos centrais	7 964 820	-	-	-	7 964 820	7 964 820
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	2 088 007	-	2 088 007	2 088 007
Recursos de outras instituições de crédito	5 692 681	-	687 911	-	6 380 592	5 842 853
Recursos de clientes	26 619 933	-	4 199 287	-	30 819 220	30 819 220
Responsabilidades representadas por títulos	19 629 407	-	4 480 532	-	24 109 939	21 584 479
Derivados para gestão de risco (passivo)	-	-	228 944	-	228 944	228 944
Passivos subordinados	2 015 631	-	276 202	-	2 291 833	1 491 096
Passivos financeiros	**61 922 472**	**-**	**11 960 883**	**-**	**73 883 355**	**70 019 419**

a) Activos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes activos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transacções recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo BES, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. Alterações nos parâmetros utilizados, em 2011 e 2010, não têm impacto significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Durante os exercícios de 2011 e 2010 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2011, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo no início do exercício	**213 434**	**155 662**
Aquisições	98 499	110 683
Saídas	(9 171)	(49 123)
Transferências [a)]	10 956	-
Variação de valor	(50 524)	(3 788)
Saldo no fim do exercício	**263 194**	**213 434**

a) Referem-se a títulos que em 31 de Dezembro de 2010 estavam registados ao custo de aquisição líquidos de imparidade.

Os principais parâmetros utilizados, durante os exercícios de 2011 e 2010, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de Taxas de Juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para *swap* de taxa de juro para os respectivos prazos:

(%)

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	**USD**	**GBP**	**EUR**	**USD**	**GBP**
Overnight	0,3250	0,1100	0,4300	0,4500	0,3000	0,5800
1 mês	1,0240	0,2953	0,7604	0,7820	0,2606	0,6800
3 meses	1,3560	0,5810	1,0900	1,0060	0,3028	0,8200
6 meses	1,6170	0,8085	1,3400	1,2270	0,4559	1,2600
9 meses	1,7910	0,9659	1,5900	1,3720	0,6200	1,4150
1 ano	1,4175	0,6770	1,0850	1,3320	0,4590	0,8910
3 anos	1,3750	0,8225	1,3601	1,9450	1,3030	1,9480
5 anos	1,7240	1,2260	1,5624	2,4810	2,1980	2,6180
7 anos	2,0690	1,6335	1,8619	2,8930	2,8390	3,1868
10 anos	2,3870	2,0160	2,2940	3,3050	3,4010	3,5350
15 anos	2,6750	2,3715	2,6525	3,6380	3,8580	3,8780
20 anos	2,6920	2,4960	2,8322	3,6970	4,0030	3,9530
25 anos	2,6250	2,5460	2,9426	3,6660	4,0760	3,9530
30 anos	2,5610	2,5870	2,9920	3,4960	4,1240	3,9230

Spreads de Crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são divulgados diariamente pelo Markit representando observações constituídas por cerca de 85 entidades financeiras internacionais de renome. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos spreads de crédito no mercado ao longo do ano:

(pontos de base)

Índice	**Série**	**1 ano**	**3 anos**	**5 anos**	**7 anos**	**10 anos**
Ano 2011						
CDX USD Main	17	60.25	93.98	120.03	128.87	137.62
iTraxx Eur Main	16	-	153.99	173.38	177.50	179.25
iTraxx Eur Senior Financial	16	-	-	275.25	-	275.25
Ano 2010						
CDX USD Main	15	55.50	49.81	85.07	95.85	104.23
iTraxx Eur Main	14	-	79.49	105.35	113.24	120.17
iTraxx Eur Senior Financial	14	-	-	177.71	-	182.17

Volatilidades de Taxas de Juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*) que serviram de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

(%)

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	51,08	76,51	53,15	42,00	104,76	56,90
3 anos	52,92	77,70	67,00	42,80	67,49	52,00
5 anos	50,31	67,85	62,90	36,20	47,52	39,60
7 anos	44,19	56,34	52,30	31,30	37,90	32,00
10 anos	38,00	47,78	39,70	26,80	31,35	25,50
15 anos	32,42	42,36	29,70	23,19	27,04	20,50

Câmbios e Volatilidade Cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**1 mês**	**3 meses**	**6 meses**	**9 meses**	**1 ano**
EUR/USD	1,2939	1,3362	13,23	14,68	15,15	15,25	15,35
EUR/GBP	0,8353	0,8608	8,28	9,55	10,48	10,85	11,23
EUR/CHF	1,2156	1,2504	9,75	9,20	8,85	8,85	8,58
EUR/NOK	7,7540	7,8000	7,10	8,05	8,60	8,81	9,03
EUR/PLN	4,4580	3,9750	10,95	12,30	13,10	13,43	13,60
EUR/RUB	41,7650	40,8200	11,75	12,60	13,50	14,05	14,50
USD/BRL [a)]	1,8671	1,6597	17,15	18,45	18,90	19,23	19,55
USD/TRY [b)]	1,8882	1,5487	14,20	15,75	16,50	16,85	17,00

a) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL
b) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre Cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre acções:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita
	31.12.2011	31.12.2010	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	2 317	2 793	(17,1)	32.14	38.50	29.23
PSI 20	5 494	7 588	(27,6)	23.53	27.79	-
IBEX 35	8 566	9 859	(13,1)	30.60	35.06	-
FTSE 100	5 572	5 900	(5,6)	20.99	26.58	19.26
DAX	5 898	6 914	(14,7)	31.54	38.80	27.85
S&P 500	1 258	1 258	(0,0)	24.04	27.70	20.27
BOVESPA	56 754	69 305	(18,1)	23.60	28.47	24.57

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito e Aplicações em Instituições de Crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos Detidos até à Maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de Bancos Centrais e Recursos de Outras Instituições de Crédito

O justo valor dos recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros.

Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades Representadas por Títulos e Passivos Subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 45 – Gestão dos Riscos de Actividade

O Grupo está exposto a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros, os quais se analisam de seguida:

Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes. Nos *credit defaults swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo BES. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente pelo Comité de Risco.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo BES ao risco de crédito:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	4 675 649	5 427 710
Activos financeiros detidos para negociação	3 392 644	3 760 285
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	127 731	259 002
Activos financeiros disponíveis para venda	10 192 450	8 746 855
Crédito a clientes	49 043 382	50 829 123
Investimentos detidos até à maturidade	1 541 182	2 458 800
Derivados para gestão de risco	510 090	447 304
Outros activos	682 779	660 872
Garantias e avales prestados	8 376 006	8 198 285
Créditos documentários	2 941 114	3 239 192
Compromissos irrevogáveis	4 216 289	5 349 361
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	165 573	404 756
	85 864 889	**89 781 545**

A repartição por sectores de actividade em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011									
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	435 935	(17 077)	11 803	-	-	11 315	(3 087)	-	-	45 525
Indústrias Extractivas	215 006	(9 788)	3 869	-	-	1 027	(546)	-	-	19 408
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	909 823	(44 215)	11 537	-	-	22 286	(52)	-	-	93 689
Têxteis e Vestuário	315 807	(28 171)	1 906	-	-	20 103	(2 238)	-	-	15 482
Curtumes e Calçado	71 989	(5 842)	459	-	-	515	(499)	-	-	2 040
Madeira e Cortiça	159 555	(24 975)	812	-	-	1 372	-	-	-	6 879
Papel e Indústrias Gráficas	340 289	(6 638)	5 272	-	-	123 364	(1 989)	-	-	89 423
Refinação de Petróleo	29 233	(191)	3 204	-	-	4 154	-	-	-	6 997
Produtos Químicos e de Borracha	631 525	(11 442)	11 156	-	-	56 770	(13 389)	-	-	95 474
Produtos Minerais não Metálicos	435 583	(18 446)	475	-	-	37 764	(7 548)	-	-	26 912
Indústrias Metalurgicas de Base e p. metálicos	845 522	(35 765)	1 324	-	-	500	-	-	-	122 800
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	278 209	(7 037)	2 381	-	-	62 612	(7 113)	-	-	162 205
Fabricação de Material de Transporte	332 333	(14 200)	504	-	-	585	(108)	-	-	29 431
Outras Industrias Transformadoras	379 173	(23 987)	2 350	-	-	35 792	(8 413)	-	-	44 328
Electricidade, Gás e Água	1 607 225	(9 554)	92 584	-	-	526 959	(1 855)	-	-	626 046
Construção e Obras Públicas	4 694 390	(236 134)	344 306	56 000	-	153 446	(1 687)	-	-	2 566 951
Comércio por Grosso e a Retalho	3 260 235	(257 343)	19 263	-	-	315 889	(15 203)	-	-	537 255
Turismo	1 571 254	(60 542)	17 522	-	-	2 874	(379)	-	-	96 906
Transportes e Comunicações	1 895 253	(85 982)	305 527	-	-	537 632	(8 915)	9 865	-	985 644
Actividades Financeiras	2 849 308	(141 628)	1 052 404	1 695 543	510 090	1 938 549	(25 239)	618 975	(21 393)	164 929
Actividades Imobiliárias	6 864 981	(304 001)	65 606	70 000	-	285 634	(1 776)	-	-	465 535
Serviços Prestados às Empresas	4 449 412	(217 566)	213 640	104 436	-	2 014 190	(29 923)	-	-	1 689 810
Administração e Serviços Públicos	1 062 578	(22 593)	889 770	-	-	4 689 214	-	805 437	-	244 897
Outras actividades de serviços colectivos	3 016 419	(264 537)	368 585	38 010	-	790 406	(35 392)	139 221	(10 923)	144 089
Crédito à Habitação	11 610 112	(160 473)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 715 482	(155 292)	-	-	-	-	-	-	-	91 311
Outros	239 010	(4 025)	8 380	-	-	18 196	(2 931)	-	-	2 001
TOTAL	**51 210 826**	**(2 167 444)**	**3 434 639**	**1 963 989**	**510 090**	**11 651 148**	**(168 282)**	**1 573 498**	**(32 316)**	**8 376 006**

(milhares de euros)

	31.12.2010									
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	560 703	(25 844)	7 111	-	-	20 314	(3 087)	-	-	42 191
Indústrias Extractivas	507 759	(7 243)	4 833	-	-	3 222	-	-	-	22 068
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	897 598	(19 706)	14 893	-	-	24 501	(52)	4 308	-	99 118
Têxteis e Vestuário	367 563	(63 174)	1 925	-	-	23 451	(2 238)	-	-	21 323
Curtumes e Calçado	135 256	(4 725)	629	-	-	1 434	(499)	-	-	2 269
Madeira e Cortiça	178 826	(24 093)	823	-	-	5 389	(1 500)	-	-	4 203
Papel e Indústrias Gráficas	333 563	(6 121)	38 828	-	-	145 083	-	-	-	87 321
Refinação de Petróleo	17 670	(112)	692	-	-	4 523	-	-	-	55 457
Produtos Químicos e de Borracha	524 851	(15 602)	13 633	-	-	29 009	(10 630)	13 163	-	83 872
Produtos Minerais não Metálicos	439 876	(15 368)	800	-	-	3 905	-	-	-	64 396
Indústrias Metalurgicas de Base e p. metálicos	650 669	(28 708)	1 529	-	-	3 836	-	-	-	114 290
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	442 265	(14 094)	3 463	-	-	34 273	(596)	14 412	-	173 632
Fabricação de Material de Transporte	107 391	(10 255)	4 154	-	-	2 407	(31)	-	-	81 655
Outras Industrias Transformadoras	467 774	(24 251)	780	-	-	36 618	(15 508)	-	-	52 171
Electricidade, Gás e Água	1 620 543	(16 604)	64 660	4 675	-	300 195	-	17 531	-	645 853
Construção e Obras Públicas	5 196 272	(221 660)	166 241	56 140	-	423 484	(6 625)	7 099	-	2 215 195
Comércio por Grosso e a Retalho	3 633 806	(189 568)	16 482	-	-	188 712	(1 331)	-	-	521 139
Turismo	1 550 582	(41 937)	11 310	-	-	4 357	(376)	-	-	73 870
Transportes e Comunicações	2 565 859	(80 334)	232 331	-	510	366 162	(8 918)	214 665	-	981 406
Actividades Financeiras	2 191 977	(106 862)	1 381 629	1 233 259	441 820	3 334 313	(53 768)	1 081 317	(32 853)	128 764
Actividades Imobiliárias	6 107 235	(187 461)	27 289	-	-	227 738	(1 724)	-	-	440 446
Serviços Prestados às Empresas	4 651 301	(128 042)	170 246	5	4 974	1 863 227	(38 968)	-	-	1 632 840
Administração e Serviços Públicos	1 123 298	(17 297)	1 552 392	-	-	3 718 784	(1)	827 260	-	250 717
Outras actividades de serviços colectivos	3 459 987	(131 193)	221 000	130 252	-	1 152 872	(13 374)	307 884	(17 241)	293 488
Crédito à Habitação	11 701 009	(220 277)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 822 149	(172 209)	-	-	-	-	-	-	-	108 298
Outros	350 329	(4 248)	4 388	-	-	16 304	(6)	21 255	-	2 264
TOTAL	**52 606 111**	**(1 776 988)**	**3 942 061**	**1 424 331**	**447 304**	**11 934 113**	**(159 232)**	**2 508 894**	**(50 094)**	**8 198 285**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a decomposição do crédito a clientes por *ratings* é como segue:

(milhões de euros)

Modelos de *Rating/Scoring*	Escala Interna	31.12.2011		31.12.2010	
		Valor do Crédito	(%)	Valor do Crédito	(%)
Modelos de Grandes Empresas	[aaa;a-]	77	0,15%	549	1,04%
	[bbb+;-bbb-]	2 535	4,95%	3 019	5,74%
	[bb+;bb-]	4 697	9,17%	5 766	10,97%
	[b+;b-]	8 601	16,80%	9 077	17,26%
	ccc+	1 806	3,53%	1 472	2,80%
Modelos de Médias Empresas	8-9	692	1,35%	361	0,69%
	10-11	656	1,28%	491	0,93%
	12-13	859	1,68%	745	1,42%
	14-15	576	1,12%	710	1,35%
	16-17	596	1,16%	944	1,79%
	18-19	575	1,12%	527	1,00%
	20-21	457	0,89%	706	1,34%
	22-23	345	0,67%	378	0,72%
	24-25	1 016	1,98%	1 036	1,97%
Modelos de Pequenas Empresas	A	91	0,18%	91	0,17%
	B	365	0,71%	446	0,85%
	C	878	1,71%	1 021	1,94%
	D	382	0,75%	578	1,10%
	E	216	0,42%	326	0,62%
	F	515	1,01%	475	0,89%
Modelos de Crédito Habitação	01	1 107	2,16%	1 250	2,38%
	02	4 259	8,32%	3 126	5,95%
	03	1 632	3,19%	2 324	4,42%
	04	814	1,59%	1 253	2,38%
	05	574	1,12%	691	1,31%
	06	510	1,00%	553	1,05%
	07	696	1,36%	1 318	2,51%
	08	1 101	2,15%	132	0,24%
Modelos de Particulares	01	101	0,20%	128	0,24%
	02	117	0,23%	90	0,17%
	03	156	0,30%	181	0,34%
	04	328	0,64%	341	0,65%
	05	208	0,41%	275	0,52%
	06	244	0,48%	211	0,40%
	07	168	0,33%	207	0,39%
	08	144	0,28%	135	0,26%
	09	232	0,45%	231	0,44%
	10	3	0,01%	5	0,01%
Créditos sem *rating/scoring* interno		12 882	25,15%	11 437	21,75%
TOTAL		**51 211**	**100,00%**	**52 606**	**100,00%**

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, volatilidade e *spread* de crédito.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo BES utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

(milhares de euros)

	31.12.2011			
	Dezembro	**Média anual**	**Máximo**	**Mínimo**
Risco cambial	4 872	9 254	11 634	4 872
Risco taxa de juro	10 764	11 404	14 863	10 764
Acções e mercadorias	13 554	19 209	12 042	13 554
Volatilidade	14 291	30 073	57 979	14 291
Spread de Crédito	15 170	10 434	11 170	15 170
Efeito da diversificação	(11 132)	(15 638)	(19 020)	(11 132)
Total	**47 519**	**64 736**	**88 668**	**47 519**

(milhares de euros)

	31.12.2010			
	Dezembro	**Média anual**	**Máximo**	**Mínimo**
Risco cambial	14 175	20 823	25 604	14 175
Risco taxa de juro	16 246	10 023	11 117	16 246
Acções e mercadorias	19 069	27 430	38 517	19 069
Efeito da diversificação	(27 077)	(22 443)	(19 972)	(27 077)
Total	**22 413**	**35 833**	**55 266**	**22 413**

O Grupo BES apresenta um valor em risco (VaR) de 47 519 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 22 413 milhares de euros) para as suas posições de negociação.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BES calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhares de euros)

	31.12.2011						
	Montantes elegíveis	**Não sensíveis**	**Até 3 meses**	**De 3 a 6 meses**	**De 6 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Caixa	278 179	278 179					
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	4 509 483	-	4 234 688	42 487	4 952	226 340	1 016
Crédito a clientes	49 095 349	-	33 287 221	10 443 084	2 274 857	1 797 421	1 292 766
Títulos	16 064 643	4 340 115	7 021 587	1 587 333	1 484 844	1 090 437	540 327
Fora de balanço		-	646 641	(398 000)	(12 000)	(173 906)	(62 735)
Total			**45 190 137**	**11 674 904**	**3 752 653**	**2 940 292**	**1 771 374**
Recursos de outras Inst. de Crédito	16 216 997	-	13 706 517	603 595	680 262	912 891	313 732
Depósitos	33 258 698	-	22 347 830	3 107 676	3 421 871	4 284 310	97 011
Repo´s com clientes	318 266	-	267 801	50 465	-	-	-
Títulos Emitidos	19 086 329	-	9 370 785	711 284	245 487	6 266 941	2 491 833
Acções Preferenciais	-	-	-	-	-	-	-
Fora de Balanço		-	6 457 360	1 339 590	(1 800 949)	(5 719 523)	(276 478)
Total			**52 150 293**	**5 812 610**	**2 546 671**	**5 744 619**	**2 626 098**
GAP (Activos - Passivos)			**(6 960 156)**	**5 862 294**	**1 205 982**	**(2 804 327)**	**(854 724)**

(milhares de euros)

	31.12.2010						
	Montantes elegíveis	**Não sensíveis**	**Até 3 meses**	**De 3 a 6 meses**	**De 6 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Caixa	306 203	306 203	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	5 233 425	-	4 812 102	32 420	152 138	232 865	3 900
Crédito a clientes	51 126 679	-	34 260 946	10 978 739	2 223 847	2 025 674	1 637 473
Títulos	17 587 249	4 370 943	7 473 730	2 393 445	1 758 316	1 305 122	285 693
Fora de balanço		-	519 395	(90 383)	7 325	(295 043)	6 809
Total			**47 066 173**	**13 314 221**	**4 141 626**	**3 268 618**	**1 933 875**
Recursos de outras Inst. de Crédito	14 396 026	-	12 296 393	520 551	540 253	735 257	303 572
Depósitos	29 795 365	-	21 641 465	2 113 872	2 080 051	3 890 925	69 052
Repo´s com clientes	436 528	-	436 528	-	-	-	-
Títulos Emitidos	27 475 970	-	12 362 357	656 213	226 896	9 646 252	4 584 252
Acções Preferenciais	920 033	-	-	-	-	920 033	-
Fora de Balanço		-	5 702 263	1 370 396	(184 240)	(6 403 786)	(411 259)
Total			**52 439 006**	**4 661 032**	**2 662 960**	**8 788 681**	**4 545 617**
GAP (Activos - Passivos)			**(5 372 833)**	**8 653 189**	**1 478 666**	**(5 520 063)**	**(2 611 742)**

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos para deslocação da curva de rendimentos de 100 p.b. em todos os escalões de taxa de juro.

(milhares de euros)

	31.12.2011				31.12.2010			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb
Em 31 de Dezembro	175 371	(175 371)	102 191	(102 191)	297 571	(297 571)	168 726	(168 726)
Média do exercício	239 334	(239 334)	132 845	(132 845)	320 453	(320 453)	177 813	(177 813)
Máximo para o exercício	336 477	(336 477)	179 158	(179 158)	333 432	(333 432)	188 564	(188 564)
Mínimo para o exercício	175 371	(175 371)	102 191	(102 191)	297 571	(297 571)	168 726	(168 726)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	5 413 930	170 403	3,15%	6 495 350	215 370	3,32%
Crédito a clientes	51 519 608	2 678 426	5,20%	52 042 341	2 037 794	3,92%
Aplicações em títulos	13 333 830	737 976	5,53%	13 282 199	669 226	5,04%
Aplicações diferenciais	11 481	-	-	343 086	-	-
Activos financeiros	**70 278 848**	**3 586 805**	**5,10%**	**72 162 976**	**2 922 390**	**4,05%**
Recursos monetários	16 511 041	460 256	2,79%	13 522 742	193 722	1,43%
Recursos de clientes	32 534 704	1 037 772	3,19%	27 145 694	507 825	1,87%
Outros recursos	21 233 104	907 186	4,27%	31 494 540	1 056 885	3,36%
Passivos financeiros	**70 278 848**	**2 405 214**	**3,42%**	**72 162 976**	**1 758 432**	**2,44%**
Resultado Financeiro		**1 181 591**	**1,68%**		**1 163 958**	**1,61%**

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2011				31.12.2010			
		Posições à vista	Posições a prazo	Outros elementos	Posição líquida	Posições à vista	Posições a prazo	Outros elementos	Posição líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	(661 275)	835 766	41 845	216 336	(3 426 729)	3 855 544	(198 660)	230 155
GBP	LIBRA ESTERLINA	480 536	(476 598)	(80)	3 858	243 793	(180 981)	14 272	77 084
BRL	REAL DO BRASIL	210 597	(200 379)	16 357	26 575	1 143 453	(3 731)	(2 375)	1 137 347
DKK	COROA DINAMARQUESA	216	(3 720)	-	(3 504)	52 071	(3 873)	-	48 198
JPY	IENE JAPONÊS	(8 799)	17 400	(10 271)	(1 670)	(330 718)	373 190	(111 436)	(68 964)
CHF	FRANCO SUICO	53 075	(48 646)	(1 291)	3 138	88 969	(84 849)	5 838	9 958
SEK	COROA SUECA	(2 138)	1 305	182	(651)	15 232	(17 061)	-	(1 829)
NOK	COROA NORUEGUESA	(3 251)	1 030	(54)	(2 275)	1 910	(2 995)	7 689	6 604
CAD	DÓLAR CANADIANO	40 169	(62 399)	456	(21 774)	31 403	(20 886)	2 880	13 397
ZAR	RAND DA ÁFRICA DO SUL	(602)	(715)	2 637	1 320	2 897	(6 844)	(38 589)	(42 536)
AUD	DÓLAR AUSTRALIANO	98 577	(101 357)	3 106	326	165 596	(158 495)	10 848	17 949
AOA	KWANZA DE ANGOLA	(228 429)	-	-	(228 429)	(414 047)	-	-	(414 047)
CZK	COROA CHECA	3 804	302	(2 247)	1 859	(20 712)	20 842	-	130
MXN	PESO MEXICANO	61 971	(81 497)	3 215	(16 311)	22 654	(35 668)	34 286	21 272
	OUTRAS	(6 276)	(54 170)	80 319	19 873	(42 134)	(3 526)	417 694	372 034
		38 175	**(173 678)**	**134 174**	**(1 329)**	**(2 466 362)**	**3 730 667**	**142 447**	**1 406 752**

Nota: activo/(passivo)

Exposição a Dívida Pública de Países Periféricos da Zona Euro

Em 31 de Dezembro de 2011 a exposição do Grupo a dívida pública de países "periféricos" da Zona Euro apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011					
	Crédito a clientes	**Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor**	**Instrumentos Derivados [1]**	**Activos financeiros disponíveis para venda**	**Investimentos detidos até à maturidade**	**Total**
Portugal	876 702	123 852	69 714	2 820 649	-	3 890 917
Espanha	109 000	563	1 989	4 096	-	115 648
Grécia	-	-	(265)	-	-	(265)
Irlanda	-	-	(1 069)	-	-	(1 069)
Itália	-	-	(2 865)	-	-	(2 865)
Hungria	-	-	-	-	-	-
	985 702	**124 415**	**67 504**	**2 824 745**	**-**	**4 002 365**

1) Valores apresentados pelo líquido; a receber/(a pagar)

Excepto no que se refere ao crédito a clientes, o qual se encontra registado ao custo amortizado, todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivados com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda e de Activos Financeiros Detidos para Negociação é como segue:

(milhares de euros)

	Valor Nominal	**Valor Cotação**	**Juro Corrido**	**Valor de Balanço**	**Imparidade**	**Reservas Justo Valor**
Activos Disponíveis para Venda						
Portugal	**3 187 790**	**2 780 693**	**39 726**	**2 820 649**	**-**	**(124 406)**
Maturidade até 1 ano	2 069 941	2 040 481	14 542	2 055 236	-	(16 736)
Maturidade superior 1 ano	1 117 849	740 212	25 184	765 413	-	(107 670)
Espanha	**4 036**	**4 027**	**69**	**4 096**	**-**	**(9)**
Maturidade até 1 ano	4 014	4 004	68	4 072	-	(4)
Maturidade superior 1 ano	22	23	1	24	-	(5)
	3 191 826	**2 784 720**	**39 795**	**2 824 745**	**-**	**(124 415)**
Activos Financeiros de Negociação						
Portugal	126 208	120 458	3 394	123 852	-	-
Espanha	568	563	-	563	-	-
	126 776	**121 021**	**3 394**	**124 415**	**-**	**-**

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez, por definição, advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira, sem incorrer em perdas significativas. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, encontrando-se a estratégia financeira do Grupo desenvolvida no Relatório de Gestão.

O ano de 2011 ficou marcado pelo agravamento da crise da dívida soberana das economias "periféricas" da Zona Euro, pela desaceleração da economia global e pelos sucessivos cortes dos *ratings* soberanos. Neste contexto, o Grupo manteve accionadas ao longo do ano um conjunto de medidas de contingência que lhe permitiram financiar a sua actividade, colmatando assim a inacessibilidade aos mercados financeiros. As medidas implementadas dividem-se em três grandes grupos:

- Continuação da política de *deleverage* do balanço implementada a partir de meados de 2010;
- Aumento da base de depósitos de clientes reforçando a orientação estratégica de manter este produto como a principal fonte de financiamento;
- Reforço dos activos elegíveis para desconto junto do BCE, de modo a garantir o acesso às operações de refinanciamento principais e de prazo alargado, as quais têm sido fundamentais para colmatar a inacessibilidade aos mercados de financiamento de curto e médio prazo, como emissões de obrigações hipotecárias e de obrigações garantidas pelo estado.

Durante o ano de 2011, os depósitos registaram um aumento de € 3,4 mil milhões (+11%). Esta evolução foi acompanhada por um aumento da taxa média de 132 p.b., dos quais 52 p.b. se referem ao aumento das taxas Euribor. É de salientar que durante o ano, as taxas da República Portuguesa registaram aumentos face às taxas Euribor entre 470 p.b. nos 3 meses e 1160 p.b. nos 12 meses. Por outro lado, o Grupo tem vindo a actualizar as suas políticas de pricing nos *portfolios* de crédito de Empresas e de Institucionais.

Mesmo num ambiente desfavorável, o Grupo continuou o esforço de diversificação das suas fontes de financiamento, onde se destaca a contratação de um financiamento de 300 milhões de dólares a três anos efectuada com o China Development Bank Corporation em Setembro. A diversificação do financiamento mitiga o risco de liquidez e constitui um dos objectivos das políticas de tolerância ao risco de liquidez do banco.

Com o objectivo de avaliar a exposição global ao risco de liquidez são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Nos quadros seguintes apresentam-se os detalhes do *mismatch* por prazos residuais para cada uma das principais categorias de activos e passivos:

(milhões de euros)

	31.12.2011						
	Montantes Elegíveis	**até 7 dias**	**de 7 dias até 1 mês**	**de 1 a 3 meses**	**de 3 a 6 meses**	**de 6 meses a 1 ano**	**superior a 1 ano**
ACTIVOS							
Caixa e disponibilidades	436	436	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	4 510	2 368	823	1 037	42	8	232
Crédito a clientes	48 371	614	1 610	1 800	1 652	2 543	40 152
Títulos*	19 307	536	1 727	2 193	727	474	13 650
Outros activos líquidos	3 779	3 779	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	6 141	217	175	535	856	475	3 883
Total		**7 950**	**4 335**	**5 565**	**3 277**	**3 500**	**57 917**
PASSIVOS							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	16 535	3 642	2 319	2 457	583	462	7 072
Depósitos de clientes	33 259	85	1 065	1 987	531	1 067	28 524
Títulos Emitidos	19 124	30	2 774	2 944	555	209	12 612
Outros passivos exigíveis a curto prazo	1 683	1 683	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	12 221	282	292	754	939	539	9 415
Total		**5 722**	**6 450**	**8 142**	**2 608**	**2 277**	**57 623**
GAP (Activos - Passivos)		**2 228**	**(2 115)**	**(2 577)**	**669**	**1 223**	**294**
GAP Acumulado		**2 228**	**113**	**(2 464)**	**(1 795)**	**(572)**	**(278)**
***Buffer* de activos liq > 12 meses**						**2 794**	

* Esta rubrica inclui os títulos líquidos do GBES passíveis de utilização junto do BCE para efeitos de cedência de liquidez

(milhões de euros)

	31.12.2010						
	Montantes Elegíveis	**até 7 dias**	**de 7 dias até 1 mês**	**de 1 a 3 meses**	**de 3 a 6 meses**	**de 6 meses a 1 ano**	**superior a 1 ano**
ACTIVOS							
Caixa e disponibilidades	489	489	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	5 233	3 394	907	454	30	191	257
Crédito a clientes	50 655	629	1 428	1 590	1 869	2 798	42 341
Títulos*	19 906	369	1 446	993	1 398	1 455	14 245
Outros activos líquidos	3 147	3 147	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	4 550	67	232	534	559	881	2 277
Total		**8 095**	**4 013**	**3 571**	**3 856**	**5 325**	**59 120**
PASSIVOS							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	14 833	6 142	1 594	3 893	474	603	2 127
Depósitos de clientes	29 795	34	2 075	316	423	984	25 963
Títulos Emitidos	26 244	339	1 701	4 353	1 276	719	17 856
Outros passivos exigíveis a curto prazo	2 355	2 355	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	26 898	219	259	713	691	1 160	23 856
Total		**9 089**	**5 629**	**9 275**	**2 864**	**3 466**	**69 802**
GAP (Activos - Passivos)		**(994)**	**(1 616)**	**(5 704)**	**992**	**1 859**	**(10 682)**
GAP Acumulado		**(994)**	**(2 610)**	**(8 314)**	**(7 322)**	**(5 463)**	**(16 145)**
***Buffer* de activos liq > 12 meses**						**5 502**	

* Esta rubrica inclui os títulos líquidos do GBES passíveis de utilização junto do BCE para efeitos de cedência de liquidez

O quadro espelha todos os montantes de activos, passivos e extrapatrimoniais que possuam *cash-flows*, que se encontram classificados em escalões de prazos residuais para a maturidade. No caso de rubricas em que não exista uma maturidade definida (como é o caso dos depósitos à ordem, descobertos, contas correntes e compromissos assumidos perante terceiros) foram utilizados modelos comportamentais com base em informação histórica, que reflectem a maturidade esperada dos *cash-flows*. Para a generalidade dos depósitos com maturidade e dado o seu comportamento específico utilizámos, também, um modelo comportamental que reflecte a maturidade esperada.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez a um prazo mais alargado, e de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º13/2009):

(milhões de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Mismatch acumulado [1]	(573)	(5 463)
Buffer de activos líquidos [2]	2 794	5 502
Posição de liquidez	**2 221**	**39**
Outros activos liquidificáveis	222	1 491
Liquidez global	**2 443**	**1 530**

(1) O *mismatch* acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano
(2) O *buffer* de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata. Concretizando, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos *haircuts*), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano

Em 31 de Dezembro de 2011, a posição de liquidez global considerando outros títulos transformáveis em meios líquidos, era positiva em 2 443 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 1 530 milhões de euros).

Em 31 de Dezembro de 2011, a *pool* de títulos elegíveis para o mercado de repos situava-se em 18,9 mil milhões de euros. Deste montante, 15,1 mil milhões de euros eram elegíveis para operações junto do BCE, dos quais se encontravam utilizados 11,1 mil milhões de euros.

De forma a tentar antecipar possíveis constrangimentos, o GBES efectua cenários extremos de liquidez. É calculado um impacto a 3 meses, mas dependendo da severidade dos cenários, este período poderá variar. Os *cash-flows* de balanço e fora de balanço são sujeitos a cenários específicos e a cenários sistémicos para avaliar o impacto de eventos extremos, mas plausíveis, nas posições de liquidez. Os resultados destes cenários são depois comparados com o *buffer* de liquidez e com o plano de contingência para assegurar que o grupo consegue gerar liquidez suficiente em caso de eventos extremos. Estes resultados servem também de *input* para a definição dos objectivos de posições de liquidez em risco, bem como para a definição do plano de contingência de liquidez do GBES. Este plano foi definido de forma a mitigar o impacto de uma crise de liquidez através da definição de mecanismos de detecção de crises, e de estratégias de resposta claras e decisivas a crises de liquidez.

Para 2012, e perspectivando-se a continuação da crise da dívida soberana da Zona Euro, o BES executou, em Janeiro, uma emissão de obrigações com garantia da República Portuguesa no montante de EUR 1 000 milhões e com maturidade de 3 anos. Para Fevereiro, executou emissão adicional de obrigações com garantia da República Portuguesa no montante de EUR 1 500 milhões e com maturidade de 3 anos. Estas duas emissões permitem aumentar os activos elegíveis para desconto junto do BCE em EUR 2 500 milhões, o que perfaz quase a totalidade do montante de emissões de médio e longo prazo que matura no primeiro trimestre de 2012.

A continuação da implementação das medidas de contingência em 2012 levará em consideração as decisões tomadas pelo BCE, na reunião do passado mês de Dezembro, e que foram as seguintes:

- Redução a taxa de juro de referência para 1%;
- Redução do rácio de reservas obrigatórias para a banca europeia de 2% para 1%;
- Realização de uma nova operação de cedência de liquidez a 3 anos (anteriormente com um prazo máximo de 13 meses) a ocorrer a 29 de Fevereiro de 2012 (para além da já ocorrida em 21 de Dezembro); e
- Adopção de novas regras de elegibilidade menos restritivas para os colaterais aceites pelo BCE nas operações de redesconto.

Estas decisões por parte do BCE visam, por um lado, facilitar o acesso à liquidez por parte do sector bancário na Zona Euro e, por outro, restabelecer o normal funcionamento do mercado monetário interbancário.

Risco Operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O principal objectivo da gestão de capital no Grupo consiste em assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir os requisitos mínimos de fundos próprios definidos pelas entidades de supervisão.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, e fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por "Basileia II", o Grupo foi autorizado a utilizar, com efeitos em 31 de Março de 2009, a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método *Internal Ratings Based* – IRB) para o risco de crédito e o método *Standard* para o tratamento do risco operacional (método *The Standardized Approach* – TSA).

Os elementos de capital do Grupo BES dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- **Fundos Próprios considerados como *Core Tier I*:** Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados positivos retidos do período quando certificados e os interesses que não controlam. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *Goodwill* apurado, activos intangíveis, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor prudencial e, quando aplicável, os resultados negativos do período.
- **Fundos Próprios de Base (FPB):** Para além dos valores considerados como *Core Tier I*, esta categoria inclui as acções preferenciais e instrumentos de capital híbridos. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes.
- **Fundos Próprios Complementares (FPC):** Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- **Deduções (D):** Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a este mesmo ano. Consequentemente, o valor anual a incorporar durante o referido período é de 137 milhões de euros.

Em Maio de 2011, decorrente da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011, que vem estabelecer novos patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelos grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio *Core Tier I* não inferior a 9% em 31 de Dezembro de 2011, e de 10% até 31 de Dezembro de 2012.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 apresentam-se no quadro seguinte:

(milhões de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo no início do período	**6 040**	**5 405**
Aumento de capital (troca de híbridos por capital)	521	-
Instrumentos híbridos	(675)	320
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de justo valor)	(119)	330
Interesses que não controlam, excluíndo híbridos	94	207
Goodwill	139	(123)
Desvios actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	144	(196)
Amortização do período transitório IFRS	(13)	(12)
Dedução de participações em sociedades financeiras e outros elementos	202	131
Reservas de reavaliação com impacto prudencial	(164)	(13)
Outros efeitos	2	(9)
Saldo no fim do período	**6 171**	**6 040**

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BES para 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

(milhões de euros)

		31.12.2011	31.12.2010
A - Fundos Próprios			
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias		5 106	4 585
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de justo valor)		1 195	1 310
Interesses que não controlam		585	491
Activos Intangíveis		(142)	(140)
Desvios Actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial		(215)	(359)
Goodwill		(340)	(479)
Reservas de justo valor com impacto prudencial		(194)	(30)
Periodo transitório IFRS		25	38
Fundos Próprios para determinação do Rácio *Core Tier I*	**(A1)**	**6 020**	**5 416**
Acções Preferenciais		211	600
Instrumentos Híbridos elegíveis para *Tier I*		34	320
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		(94)	(296)
Fundos Próprios de Base (*TIER I*)	**(A2)**	**6 171**	**6 040**
45% das Reservas de justo valor Positivas		25	84
Divida Subordinada elegível		923	1 925
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		(90)	(207)
Fundos Próprios Complementares (*TIER II*)		**858**	**1 802**
Deduções		**(59)**	**(44)**
Fundos Próprios Elegíveis	**(A3)**	**6 970**	**7 798**
B- Activos de Risco			
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)		59 705	60 610
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)		1 742	4 219
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)		3 938	3 973
Total de Activos de Risco Equivalentes	**(B)**	**65 385**	**68 802**
C- Rácios Prudenciais			
Rácio *Core Tier 1*	(A1 / B)	9,2%	7,9%
Rácio *Tier 1*	(A2 / B)	9,4%	8,8%
Rácio de Solvabilidade	**(A3 / B)**	**10,7%**	**11,3%**

Planos de Financiamento e de Capitalização (2011—2015)

De acordo com o Memorando de Política Económica e Financeira subscrito entre o Governo Português, por um lado, a Comissão Europeia (CE), Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), por outro, os bancos portugueses tiveram que elaborar planos de financiamento e de capitalização para o período 2011 a 2015 de forma a alcançarem os seguintes objectivos:

- O rácio crédito/depósitos deverá atingir um valor máximo de 120% a partir de Dezembro de 2014, inclusive;
- O rácio de financiamento estável *(stable funding ratio*) deverá ser de 100% a partir de Dezembro de 2014, inclusive;
- O rácio *Core Tier I* deverá ser de 9% em Dezembro de 2011 e de 10% em Dezembro de 2012, conforme estabelecido pelo Aviso 3/2011 do Banco de Portugal.

Adicionalmente, os planos de financiamento dos bancos devem considerar que a dependência das sucursais e filiais no estrangeiro de fundos domésticos deverá ser minimizada; devem reduzir a dependência do financiamento do BCE; considerar um acesso moderado ao mercado de curto prazo e uma abertura gradual do mercado internacional de médio e longo prazo a partir do 4º trimestre de 2013; e deviam ser suportados por políticas comerciais de apoio aos sectores da economia portuguesa, designadamente às pequenas e médias empresas.

Para efeitos de elaboração do plano inicial e revisões trimestrais, são fornecidas pelo Banco de Portugal e em articulação com a CE/BCE/FMI projecções sobre as variáveis macroeconómicas relevantes domésticas, de crescimento do PIB nas geografias de maior relevância para a actividade dos bancos e ainda projecções de taxas de juro de referência e outros parâmetros indispensáveis à elaboração dos planos. No contexto do plano para o período em referência, sublinha-se ainda o facto de o mesmo ser objecto de um exercício de *stress test* onde os bancos deverão, num cenário extremo, apresentar um rácio *Core Tier I* superior a 6% durante o referido período (2011 a 2015).

À data de 31 de Dezembro de 2011 o Grupo tinha em execução a revisão do plano de Setembro de 2011, verificando um cumprimento das metas estabelecidas quer para o rácio crédito/depósitos (real: 141%; plano: 148%), do *stable funding ratio* (real: 85%; plano: 82%) e do *Core Tier I* (real: 9,2%; plano: 9,2%).

No âmbito dos exercícios de *stress test* conduzidos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), onde é exigido a observância de um rácio *Core Tier I* mínimo de 9%, depois de uma avaliação prudente, a valores de mercado, das exposições a dívida soberana detidas a 30 de Setembro de 2011, foi identificada uma necessidade adicional de capital de 810M€, dos quais 121M€ correspondem ao valor de avaliação a preços de mercado das exposições a dívida soberana.

No sentido de dar cumprimento aos níveis de capitalização exigidos, incluindo os requisitos da EBA, o Grupo prevê satisfazer as necessidades de capital exclusivamente com recurso a operações de mercado, não prevendo recorrer a mecanismos de capitalização suportados pelo Estado.

NOTA 46 – Compromissos Contratuais

Operações de Securitização

Ao longo do ano de 2011, as operações de titularização originadas pelo BES sofreram sucessivos cortes de *rating*, na sequência dos *downgrades* efectuados pelas várias agências de *rating* à República Portuguesa e aos bancos portugueses. Tradicionalmente, este tipo de operações incluem nas suas estruturas diversos mecanismos de protecção de risco, nomeadamente pelo despoletar de substituições de contrapartes com notações de risco abaixo de níveis mínimos exigidos pelas agências de *rating* ou pelo desencadear de acções correctivas que permitam mitigar o risco de exposição a essas contrapartes.

O BES actua como gestor dos créditos titularizados em todas as operações originadas por si ou por entidades do Grupo. Em geral, nas operações mais recentes, o *downgrade* do gestor dos créditos para níveis inferiores a *investment grade* implica algum tipo de acção correctiva de forma a evitar o *downgrade* dos títulos emitidos. Neste sentido, a operação de titularização de crédito a pequenas e médias empresas realizada pelo BES em Dezembro de 2010 – Lusitano SME No.2, na sequência do *downgrade* do BES por parte da Moody's, em Julho de 2011, obrigou o BES a constituir uma reserva de liquidez no montante aproximado de 110 milhões de euros junto de um banco terceiro e a contratar um *back-up servicer*.

Adicionalmente, o BES actuava como contraparte de *swap* em duas das suas operações de titularizações de créditos hipotecários (Lusitano Mortgages No.6 e o Lusitano Mortgages No.7). O desempenho destas funções em operações de titularização está reservado a entidades que respeitem os níveis mínimos de *rating* estabelecidos pelas agências de *rating*. Assim, na sequência dos *downgrades*, a posição do BES na operação Lusitano Mortgages No.6 foi transferida para uma instituição financeira que respeita os critérios de elegibilidade das agências e na operação Lusitano Mortgages No.7, procedeu-se à reestruturação da operação.

Obrigações Hipotecárias

As emissões de obrigações hipotecárias sofreram igualmente um forte impacto pelo *downgrade* da República Portuguesa e dos bancos portugueses. Como consequência, o BES deixou de poder ser contraparte nas operações *swaps* de taxa de juro, tendo procedido à sua transferência e, em alguns casos, à sua anulação.

Contract Support Annex (CSA)

O BES tem um conjunto de contratos negociados com contrapartes com quem negoceia derivados em mercado de balcão. Os CSA revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negoceiam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objectivo fornecer protecção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transacções de derivados são regulamentadas pelo International Swaps and Derivatives Association (ISDA) e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o *rating* das partes.

NOTA 47 – Alteração de Políticas Contabilísticas

No final do exercício de 2011 o Grupo tomou a decisão de proceder à alteração da política contabilística relativa ao tratamento dos desvios actuariais, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em outro rendimento integral (*Other comprehensive income* – OCI), conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

A decisão de alterar a política contabilística teve como base o entendimento de que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capital próprio na rubrica de outro rendimento integral proporciona uma informação mais relevante sobre a posição do Grupo no que se refere às suas responsabilidades com pensões de reforma. Este entendimento é corroborado pelo próprio IASB no parágrafo BC48B do IAS 19, onde é referido que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de forma imediata em capital próprio proporciona uma informação mais fidedigna das operações do que o método do corredor.

De acordo com o parágrafo 29 do IAS 8, a alteração de uma política contabilística torna necessário que o Grupo reexpresse as suas demonstrações financeiras como se tivesse adoptado desde sempre a política de reconhecimento em capital proprio dos ganhos e perdas actuariais.

Desta forma, apresentam-se de seguida os ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras do Grupo a 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010:

(milhares de euros)

Balanço	1 de Janeiro de 2010			31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 192 317	-	2 192 317	930 505	-	930 505
Disponibilidades em outras instituições de crédito	610 574	-	610 574	557 972	-	557 972
Activos financeiros detidos para negociação	4 459 484	-	4 459 484	3 942 061	-	3 942 061
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 002 301	-	1 002 301	1 424 331	-	1 424 331
Activos financeiros disponíveis para venda	8 531 600	-	8 531 600	11 774 881	-	11 774 881
Aplicações em instituições de crédito	7 997 807	-	7 997 807	4 245 436	-	4 245 436
Crédito a clientes	48 978 847	-	48 978 847	50 829 123	-	50 829 123
Investimentos detidos até à maturidade	2 541 829	-	2 541 829	2 458 800	-	2 458 800
Derivados para gestão de risco	455 115	-	455 115	447 304	-	447 304
Activos não correntes detidos para venda	407 585	-	407 585	574 550	-	574 550
Outros activos tangíveis	658 773	-	658 773	809 037	-	809 037
Activos intangíveis	137 885	-	137 885	233 537	-	233 537
Investimentos em associadas	793 815	-	793 815	961 908	-	961 908
Activos por impostos correntes	20 929	-	20 929	99 396	-	99 396
Activos por impostos diferidos	187 871	243 960	431 831	283 367	257 319	540 686
Outros activos	3 320 468	(839 061)	2 481 407	4 083 219	(884 528)	3 198 691
Total de Activo	**82 297 200**	**(595 101)**	**81 702 099**	**83 655 427**	**(627 209)**	**83 028 218**
Passivo						
Recursos de bancos centrais	3 817 643	-	3 817 643	7 964 820	-	7 964 820
Passivos financeiros detidos para negociação	1 561 143	-	1 561 143	2 088 007	-	2 088 007
Recursos de outras instituições de crédito	6 895 720	-	6 895 720	6 380 592	-	6 380 592
Recursos de clientes	25 446 450	-	25 446 450	30 819 220	-	30 819 220
Responsabilidades representadas por títulos	33 101 099	-	33 101 099	24 109 939	-	24 109 939
Derivados para gestão de risco	253 148	-	253 148	228 944	-	228 944
Passivos não correntes detidos para venda	21 609	-	21 609	5 411	-	5 411
Provisões	179 851	-	179 851	214 706	-	214 706
Passivos por impostos correntes	133 616	-	133 616	25 324	-	25 324
Passivos por impostos diferidos	79 216	-	79 216	115 660	-	115 660
Passivos subordinados	2 639 071	-	2 639 071	2 291 833	-	2 291 833
Outros passivos	1 229 751	-	1 229 751	1 934 723	-	1 934 723
Total de Passivo	**75 358 317**	**-**	**75 358 317**	**76 179 179**	**-**	**76 179 179**
Capital Próprio						
Capital	3 500 000	-	3 500 000	3 500 000	-	3 500 000
Prémios de emissão	1 085 399	-	1 085 399	1 085 398	-	1 085 398
Outros instrumentos de capital	-	-	-	269 953	-	269 953
Acções próprias	(25 083)	-	(25 083)	-	-	-
Acções preferenciais	600 000	-	600 000	600 000	-	600 000
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	1 495 010	(592 922)	902 088	968 967	(670 882)	298 085
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	-	-	-	510 520	46 381	556 901
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	**6 655 326**	**(592 922)**	**6 062 404**	**6 934 838**	**(624 500)**	**6 310 338**
Interesses que não controlam	283 557	(2 179)	281 378	541 410	(2 709)	538 701
Total de Capital Próprio	**6 938 883**	**(595 101)**	**6 343 782**	**7 476 248**	**(627 209)**	**6 849 039**
Total de Passivo e Capital Próprio	**82 297 200**	**(595 101)**	**81 702 099**	**83 655 427**	**(627 209)**	**83 028 218**

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Juros e proveitos similares	3 727 898	-	3 727 898
Juros e custos similares	2 563 940	-	2 563 940
Margem financeira	**1 163 958**	**-**	**1 163 958**
Rendimentos de instrumentos de capital	193 292	-	193 292
Rendimentos de serviços e comissões	886 808	-	886 808
Encargos com serviços e comissões	(117 475)	-	(117 475)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	(191 470)	-	(191 470)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	364 436	-	364 436
Resultados de reavaliação cambial	46 731	-	46 731
Resultados de alienação de outros activos	(12 369)	-	(12 369)
Outros resultados de exploração	(13 634)	-	(13 634)
Proveitos operacionais	**2 320 277**	**-**	**2 320 277**
Custos com pessoal	628 320	(46 450)	581 870
Gastos gerais administrativos	441 057	-	441 057
Depreciações e amortizações	100 092	-	100 092
Provisões líquidas de anulações	49 343	-	49 343
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	351 809	-	351 809
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	76 332	-	76 332
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	56 135	-	56 135
Custos operacionais	**1 703 088**	**(46 450)**	**1 656 638**
Alienação de subsidiárias e associadas	46 401	-	46 401
Resultados de associadas	37 175	-	37 175
Resultado antes de impostos	**700 765**	**46 450**	**747 215**
Impostos			
Correntes	59 673	-	59 673
Diferidos	(15 899)	-	(15 899)
Resultado líquido do exercício	**656 991**	**46 450**	**703 441**
Atribuível aos accionistas do Banco	**510 520**	**46 381**	**556 901**
Atribuível aos interesses que não controlam	**146 471**	**69**	**146 540**
	656 991	**46 450**	**703 441**

Os ajustamentos efectuados ao outro rendimento integral do exercício findos em 31 de Dezembro de 2010 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Demonstração do Rendimento Integral	31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Resultado líquido do exercício			
Atribuível aos accionistas do Banco	510 520	46 381	556 901
Atribuível aos interesses que não controlam	146 471	69	146 540
	656 991	**46 450**	**703 441**
Outro rendimento integral do exercício			
Benefícios de longo prazo	-	(91 918)	(91 918)
Diferenças de câmbio	16 621	-	16 621
Impostos diferidos	(3 017)	13 359	10 342
	13 604	**(78 559)**	**(64 955)**
Activos disponiveis para venda			
Ganhos e perdas no exercício	(45 535)	-	(45 535)
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	(334 634)	-	(334 634)
Impostos diferidos	64 787	-	64 787
	(315 382)	**-**	**(315 382)**
Total do rendimento integral do exercício	**355 213**	**(32 109)**	**323 104**
Atribuível aos accionistas do Banco	**206 221**	**(31 510)**	**174 711**
Atribuível aos interesses que não controlam	**148 992**	**(599)**	**148 393**
	355 213	**(32 109)**	**323 104**

O detalhe dos ajustamentos efectuados com vista à alteração da política contabilística analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	Desvios actuariais em balanço de acordo com a anterior política contabilística	Impacto da alteração da política contabilística		
		No activo	No rendimento integral	Nos resultados
Valores brutos				
1 de Janeiro de 2010	**839 061**	**(839 061)**	**(839 061)**	**-**
Perdas actuariais do exercício	92 096	(92 096)	(92 096)	-
Amortização do exercício	(46 450)	46 450	-	46 450
Outros	(179)	179	179	-
31 de Dezembro de 2010	**884 528**	**(884 528)**	**(930 978)**	**46 450**
Imposto				
1 de Janeiro de 2010		**243 960**	**243 960**	**-**
Imposto do exercício		13 359	13 359	-
31 de Dezembro de 2010		**257 319**	**257 319**	**-**
Efeito líquido				
1 de Janeiro de 2010		**(595 101)**	**(595 101)**	**-**
31 de Dezembro de 2010		**(627 209)**	**(673 659)**	**46 450**
Efeito líquido atribuível aos accionistas do Banco				
1 de Janeiro de 2010			**(595 922)**	
31 de Dezembro de 2010			**(670 882)**	**46 381**

NOTA 48 – Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas e Adoptadas pelo Grupo

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2011, o Grupo adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011:

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Outubro de 2010, o IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2010, o IASB publicou o *Annual Improvement Project*, o qual efectuou 11 alterações em 7 normas. A data de efectividade das alterações, possibilidade de adopção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações são de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011.

A adopção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas ainda não Adoptadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Grupo irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma sofreu algumas alterações em Outubro de 2010e ainda não foi adoptada pela União Europeia. Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;

- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;
- Todos os instrumentos de capital terão de ser mensurados ao justo valor, deixando de existir a possibilidade estabelecida pela IAS 39 de manter estes títulos ao seu custo de aquisição em situações em que este não possa ser mensurado com fiabilidade;
- As alterações de justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria justo valor através de resultados (*fair value option*) serão reconhecidas directamente Outro rendimento integral (*Other comprehensive income*). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em Outro rendimento integral não serão posteriormente transferidos para resultados.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação. Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu controlo sobre a participada. Foi introduzido o conceito de *de facto control*.
Dois principais objectivos foram incluídos nesta norma:
- Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todo as entidades que controla;
- Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 11 - Acordos conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) *Joint operations* e 2) *Joint ventures*.
As principais alterações introduzidas por esta norma foram:
- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o factor crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma *joint venture*, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:
- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e
- Os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 13 - Mensuração do justo valor

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 - Mensuração do justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: 1) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e 2) necessidades de requisitos de divulgação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

IAS 28 - Investimentos em associadas e *Joint ventures*

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 28 - Investimentos em associadas e *Joint ventures* com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelo investidor dos investimentos em associadas e em *joint ventures*, definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para *joint ventures*.

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa *joint venture*, uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011), excepto de foram aplicadas as excepções previstas nessa norma.

A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

IFRS 7 (Alterada) - Divulgações - *Offsetting* de activos e passivos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração ao IFRS 7 - Divulgações - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) - *Offsetting* de activos e passivos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração IAS 32 - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:

- o critério de que uma entidade tem o direito legal de efectuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e
- o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

NOTA 49 – Eventos Subsequentes

- Foi inaugurada a 2 de Janeiro uma nova Sucursal do BES no Luxemburgo, onde a comunidade emigrante portuguesa tem uma presença relevante.
- O Banco Espírito Santo realizou, a 6 de Janeiro e a 17 de Fevereiro de 2012, emissões de dívida garantida pela República Portuguesa no montante de mil milhões de euros e mil e quinhentos milhões de euros, respectivamente, com prazo de três anos e com taxa variável.

Anexo

Adopção das Recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)* e do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)* relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos

(Carta-Circular nos 97/2008/DSB de 3 de Dezembro e Carta Circular nº58/2009/DSB de 5 de Agosto)

O Banco de Portugal, através da Carta Circular nº58/2009/DSB de 5 de Agosto de 2009 reiterou "a necessidade de as instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do *Financial Stability Forum* (FSF), bem como às recomendações do *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS), no que se refere à transparência da informação e à valorização de activos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade" constantes das Cartas-Circulares nos 46/2008/DSB de 15 de Julho de 2008 e 97/2008/DSB de 3 de Dezembro de 2008.

O Banco de Portugal recomenda que seja elaborado um capítulo ou anexo específico nos documentos de prestação de contas exclusivamente dedicado aos aspectos mencionados nas respectivas recomendações do *CEBS* e do *FSF*.

No presente capítulo procurou-se dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal utilizando remissões para a informação apresentada, quer no Relatório de Gestão, quer nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras relativos aos exercícios de 2010 e 2011.

I. Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio

No ponto 3 do Relatório de Gestão, faz-se uma descrição detalhada do modelo de negócio do Grupo. A evolução das principais áreas de negócio (segmentos operacionais) do Grupo é também apresentada na Nota Explicativa 4[1].

2. Estratégias e objectivos

As estratégias e objectivos do Grupo são divulgados no ponto 1.6 do Relatório de Gestão e na Nota Explicativa 45, no ponto relativo aos Planos de Financiamento e de Capitalização (2011—2015). As operações de titularização estão detalhadas na Nota Explicativa 43.

3., 4. e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto 3 do Relatório de Gestão e na Nota Explicativa 4 apresenta-se informação acerca das actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

II. Riscos e Gestão de Riscos

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos incorridos

No ponto 5 do Relatório de Gestão dá-se nota da organização da gestão dos riscos no Grupo BES.

Na Nota 45 é apresentada diversa informação que, em conjunto, permite ao mercado ter uma percepção detalhada sobre os riscos incorridos pelo Grupo e quais os mecanismos de gestão para a sua monitorização e controlo.

III. Impacto do Período de Turbulência Financeira nos Resultados

8.,9., 10 e 11. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados e comparação dos impactos entre períodos

Durante o exercício de 2010, na sequência do aumento dos riscos soberanos, operou-se um alargamento substancial dos prémios de risco com impactos nas seguintes áreas: apuramento de perdas no valor de 117 milhões de euros nos instrumentos de crédito (ponto 6.4 d) do Relatório de Gestão de 2010); registo de reservas de justo valor negativas nos instrumentos de dívida no valor de cerca de 79 milhões de euros (Nota Explicativa 19 às Demonstrações Financeiras de 2010); e encarecimento dos recursos captados que, ao não evoluírem na mesma amplitude das taxas activas (diferencial de 16 pontos base) teve um impacto negativo de, aproximadamente, 110 milhões de euros no resultado financeiro. Apesar destes impactos, sublinha-se a capacidade do Grupo gerar resultados, consequência da gestão activa que realizou sobre os diversos instrumentos financeiros das carteiras de activos de negociação, ao justo valor e disponíveis para venda que totalizaram um ganho de 369 milhões de euros.

Em 2011 a actividade desenvolveu-se num quadro de referência de deterioração da situação económica do país, com impacto no agravamento do risco pelo que o Grupo realizou um reforço total de provisões de 848,3 milhões de euros (+314,7 milhões de euros que no exercício de 2010). A conjuntura dos mercados financeiros e dos riscos soberanos teve também reflexos na reserva de justo valor que sofreu uma redução de 504,5 milhões de euros.

12. Decomposição dos write-downs entre realizados e não realizados

Os proveitos e custos relacionados com os activos e passivos detidos para negociação, dos activos e passivos ao justo valor através de resultados e dos activos disponíveis para venda encontram-se desagregados por instrumento financeiro nas Notas 7 e 8 às demonstrações financeiras. Adicionalmente, os ganhos e perdas não realizados dos activos disponíveis para venda constam das Notas 20 e 39, estando as posições mais significativas desagregadas na Nota 20.

13. Turbulência financeira na cotação das acções do BES

No ponto 1.7 do Relatório de Gestão do exercício de 2011 dá-se nota da evolução da cotação das acções e dos factores que influenciaram o seu desempenho.

14. Risco de perda máxima

No ponto 5 do Relatório de Gestão e na Nota Explicativa 45 divulga-se informação relevante sobre as perdas susceptíveis de serem incorridas em situações de *stress* do mercado.

[1] Para o efeito considerou-se a numeração das Notas Explicativas às Demostrações Financeiras Consolidadas

15. Responsabilidades do Grupo emitidas e resultados

Na Nota Explicativa 44 apresenta-se o impacto, nos resultados, decorrentes da reavaliação da dívida emitida e os métodos utilizados para a determinação do mesmo.

IV. Níveis e Tipos das Exposições Afectadas pelo Período de Turbulência

16. Valor nominal e justo valor das exposições

17. Mitigantes do risco de crédito

18. Informação sobre as exposições do Grupo

No exercício de 2010 e 2011, a turbulência decorreu do agravamento dos riscos soberanos dos países da periferia da Zona Euro.

A exposição do Grupo BES no que se refere a títulos de dívida pública dos países afectados (Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda e Hungria) totalizava, em 31 de Dezembro de 2010, 2286 milhões de euros (Portugal: 1955 milhões de euros; Grécia: 309 milhões de euros (reembolsados em 14 de Janeiro de 2011); Espanha: 21 milhões de euros), à qual estava associada uma reserva de justo valor negativa de 27 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição em relação a títulos de dívida pública dos países referenciados totalizava 2950 milhões de euros (Portugal: 2945 milhões de euros; Espanha: 5 milhões de euros) à qual estava associada uma reserva de justo valor negativa no montante de 124,4 milhões de euros).

O Grupo não detinha, à data, qualquer exposição a títulos de dívida pública italiana, irlandesa, grega e húngara.

19. Movimentos nas exposições entre períodos

Na Nota Explicativa 45 consta informação em que se comparam as exposições aos mercados e os resultados com referência aos exercícios de 2010 e 2011. Considera-se suficiente a informação aí divulgada dado o detalhe e quantificação apresentados.

20. Exposições que não tenham sido consolidadas

Todas as estruturas relacionadas com operações de securitização originadas pelo Grupo encontram-se descritas na Nota 43. Nenhum dos *SPE* foi consolidado por força da turbulência provocada pelos mercados.

21. Exposição a seguradoras *monoline* e qualidade dos activos segurados

O Grupo não tem exposições a seguradoras *monoline*.

V. Políticas Contabilísticas e Métodos de Valorização

22. Produtos estruturados

Estas situações estão desenvolvidas na Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas.

23. *Special Purpose Entities* (*SPE*) e consolidação

As divulgações sobre estas entidades encontram-se referidas nas Nota 2 e Nota 43.

24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Ver comentários ao ponto 16 do presente Anexo. Nas Notas 2 e 44 referem-se as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

VI. Outros Aspectos Relevantes na Divulgação

26. Descrição das políticas e princípios de divulgação

O Grupo BES, no contexto da sua politica de divulgação de informação de natureza contabilística e financeira, visa dar satisfação a todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles instituídos pelas normas contabilísticas em vigor ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado.

Paralelamente, procura alinhar as suas divulgações pelas melhores práticas do mercado, atendendo por um lado, ao custo na captação da informação relevante e, por outro, dos benefícios que a mesma pode proporcionar aos diversos utilizadores.

De entre o conjunto de informação disponibilizada aos seus accionistas, clientes, colaboradores, entidades de supervisão e ao público em geral, destacam-se os Relatórios de Gestão Anual, Semestral e Trimestral, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas e o Relatório de Governo da Sociedade.

Os Relatórios de Gestão e as demonstrações financeiras, que são objecto de divulgação ao mercado com uma periodicidade trimestral, são preparadas tendo por base os *IFRS* que conferem um elevado grau de transparência à informação divulgada bem assim como de comparabilidade com os demais bancos nacionais e internacionais.

O Relatório de Governo da Sociedade proporciona uma visão detalhada sobre a estrutura governativa do Grupo.

O Relatório de Sustentabilidade (parte integrante do Relatório de Gestão Anual) transmite a perspectiva do Grupo em termos de responsabilidade social num contexto dos inúmeros desafios que o mundo actual coloca, sejam ambientais, de carência social ou do domínio da inovação e do empreendorismo.

No ponto III.16 do Relatório de Governo da Sociedade de 2011 encontram-se detalhados todos os meios e formas utilizados pelo Grupo na comunicação com a comunidade financeira, em geral.

3 Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 do **Banco Espírito Santo, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 80.237.372 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 5.604.028 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível aos accionistas do Banco de 108.758 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia ("IFRS"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados;

b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as IFRS seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e,

e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A. Capital Social: 2 840.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e,
- a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco Espírito Santo, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados, e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2012

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)
representada por
Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131)

4 Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria das Contas Consolidadas e Individuais

BANCO ESPIRITO SANTO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comissão de Auditoria
Av. da Liberdade, 195-8º
1250-142 Lisboa

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2011

Exmos. Senhores Accionistas do
Banco Espírito Santo, S.A.

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pela Comissão de Auditoria, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas Sociais, individuais e consolidadas, e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração do **Banco Espírito Santo, S.A.** apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No exercício de 2011, a Comissão de Auditoria acompanhou, nos termos legais, regulamentares e estatutários, a gestão e a evolução dos negócios do **Banco Espírito Santo, S.A.**, tomou conhecimento dos actos de gestão do Conselho de Administração do Banco e apreciou a adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno, de gestão de riscos, e de auditoria interna em vigor.

No âmbito das nossas competências acompanhámos (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte, (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pelo Banco e (iii) a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, funções estas a cargo da KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (KPMG), a qual foi designada pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas do Banco no quadriénio 2008-2011.

CRP 09/01 Mod. 978 - 3.000 ex. - 12/2011

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. Sociedade Aberta. Sede: Avenida da Liberdade, nº 195, 1250-142 Lisboa, nº 500 852 367, de pessoa colectiva e de matrícula, na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Capital Social: € 4.030.282.750,40

BANCO ESPIRITO SANTO

A Comissão de Auditoria tomou, ainda, conhecimento dos termos das Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2011, ambas emitidas com data de 29 de Fevereiro de 2012, sem reservas, e com as quais concordamos.

Procedemos, também, à análise do Relatório de Gestão emitido pelo Conselho de Administração, o qual, em nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade do Banco no exercício de 2011, tanto numa óptica individual como consolidada, satisfazendo os requisitos legais e estatutários aplicáveis.

De acordo com o disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria, abaixo identificados, declaram ainda que, tanto quanto é do seu conhecimento:

a) a informação contida no Relatório de Gestão, nas contas anuais, na certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do **Banco Espírito Santo, S.A.** e das empresas incluídas no perímetro da consolidação,

b) o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral do **Banco Espírito Santo, S.A.** aprove:

a) O Relatório de Gestão, bem como os restantes documentos de prestação de contas, tanto individuais como consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

b) A proposta do Conselho de Administração de aplicação do resultado negativo líquido individual do exercício de 2011, no montante de 133.089.418,85 Euros.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2012

A Comissão de Auditoria

José Manuel Ruivo da Pena (Presidente)

Luis Daun e Lorena

João de Faria Rodrigues

CBP 0021 Mod.079 - 3.000 ex. - 12/2011

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. Sociedade Aberta. Sede: Avenida da Liberdade, nº 195, 1250-142 Lisboa, nº 500 852 360, de pessoa colectiva e de matrícula, na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Capital Social: € 4.030.732.194,40

5 Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

			31.12.2010
	Notas	31.12.2011	Reexpresso
Juros e proveitos similares	4	2 966 191	2 698 091
Juros e custos similares	4	2 312 253	2 035 732
Margem financeira		**653 938**	**662 359**
Rendimentos de instrumentos de capital	5	380 480	319 083
Rendimentos de serviços e comissões	6	625 686	626 386
Encargos com serviços e comissões	6	(155 934)	(146 407)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(309 522)	(282 351)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	16 234	330 410
Resultados de reavaliação cambial	9	254	(15 860)
Resultados de alienação de outros activos	10	(50 000)	(12 101)
Outros resultados de exploração	11	423 660	23 600
Proveitos operacionais		**1 584 796**	**1 505 119**
Custos com pessoal	12	372 815	392 479
Gastos gerais administrativos	14	322 199	344 918
Depreciações e amortizações	26 e 27	86 039	81 687
Provisões líquidas de anulações	34	(19 091)	17 406
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21 e 22	537 861	301 992
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	20 e 23	61 188	66 830
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25, 28 e 29	500 785	57 450
Custos operacionais		**1 861 796**	**1 262 762**
Alienação de subsidiárias e associadas	28	655	-
Resultado antes de impostos		**(276 345)**	**242 357**
Impostos			
Correntes	35	4 278	5 744
Diferidos	35	(147 534)	(62 191)
Resultado líquido do exercício		**(133 089)**	**298 804**
Resultados por acção básicos (em euros)	15	(0,03)	0,26
Resultados por acção diluídos (em euros)	15	(0,03)	0,26

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração do Rendimento Integral dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010 Reexpresso
Resultado líquido do exercício	**(133 089)**	**298 804**
Outro rendimento integral do exercício		
Benefícios de longo prazo	22 908	(77 266)
Pensões - regime transitório	(13 191)	(12 879)
	9 717	**(90 145)**
Activos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas do período	(281 514)	69 282
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do período	61 876	(309 430)
Impostos diferidos	51 701	34 999
	(167 937)	**(205 149)**
	(158 220)	**(295 294)**
Total do rendimento integral do exercício	**(291 309)**	**3 510**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2011	31.12.2010 Reexpresso	01.01.2010 Reexpresso
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	481 371	488 677	1 686 023
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	341 698	262 986	322 297
Activos financeiros detidos para negociação	18	1 783 039	2 077 134	3 344 104
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	19	1 969 331	1 780 171	922 558
Activos financeiros disponíveis para venda	20	14 275 267	12 094 262	7 174 460
Aplicações em instituições de crédito	21	7 928 825	8 472 098	12 048 539
Crédito a clientes	22	39 115 887	41 095 813	40 379 161
Investimentos detidos até à maturidade	23	830 077	1 669 268	2 034 947
Derivados para gestão de risco	24	487 923	499 544	579 895
Activos não correntes detidos para venda	25	767 742	529 586	348 740
Outros activos tangíveis	26	371 947	379 541	402 935
Activos intangíveis	27	118 242	120 190	104 988
Investimentos em subsidiárias e associadas	28	1 754 708	1 776 600	1 700 598
Activos por impostos correntes		1 872	77 669	5 009
Activos por impostos diferidos	35	799 538	660 764	579 915
Outros activos	29	3 059 174	3 350 088	2 486 118
Total de Activo		**74 086 641**	**75 334 391**	**74 120 287**
Passivo				
Recursos de bancos centrais	30	9 232 202	7 391 791	3 378 514
Passivos financeiros detidos para negociação	18	1 605 217	1 658 661	1 361 876
Recursos de outras instituições de crédito	31	11 139 698	13 565 577	11 560 867
Recursos de clientes	32	31 179 373	26 591 014	22 594 175
Responsabilidades representadas por títulos	33	10 163 659	14 054 753	24 984 918
Passivos financeiros associados a activos transferidos		2 951 364	2 043 754	-
Derivados para gestão de risco	24	155 741	277 407	370 338
Provisões	34	581 105	628 489	627 174
Passivos por impostos correntes		15 080	2 871	108 447
Passivos por impostos diferidos	35	123 794	154 794	185 109
Passivos subordinados	36	896 185	2 504 508	3 419 742
Outros passivos	37	871 741	832 674	613 200
Total de Passivo		**68 915 159**	**69 706 293**	**69 204 360**
Capital Próprio				
Capital	38	4 030 232	3 500 000	3 500 000
Prémios de emissão	38	1 076 522	1 080 257	1 080 258
Acções próprias	38	(997)	-	(25 083)
Outros instrumentos de capital	38	244 502	868 193	-
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	39	(45 688)	(119 156)	360 752
Resultado líquido do exercício		(133 089)	298 804	-
Total de Capital Próprio		**5 171 482**	**5 628 098**	**4 915 927**
Total de Passivo e Capital Próprio		**74 086 641**	**75 334 391**	**74 120 287**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração de Alterações no Capital Próprio dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011, 2010 e 2009

(milhares de euros)

					Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral				
	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Outros instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	Total	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (reexpresso)	**3 500 000**	**1 080 258**	**(25 083)**	**-**	**213 390**	**(221 483)**	**(8 093)**	**368 845**	**4 915 927**
Outro rendimento integral:									-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	(205 149)	-	(205 149)	-	(205 149)
Desvios actuariais						(77 266)	(77 266)	-	(77 266)
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	-	(12 879)	(12 879)	-	(12 879)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	298 804	298 804
Total de rendimento integral do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**(205 149)**	**(90 145)**	**(295 294)**	**298 804**	**3 510**
Custos relacionados com o aumento de capital	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Emissão de outros instrumentos de capital (ver Nota 38)	-	-	-	868 193	-	-	-	-	868 193
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	205 667	205 667	(205 667)	-
Dividendos de acções ordinárias [a]	-	-	-	-	-	-	-	(163 178)	(163 178)
Variação de acções próprias	-	-	25 083	-	-	-	-	-	25 083
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Notas 13 e 38)	-	-	-	-	-	366	366	-	366
Liquidação do Plano de incentivos baseado em acções (ver Nota 13 e 38)	-	-	-		-	(22 131)	(22 131)	-	(22 131)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	329	329	-	329
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	**3 500 000**	**1 080 257**	**-**	**868 193**	**8 241**	**(127 397)**	**(119 156)**	**298 804**	**5 628 098**
Outro rendimento integral:									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	(167 937)	-	(167 937)	-	(167 937)
Desvios actuariais	-	-	-	-	-	22 908	22 908	-	22 908
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	-	(13 191)	(13 191)	-	(13 191)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(133 089)	(133 089)
Total de rendimento integral do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**(167 937)**	**9 717**	**(158 220)**	**(133 089)**	**(291 309)**
Aumento de capital	530 232	(3 735)	-	(437 893)	-	54 673	54 673	-	143 277
- emissão de 294 573 418 novas acções	530 232	-	-	-	-	-	-	-	530 232
- troca de instrumentos de capital e acções preferenciais	-	-	-	(437 893)	-	54 673	54 673	-	(383 220)
- custos com aumento de capital	-	(3 735)	-	-	-	-	-	-	(3 735)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	151 849	151 849	(151 849)	-
Compra de Outros instrumentos de capital	-	-	-	(185 798)	-	50 975	50 975	-	(134 823)
Dividendos de acções ordinárias [a]	-	-	-	-	-	-	-	(146 955)	(146 955)
Variação de acções próprias	-	-	(997)	-	-	-	-	-	(997)
Juros de outros instrumentos de capital [b]	-	-	-	-	-	(12 424)	(12 424)	-	(12 424)
Dividendos de Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(11 351)	(11 351)	-	(11 351)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	(2 034)	(2 034)	-	(2 034)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	**4 030 232**	**1 076 522**	**(997)**	**244 502**	**(159 696)**	**114 008**	**(45 688)**	**(133 089)**	**5 171 482**

(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,126 e 0,14 euros pagos às acções em circulação em 2011 e 2010, respectivamente

(b) Corresponde a um juro condicionado pago semestralmente e calculado com base numa taxa anual de 8,5% (para as emissões em euros) e 8,0% (para as emissões em dólares) - (ver Nota 38)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2011	31.12.2010
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		2 874 954	2 693 663
Juros e custos pagos		(2 323 290)	(1 933 786)
Serviços e comissões recebidas		645 587	648 813
Serviços e comissões pagas		(166 362)	(164 176)
Recuperações de créditos		26 439	19 098
Contribuições para o fundo de pensões		(76 020)	(55 574)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(121 340)	(1 384 536)
		859 968	**(176 498)**
Variação nos activos e passivos operacionais			
Aplicações em/ Recursos de bancos centrais		3 061 270	490 020
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(258 031)	479 969
Aplicações em instituições de crédito		(658 378)	3 580 572
Recursos de instituições de crédito		(2 414 905)	5 977 060
Crédito a clientes		1 843 886	596 943
Recursos de clientes e outros empréstimos		4 510 808	3 916 232
Derivados para gestão do risco		(152 397)	(70 899)
Outros activos e passivos operacionais		(302 190)	(206 827)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		**6 490 031**	**14 586 572**
Impostos sobre os lucros pagos		84 963	(183 980)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		**6 574 994**	**14 402 592**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(325 278)	(76 964)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		2 953	925
Dividendos recebidos		380 480	319 083
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(45 542 686)	(37 414 562)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		43 217 784	32 836 242
Investimentos detidos até à maturidade		821 222	362 886
Compra de imobilizações		(71 697)	(70 260)
Venda de imobilizações		49	796
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		**(1 517 173)**	**(4 041 854)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissões de Outros intrumentos de capital		-	868 193
Emissão de obrigações de caixa e outros passivos titulados		218 104	(3 584 147)
Reembolso de obrigações de caixa e outros passivos titulados		(3 882 285)	(7 383 271)
Emissão de passivos subordinados		8 174	80 000
Reembolso de passivos subordinados		(1 138 240)	(982 200)
Juros de outros instrumentos de capital		(28 411)	-
Acções próprias		(997)	25 083
Dividendos de acções ordinárias pagos		(146 955)	(163 178)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		**(4 970 610)**	**(11 139 520)**
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		**87 211**	**(778 782)**
Caixa e equivalentes no início do período		609 048	1 375 685
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		5 266	12 145
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		87 211	(778 782)
Caixa e equivalentes no fim do período		**701 525**	**609 048**
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	16	202 699	190 490
Disponibilidades em Bancos Centrais	16	278 672	298 187
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória		(121 544)	(142 615)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	341 698	262 986
Total		**701 525**	**609 048**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Banco Espírito Santo

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

NOTA 1 – Actividade

O Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a actividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de Julho de 1999 passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo, S.A.

O BES é uma sociedade anónima que se encontra cotada na NYSE Euronext Lisbon.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPAR SGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62 em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O BES dispõe de uma rede de 703 balcões (31 de Dezembro de 2010: 731), incluindo sucursais no exterior em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde e Venezuela, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 13 escritórios de representação no estrangeiro.

NOTA 2 – Principais Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de Apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BES agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2010. Contudo, em 2011 o Banco alterou a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais decorrentes dos planos de pensões de benefício definido tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 'Benefícios a empregados', como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral. Anteriormente a esta alteração, os desvios actuariais eram diferidos em balanço e reconhecidos em resultados com base no método do corredor previsto no parágrafo 92 do IAS 19. Os impactos desta alteração de política contabilística podem ser analisados na Nota 46.

Adicionalmente e tal como descrito na Nota 47, o Banco adoptou na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2011, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adoptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2011 não teve um efeito material nas contas do Banco.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na nota 47.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 29 de Fevereiro de 2012.

2.2. Operações em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3. Instrumentos Financeiros Derivados e Contabilidade de Cobertura

Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Banco detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros activos (ver Nota 29) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

Contabilidade de cobertura

- **Critérios de classificação**

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

(i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
(ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
(iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
(iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- **Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)**

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- **Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)**

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a Clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O Banco, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.3. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.5.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflicta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.5. Outros Activos Financeiros

Classificação

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- **Activos financeiros ao justo valor através dos resultados**

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 24 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- **Investimentos detidos até à maturidade**

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- **Activos financeiros disponíveis para venda**

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos

investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Activos Cedidos com Acordo de Recompra e Empréstimos de Títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7. Passivos Financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.8. Garantias Financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Banco normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.9. Instrumentos de Capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.10. Compensação de Instrumentos Financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Activos Não Correntes Detidos para Venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Banco) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua actividade corrente de concessão de crédito o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Banco procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento ou à prossecução do seu objecto social (nº1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

O Banco tem como objectivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de Mercado
O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtido através de prospecção de mercado realizada na zona.

b) Método do Rendimento
Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do Custo
O Método do Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indirectos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados.

2.12. Outros Activos Tangíveis

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Números de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.13. Activos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.14. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- **Como locatário**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- **Como locador**

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.15. Benefícios aos Empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recalculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma e utilizado na preparação das demonstrações financeiras até ao corrente exercício. Em 2011, e conforme descrito na Nota 46, o Banco alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 'Benefícios a empregados', como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A taxa de rendimento esperada é baseada nos pressupostos de rentabilidade de longo prazo para cada classe de activos que compõem a carteira dos fundos de pensões e pondera a estratégia de investimento determinada para estes fundos.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Os custos com serviços passados associados à introdução de um plano de benefício definido ou de alterações introduzidas nos planos existentes, são diferidos durante o período até que os mesmos se tornam de direito adquirido.

Em cada período o Banco reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Semestralmente, o Banco avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2010 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2012, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização pode ter a duração de sete anos.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão desde 2008, cobertas pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2011 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2014.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado semestralmente, à data do balanço, pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Sistema de Incentivos Baseado em Acções (SIBA)

O BES estabeleceu um plano de incentivos baseado em acções (SIBA), que terminou em Dezembro de 2010. Este plano consistia na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que podia variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados tinham a obrigatoriedade de manter as acções, após o qual as podiam vender no mercado, mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida que tinham perante o Banco ou, alternativamente, podiam vendê-las ao BES pelo custo de aquisição.

As acções detidas pelos trabalhadores no âmbito do SIBA foram contabilizadas como acções próprias, sendo este plano de incentivos enquadrável no âmbito do IFRS 2 – Pagamento com base em acções como um pagamento baseado em acções com liquidação física.

Para cada programa, os pagamentos baseados em acções com liquidação física, eram avaliados na data da concessão e o justo valor reconhecido, ao longo da vida do programa, como um custo do exercício, com o correspondente aumento dos capitais próprios. Anualmente, o montante reconhecido como custo foi ajustado de forma a reflectir o número actual de operações vivas. Variações subsequentes no justo valor dos instrumentos de capital concedidos aos trabalhadores não eram reconhecidas.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

O BES estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2011), que terminou no primeiro semestre de 2011.

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BES tinham o direito ao recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores tinham de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadrava-se no âmbito do IFRS 2 – Pagamento com base em acções e correspondia a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, foi imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante era reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de Accionistas de 6 de Abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de acções. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre acções com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

A execução do PRVIF no que respeita ao total das remunerações em dinheiro, número de acções e de opções a atribuir a cada elemento da Comissão Executiva é fixado através de deliberações da Comissão de Vencimentos.

No que respeita à modalidade de atribuição de acções do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, igualmente pela Comissão de Vencimentos, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das acções do BES na NYSE Euronext Lisbon ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O PRVIF prevê a possibilidade da atribuição de opções sobre acções do BES aos seus quadros de topo, entendidos como os directores gerais, os assessores do Conselho de Administração e os directores coordenadores. As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração aos beneficiários em moldes idênticos ao referido para o programa de opções dos membros da Comissão Executiva.

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19).

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração, são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.16. Impostos sobre Lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.17. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.18. Reconhecimento de Juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19. Reconhecimento de Rendimentos de Serviços e Comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.20. Reconhecimento de Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21. Reporte por Segmentos

De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.22. Resultados por Acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.23. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, as disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

NOTA 3 – Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Justo Valor dos Instrumentos Financeiros Derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por Imparidade no Crédito sobre Clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4., tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4. Investimentos Detidos até à Maturidade

O Banco classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5. Impostos sobre os Lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6. Pensões e Outros Benefícios a Empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 – Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito	1 766 582	16 583	1 783 165	1 425 800	21 220	1 447 020
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	50 998	50 998	-	170 715	170 715
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	229 297	2 572	231 869	160 564	16 163	176 727
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	368 896	-	368 896	157 471	-	157 471
Juros de investimentos detidos até à maturidade	41 948	-	41 948	50 536	-	50 536
Juros de derivados para gestão de risco	188 800	289 883	478 683	-	685 791	685 791
Outros juros e proveitos similares	10 632	-	10 632	9 831	-	9 831
	2 606 155	**360 036**	**2 966 191**	**1 804 202**	**893 889**	**2 698 091**
Juros e custos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	498 297	15 432	513 729	330 067	8 403	338 470
Juros de responsabilidades representadas por títulos	397 266	103 155	500 421	446 357	158 756	605 113
Juros de recursos de clientes	787 847	33 167	821 014	312 636	60 177	372 813
Juros de passivos subordinados	71 680	-	71 680	135 848	-	135 848
Juros de derivados para gestão de risco	153 074	252 335	405 409	-	583 488	583 488
	1 908 164	**404 089**	**2 312 253**	**1 224 908**	**810 824**	**2 035 732**
	697 991	**(44 053)**	**653 938**	**579 294**	**83 065**	**662 359**

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros dos derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.3 e 2.18, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.4, 2.5 e 2.7.

NOTA 5 – Rendimentos de Instrumentos de Capital

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Dividendos de empresas subsidiárias e associadas	372 070	293 622
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	8 410	25 461
	380 480	**319 083**

NOTA 6 – Resultados de Serviços e Comissões

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	327 244	337 035
Por garantias prestadas	193 904	166 345
Por operações realizadas com títulos	5 520	6 077
Por compromissos perante terceiros	43 314	42 808
Outros rendimentos de serviços e comissões	55 704	74 121
	625 686	**626 386**
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	61 495	60 284
Por operações realizadas com títulos	9 688	10 190
Por garantias recebidas	71 232	57 418
Outros encargos com serviços e comissões	13 519	18 515
	155 934	**146 407**
	469 752	**479 979**

NOTA 7 – Resultados de Activos e Passivos ao Justo Valor Através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	**Custos**	**Total**	**Proveitos**	**Custos**	**Total**
Títulos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	7 303	23 560	(16 257)	67 666	129 208	(61 542)
De outros emissores	15 915	17 591	(1 676)	12 128	12 981	(853)
Acções	1 067	477	590	382	5 478	(5 096)
Outros títulos de rendimento variável	182	557	(375)	5 023	9 116	(4 093)
	24 467	**42 185**	**(17 718)**	**85 199**	**156 783**	**(71 584)**
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	682 834	741 966	(59 132)	1 199 309	1 337 626	(138 317)
Contratos sobre taxas de juro	4 057 793	4 018 899	38 894	4 856 205	4 878 669	(22 464)
Contratos sobre acções/índices	1 503 031	1 537 295	(34 264)	918 903	931 636	(12 733)
Contratos sobre créditos	671 880	669 477	2 403	468 365	451 600	16 765
Outros	60 695	24 557	36 138	367 364	377 303	(9 939)
	6 976 233	**6 992 194**	**(15 961)**	**7 810 146**	**7 976 834**	**(166 688)**
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	217	8	209
De outros emissores	95 055	108 488	(13 433)	147 194	204 118	(56 924)
Acções	5 027	357	4 670	1 064	3	1 061
Outros títulos de rendimento variável	76 382	343 179	(266 797)	147 523	193 614	(46 091)
	176 464	**452 024**	**(275 560)**	**295 998**	**397 743**	**(101 745)**
Outros activos financeiros [1]						
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	479	715	(236)
Crédito a clientes	24 331	26 463	(2 132)	24 984	27 196	(2 212)
	24 331	**26 463**	**(2 132)**	**25 463**	**27 911**	**(2 448)**
Passivos financeiros [1]						
Recursos de instituições de crédito	31 444	57 878	(26 434)	164 702	117 697	47 005
Recursos de clientes	306 737	265 320	41 417	79 036	105 555	(26 519)
Débitos representados por títulos	38 607	51 741	(13 134)	103 067	60 533	42 534
Outros passivos subordinados	-	-	-	11 877	14 783	(2 906)
	376 788	**374 939**	**1 849**	**358 682**	**298 568**	**60 114**
	577 583	**853 426**	**(275 843)**	**680 143**	**724 222**	**(44 079)**
	7 578 283	**7 887 805**	**(309 522)**	**8 575 488**	**8 857 839**	**(282 351)**

(1) Inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica inclui um efeito positivo de 48,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: efeito positivo de 78,7 milhões de euros) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Banco.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Banco, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Banco reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso do Banco ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

Em 2011, os ganhos reconhecidos em resultados decorrentes desta situação, os quais relacionam-se essencialmente com operações cambiais, ascenderam a cerca de 2 196 milhares de euros (2010: proveitos de 10 446 milhares de euros).

NOTA 8 – Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	**Custos**	**Total**	**Proveitos**	**Custos**	**Total**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	12 480	10 490	1 990	15 315	19 360	(4 045)
De outros emissores	9 699	45 898	(36 199)	10 270	14 786	(4 516)
Acções	80 590	35 515	45 075	349 692	13 987	335 705
Outros títulos de rendimento variável	9 071	3 703	5 368	11 010	7 744	3 266
	111 840	**95 606**	**16 234**	**386 287**	**55 877**	**330 410**

Durante o exercício de 2011, o BES alienou em bolsa e a preços de mercado 11,9 milhões de acções da Bradesco tendo obtido uma mais-valia de 63,1 milhões de euros.

Durante o exercício de 2010, o BES alienou em bolsa e a preços de mercado 52,5 milhões de acções da Bradesco tendo obtido uma mais-valia de 282,2 milhões de euros.

As transacções com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 41.

NOTA 9 – Resultados de Reavaliação Cambial

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	**Custos**	**Total**	**Proveitos**	**Custos**	**Total**
Reavaliação cambial	1 118 844	1 118 590	254	1 311 405	1 327 265	(15 860)
	1 118 844	**1 118 590**	**254**	**1 311 405**	**1 327 265**	**(15 860)**

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

NOTA 10 – Resultados de Alienação de Outros Activos

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Créditos a clientes	(50 427)	(7 846)
Activos não correntes detidos para venda	(4 719)	(12 956)
Outros	5 146	8 701
	(50 000)	**(12 101)**

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Crédito a clientes inclui uma perda de 42,0 milhões de euros relativa à venda de 1,3 mil milhões de créditos realizada no âmbito da estratégia de redução de activos do Banco (*deleverage*).

NOTA 11 – Outros Resultados de Exploração

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Prestação de serviços diversos	10 045	13 550
Proveitos não recorrentes em operações de crédito	26 439	19 098
Impostos directos e indirectos	(35 205)	(5 008)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(4 673)	(4 199)
Quotizações e donativos	(4 259)	(4 931)
Ganhos/ (Perdas) na aquisição de dívida emitida pelo banco	556 008	(4 092)
Perda decorrente da transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento [(a)]	(105 744)	-
Outros	(18 951)	9 182
	423 660	**23 600**

(a) Ver Nota 13 - Benefícios a empregados

Os impostos directos e indirectos incluem 28,7 milhões de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário, criada através da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (ver Nota 35).

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Outros inclui um custo de 21,0 milhões de euros relativos ao Sistema de Indemnização aos Investidores.

NOTA 12 – Custos com Pessoal

O valor dos custos com pessoal é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Vencimentos e salários	273 483	294 238
Remunerações	273 105	290 802
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	378	3 436
Encargos sociais obrigatórios	71 827	51 503
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 13)	18 091	37 938
Outros custos	9 414	8 800
	372 815	**392 479**

Em 31 de Dezembro de 2011, incluído em outros custos encontra-se o valor de 1 792 milhares de euros relativos ao Plano de Remuneração Variável - PRVIF e o montante de 1 411 milhares de euros relativos ao Plano de pagamento de remuneração variável – PPRV (31 de Dezembro de 2010: 3 387 milhares de euros), conforme política contabilística descrita na Nota 2.15. Em 31 de Dezembro de 2010, os outros custos incluíam também 515 milhares de euros relativos ao Plano de Incentivo Baseado em Acções – SIBA. Os detalhes destes planos são analisados na Nota 13.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	Conselho de Administração			Comissão de Auditoria	Outro Pessoal Chave da Gestão	Total
	Comissão Executiva	Outros Elementos	Total			
31 de Dezembro de 2011						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	4 621	134	4 755	739	3 139	8 633
Remunerações variáveis	2 372	397	2 769	-	421	3 190
Sub total	**6 993**	**531**	**7 524**	**739**	**3 560**	**11 823**
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	6 011	60	6 071	2	661	6 734
Outras remunerações e prémios de antiguidade	210	-	210	-	151	361
Total	**13 214**	**591**	**13 805**	**741**	**4 372**	**18 918**
31 de Dezembro de 2010						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	4 629	134	4 763	739	3 112	8 614
Remunerações variáveis	3 810	431	4 241	-	922	5 163
Sub total	**8 439**	**565**	**9 004**	**739**	**4 034**	**13 777**
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	4 172	59	4 231	17	639	4 887
Outras remunerações e prémios de antiguidade	51	-	51	-	109	160
Total	**12 662**	**624**	**13 286**	**756**	**4 782**	**18 824**

Considera-se "Outro pessoal chave da gestão" os Directores Gerais e os Assessores do Conselho de Administração do BES.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor do crédito concedido pelo BES ao pessoal chave da gestão ascendia a 16 117 milhares de euros 16 495 milhares de euros, respectivamente.

O número de colaboradores do Banco, considerando os efectivos e os contratados a termo, apresenta a seguinte decomposição por categoria profissional:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Funções directivas	588	590
Funções de chefia	845	862
Funções específicas	2 640	2 628
Funções administrativas e outras	2 631	2 670
	6 704	**6 750**

NOTA 13 – Benefícios a Empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo. Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.º 1-A / 2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um diferencial, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010, sendo este diferencial diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afecta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respectivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e, no exercício de 2009, o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	31.12.2011	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Pressupostos Financeiros				
Taxas de evolução salarial	2,25%	3,25%	1,10%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,75%	(0,70%)	0,20%
Taxas de rendimento do fundo	5,50%	5,50%	(7,32%)	2,17%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%	-	-
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação				
Tábua de Mortalidade				
Homens		TV 73/77 (ajustada)		
Mulheres		TV 88/90		
Métodos de valorização actuarial		*Project Unit Credit Method*		

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Activos	5 628	5 909
Reformados e sobreviventes	5 638	5 616
Total	**11 266**	**11 525**

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com pensões de reforma		
Pensionistas	(339 919)	(1 274 038)
Activos	(589 572)	(755 599)
	(929 491)	**(2 029 637)**
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Pensionistas	(47 667)	(69 311)
Activos	(48 281)	(40 520)
	(95 948)	**(109 831)**
Total das responsabilidades	**(1 025 439)**	**(2 139 468)**
Coberturas		
Saldo dos Fundos	**1 116 693**	**2 139 598**
Activos líquidos em balanço (ver Nota 29)	91 254	130
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	897 170	929 432
Regime transitório	26 300	41 646

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.15 – Benefícios aos empregados, o Banco procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.15 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Banco avalia à data de cada balanço a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Pensões de reforma	**Benefícios de saúde**	**Total**	**Pensões de reforma**	**Benefícios de saúde**	**Total**
Responsabilidades no início do período	**2 029 637**	**109 831**	**2 139 468**	**1 960 721**	**104 772**	**2 065 493**
Custo do serviço corrente	13 141	1 426	14 567	32 714	2 010	34 724
Custo dos juros	107 239	6 040	113 279	106 398	5 705	112 103
Contribuições dos participantes	3 062	-	3 062	3 029	-	3 029
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício:	-	-	-	-	-	
- Alteração de pressupostos	(171 123)	(11 251)	(182 374)	-	-	-
- (Ganhos) e perdas de experiência	(110 785)	3 251	(107 534)	21 627	3 251	24 878
Pensões/ benefícios pagos pelo fundo	(105 438)	(5 930)	(111 368)	(104 160)	-	(104 160)
Benefícios pagos pelo Banco	-	-	-	-	(5 907)	(5 907)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	(843 036)	-	(843 036)	-	-	-
Diferenças cambiais e outros	6 794	(7 419)	(625)	9 308	-	9 308
Responsabilidades no final do exercício:	**929 491**	**95 948**	**1 025 439**	**2 029 637**	**109 831**	**2 139 468**

No âmbito do terceiro acordo tripartido mencionado acima e da consequente transmissão para a Segurança Social da responsabilidade pelas pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, verificou-se uma redução de responsabilidades, mensuradas com base nos pressupostos actuariais utilizados na preparação das demonstrações financeiras e consistentes com o IAS 19, no montante de 843,0 milhões de euros.

Contudo, no âmbito do acordo estabelecido, o valor dos activos a ceder ao Estado como contrapartida pela transferência das pensões em pagamento foi determinado numa óptica de liquidação uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades e correspondeu ao valor das mesmas, determinado com base numa taxa de desconto de 4% (em vez da taxa de 5,5% utilizada para efeitos da preparação das demonstrações financeiras). Assim, o montante a pagar pelo Banco ao Estado ascendeu a 948,8 milhões de euros, o que implicou o reconhecimento de um custo em resultados no ano de 2011 de 105,7 milhões de euros, correspondente ao diferencial das taxas de desconto referidas.

Do montante total a pagar no valor de 948,8 milhões de euros, cerca de 843,0 milhões de euros foram assumidos pelo Fundo de Pensões e 105,7 milhões de euros directamente pelo Banco. No final de Dezembro de 2011 foi efectuado o pagamento de 55% do montante do montante a liquidar, devendo o remanescente ser pago no primeiro semestre de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2011, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 14,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 16,9 milhões de euros) e um acréscimo no custo do período (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 1,0 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 1,2 milhões de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo dos fundos no início do exercício	**2 139 598**	**2 137 129**
Rendimento real do fundo	(148 049)	42 396
Contribuições do Banco	76 020	55 574
Contribuições dos empregados	3 062	3 029
Pensões pagas pelo fundo	(111 368)	(110 067)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	(843 036) [1]	-
Diferenças cambiais e outros	466	11 537
Saldo dos fundos no final do exercício	**1 116 693**	**2 139 598**

(1) 55% deste valor foi pago ao Estado no exercício de 2011, estando o remanescente reconhecido como um passivo no fundo, a liquidar em 2012.

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Acções	350 187	738 657
Obrigações	113 853	410 374
Imóveis	657 856	477 677
Outros	374 163	512 890
Valores a entregar à Segurança Social	(379 366)	-
Total	**1 116 693**	**2 139 598**

Os activos dos fundos de pensões utilizados pelo Banco ou representativos de títulos emitidos pelo Banco são detalhados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Acções	-	37 895
Obrigações	-	1 006
Imóveis	211 458	162 781
Total	**211 458**	**201 682**

Em 31 de Dezembro de 2010, as acções detidas pelos fundos de pensões incluem 13,2 milhões de acções do BES.

Durante o exercício de 2011 foram alienadas 18 520 e 4 830 milhares de unidades de participação dos fundos Fungepi e Fungere aos fundos de pensões do Grupo, por um valor global de 80,0 milhões de euros, não tendo incorrido em qualquer ganho ou perda relevante. Durante o exercício de 2010 não houve qualquer transacção com o fundo de pensões (ver nota 41).

A evolução dos desvios actuariais em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Desvios actuariais no início do período	**929 432**	**838 061**
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício		
- Alteração de pressupostos	(182 374)	-
- (Ganhos) e perdas de experiência	150 270	91 371
Outros	(158)	-
Desvios actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	**897 170**	**929 432**

A evolução do valor do regime transitório pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo no início do exercício	**41 646**	**56 990**
Amortização por reservas	(15 346)	(15 344)
Saldo no final do exercício	**26 300**	**41 646**

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser decompostos como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Custo do serviço corrente	14 567	34 724
Custo dos juros	113 279	112 103
Rendimento esperado do fundo	(109 755)	(108 889)
Custos do período	**18 091**	**37 938**

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
No início do período	**41 776**	**128 628**
Custo do período	(18 091)	(37 938)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	32 265	(91 371)
Amortização do regime transitório (por reservas)	(15 346)	(15 344)
Contribuições pagas pelo Banco	76 020	55 574
Outros	930	2 227
No final do período	**117 554**	**41 776**

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos nos últimos 5 anos é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007
Responsabilidades					
Pensões de reforma	(929 491)	(2 029 637)	(1 960 721)	(1 904 807)	(1 918 221)
Benefícios de saúde	(95 948)	(109 831)	(104 772)	(103 408)	(107 297)
	(1 025 439)	**(2 139 468)**	**(2 065 493)**	**(2 008 215)**	**(2 025 518)**
Saldo dos fundos	1 116 693	2 139 598	2 137 129	2 002 889	2 180 186
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	**91 254**	**130**	**71 636**	**(5 326)**	**154 668**
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades					
Pensões de reforma	(110 785)	21 627	50 894	23 994	43 061
Benefícios de saúde	3 251	3 251	1 622	53	(1 813)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo					
	257 804	66 493	(87 618)	712 145	(158 566)

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

Na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos designado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2011).

Este programa de incentivos consistia na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontrava indexada à eventual valorização das acções BES entre a "data inicial de referência" e a "data final de referência". Tal retribuição, em dinheiro, seria apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não era um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de ínicio do PPRV	Após aumento de capital realizado em 2009 [a]
Data inicial de referência	02-Jun-2008	
Data final de referência	02-Jun-2011	
Direitos atribuidos [a]	3 937 250	6 524 516
Preço de referência [a]	11,00	6,64
Taxa de Juro	5,22%	
Volatilidade	33,5%	
Valor inicial do plano (mil euros)	9 821	

a) Inclui o ajustamento do efeito de diluição decorrente do aumento de capital realizado durante o exercício de 2009

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.15, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 9 821 milhares de euros, foi sendo reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base, foi registado no exercício de 2011 um custo de 1 411 milhares de euros (exercício de 2010: 3 387 milhares de euros). A variação do justo valor ao longo do prazo do programa foi reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras. À data de 31 de Dezembro de 2011, este plano encontrava-se extinto.

Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)

Na sequência das recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, na Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 foi aprovada uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os restantes 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de acções. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre acções com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

No que respeita à modalidade de atribuição de acções do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das acções do BES na NYSE Euronext Lisbon ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PRVIF
Data inicial de referência	11/04/12
Data final de referência	14/03/31
Número de acções atribuídas	2 250 000
Preço de exercício (euros)	3,47
Taxa de Juro	2,31%
Volatilidade	40,0%
Valor inicial do plano (mil euros)	1 130

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19), tendo sido registado no exercício de 2011 um custo de 2 631 mil euros para remunerações variáveis (dos quais 286 milhares de euros respeitam à amortização do prémio inicial das opções atribuídas, por contrapartida do passivo).

Prémio por Antiguidade

Conforme referido na Nota 2.15, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades assumidas pelo Banco ascendem a 24 947 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 26 969 milhares de euros) (ver Nota 37). Os custos reconhecidos no período com o prémio por antiguidade foram de 378 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 3 436 milhares de euros).

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

NOTA 14 – Gastos Gerais Administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Rendas e alugueres	48 016	50 216
Publicidade e publicações	26 873	35 718
Comunicações e expedição	24 859	25 907
Conservação e reparação	13 985	14 454
Deslocações e representação	17 206	23 522
Água, energia e combustíveis	8 859	8 977
Transporte de valores	7 519	7 821
Material de consumo corrente	3 889	4 189
Serviços Informáticos	56 889	56 349
Mão-de-obra eventual	5 753	6 420
Trabalho independente	5 055	5 224
Sistema electrónico de pagamentos	11 999	12 366
Estudos e consultas	12 381	14 615
Judiciais, contencioso e notariado	16 822	18 494
Consultores e auditores externos	6 791	3 521
Segurança e vigilância	4 089	3 964
Outros custos	51 214	53 161
	322 199	**344 918**

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, formação, tratamento de valores e custos com serviços prestados pelo Agrupamento Complementar de Empresas (ACE).

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até um ano	7 266	6 362
De um a cinco anos	10 779	7 718
	18 045	**14 080**

Os honorários facturados durante o exercício de 2011 e 2010 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artº 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Revisão legal das contas anuais	907	966
Outros serviços de garantia de fiabilidade	927	542
Consultoria fiscal	430	369
Outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria	544	834
Valor total dos serviços facturados	**2 808**	**2 711**

NOTA 15 – Gastos Gerais Administrativos

Resultados por Acção Básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco [1]	**(39 905)**	**298 804**
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	1 187 255	1 166 667
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	(257)	(1 243)
Número médio de acções ordinárias em circulação (milhares)	**1 186 998**	**1 165 424**
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	**(0,03)**	**0,26**

(1) Corresponde ao resultado líquido do período ajustado da remuneração das obrigações perpétuas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas), assim como os ganhos e perdas realizados registados em reservas.

Resultados por Acção Diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos, na medida em que as acções subjacentes ao PRVIF não têm um efeito diluidor.

NOTA 16 – Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	202 699	190 490
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	108 744	112 037
Outros bancos centrais	169 928	186 150
	278 672	298 187
	481 371	**488 677**

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 108 744 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 112 037 milhares de euros), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1745/2003 do Banco Central Europeu, de 12 de Setembro de 2003, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2011 a taxa de remuneração média destes depósitos era de 1,25% (31 de Dezembro de 2010: 1,00%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2011 foi incluído no período de manutenção de 14 de Dezembro de 2011 a 17 de Janeiro de 2012, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 565 milhões de euros.

Através do comunicado do BCE de 8 de Dezembro de 2011, vertido no Regulamento BCE/2011/26, o coeficiente de reservas mínimas obrigatórias passou para 1% para os períodos com início em 18 de Janeiro de 2012.

NOTA 17 – Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	141 122	177 696
Depósitos à ordem	135 818	43 746
	276 940	**221 442**
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	64 758	41 544
	64 758	**41 544**
	341 698	**262 986**

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

NOTA 18 – Activos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Activos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	123 852	594 111
De outros emissores	6 037	29 550
Acções	12 248	1 916
	142 137	**625 577**
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 640 902	1 451 557
	1 783 039	**2 077 134**
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1 605 217	1 538 108
Vendas a descoberto	-	120 553
	1 605 217	**1 658 661**

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Banco, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço. Caso os mesmo sejam vendidos, o Banco reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos activos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda.

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos títulos detidos por prazos de maturidade é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	3 435	390 029
De 3 meses a um ano	118 132	5 181
De um a cinco anos	7 109	174 325
Mais de cinco anos	1 213	50 154
Duração indeterminada	12 248	5 888
	142 137	**625 577**

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	123 852	-	123 852	594 111	-	594 111
De outros emissores	3 984	2 053	6 037	25 276	4 274	29 550
Acções	12 248	-	12 248	1 916	-	1 916
	140 084	**2 053**	**142 137**	**621 303**	**4 274**	**625 577**

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição a dívida pública de países "periféricos" da zona euro é apresentada na Nota 44 – Gestão dos riscos de actividade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 40.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	762 472	16 715	13 609	917 198	39 113	24 230
- vendas	759 373			903 514		
Currency Swaps						
- compras	2 211 621	11 796	11 502	3 796 442	9 782	9 977
- vendas	2 200 959			3 808 087		
Currency Futures [a]	474	-	-	-	-	-
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	181 919	38 131	25 975	1 591 672	131 310	110 102
- vendas	170 685			1 570 853		
Currency Options	2 515 101	85 600	83 836	5 044 392	120 040	153 087
	8 802 604	**152 242**	**134 922**	**17 632 158**	**300 245**	**297 396**
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	380 000	1 047	1 982	1 124 000	408	197
Interest Rate Swaps	42 814 469	1 214 107	1 187 902	53 309 662	896 514	913 160
Swaption - Interest Rate Options	2 406 936	5 003	5 157	2 373 426	4 893	3 502
Interest Rate Caps & Floors	3 374 871	31 106	27 772	4 854 709	42 948	32 598
Future Options [a]	-	-	-	29 458 165	-	-
	48 976 276	**1 251 263**	**1 222 813**	**91 119 962**	**944 763**	**949 457**
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	763 733	31 145	63 432	489 205	16 732	50 581
Equity / Index Options	2 642 705	63 510	101 413	4 003 843	135 817	197 859
Equity / Index Futures [a]	10 016	-	-	311 769	-	-
Future Options [a]	32 089	-	-	5 242 778	-	-
	3 448 543	**94 655**	**164 845**	**10 047 595**	**152 549**	**248 440**
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	3 380 947	142 742	82 637	3 290 772	54 000	42 815
Total	**64 608 370**	**1 640 902**	**1 605 217**	**122 090 487**	**1 451 557**	**1 538 108**

a) Derivados negociados em mercados organizados, cujo valor de mercado é liquidado diariamente em resultados por contrapartida da conta margem.

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos instrumentos financeiros derivados de negociação, por prazos de vencimento, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011		31.12.2010	
	Nocional	Justo valor líquido	Nocional	Justo valor líquido
Até 3 meses	8 450 988	6 114	54 643 562	13 525
De 3 meses a um ano	9 852 768	(58 092)	8 012 141	(38 726)
De um a cinco anos	16 898 222	21 345	25 257 256	(68 535)
Mais de cinco anos	29 406 392	66 318	34 177 528	7 185
	64 608 370	**35 685**	**122 090 487**	**(86 551)**

NOTA 19 – Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	178 140	655 730
Acções e outros títulos de rendimento variável	1 791 191	1 124 441
	1 969 331	**1 780 171**

A opção do Banco para designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Banco, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	385 529	124 171
De 3 meses a um ano	60 725	62 327
De um a cinco anos	1 236 325	735 747
Mais de cinco anos	56 741	695 267
Duração indeterminada	230 011	162 659
	1 969 331	**1 780 171**

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	355	177 785	178 140	196 508	459 222	655 730
Acções e outros títulos de rendimento variável	13 718	1 777 473	1 791 191	15 143	1 109 298	1 124 441
	14 073	**1 955 258**	**1 969 331**	**211 651**	**1 568 520**	**1 780 171**

NOTA 20 – Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo[1]	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	2 905 936	9	(123 705)	-	2 782 240
De outros emissores	10 794 469	34 518	(145 738)	(8 775)	10 674 474
Acções	297 698	25 740	(10 004)	(95 093)	218 341
Outros títulos de rendimento variável	619 980	8 776	(3 083)	(25 461)	600 212
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	**14 618 083**	**69 043**	**(282 530)**	**(129 329)**	**14 275 267**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1 742 165	270	(26 212)	(1)	1 716 222
De outros emissores	9 372 403	15 128	(69 062)	(15 045)	9 303 424
Acções	315 316	91 664	(15 443)	(71 795)	319 742
Outros títulos de rendimento variável	770 487	23 633	(5 809)	(33 437)	754 874
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	**12 200 371**	**130 695**	**(116 526)**	**(120 278)**	**12 094 262**

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição nesta rubrica a dívida pública de países "periféricos" da zona euro é apresentada na Nota 44 – Gestão dos riscos de actividade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 40. Em 31 de Dezembro de 2011, a carteira de títulos detidos para venda inclui o montante de 306,4 milhões de euros referentes a operações de securitização (ver nota 42).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	**120 278**	**103 719**
Dotações	51 301	24 805
Utilizações	(38 100)	(10 620)
Reversões	(5 661)	(3 825)
Diferenças de câmbio e outras	1 511	6 199
Saldo final	**129 329**	**120 278**

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos títulos disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	4 657 687	2 315 899
De 3 meses a um ano	1 492 554	2 856 757
De um a cinco anos	1 552 075	486 325
Mais de cinco anos	5 750 243	5 357 236
Duração indeterminada	822 708	1 078 045
	14 275 267	**12 094 262**

As principais posições em acções, com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são as seguintes:

(milhares de euros)

	31.12.2011				
	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
EDP - Energias de Portugal	60 049	-	(3 768)	-	56 281
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 376	5 454	-	(348)	7 482
	62 425	**5 454**	**(3 768)**	**(348)**	**63 763**

(milhares de euros)

	31.12.2010				
	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	64 593	71 423	-	-	136 016
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 290	7 293	-	(344)	9 239
	66 883	**78 716**	**-**	**(344)**	**145 255**

Durante o exercício de 2011 o Banco alienou em bolsa e a preços de mercado 11,9 milhões de acções do Banco Bradesco, tendo registado uma mais-valia de cerca de 63,1 milhões de euros (ver Nota 8).

A desagregação dos Activos financeiros disponíveis para venda, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é a seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	**Não cotados**	**Total**	**Cotados**	**Não cotados**	**Total**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	2 782 240	-	2 782 240	1 716 222	-	1 716 222
De outros emissores	609 199	10 065 275	10 674 474	1 585 246	7 718 178	9 303 424
Acções	89 509	128 832	218 341	202 999	116 743	319 742
Outros títulos de rendimento variável	109 844	490 368	600 212	86 169	668 705	754 874
	3 590 792	**10 684 475**	**14 275 267**	**3 590 636**	**8 503 626**	**12 094 262**

NOTA 21 – Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Aplicações em instituições de crédito no país		
Empréstimos	731 198	42 235
Depósitos	1 371 921	2 698 939
Aplicações de muito curto prazo	80 933	57 028
Outras aplicações	193	65 950
	2 184 245	**2 864 152**
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	3 441 128	4 162 886
Aplicações de muito curto prazo	1 454 219	761 047
Empréstimos	812 388	643 810
Outras aplicações	37 035	40 238
	5 744 770	**5 607 981**
Perdas por imparidade	(190)	(35)
	7 928 825	**8 472 098**

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro, venciam juros à taxa média anual de 2,22% (31 de Dezembro de 2010: 1,53%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às taxas dos mercados internacionais onde o Banco opera.

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica Depósitos em instituições de crédito no país não incluía depósitos no Sistema Europeu de Bancos Centrais - Banco de Portugal (em 31 de Dezembro de 2010: 1 200 milhões de euros).

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Até 3 meses	7 555 935	6 808 342
De 3 meses a um ano	150 695	715 298
De um a cinco anos	166 556	906 848
Mais de cinco anos	55 642	41 384
Duração indeterminada	187	261
	7 929 015	**8 472 133**

Os movimentos ocorridos com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Saldo inicial	35	256
Dotações	531	156
Reversões	(383)	(392)
Diferenças de câmbio e outras	7	15
Saldo final	**190**	**35**

NOTA 22 – Crédito a Clientes

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	5 337 896	4 794 689
Empréstimos	12 527 689	12 783 529
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	509 282	548 773
Factoring	1 451 226	1 566 142
Descobertos	27 021	24 399
Locação financeira	2 937 632	3 200 046
Outros créditos	308 582	149 949
A particulares		
Habitação	7 638 793	7 758 892
Consumo e outros	1 786 395	2 139 725
	32 524 516	**32 966 144**
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	3 906 817	4 419 346
Créditos em conta corrente	1 035 795	1 227 428
Descobertos	38 981	28 335
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	99 780	174 552
Locação financeira	67 019	182 281
Factoring	23 036	50 802
Outros créditos	370 998	938 736
A particulares		
Habitação	775 521	776 777
Consumo e outros	406 703	435 416
	6 724 650	**8 233 673**
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	127 030	64 181
De 3 meses a 1 ano	280 016	229 728
De 1 a 3 anos	640 436	518 582
Há mais de 3 anos	341 711	224 361
	1 389 193	**1 036 852**
	40 638 359	**42 236 669**
Perdas por imparidade	**(1 522 472)**	**(1 140 856)**
	39 115 887	**41 095 813**

Em Novembro de 2011, foram realizadas duas operações de securitização: uma de crédito a particulares (Lusitano Finance Nº3) com créditos provenientes do BES no valor de 658 milhões de euros e outra de crédito a empresas (IM BES Empresas 1) com créditos provenientes da sucursal do BES em Espanha no valor de 485 milhões de euros. Em 2010, o BES efectuou duas operações de securitização de crédito a empresas: o Lusitano Leverage Finance (em conjunto com o BES Investimentos e o ES Vénétie) no valor de 382 milhões de euros e o Lusitano SME N.º 2 no valor de 1 349 milhões de euros. Estes activos não foram desreconhecidos do balanço por o Banco não ter transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

Em 31 de Dezembro de 2011, o crédito vivo inclui 5 305 886 milhares de euros de crédito à habitação afectos à emissão de obrigações hipotecárias (31 de Dezembro de 2010: 4 963 051 milhares de euros) (ver Nota 33).

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	6 808 674	3 306 030
De 3 meses a um ano	4 960 699	6 650 190
De um a cinco anos	8 414 959	9 202 395
Mais de cinco anos	19 064 834	22 041 198
Duração indeterminada	1 389 193	1 036 856
	40 638 359	**42 236 669**

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores do crédito foram os seguintes:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	1 140 856	935 942
Dotações	648 589	366 436
Utilizações	(156 140)	(97 348)
Reversões	(110 876)	(64 208)
Diferenças de câmbio e outras	43	34
Saldo final	**1 522 472**	**1 140 856**

Em 31 de Dezembro de 2011 o crédito vivo inclui 175 001 milhares de euros de crédito renegociado (31 de Dezembro de 2010: 141 020 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

Adicionalmente, o Banco tem, em 31 de Dezembro de 2011, 433 450 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2010: 449 606 milhares de euros) as quais, de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (ver Nota 34).

A distribuição do crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Taxa fixa	2 405 700	2 648 123
Taxa variável	38 232 659	39 588 546
	40 638 359	**42 236 669**

O crédito de locação financeira, por prazos residuais, é apresentado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	491 511	550 083
De um a cinco anos	1 410 375	1 473 693
Mais de cinco anos	1 535 201	1 861 778
	3 437 087	**3 885 554**
Juros vincendos		
Até um ano	110 457	80 102
De um a cinco anos	294 738	222 904
Mais de cinco anos	27 241	200 221
	432 436	**503 227**
Capital vincendo		
Até um ano	381 054	469 981
De um a cinco anos	1 115 637	1 250 789
Mais de cinco anos	1 507 960	1 661 557
	3 004 651	**3 382 327**
Imparidade	(97 190)	(89 663)
	2 907 461	**3 292 664**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 não existem contratos que individualmente sejam superiores a 5% do total do crédito de locação financeira. Não existem contratos de locação financeira com rendas contingentes.

NOTA 23– Investimentos Detidos até à Maturidade

Os Investimentos detidos até à maturidade, podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	147 545	190 386
De outros emissores	714 491	1 527 371
	862 036	**1 717 757**
Perdas por imparidade	(31 959)	(48 489)
	830 077	**1 669 268**

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade, por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	24 426	84 490
De 3 meses a um ano	34 212	155 868
De um a cinco anos	244 212	583 205
Mais de cinco anos	559 186	894 194
	862 036	**1 717 757**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe da imparidade para os investimentos detidos até à maturidade apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	48 489	34 209
Dotações / (reversões)	15 546	45 850
Utilizações	(31 928)	(30 702)
Diferenças de câmbio e outros	(148)	(868)
Saldo final	**31 959**	**48 489**

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	147 545	-	147 545	190 386	-	190 386
De outros emissores	190 137	492 395	682 532	822 263	656 619	1 478 882
	337 682	**492 395**	**830 077**	**1 012 649**	**656 619**	**1 669 268**

Durante o exercício de 2008 o Banco procedeu à transferência de títulos no valor de 409,0 milhões de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Na data da transferência				
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Reserva de justo valor		Valor de Mercado em Dezembro 2008
			Positiva	Negativa	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	433 247	408 987	366	(24 626)	380 071

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras do Banco seria o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Activos financeiros disponíveis para venda		
Impacto em reservas de Justo valor	(14 856)	5 096
Efeito fiscal	4 308	(1 478)
	(10 548)	**3 618**

A reclassificação de activos financeiros disponíveis para venda para investimentos detidos até à maturidade foi realizada no âmbito das alterações efectuadas ao IAS 39 e à IFRS 7 adoptadas pelo Regulamento (CE) nº 1004/2008 emitido em 15 de Outubro de 2008. Esta reclassificação foi efectuada devido à situação excepcionalmente adversa dos mercados provocada pela crise financeira internacional que caracterizou o exercício de 2008, situação que foi considerada como uma das raras circunstâncias previstas na alteração do IAS 39.

Na sequência da publicação pelo Banco de Portugal, em Maio de 2011 do Aviso n.º 3/2011, o qual veio estabelecer novos patamares mínimos para o rácio de *Core Tier* 1 (9% em 31 de Dezembro de 2011 e 10% em 31 de Dezembro de 2012) e tendo presente a necessidade de atingir, a partir de 2014, um rácio de financiamento estável de 100%, de acordo com o Memorandum de Política Económica e Financeira entre o Governo Português, a Comissão Europeia (CE), o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), no decurso do segundo semestre de 2011 o Banco decidiu alienar uma parte significativa da carteira de investimentos detidos até à maturidade. No âmbito desta decisão, os títulos a alienar foram transferidos para a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda e avaliados a valores de mercado.

Tendo em conta os objectivos subjacentes à reclassificação e posterior venda dos referidos títulos, a mesma é enquadrável no disposto no parágrafo AG 22 do IAS 39 'Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração' não dando por isso origem à contaminação (*tainting*) da restante carteira de investimentos detidos até à maturidade. Nessa base e uma vez que o Banco mantém a intenção e a capacidade de deter os restantes títulos até à maturidade os mesmos permanecem registados nesta rubrica.

Os efeitos da reclassificação dos títulos nas demonstrações financeiras do Banco, à data da transferência, podem ser assim analisados:

(milhares de euros)

Valores em investimentos detidos até à maturidade				Registo em activos financeiros disponíveis para venda			
Valor de aquisição	**Reservas de justo valor [a)]**	**Imparidade**	**Valor de balanço**	**Valor de aquisição**	**Reservas de justo valor**	**Imparidade**	**Valor de balanço**
533 113	(4 922)	(50)	528 141	533 113	(10 845)	(50)	522 218

a) Valor remanescente das reservas de justo valor existentes à data da transferência para a carteira de investimentos detidos até à maturidade ocorrida com referência a 01 de Junho de 2008.

NOTA 24– Derivados para Gestão de Risco

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cobertura	**Gestão de Risco**	**Total**	**Cobertura**	**Gestão de Risco**	**Total**
Derivados para gestão de risco						
Derivados para gestão de risco - Activo	231 101	256 822	487 923	339 359	160 185	499 544
Derivados para gestão de risco - Passivo	(107 398)	(48 343)	(155 741)	(200 163)	(77 244)	(277 407)
	123 703	**208 479**	**332 182**	**139 196**	**82 941**	**222 137**
Componente de justo valor dos Activos e Passivos cobertos ou registados ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros						
Crédito a clientes	17 798	-	17 798	19 826	-	19 826
	17 798	**-**	**17 798**	**19 826**	**-**	**19 826**
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	(55 240)	108 756	53 516	(28 409)	107 941	79 532
Recursos de clientes	(838)	18 669	17 831	(3 323)	(20 748)	(24 071)
Débitos representados por títulos	(28 953)	(7 104)	(36 057)	(26 984)	(9 670)	(36 654)
Passivos subordinados	-	-	-	(863)	-	(863)
	(85 031)	**120 321**	**35 290**	**(59 579)**	**77 523**	**17 944**
	(67 233)	**120 321**	**53 088**	**(39 753)**	**77 523**	**37 770**

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.3, a rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Derivados de Cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2011							
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	**Nocional**	**Justo valor do derivado[1]**	**Var. justo valor do derivado no ano**	**Componente de justo valor do elemento coberto[2]**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano [2]**
Interest Rate Swap/ Currency							
Interest Rate Swap	Crédito a clientes	Taxa de Juro e Câmbio	1 038 105	(19 167)	(38 087)	17 798	(2 132)
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	184 000	59 385	28 201	(55 240)	(26 832)
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	4 417	1 978	(1 060)	(838)	918
Interest Rate Swap	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de Juro	4 732 931	81 507	46 655	(28 953)	(13 570)
			5 959 453	**123 703**	**35 709**	**(67 233)**	**(41 616)**

(1) Inclui juro corrido
(2) Atribuível ao risco coberto

(milhares de euros)

31.12.2010							
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	**Nocional**	**Justo valor do derivado[1]**	**Var. justo valor do derivado no ano**	**Componente de justo valor do elemento coberto[2]**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano [2]**
Interest Rate Swap	Crédito a clientes	Taxa de Juro	913 664	(17 710)	729	19 826	(2 212)
Interest Rate Swap/ Currency Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro e câmbio	194 000	31 305	5 423	(28 409)	(5 284)
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	125 417	7 932	(2 207)	(3 323)	2 227
Interest Rate Swap/ Currency Interest Rate Swap	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de Juro e câmbio	9 912 123	116 926	(44 523)	(26 984)	43 996
Currency Interest Rate Swap	Passivos subordinados	Taxa de Juro	276 104	743	(5 382)	(863)	(2 906)
			11 421 308	**139 196**	**(45 960)**	**(39 753)**	**35 821**

(1) Inclui juro corrido
(2) Atribuível ao risco coberto

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritas e os respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 31 de Dezembro de 2011, a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 5,9 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: custo de 10,1 milhões de euros), foi registada por contrapartida de resultados. O Banco realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

Outros Derivados para Gestão de Risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a cobrir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita nas notas 2.4, 2.5 e 2.8 e que o Banco não designou para contabilidade de cobertura.

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

31.12.2011								
Produto derivado	**Activo/ Passivo financeiro associado**	**Derivado**			**Activo/passivo associado**			
		Nocional	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Valor de balanço**	**Valor de reembolso na maturidade [1]**
	Passivo							
Interest Rate Swap	Recursos de Instituições de Crédito	234 247	73 441	34 422	108 756	398	155 576	264 332
Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	5 910 812	129 526	45 427	18 669	40 499	7 219 174	7 237 843
Index Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	3 531	1 739	8	10	87	2 344	2 302
Interest Rate Swap/ FX Forward	Responsabilidades Representadas por Títulos	1 545 495	3 773	(472)	(7 114)	459	100 998	93 884
		7 694 085	**208 479**	**79 385**	**120 321**	**41 443**	**7 478 092**	**7 598 361**

(1) Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade

(milhares de euros)

31.12.2010								
Produto derivado	**Activo/ Passivo financeiro associado**	**Derivado**			**Activo/passivo associado**			
		Nocional	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Justo valor**	**Variação de justo valor no ano**	**Valor de balanço**	**Valor de reembolso na maturidade (1)**
FX Swap	Aplicações em instituições de crédito	-	-	13	-	(236)	-	-
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	234 247	41 376	25 618	108 610	52 417	138 798	264 357
FX Swap	Recursos de instituições de crédito	391 395	667	128	(669)	(128)	392 064	391 395
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	3 425 812	47 693	17 899	(20 748)	(28 746)	3 773 194	3 785 974
Index Swap	Responsabilidades representadas por títulos	3 531	1 729	(101)	(85)	(126)	2 548	2 462
Interest Rate Swap/ FX Forward	Responsabilidades representadas por títulos	1 495 436	(9 256)	1 667	(9 539)	(1 121)	86 023	92 286
Credit Default Swap	Responsabilidades representadas por títulos	21 050	733	11	(46)	(215)	10 012	10 000
		5 571 471	**82 941**	**45 236**	**77 523**	**21 846**	**4 402 638**	**4 546 474**

(1) Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Banco, é positiva e o respectivo valor acumulado ascende em 31 de Dezembro de 2011 a 192,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 144,2 milhões de euros).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011		**31.12.2010**	
	Nocional	**Justo valor**	**Nocional**	**Justo valor**
Até 3 meses	2 970 817	29 833	5 451 102	39 006
De 3 meses a um ano	2 659 545	51 340	683 883	3 021
De um a cinco anos	6 812 915	115 218	9 897 302	100 532
Mais de cinco anos	1 210 261	135 791	960 491	79 578
	13 653 538	**332 182**	**16 992 778**	**222 137**

NOTA 25 – Activos Não Correntes Detidos para Venda

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Activos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	934 176	609 147
Equipamento	2 203	1 840
Outras imobilizações	11 882	8 380
	948 261	**619 367**
Perdas por imparidade	(180 519)	(89 781)
	767 742	**529 586**

Os valores apresentados referem-se a imóveis e equipamentos recebidos em dação e instalações descontinuadas disponíveis para venda imediata. Em 31 de Dezembro de 2011, o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 16 392 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 12 848 milhares de euros), tendo o Banco registado uma perda por imparidade no valor de 7 699 milhares de euros para estes activos (31 de Dezembro de 2010: 3 924 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Saldo inicial	89 781	49 772
Dotações	125 773	58 378
Utilizações	(30 941)	(17 403)
Reversões	(4 095)	(965)
Diferenças de câmbio e outras	1	(1)
Saldo final	**180 519**	**89 781**

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício de 2011 e o exercício de 2010 foi como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	619 367	398 512
Entradas	511 681	457 575
Vendas	(189 527)	(236 200)
Outros movimentos	6 740	(520)
Saldo final	**948 261**	**619 367**

NOTA 26 – Outros Activos Tangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Imóveis		
De serviço próprio	307 521	311 702
Beneficiações em edifícios arrendados	215 096	214 302
	522 617	**526 004**
Equipamento		
Equipamento informático	257 579	256 786
Instalações interiores	128 097	123 486
Mobiliário e material	109 016	106 091
Equipamento de segurança	33 566	32 308
Máquinas e ferramentas	30 678	30 992
Material de transporte	1 275	1 899
Outros	372	372
	560 583	**551 934**
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	1 392	1 426
Imóveis	18 627	353
Equipamento	952	2 190
Outros	43	120
	21 014	**4 089**
	1 104 214	**1 082 027**
Depreciação acumulada	(732 267)	(702 486)
	371 947	**379 541**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	**524 955**	**539 635**	**5 726**	**1 070 316**
Adições	4 979	12 568	11 726	29 273
Abates / vendas	(5 761)	(5 908)	(31)	(11 700)
Transferências [(a)]	1 837	5 479	(13 194)	(5 878)
Variação cambial	(6)	160	(138)	16
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	**526 004**	**551 934**	**4 089**	**1 082 027**
Adições	656	13 193	27 233	41 082
Abates / vendas	(3 304)	(10 102)	-	(13 406)
Transferências	(809)	5 443	(10 306)	(5 672)
Variação cambial	70	117	3	190
Outros movimentos	-	(2)	(5)	(7)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	**522 617**	**560 583**	**21 014**	**1 104 214**
Depreciações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	**242 926**	**424 455**	**-**	**667 381**
Amortizações do período	17 487	30 078	-	47 565
Abates / vendas	(5 179)	(5 847)	-	(11 026)
Transferências [(a)]	(1 502)	(77)	-	(1 579)
Variação cambial	-	145	-	145
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	**253 732**	**448 754**	**-**	**702 486**
Amortizações do período	15 864	28 553	-	44 417
Abates / vendas	(3 295)	(10 062)	-	(13 357)
Transferências	(1 355)	(48)	-	(1 403)
Variação cambial	14	110	-	124
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	**264 960**	**467 307**	**-**	**732 267**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011	**257 657**	**93 276**	**21 014**	**371 947**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	**272 272**	**103 180**	**4 089**	**379 541**

(a) Respeitam imobilizado (imóveis e equipamento) proveniente de balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para Activos não correntes detidos para venda.

Na rubrica equipamento - material de transporte encontra-se registado imobilizado adquirido em regime de locação financeira cujo plano de pagamento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	15	23
De um a cinco anos	16	46
	31	**69**
Juros vincendos		
Até um ano	3	4
De um a cinco anos	1	4
	4	**8**
Capital vincendo		
Até um ano	12	19
De um a cinco anos	15	42
	27	**61**

NOTA 27 – Activos Intangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	45 440	37 030
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	553 396	508 649
Imobilizações em curso	19 265	32 644
	618 101	**578 323**
Amortização acumulada	(499 859)	(458 133)
	118 242	**120 190**

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Banco especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.12).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Sistema de tratamento automático de dados	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição			
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	**502 633**	**26 359**	**528 992**
Adições:			
Geradas internamente	-	8 471	8 471
Adquiridas a terceiros	6 739	34 248	40 987
Abates/vendas	(79)	(43)	(122)
Transferências	36 379	(36 391)	(12)
Variação cambial	7	-	7
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	**545 679**	**32 644**	**578 323**
Adições:			
Geradas internamente	-	8 560	8 560
Adquiridas a terceiros	10 423	20 192	30 615
Transferências	42 386	(42 386)	-
Variação cambial	348	255	603
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	**598 836**	**19 265**	**618 101**
Amortizações			
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	424 004	-	424 004
Amortizações do período	34 122	-	34 122
Variação cambial	7	-	7
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	**458 133**	**-**	**458 133**
Amortizações do período	41 622	-	41 622
Variação cambial	104	-	104
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	**499 859**	**-**	**499 859**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011	**98 977**	**19 265**	**118 242**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	**87 546**	**32 644**	**120 190**

NOTA 28 – Investimentos em Subsidiárias e Associadas

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas, são apresentadas no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2011				31.12.2010			
	Nº de acções	**Participação directa no capital**	**Valor nominal (euros)**	**Custo da participação**	**Nº de acções**	**Participação directa no capital**	**Valor nominal (euros)**	**Custo da participação**
BES AÇORES	2 013 303	57,52%	5,00	9 653	2 013 303	57,52%	5,00	9 653
BES FINANCE	100 000	100,00%	1,00	25	100 000	100,00%	1,00	25
BES ORIENTE	199 500	99,75%	96,59	21 341	199 500	99,75%	93,48	21 341
BES ANGOLA	8 856 548	51,94%	7,72	61 351	8 856 548	51,94%	7,48	61 351
BES-VIDA	24 999 800	50,00%	1,00	474 996	24 999 800	50,00%	5,00	474 996
BESI	45 253 800	100,00%	5,00	316 103	36 000 000	100,00%	5,00	269 834
BESNAC	1 000	100,00%	0,77	36	1 000	100,00%	0,74	36
BEST	20 181 680	32,03%	1,00	20 182	20 181 680	32,03%	1,00	20 182
AVISTAR	300 000 000	100,00%	1,00	300 000	100 000 000	100,00%	1,00	100 000
BIC INTERNATIONAL BANK	10 200 000	100,00%	1,00	224 197	10 200 000	100,00%	1,00	224 197
E.S. BANK	3 188 525	99,99%	3,86	71 027	6 377 050	98,45%	3,73	71 027
E.S. PLC	29 997	99,99%	5,00	38	29 997	99,99%	5,00	38
BES SEGUROS	749 800	24,99%	5,00	3 749	749 800	24,99%	5,00	3 749
E.S. TECH VENTURES	65 000 000	100,00%	1,00	65 000	65 000 000	100,00%	1,00	65 000
ESAF SGPS	2 114 900	90,00%	5,00	60 394	1 645 000	70,00%	5,00	8 205
ESCLINC	100	100,00%	6 272,47	786	100	100,00%	6 073,90	786
ES CONCESSÕES	682 306	71,66%	5,00	20 602	390 000	40,96%	5,00	19 794
ESEGUR	242 000	44,00%	5,00	9 634	242 000	44,00%	5,00	9 634
ESGEST	20 000	100,00%	5,00	100	20 000	100,00%	5,00	100
E.S. REPRESENTAÇÕES	49 995	99,99%	0,41	39	49 995	99,99%	0,45	39
ESUMÉDICA	-	-	-	-	74 700	24,90%	5,00	395
EUROP ASSISTANCE	-	-	-	-	345 000	23,00%	5,00	1 147
FIDUPRIVATE	-	-	-	-	6 190	24,76%	5,00	31
LOCARENT	525 000	50,00%	5,00	2 967	525 000	50,00%	5,00	2 967
QUINTA DOS CÓNEGOS	599 400	81,00%	5,00	4 893	599 400	81,00%	5,00	4 893
PARSUNI	1	100,00%	5 000,00	5	1	100,00%	5 000,00	5
SCI GEORGES MANDEL	15 750	22,57%	152,45	2 401	15 750	22,50%	152,45	2 401
BES BETEILIGUNGS GMBH	1	100,00%	25 000,00	365 025	1	100,00%	25 000,00	365 025
ES SERVICIOS	13 998	100,00%	0,39	1 558	13 998	99,98%	1,50	4 015
ESAF ESPANHA	975 000	50,00%	10,00	42 765	750 500	50,00%	10,00	41 015
PRAÇA DO MARQUÊS	3 185 000	100,00%	4,99	27 724	3 185 000	100,00%	4,99	27 724
OBLOG	199 900	66,63%	5,00	-	199 900	66,63%	5,00	-
BES ÁFRICA	5 200 000	100,00%	5,00	26 000	2 820 000	100,00%	5,00	14 100
BANCO DELLE TRE VENEZIE SPA	5 275	20,00%	5,00	8 926	5 275	20,00%	5,00	8 926
AMAN BANK	4 000 802	40,00%	5,00	40 269	4 000 802	40,00%	5,00	40 269
UNICRE-AM	350 029	17,50%	6,00	11 497	350 029	17,50%	6,00	11 497
IJAR	122 499	35,00%	8,00	12 362	-	-	-	-
Outros				-				132
				2 205 645				**1 884 529**
Perdas por imparidade				(450 937)				(107 929)
				1 754 708				**1 776 600**

No decorrer do exercício de 2011, ocorreram as seguintes alterações na rubrica de investimentos em subsidiárias e associadas:

- Em Janeiro de 2011, a BES África aumentou o capital de 14 100 milhares de euros para 23 200 milhares de euros, tendo em Junho de 2011 voltado a aumentar o capital para 26 000 milhares de euros. O Banco subscreveu a totalidade das 2 380 000 acções emitidas.
- Em Abril de 2011, o BES alienou o investimento que detinha na Esumédica à Companhia de Seguros Tranquilidade, SA (participação e prestações suplementares), traduzindo-se numa menos-valia de 663 milhares de euros.
- Em Agosto de 2011, procedeu-se à liquidação da Fiduprivate - Sociedade de Serviços, Consultoria e Administração de Empresas, SA, tendo sido reconhecida uma menos valia de 167 milhares de euros.
- Em Setembro de 2011, o BES alienou a participação que detinha na Europ Assistance à Companhia de Seguros Tranquilidade, SA, traduzindo-se numa mais-valia de 1 318 milhares de euros.
- Em Dezembro de 2011, o BES adquiriu ao Banco Espírito Santo Investimento e à Companhia de Seguros Tranquilidade 10% e 5%, respectivamente, do capital social da ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S. passando a deter 90% do capital desta sociedade;
- Em Dezembro de 2011, foi constituída a sociedade de leasing Ijar Leasing Algérie, no âmbito de uma parceria com o Banque Exterieure d'Algerie, sendo esta sociedade detida em 65% por este e em 35% pelo BES.

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	107 929	107 892
Dotações	346 362	8 028
Utilizações	(3 353)	-
Reversões	-	(7 991)
Outros	(1)	-
Saldo final	**450 937**	**107 929**

Durante o exercício de 2011 foi registada uma imparidade no valor de 337 500 milhares de euros relativamente ao investimento do Banco na BES Vida, a qual corresponde à diferença entre o valor de balanço desse investimento e a estimativa do seu valor recuperável.

NOTA 29 – Outros Activos

A rubrica Outros activos a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Devedores e outras aplicações		
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	48 591	41 994
Contas caução	1 079 103	693 464
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	140 600	156 618
Sector público administrativo	134 925	123 885
Outros devedores diversos	1 357 265	1 978 153
	2 760 484	**2 994 114**
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(38 258)	(5 513)
	2 722 226	**2 988 601**
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	9 939	11 649
Outros activos	71 873	70 885
	81 812	**82 534**
Proveitos a receber	**29 190**	**44 872**
Despesas com custo diferido	**108 392**	**136 653**
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	-	1 681
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	53 971
	-	**55 652**
Pensões de reforma (ver Nota 13)	**117 554**	**41 776**
	3 059 174	**3 350 088**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados incluem 100 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 110 milhares de euros) relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Outros devedores diversos inclui 800 000 milhares de euros relativos a prestações acessórias concedidas à Avistar, SGPS, SA (31 de Dezembro de 2010: 1 834 000 milhares de euros).

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de despesas com custo diferido inclui o montante de 65 630 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 62 104 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Banco no âmbito do ACT para o Sector Bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de vida activa remanescente do colaborador.

Em 31 de Dezembro de 2010, as operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos a aguardar liquidação, registadas na *trade date* conforme política contabilística descrita na Nota 2.5.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	5 513	3 132
Dotações	32 745	-
Outros	-	2 381
Saldo final	**38 258**	**5 513**

NOTA 30 – Recursos de Bancos Centrais

A rubrica de Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais		
Depósitos	22 018	153 702
Outros recursos	8 700 000	4 800 000
	8 722 018	**4 953 702**
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	510 184	2 438 089
	510 184	**2 438 089**
	9 232 202	**7 391 791**

Os outros recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, no valor de 8 700 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 4 800 milhões de euros), encontram-se colateralizados por activos financeiros do Banco (ver Nota 40).

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Recursos de outros Bancos Centrais – depósitos inclui 402 milhões de euros de recursos do Banco Central de Angola (31 de Dezembro de 2010: 1 356 milhões de euros).

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	3 829 316	3 242 966
De 3 meses a um ano	401 497	4 148 825
De um a cinco anos	5 001 389	-
	9 232 202	**7 391 791**

NOTA 31 – Recursos de Outras Instituições de Crédito

A rubrica de Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
No país		
Depósitos	783 401	416 642
Recursos a muito curto prazo	251 043	44 148
Operações com acordo de recompra	170 440	-
Outros recursos	1 577	1 574
	1 206 461	**462 364**
No estrangeiro		
Depósitos	5 563 143	9 174 243
Empréstimos	1 591 609	1 514 358
Recursos a muito curto prazo	1 584 531	1 134 365
Operações com acordo de recompra	1 040 581	1 188 310
Outros recursos	153 373	91 937
	9 933 237	**13 103 213**
	11 139 698	**13 565 577**

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	3 897 587	5 642 177
De 3 meses a um ano	488 983	1 409 126
De um a cinco anos	3 463 540	2 737 889
Mais de cinco anos	3 289 588	3 776 385
	11 139 698	**13 565 577**

A 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica incluía 592 475 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 530 862 milhares de euros) de recursos de outras instituições de crédito registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 24).

NOTA 32 – Recursos de Clientes

O saldo da rubrica recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	**6 657 791**	**6 766 038**
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	22 592 826	16 942 628
Outros	3 245	641 945
	22 596 071	**17 584 573**
Depósitos de poupança		
Reformados	14 505	28 753
Outros	1 455 824	1 745 350
	1 470 329	**1 774 103**
Outros recursos	**455 182**	**466 300**
	31 179 373	**26 591 014**

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica inclui 7 219 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 3 805 milhões de euros) de recursos de clientes registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 24).

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Exigível à vista	**6 657 791**	**6 766 038**
Exigível a prazo		
Até 3 meses	14 116 717	8 519 187
De 3 meses a um ano	6 123 417	7 337 614
De um a cinco anos	4 159 546	3 855 189
Mais de cinco anos	121 902	112 986
	24 521 582	**19 824 976**
	31 179 373	**26 591 014**

NOTA 33 – Responsabilidades Representadas por Títulos

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Certificados de depósitos	641 205	1 745 704
Euro Medium Term Notes	5 566 664	6 147 848
Obrigações	2 702 875	3 508 463
Obrigações hipotecárias	933 732	2 333 906
Outras responsabilidades	319 183	318 832
	10 163 659	**14 054 753**

Em 31 de Dezembro de 2011, as obrigações emitidas pelo Banco incluem 1 572 milhões de euros de obrigações emitidas com garantia do Estado Português (31 de Dezembro de 2010: 1 584 milhões de euros).

Esta rubrica inclui 136 329 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 92 327 milhares de euros) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 24).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Banco procedeu a emissões que totalizaram 4 290 milhões de euros. As características das emissões vivas a 31 de Dezembro de 2011 são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	*Rating*
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	893 155	09/11/17	15/02/17	Anual	3,375%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias DUE JUL 17	750 000	132	10/07/07	17/07/09	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2017	1 250 000	-	10/07/21	17/07/21	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias DUE 4,6%	40 000	40 445	10/12/15	17/01/26	Anual	Taxa fixa 4,6%	Baa3
BES Obrigações hipotecárias HIPOT. 2018	1 250 000	-	11/01/25	18/01/25	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais activos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Banco, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no Decreto-Lei n.º59/2006 e nos Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem esta emissão, em 31 de Dezembro de 2011, ascende a 5 305 886 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 4 963 051 milhares de euros) (ver Nota 22).

O movimento ocorrido durante o exercício de 2011 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Saldo em 31.12.2010	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos [a]	Saldo em 31.12.2011
Certificados de depósitos	1 745 704	-	(1 106 173) [b]	-	1 674	641 205
Euro Medium Term Notes (EMTN)	6 147 848	218 104	(173 000)	(617 999)	(8 289)	5 566 664
Obrigações	3 508 463	-	(697 680)	(36 541)	(71 367)	2 702 875
Obrigações hipotecárias	2 333 906	-	(1 250 000)	(123 987)	(26 187)	933 732
Outras responsabilidades	318 832	-	-	-	351	319 183
	14 054 753	**218 104**	**(3 226 853)**	**(778 527)**	**(103 818)**	**10 163 659**

a) Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial
b) No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor das emissões é apresentado líquido de reembolsos

A duração residual das responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	3 582 438	3 136 800
De 3 meses a um ano	492 802	610 763
De um a cinco anos	5 794 593	9 908 825
Mais de cinco anos	293 826	398 365
	10 163 659	**14 054 753**

As características essenciais destes recursos para o Banco são como segue:

(milhares de euros)

			31.12.2011		
Entidade	**Descrição**	**Moeda**	**Valor de balanço**	**Maturidade**	**Taxa de juro**
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	USD	602 485	2012	4,79% - 5,47%
BES (sucursal de Nova Iorque)	Certificados de depósito	USD	38 720	2012	4,41% - 5,53%
BES	BES 3,75%	EUR	1 571 626	2012	Taxa fixa - 3,75%
BES	BES DUE 2012	EUR	1 000 613	2012	Euribor 3 meses + 0,10%
BES	BES DUE 2013	EUR	444 538	2013	Euribor 3 meses + 0,125%
BES	BES DUE JUN 14	EUR	439 433	2014	Euribor 3 meses + 0,15%
BES	BES COMMODIT 7%	EUR	1 136	2014	Taxa fixa - 7,00%
BES	BES ER 4% ABR05	EUR	2 473	2013	Taxa fixa 4,08% no 1º,2º e 8º ano + taxa *swap* do 3º ao 7º ano.
BES	BES ER 4% ABR05	EUR	1 859	2013	Taxa fixa 4,14% no 1º,2º e 8º ano + taxa *swap* do 3º ao 7º ano.
BES	BES ER3,75%0805	EUR	2 566	2013	Taxa fixa 3,85% no 1º,2º e 8º ano + taxa *swap* do 3º ao 7º ano.
BES	BES-E.RENDA 4%	EUR	8 890	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º,2º e 8º ano + taxa *swap* do 3º ao 7º ano.
BES	BIC E.RENDA 4%	EUR	3 111	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º,2º e 8º ano + taxa *swap* do 3º ao 7º ano.
BES	BES DUE 2012	EUR	308 587	2012	Taxa fixa 4,43%
BES	BEF 2005/2015	EUR	10 022	2015	Taxa fixa 4,721 %
BES	BES RENDIM.CR.	EUR	191	2012	Euribor 6 Meses + 0,60%
BES	BES REND.CR.	EUR	14 554	2012	Taxa fixa - 3,85%
BES	BES 5,625% 2014	EUR	1 576 051	2014	Taxa fixa - 5,63%
BES	BES CR.OUT.09	EUR	1 192	2012	b)
BES	BES 3,375%	EUR	893 155	2015	Taxa fixa 3,375%
BES	BES DUE 02/2013	EUR	845 025	2013	Euribor 3 Meses + 1%
BES	BES R.FIXO 1	EUR	7 745	2012	Taxa fixa 4,05%
BES	BES R.FIXO 2	EUR	7 846	2012	Taxa fixa 4,05%
BES	BES R.FIXO 3	EUR	7 615	2012	Taxa fixa 4,05%
BES	BES R.FIXO 4	EUR	7 605	2012	Taxa fixa 4,05%
BES	BES R.FIXO 5	EUR	6 840	2012	Taxa fixa 4,05%
BES	BES R.FIXO 6	EUR	571	2012	Taxa fixa 3,45%
BES	BES R.FIXO 7	EUR	502	2012	Taxa fixa 3,45%
BES	BES R.FIXO 8	EUR	502	2012	Taxa fixa 3,45%
BES	BES R.FIXO 9	EUR	503	2012	Taxa fixa 3,45%
BES	BES R.FIXO 10	EUR	503	2012	Taxa fixa 3,45%
BES	BES DUE 3,875%	EUR	587 778	2015	Taxa fixa 3,875%
BES	BES DUE MAR.12	EUR	150 238	2012	Euribor 3 Meses + 0,94%
BES	BES DUE JUL 17	EUR	132	2017	Euribor 6 Meses + 0,60%
BES	BES DUE 4,6%	EUR	40 445	2017	Taxa fixa 4,6%
BES	BES DUE JULY 16	EUR	83 883	2016	Taxa fixa 6,875%
BES	BES 4,95% 2014	EUR	567	2014	Euribor 3 Meses + 4,95%
BES	BES DUE 27/8/13	EUR	40 186	2013	Euribor 3 Meses + 3%
BES	BES PORTUGAL NO	EUR	15 824	2014	Euribor 6 Meses + 3,5%
BES	BES PORTUGAL	EUR	17 275	2014	Euribor 6 Meses + 3,5%
BES	BES 3% 16/12/20	EUR	57 233	2021	Taxa fixa 3%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	10 399	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,74%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN ZC 02/18/2028	EUR	12 921	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,50%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN ZC 28/03/2033	EUR	34 977	2033	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,69%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,37% 03/12/18	USD	73 403	2018	Taxa fixa - 5,37%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/25/13	USD	59 703	2013	*StepUp* (1º cupão 1,50%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 08/27/13	EUR	60 039	2013	*StepUp* (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 09/02/13	EUR	79 700	2013	*StepUp* (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 09/16/13	EUR	76 382	2013	*StepUp* (1º cupão 2,90%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 10/07/13	EUR	79 237	2013	*StepUp* (1º cupão 3,10%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	30 698	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 02/02/17	USD	40 992	2017	*StepUp* (1º cupão 1,87%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/21/14	USD	60 091	2014	*StepUp* (1º cupão 2,07%)
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 17 2001	EUR	52 266	2012	Taxa fixa - 5,89%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 18 2001	EUR	51 852	2012	Taxa fixa - 5,83%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 19 2001	EUR	51 843	2012	Taxa fixa - 5,96%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 20 2001	EUR	325	2012	Taxa fixa - 5,94%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 23 2001	EUR	79 495	2013	Taxa fixa - 6,03%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 25 2001	EUR	79 988	2014	Taxa fixa - 6,02%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 27 2001	EUR	49 415	2015	Taxa fixa - 6,09%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 1 2002	EUR	54 571	2012	Taxa fixa - 5,92%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 2 2002	EUR	6 159	2012	Taxa fixa - 4,65%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecarias	EUR	153 769	2014	Taxa fixa 4,5%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecarias	EUR	80 368	2014	Taxa fixa 4%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecarias	EUR	85 046	2016	Taxa fixa 4,25%
			10 163 659		

NOTA 34 – Provisões

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisão para riscos gerais de crédito	Outras provisões	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	**477 270**	**149 904**	**627 174**
Dotações / (reposições)	(26 185)	43 591	17 406
Utilizações	-	(14 964)	(14 964)
Diferenças de câmbio e outras	(1 479)	352	(1 127)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	**449 606**	**178 883**	**628 489**
Dotações / (reposições)	(16 474)	(2 617)	(19 091)
Utilizações	-	(28 618)	(28 618)
Diferenças de câmbio e outras	318	7	325
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	**433 450**	**147 655**	**581 105**

As Outras provisões, cujo valor ascende a 147,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 178,9 milhões de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de acções do Banco Boavista Interatlântico, por acções do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Banco constituiu provisões no valor de 61,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 62,0 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Banco. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem a cerca de 22,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011 (31 de Dezembro de 2010: 26,5 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais. Para fazer face a estas contingências, o Banco mantém provisões de cerca de 32,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 35,2 milhões de euros);
- Provisões associadas a processos em curso relativas a operações comerciais realizadas no estrangeiro no valor de 11,8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 36,7 milhões de euros);
- O valor remanescente, de cerca de 19,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 18,5 milhões de euros), destina-se à cobertura de perdas potenciais decorrentes da actividade normal do Banco tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

NOTA 35 – Impostos

O Banco está sujeito à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). O imposto corrente e diferido relativo ao período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

Em termos de imposto corrente, a Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de uma isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Na medida em que a alteração das taxas de Derrama Estadual prevista na Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), se aplica apenas aos exercícios de 2012 e de 2013 e não se estima que nesses exercícios ocorra a reversão das diferenças temporárias com impacto líquido significativo, a mesma não foi tomada em consideração no cálculo do imposto diferido a 31 de Dezembro de 2011.

As declarações de autoliquidação do Banco ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como seguem:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Instrumentos financeiros	104 639	65 717	(65 810)	(87 649)	38 829	(21 932)
Imparidade no crédito a clientes	310 248	231 877	-	-	310 248	231 877
Outros activos tangíveis	-	-	(9 068)	(9 239)	(9 068)	(9 239)
Activos intangíveis	102	102	-	-	102	102
Investimentos em subsidiárias e associadas	54 045	3 821	(9 353)	(9 353)	44 692	(5 532)
Provisões	28 052	28 815	-	-	28 052	28 815
Pensões	284 741	276 085	(38 947)	(42 929)	245 794	233 156
Prémios de antiguidade	7 162	7 821	-	-	7 162	7 821
Prejuízos fiscais reportáveis	2 845	42 242	(616)	-	2 229	42 242
Outros	7 704	4 284	-	(5 624)	7 704	(1 340)
Activo/(passivo) por imposto diferido	**799 538**	**660 764**	**(123 794)**	**(154 794)**	**675 744**	**505 970**

O Banco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativas de lucros futuros tributáveis.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	505 970	394 806
Reconhecido em resultados	147 534	62 191
Reconhecido em reservas de justo valor	51 701	35 000
Reconhecido em reservas - outro rendimento integral	(9 356)	18 550
Reconhecido em outras reservas	(24 124)	(3 388)
Variação cambial e outros	4 019	(1 189)
Saldo no final (Activo/(Passivo))	**675 744**	**505 970**

O imposto diferido reconhecido em reservas – outro rendimento integral inclui os desvios actuarias reconhecidos também nesta rubrica, conforme descrito na Nota 13 – Benefícios a empregados.

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 teve as seguintes origens:

(milhares de euros)

	31.12.2011		31.12.2010	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros	(9 060)	(51 701)	(25 409)	(35 000)
Imparidade no crédito a clientes	(78 371)	-	(32 183)	-
Outros activos tangíveis	(171)	-	(2 259)	-
Activos intangíveis	-	-	9	-
Investimentos em associadas e subsidiárias	(50 224)	-	26 579	-
Provisões	763	-	(4 720)	-
Pensões	(21 994)	5 374	4 024	(17 057)
SAMS	-	-	18 489	(1 493)
Prémios de antiguidade	659	-	(868)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	11 907	28 106	(42 242)	-
Outros	(1 043)	-	(3 611)	3 388
Impostos Diferidos	**(147 534)**	**(18 221)**	**(62 191)**	**(50 162)**
Impostos Correntes	**4 278**	**4 497**	**5 744**	**46**
Total de imposto reconhecido	**(143 256)**	**(13 724)**	**(56 447)**	**(50 116)**

O imposto corrente reconhecido em reservas inclui um custo de 4 570 milhares de euros relativo às derramas Municipal e Estadual sobre as mais valias reconhecidas em reservas, um proveito de 326 milhares de euros relativos ao custo incorrido com o aumento de capital (31 de Dezembro de 2010: 1 535 milhares de euros) e um custo de 254 milhares de euros relativos a pensões de reforma (31 de Dezembro de 2010: 1 829 milhares de euros); em 31 de Dezembro de 2010 incluía ainda 150 milhares de euros relativos ao plano de incentivos baseado em acções.

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011		31.12.2010	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		**(276 345)**		**199 550**
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Bancário		(28 708)		-
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		**(247 637)**		**199 550**
Taxa de imposto	29,0		29,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		(71 815)		57 870
Dividendos excluídos de tributação	43,6	(107 852)	(30,1)	(60 028)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	3,6	(8 825)	(5,1)	(10 120)
(Mais)/Menos valias fiscais versus contabilísticas	2,3	(5 681)	(34,7)	(69 119)
Custos não dedutíveis	(32,3)	80 044	10,4	20 673
Efeito da introdução da taxa de derrama estadual nos impostos diferidos	-	-	(8,5)	(17 000)
Impostos suportados no estrangeiro não recuperáveis	-	-	4,4	8 739
Efeito do cálculo do imposto diferido activo sobre prejuízos fiscais à taxa de 25%	-	-	3,4	6 759
Utilização de prejuizos fiscais reportáveis para os quais não havia sido constituido imposto diferido activo	11,2	(27 678)	-	-
Outros	0,6	(1 449)	2,9	5 779
Imposto do período	**57,8**	**(143 256)**	**(28,3)**	**(56 447)**

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Sector Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal. A 31 de Dezembro de 2011 o Banco reconheceu como custo do exercício o valor de 28,7 milhões de euros, o qual foi incluído nos Outros resultados de exploração – Impostos directos e indirectos (ver Nota 11).

NOTA 36 – Passivos Subordinados

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações	718 363	729 814
Empréstimos	166 518	1 774 694
Obrigações perpétuas	11 304	-
	896 185	**2 504 508**

O movimento ocorrido durante o exercício de 2011 nos passivos subordinados foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Saldo em 31.12.2010	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros movimentos[a]	Saldo em 31.12.2011
Obrigações	729 814	8 174	(1)	(21 553)	1 929	718 363
Empréstimos	1 774 694	-	(689 045)	(873 390)	(45 741)	166 518
Obrigações perpétuas	-	-	-	15 000	(3 696)	11 304
	2 504 508	**8 174**	**(689 046)**	**(879 943)**	**(47 508)**	**896 185**

a) Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011					
	Moeda	**Data de emissão**	**Valor de emissão**	**Valor de balanço**	**Taxa de juro actual**	**Maturidade**
Empréstimos Subordinados Perpétuos	EUR	2002	500 000	38 739	6,63%	2012 a)
Empréstimos Subordinados Perpétuos	EUR	2004	500 000	107 694	4,51%	2015 a)
Empréstimos Subordinados	EUR	2008	20 000	20 085	Euribor 3M + 1%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2004	25 000	25 145	Euribor 6M + 1,25%	2014
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	41 550	12 786	Euribor 3M + 1%	2018
Obrigações Subordinadas Perpétuas	EUR	2005	15 000	11 304	Euribor 3M + 2,25%	2015 a)
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	638 450	622 099	Euribor 3M + 3%	2019
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	50 000	50 099	Euribor 3M + 1,05%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2011	8 174	8 234	Taxa fixa 10%	2021
			1 798 174	**896 185**		

a) *data* da *call option*

NOTA 37 – Outros Passivos

A rubrica de Outros passivos a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	**31.12.2010**
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	159 422	111 942
Contas caução	111 874	132 504
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	45 712	62 678
Credores por operações sobre valores mobiliários	9 811	17 349
Outros credores	91 414	103 027
	418 233	**427 500**
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	24 947	26 969
Outros custos a pagar	126 733	128 992
	151 680	**155 961**
Receitas com proveito diferido	**32 662**	**21 404**
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	143 454	-
Operações cambiais a liquidar	23 603	-
Outras operações a regularizar	102 109	227 809
	269 166	**227 809**
	871 741	**832 674**

Em 31 de Dezembro de 2011, as operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos a aguardar liquidação, registadas na *trade date* conforme política contabilística descrita na Nota 2.5.

NOTA 38 – Capital, Prémios de Emissão e Acções Próprias

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social do Banco, no valor de 4 030,2 milhões de euros encontrava-se representado por 1 461 240 084 acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam:

	% Capital	
	31.12.2011	**31.12.2010**
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	35,00%	40,00%
Credit Agricole, S.A.	8,63%	10,81%
Bradport, SGPS, S.A. (1)	4,83%	6,05%
Silchester International Investors Limited	5,67%	5,41%
Espírito Santo Financial Group, S.A.	2,27%	2,47%
PT Prestações - Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. (2)	2,09%	-
Portugal Telecom, SGPS, SA	-	2,62%
Outros	41,51%	32,64%
	100,00%	**100,00%**

(1) Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil), à qual são imputáveis os direitos de voto
(2) Empresa dominada integral e indirectamente por Portugal Telecom, SGPS

No final do exercício de 2011 o Banco realizou um aumento de capital através do lançamento de uma oferta de troca (OPT) sobre valores mobiliários emitidos pelo Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo de Investimento e BES Finance.

Em resultado da operação de oferta de troca sobre valores mobiliários, que decorreu entre os dias 14 e 30 de Novembro, foram emitidas 294 573 418 novas acções ordinárias do BES a €1,80 por acção e 81 736 obrigações de caixa subordinadas de valor nominal de €100 cada:

Emitente	**Natureza**	**Valor nominal objecto de aceitação nas ofertas**	**Contrapartida**	
			Nº acções BES emitidas	**Nº obrigações de caixa emitidas**
BES	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 238 400 000	128 527 730	70 400
		USD 2 727 000	992 857	1 918
BES INVESTIMENTO	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 46 269 000	25 180 367	9 418
BES FINANCE	*Undated Subordinated Notes*	€ 184 214 000	72 960 255	não aplicável
	Non-cumulative guaranteed step-up preference shares series A	€ 197 446 000	66 912 209	não aplicável
	Total	**€ 668 308 530**	**294 573 418**	**81 736**

O impacto desta operação nos Capitais próprios do Banco apresenta-se como segue:

(milhões de euros)

Capital	530
Prémios de emissão	(4)
Acções preferenciais	(197)
Outros instrumentos de capital	(624)
Outras reservas e resultados transitados	77
Total do Capital Próprio	**(218)**

Prémios de Emissão

Em 31 de Dezembro de 2011, os prémios de emissão totalizavam 1 076 522 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas nos aumentos de capital.

Outros Instrumentos de Capital

No exercício de 2010 o Banco procedeu à emissão de obrigações perpétuas no valor de 270 milhões de euros, e de um empréstimo subordinado perpétuo no valor de 600 milhões de euros. Todas as emissões têm juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

As características das emissões são as seguintes:

(milhares de euros)

Descrição	Data de emissão	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço	Taxa de juro	Pagamento de cupão	Possibilidade de reembolso [1]
Obrigações perpétuas	Dez/10	EUR	264 952	26 375	8,50%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
Obrigações perpétuas	Dez/10	USD	5 080	3 139	8,00%	15/Mar e 14/Set	A partir de Set/15
Empréstimo perpétuo	Dez/10	EUR	600 000	214 988	5,58%	02/Jul [2]	A partir de Jul/14
			870 032	**244 502**			

(1) O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, por opção do emitente, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal
(2) A partir de Julho de 2014 o juro será pago trimestralmente com base na aplicação da taxa Euribor a três meses, acrescida de 2,67%, sobre o montante utilizado

Durante o exercício de 2011, o Banco efectuou pagamento de juros no montante de 17 552 milhares de euros relativo às obrigações perpétuas, os quais foram registados como uma dedução a reservas. Em resultado da oferta de troca sobre valores mobiliários referida anteriormente, os Outros instrumentos de capital foram reduzidos em 437 893 milhares de euros.

Estas emissões são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco. Face às suas características são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.9.

Acções Próprias

O Banco estabeleceu um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) que terminou em Dezembro de 2010 (ver Nota 2.15).

Durante o exercício de 2011, o Grupo adquiriu acções próprias no âmbito do PRVIF (ver Nota 13).

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Nº de acções	Valor (milhares de euros)	Nº de acções	Valor (milhares de euros)
Saldo no início do exercício	-	-	1 276 261	25 083
Aquisições [1]	342 475	997	-	-
Acções alienadas [2]	-	-	(1 276 261)	(2 952)
Valor líquido resultante das transacções sobre acções SIBA [3]	-	-	-	(22 131)
Saldo no final do exercício	**342 475**	**997**	**-**	**-**

(1) Acções adquiridas no âmbito do PRVIF, ao preço de 2,909 euros por acção.
(2) Acções alienadas pelo Banco em mercado, no âmbito do SIBA, após o exercício pelo empregado do direito de revenda ao custo de aquisição, e as acções liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.
(3) Valor transferido para Outras reservas em Dezembro de 2010

NOTA 39 – Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral

Reserva Legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até a um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Reservas de Justo Valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outro Rendimento Integral, Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos	Total reserva de justo valor	Desvios actuariais (valor líquido de impostos)	Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados	Total Outras reservas e res.trans.
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (reportado)	**242 736**	**(29 346)**	**213 390**	**-**	**22 000**	**351 540**	**373 540**
Alteração de política contabilística	-	-	-	(595 023)	-	-	(595 023)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (reexpresso)	**242 736**	**(29 346)**	**213 390**	**(595 023)**	**22 000**	**351 540**	**(221 483)**
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	-	366	366
Liquidação do plano de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	-	(22 131)	(22 131)
Desvios actuariais	-	-	-	(77 266)	-	-	(77 266)
Alterações de justo valor	(240 148)	34 999	(205 149)	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	37 000	168 667	205 667
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	-	(12 879)	(12 879)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	329	329
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	**2 588**	**5 653**	**8 241**	**(672 289)**	**59 000**	**485 892**	**(127 397)**
Compra de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	105 648	105 648
Desvios actuariais	-	-	-	22 908	-	-	22 908
Alterações de justo valor	(219 638)	51 701	(167 937)	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	26 000	125 849	151 849
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	-	(13 191)	(13 191)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(12 424)	(12 424)
Dividendos de outros instrumentos de capital				-	-	(11 351)	(11 351)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	(2 034)	(2 034)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	**(217 050)**	**57 354**	**(159 696)**	**(649 381)**	**85 000**	**678 389**	**114 008**

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	14 618 083	12 200 371
Imparidade acumulada reconhecida	(129 329)	(120 278)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	**14 488 754**	**12 080 093**
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	14 275 267	12 094 262
Ganhos/ (perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	**(213 487)**	**14 169**
Reservas de justo valor associadas a activos transferidos para Investimentos detidos até à maturidade (ver Nota 23)	(3 563)	(11 581)
Impostos diferidos	57 354	5 653
	(159 696)	**8 241**

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo no início do exercício	**8 241**	**213 390**
Variação de justo valor	(249 046)	69 282
Alienações do exercício	(16 234)	(330 410)
Imparidade reconhecida no exercício	45 642	20 980
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas (ver nota 35)	51 701	34 999
Saldo no final do exercício	**(159 696)**	**8 241**

NOTA 40 – Passivos Contingentes e Compromissos

Para além dos instrumentos financeiros derivados, existiam em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Passivos contingentes		
Garantias e avales prestados	15 691 225	18 689 854
Activos financeiros dados em garantia	12 493 786	7 983 808
Créditos documentários abertos	2 635 186	2 972 584
Outros	356 919	477 571
	31 177 116	**30 123 817**
Compromissos		
Compromissos revogáveis	7 988 988	8 946 546
Compromissos irrevogáveis	3 957 908	4 895 015
	11 946 896	**13 841 561**

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 137 894 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 135 114 milhares de euros) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 11 057 milhares de euros;
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 16 981 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 20 919 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 64 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 62 300 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco europeu de Investimento no montante de 1 213 509 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 594 500 milhares de euros).

Estes activos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas carteiras de títulos do Banco e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Banco, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Depósito e guarda de valores	50 661 185	62 998 309
Valores recebidos para cobrança	270 695	274 426
Crédito securitizado sob gestão (*servicing*)	8 867 304	7 055 909
Outras responsabilidades por prestação de serviços	3 461 155	5 019 692
	63 260 339	**75 348 336**

NOTA 41 – Transacções com Partes Relacionadas

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011					31.12.2010				
	Activos	**Passivos**	**Garantias**	**Proveitos**	**Custos**	**Activos**	**Passivos**	**Garantias**	**Proveitos**	**Custos**
Empresas subsidiárias										
ES RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	510	-	-	5 649	-	610	-	-	5 510
ES CONCESSÕES	178 959	54	51 847	12 248	-	201 396	1 721	49 380	9 988	-
ES ACE 2	-	312	-	1 317	5 744	-	395	-	1 318	5 977
ESAF	-	28 294	4 035	15 674	526	-	69 301	5 712	17 709	-
ESAF ESPANHA	383	25 838	-	5 028	365	2 199	16 535	-	5 784	42
ES SERVICIOS	35 225	138	-	806	3 203	28 194	141	-	748	2 999
ESGEST	-	522	-	-	976	-	175	-	-	1 083
ESINF	-	963	-	-	5 017	-	1 082	-	-	4 538
BESNAC	-	-	-	-	466	-	634 040	636 132	-	2 763
BESI	1 415 457	268 564	11 350	23 005	11 226	1 491 704	25 900	8 000	21 580	14 627
BES GMBH	-	20	1 095 572	5 088	20	248 565	-	1 073 552	-	-
BES ORIENTE	53	112 316	-	-	3 372	47	2 615	-	-	-
BES FINANCE	244 545	4 487 408	9 699 587	110 401	334 768	519 810	7 622 792	15 324 242	123 001	381 559
ES PLC	183 410	1 804 179	2 619 857	2 628	3 428	35 910	215 591	1 616 000	91	-
ES BANK	20 041	5 960	-	-	-	19 979	18 146	-	-	-
ES TECH VENTURES	44 263	28	-	1 785	-	42 477	685	-	1 250	-
ES REPRESENTAÇÕES	-	-	-	-	32	-	-	-	-	104
ESCLINC	-	-	-	-	1 350	-	-	-	-	1 213
BEST	13 181	268 097	-	615	4 042	37 076	72 864	-	977	2 968
BES AÇORES	167 648	25 776	-	1 591	332	1 000	29 692	-	2 122	974
BES ANGOLA	2 189 164	36 512	-	111 000	74	2 038 136	28 461	-	79 957	110
QUINTA DOS CONEGOS	1 007	-	-	-	-	963	-	-	-	-
BIBL	2 020 965	1 462 933	2 981 714	32 831	102 313	1 788 143	2 135 141	2 900 716	29 592	66 268
FCR PME	-	3 094	-	-	63	-	3 075	-	-	-
FIQ VENTURES II	21 321	8	-	1 427	-	22 395	-	-	943	-
SPE-LM6	189 514	-	-	4 331	1 019	191 190	-	-	2 931	340
SPE-LM7	1 404 012	-	-	24 189	81	1 425 000	-	-	13 510	-
FT LPF1	153 061	9 070	-	8 746	-	688 507	-	-	11 357	-
PRAÇA DO MARQUES	2 120	1 490	-	-	1 440	7 120	4 901	-	-	1 440
PARSUNI	17	-	-	-	-	17	-	-	-	-
SPE-SME1	7 844	-	-	560	-	14 423	-	-	-	-
AVISTAR	800 000	194 192	-	282	7 078	1 834 000	85 331	-	-	-
FCR_BES_GROWTH	-	626	-	-	-	-	121	-	-	-
FCR_VENTURES_III	22 398	13	-	1 428	-	24 508	-	-	1 019	-
AMAN BANK	1 469	3 092	-	-	-	-	23 120	-	-	-
OBLOG	-	1 175	-	-	-	-	792	-	-	-
BES ÁFRICA	-	508	-	32	-	-	163	-	16	-
BANCO DE CABO VERDE	-	13 420	-	-	-	-	9 716	-	-	-
ES VANGUARDA	-	500	-	-	-					
CLNs	51 835	100 000	-	1 621	9 590	180 190	318 388	-	648	1 585
	9 167 892	**8 855 612**	**16 463 962**	**366 633**	**502 174**	**10 842 949**	**11 321 494**	**21 613 734**	**324 541**	**494 100**
Empresas associadas										
BES VIDA	1 355 199	263 447	-	22 796	1 797	923 559	390 044	-	44 425	944
ES VÉNÉTIE	865 066	139 804	11 794	2 626	125	882 675	120 234	832	8 112	345
LOCARENT	142 261	312	-	4 608	8 764	139 951	712	-	3 200	8 505
BES SEGUROS	3	8 471	-	-	11	3 781	9 671	-	1 030	4
EUROP ASSISTANCE [b]	-	-	-	-	-	1 049	1 670	7	-	12
ESUMÉDICA [a]	-	-	-	-	-	2 569	-	4	82	-
FIDUPRIVATE	-	-	-	-	-	139	7	-	-	-
ESEGUR	2 308	219	2 197	119	-	2 361	138	2 261	79	-
ES CONTACT CENTER	1 988	-	43	114	-	1 406	-	92	60	-
EMPARK	40 080	-	-	2 499	-	41 537	-	-	2 363	-
SOUSACAMP	-	5	-	-	-	15 000	7	-	338	-
ASCENDI GROUP SGPS	188 034	8 337	29 358	8 634	7	188 684	5 348	-	935	542
NANIUM	42 044	2 752	18 387	971	-	45 403	704	-	610	-
ASCENDI PINHAL INTERIOR	33 732	10 686	15 374	1 505	103	9 320	17 769	-	256	19
AENOR DOURO	247 956	1 898	12 000	11 202	18	122 304	592	-	5 013	-
SCUTVIAS	8 154	-	6 868	219	-	9 140	-	-	193	-
PALEXPO	6 800	75	-	495	-	6 800	189	-	353	1
UNICRE	1	10 003	-	-	280	12	16 692	-	-	1
OUTRAS	37 871	20 412	4 684	1 243	80	15 935	11 810	-	456	52
	2 971 497	**466 421**	**100 705**	**57 031**	**11 185**	**2 411 625**	**575 587**	**3 196**	**67 505**	**10 425**

(a) entidade relacionada relacionada com a ESFG desde Abr/11
(b) entidade relacionada relacionada com a ESFG desde Set/11

No âmbito do acordo de distribuição e gestão operacional existentes entre o BES, a BES Vida e o Credit Agricole, o BES concedeu à BES Vida uma garantia de retorno sobre um conjunto de activos associados a contratos de seguros e de investimento. O BES regista esta garantia no passivo pelo seu justo valor, por contrapartida de resultados, sempre que o retorno esperado dos activos é inferior à rentabilidade mínima garantida aos segurados. O valor da responsabilidade perante a BES VIDA, reconhecida em balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 era de 6,8 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o montante global dos activos e passivos do Banco que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011								
	Activos								
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
ES IRMÃOS	-	99 341	-	-	99 341	-	-	5 242	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÉRE, SA	-	173 644	-	-	173 644	-	154	-	-
ES SAUDE	-	22 479	31 143	-	53 622	24 870	23 873	398	25
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	5	-	57	1 035	1 150	460	23	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	14	-	-
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	25 588	-	-	-	25 588	7 874	16 744	-	56
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	167 298	-	-	167 298	21 155	101 811	58	232
ES BANK PANAMA	-	-	-	-	-	-	719	-	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	729	-	-
ESF PORTUGAL	-	-	-	-	-	-	449	-	-
OPWAY	-	14 133	-	-	14 133	47 642	13 073	282	-
T - VIDA	-	85 981	275 778	-	361 759	-	96 105	48	25
CONSTRUCCIONES SARRION	-	21 111	-	-	21 111	820	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	1	-	-	1	-	901	-	7
ESFG	-	-	-	-	-	-	23	-	-
EUROP ASSISTANCE [b]	-	15	-	-	15	8	1 835	-	-
ESUMÉDICA [a]	-	1 949	-	-	1 949	4	-	109	-
OUTRAS	-	38 448	1 126	-	39 574	22 293	30 213	888	180
Total	**26 561**	**624 405**	**308 047**	**57**	**959 070**	**125 816**	**287 103**	**7 048**	**525**

(a) entidade relacionada relacionada com a ESFG desde Abr/11
(b) entidade relacionada relacionada com a ESFG desde Set/11

(milhares de euros)

	31.12.2010								
	Activos								
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
ES IRMÃOS	-	87 948	-	-	87 948	-	-	2 469	-
ESCOM	-	-	-	-	-	-	-	6 374	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÉRE, SA	-	135 000	-	-	135 000	-	74	-	-
ES SAUDE	-	118 944	12 434	-	131 378	24 885	5 308	3 046	1
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	-	-	76	1 049	207	549	-	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	40	-	-
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	-	-	-	-	-	10 623	11 088	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	2 667	-	-	2 667	21 563	68 136	70	160
ES BANK PANAMA	-	-	-	-	-	-	2 930	-	44
BESPAR	-	-	-	-	-	-	479	-	-
ESF PORTUGAL	-	1	-	-	1	-	152	-	-
OPWAY	-	31 606	-	-	31 606	35 665	8 998	713	-
T - VIDA	-	20	190 281	-	190 301	-	97 094	-	106
CONSTRUCCIONES SARRION	-	22 039	-	-	22 039	-	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	-	-	-	-	-	186	-	1
ESFG	-	-	-	-	-	-	91 325	-	-
OUTRAS	-	66 078	1 126	-	67 204	12 370	27 750	1 083	20
Total	**973**	**464 303**	**203 841**	**76**	**669 193**	**105 313**	**314 109**	**13 755**	**332**

Em 31 de Dezembro de 2011 o valor do crédito concedido pelo BES ao pessoal chave da gestão ascendia a 16 117 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 16 495 milhares de euros).

Em 31 de Dezembro de 2011 o valor dos créditos concedidos pelo Banco aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 4 911 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 5 924 milhares de euros).

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os créditos concedidos aos administradores correspondem a actos compreendidos no próprio comércio da Sociedade e nenhuma vantagem especial lhes foi concedida (nº 5 do artigo 397 do Código das Sociedades Comerciais), pelo que não se encontram abrangidos pelas disposições constantes dos nºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

A concessão de crédito pelas instituições de crédito aos seus administradores é ainda regulada pelo artigo 85.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pela Instrução do Banco de Portugal nº 17/2011 que entrou em vigor em 21 de Agosto último.

Do disposto nas referidas normas, salientam-se as seguintes regras:

(i) Proibição de concessão de crédito sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias:

- a membros executivos do Conselho de Administração, a membros da Comissão de Auditoria, e a sociedades ou outros entes colectivos directa ou indirectamente dominados por quaisquer daqueles membros, com excepção de operações de carácter ou finalidade social, operações decorrentes da política de pessoal ou de crédito decorrente da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com outros clientes de perfil e risco análogos, nos termos do disposto no nº4 do art. 85º do RGICSF;
- aos cônjuges e parentes em 1º grau de membros executivos do Conselho de Administração ou de membros da Comissão de Auditoria e a sociedades ou outros entes colectivos directa ou indirectamente dominados por quaisquer daquelas pessoas, salvo nos casos em que tenha havido ilisão da presunção (prevista no n.º 2 do art.º 85.º do RGICSF) de que o crédito concedido a tais pessoas e entidades é crédito indirecto aos membros executivos do Conselho de Administração ou aos membros da Comissão de Auditoria, conforme for o caso, ou nos casos que se enquadrem nas situações previstas no nº4 do artº 85º do RGICSF, acima referidas.

(ii) imposição do cumprimento de determinados procedimentos, designadamente de comunicação prévia ao Banco de Portugal, nos casos em que se verifique a ilisão da presunção de crédito indirecto prevista no n.º 2 do art.º 85.º do RGICSF.

(iii) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por uma maioria de, pelo menos, 2/3 dos restantes membros do Conselho de Administração e de obtenção de parecer favorável da Comissão de Auditoria nos casos de concessão de crédito aos membros não executivos do Conselho de Administração (que não sejam membros da Comissão de Auditoria) e/ou às sociedades ou outros aos entes colectivos por eles directa ou indirectamente dominados.

As operações são aprovadas e realizadas a preços normais de mercado e os administradores beneficiários não intervêm na apreciação e decisão dos casos em que sejam parte interessada.

Os créditos concedidos a membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização cumprem com todas as exigências referidas.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Todos os créditos concedidos às partes relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objecto de determinação de imparidade em moldes idênticos aos estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Banco. Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, não se verificou qualquer situação de imparidade específica com créditos concedidos a partes relacionadas. Refira-se ainda que os mesmos são integrados no conjunto de créditos considerado como mais apropriado para efeitos do cálculo da imparidade numa base colectiva tal como referido na Nota 2.4 — Crédito a Clientes.

Durante o exercício de 2011 foram alienadas 18 520 e 4 830 milhares de unidades de participação dos fundos Fungepi e Fungere aos fundos de pensões do Grupo, por um valor global de 80,0 milhões de euros, não tendo incorrido em qualquer ganho ou perda relevante. No exercício de 2010 não foram realizadas operações com o fundo de pensões.

NOTA 42 – Securitização de Activos

A 31 de Dezembro de 2011, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo BES:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo securitizado
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	395 551	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	394 088	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	561 572	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	639 469	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	885 194	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	388 870	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	798 263	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1 plc	Dezembro de 2007	1 079 100	145 462 (1)	Crédito Project Finance
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 878 634	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Fevereiro de 2010	516 534 (2)	249 208	Crédito Leverage Finance
Lusitano SME No.2 plc	Dezembro de 2010	1 951 908 (3)	1 662 696	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Finance No.3	Novembro de 2011	657 981	631 766	Crédito a Particulares
IM BES Empresas 1	Novembro de 2011	485 000	471 575	Crédito a pequenas e médias empresas

(1) Em Março de 2011, a carteira de crédito associada a esta operação foi parcialmente alienada, tendo o remanescente (créditos domésticos) sido transferido para o Fundo de Titularização de Crédito "Lusitano Project Finance No.1 FTC"
(2) Esta operação de securitização inclui 382 062 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 134 472 milhares de euros de créditos de outras entidades intervenientes (BES Investimento e ES Vénétie)
(3) Esta operação de securitização inclui 1 348 825 milhares de euros de créditos a empresas e 603 083 milhares de euros de emissões de papel comercial

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Banco transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Em Novembro de 2011, foram realizadas duas operações de securitização: uma de crédito a particulares (Lusitano Finance Nº3) com créditos provenientes do BES e outra de crédito a empresas (IM BES Empresas 1) com créditos provenientes da sucursal do BES em Espanha. No exercício de 2010, realizou-se uma operação de securitização de crédito a empresas (Lusitano Leverage Finance No.1 BV) com créditos provenientes da Sucursal do BES em Londres, do BES Investimento e do ES Vénétie, e uma operação de securitização de crédito a empresas e de papel comercial (activos financeiros disponíveis para venda) no valor global de 1 942,7 milhões de euros (Lusitano SME No.2). Para todas estas operações, os activos não foram desreconhecidos dos respectivos balanços uma vez que as entidades mantiveram a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados.

As principais características destas operações, com referência a 31 de Dezembro de 2011, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal actual	Interesse retido pelo Banco (Valor nominal)	Data de reembolso	*Rating* das obrigações inicial				*Rating* das obrigações actual			
						Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Lusitano *Mortgages* No.1 plc	Classe A	915 000	297 230	-	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA	-	A	A3	A+	-
	Classe B	32 500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA	-	A	A3	A+	-
	Classe C	25 000	25 000	3 000	Dezembro de 2035	A	A2	A	-	A	Baa3	A	-
	Classe D	22 500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB	-	BBB+	Ba3	BBB	-
	Classe E	5 000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB	-	BB+	B2	B	-
	Classe F	10 000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano *Mortgages* No.2 plc	Classe A	920 000	312 363	-	Dezembro de 2036	AAA	Aaa	AAA	-	A	A3	A+	-
	Classe B	30 000	30 000	10 000	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA	-	A	Baa2	A	-
	Classe C	28 000	28 000	5 000	Dezembro de 2046	A	A3	A	-	A	Ba2	BBB-	-
	Classe D	16 000	16 000	-	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB	-	BBB+	B1	BB-	-
	Classe E	6 000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB	-	BB	B3	B	-
	Classe F	9 000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano *Mortgages* No.3 plc	Classe A	1 140 000	503 576	-	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA	-	A	Baa2	AA-	-
	Classe B	27 000	18 890	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA	-	A	Ba3	A+	-
	Classe C	18 600	13 013	-	Dezembro de 2047	A	A2	A	-	A	B2	BBB+	-
	Classe D	14 400	10 075	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB	-	BB	Caa1	BB	-
	Classe E	10 800	9 820	-	Dezembro de 2047	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano *Mortgages* No.4 plc	Classe A	1 134 000	560 490	4 695	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA	-	BBB-	Baa2	AA-	-
	Classe B	22 800	21 553	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA	-	BBB-	Ba3	A-	-
	Classe C	19 200	18 150	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+	-	BBB-	B2	BBB-	-
	Classe D	24 000	22 687	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB+	-	B	Caa3	BB-	-
	Classe E	10 200	10 200	-	Dezembro de 2048	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano *Mortgages* No.5 plc	Classe A	1 323 000	806 238	2 742	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA	-	BBB-	Baa3	AA-	-
	Classe B	26 600	25 494	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA	-	BBB-	B1	AA-	-
	Classe C	22 400	21 469	-	Dezembro de 2059	A	A1	A	-	BBB-	B3	A-	-
	Classe D	28 000	26 836	5 271	Dezembro de 2059	BBB+	Baa2	BBB	-	B	Ca	BB	-
	Classe E	11 900	11 900	-	Dezembro de 2059	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	277 735	9 993	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	BBB	-	A+	-
	Classe B	40 974	35 931	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	AAA	-	AAA	-
	Classe C	34 073	29 880	-	Dezembro de 2028	BB	-	BB	-	CCC	-	BB-	-
	Classe D	28 035	24 585	-	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe E	8 626	8 626	-	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano *Mortgages* No.6 plc	Classe A	943 250	613 148	48 980	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA	-	A	A3	AA-	-
	Classe B	65 450	65 450	58 950	Março de 2060	AA	Aa3	AA	-	A	Baa3	A+	-
	Classe C	41 800	41 800	31 800	Março de 2060	A	A3	A	-	A	B1	A-	-
	Classe D	17 600	17 600	17 600	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB	-	BB	B3	BBB-	-
	Classe E	31 900	31 900	31 900	Março de 2060	BB	-	BB	-	CCC	-	B	-
	Classe F	22 000	22 000	-	Março de 2060	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano *Project Finance* No.1 plc		188 988	188 988	188 988	Março de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano *Mortgages* No.7 plc	Classe A	1 425 000	1 403 967	1 403 967	Outubro de 2064	-	-	AAA	AAA	-	-	AA-	AAH
	Classe B	294 500	294 500	-	Outubro de 2064	-	-	BBB-	-	-	-	BB	-
	Classe C	180 500	180 500	-	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	-	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano *Leverage finance* No. 1 BV	Classe A	352 000	112 656	80 955	Janeiro de 2020	-	-	AAA	-	-	-	AAA	-
	Classe C	206 800	206 800	148 481	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe X	21 850	21 850	20 633	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.2	Classe A	1 107 300	1 107 300	1 107 300	Agosto de 2033	-	Aaa	-	AAA	-	A3	-	AA
	Classe B	369 100	369 100	369 100	Agosto de 2033	-	A2	-	A (low)	-	Baa1	-	BBB
	Classe C	466 300	466 300	466 300	Agosto de 2033	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	38 900	38 900	38 900	Agosto de 2033	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano *Finance* N.º 3	Classe A	450 700	450 700	450 700	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe B	207 200	207 200	207 200	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe C	20 000	20 000	20 000	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
IM BES Empresas 1	Classe A	242 500	242 500	242 500	Novembro de 2043	-	AAA	-	-	-	AAA	-	
	Classe B	242 500	242 500	242 500	Novembro de 2043	-	Caa2	-	-	-	Caa2	-	

NOTA 43 – Justo Valor dos Activos e Passivos Financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é como segue:

(milhares de euros)

		Valorizados ao Justo Valor				
	Custo Amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2011						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	481 371	-	-	-	481 371	481 371
Disponibilidades em outras instituições de crédito	341 698	-	-	-	341 698	341 698
Activos financeiros detidos para negociação	-	140 084	1 642 955	-	1 783 039	1 783 039
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	42 558	1 917 086	9 687	1 969 331	1 969 331
Activos financeiros disponíveis para venda	12 226[a)]	3 590 792	10 540 820	131 429	14 275 267	14 275 267
Aplicações em instituições de crédito	7 928 825	-	-	-	7 928 825	7 928 825
Crédito a clientes	38 546 915	-	568 972	-	39 115 887	36 690 979
Investimentos detidos até à maturidade	830 077	-	-	-	830 077	665 999
Derivados para gestão do risco	-	-	487 923	-	487 923	487 923
Activos financeiros	**48 141 112**	**3 773 434**	**15 157 756**	**141 116**	**67 213 418**	**64 624 432**
Recursos de bancos centrais	9 232 202	-	-	-	9 232 202	9 232 202
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 605 217	-	1 605 217	1 605 217
Recursos de outras instituições de crédito	10 444 882	-	694 816	-	11 139 698	10 274 189
Recursos de clientes e outros empréstimos	23 954 944	-	7 224 429	-	31 179 373	31 179 373
Responsabilidades representadas por títulos	8 226 356	-	1 937 303	-	10 163 659	9 031 891
Passivos financeiros associados a activos transferidos	2 951 364	-	-	-	2 951 364	2 951 364
Derivados para gestão do risco	-	-	155 741	-	155 741	155 741
Passivos subordinados	896 185	-	-	-	896 185	780 242
Passivos financeiros	**55 705 933**	**-**	**11 617 506**	**-**	**67 323 439**	**65 210 219**
31 de Dezembro de 2010						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	488 677	-	-	-	488 677	488 677
Disponibilidades em outras instituições de crédito	262 986	-	-	-	262 986	262 986
Activos financeiros detidos para negociação	-	621 303	1 455 831	-	2 077 134	2 077 134
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	211 651	1 558 123	10 397	1 780 171	1 780 171
Activos financeiros disponíveis para venda	16 880[a)]	3 590 636	8 446 565	40 181	12 094 262	12 094 262
Aplicações em instituições de crédito	8 472 098	-	-	-	8 472 098	8 472 098
Crédito a clientes	40 589 426	-	506 387	-	41 095 813	39 686 032
Investimentos detidos até à maturidade	1 669 268	-	-	-	1 669 268	1 607 644
Derivados para gestão do risco	-	-	499 544	-	499 544	499 544
Activos financeiros	**51 499 335**	**4 423 590**	**12 466 450**	**50 578**	**68 439 953**	**66 968 548**
Recursos de bancos centrais	7 391 791	-	-	-	7 391 791	7 391 791
Passivos financeiros detidos para negociação	-	120 553	1 538 108	-	1 658 661	1 658 661
Recursos de outras instituições de crédito	12 930 400	-	635 177	-	13 565 577	13 027 838
Recursos de clientes e outros empréstimos	22 613 685	-	3 977 329	-	26 591 014	26 591 014
Responsabilidades representadas por títulos	10 491 586		3 563 167	-	14 054 753	12 811 468
Passivos financeiros associados a activos transferidos	2 043 754	-	-	-	2 043 754	2 043 754
Derivados para gestão do risco	-	-	277 407	-	277 407	277 407
Passivos subordinados	2 228 306		276 202		2 504 508	1 567 425
Passivos financeiros	**57 699 522**	**120 553**	**10 267 390**	**-**	**68 087 465**	**65 369 358**

a) Activos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes activos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transacções recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor

Os Activos e Passivos ao justo valor do Banco, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. Alterações nos parâmetros utilizados, em 2011 e 2010, não têm impacto significativo no contexto das demonstrações financeiras do Banco.

Durante os exercícios de 2011 e 2010, não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2011 e 2010, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo no início do exercício	50 578	10 975
Aquisições	83 673	40 181
Saídas	-	(578)
Transferências [a]	7 534	-
Variação de valor	(669)	-
Saldo no fim do exercício	**141 116**	**50 578**

(a) Referem-se a títulos que em 31 de Dezembro de 2010 estavam registados ao custo de aquisição líquidos de imparidade

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2011 e 2010, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de Taxas de Juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para swap de taxa de juro para os respectivos prazos:

(%)

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	**USD**	**GBP**	**EUR**	**USD**	**GBP**
Overnight	0,3250	0,1100	0,4300	0,4500	0,3000	0,5800
1 mês	1,0240	0,2953	0,7604	0,7820	0,2606	0,6800
3 meses	1,3560	0,5810	1,0900	1,0060	0,3028	0,8200
6 meses	1,6170	0,8085	1,3400	1,2270	0,4559	1,2600
9 meses	1,7910	0,9659	1,5900	1,3720	0,6200	1,4150
1 ano	1,4175	0,6770	1,0850	1,3320	0,4590	0,8910
3 anos	1,3750	0,8225	1,3601	1,9450	1,3030	1,9480
5 anos	1,7240	1,2260	1,5624	2,4810	2,1980	2,6180
7 anos	2,0690	1,6335	1,8619	2,8930	2,8390	3,1868
10 anos	2,3870	2,0160	2,2940	3,3050	3,4010	3,5350
15 anos	2,6750	2,3715	2,6525	3,6380	3,8580	3,8780
20 anos	2,6920	2,4960	2,8322	3,6970	4,0030	3,9530
25 anos	2,6250	2,5460	2,9426	3,6660	4,0760	3,9530
30 anos	2,5610	2,5870	2,9920	3,4960	4,1240	3,9230

Spreads de Crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Banco na avaliação dos derivados de crédito são divulgados diariamente pelo Markit representando observações constituídas por cerca de 85 entidades financeiras internacionais de renome. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos spreads de crédito no mercado ao longo do ano:

(pontos de base)

Índice	**Série**	**1 ano**	**3 anos**	**5 anos**	**7 anos**	**10 anos**
Ano 2011						
CDX USD Main	17	60,25	93,98	120,03	128,87	137,62
iTraxx Eur Main	16	-	153,99	173,38	177,50	179,25
iTraxx Eur Senior Financial	16	-	-	275,25	-	275,25
Ano 2010						
CDX USD Main	15	55,50	49,81	85,07	95,85	104,23
iTraxx Eur Main	14	-	79,49	105,35	113,24	120,17
iTraxx Eur Senior Financial	14	-	-	177,71	-	182,17

Volatilidades de Taxas de Juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*) que serviram de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

%

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	**USD**	**GBP**	**EUR**	**USD**	**GBP**
1 ano	51,08	76,51	53,15	42,00	104,76	56,90
3 anos	52,92	77,70	67,00	42,80	67,49	52,00
5 anos	50,31	67,85	62,90	36,20	47,52	39,60
7 anos	44,19	56,34	52,30	31,30	37,90	32,00
10 anos	38,00	47,78	39,70	26,80	31,35	25,50
15 anos	32,42	42,36	29,70	23,19	27,04	20,50

Câmbios e Volatilidade Cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**1 mês**	**3 meses**	**6 meses**	**9 meses**	**1 ano**
EUR/USD	1,2939	1,3362	13,23	14,68	15,15	15,25	15,35
EUR/GBP	0,8353	0,8608	8,28	9,55	10,48	10,85	11,23
EUR/CHF	1,2156	1,2504	9,75	9,20	8,85	8,85	8,58
EUR/NOK	7,7540	7,8000	7,10	8,05	8,60	8,81	9,03
EUR/PLN	4,4580	3,9750	10,95	12,30	13,10	13,43	13,60
EUR/RUB	41,7650	40,8200	11,75	12,60	13,50	14,05	14,50
USD/BRL [a)]	1,8671	1,6597	17,15	18,45	18,90	19,23	19,55
USD/TRY [b)]	1,8882	1,5487	14,20	15,75	16,50	16,85	17,00

a) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL
b) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

O Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa spot observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre Cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre acções:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita
	31.12.2011	**31.12.2010**	**Variação %**	**1 mês**	**3 meses**	
DJ Euro Stoxx 50	2 317	2 793	(17,1)	32,14	38,50	29,23
PSI 20	5 494	7 588	(27,6)	23,53	27,79	-
IBEX 35	8 566	9 859	(13,1)	30,60	35,06	-
FTSE 100	5 572	5 900	(5,6)	20,99	26,58	19,26
DAX	5 898	6 914	(14,7)	31,54	38,80	27,85
S&P 500	1 258	1 258	(0,0)	24,04	27,70	20,27
BOVESPA	56 754	69 305	(18,1)	23,60	28,47	24,57

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito e Aplicações em Instituições de Crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos Detidos até à Maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de Bancos Centrais e Recursos de Outras Instituições de Crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros.

Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades Representadas por Títulos e Passivos Subordinados

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 44 – Gestão dos Riscos de Actividade

O Banco está exposto a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros, os quais se analisam de seguida:

Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes. Nos *credit defaults swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Banco. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objecto de análises regulares o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do BES ao risco de crédito:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	8 549 195	9 033 271
Activos financeiros detidos para negociação	1 770 793	2 075 218
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	178 140	655 730
Activos financeiros disponíveis para venda	13 456 714	11 019 646
Crédito a clientes	39 115 887	41 095 813
Investimentos detidos até à maturidade	830 077	1 669 268
Derivados para gestão de risco	487 923	499 544
Outros activos	1 563 688	2 216 124
Garantias e avales prestados	15 691 225	18 689 854
Créditos documentários	2 635 186	2 972 584
Compromissos irrevogáveis	3 957 908	4 895 015
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	136 540	223 717
	88 373 276	**95 045 784**

A repartição por sectores de actividade, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e o exercício findo em 2010, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011									
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão do risco	Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade[a]				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	419 649	(16 128)	11 111	-	-	11 315	(3 087)	-	-	45 505
Indústrias Extractivas	186 523	(7 110)	1 645	-	-	1 027	(546)	-	-	18 586
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	770 235	(42 938)	10 918	-	-	22 286	(52)	-	-	93 096
Têxteis e Vestuário	310 403	(27 562)	1 906	-	-	20 103	(2 238)	-	-	14 992
Curtumes e Calçado	70 265	(5 699)	459	-	-	515	(499)	-	-	2 040
Madeira e Cortiça	155 022	(23 635)	812	-	-	1 372	-	-	-	6 879
Papel e Indústrias Gráficas	307 717	(5 877)	4 929	-	-	116 078	(1 989)	-	-	87 922
Refinação de Petróleo	29 233	(191)	2 679	-	-	-	-	-	-	4 620
Produtos Químicos e de Borracha	446 121	(9 381)	11 156	-	-	47 255	(10 856)	-	-	95 245
Produtos Minerais não Metálicos	334 045	(17 835)	475	-	-	33 370	(7 458)	-	-	26 855
Indústrias Metalurgicas de Base e p. metálicos	686 995	(34 820)	1 308	-	-	-	-	-	-	119 266
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	184 633	(6 812)	2 381	-	-	50 455	(2 077)	-	-	139 011
Fabricação de Material de Transporte	480 550	(14 074)	504	-	-	576	(99)	-	-	29 429
Outras Industrias Transformadoras	260 658	(23 458)	1 665	-	-	11 843	(6 199)	-	-	44 328
Electricidade, Gás e Água	1 019 353	(7 930)	58 564	-	-	391 041	-	-	-	471 915
Construção e Obras Públicas	3 741 305	(228 610)	127 220	56 000	-	152 583	(1 687)	-	-	2 388 812
Comércio por Grosso e a Retalho	2 754 598	(204 951)	16 642	-	-	301 816	(15 203)	-	-	531 202
Turismo	1 466 097	(53 515)	8 435	-	-	643	(379)	-	-	95 728
Transportes e Comunicações	1 557 424	(76 457)	106 876	-	-	512 370	-	9 865	-	1 020 237
Actividades Financeiras	2 449 804	(191 370)	1 060 726	1 715 319	487 923	7 597 840	(29 917)	578 045	(21 036)	7 880 243
Actividades Imobiliárias	4 905 677	(266 888)	45 987	70 000	-	267 815	(1 776)	-	-	446 987
Serviços Prestados às Empresas	3 952 567	(155 244)	124 071	90 002	-	1 456 342	(16 537)	-	-	1 685 040
Administração e Serviços Públicos	979 723	(20 459)	124 825	-	-	2 782 240	-	147 545	-	242 513
Outras actividades de serviços colectivos	2 120 494	(223 700)	52 264	38 010	-	607 512	(25 797)	126 581	(10 923)	108 387
Crédito à Habitação	8 493 281	(137 861)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 318 535	(149 445)	-	-	-	-	-	-	-	90 911
Outros	237 452	(3 972)	5 481	-	-	18 199	(2 933)	-	-	1 437
TOTAL	**40 638 359**	**(1 955 922)**	**1 783 039**	**1 969 331**	**487 923**	**14 404 596**	**(129 329)**	**862 036**	**(31 959)**	**15 691 225**

(a) inclui provisão para imparidade no valor de 1 522 472 milhares de euros (ver Nota 22) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 433 450 milhares de euros (ver Nota 34)

(milhares de euros)

	31.12.2010									
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão do risco	Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade[a]				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	536 134	(23 445)	6 717	-	-	20 314	(3 087)	-	-	42 118
Indústrias Extractivas	461 824	(6 664)	4 018	-	-	1 856	-	-	-	21 073
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	774 121	(16 668)	11 925	-	-	24 501	(52)	4 308	-	98 825
Têxteis e Vestuário	358 876	(62 622)	1 925	-	-	20 451	(2 238)	-	-	17 617
Curtumes e Calçado	73 539	(3 796)	629	-	-	520	(499)	-	-	2 269
Madeira e Cortiça	160 687	(20 843)	823	-	-	5 389	(1 500)	-	-	4 203
Papel e Indústrias Gráficas	292 845	(5 161)	5 734	-	-	140 065	-	-	-	87 321
Refinação de Petróleo	14 650	(112)	514	-	-	-	-	-	-	2 873
Produtos Químicos e de Borracha	476 465	(10 151)	13 091	-	-	28 784	(10 630)	13 163	-	83 680
Produtos Minerais não Metálicos	268 493	(14 394)	800	-	-	3 905	-	-	-	37 935
Indústrias Metalurgicas de Base e p. metálicos	502 875	(26 229)	1 529	-	-	2 325	-	-	-	95 020
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	192 869	(11 024)	2 693	-	-	28 443	(596)	10 749	-	145 296
Fabricação de Material de Transporte	106 413	(9 863)	623	-	-	1 201	(31)	-	-	81 655
Outras Industrias Transformadoras	459 167	(23 525)	780	-	-	15 560	(15 508)	-	-	52 171
Electricidade, Gás e Água	1 002 643	(12 318)	27 417	-	-	37 801	-	16 034	-	550 323
Construção e Obras Públicas	4 353 279	(207 151)	70 664	56 140	-	423 484	(6 625)	7 099	-	2 032 759
Comércio por Grosso e a Retalho	3 039 415	(175 029)	12 409	-	-	179 899	(1 331)	-	-	496 535
Turismo	1 394 161	(40 229)	9 977	-	-	1 061	(376)	-	-	73 431
Transportes e Comunicações	1 855 827	(71 583)	78 930	-	-	279 806	(3)	211 734	-	1 014 943
Actividades Financeiras	1 739 322	(117 883)	1 030 518	1 603 991	499 543	7 622 498	(39 106)	960 780	(31 247)	11 124 322
Actividades Imobiliárias	5 071 971	(150 471)	27 251	-	-	219 425	(1 724)	-	-	427 797
Serviços Prestados às Empresas	4 118 569	(103 050)	129 949	3	-	954 152	(27 080)	-	-	1 567 760
Administração e Serviços Públicos	1 056 338	(15 714)	595 748	-	-	1 716 223	(1)	190 386	-	248 419
Outras actividades de serviços colectivos	2 274 046	(103 416)	38 078	120 037	-	470 572	(9 886)	282 249	(17 242)	271 842
Crédito à Habitação	8 614 500	(188 458)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 687 412	(166 420)	-	-	-	-	-	-	-	107 938
Outros	350 228	(4 243)	4 392	-	-	16 305	(5)	21 257	-	1 690
TOTAL	**42 236 669**	**(1 590 462)**	**2 077 134**	**1 780 171**	**499 543**	**12 214 540**	**(120 278)**	**1 717 759**	**(48 489)**	**18 689 854**

(a) inclui provisão para imparidade no valor de 1 140 856 milhares de euros (ver Nota 22) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 449 606 milhares de euros (ver Nota 34)

Risco de Mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções e de mercadoria.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Banco utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

(milhares de euros)

	31.12.2011				31.12.2010			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	4 263	7 791	9 148	4 448	11 842	13 924	20 866	11 538
Risco taxa de juro	3 768	6 444	9 328	4 303	11 366	7 251	10 055	3 123
Acções e Mercadorias	13 124	15 522	10 005	13 129	11 586	20 740	28 895	10 677
Volatilidade	7 321	15 475	34 730	10 104	-	-	-	-
Spread de Crédito	13 600	7 924	8 920	6 020	-	-	-	-
Efeito da diversificação	(7 522)	(11 461)	(13 049)	(8 260)	(18 322)	(15 722)	(16 804)	(9 969)
Total	**34 554**	**41 695**	**59 082**	**29 744**	**16 472**	**26 193**	**43 012**	**15 369**

O BES apresenta um valor em risco (VaR) de aproximadamente 35 milhões de euros para as suas posições de negociação (31 de Dezembro de 2010: cerca de 16 milhões de euros).

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BES calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhares de euros)

	31.12.2011							31.12.2010						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	202 699	202 699	-	-	-	-	-	190 490	190 490	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em ICs	8 384 043	-	7 934 131	97 438	40 818	290 640	21 016	8 834 463	-	8 346 341	25 472	150 225	312 425	-
Crédito a clientes	38 964 742	-	26 804 607	7 788 204	2 026 249	1 533 087	812 595	40 981 781	-	28 049 893	8 352 276	2 138 882	1 374 786	1 065 944
Títulos	19 357 901	4 957 447	11 148 627	1 624 952	64 654	682 379	879 842	16 170 010	2 200 973	9 045 086	2 121 852	1 610 974	643 072	548 053
Fora de Balanço			1 622 493	(367 250)	(147 750)	(982 715)	(124 778)			2 612 867	(66 200)	(36 000)	(2 338 115)	(172 553)
Total			**47 509 858**	**9 143 344**	**1 983 971**	**1 523 391**	**1 588 675**			**48 054 187**	**10 433 400**	**3 864 081**	**(7 832)**	**1 441 444**
Recursos de outras ICs	20 228 173	-	13 455 109	567 960	810 732	2 465 194	2 929 178	21 006 018	-	15 918 669	520 935	556 955	1 382 495	2 626 964
Depósitos	30 494 781	-	20 474 064	2 780 411	3 128 952	4 021 593	89 761	25 968 095	-	18 533 883	1 853 269	1 884 350	3 632 544	64 049
Repo´s com clientes	188 907	-	138 442	50 465	-	-	-	128 507	-	128 507	-	-	-	-
Títulos Emitidos	10 818 602	-	5 865 620	541 027	41 298	4 068 379	302 278	16 443 343	-	6 826 460	788 301	137 419	8 015 613	675 550
Acções Preferenciais	244 503	-	-	-	-	244 503	-	872 033	-	-	-	-	872 033	-
Fora de Balanço			6 493 564	1 309 566	(1 755 087)	(5 717 011)	(331 270)			7 049 370	1 322 496	(192 339)	(7 524 831)	(733 156)
Total			**46 426 799**	**5 249 429**	**2 225 895**	**5 082 658**	**2 989 947**			**48 456 889**	**4 485 001**	**2 386 385**	**6 377 854**	**2 633 407**
GAP (Activos - Passivos)			**1 083 059**	**3 893 915**	**(241 924)**	**(3 559 267)**	**(1 401 272)**			**(402 702)**	**5 948 399**	**1 477 696**	**(6 385 686)**	**(1 191 963)**

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos para deslocação da curva de rendimentos de 100 p.b. em todos os escalões de taxa de juro.

(milhares de euros)

	31.12.2011				31.12.2010			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb
No final do exercício	265 515	(265 515)	139 839	(139 839)	318 265	(318 265)	177 484	(177 484)
Média do exercício	266 274	(266 274)	141 781	(141 781)	323 113	(323 113)	177 810	(177 810)
Máximo para o exercício	317 423	(317 423)	167 207	(167 207)	328 916	(328 916)	185 379	(185 379)
Mínimo para o exercício	233 444	(233 444)	121 770	(121 770)	318 265	(318 265)	171 173	(171 173)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	9 114 100	317 826	3,49%	11 090 002	313 891	2,83%
Crédito a clientes	41 617 026	1 783 165	4,28%	42 243 335	1 447 020	3,43%
Aplicações em títulos	13 966 897	459 791	3,29%	11 813 960	353 693	2,99%
Aplicações diferenciais	442 410	-	-	1 265 164	-	-
Activos financeiros	**65 140 433**	**2 560 782**	**3,93%**	**66 412 461**	**2 114 604**	**3,18%**
Recursos monetários	22 045 650	513 729	2,33%	19 463 436	338 471	1,74%
Recursos de clientes	28 201 594	821 014	2,91%	23 598 435	372 813	1,58%
Outros recursos	14 893 189	572 101	3,84%	23 350 590	740 961	3,17%
Passivos financeiros	**65 140 433**	**1 906 844**	**2,93%**	**66 412 461**	**1 452 245**	**2,19%**
Resultado Financeiro		**653 938**	**1,00%**		**662 359**	**1,00%**

Nota: Activo / (Passivo)

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2011				31.12.2010			
		Posições à vista	Posições a prazo	Outros elementos	Posição líquida	Posições à vista	Posições a prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	(885 277)	909 868	15 846	40 437	(3 642 732)	3 822 713	(194 030)	(14 049)
GBP	LIBRA ESTERLINA	391 069	(402 883)	(80)	(11 894)	256 212	(256 049)	11 369	11 532
BRL	REAL BRASILEIRO	38 061	(64 429)	11 687	(14 681)	117 445	(3 731)	(2 375)	111 339
DKK	COROA DINAMARQUESA	133	(3 720)	-	(3 587)	51 758	(3 873)	-	47 885
JPY	IENE JAPONÊS	(8 666)	17 400	(10 271)	(1 537)	(331 012)	361 881	(100 142)	(69 273)
CHF	FRANCO SUICO	47 521	(47 674)	3 228	3 075	84 638	(84 849)	5 838	5 627
SEK	COROA SUECA	(2 269)	1 305	182	(782)	14 918	(17 061)	-	(2 143)
NOK	COROA NORUEGUESA	(3 261)	1 030	(54)	(2 285)	1 865	(2 995)	7 689	6 559
CAD	DOLAR CANADIANO	35 766	(53 078)	19 793	2 481	20 768	(15 590)	2 880	8 058
ZAR	RAND DA ÁFRICA DO SUL	(1 137)	(715)	2 637	785	2 895	(6 844)	(38 589)	(42 538)
AUD	DOLAR AUSTRALIANO	98 265	(101 357)	3 106	14	157 172	(158 495)	10 848	9 525
CZK	COROA CHECA	3 785	302	(2 247)	1 840	(676)	774	-	98
MXN	PESO MEXICANO	77 485	(80 520)	3 215	180	35 968	(35 668)	34 286	34 586
	OUTROS	108 595	(54 178)	80 297	134 714	75 361	(3 536)	416 617	488 442
		(99 930)	**121 351**	**127 339**	**148 760**	**(3 155 420)**	**3 596 677**	**154 391**	**595 648**

Nota: Activo/ (Passivo)

Exposição a Dívida Pública de Países Periféricos da Zona Euro

Em 31 de Dezembro de 2011 a exposição do Grupo a dívida pública de países "periféricos" da Zona Euro apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011					
	Crédito sobre clientes	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados (1)	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Total
Portugal	820 000	123 852	67 428	2 771 298	-	3 782 578
Espanha	-	-	1 989	3 598	-	5 587
Grécia	-	-	(265)	-	-	(265)
Irlanda	-	-	-	-	-	-
Itália	-	-	(2 865)	-	-	(2 865)
Hungria	-	-	-	-	-	-
	820 000	**123 852**	**66 287**	**2 774 896**	**-**	**3 785 035**

(1) Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

Todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Banco pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivados com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado. O Crédito a clientes encontra-se registado ao custo amortizado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda e de Activos Financeiros Detidos para Negociação é como segue:

(milhares de euros)

	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Activos Disponíveis para Venda						
Portugal	**3 136 700**	**2 731 807**	**39 491**	**2 771 298**	**-**	**(123 213)**
Maturidade até 1 ano	2 023 946	1 995 177	14 477	2 009 654	-	(16 600)
Maturidade superior 1 ano	1 112 754	736 630	25 014	761 644	-	(106 613)
Espanha	**3 536**	**3 531**	**67**	**3 598**	**-**	**(9)**
Maturidade até 1 ano	3 514	3 508	66	3 574	-	(4)
Maturidade superior 1 ano	22	23	1	24	-	(5)
	3 140 236	**2 735 338**	**39 558**	**2 774 896**	**-**	**(123 222)**
Activos Financeiros de Negociação						
Portugal	126 208	120 458	3 394	123 852	-	-
Espanha	-	-	-	-	-	-
	126 208	**120 458**	**3 394**	**123 852**	**-**	**-**

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez, por definição, advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira, sem incorrer em perdas significativas. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, encontrando-se a estratégia financeira do Grupo desenvolvida no Relatório de Gestão.

O ano de 2011 ficou marcado pelo agravamento da crise da dívida soberana das economias "periféricas" da Zona Euro, pela desaceleração da economia global e pelos sucessivos cortes dos *ratings* soberanos. Neste contexto, o BES manteve accionadas ao longo do ano um conjunto de medidas de contingência que lhe permitiram financiar a sua actividade, colmatando assim a inacessibilidade aos mercados financeiros. As medidas implementadas dividem-se em três grandes grupos:

- Continuação da política de *deleverage* do balanço implementada a partir de meados de 2010;
- Aumento da base de depósitos de clientes reforçando a orientação estratégica de manter este produto como a principal fonte de financiamento;
- Reforço dos activos elegíveis para desconto junto do BCE, de modo a garantir o acesso às operações de refinanciamento principais e de prazo alargado, as quais têm sido fundamentais para colmatar a inacessibilidade aos mercados de financiamento de curto e médio prazo, como emissões de obrigações hipotecárias e de obrigações garantidas pelo estado.

Mesmo num ambiente desfavorável, o Banco continuou o esforço de diversificação das suas fontes de financiamento, onde se destaca a contratação de um financiamento de 300 milhões de dólares a três anos efectuada com o China Development Bank Corporation em Setembro. A diversificação do financiamento mitiga o risco de liquidez e constitui um dos objectivos das políticas de tolerância ao risco de liquidez do banco.

Com o objectivo de avaliar a exposição global ao risco de liquidez são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

No quadro seguinte apresenta-se a síntese das posições de liquidez, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (instrução nº 13/2009):

(milhões de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Mismatch acumulado [1]	1 683	(2 539)
Buffer de activos líquidos [2]	1 877	4 512
Posição de liquidez	**3 560**	**1 973**
Outros activos liquidificáveis	222	1 491
Liquidez global	**3 782**	**3 464**

(1) O *mismatch* acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano
(2) O *buffer* de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata, em concreto, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos *haircuts*), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano

Risco Operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.
Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O principal objectivo da gestão de capital no Banco consiste em assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir os requisitos mínimos de fundos próprios definidos pelas entidades de supervisão.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Banco.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, e fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por "Basileia II", o Banco foi autorizado a utilizar, com efeitos em 31 de Março de 2009, a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método "*Internal Ratings Based*" – IRB) para o risco de crédito e o método "*Standard*" para o tratamento do risco operacional (método "*The Standardized Approach*" – TSA).

Os elementos de capital do Banco dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- **Fundos Próprios considerados como *Core Tier I*:** Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados positivos retidos do período quando certificados. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a activos intangíveis, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor prudencial e, quando aplicável, os resultados negativos do período.
- **Fundos Próprios de Base (FPB):** Para além dos valores considerados como *Core Tier I*, esta categoria incluí as acções preferenciais e instrumentos de capital híbridos. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes.
- **Fundos Próprios Complementares (FPC):** Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- **Deduções (D):** Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a este mesmo ano.

Em Maio de 2011, decorrente da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011, que vem estabelecer novos patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelos grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio *Core Tier I* não inferior a 9% em 31 de Dezembro de 2011, e de 10% até 31 de Dezembro de 2012.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 apresentam-se no quadro seguinte:

(milhões de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo no início do exercício	**5 331**	**4 459**
Aumento de capital	521	-
Instrumentos híbridos	(623)	868
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de reavaliação)	(127)	109
Variação dos desvios actuariais de benefícios pós-emprego fora do corredor	170	(182)
Amortização do período transitório dos IFRS	(11)	(11)
Dedução de participações em Sociedades Financeiras e outros elementos	138	108
Activos intangíveis	2	(15)
Reservas de reavaliação	(5)	3
Outros efeitos	(1)	(8)
Saldo no fim do exercício	**5 395**	**5 331**

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de requisitos de capital do BES para 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

(milhões de euros)

		31.12.2011	31.12.2010
A - Fundos Próprios			
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias		5 100	4 580
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de reavaliação)		528	655
Activos Intangíveis		(118)	(120)
Desvios Actuariais de responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial		(245)	(415)
Reservas de Reavaliação com impacto prudencial		(10)	(5)
Periodo transitório IFRS		23	34
Fundos Próprios para determinação do Rácio *Core Tier I*	**(A1)**	**5 278**	**4 729**
Instrumentos híbridos		245	868
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		(128)	(266)
Fundos Próprios de Base (*TIER I*)	**(A2)**	**5 395**	**5 331**
45% das Reservas de Reavaliação de Justo Valor Positivas		16	44
Divida Subordinada elegível		867	1 862
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		(104)	(179)
Fundos Próprios Complementares (*TIER II*)		**779**	**1 727**
Deduções		(110)	(105)
Fundos Próprios Elegíveis	**(A3)**	**6 064**	**6 953**
B- Activos de Risco Equivalentes			
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)		56 324	53 480
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)		682	2 025
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)		2 306	2 306
Total de Activos de Risco Equivalentes	(B)	**59 312**	**57 811**
C- Rácios Prudenciais			
Rácio *Core Tier 1*	(A1 / B)	8,9%	8,2%
Rácio *Tier 1*	(A2 / B)	9,1%	9,2%
Rácio de Solvabilidade	(A3 / B)	**10,2%**	**12,0%**

NOTA 45 – Compromissos Contratuais

Operações de Securitização

Ao longo do ano de 2011, as operações de titularização originadas pelo BES sofreram sucessivos cortes de *rating*, na sequência dos *downgrades* efectuados pelas várias agências de *rating* à República Portuguesa e aos bancos portugueses. Tradicionalmente, este tipo de operações incluem nas suas estruturas diversos mecanismos de protecção de risco, nomeadamente pelo despoletar de substituições de contrapartes com notações de risco abaixo de níveis mínimos exigidos pelas agências de *rating* ou pelo desencadear de acções correctivas que permitam mitigar o risco de exposição a essas contrapartes.

O BES actua como gestor dos créditos titularizados em todas as operações originadas por si ou por entidades do Grupo. Em geral, nas operações mais recentes, o *downgrade* do gestor dos créditos para níveis inferiores a *investment grade* implica algum tipo de acção correctiva de forma a evitar o *downgrade* dos títulos emitidos. Neste sentido, a operação de titularização de crédito a pequenas e médias empresas realizada pelo BES em Dezembro de 2010 – Lusitano SME No.2, na sequência do *downgrade* do BES por parte da Moody's, em Julho de 2011, obrigou o BES a constituir uma reserva de liquidez no montante aproximado de 110 milhões de euros junto de um banco terceiro e a contratar um *back-up servicer*.

Adicionalmente, o BES actuava como contraparte de *swap* em duas das suas operações de titularizações de créditos hipotecários (Lusitano Mortgages No.6 e o Lusitano Mortgages No.7). O desempenho destas funções em operações de titularização está reservado a entidades que respeitem os níveis mínimos de *rating* estabelecidos pelas agências de *rating*. Assim, na sequência dos *downgrades*, a posição do BES na operação Lusitano Mortgages No.6 foi transferida para uma instituição financeira que respeita os critérios de elegibilidade das agências e na operação Lusitano Mortgages No.7, procedeu-se à reestruturação da operação.

Obrigações Hipotecárias

As emissões de obrigações hipotecárias sofreram igualmente um forte impacto pelo *downgrade* da República Portuguesa e dos bancos portugueses. Como consequência, o BES deixou de poder ser contraparte nas operações *swaps* de taxa de juro, tendo procedido à sua transferência e, em alguns casos, à sua anulação.

Contract Support Anexex (CSA)

O BES tem um conjunto de contratos negociados com contrapartes com quem negoceia derivados em mercado de balcão. Os *CSA* revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negoceiam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objectivo fornecer protecção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transacções de derivados são regulamentadas pelo *International Swaps and Derivatives Association* (ISDA) e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o *rating* das partes.

NOTA 46 – Alteração de Políticas Contabilísticas

No final do exercício de 2011 o Banco tomou a decisão de proceder à alteração da política contabilística relativa ao tratamento dos desvios actuariais, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em outro rendimento integral (*Other comprehensive income* – OCI), conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

A decisão de alterar a política contabilística teve como base o entendimento de que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capital próprio na rubrica de outro rendimento integral proporciona uma informação mais relevante sobre a posição do Banco no que se refere às suas responsabilidades com pensões de reforma. Este entendimento é corroborado pelo próprio IASB no parágrafo BC48B do IAS 19, onde é referido que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de forma imediata em capital próprio proporciona uma informação mais fidedigna das operações do que o método do corredor.

De acordo com o parágrafo 29 do IAS 8, a alteração de uma política contabilística torna necessário que o Banco reexpresse as suas demonstrações financeiras como se tivesse adoptado desde sempre a política de reconhecimento em capital proprio dos ganhos e perdas actuariais.

Desta forma, apresentam-se de seguida os ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras do Banco a 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010:

(milhares de euros)

Balanço	1 de Janeiro de 2010			31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 686 023	-	1 686 023	488 677	-	488 677
Disponibilidades em outras instituições de crédito	322 297	-	322 297	262 986	-	262 986
Activos financeiros detidos para negociação	3 344 104	-	3 344 104	2 077 134	-	2 077 134
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	922 558	-	922 558	1 780 171	-	1 780 171
Activos financeiros disponíveis para venda	7 174 460	-	7 174 460	12 094 262	-	12 094 262
Aplicações em instituições de crédito	12 048 539	-	12 048 539	8 472 098	-	8 472 098
Crédito a clientes	40 379 161	-	40 379 161	41 095 813	-	41 095 813
Investimentos detidos até à maturidade	2 034 947	-	2 034 947	1 669 268	-	1 669 268
Derivados para gestão de risco	579 895	-	579 895	499 544	-	499 544
Activos não correntes detidos para venda	348 740	-	348 740	529 586	-	529 586
Outros activos tangíveis	402 935	-	402 935	379 541	-	379 541
Activos intangíveis	104 988	-	104 988	120 190	-	120 190
Investimentos em associadas	1 700 598	-	1 700 598	1 776 600	-	1 776 600
Activos por impostos correntes	5 009	-	5 009	77 669	-	77 669
Activos por impostos diferidos	336 877	243 038	579 915	403 621	257 143	660 764
Outros activos	3 324 179	(838 061)	2 486 118	4 236 713	(886 625)	3 350 088
Total de Activo	**74 715 310**	**(595 023)**	**74 120 287**	**75 963 873**	**(629 482)**	**75 334 391**
Passivo						
Recursos de bancos centrais	3 378 514	-	3 378 514	7 391 791	-	7 391 791
Passivos financeiros detidos para negociação	1 361 876	-	1 361 876	1 658 661	-	1 658 661
Recursos de outras instituições de crédito	11 560 867	-	11 560 867	13 565 577	-	13 565 577
Recursos de clientes	22 594 175	-	22 594 175	26 591 014	-	26 591 014
Responsabilidades representadas por títulos	24 984 918	-	24 984 918	14 054 753	-	14 054 753
Passivos financeiros associados a activos transferidos				2 043 754		2 043 754
Derivados para gestão de risco	370 338	-	370 338	277 407	-	277 407
Provisões	627 174	-	627 174	628 489	-	628 489
Passivos por impostos correntes	108 447	-	108 447	2 871	-	2 871
Passivos por impostos diferidos	185 109	-	185 109	154 794	-	154 794
Passivos subordinados	3 419 742	-	3 419 742	2 504 508	-	2 504 508
Outros passivos	613 200	-	613 200	832 674	-	832 674
Total de Passivo	**69 204 360**	**-**	**69 204 360**	**69 706 293**	**-**	**69 706 293**
Capital Próprio						
Capital	3 500 000	-	3 500 000	3 500 000	-	3 500 000
Prémios de emissão	1 080 258	-	1 080 258	1 080 257	-	1 080 257
Outros instrumentos de capital	-	-	-	868 193	-	868 193
Acções próprias	(25 083)	-	(25 083)	-	-	-
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	955 775	(595 023)	360 752	553 133	(672 289)	(119 156)
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	-	-	-	255 997	42 807	298 804
Total de Capital Próprio	**5 510 950**	**(595 023)**	**4 915 927**	**6 257 580**	**(629 482)**	**5 628 098**
Total de Passivo e Capital Próprio	**74 715 310**	**(595 023)**	**74 120 287**	**75 963 873**	**(629 482)**	**75 334 391**

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Juros e proveitos similares	2 698 091	-	2 698 091
Juros e custos similares	2 035 732	-	2 035 732
Margem financeira	**662 359**	**-**	**662 359**
Rendimentos de instrumentos de capital	319 083	-	319 083
Rendimentos de serviços e comissões	626 386	-	626 386
Encargos com serviços e comissões	(146 407)	-	(146 407)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	(282 351)	-	(282 351)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	330 410	-	330 410
Resultados de reavaliação cambial	(15 860)	-	(15 860)
Resultados de alienação de outros activos	(12 101)	-	(12 101)
Outros resultados de exploração	23 600	-	23 600
Proveitos operacionais	**1 505 119**	**-**	**1 505 119**
Custos com pessoal	435 286	(42 807)	392 479
Gastos gerais administrativos	344 918	-	344 918
Depreciações e amortizações	81 687	-	81 687
Provisões líquidas de anulações	17 406	-	17 406
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	301 992	-	301 992
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	66 830	-	66 830
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	57 450	-	57 450
Custos operacionais	**1 305 569**	**(42 807)**	**1 262 762**
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-
Resultado antes de impostos	**199 550**	**42 807**	**242 357**
Impostos			
Correntes	5 744	-	5 744
Diferidos	(62 191)	-	(62 191)
Resultado líquido do exercício	**255 997**	**42 807**	**298 804**

Os ajustamentos efectuados ao outro rendimento integral do exercício findos em 31 de Dezembro de 2010 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Demonstração do Rendimento Integral	31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Resultado líquido do exercício	**255 997**	**42 807**	**298 804**
Outro rendimento integral do exercício			
Benefícios de longo prazo	-	(77 266)	(77 266)
Pensões - regime transitório	(12 879)	-	(12 879)
	(12 879)	**(77 266)**	**(90 145)**
Activos disponiveis para venda			
Ganhos e perdas no exercício	69 282	-	69 282
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	(309 430)	-	(309 430)
Impostos diferidos	34 999	-	34 999
	(205 149)	**-**	**(205 149)**
Total do rendimento integral do exercício	**37 969**	**(34 459)**	**3 510**

O detalhe dos ajustamentos efectuados com vista à alteração da política contabilística analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	Desvios actuariais em balanço de acordo com a anterior política contabilística	Impacto da alteração da política contabilística		
		No activo	No rendimento integral	Nos resultados
Valores brutos				
1 de Janeiro de 2010	**838 061**	**(838 061)**	**(838 061)**	**-**
Perdas actuariais do exercício	91 371	(91 371)	(91 371)	-
Amortização do exercício	(42 807)	42 807	-	42 807
Outros	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2010	**886 625**	**(886 625)**	**(929 432)**	**42 807**
Imposto				
1 de Janeiro de 2010		**243 038**	**243 038**	**-**
Imposto do exercício		14 105	14 105	-
31 de Dezembro de 2010		**257 143**	**257 143**	-
Efeito líquido				
1 de Janeiro de 2010		**(595 023)**	**(595 023)**	**-**
31 de Dezembro de 2010		**(629 482)**	**(672 289)**	**42 807**

NOTA 47 – Normas Recentemente Emitidas

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas e Adoptadas pelo Grupo

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2011, o Banco adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011:

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Outubro de 2010, o IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2010, o IASB publicou o *Annual Improvement Project*, o qual efectuou 11 alterações em 7 normas. A data de efectividade das alterações, possibilidade de adopção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações são de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011.

A adopção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas ainda Não Adoptadas pelo Banco

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Banco irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma sofreu algumas alterações em Outubro de 2010 e ainda não foi adoptada pela União Europeia. Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;

- Todos os instrumentos de capital terão de ser mensurados ao justo valor, deixando de existir a possibilidade estabelecida pela IAS 39 de manter estes títulos ao seu custo de aquisição em situações em que este não possa ser mensurado com fiabilidade;
- As alterações de justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria justo valor através de resultados (*fair value option*) serão reconhecidas directamente Outro rendimento integral (*Other comprehensive income*). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em Outro rendimento integral não serão posteriormente transferidos para resultados.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 11 - Acordos conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) *Joint operations*: e 2) *Joint ventures*.

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:
- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o factor crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma *joint venture*, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:
- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e
- Os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 13 - Mensuração do justo valor

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 - Mensuração do justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Banco.

IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: 1) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e 2) necessidades de requisitos de divulgação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Banco.

IFRS 7 (Alterada) - Divulgações - *Offsetting* de activos e passivos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração ao IFRS 7 - Divulgações - Offsetting de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) - *Offsetting* de activos e passivos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração IAS 32 - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:
- o critério de que uma entidade tem o direito legal de efectuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e
- o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

NOTA 48 – Eventos Subsequentes

- Foi inaugurada a 2 de Janeiro uma nova Sucursal do BES no Luxemburgo, onde a comunidade emigrante portuguesa tem uma presença relevante.
- O Banco Espírito Santo realizou, a 6 de Janeiro e a 17 de Fevereiro de 2012, emissões de dívida garantida pela República Portuguesa no montante de mil milhões de euros e mil e quinhentos milhões de euros, respectivamente, com prazo de três anos e com taxa variável.

6 Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Individuais

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 do **Banco Espírito Santo, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 74.086.641 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.171.482 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 133.089 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, definidas pelo Banco de Portugal, que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa;

b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as NCA's, seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e,

e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e,
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco Espírito Santo, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's tal como definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

KPMG

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2012

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)
representada por
Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131)

III Relatório de Governo da Sociedade

292 **0.** Declaração de Cumprimento

298 **I**. Assembleia Geral

301 **II**. Orgãos de Administração e Fiscalização

326 **III**. Informação e Auditoria

Anexo I:
331 Listagem de todas as transacções realizadas durante o semestre pelos dirigentes

Anexo II:
334 Política de remuneração dos órgãos sociais

Anexo III:
339 Política de remuneração dos dirigentes

Anexo IV:
343 Declaração da Comissão de Auditoria

As regras e a estrutura de governo do Banco Espírito Santo, S.A. (o «BES») baseiam-se num conjunto de princípios sólidos com vista a garantir uma governação responsável orientada para a criação de valor.

É a seguinte a declaração de princípios do Grupo BES:

Valor

Criação de valor com base numa governação responsável, de modo a merecer a confiança e a lealdade dos Accionistas, Clientes, Colaboradores e Fornecedores.

Saber

Desenvolvimento da actividade ancorada na transmissão e acumulação de conhecimento ao longo de mais de um século de História.

Rigor

Definição de políticas exigentes na gestão dos vários riscos inerentes à actividade bancária.

Transparência

Assunção de compromisso com a transparência:

- na divulgação da informação a todos os *stakeholders*;
- na definição de objectivos estratégicos claros e num conjunto de valores que sejam eficazmente disseminados pela Sociedade;
- no estabelecimento de uma linha clara de atribuição de responsabilidades no interior da hierarquia;
- na garantia de os membros do órgão de administração terem as necessárias qualificações para o desempenho das suas funções, disporem de uma compreensão clara acerca da Sociedade e do seu governo e não se submeterem a influências indevidas de qualquer grupo de interesses.

O Relatório sobre a estrutura e as práticas de governo societário do BES respeitante ao exercício de 2011 inclui os elementos de informação requeridos e obedece ao modelo constante do anexo ao Regulamento n.º 1/2010, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (a «CMVM»). O Relatório não inclui a secção III do referido anexo (pontos II.21. a II.29.), tendo em conta que o BES adoptou o modelo de governo anglo-saxónico, em que o respectivo órgão de fiscalização é a Comissão de Auditoria e não o Conselho Fiscal ou Conselho de Supervisão.

0. Declaração de Cumprimento

0.1. Código de Governo Societário

O texto do Código de Governo das Sociedades aprovado pela CMVM está disponível em www.cmvm.pt.

0.2. Recomendações da CMVM

Recomendações da CMVM	Adoptada	Não Adoptada	Relatório BES
I.1.1. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	X		I.1.
I.1.2. A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	X		I.3.
I.2.1. A antecedência imposta para a recepção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral não deve ser superior a 5 dias úteis.	X		I.4.
I.2.2. Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	X		I.5.
I.3.1. As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adoptado e admissível, ao voto por correspondência electrónico.	X		I.9.
I.3.2. O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	X		I.11.
I.3.3. As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada acção. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham acções que não confiram o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.	X		I.6. e I.7.
I.4. As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.		X	I.8.
I.5. Extractos de acta das reuniões da Assembleia Geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos accionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da Assembleia Geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	X		I.13. e I.14.
I.6.1. As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	X		I.19.
I.6.2. Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	X		I.20.
II.1.1.1. O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	X		0.3.
II.1.1.2. As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objectivos estratégicos da sociedade em matéria de assumpção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias.	X		II.5.
II.1.1.3. O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respectivo ajustamento às necessidades da sociedade.	X		II.6.
II.1.1.4. As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade; ii) descrever a actuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	X		II.5. e II.9.

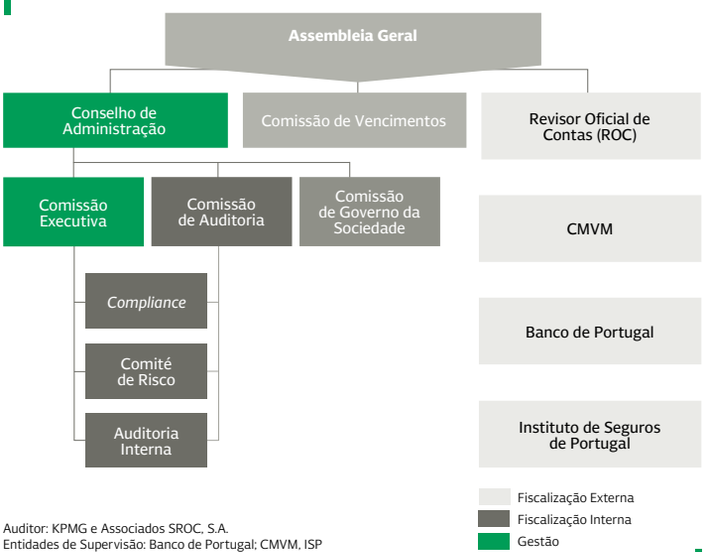
Recomendações da CMVM	Adoptada	Não Adoptada	Relatório BES
II.1.1.5. Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	X		II.7.
II.1.2.1. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.	X		II.14.
II.1.2.2. De entre os Administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de Administradores.	X		II.14.
II.1.2.3. A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgão sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	X		II.15.
II.1.3.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	X		II.3., II.14. e II.18.
II.1.3.2. O processo de selecção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.	X		II.16.
II.1.4.1. A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	X		II.35.
II.1.4.2. As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo da Sociedade.	X		II.35.
II.1.5.1. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos.		X	II.32.
II.1.5.2. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.	X		II.30. II.33 e Anexo 2
II.1.5.3. A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.	X		Anexo 3
II.1.5.4. Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	X		I.17. e I.18. II.32 e II.33
II.1.5.6. Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais de Accionistas.	X		I.15.
II.1.5.7. Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	X		II.31.
II.2.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	X		II.3.
II.2.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	X		II.3.
II.2.3. Caso o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.	NA		II.8.
II.2.4. O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	X		II.17.
II.2.5. A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.		X	II.3.
II.3.1. Os Administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.			

Recomendações da CMVM	Adoptada	Não Adoptada	Relatório BES
II.3.2. O Presidente da Comissão Executiva deve remeter, respectivamente, ao Presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	X		II.13.
II.3.3. O Presidente do Conselho de Administração executivo deve remeter ao Presidente do Conselho Geral e de supervisão e ao presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	NA		NA
II.4.1. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	NA		NA
II.4.2. Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	X		II.4. e III.15.
II.4.3. Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	X		II.4.
II.4.4. O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	X		II.3.
II.4.5. O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	X		II.3.
II.4.6. Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adoptem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	X		II.5. e II.6.
II.5.1. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de Administrador.	X		0.3., II.2. e II.36.
II.5.2. Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	X		II.38. e II.39.
II.5.3. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação actual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	X		II.39.
II.5.4. Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	X		II.7.
III.1.1. As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	X		III.16.
III.1.2. A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral; h) Convocatórias para a realização de assembleia geral.	X		III.16.
III.1.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	X		III.18.
III.1.4. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	X		III.17.

Recomendações da CMVM	Adoptada	Não Adoptada	Relatório BES
III.1.5. A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	X		III.17.
IV.1. Os negócios da sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	X		III.11.
IV.1.2. Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.		X	III.13.

0.3. Avaliação Global

Estrutura de Governo Societário do BES



Auditor: KPMG e Associados SROC, S.A.
Entidades de Supervisão: Banco de Portugal; CMVM, ISP

A Assembleia Geral de Accionistas, reúne pelo menos uma vez por ano, e tem como principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, à designação da Comissão de Vencimentos e do Revisor Oficial de Contas/ Auditor Externo («AE/ROC») e, também, à apreciação e deliberação sobre os Relatórios Anuais de Gestão e de Governo da Sociedade e as contas de cada exercício, bem como à aplicação de resultados.

A gestão do Banco Espírito Santo é assegurada por um Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, sendo permitida a reeleição dos respectivos membros. À data de 31 de Dezembro de 2011, o Conselho de Administração é composto por 25 membros, dos quais 7 são qualificados como administradores independentes (ver o ponto II.14). O Conselho de Administração delega a gestão corrente numa Comissão Executiva, composta por 9 membros, à data de 31 de Dezembro de 2012, a qual reúne semanalmente e sempre que convocada pelo seu Presidente. A Comissão de Governo da Sociedade, composta por 3 administradores não executivos independentes, tem competências consultivas no que respeita ao desempenho dos membros do Conselho de Administração e à identificação e avaliação de potenciais candidatos que tenham o perfil necessário ao exercício das funções de administrador, competindo-lhe, ainda, proceder à avaliação do modelo de governo societário (ver ponto II.16).

A função de fiscalização interna do BES é atribuída à Comissão de Auditoria do Conselho de Administração, composta por três administradores não executivos e independentes.

A fiscalização externa do BES é exercida pelo AE/ROC, a KPMG & Associados SROC, S.A., bem como pelas autoridades de supervisão a que está sujeito no exercício da sua actividade: Banco de Portugal, CMVM, e Instituto de Seguros de Portugal.

O Conselho de Administração, na sua avaliação ao modelo de governo societário efectuada em 2011, considera-o adequado, e não encontra constrangimentos relevantes nesse modelo decidido pelos accionistas do BES em 2006, quando optaram pelo modelo de governo anglo-saxónico, composto por Conselho de Administração, compreendendo a Comissão de Auditoria e o AE/ROC.

Nota: em reunião ocorrida em Janeiro de 2012, o Conselho de Administração deliberou a criação de uma «Comissão Consultiva de Remunerações», de modo a dar cumprimento à recente regulação em matéria de política de remuneração de instituições financeiras (o Decreto-Lei n.º 88/2011, de 20 de Julho, e o Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011), que determinou que instituições de crédito significativas deveriam criar uma comissão de remunerações, responsável pela preparação das decisões relativas à remuneração, e compostas por membros não executivos do órgão de administração.

Embora o presente Relatório se reporte à actividade do BES no ano de 2011, não deixará de fazer menção às principais alterações provocadas pela referida regulação, colocando-se nomeadamente como anexo ao presente Relatório a proposta a apresentar à Assembleia Geral da política de remunerações para o ano de 2012, que procura dar cumprimento à nova regulação.

0.4. Recomendações que o BES não segue e razões da divergência / Recomendações não aplicáveis

Identificam-se no quadro seguinte as recomendações do Código de Governo das Sociedades que o BES não segue, conjuntamente com as razões da divergência existente, bem como a indicação das recomendações que não são aplicáveis na sua globalidade.

Recomendações da CMVM	Razões da divergência	Relatório BES
I.4. As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	O BES exige a participação de pelo menos 50% do capital social para a Assembleia Geral reunir em primeira data de convocação. As matérias para as quais a lei exige maioria qualificada carecem de ser aprovadas por uma maioria de dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia Geral reúna em primeira ou em segunda convocação. O BES entende que estas regras asseguram a necessária representatividade das deliberações dos seus accionistas.	I.8.
II.1.5.1. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	É seguida toda a Recomendação II.1.5.1. relativa à remuneração dos membros do órgão de administração, com excepção da alínea (v) que refere que, até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as acções da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável. Efectivamente, a política de remunerações do BES não prevê qualquer regra de retenção de acções recebidas a título de remuneração variável. Nota: Para o ano de 2012 será apresentada à Assembleia Geral Anual uma alteração à Política de remunerações que passa a contemplar esta regra; pelo que a Recomendação passará a ser cumprida na íntegra.	II.32.
II.2.5. A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	O BES não tem qualquer política de rotação de pelouros no Conselho de Administração, por entender essa medida como contrária aos interesses do Banco e desestabilizadora da concentração nos seus objectivos.	II.3.
IV.1.2. Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a concessão de crédito a detentores de participações qualificadas depende sempre da aprovação de cada operação concreta por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos membros do órgão de administração e do parecer favorável do órgão de fiscalização do BES. Não existe uma extensão formal desta regra a outros negócios de relevância significativa.	III.13.
II.2.3. Caso o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.	Esta recomendação não é aplicável uma vez que o Presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas.	NA
II.3.3. O Presidente do Conselho de Administração executivo deve remeter ao presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Esta recomendação não é aplicável uma vez que o BES adopta o modelo de governo anglo-saxónico e não o modelo dualista. Não existe no BES nem o conselho de administração executivo nem o conselho geral e de supervisão.	NA
II.4.1. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Esta recomendação não é aplicável uma vez que o BES adopta o modelo de governo anglo-saxónico e não o modelo dualista. Não existe no BES o conselho geral e de supervisão.	NA

I. Assembleia Geral

I.1. Membros da Mesa

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. Os membros da Mesa – que podem ser ou não accionistas – são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dispõe de recursos humanos e logísticos de apoio adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.

Paulo de Pitta e Cunha (Presidente)

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Doutorado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas).
- Professor Catedrático (1980-2007).
- Presidente da Direcção do Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1980-2010).
- Jurisconsulto e Advogado.
- Advogado Especialista nas áreas de Direito Fiscal e Direito Europeu.
- Membro da Academia das Ciências de Lisboa (Secção de Economia).

Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz (Vice-Presidente)

- Licenciado em Direito (Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Exerce, desde 1960, a advocacia em acumulação com as funções de administrador de empresas e de docente universitário.

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo (Secretário)

- Licenciado em Direito e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.
- Pós-Graduado em Fiscalidade (ISG).
- Desde Setembro de 1999 é Assistente da Faculdade de Direito da UCP.
- Desde Outubro de 2005 exerce as funções de Assessor Jurídico do Conselho de Administração da ESCOM – Espírito Santo Commerce, S.A.

I.2. Mandatos dos Membros da Mesa

Os actuais membros que compõem a Mesa da Assembleia Geral foram eleitos em 18 de Dezembro de 2006 até ao final do mandato que terminou em 31 de Dezembro de 2007 tendo sido reeleitos na Assembleia Geral de 30 de Março de 2008, para o quadriénio 2008 – 2011.

I.3. Remuneração do Presidente da Mesa

Em 2011, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu uma retribuição mensal de 1 545,00 euros, num total anual de 18 540,00 euros; o Vice-Presidente uma retribuição mensal de 1 030,00 euros, num total anual de 12 360,00 euros; e o Secretário uma retribuição mensal de 773,00 euros, num total anual de 9 276,00 euros.

I.4. Participação na Assembleia Geral

De acordo com a legislação em vigor, só podem estar presentes e participar na Assembleia Geral ou em cada uma das suas sessões, em caso de suspensão, quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia, for titular de acções que lhe confiram, segundo a lei e o contrato de sociedade, pelo menos um voto, e que o tenham declarado, por escrito, ao Presidente da Mesa e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta, o mais tardar, até ao dia anterior à referida data.

I.5. Suspensão

Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral serão aplicáveis as mesmas regras referidas no ponto I.4.. Assim, só poderão estar presentes e participar na Assembleia Geral quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia, for titular de acções que lhe confiram, segundo a lei e o contrato de sociedade, pelo menos um voto, e que o tenham declarado, por escrito, ao Presidente da Mesa e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta, o mais tardar, até ao dia anterior à referida data.

I.6. Voto

A cada cem acções corresponde um voto, mas os accionistas titulares de menos de cem acções podem agrupar-se, de forma a completarem o número exigido, ou um número superior, e fazer-se representar por um dos agrupados.

I.7. Regras Estatutárias sobre a existência de Acções que não confiram Direito de Voto

Não existem regras estatutárias a prever a existência de acções que não confiram o direito de voto.

I.8. Regras Estatutárias sobre o Exercício do Direito de Voto

As regras estatutárias sobre quórum são as seguintes:

Artigo 18.º - Quórum

1. Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral não poderá reunir sem estarem presentes ou representados accionistas titulares de acções representativas de cinquenta por cento do capital social, sejam quais forem os assuntos da ordem de trabalhos.

2. Em segunda convocação, a Assembleia pode deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

Artigo 19.º - **Maioria Deliberativa**

1. Sem prejuízo dos casos em que a lei ou os estatutos exijam uma maioria qualificada, a Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos.

2. As deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução ou outros assuntos para os quais a Lei exija maioria qualificada, sem especificar, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia Geral reúna em primeira quer em segunda convocação.

3. As abstenções não são contadas para quaisquer deliberações.

Não existem sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

I.9. Regras Estatutárias sobre o Exercício de Voto por Correspondência

Não existem restrições estatutárias ao exercício do direito de voto por correspondência. O número de votos exercidos por correspondência é incluído para a contagem do quórum constitutivo da Assembleia Geral, devendo valer, igualmente, para a segunda convocação da Assembleia Geral para o qual foi emitido. O voto por correspondência, que é revogável a todo o momento, não impede a presença ou representação do accionista na Assembleia Geral, mas a presença na Assembleia Geral do accionista que votou por correspondência, ou a do seu representante, é entendida como revogação do respectivo voto por correspondência. Os votos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data da sua emissão.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral verifica a autenticidade do voto e assegura, até ao momento da votação, a sua confidencialidade.

I.10. Modelo para o Exercício de Voto por Correspondência

As convocatórias para as Assembleias Gerais incluem a indicação de que o direito de voto pode ser exercido por correspondência. O modo como se processa o escrutínio dos votos por correspondência consta igualmente da convocatória, bem como do Regulamento da Assembleia Geral dos Accionistas do BES (que pode ser consultado em www.bes.pt/investidor).

Para facilitar a votação por correspondência, e para os accionistas que o pretendam, o BES disponibiliza uma minuta de boletim de voto por correspondência. Esta minuta pode ser solicitada junto do Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou no sítio da sociedade na internet (www.bes.pt/investidor). Nas minutas disponibilizadas, a declaração de voto indica os pontos da ordem de trabalhos a que respeita, bem como, quando for o caso, a proposta concreta de deliberação a que se destina.

I.11. Prazo de Recepção de Voto por Correspondência

As declarações de voto por correspondência devem ser recebidas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral até ao terceiro dia anterior à data marcada para a Assembleia Geral.

I.12. Voto Electrónico

Não é admitido o voto electrónico.

I.13. Acesso aos Extractos das Actas das Assembleias Gerais

O BES disponibiliza no seu sítio na Internet (www.bes.pt/investidor) nos cinco dias após a realização da Assembleia Geral o extracto da acta.

I.14. Acervo Histórico com as Deliberações das Assembleias Gerais

O BES disponibiliza no seu sítio na Internet (www.bes.pt/investidor) um acervo histórico com as deliberações da Assembleia Geral, o capital social representado e os resultados das votações.

I.15. Representante da Comissão de Remunerações nas Assembleias Gerais

Encontra-se presente em cada Assembleia Geral Anual de Accionistas pelo menos um representante da Comissão de Vencimentos. Na Assembleia Geral de 31 de Março de 2011 estiveram presentes a Dra. Rita Amaral Cabral, o Dr. Daniel Proença de Carvalho e o Dr. Jacques dos Santos, enquanto membros da Comissão de Vencimentos.

I.16. Intervenção da Assembleia Geral sobre a Política de Remuneração e Avaliação de Desempenho dos Membros do Órgão de Administração

A Assembleia Geral aprova anualmente a política de remuneração dos órgãos sociais do BES, conforme descrito no ponto II.18.

De igual modo, a Assembleia Geral procede anualmente à apreciação geral da Administração, o que faz com base na avaliação de desempenho que efectua sobre a actividade social do último exercício decorrido.

Nos termos da política de remunerações dos órgãos sociais do BES, aprovada na Assembleia Geral de Março de 2011, o montante efectivo da retribuição variável a atribuir aos membros da Comissão Executiva do BES dependerá sempre da avaliação a efectuar anualmente pela Comissão de Vencimentos sobre o seu desempenho. A política de remuneração e a avaliação do desempenho dos dirigentes do BES é efectuada, nos termos legais, pelo seu Conselho de Administração.

I.17. Intervenção da Assembleia Geral sobre o Plano de Atribuição de acções aos Membros do Órgão de Administração

Os planos de atribuição de acções e/ou de opções a membros do órgão de administração, bem como aos demais dirigentes do BES são necessariamente aprovados em Assembleia Geral, que aprova, de igual modo, o respectivo regulamento de aplicação.

Sobre os planos de alienação de acções e/ou opções em vigor, consultar o ponto II.32. e II.33.

I.18. Intervenção da Assembleia Geral sobre o Sistema de Benefícios de Reforma dos Membros do Órgão de Administração

O regulamento de reforma por velhice ou invalidez dos Administradores do BES é aprovado pela Assembleia Geral.

Os administradores têm direito a pensão de reforma ou complemento de pensão de reforma, no caso de serem ou terem sido membros da Comissão Executiva.

As principais características do regulamento do direito dos Administradores a pensão ou complemento de pensão de reforma por velhice ou invalidez são as seguintes:

a) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma adquire-se em caso de velhice, com o atingir de sessenta e cinco anos de idade ou vinte e cinco anos de actividade profissional, ou em caso de invalidez;

b) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma pode ser antecipado para a data em que os administradores completem cinquenta e cinco anos de idade, desde que tenham exercido funções em órgão de administração do BES por um período mínimo de 9 anos, consecutivos ou interpolados, contando-se, para efeitos da antiguidade, naquelas funções, o exercício como membros da direcção ou em órgãos de administração do anterior "Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S.A.";

c) O complemento de pensão de reforma poderá existir, de modo a completar eventuais regimes de reforma concedidos por qualquer outro regime de segurança social, por forma a que a pensão total possa atingir cem por cento da última remuneração anual ilíquida.

Em qualquer caso, as pensões ou complementos de pensão a atribuir nunca serão superiores ao salário pensionável do administrador em causa, podendo ser inferiores. O salário pensionável corresponde à soma entre a remuneração fixa anual e a remuneração variável auferidas pelo administrador em causa no ano imediatamente anterior à sua reforma, deduzida de qualquer pensão anual paga por qualquer outro regime de segurança social, bem como das diuturnidades auferidas. A remuneração variável corresponderá, no mínimo, ao montante equivalente à média da remuneração variável auferida nos últimos doze anos pelo administrador em causa na data da reforma.

Os complementos de pensão de reforma e de sobrevivência a cargo da sociedade serão anualmente actualizados de acordo com a percentagem de aumento global da remuneração dos administradores em exercício, tal como for fixada pela Comissão de Vencimentos, actualização que, todavia, nunca poderá ser inferior à aplicação da taxa de variação do I.P.C. nem superior a duas vezes esta taxa.

O actual regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensão de reforma por velhice ou invalidez foi aprovada pela Assembleia Geral de 11 de Novembro de 2011.

I.19. Existência de Norma Estatuária que preveja a Manutenção ou Eliminação da Norma Estatuária que preveja a Limitação do Número de Votos

Não existe qualquer norma estatutária que preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

I.20. Transição de Controlo ou Mudança de Composição do Órgão de Administração

Não existem estas medidas.

I.21. Alteração de Acordos em Caso de Mudança de Controlo da Sociedade

Em 2006, o BES reorganizou as suas participações no sector segurador português, tendo adquirido 50% do capital e dos direitos de voto da sociedade BES Vida, Companhia de Seguros, S.A., e vendido 15% da sua participação na BES, Companhia de Seguros, S.A., onde manteve uma participação de 25%.

Ambas as transacções tiveram subjacente a celebração de um acordo parassocial com o accionista Crédit Agricole, S.A., que entretanto cedeu a sua posição à sociedade Crédit Agricole Assurances, nos termos do qual, entre outras estipulações, se acordou que caso o accionista BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais S.A., deixe de deter, por qualquer razão, pelo menos 33% do capital social ou dos direitos de voto do BES, o Crédit Agricole Assurances terá o direito potestativo de alienar ao BES ou a quem este nomear a totalidade das suas acções na BES Vida, Companhia de Seguros, S.A. e na BES, Companhia de Seguros, S.A..

I.22. Acordos que prevejam Indemnizações

Não existem tais acordos.

II. Órgãos de Administração e Fiscalização

II.1 Identificação e Composição dos Órgãos da Sociedade

Mesa da Assembleia Geral

Paulo de Pitta e Cunha (Presidente)
Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz (Vice-Presidente)
Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo (Secretário)

Conselho de Administração[1]

Alberto Alves de Oliveira Pinto (Presidente)
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Vice-Presidente)
Bruno Bernard Marie Joseph de Laage de Meux (Vice-Presidente)
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
Aníbal da Costa Reis de Oliveira
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
José Manuel Ruivo da Pena
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
João Eduardo Moura da Silva Freixa
Pedro Mosqueira do Amaral
Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho
João de Faria Rodrigues
José de Albuquerque Epifânio da Franca
Antônio Bornia
Marc Olivier Tristan Oppenheim
Michel Jacques Mathieu
Vincent Claude Pacaud

Comissão de Auditoria

José Manuel Ruivo da Pena (Presidente)
Luis António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
João de Faria Rodrigues

Revisor Oficial de Contas (ROC)

KPMG Associados, SROC SA, representado por Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes
Revisor Oficial de Contas Suplente, Jean-Éric Gaign (ROC)

Secretário da Sociedade

Eugénio Fernando Quintais Lopes (Secretário)
Pedro Moreira de Almeida Queiroz de Barros (Secretário Suplente)

Outras Comissões com Competências em Matéria de Administração ou Fiscalização

Comissão Executiva

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Presidente)
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
João Eduardo Moura da Silva Freixa

Comissão de Governo da Sociedade

A Comissão de Governo da Sociedade é uma comissão interna do Conselho de Administração, com funções consultivas, composta por 3 administradores independentes, que não integram a sua Comissão Executiva, e criada com o objectivo principal de reforçar a eficiência do Conselho de Administração, garantindo que as suas decisões se baseiam em todos os elementos relevantes e que não são condicionadas por eventuais conflitos de interesses. Os seus membros são os seguintes:

Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho (Presidente)
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
José de Albuquerque Epifânio da Franca

A Comissão de Governo da Sociedade tem as seguintes atribuições:

a) Acompanhar o cumprimento dos princípios orientadores da política de governo do Grupo BES;

b) Pronunciar-se, por sua iniciativa ou solicitação do Conselho de Administração, sobre as orientações relativas ao Governo das Sociedades, nacionais e internacionais, com vista à sua eventual integração e/ou melhoria do modelo de governo do Grupo BES;

c) Proceder à elaboração de um Relatório Anual que contenha a descrição das actividades exercidas durante o ano, bem como uma avaliação sobre o funcionamento da estrutura de Governo da Sociedade, emitindo opinião sobre as respectivas normas e procedimentos internos, os princípios e práticas de conduta, e sobre o desempenho do Conselho de Administração em função dos objectivos estabelecidos;

d) Avaliar, em cada momento, o cumprimento dos requisitos de independência dos membros dos órgãos sociais da Sociedade, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis;

e) Analisar e emitir opinião, até à data da aprovação do Relatório de Gestão e Contas da Sociedade, sobre o Relatório de Governo da Sociedade;

f) Informar o Conselho de Administração de quaisquer situações ou ocorrências de que tenham conhecimento e que, na sua opinião, configurem incumprimento das normas e práticas de governo estabelecidas.

1) Os administradores Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau e Pedro José de Sousa Fernandes Homem renunciaram às funções de administrador, por motivo de passagem à reforma, com efeitos a 23 e 30 de Dezembro de 2011, respectivamente. O administrador José de Albuquerque Epifânio da Franca renunciou às funções de administrador em Janeiro de 2012, com efeitos no final do mês de Fevereiro.

No que respeita às suas competências de avaliação, a Comissão de Governo da Sociedade tem as seguintes atribuições:

a) Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração no preenchimento de vagas ocorridas no Conselho de Administração, nomeadamente apreciando o perfil de cada candidato, em termos das suas qualificações, conhecimentos e experiência;

b) Examinar a política do Conselho de Administração de selecção e nomeação de quadros superiores;

c) Implementar, em conjunto com as estruturas internas da Sociedade, um programa de entrada em funções para cada novo administrador, que cubra o conhecimento da organização e das actividades da Sociedade, bem como as suas responsabilidades enquanto administrador;

d) Examinar e propor anualmente áreas de actualização de qualificações e conhecimentos dos administradores da Sociedade.

Comissão Consultiva de Remunerações

Em Janeiro de 2012, foi criada a Comissão Consultiva de Remunerações. Trata-se de uma comissão interna do Conselho de Administração, com funções consultivas, composta transitoriamente por dois administradores independentes, que não integram a sua Comissão Executiva, e criada com o objectivo principal de dar cumprimento à nova regulação em matéria de política remuneração de instituições financeiras, contida no Decreto-Lei n.º 88/2011, de 20 de Julho, e no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011. Os seus membros são os seguintes:

Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos

A Comissão Consultiva de Remunerações tem as seguintes atribuições:

a) Preparar propostas e recomendações sobre a determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, bem como dos dirigentes da Sociedade;

b) Prestar todo o apoio necessário, e efectuar recomendações, para efeitos da aprovação da política geral de remunerações da Sociedade, relativamente aos seus órgãos sociais e aos seus dirigentes;

c) Preparar propostas e recomendações para assegurar que todas as sucursais, filiais, incluindo as filiais no estrangeiro e os estabelecimentos *off-shore*, bem como todas as entidades que se integrem no perímetro de supervisão em base consolidada da Sociedade (as «Empresas do Grupo»), implementam políticas de remuneração consistentes entre si;

d) Testar a capacidade de reacção do sistema de remunerações implementado face a eventos externos e internos, recorrendo a um conjunto de possíveis cenários e promovendo o teste retroactivo do modelo utilizado para esse efeito;

e) Assegurar e realizar uma revisão, com periodicidade mínima anual, das políticas de remuneração da Sociedade e da respectiva implementação.

Adicionalmente, foram constituídos comités especializados que têm como missão o acompanhamento directo da evolução de áreas específicas do negócio.

Comités de acompanhamento das unidades de negócio:

a. Empresas / *Wholesale* / Banca de Investimentos

Acompanha a evolução destas áreas de negócio, assegurando a articulação entre a actividade de *Corporate Banking* do BES e a do Banco Espírito Santo de Investimento, bem como, a nível internacional, promovendo a coordenação da actividade de *Corporate Banking* do BES com a Sucursal em Espanha e o Banco Espírito Santo de Investimento do Brasil e outras unidades do Grupo BES no estrangeiro. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, António José Baptista do Souto, Jorge Alberto Carvalho Martins, José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi, Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes e Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires.

b. Retalho (Banca de Particulares e Negócios)

Acompanha a evolução da actividade com respeito a cada um dos principais segmentos de Clientes (Afluentes, Pequenas Empresas e Empresários em Nome Individual e outros Particulares) e promove o negócio *cross-segment* com outras áreas de negócio (designadamente, Médias e Grandes Empresas).

Acompanha, ainda, a actividade de *Assurfinance*, promovendo a captação e fidelização ao BES de Clientes da Companhia de Seguros Tranquilidade. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, Jorge Alberto Carvalho Martins, Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes e João Eduardo Moura da Silva Freixa.

c. *Private*

Acompanha a evolução da actividade de *Private Banking*, assegurando a articulação com outras áreas de negócio, potenciando a crescente articulação entre os Centros *Private* e os Centros de Empresas bem como a actividade orientada para os portugueses residentes no exterior. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, Jorge Alberto Carvalho Martins e Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires.

d. Internacional

Promove a actividade do Grupo BES a nível internacional e o respectivo desenvolvimento, quer contribuindo para a expansão do negócio das empresas participadas e sucursais já existentes, quer avaliando e propondo à Comissão Executiva novas iniciativas em mercados ou tipos de negócio. Contribui para a articulação entre a actividade do BES em Portugal e as diversas unidades existentes no estrangeiro. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, António José Baptista do Souto, José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi e Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires.

Comités Transversais:

a. Gestão de Activos e Passivos (ALCO)

Analisa a informação macroeconómica das principais regiões económicas internacionais e de Portugal, contribuindo para a perspectivação dos respectivos impactos a prazo sobre a actividade bancária. Analisa também a evolução do balanço consolidado do Grupo BES e de cada uma das suas principais unidades, quer em termos de saldos de crédito e recursos de clientes, quer de margens, facultando à Comissão Executiva os elementos necessários para a definição de objectivos estratégicos em matéria de crescimento da actividade creditícia e de captação de recursos de Clientes, estratégia de financiamento (gestão do *mismatch* do balanço) e de

preços/margens. Compete igualmente a este Comité acompanhar e analisar a oferta de bancos concorrentes, bem como, no quadro da estratégia estabelecida, aprovar a oferta de produtos de recursos e os respectivos preços a praticar. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, António José Baptista do Souto, Jorge Alberto Carvalho Martins, José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi, Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira, Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires e João Eduardo Moura da Silva Freixa.

b. Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC)

Estabelece as prioridades dos investimentos informáticos e operativos, bem como a sua implementação. Acompanha o desenvolvimento de projectos especiais nas áreas operativa, de sistemas, qualidade e custos. Em particular, cumpre-lhe monitorizar a evolução global do Banco em matéria de indicadores de qualidade, quer em termos de atendimento e serviço prestado aos Clientes, quer do apoio prestado pelas áreas centrais às áreas comerciais. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, António José Baptista do Souto, Jorge Alberto Carvalho Martins, José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi, Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires e João Eduardo Moura da Silva Freixa.

c. Risco

É responsável por todas as matérias relacionadas com o risco global do Grupo BES, cabendo lhe, em especial, acompanhar a evolução do risco em cada um dos principais segmentos de Clientes e categorias de produto. É também responsável pelo acompanhamento de projectos especiais na área do risco. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, António José Baptista do Souto, Jorge Alberto Carvalho Martins, José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi, Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires e João Eduardo Moura da Silva Freixa.

d. Conselho Financeiro e de Crédito

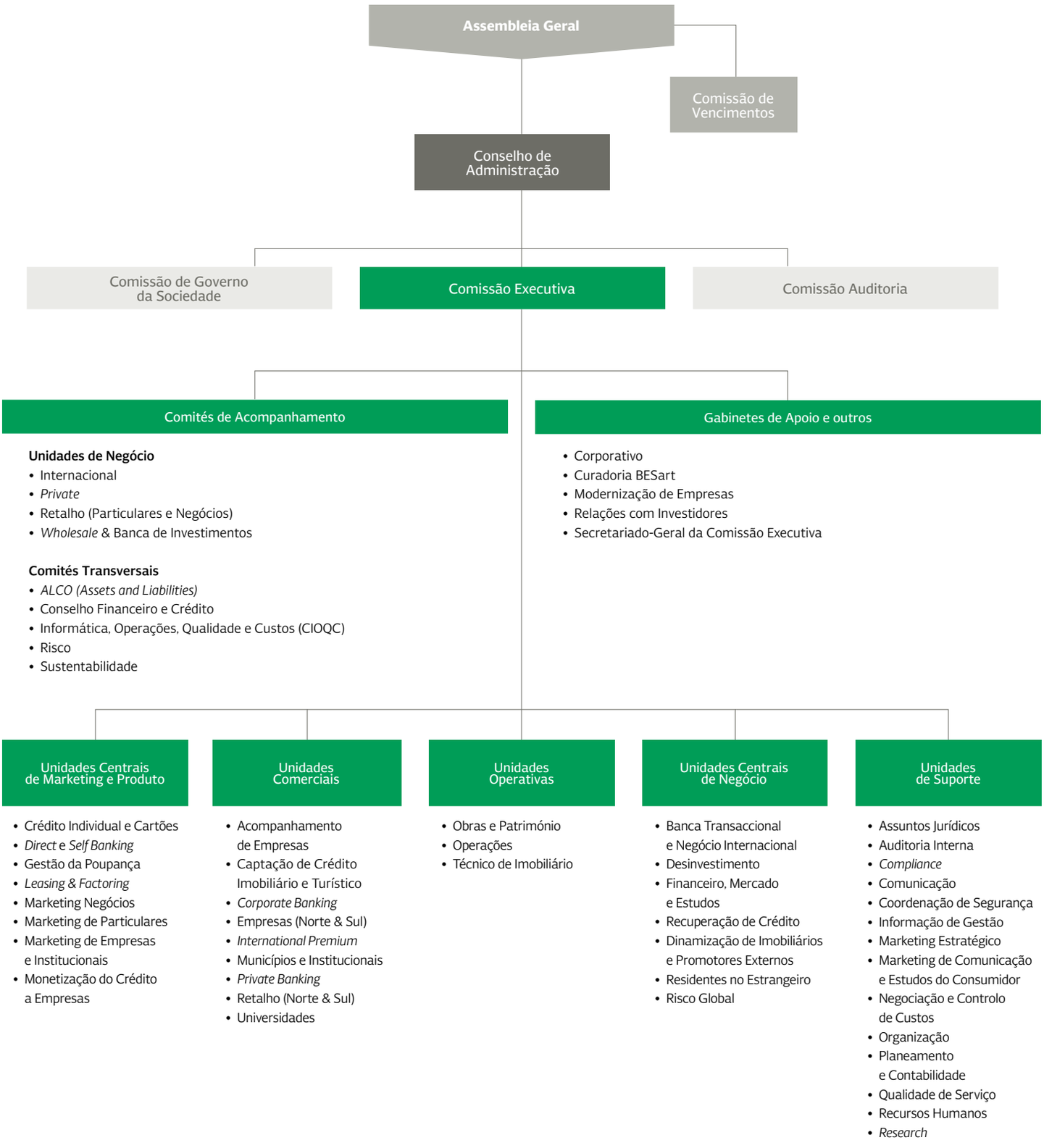
Decide acerca das operações de crédito que não se enquadram nos limites de concessão de crédito estabelecidos para cada Administrador. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, António José Baptista do Souto, Jorge Alberto Carvalho Martins e Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires.

e. Comité de Sustentabilidade

Tem como missão definir, apoiar na implementação, monitorizar e reportar à Comissão Executiva o Plano de Sustentabilidade do Grupo BES. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: António José Baptista do Souto, Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira e Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes.

II.3. Organograma da Sociedade, distribuição de Pelouros e lista de Matérias Indelegáveis

1. Organograma



Comissão Executiva

À data de 31 de Dezembro de 2011, a distribuição de pelouros entre os membros da Comissão Executiva é a seguinte:

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Actuais pelouros:
Presidente da Comissão Executiva, do Conselho Financeiro e de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO). Tem os pelouros de Planeamento e Contabilidade, *Compliance*, Comunicação, Desinvestimento, Relações com Investidores, Secretariado-Geral da Comissão Executiva, Obras e Património e Curadoria BESart. Assegura, ainda, a interligação da actividade do BES com as sociedades ESAF, ES Ventures, Banco BEST, BES Angola e ESEGUR – Empresa de Segurança, S.A..

Comités a que pertence:
Retalho; Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); *Private*; Conselho Financeiro e de Crédito.

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Actuais pelouros:
Coordena o *Private Banking* do Grupo BES, Sucursal Financeira Exterior (Madeira), Residentes no Estrangeiro, Centro de Estudos da História do BES. Assegura a interligação da actividade do BES com a Sucursal em Espanha (função partilhada com João Freixa), a Sucursal da Venezuela e do Luxemburgo (função partilhada com Amílcar Morais Pires).

Comités a que pertence:
Private; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC).

António José Baptista do Souto

Actuais pelouros:
Empresas (Norte e Sul), *Corporate Banking*, Unidade Internacional Premium, Marketing de Empresas e Institucionais, Municípios e Institucionais, Departamento Executivo de Operações, Recursos Humanos, Acompanhamento de Empresas, *Leasing & Factoring*. Assegura a interligação da actividade do BES com as empresas Multipessoal – Sociedade de Prestação e Gestão de Serviços, S.A. e Ijar Leasing Algerie Spa.

Comités a que pertence:
Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Conselho Financeiro e de Crédito; Sustentabilidade.

Jorge Alberto Carvalho Martins

Actuais pelouros:
Presidência do Conselho de Crédito do Porto. Tem os pelouros dos Departamentos Comercial Norte, Departamento Técnico de Imobiliário. Assegura a interligação da actividade do BES com a Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas.

Comités a que pertence:
Retalho; *Private*; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Empresas; Conselho Financeiro e de Crédito.

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Actuais pelouros:
Risco Global. Assegura a interligação da actividade do BES com o Banco Espírito Santo de Investimento, do qual é Presidente da Comissão Executiva.

Comités a que pertence:
Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC).

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Actuais pelouros:
Assuntos Jurídicos; Auditoria e Inspecção; Coordenação de Segurança e Continuidade de Negócio; Gabinete Corporativo.

Comités a que pertence:
Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Sustentabilidade e Continuidade de Negócio.

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Actuais pelouros:
Marketing Estratégico, Marketing de Particulares, Marketing de Negócios, Marketing de Comunicação e Estudos do Consumidor, Informação de Gestão, Qualidade de Serviço, *Direct* e *Self Banking*, Gabinete das Universidades, Universidade BES, Recuperação de Crédito, Gabinete *Assurfinance* . Assegura a interligação da actividade do BES com as sociedades Espírito Santo Informática, Espírito Santo Data, Oblog Consulting, BES Companhia de Seguros S.A. e ES Contact Center.

Comités a que pertence:
Retalho; Empresas; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco; Sustentabilidade.

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires

Actuais pelouros:
Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos, Gestão da Poupança, Negociação e Controlo de Custos, Organização, Internacional, Gabinete de Monetização do Crédito a Empresas, Controlo de Gestão (função partilhada com Ricardo Espírito Santo Silva Salgado). Assegura a interligação da actividade do BES com as sucursais de Londres, Nova Iorque, Venezuela, Luxemburgo (função partilhada com José Manuel Espírito Santo) e BES Cayman com as subsidiárias ES Bank, Aman Bank, Moza Banco, Cabo Verde, Escritórios de representação no estrangeiro e com as sociedades Avistar SGPS; S.A., BES Vida, Companhia de Seguros, S.A., BES Finance, Bank Espírito Santo International, Ltd («BESIL»), BIC International Bank Ldt («BIBL»), BES Beteiligungs, GmbH.

Comités a que pertence:
Private; Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco; Conselho Financeiro e de Crédito.

Nota:
O administrador Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires detém o pelouro financeiro do BES, que ainda não exerce há dois mandatos.

O BES entende que as especificidades exigidas para o cargo do pelouro financeiro não justificam uma rotatividade do respectivo administrador, discordando com o conteúdo da Recomendação da CMVM (Recomendação II.2.5).

João Eduardo Moura da Silva Freixa

Actuais pelouros:
Departamento Comercial Sul, Crédito Individual, Cartões, assegurando ainda a articulação com o BES dos Açores e com a sucursal de Espanha (função partilhada com José Manuel Pinheiro Espírito Santo).

Comités a que pertence:
Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Retalho; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco.

Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria é o órgão de fiscalização do BES, competindo-lhe, em geral, fiscalizar a administração do Banco, a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, supervisionar as funções de auditoria interna e de *compliance*, bem como representar o BES, para todos os efeitos, junto do auditor externo da Sociedade, que é anualmente avaliado por esta Comissão.

A Comissão de Auditoria é composta por três administradores não executivos e qualificados como independentes: José Manuel Ruivo da Pena, Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena e João de Faria Rodrigues (Cfr. o ponto II.9. para a sua caracterização e o ponto II.10. para as respectivas qualificações profissionais e actividades exercidas nos últimos cinco anos).

3. Lista de matérias indelegáveis

Para além das matérias que por lei são indelegáveis na Comissão Executiva, o Regulamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva (que pode ser consultado em www.bes.pt/investidor) estabelece, ainda, que caberá sempre ao Conselho de Administração:

a) Definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade;

b) Definir a estrutura empresarial do Grupo;

c) Tomar todas as decisões que considere estratégicas, em função do seu montante, do seu risco ou das suas características especiais.

4. Prestação de informação

O Presidente da Comissão Executiva remete ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente da Comissão de Auditoria as convocatórias e as actas das reuniões da Comissão Executiva.

Todos os membros da Comissão Executiva prestam quaisquer informações que sejam solicitadas pelos restantes órgãos sociais.

II.4. Actividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria

O relatório anual sobre a actividade da Comissão de Auditoria inclui a descrição da actividade de fiscalização desenvolvida e é objecto de divulgação no site do BES, em www.bes.pt/investidor, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

II.5. Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Riscos

Sistema de Controlo Interno

O BES mantém e opera um sistema de controlo interno documentado, cuja gestão está confiada ao Departamento de *Compliance* que, para melhor assegurar o cumprimento desta responsabilidade, constituiu, uma estrutura autónoma e diferenciada, a Unidade de Gestão do Sistema de Controlo Interno (UGSCI).

A UGSCI tem por missão o levantamento, sistematização, monitorização e manutenção do sistema de controlo interno do BES, cabendo-lhe garantir uma visão de conjunto e uma gestão integrada do sistema de controlo interno de todo o Grupo BES, que deverá ser garante da fiabilidade da informação financeira, da salvaguarda dos activos e da adequada prevenção de riscos inerentes.

Compete, ainda, à UGSCI preparar e assegurar o reporte interno, traduzido designadamente em pontos de situação mensais, e reporte externo às diversas entidades regulamentares, assegurando assim uma visão de conjunto e uma gestão integrada do sistema de controlo interno.

No desenho e avaliação do sistema de controlo interno, o Grupo BES adoptou as metodologias e princípios COSO (*Committee Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – organização, criada em 1985 nos EUA, dedicada a identificar e combater as causas do reporte financeiro fraudulento, estabelecendo, para esse efeito, recomendações e *frameworks* para as empresas):

- A cultura de controlo interno promovida na organização determina a conduta e consciência dos seus colaboradores;
- A organização enfrenta uma diversidade de riscos que devem ser avaliados ao nível da entidade e dos processos;
- Os procedimentos de controlo definidos contribuem para assegurar que as directivas de gestão estão a ser cumpridas;
- Toda a informação relevante deve ser identificada e comunicada;
- O sistema de controlo interno deve ser suportado por um processo de monitorização.

Sistema de gestão de riscos

No Grupo BES o controlo dos riscos está organizado de forma a abranger os riscos de crédito, de mercados, de liquidez, de taxa de juro, de taxa de câmbio, operacional e de *compliance*.

As principais estruturas que se dedicam à prevenção e controlo dos riscos na actividade, são o Comité de Risco, o Departamento de Risco Global, a Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito, o Departamento de *Compliance* e o Departamento de Auditoria e Inspecção (um desenvolvimento pormenorizado do sistema de controlo dos riscos encontra-se no Capítulo 5 do Relatório Consolidado de Gestão).

O **Comité de Risco** reúne mensalmente com a presença do Presidente da Comissão Executiva, e é responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Grupo BES e por analisar e propor metodologias, políticas, procedimentos e instrumentos de avaliação para os diferentes riscos a que o BES está sujeito, nomeadamente, de crédito, operacional e de mercados, liquidez e taxa de juro, assim como por analisar a evolução da rentabilidade ajustada pelo risco e do valor acrescentado dos principais segmentos/Clientes.

O **Departamento de Risco Global** (DRG) centraliza a função de gestão dos riscos do Grupo BES. As principais funções do DRG são:

- Identificar, avaliar e controlar os diferentes tipos de risco assumidos, por forma a permitir a gestão do risco global do Grupo BES;
- Implementar as políticas de risco definidas pela Comissão Executiva, homogeneizando princípios, conceitos e metodologias em todas as unidades do Grupo BES;
- Contribuir para os objectivos de criação de valor através do aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação, *pricing* e decisão de operações, bem como do desenvolvimento de técnicas de avaliação de performance e de optimização da base de capital.

A **Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito** (CARC) tem como objectivos:

- Proceder à análise e avaliação dos Clientes que apresentam sintomas de agravamento da sua qualidade creditícia, tendo por base os seguintes elementos:
  - Perfil económico e financeiro dos Clientes;
  - Tipologia da exposição de crédito nos Clientes;
  - A natureza e valor das garantias recebidas, dando atenção às datas a que se reportam as respectivas avaliações e às entidades que as realizaram;
  - Sinais de alerta detectados no perfil comportamental dos Clientes nas suas relações com o Banco e com o sistema financeiro em geral.
- Definir as opções estratégicas de relação comercial e o nível de vigilância activa que, para cada caso, melhor se ajuste ao perfil e quadro específico de situação de cada uma das entidades/grupos analisados;
- Proceder à análise e validação dos níveis de imparidade de crédito previamente determinados para o universo de entidades previamente seleccionado em função dos critérios objectivos estabelecidos.

O **Departamento de *Compliance*** reporta funcionalmente à Comissão de Auditoria, independentemente da relação hierárquica que mantém com a Comissão Executiva, e assegura a gestão corrente das actividades relativas à função *compliance*, que incluem:

- Prestar aconselhamento ao órgão de administração com vista ao cumprimento pelo BES das obrigações legais, regulamentares, éticas e de conduta aplicáveis;
- Implementar políticas e procedimentos de prevenção e detecção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- Assegurar a monitorização e manutenção do Sistema de Controlo Interno do Banco e elaborar o respectivo relatório interno comunicando-o ao Banco de Portugal;
- Controlar o cumprimento das actividades de intermediação financeira registadas junto da CMVM, nos termos consagrados no Código dos Valores Mobiliários;
- Assegurar e promover, no âmbito das suas atribuições, a relação com Autoridades Judiciais e Policiais, Banco de Portugal, CMVM e outras entidades de Supervisão;
- Acompanhar a aplicação do Código de Conduta dos colaboradores do Grupo BES.

O **Departamento de Auditoria e Inspecção** reporta funcionalmente à Comissão de Auditoria, independentemente da relação hierárquica que mantém com a Comissão Executiva, e tem por missão avaliar a eficácia e adequação dos processos de gestão de risco, do controlo interno e da governação, inerentes à actividade das sociedades incluídas no perímetro do Grupo BES com vista à diminuição das condições gerais de risco.

No âmbito das suas atribuições, compete-lhe designadamente:

- Analisar os processos operativos e de negócio, avaliando a eficácia da gestão dos riscos e dos controlos respectivos, bem como a conformidade da actividade com os preceitos legais/ regulamentares e os textos normativos internos aplicáveis;
- Colaborar com todos os órgãos do Grupo BES na aplicação e correcta observância das políticas superiormente definidas, particularmente no que respeita à sensibilização/ aplicação de procedimentos de controlo interno;
- Conferir e avaliar a defesa e segurança dos valores monetários, escriturais e documentais, de titularidade do Grupo BES ou confiados à sua guarda;
- Assegurar e promover, no âmbito das suas atribuições, a relação com Autoridades Judiciais e Policiais, Banco de Portugal, CMVM e outras entidades de Supervisão, bem como responder às solicitações de outras instituições públicas e privadas;
- Participar na definição e elaboração dos textos normativos, na óptica da uniformização dos procedimentos de prevenção, controlo e segurança, bem como emitir e fazer publicar comunicações e circulares sobre matérias enquadráveis no âmbito da sua esfera específica de intervenção;
- Zelar para que práticas contrárias aos textos normativos e/ou regulamentos internos sejam prontamente corrigidas, pugnando, paralelamente, para que os procedimentos adoptados na execução das operações se encontrem devidamente regulamentados.

II.6. Responsabilidade do Órgão de Administração nos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão dos Riscos

O Conselho de Administração do BES, através da sua Comissão Executiva, é responsável pela implementação e manutenção de um Sistema de Controlo Interno. O Conselho de Administração deve assegurar que os princípios e os objectivos que lhe estão subjacentes, e que devem ser incorporados na estratégia e políticas do Banco, são cumpridas por todos os colaboradores, tendo em vista garantir que, a todo o tempo, o Grupo BES detém as competências e os recursos suficientes e adequados ao exercício da sua actividade no estrito cumprimento do sistema de controlo interno.

A Comissão Executiva é, também, responsável pelo estabelecimento e manutenção de um sólido sistema de gestão de riscos, o qual, inserido num adequado ambiente geral de controlo e em paralelo com um eficiente sistema de informação e comunicação e um efectivo processo de monitorização, estão na base da adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno do BES. Para tanto, é a Comissão Executiva que define o perfil de risco objectivo, mediante a fixação de limites globais e específicos, e aprova os procedimentos necessários ao acompanhamento e controlo desses riscos, assegurando, assim, o cumprimento dos limites por si estabelecidos.

A Comissão de Auditoria, como órgão de fiscalização do BES, é responsável pela apreciação do funcionamento do Sistema de Controlo Interno, nomeadamente, das funções de gestão de riscos, de *compliance* e de auditoria interna que lhe estão subjacentes e do respectivo ajustamento às necessidades do BES. À Comissão de Auditoria compete, ainda, emitir anualmente parecer sobre a adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno face aos requisitos definidos pelo Aviso n.º 5/2008, do Banco de Portugal, com excepção da parte do Sistema de Controlo Interno subjacente ao processo de preparação e de divulgação de informação financeira, a qual é objecto de parecer a emitir pelo AE/ROC do BES.

II.7. Regulamentos de Funcionamento dos Órgãos da Sociedade

Todos os órgãos da Sociedade dispõem de regulamentos internos de funcionamento. O Regulamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, o Regulamento da Comissão de Auditoria, o Regulamento da Comissão de Governo, o Regulamento da Comissão Consultiva de Remunerações e o Regulamento da Assembleia Geral podem ser consultados em www.bes.pt/investidor.

Não existem regras relativas a incompatibilidades definidas internamente, nem existe qualquer número máximo de cargos acumuláveis.

Todos os órgãos sociais e comissões do BES elaboram actas das reuniões que realizam.

II.8. Presidente do Conselho de Administração

Não aplicável – O Presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas.

II.9. Principais Riscos a que a Sociedade se expõe no Exercício da sua Actividade

Na sua actividade, o BES está sujeito a diversos tipos de risco, dos quais os mais importantes são:

O risco de crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do Cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia.

O risco de mercado

O risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções e preços de mercadorias.

O risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro refere-se à exposição da situação financeira de um Banco a movimentos adversos nas taxas de juro.

O risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco actual ou futuro que deriva da incapacidade de solver as responsabilidades à medida que se vão vencendo sem incorrer em perdas inaceitáveis.

O risco operacional e de *compliance*

O risco operacional e de *compliance* define-se como a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

II.10. Poderes do Órgão de Administração

Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes de gestão e representação da Sociedade e praticar todos os actos necessários ou convenientes à prossecução das actividades compreendidas no seu objecto social, designadamente:

a) Gerir os negócios da Sociedade e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;

b) Representar a Sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos, e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;

c) Deliberar sobre a emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, nos temos admitidos por lei;

d) Adquirir, vender ou, por qualquer forma, alienar ou onerar direitos, nomeadamente os incidentes sobre participações sociais, bens móveis e imóveis;

e) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as suas normas de funcionamento interno;

f) Constituir mandatários, judiciais ou outros, com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;

g) Proceder, por cooptação, à substituição dos administradores que faltem definitivamente, durando o mandato dos cooptados até ao termo do período para o qual os administradores substituídos tenham sido eleitos, sem prejuízo da ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte;

h) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária de 9 de Junho de 2011 uma alteração parcial ao contrato de sociedade que conferiu ao Conselho de Administração autorização para, após parecer favorável da Comissão de Auditoria, aumentar o capital social por entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, através da emissão de acções ordinárias ou de acções preferenciais, remíveis ou não, nos termos e condições a definir. O montante máximo da autorização, a acrescer ao valor do capital social, é de 7 500 000 000,00 euros, sendo a autorização válida pelo prazo de cinco anos.

II.11. Política de Rotação dos Pelouros no Conselho de Administração

Não existe qualquer política de rotação de pelouros no Conselho de Administração.

II.12. Reuniões dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Em 2011 o Conselho de Administração do BES reuniu 8 vezes, a Comissão Executiva 81 vezes e a Comissão de Auditoria 11 vezes. A indicação do número de reuniões da Comissão Executiva e da Comissão de Auditoria diz respeito às reuniões formais e exclusivas de cada um destes órgãos. Todas as reuniões são documentadas em acta do respectivo órgão.

II.13. Reuniões da Comissão Executiva

Em 2011 a Comissão Executiva reuniu-se 81 vezes. Todas as reuniões da Comissão Executiva foram regularmente convocadas e delas existem actas que foram remetidas ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente da Comissão de Auditoria.

II.14. Identificação dos Membros Executivos e não Executivos do Conselho de Administração e Critérios de Independência

O Conselho de Administração é, actualmente, composto por 25 membros, dos quais 9 são executivos e 16 não executivos. O BES considera que esta composição permite garantir a efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros da Comissão Executiva.

Dos 16 administradores não executivos, 7 são qualificados como administradores independentes, representando estes mais de 25% do total do órgão de administração. Nessa medida, cumprem todos também com o regime de incompatibilidades previsto no Código das Sociedades Comerciais. São qualificados como administradores independentes o Presidente do Conselho de Administração (Alberto de Oliveira Pinto), os administradores que compõem a Comissão de Auditoria (José Pena, Luís Daun e Lorena e João Faria Rodrigues), e os membros da Comissão de Governo da Sociedade (Nuno Godinho de Matos, Isabel de Sousa Coutinho e José Epifânio da Franca). O processo de verificação da independência dos administradores não executivos está exposto no ponto II.15. do presente relatório.

Os administradores não executivos participam em todas as reuniões do Conselho de Administração, acompanhando por essa via a evolução da actividade do BES, podendo formular questões a quaisquer outros órgãos sociais ou estruturas internas do Grupo BES. No exercício das suas funções, o órgão de administração não se deparou com nenhum constrangimento.

Identificação dos Membros do Conselho de Administração e Critérios de Independência

Administrador	Data Nascimento	Nacionalidade	Comissão Executiva	Independente	Razão para não independência
Alberto de Oliveira Pinto	26/06/1932	Portuguesa	Não	Sim	
Ricardo Salgado	25/06/1944	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Bruno de Laage de Meux	20/08/1951	Francesa	Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Crédit Agricole, S.A.
José Manuel Espírito Santo	02/05/1945	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
António Souto	17/04/1950	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Jorge Martins	17/07/1957	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Aníbal Oliveira	24/09/1935	Portuguesa	Não	Não	Administrador da sociedade Espirito Santo Financial (Portugal), SGPS, S.A.
Manuel Fernando Espírito Santo	20/07/1958	Portuguesa	Não	Não	Administrador da sociedade Espírito Santo Financial Group, S.A.
José Maria Ricciardi	27/10/1954	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Jean-Luc Guinoiseau [1]	20/12/1954	Francesa	Sim	Não	Executivo
Rui Silveira	11/12/1954	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Joaquim Goes	09/09/1966	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Pedro Homem [2]	19/07/1947	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Luís Daun e Lorena	11/10/1944	Portuguesa	Não	Sim	
Ricardo Espírito Santo Silva	04/11/1958	Portuguesa	Não	Não	Administrador Executivo do BESI Brasil
José Pena	05/11/1940	Portuguesa	Não	Sim	
Amílcar Morais Pires	30/05/1961	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Nuno Godinho de Matos	31/10/1949	Portuguesa	Não	Sim	
João Freixa	24/06/1956	Portuguesa	Sim	Não	Executivo
Pedro Amaral	27/06/1968	Portuguesa	Não	Não	Vínculo contratual com o BES
Isabel de Sousa Coutinho	12/12/1946	Portuguesa	Não	Sim	
João de Faria Rodrigues	31/10/1955	Portuguesa	Não	Sim	
José Epifânio da Franca [3]	02/01/1955	Portuguesa	Não	Sim	
Antonio Bornia	22/11/1935	Brasileira	Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Banco Bradesco, S.A.
Marc Olivier Tristan	24/01/1967	Francesa	Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Crédit Agricole, S.A.
Michel Jacques Mathieu	03/10/1958	Francesa	Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Crédit Agricole, S.A.
Vincent Pacaud	19/08/1961	Francesa	Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Crédit Agricole, S.A.

(1) renunciou às funções de administrador executivo com efeitos a 23/12/2011
(2) renunciou às funções de administrador executivo com efeitos a 30/12/2011
(3) renunciou às funções de administrador não executivo em Janeiro 2012, com efeitos no final do mês de Fevereiro

II.15. Critérios para a Avaliação da Independência dos Membros do Conselho de Administração

A Comissão de Governo da Sociedade confirmou a independência dos membros qualificados como administradores independentes, como segue:

Membros não executivos do Conselho de Administração que integram a Comissão de Auditoria

Os membros da Comissão de Auditoria do BES, estão, por força do disposto no Código das Sociedades Comerciais (art. 423.º - B n.os 3, 4 e 5), sujeitos a um escrutínio da sua independência e à verificação da inexistência de situações consideradas incompatíveis com o exercício do cargo.

De acordo com o referido regime, a avaliação da independência deve ser feita por referência ao conceito estabelecido no art. 414.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e as situações de incompatibilidade com o exercício do cargo a ter em conta são, com as devidas adaptações, as indicadas no art. 414.º – A do CSC (com excepção do disposto na al. b) do respectivo n.º 1).

No início de 2012, com vista a servir de base à recolha de informação pertinente para a avaliação das referidas situações, a realizar pelo órgão de administração, foram elaborados e enviados questionários a cada um dos membros da Comissão de Auditoria, a fim de serem pessoalmente respondidos, assinados e posteriormente devolvidos.

Os referidos questionários compreendem questões sobre as circunstâncias de que o CSC faz depender a noção de independência e sobre as situações de incompatibilidade estabelecidas no mesmo Código.

Demais membros não executivos do Conselho de Administração (Presidente do Conselho de Administração e membros da Comissão de Governo)

Os demais membros não executivos do Conselho de Administração do BES, não estão directamente sujeitos ao regime de avaliação de independência e de proibição de situações de incompatibilidade que o CSC estabelece para os membros da Comissão de Auditoria.

Todavia, o Regulamento da CMVM n.º 1/2010, aplicável ao BES, requer a discriminação no Relatório Anual de Governo da Sociedade dos administradores não executivos que cumpririam, se lhes fossem aplicáveis, as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do art. 414.º – A do CSC (com excepção da prevista na respectiva al. b) e os critérios de independência previstos no n.º 5 do art. 414.º do CSC.

Assim, no início de 2012, com vista a servir de base à recolha de informação pertinente para a avaliação das referidas situações, a realizar pelo órgão de administração, foram elaborados e enviados questionários a cada um dos demais membros não executivos do Conselho de Administração que foram apresentados como administradores independentes no Relatório de Governo do BES referente a 2010, a fim de serem pessoalmente respondidos, assinados e posteriormente devolvidos.

Os referidos questionários compreendem questões sobre as circunstâncias de que o CSC faz depender a noção de independência e sobre as situações de incompatibilidade estabelecidas no mesmo Código.

Membros da Mesa da Assembleia Geral

Os membros da Mesa da Assembleia Geral do BES, estão, por força do disposto no CSC (art. 374.º-A n.º1), sujeitos a um escrutínio da sua independência e à verificação da inexistência de situações consideradas incompatíveis com o exercício do cargo.

De acordo com o referido regime a avaliação da independência deve ser feita, com as devidas adaptações, por referência ao conceito estabelecido no art. 414.º n.º5 do CSC e as situações de incompatibilidade com o exercício do cargo a ter em conta são, também com as devidas adaptações as indicadas no n.º1 do art. 414.º-A do CSC.

No início de 2012, com vista a servir de base à recolha de informação pertinente para a avaliação das referidas situações, a realizar pelo órgão de administração, foram elaborados e enviados questionários a cada um dos membros da Mesa da Assembleia Geral, a fim de serem pessoalmente respondidos, assinados e posteriormente devolvidos.

Os referidos questionários compreendem questões sobre as circunstâncias de que o CSC faz depender a noção de independência e sobre as situações de incompatibilidade estabelecidas no mesmo Código.

II.16. Processo de Selecção dos Administradores Não Executivos

A Comissão de Governo da Sociedade tem como função apoiar e aconselhar o Conselho de Administração no preenchimento de vagas ocorridas no Conselho de Administração (cfr. o ponto II.2. do presente Relatório), nomeadamente apreciando o perfil de cada candidato, em termos das suas qualificações, conhecimentos e experiência.

Sem prejuízo da liberdade da Assembleia Geral em eleger livremente os membros do Conselho de Administração do BES, a intervenção da Comissão de Governo da Sociedade é mais um elemento que garante a ausência de qualquer influência dos administradores executivos no processo de escolha dos membros do órgão de administração em geral, e dos não executivos em particular.

II.17. Descrição da Actividade dos Administradores Não Executivos

O relatório anual de gestão inclui uma descrição da actividade desenvolvida pelos administradores não executivos (Cfr. Ponto 1.5 do relatório de gestão.

II.18. Qualificação Profissional dos Membros do Conselho de Administração e Actividade Exercida nos últimos cinco anos

Alberto Alves de Oliveira Pinto (Presidente)

Qualificação Profissional: Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Crédito Imobiliário entre 1991 e 2005. Administrador não executivo da Galp Energia entre 2006 e 2008. Administrador não executivo do BES de Fevereiro de 2006 a Março de 2008. É Presidente do Conselho de Administração do BES desde Março de 2008.

N.º de acções em 31/12/2010: 0
1.ª Designação: 2006
Termo do mandato: 2011

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Vice-Presidente)

Qualificação Profissional: Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do BES, Presidente do Conselho de Administração das Sociedades Espírito Santo Financial Group, S.A., Bespar - SGPS, S.A. e Partran, SGPS, S.A.. Membro do Instituto Internacional de Estudos Bancários desde 2003 e seu Presidente entre Outubro de 2005 e Dezembro de 2006. Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco (Brasil) desde 2003. Membro do Board of Directors, do Human Resources & Compensation Committee da NYSE Euronext.

N.º de acções em 31/12/2010: 1 384 333
1.ª Designação: 1991
Termo do mandato: 2011

Bruno Bernard Marie Joseph de Laage de Meux (Vice-Presidente)

Qualificação Profissional: Licenciado pela 'École des Hautes Études Commerciales' (H.E.C.) e MBA pelo INSEAD.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Foi, desde 2006, Administrador e Membro do Comité Estratégico do Crédit Agricole S.A. e Secretário Geral adjunto da Federação Nacional do Crédit Agricole. Em Março de 2010 foi nomeado Vice-Presidente do Crédit Agricole S.A., tendo o pelouro das Caixas Regionais ("Caisses Régionales"), da Banca de Retalho Internacional, Sistemas de Pagamento e Serviços Financeiros Especializados (*Consumer Credit, Leasing and Factoring*). Em Abril de 2010 foi nomeado membro do Conselho de Administração do BES, em substituição de Jean Frédéric de Leusse.

N.º de acções em 31/12/2010: 0
1.ª Designação: 2010
Termo do mandato: 2011

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Qualificação Profissional: Licenciado em Economia, com especialização em Direcção e Administração de Empresas, pela Universidade de Évora (ex-Instituto de Estudos Superiores de Évora).

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Presidente da Banque Privée Espírito Santo S.A., Administrador Executivo do BES e Vice-Presidente da Espírito Santo Financial Group, S.A..

N.º de acções em 31/12/2010: 357 008
1.ª Designação: 1992
Termo do mandato: 2011

António José Baptista do Souto

Qualificação Profissional: Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Administrador Executivo do BES. Membro do Conselho de Administração da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A..

N.º de acções em 31/12/2010: 38 575
1.ª Designação: 1990
Termo do mandato: 2011

Jorge Alberto Carvalho Martins

Qualificação Profissional: Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Administrador Executivo do BES. Membro do Conselho de Administração da Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A..

N.º de acções em 31/12/2010: 132 385
1.ª Designação: 1993
Termo do mandato: 2011

Aníbal da Costa Reis de Oliveira

Qualificação Profissional: Curso Geral de Comércio (Porto); Curso de Engenharia Química (Alemanha).

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Funções executivas nas várias empresas do Grupo Riopele. Membro não executivo do Conselho de Administração do BES desde 1992.

N.º de acções em 31/12/2010: 1 010 000
1.ª Designação: 1992
Termo do mandato: 2011

Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva

Qualificação Profissional: 'B.A. Business Administration', Richmond College, London. 'International Bankers Course' no Barclays and Midland Bank, em Londres; INSEAD, Fontainebleau - "Inter-Alpha Banking Programme".

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Membro do Conselho de Administração do BES desde 1994. Membro Executivo do World Travel & Tourism Council desde 2003. Presidente da Comissão Executiva da sociedade Espírito Santo Resources desde 2006. Presidente do Conselho de Administração da Rioforte Investments desde 2008 e da Rioforte (Portugal) desde 2010.

N.º de acções em 31/12/2010: 2 484
1.ª Designação: 1994
Termo do mandato: 2011

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Qualificação Profissional: Licenciado em "Sciences Economiques Appliquées" pelo Instituto de Administração e Gestão da Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais da Universidade Católica de Louvain, Bélgica.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Administrador executivo do BES. Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do BES Investimento. Presidente do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil, S.A.. Membro do Conselho de Administração da Espírito Santo Financial Group. Membro do Conselho de Administração da Espírito Santo International, S.A.. Membro do Conselho de Administração da BES Africa SGPS, S.A.. Presidente do Conselho de Administração da Espírito Santo Investment Holdings Limited. Vogal do Conselho Geral e de Supervisão da EDP. Membro do Conselho Fiscal da Sporting Clube de Portugal-Futebol, S.A.D..

N.º de acções em 31/12/2010: 21 789
1.ª Designação: 1999
Termo do mandato: 2011

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Qualificação Profissional: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Advogado, Administrador Executivo do BES. Membro do Conselho de Administração da Cimigest – S.G.P.S., S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.; Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AVISTAR S.G.P.S., S.A., da BES África, S.G.P.S., S.A., do BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S,A,, da ES Tech Ventures S.G.P.S., S.A., da ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros S.G.P.S., S.A., da Espírito Santo Ventures, Sociedade de Capital de Risco, S.A., da Bespar – S.G.P.S., S.A., da Espírito Santo Saúde – S.G.P.S., S.A., da Partran – S.G.P.S., S.A. e da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A..

N.º de acções em 31/12/2010: 2 315
1.ª Designação: 2000
Termo do mandato: 2011

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Qualificação Profissional: Licenciado em Administração e Gestão de Empresas, com especialização em Marketing e Finanças pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa. Em 1994 obteve o Mestrado em *Business Administration* pelo INSEAD, em Fontainebleau.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Administrador Executivo do BES. Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom desde 2000.

N.º de acções em 31/12/2010: 88 805
1.ª Designação: 2000
Termo do mandato: 2011

Luis António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena

Qualificação Profissional: Frequentou o terceiro ano do Curso de Direito da Universidade de Lisboa.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Membro do Conselho de Administração do BES desde 2002, onde é também membro da Comissão de Auditoria.

N.º de acções em 31/12/2010: 0
1.ª Designação: 2002
Termo do mandato: 2011

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Qualificação Profissional: Licenciado em Economia pela 'The City University', Londres, Inglaterra.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Presidente Executivo do BES Investimento do Brasil, Membro do Conselho de Administração do BES Investimento desde 2003, tendo sido nomeado Administrador Executivo em 2005. Membro do Conselho de Administração do BES desde 2002.

N.º de acções em 31/12/2010: 50 000
1.ª Designação: 2002
Termo do mandato: 2011

José Manuel Ruivo da Pena

Qualificação Profissional: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE); posteriormente frequentou o *International Advanced Executive Program (IAEP)* da JL Kellog Graduate School of Management, Northwestern University, Chicago, EUA.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Desde 2003, membro não executivo do Conselho de Administração do BES e, até 2007, membro da Comissão de Auditoria. Desde 2006, Presidente dos Conselhos Fiscais da BES Seguros, S.A. e da BES Vida, S.A.. Desde 2007, Presidente dos Conselhos Fiscais da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. e da Partran, S.A.. Foi nomeado Presidente da Comissão de Auditoria do BES em Março de 2008.

N.º de acções em 31/12/2010: 0
1.ª Designação: 2003
Termo do mandato: 2011

Amílcar Carlos Ferreira Morais Pires

Qualificação Profissional: Licenciado em Ciências Económicas pela Universidade Católica Portuguesa.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Até 2004, foi assessor do Conselho de Administração do BES e coordenador do Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos. É administrador executivo do Banco Espírito Santo desde Março 2004 e membro do Conselho de Administração do BES Investimento, desde 2005. É membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom desde 2006.

N.º de acções em 31/12/2010: 40 276
1.ª Designação: 2004
Termo do mandato: 2011

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos

Qualificação Profissional: Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Exerce a actividade de advogado. Membro do Conselho de Administração do BES desde 2006, integrando a Comissão de Governo desde 2010..

N.º de acções em 31/12/2010: 0
1.ª Designação: 2006
Termo do mandato: 2011

João Eduardo Moura da Silva Freixa

Qualificação Profissional: Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia; MBA na Universidade Nova de Lisboa.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Entre 2004 e 2005 foi Vice-Presidente da Caixa Geral de Depósitos, Vice-Presidente do Caixa - Banco de Investimento (Caixa BI) e Administrador não executivo da EDP- Energias de Portugal. Desde Outubro de 2005, foi assessor do Conselho de Administração do BES e é membro executivo do Conselho de Administração do BES desde 2006, e Vice-Presidente do BES dos Açores desde Novembro de 2006. Membro do Conselho de Administração da Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A. desde 2010.

N.º de acções em 31/12/2010: 30 000
1.ª Designação: 2006
Termo do mandato: 2011

Pedro Mosqueira do Amaral

Qualificação Profissional: Licenciado em Gestão de Empresas pela 'European University', Bruxelas, Bélgica.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Administrador do BES GmbH, desde 2006 e membro do Conselho de Administração do BES desde 2008.

N.º de acções em 31/12/2010: 70 000
1.ª Designação: 2008
Termo do mandato: 2011

Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho

Qualificação Profissional: Licenciada em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) em 1969.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Foi Presidente da Fundação Pão de Açúcar – Auchan até 2007, é membro do Conselho de Administração do BES desde 2008 e Presidente da Comissão de Governo desde 2010.

N.º de acções em 31/12/2010: 0
1.ª Designação: 2008
Termo do mandato: 2011

João de Faria Rodrigues

Qualificação Profissional: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: É Revisor Oficial de Contas desde 1992. Entre 1997 e 2008, foi *Senior Audit Manager* na Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. É membro do Conselho de Administração do BES desde 2008, integrando a Comissão de Auditoria.

N.º de acções em 31/12/2010: 0
1.ª Designação: 2008
Termo do mandato: 2011

José de Albuquerque Epifânio da Franca

Qualificação Profissional: Licenciado pelo Instituto Superior Técnico (IST) em 1978. Doutorou-se no 'Imperial College of Science and Technology' (Londres, Reino Unido) em 1985 e em 1992 obteve a Agregação pela Universidade Técnica de Lisboa. *Executive Education* no MIT (EUA) em 'Management of Research and Technology Based Innovation', em 1994. Professor Catedrático do Departamento de Engenharia Electrónica e de Computadores do IST (em licença de longa duração), Professor Afiliado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e "Adjunct Professor" da Faculdade de Engenharia Electrónica da Universidade Chinesa de Hong Kong.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Fundador da CHIPIDEA, que durante vários anos consecutivos foi considerada uma das 500 empresas Europeias com melhores indicadores de desenvolvimento de negócio e de criação de emprego (Europe 500). Em 2007 a Chipidea foi adquirida pela MIPS Technologies Inc. (Mountain View, California), empresa cotada no NASDAQ. Nessa altura, passou a integrar o Board of Directors da MIPS e manteve-se como Presidente do Conselho de Administração da subsidiária Portuguesa (Chipidea Microelectrónica, S.A.), até Setembro de 2008. É membro do Conselho Geral do Instituto Superior de Gestão (Grupo Lusófona), do Conselho Consultivo do Agrupamento TICE (Tecnologias de Informação, Comunicações e Electrónica), da Comissão de Honra do Forum Silicon Valley Bridge to Portugal e do Conselho Consultivo da Beta-i (Associação para a promoção do Empreendedorismo e Inovação). É ainda membro do Comité de Estratégia da StarChip (França) e membro não-executivo do Conselho de Gerência da Quiiq, Lda. É membro do Conselho de Administração do BES desde 2008 e integra a Comissão de Governo desde 2010.

N.º de acções em 31/12/2010: 0
1.ª Designação: 2008
Termo do mandato: 2011

Antônio Bornia

Qualificação Profissional: Ensino Secundário.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Iniciou a sua carreira no Banco Bradesco em 1952, sendo nomeado Director Adjunto em 1975 e Director Executivo em 1979. Em 1999 foi nomeado Vice-Presidente do Conselho de Administração, cargo que ocupa actualmente. É Presidente do Conselho de Administração da Bradesco Securities, Inc e do Banco Bradesco Europa, S.A. e Vice-Presidente da Bradesco Leasing, S.A.. Em Abril de 2010 foi nomeado membro do Conselho de Administração do BES.

N.º de acções em 31/12/2010: 0
1.ª Designação: 2010
Termo do mandato: 2011

Marc Olivier Tristan Oppenheim

Qualificação Profissional: Licenciado pela 'École Supérieure des Sciences Économiques et Commerciales' – ESSEC.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Em 2007 foi nomeado Director da área de Mercado de Particulares e membro da Direcção do Comité Geral do Crédit Lyonnais. Desde Junho de 2010, é Director da área de Banca de Retalho Internacional do Crédit Agricole e membro da Comissão Executiva. Em 2010, foi nomeado administrador não executivo do BES.

N.º de acções em 31/12/2010: 0
1.ª Designação: 2010
Termo do mandato: 2011

Michel Jacques Mathieu

Qualificação Profissional: Doutorado em Direito Empresarial.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Em 2007 foi nomeado director geral da Caisse Régionale du Languedoc, que resultou da fusão da Caisse Régionale du Gard, de que era director geral desde 1999, com a Caisse Régionale du Midi, de que era director geral desde 2005. Em 2008, é nomeado Administrador do Crédit Agricole, responsável pelas áreas de Finanças, Recursos Humanos, Jurídico e Compliance, Informático, Estratégia, Estudos Económicos e Recursos Internos. Estão também a seu cargo a actividade de Seguros, Gestão de Activos, Gestão de Imobiliário e *Private Equity* (CAPE). Em 2011 foi nomeado Administrador não executivo do BES em substituição de Jean-Yves Hocher.

N.º de acções em 31/12/2010: 0
1.ª Designação: 2011
Termo do mandato: 2011

Vincent Claude Paul Pacaud

Qualificação Profissional: Licenciado pela 'École Polytéchnique' e MBA no INSEAD.

Percurso profissional nos últimos cinco anos: Foi CEO do BNP Paribas Assurance na Ásia e membro do Comité Estratégico Internacional do BNP Paribas Assurance. Em 2008, ingressa no Grupo Crédit Agricole como responsável pela actividade de seguros na zona da Ásia e em 2010, é nomeado CEO do Crédit Agricole Life Japan. É membro do Conselho de Administração do BES desde 2011, em substituição do Michel Goutorbe, e dos Conselhos de Administração da BESPAR, da ESAF e das Seguradoras BES Vida e BES Seguros.

N.º de acções em 31/12/2010: 0
1.ª Designação: 2011
Termo do mandato: 2011

II.19. Funções dos Membros do Conselho de Administração em Outras Sociedades

Alberto Alves de Oliveira Pinto (Presidente)

Não exerce cargos noutras entidades

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Vice-Presidente)

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Presidente)
BES África, S.G.P.S. S.A. (Presidente)
BES Finance, Ltd (Vogal)
BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (Presidente)
ES Tech Ventures, S.G.P.S., S.A. (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (Presidente)
Espírito Santo Bank (Vogal)
Espírito Santo – Empresa de Prestação de Serviços 2, ACE (Presidente)
Espírito Santo Ventures, Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
Banco Bradesco S.A. (Vogal)
Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S.A. (Vogal)
Banque Privée Espírito Santo, S.A. (Vogal)
Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Casa dos Pórticos – Sociedade de Administração de Bens, S.A. (Presidente)
ES Bankers (Dubai) Limited (Presidente)
Espírito Santo Control S.A. (Vogal)
E.S. Holding Administração e Participações S.A. (Vice-Presidente)
Espírito Santo Financial (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Financial Group S.A. (Presidente)
Espírito Santo International S.A. (Vogal)
Espírito Santo Resources Limited (Vogal)
Espírito Santo Saúde – S.G.P.S., S.A. (Presidente)
Espírito Santo Services, S.A. (Vogal)
Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Sociedade de Administração de Bens Pedra da Nau, S.A. (Presidente)
NYSE Euronext (Membro do Board of Directors; Membro do Human Resources & Compensation Committee)

Outros cargos
APDMC – Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais (Vogal do Conselho Geral)
Associação Portuguesa de Bancos (Representante do Banco Espírito Santo, S.A., Vogal da Direcção)
Fundação Stanley Ho (Vogal do Conselho Geral)

Bruno Bernard Marie Joseph de Laage de Meux (Vice-Presidente)

Cargos sociais exercidos em outras entidades fora do Grupo BES

Órgão de Administração
Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Administrador)
CA Assurances (Censeur)
CA Consumer Finance (Presidente)
Cariparma e Piacenza S.P.A. (Administrador)
Crédit Agricole Creditor Insurance (Administrador)
Crédit Agricole Egypt, S.A.E. (Vice – Presidente)
Crédit Agricole Leasing & Factoring (Administrador)
Crédit du Maroc (Membro do Conseil de Surveillance)
Emporiki Bank (Administrador)
Fireca (Administrador)
Fonds de Garantie de Dépots (Membro do Conseil de Surveillance)
LCL – Le Crédit Lyonnais (Administrador)
SAS BFORBANK (Administrador)
Uni – Editions (Presidente)
Union de Banques Arabes et Françaises – U.B.A.F. (Vice-Presidente)

Outros cargos
Crédit Agricole, S.A. (Membro do Executive Committee, Membro do General Management Committee, Deputy Chief Executive Officer in Charge of Crédit Agricole Regional Banks, LCL, International Retail and Commercial Banking, Payment Systems and Specialised Financial Services: Consumer Credit, Leasing and Factoring)

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)
BES África, S.G.P.S. S.A. (Vogal)
ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (Vogal)
Espírito Santo Bank (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S.A. (Vogal)
Banque Privée Espírito Santo, S.A. (Presidente)
Casa da Saudade – Administração de Bens Móveis e Imóveis, S.A. (Presidente)
ES Bankers (Dubai) Limited (Vogal)
Espírito Santo Control S.A. (Vogal)
Espírito Santo Financial (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vice-Presidente)
Espírito Santo Financial Group S.A. (Vice-Presidente)
Espírito Santo International S.A. (Vogal)
Espírito Santo Resources Limited (Vogal)
Espírito Santo Services, S.A. (Vogal)
Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (Vogal)
Ponte Alta – Consultoria e Assistência (Sociedade Unipessoal), Lda. (Gerente)
Ribeira do Marchante – Administração de Bens Móveis e Imóveis, S.A. (Presidente)

António José Baptista do Souto

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração
BES África, SGPS S.A. (Vogal)

Outros cargos
Banco Espírito Santo dos Açores, S.A. (Membro da Comissão de Fixação de Remunerações)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
Angra Moura – Sociedade de Administração de Bens, S.A. (Presidente)
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (Vogal)
Ijar Leasing Algérie (Vogal)
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. (Vogal)
SIBS Forward Payment Solutions, S.A. (Vogal)

Outros cargos
ELO – Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação (Vice-Presidente do Conselho Geral)
TF Turismo Fundos – SGFII, S.A. (nomeado pelo Vogal da Comissão de Vencimentos, Banco Espírito Santo, S.A., em sua representação)

Jorge Alberto Carvalho Martins

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. (Presidente)

Conselho Fiscal
Agência de Desenvolvimento Regional de Entre-o-Douro e Tâmega (Presidente)
Instituto Empresarial do Tâmega (Presidente)

Aníbal da Costa Reis de Oliveira

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
ACRO - SGPS, S.A. (Presidente)
Diliva – Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Financial Group S.A. (Vogal)
Espírito Santo Financial (Portugal), Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Espírito Santo International S.A. (Vogal)
Olinveste, Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda (Gerente)
Olinerg – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Oliren – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Q. L. PORTUGAL – Sociedade de Agricultura e Serviços da Quinta da Lage, Lda. (Gerente)

Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
Academia de Música de Santa Cecília (Presidente do Conselho Administrativo Não Executivo)
Ambassador Portugal – Promoção Imobiliária, S.A. (Presidente)
Bensaúde Turismo, S.G.P.S., S.A. (Vogal)
Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Control S.A. (Vogal)
Espírito Santo Financial Group S.A. (Vogal)
Espírito Santo Industrial, S.A. (Presidente)
Espírito Santo International S.A. (Vogal)
Espírito Santo Resources Limited (Presidente da Comissão Executiva)
Espírito Santo Resources (Portugal), S.A. (Vogal)
Espírito Santo Services, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Tourism (Europe), S.A. (Presidente)
Euroamerican Finance Corporation, Inc. (Presidente)
Euroamerican Finance S.A. (Presidente)
Herdade da Comporta – Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, S.A. (Presidente)
Rio Forte Investments, S.A. (Presidente)
RIOFORTE (Portugal), S.A. (Presidente)
Santogal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
SODIM, S.G.P.S., S.A. (Vogal)
Sapec, S.A. (Vogal)

Mesa da Assembleia Geral
Espart – Espírito Santo Participações Financeiras, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Sociedade Imobiliária e Turística da Quinta do Perú, S.A. (Presidente)

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vice-Presidente e Presidente da Comissão Executiva)
BES África, S.G.P.S. S.A. (Vogal)
BES Investimento do Brasil S.A. (Presidente)
Espírito Santo Investment Holdings Limited (Presidente)

Mesa da Assembleia Geral
ESAF – Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S.A. (Vice-Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
Espírito Santo Financial Group S.A. (Vogal)
Espírito Santo International S.A. (Vogal)

Conselho Geral e de Supervisão
EDP – Energias de Portugal, S.A. (Vogal)

Conselho Fiscal
Sporting Clube de Portugal – Futebol, S.A.D. (Vogal)
Sporting Clube de Portugal (Vice-Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar)

Mesa da Assembleia Geral
Espart – Espírito Santo Participações Financeiras, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vice-Presidente)

Outros cargos
APDMC – Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais (Vogal da Direcção)
EDP – Energias de Portugal, S.A. (Membro da Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão e Membro da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade)

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Mesa da Assembleia Geral
AVISTAR S.G.P.S., S.A. (Presidente)
Banco Espírito Santo Cabo Verde, S.A. (Presidente)
Banco Espírito Santo dos Açores, S.A. (Presidente)
BES África, S.G.P.S. S.A. (Presidente)
BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (Presidente)
Capital Mais – Assessoria Financeira, S.A. (Presidente)
ES Tech Ventures, S.G.P.S., S.A. (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A. (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S.A. (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Participações Internacionais, S.G.P.S., S.A. (Presidente)
Espírito Santo Ventures, Sociedade de Capital de Risco, S.A (Presidente)
OBLOG - Consulting, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
Cimigest – S.G.P.S., S.A . (Vogal)
Sociedade de Administração de Bens Casa de Bons Ares, S.A. (Presidente)
Sociedade de Silvicultura Monte do Arneirinho, Lda (Gerente)

Conselho Fiscal
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (Vogal)

Mesa da Assembleia Geral
BES - Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)
Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Casa dos Pórticos – Sociedade de Administração de Bens, S.A. (Secretário)
ESEGUR – Empresa de Segurança, S.A. (Vice-Presidente)
Esumédica – Prestação de Cuidados Médicos, S.A. (Presidente)
Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (Vice-Presidente)
Espírito Santo Saúde – S.G.P.S., S.A. (Presidente)
Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração
Espírito Santo Ventures, Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
BES – Companhia de Seguros, S.A. (Vogal)
Glintt – Global Intelligent Technologies, S.G.P.S., S.A. (Vogal)
Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A. (Vogal)

Conselho Fiscal
Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Ajuda (Presidente)
Fundação Brazelton/Gomes-Pedro Para as Ciências do Bebé e da Família (Vogal)
Fundação da Universidade Católica Portuguesa (Presidente)

Luis António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
Campeque – Compra e Venda de Propriedades, Lda. (Gerente)

Outros Cargos
BES - Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)
BES - Vida, Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração
Conselho de Administração
AVISTAR S.G.P.S., S.A. (Vogal)
Banco Espírito Santo de Angola, S.A. (Presidente)
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vice-Presidente)
BES Finance Ltd. (Vogal)
BES Investimento do Brasil S.A. (Vogal)
Espírito Santo Investimentos S.A. (Brasil) (Presidente)
Espírito Santo Bank (EUA) (Vice-Presidente)

Diretoria
BES Investimento do Brasil S.A. (Presidente)
Espírito Santo Investimentos S.A. (Brasil) (Presidente)
Gespar Participações Ltd. (Brasil) (Diretor)

Conselho Fiscal
Banco Espírito Santo do Oriente, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
Conselho de Administração
2bCapital S.A. (Vogal)
Agriways S.A. (Brasil) (Vice-Presidente)
Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil (Vice-Presidente)
Europ Assistance (Brasil) (Vogal)
Espírito Santo Control S.A. (Vogal)
Espírito Santo International S.A. (Vogal)
Espírito Santo Property (Brasil) S.A. (Vogal)
Espírito Santo Resources Limited (Vogal)
Euroamerican Finance Corporation, Inc. (BVI) (Vogal)
Novagest Assets Management Ltd (Vogal)
BHG S.A. – Brazil Hospitality Group (Brasil) (Vogal)
Monteiro Aranha S.A. (Brasil) (Vogal)
Pojuca S.A. (Brasil) (Presidente)
Rioforte Investment Holding Brasil S.A. (Vogal)
Ushuaia – Gestão e Trading International Limited (Vogal)

Directoria
2bCapital S.A. (Director)
Associação Espírito Santo Cultura (Brasil) (Director)
Companhia Agrícola Botucatu (Presidente)
ESAP - Espírito Santo Agro-Pecuária S.A. (Uruguai) (Director)
ESCAE Consultoria, Administração e Empreendimentos, Ltda. (Brasil) (Director)
ES Consultoria Ltda (Brasil) (Sócio-Administrador)
E.S. Holding Administração e Participações, S.A. (Brasil) (Presidente)
Saramagos S.A. Empreendimentos e Participações (Brasil) (Director)

Conselho Fiscal
Banco Bradesco S.A. (Vogal)

Conselho Consultivo
Associação Brasileira de Bancos Internacionais S.A. (Vogal)

José Manuel Ruivo da Pena

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Conselho Fiscal
BES - Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)
BES – Vida, Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (Presidente)
Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Amílcar Carlos Ferreira Morais Pires

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração
AVISTAR S.G.P.S., S.A. (Presidente)
Bank Espírito Santo International Limited (Presidente)
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)
Banco Espírito Santo do Oriente, S.A. (Vogal)
BES África, S.G.P.S. S.A. (Vogal)
BES Finance Ltd (Vogal)
BIC – International Bank, Limited (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (Vogal)
Espírito Santo PLC (Vogal)
Espírito Santo – Empresa de Prestação de Serviços 2, ACE (Vogal)
ES Tech Ventures, S.G.P.S., S.A. (Vogal)
Execution Noble Limited (Non Executive Director)
Execution Noble & Company Limited (Non Executive Director)
Execution Noble Research Limited (Non Executive Director)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
BES – Vida, Companhia de Seguros, S.A. (Vogal)
Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A. (Vogal)

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos

Não exerce cargos noutras entidades

João Eduardo Moura da Silva Freixa

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração
Banco Espírito Santo dos Açores, S.A. (Vice-Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Vogal, nomeado pelo Banco Espírito Santo, S.A. nos termos do disposto no nº 4 do artigo 390º do CSC)

Pedro Mosqueira do Amaral

Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração
BES Beteiligungs GmbH (Gerente)
Bank Espírito Santo International Limited (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S.A. (Vogal)
Espírito Santo International S.A. (Vogal)

Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho

Cargos sociais exercidos em outras entidades fora do Grupo BES

Associação Novo Futuro (IPSS) (Presidente da Direcção)
Entrajuda (IPSS) (Membro do Conselho Superior)
Instituto de Negociação e Vendas (Membro do Conselho Consultivo)

João de Faria Rodrigues

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Conselho Fiscal
Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (Vogal)
Seguros LOGO, S.A. (Vogal)

José de Albuquerque Epifânio da Franca

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
Auxineon Pte Ltd. (Singapura) (Director)
QUIIQ, Lda. (Gerente)

Outros Cargos
Agrupamento TICE (Tecnologias de Informação, Comunicações e Electrónica) (Membro do Conselho Consultivo)
Beta-i (Associação para a Promoção do Empreendedorismo e Inovação) (Membro do Conselho Consultivo)
Instituto Superior de Gestão (Membro do Conselho Geral)
Starchip SAS (França) (Membro do Comité de Estratégia)

Antônio Bornia

Cargos sociais exercidos em outras entidades fora do Grupo BES

Órgão de Administração
Conselho de Administração
Banco BERJ S.A. (Vice-Presidente)
Banco Bradesco S.A. (Vice – Presidente)
Banco Bradesco Europa S.A. (Presidente)
BBD Participações S.A. (Vice-Presidente)
Bradesco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (Vice–Presidente)
Bradesco Securities, Inc. (Presidente)
Bradesco Securities Hong Kong Limited (Presidente)
Bradesco Securities UK Limited (Presidente)
Bradespar S.A. (Vice – Presidente)
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (Vice-Presidente)
Cidade de Deus – Companhia Comercial de Participações (Vice–Presidente)
Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Vice – Presidente)

Conselho Deliberativo
ABEL – Associação Brasileira das Empresas de Leasing (Presidente)
Caixa Beneficente dos Funcionários do Bradesco (Vice–Presidente)

Directoria
BBD Participações S.A. (Director Vice-Presidente)
Cidade de Deus – Companhia Comercial de Participações (Director Vice-Presidente)
Fundação Bradesco (Director Vice-Presidente)
Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Diretor Vice-Presidente)
NCF Participações S.A. (Director Vice-Presidente)
Nova Cidade de Deus Participações S.A. (Director Vice-Presidente)
Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social (Director Vice-Presidente)

Gerência
Bradport – S.G.P.S. Sociedade Unipessoal, Lda (Gerente)

Mesa Regedora
Fundação Bradesco (Vice-Presidente)

Outros cargos
Banco Bradesco S.A. (Membro do Comité de Remuneração)

Marc Olivier Tristan Oppenheim

Cargos sociais exercidos em outras entidades fora do Grupo BES

Órgão de Administração
BSF Banque Saudi Fransi (Administrador)
Crédit Agricole Bank Polska (Presidente do *Conseil de Surveillance*)
Crédit Agricole Egypt, S.A.E. (Administrador)
Cariparma e Piacenza S.P.A. (Administrador)
Crédit du Maroc (Membro do *Conseil de Surveillance*)
Emporiki Bank (Administrador)
IUB Holding (Presidente)
LCL – Actions Monde (Administrador)

Outros cargos
Crédit Agricole, S.A. (Membro do *Executive Committee & Head of International Retail and Commercial Banking*)

Michel Jacques Mathieu

Cargos sociais exercidos em outras entidades fora do Grupo BES

Órgão de Administração
Amundi Group (Administrador)
Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
CA Assurances (Administrador)
Caceis (Administrador)
CACI (Administrador)
Cape (Presidente do *Conseil de Surveillance*)
Cariparma e Piacenza S.P.A. (Administrador)
LCL - Le Crédit Lyonnais (Administrador)
Lesica (Presidente)
Pacifica (Administrador e Representante Permanente do Crédit Agricole, S.A.)
Predica (Vice-Presidente)
Silca (Membro do *Conseil de Surveillance*)

Outros cargos
Crédit Agricole, S.A. (Membro do *Comité de Direction Générale* - Membro do *Comité Exécutif*)
Crédit Agricole, S.A. (*Directeur général délégué en charge des activités Finances, Ressources Humaines, Juridique et Conformité, Informatique, Stratégie et Etudes Economiques* (FCG) *et des activités Assurances, Gestion d`Actifs, Immobilier et Private Equity* (CAPE)).
Fédération Nationale du Crédit Agricole (Membro da *Commission Mixte "Cadres Dirigeants"*)

Vincent Claude Paul Pacaud

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração
ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração
BES – Vida, Companhia de Seguros, S.A. (Presidente da Comissão Executiva)
BES – Companhia de Seguros, S.A. (Presidente da Comissão Executiva)
Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

II.30. Política de Remuneração

Nota: A política de remunerações em vigor no BES, para o ano de 2011, no que respeita aos seus órgãos sociais, assentou na política de remunerações aprovada pela Assembleia Geral Anual de 6 de Abril de 2010.

A proposta a apresentar pela Comissão de Vencimentos à Assembleia Geral de 22 de Março de 2012 assenta nos pressupostos da política de remunerações aprovada em 2010 e concretiza já as novas regras introduzidas para a política de remuneração das instituições financeiras pelos Decreto-lei n.º 88/2011, de 20 de Julho e Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011. As principais alterações são as seguintes:

a) A introdução de critérios não financeiros como factores de avaliação do desempenho dos membros executivos do órgão de administração, que considerem, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a protecção dos interesses dos clientes e dos investidores, a sua sustentabilidade a longo prazo e a extensão dos riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição;

b) A introdução da regra de que pelo menos 50% de qualquer remuneração variável, seja a mesma diferida ou não, deverá ser paga em acções do BES ou instrumentos financeiros considerados equivalentes;

c) A introdução da regra, no que respeita às acções adquiridas com base no pagamento de retribuição variável, de que os membros da Comissão Executiva devem manter as referidas acções até ao termo do seu mandato, até ao limite mínimo de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício de tais acções.

Não obstante o texto do presente Relatório descrever a política de remunerações, tal como a mesma se encontrou a vigorar em 2011, em anexo junta-se a proposta a apresentar à Assembleia Geral de 2012, contendo a política de remunerações que se propõe vigorar para o ano de 2012.

Política de Remuneração

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, determina a remuneração dos membros que integram os diversos órgãos sociais do BES. A Comissão de Vencimentos submete anualmente à aprovação da Assembleia Geral de accionistas uma proposta contendo a política de remuneração dos órgãos sociais.

A proposta apresentada à Assembleia Geral de 31 de Março de 2011 assentou nos seguintes aspectos principais:

a) A remuneração variável total deve ser próxima da componente fixa da remuneração, com fixação de limites máximos para ambas as formas de remuneração;

b) O montante efectivo da retribuição variável dependerá sempre da avaliação a realizar anualmente pela Comissão de Vencimentos sobre o desempenho dos administradores executivos;

c) Uma parte significativa da componente variável deve ser diferida sobre um período não inferior a 3 anos;

d) Uma parte da componente variável deve ser associada e ficar dependente do desempenho a médio prazo do BES, e consistir na atribuição de opções sobre acções do BES;

e) A nova política de remuneração não deve, no seu conjunto, implicar um aumento significativo dos encargos do BES para com os seus administradores executivos;

f) Não deve ser efectuada qualquer alteração na estrutura da remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral, da Comissão de Auditoria e dos restantes membros não executivos do Conselho de Administração.

O texto completo da proposta de política de remuneração, tal como foi aprovado pela Assembleia Geral de 31 de Março de 2011, encontra-se disponível em www.bes.pt/investidor.

II.31. Remuneração Individual Auferida pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

A remuneração dos membros do Conselho de Administração do BES obedece aos critérios enunciados no ponto II.30. supra.

O Conselho de Administração do BES é composto por 25 membros, dos quais 9 são executivos e 16 são não executivos. Entre os não executivos, 3 membros pertencem à Comissão de Auditoria, 3 outros pertencem à Comissão de Governo e 2 (Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva e Pedro Mosqueira do Amaral) desempenham funções executivas em outras sociedades do Grupo BES.

As remunerações auferidas em 2011 por cada um dos membros do Conselho de Administração, foram as seguintes:

Remunerações 2011 (milhares de euros)

	BES			Total BES
	Fixa			
	Vencimento	Subsídios e outros	Var.	
Comissão de Auditoria				
José Manuel Ruivo da Pena	246			246
Luis Daun e Lorena	246			246
João Faria Rodrigues	246			246
Total Comissão de Auditoria	**739**	**0**	**0**	**739**
Administradores não Executivos				
Alberto Alves de Oliveira Pinto	185			185
Aníbal da Costa Reis de Oliveira	0	7		7
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva	0	19		19
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos	42			42
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	0	19		19
Pedro Mosqueira do Amaral	134	22		157
José de Albuquerque Epifânio da Franca	42			42
Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho	42			42
Michel Joseph Goutorbe	0	4		4
Michel Jacques Mathieu	0	4		4
Vincent Claude Paul Pacaud	0	11		11
Total Administradores não Executivos	**446**	**86**	**0**	**532**
Mesa Assembleia Geral				
Paulo Manuel de Pitta e Cunha	19			19
Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz	12			12
Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo	9			9
Total Mesa Assembleia Geral	**40**	**0**	**0**	**40**
Comissão Vencimentos				
Daniel Proença de Carvalho	18			18
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral	18			18
Joaquim Jesus Taveira Santos	18			18
Total Comissão Vencimentos	**54**	**0**	**0**	**54**
Total Órgãos Sociais s/ Comissão Executiva	**1 278**	**86**	**0**	**1 364**

Membros da Comissão Executiva

1. Os montantes pagos em 2011 aos membros da Comissão Executiva incluem pagamentos referentes a dois exercícios distintos: a parte variável corresponde à distribuição de lucros relativos ao exercício de 2010; a parte fixa corresponde ao exercício de 2011.

2. Em 2011, a remuneração total dos membros executivos do Conselho de Administração registou uma redução de 35% comparativamente à auferida em 2010.

3. Conforme resulta do quadro abaixo reproduzido, a remuneração total que será paga em 2012, aos membros executivos do Conselho de Administração, registará uma redução de 47% comparativamente a 2011.

Remunerações 2011 vs 2012

(milhares de euros)

	2011			Total BES	2012			Total BES	Variação 2010/2011
	Fixa				Fixa				
	Vencimento	Subsídios e Outros	Var.		Vencimento	Subsídios e Outros	Var.		
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	546	2	253	801	546	2	0	548	-32%
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	461	2	212	674	461	2	0	463	-31%
António José Baptista do Souto	457	2	212	671	457	2	0	459	-32%
Jorge Alberto Carvalho Martins [1]	454	99	212	765	454	2	0	456	-40%
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau [2]	438	57	318	813	0	0	44	44	-95%
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	454	2	212	668	454	2	0	456	-32%
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes	454	2	212	668	454	2	0	456	-32%
Pedro José de Sousa Fernandes Homem [2]	452	1	318	772	0	32	44	76	-90%
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires [1]	454	67	212	733	454	2	0	456	-38%
João Eduardo Moura da Silva Freixa	452	2	212	666	452	2	0	454	-32%
Total Comissão Executiva	**4 621**	**237**	**2 372**	**7 230**	**3 731**	**48**	**88**	**3 868**	**-47%**

(1) Inclui Pagamento de prémio de antiguidade
(2) Inclui Pagamento de proporcionais / acertos de saída e pagamento da totalidade dos valores de remuneração variável de 2010 que tinham sido diferidos até 2014

Remunerações 2011

(milhares de euros)

	Fixa		Var.	Total Outras
	Vencimento	Subsídios e outros		
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado				0
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva				0
António José Baptista do Souto				0
Jorge Alberto Carvalho Martins				0
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	451	64	212	727
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau				0
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira				0
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes				0
Pedro José de Sousa Fernandes Homem				0
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires				0
João Eduardo Moura da Silva Freixa		3		3
Total Comissão Executiva	**451**	**67**	**212**	**730**

No que respeita aos membros da Comissão Executiva, relativamente à remuneração variável aprovada em 2011, a Comissão de Vencimentos deliberou nesse mesmo ano diferir 50% da parte variável da Remuneração Total Anual (a Remuneração Variável Anual Diferida), atribuindo a remuneração de 2 161 000 euros, a ser paga durante os anos de 2012, 2013 e 2014 (um terço em cada ano), desde que não se verificasse uma degradação estrutural na situação económica e financeira, bem como a atribuição de uma Remuneração Variável de Médio Prazo, no valor global de 1 130 000 euros, consistindo na atribuição de opções sobre acções do BES que apenas poderão ser exercidas 3 anos após a data da sua atribuição (no final de Março de 2014) e desde que a cotação das acções do BES tenha uma evolução positiva de, pelo menos, 10% no referido período de 3 anos, tudo nos seguintes termos:

Remunerações Diferidas (2012 - 2014)

(milhares de euros)

	Numerário Diferido (2012 - 2014)	Acções Diferidas (2012 - 2014)	Subtotal	Opções Diferidas (2012 - 2014)
Ricardo Espírito Santo Salgado	127	127	253	130
José Manuel Espírito Santo	106	106	212	100
António Souto	106	106	212	100
Jorge Martins	106	106	212	100
José Maria Espírito Santo Ricciardi	0	0	0	100
Jean-Luc Guinoiseau	106	106	212	100
Rui Silveira	106	106	212	100
Joaquim Goes	106	106	212	100
Pedro Homem	106	106	212	100
Amilcar Morais Pires	106	106	212	100
João Freixa	106	106	212	100
Total Comissão Executiva	**1 080**	**1 080**	**2 161**	**1 130**

Tendo-se verificado no ano de 2011 uma degradação na situação económica e financeira, em consequência da crise financeira da zona euro, num ambiente totalmente adverso ao nível de fontes de financiamento e com uma assinalável redução da actividade devido à crise nacional e ao rigoroso e exigente programa de *deleverage* imposto pela troika, não haverá lugar ao pagamento das prestações a serem pagas em 2012 (Presidente da Comissão Executiva: 42 milhares de euros em Numerário e 42 milhares de euros em acções a preços do momento da atribuição; restantes membros da Comissão Executiva: 35 milhares de euros em numerário e 35 milhares de euros em acções a preços do momento da atribuição), tendo ficado suspensas as prestações diferidas enquanto se verificar a referida degradação estrutural.

II.32. Informação sobre o Modo como a Remuneração é Estruturada

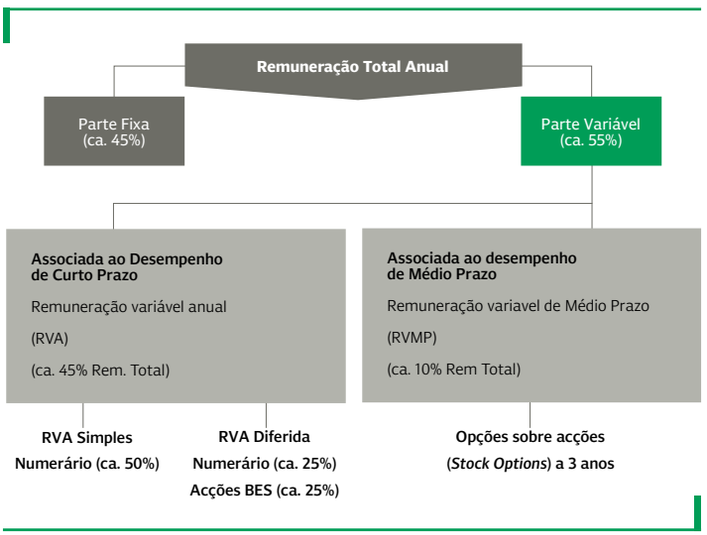
A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração comporta apenas uma parte fixa.

A remuneração dos membros da Comissão Executiva é fixada todos os anos pela Comissão de Vencimentos, até ao final de Abril, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior e contém uma parte fixa e, eventualmente, uma parte variável (cfr. o Ponto II.31. da deliberação da Comissão de Vencimentos respeitante ao ano de 2011).

A parte fixa (composta pelo vencimento dos membros da Comissão Executiva e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios) terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos e representará aproximadamente 45% da Remuneração Total Anual.

A Assembleia Geral de Março de 2011 determinou que a parte variável relativa a 2011 teria o limite de 1,4% dos resultados consolidados do Grupo BES, sendo em qualquer caso o limite geral o constante do artigo 24.º do contrato de sociedade (2% do resultado líquido consolidado do Grupo BES).

O montante exacto da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos anuais, constantes do Orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.



A componente variável é dividida em duas sub-componentes:

a) Desempenho de Curto Prazo (a Remuneração Variável Anual)

A Remuneração Variável Anual («RVA») é referente ao Desempenho de Curto Prazo e terá um peso de aproximadamente 45% na Remuneração Total Anual. A RVA será calculada no início de cada ano pela Comissão de Vencimentos, em função do cumprimento dos principais objectivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Administração: o Resultado Líquido do Exercício, o *Cost-to-Income* (rácio entre os custos operativos e o produto bancário total) e o *Return-on-Equity* (rácio entre o resultado líquido e capitais próprios).

A RVA é dividida entre uma parcela simples («RVASimples»), que é paga em numerário após a aprovação das contas do exercício do ano em questão, na data da colocação dos dividendos a pagamento, e uma parcela diferida por um período de até 3 anos (a Remuneração Variável Anual Diferida («RVADiferida»)). A RVA Diferida será também dividida em duas partes iguais (uma parte em numerário, e outra em espécie, em acções do BES), que serão pagas aos membros da Comissão Executiva nos 3 anos subsequentes à sua determinação, em prestações anuais e constantes.

b) Desempenho de Médio Prazo (a Remuneração Variável de Médio Prazo)

A Remuneração Variável de Médio Prazo («RVMP») é referente ao Desempenho de Médio Prazo e terá um peso de aproximadamente 10% no conjunto da Remuneração Total Anual.

A RVMP será determinada pela Comissão de Vencimentos no início de cada ano, com base na avaliação de desempenho do ano anterior e será paga através da atribuição de opções de aquisição de acções (*Stock Options*), que serão passíveis de ser exercidas apenas 3 anos após a data da sua atribuição, o que implica uma periodificação deste custo durante os 3 anos até ao momento do exercício.

A RVMP resultará da sustentabilidade dos indicadores do BES e será calculada em função do retorno global proporcionado aos accionistas ao longo de três anos, retorno que resulta dos dividendos e da evolução da capitalização bolsista. As *Stock Options* subjacentes à RVMP terão um preço de exercício no final do período de 3 anos superior em 10% à cotação no início do referido período.

A aplicação deste pressuposto de evolução da cotação bolsista à cotação de referência para a estruturação das *Stock Options* permitirá definir o valor de exercício das referidas Opções e, consequentemente, apurar o número de *Stock Options* a atribuir anualmente a cada administrador executivo.

As opções terão de ser exercidas na data do seu vencimento caducando definitivamente quando o não sejam nessa data.

A Remuneração Variável Anual Diferida («RVAD») encontra-se sujeita a duas limitações gerais: por um lado, o seu pagamento é diferido ao longo de um período de 3 anos; por outro, deixará de ser devida, em prestações ainda em dívida, em caso de degradação estrutural do desempenho do BES. Cabe à Comissão de Vencimentos verificar e determinar a existência de uma degradação estrutural que consistirá, nomeadamente, na redução da rentabilidade dos capitais próprios (*Return-on-Equity*) para níveis inferiores a 5%.

A Remuneração Variável a Médio Prazo («RVMP»), por definição, encontra-se limitada à evolução da cotação das acções do BES. Esta remuneração não terá valor a não ser que a referida cotação tenha uma evolução positiva de, pelo menos, 10% no período de 3 anos.

II.33. Relativamente à Remuneração dos Administradores Executivos:

a) Componente variável da remuneração;

Relativamente a este ponto, deverá confrontar-se o ponto II.32. supra.

b) Órgãos competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos;

Nos termos do artigo 24.º do Contrato de Sociedade, compete à Comissão de Vencimentos estabelecer a remuneração dos administradores do BES.

A Comissão de Vencimentos é actualmente composta por 3 membros, eleitos pela Assembleia Geral de 31 de Março de 2008 para um mandato de quatro anos, que terminou em 2011.

A Comissão de Governo da Sociedade procede ainda à elaboração de um Relatório Anual que contém uma avaliação sobre o desempenho do Conselho de Administração em função dos objectivos estabelecidos.

c) Critérios de avaliação de desempenho;

A avaliação dos administradores executivos assenta em quatro indicadores:

- *Cost-to-Income* (rácio entre os custos operativos e o produto bancário total), indicador que traduz a actividade operacional do Banco, e que mede a capacidade de geração de receitas face aos custos operativos incorridos;
- Resultado Líquido do Exercício, indicador que traduz o contributo para os accionistas, já deduzido de dimensões não capturadas no *Cost-to-Income*, em particular o custo do risco, os impostos e os interesses minoritários;
- *Return-on-Equity* (rácio entre o resultado líquido e os capitais próprios), indicador que mede a rentabilidade proporcionada em face do volume investido pelos accionistas;
- Capitalização bolsista, que traduz de forma inequívoca a apreciação efectuada pelos mercados do desempenho alcançado pelo BES. A inclusão deste indicador permite assim alinhar a visão dos accionistas e a dos mercados.

d) Componentes variável e fixa da remuneração;

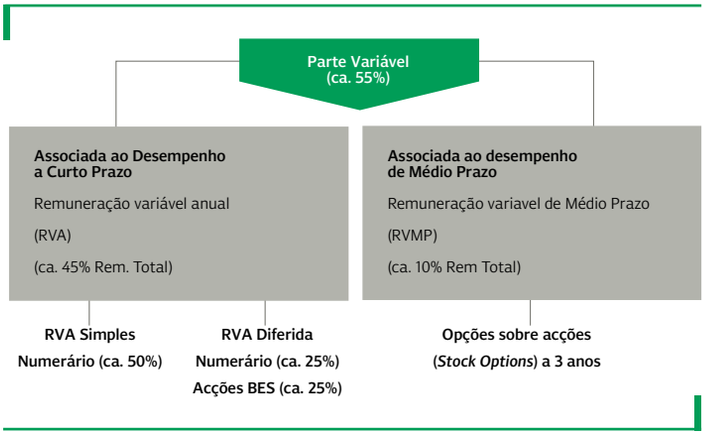
A componente variável da remuneração dos administradores executivos sob forma de participação nos lucros não poderá exceder os 2% do resultado líquido consolidado do BES, conforme descrito no ponto II.32. Em 2011, os administradores executivos receberam uma participação de 0,5% do resultado líquido consolidado do BES no exercício de 2010, correspondente a um valor de 2 584 milhares de euros.

e) Diferimento da componente variável da remuneração;

A RVA é dividida entre uma parcela simples («RVASimples»), que é paga em numerário após a aprovação das contas do exercício do ano em questão, na data da colocação dos dividendos a pagamento, e uma parcela diferida por um período de até 3 anos (a Remuneração Variável Anual Diferida («RVADiferida»)).

A RVADiferida será também dividida em duas partes iguais (uma parte em numerário, e outra em espécie, em acções do BES), que serão pagas aos membros da Comissão Executiva nos 3 anos subsequentes à sua determinação, em prestações anuais e constantes.

A Remuneração Variável de Médio Prazo («RVMP») é referente ao Desempenho de Médio Prazo e terá um peso de aproximadamente 10% no conjunto da Remuneração Total Anual.



f) Pagamento da remuneração variável;

A Remuneração Variável Anual Diferida («RVAD») encontra-se sujeita a duas limitações gerais: por um lado, o seu pagamento é diferido ao longo de um período de 3 anos; por outro, deixará de ser devida, em prestações ainda em dívida, em caso de degradação do resultado do BES. Cabe à Comissão de Vencimentos verificar e determinar a existência de uma degradação que consistirá, nomeadamente, na redução da rentabilidade dos capitais próprios (*Return-on-Equity*) para níveis inferiores a 5%.

A Remuneração Variável a Médio Prazo («RVMP»), por definição, encontra-se limitada à evolução da cotação das acções do BES. Esta remuneração não terá valor a não ser que a referida cotação tenha uma evolução positiva de, pelo menos, 10% no período de 3 anos.

g) Critérios para atribuição de remuneração variável em acções;

Aos membros da Comissão Executiva é atribuída uma remuneração variável cujo pagamento é efectuado em espécie, através da atribuição de um determinado número de acções do BES. Tais acções, correspondentes à remuneração paga em espécie, são divididas em 3 lotes iguais que serão entregues em 3 prestações anuais aos membros da Comissão Executiva.

O pagamento em espécie é parcialmente diferido durante 3 anos, visto que em cada ano é apenas entregue aos membros da Comissão Executiva um terço do número de acções determinadas pela Comissão de Vencimentos.

Aos membros da Comissão Executiva são também atribuídas *stock options*, que apenas podem ser exercidas após o decurso de um prazo de 3 anos.

Não existe qualquer regra acerca de retenção ou manutenção das acções adquiridas pelos membros da Comissão Executiva, que podem ser livremente transaccionadas, depois da sua entrega ou depois do exercício das opções.

O regulamento do Conselho de Administração proíbe a realização de quaisquer contratos relativamente às acções atribuídas aos membros da comissão executiva, nomeadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco.

h) Critérios para atribuição de remuneração variável em opções;

A RVMP será determinada pela Comissão de Vencimentos no início de cada ano, com base na avaliação de desempenho do ano anterior, e será paga através da atribuição de opções de aquisição de acções (*Stock Options*), que serão passíveis de ser exercidas apenas 3 anos após a data da sua atribuição, o que implica uma periodificação deste custo durante os 3 anos até ao momento do exercício.

A RVMP resultará da sustentabilidade dos indicadores do BES e será calculada em função do retorno global proporcionado aos accionistas ao longo de três anos, retorno que resulta dos dividendos e da evolução da capitalização bolsista. As *Stock Options* subjacentes à RVMP terão um preço de exercício no final do período de 3 anos superior em 10% à cotação no início do referido período.

A aplicação deste pressuposto de evolução da cotação bolsista à cotação de referência para a estruturação das *Stock Options* permitirá definir o valor de exercício das referidas Opções e, consequentemente, apurar o número de *Stock Options* a atribuir anualmente a cada administrador.

i) Prémios anuais e outros benefícios;

Não existem outras formas de remuneração para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração.

j) Participação nos lucros;

Não existem outras formas de remuneração para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração.

l) Indemnizações;

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros da Comissão Executiva relativamente à cessação das suas funções.

m) Compensação por destituição sem justa causa;

Os administradores são destituídos pela Assembleia Geral. Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar em caso de destituição sem justa causa e, consequentemente, não existe a necessidade de qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa dos administradores do BES.

n) Montantes pagos por outras sociedades do Grupo;

O montante total pago em 2011 por outras sociedades do Grupo BES a administradores do BES foi 730 milhares de euros.

o) Regimes complementares de pensões;

Os Administradores têm direito a pensão de reforma ou complemento de pensão de reforma, no caso de serem ou terem sido membros da Comissão Executiva.

As principais características do regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez são as seguintes:

a) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma vence-se em caso de velhice, com o atingir de sessenta e cinco anos de idade ou vinte e cinco anos de actividade profissional, ou em caso de invalidez.

b) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma pode ser antecipado para a data em que os administradores completem cinquenta e cinco anos, desde que tenham exercido funções em órgão de administração do BES por um período mínimo de 9 anos, consecutivos ou interpolados, contando-se, para efeitos da antiguidade, naquelas funções, o exercício como membros da direcção ou em órgãos de administração do anterior "Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S.A.".

c) O complemento de pensão de reforma poderá existir, de modo a completar eventuais regimes de reforma concedidos por qualquer outro regime de segurança social, por forma a que a pensão total possa atingir cem por cento da última remuneração anual ilíquida.

Em qualquer caso, as pensões ou complementos de pensão a atribuir nunca serão superiores ao salário pensionável do administrador em causa, podendo ser inferiores. O salário pensionável corresponde à soma entre a remuneração fixa anual e a remuneração variável auferidas pelo administrador em causa no ano imediatamente anterior à sua reforma, deduzida de qualquer pensão anual paga por qualquer outro regime de segurança social, bem como das diuturnidades auferidas. A remuneração variável corresponderá, no mínimo, ao montante equivalente à média da remuneração variável auferida nos últimos doze anos pelo administrador em causa na data da reforma.

Os complementos de pensão de reforma e de sobrevivência a cargo da sociedade serão anualmente actualizados de acordo com a percentagem de aumento global da remuneração dos Administradores em exercício, tal como for fixada pela Comissão de Vencimentos, actualização que, todavia, nunca poderá ser inferior à aplicação da taxa de variação do I.P.C. nem superior a duas vezes esta taxa.

A versão actual do regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez foi aprovada pela Assembleia Geral de 11 de Novembro de 2011.

p) Benefícios não pecuniários;

Não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários de relevo.

q) Mecanismos preventivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.

O regulamento do Conselho de Administração proíbe a realização de quaisquer contratos relativamente às acções atribuídas aos membros da comissão executiva, nomeadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco.

II.34. Remuneração dos Administradores Não Executivos

Apenas os membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração auferem uma retribuição variável, fixada pela Comissão de Vencimentos e aprovada em Assembleia Geral, sendo fixa a de todos os outros membros dos órgãos sociais.

II.35. Política de Comunicação de Irregularidades

A política de comunicação de irregularidades do BES assenta nas seguintes linhas gerais:

a) Natureza complementar: A comunicação de irregularidades, pelos colaboradores do BES, deve ocorrer quando os mecanismos institucionais (auditorias e inspecções) não funcionem ou não funcionem atempadamente;

b) Categorias de colaboradores sujeitos ao dever de comunicação: Todos os colaboradores do BES;

c) Comunicações anónimas: Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas, garantindo-se no entanto absoluta confidencialidade acerca da identificação do colaborador que efectuar a comunicação, desde que tal confidencialidade seja solicitada;

d) Não retaliação: Não serão tomadas quaisquer medidas contra os colaboradores que notifiquem comportamentos irregulares. Adverte-se contudo de que terão de ser comunicadas práticas concretas e indicada a causa invocada da sua irregularidade, não sendo admissíveis alegações vagas sobre pessoas;

e) Entidade que recolhe as comunicações: Comissão de Auditoria, nos termos legais, podendo as comunicações ser-lhe dirigidas por qualquer forma;

f) Entidade que investiga as comunicações: Consoante a matéria que for objecto da comunicação, o processo de investigação da mesma poderá ser atribuído pela Comissão de Auditoria, ao Departamento de Auditoria e Inspecção ou ao Departamento de *Compliance;*

g) Arquivo das comunicações: Quando seja manifesta a falta de credibilidade das comunicações, as mesmas são de imediato destruídas. Quando dêem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respectivos processos. Caso das investigações efectuadas não resulte qualquer procedimento, disciplinar ou legal, as comunicações serão destruídas no prazo de 3 meses a contar da data da conclusão da investigação.

II.36. Identificação dos Membros da Comissão de Governo da Sociedade

Os membros da Comissão de Governo do BES são os seguintes (cfr. II.1 e II.16):

Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho (Presidente)
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
José de Albuquerque Epifânio da Franca

II.37. Número de Reuniões das Comissões

A Comissão Executiva reuniu 81 vezes e a Comissão de Auditoria reuniu 11 vezes. A Comissão de Governo da Sociedade reuniu 5 vezes. Todas as reuniões são devidamente documentadas em acta.

II.38. Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos do Banco Espírito Santo, eleita em Assembleia Geral em 31 de Março de 2008, para o quadriénio 2008/2011, é composta pelos seguintes membros:

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

Exerce a actividade de advocacia na Sociedade Amaral Cabral & Associados, da qual é Sócia e Administradora; é assistente convidada na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e Administradora não executiva da Cimigest, SGPS, S.A. e da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A..

Daniel Proença de Carvalho

Advogado. Entre 2007 e 2008 foi Presidente do Conselho Estratégico do Hospital Amadora-Sintra Sociedade Gestora, S.A.. É Presidente do Conselho de Administração da ZON Multimédia, Presidente do Conselho Consultivo da sociedade de Capital de Risco "Explorer Investments - Sociedade de Capital de Risco, Administrador da sociedade SINDCOM - Sociedade de Investimentos na Indústria e Comércio, Presidente do Conselho de Curadores da Fundação "D. Anna de Sommer Champalimaud e Dr. Carlos Montez Champalimaud", desde 2005.

Jacques dos Santos

É desde 1991, Senior Partner na MAZARS AUDITORES PORTUGAL. Entre 1992 e 2006 foi Presidente do Conselho Fiscal do Banco Espírito Santo e é Presidente do Conselho Fiscal da BESPAR, desde 1992. É Presidente do Conselho Fiscal da Fromageries BEL desde 1995 e Presidente do Conselho Fiscal da Solubema – Sociedade Luso-Belga de Mármores, desde 1993. É Vogal do Conselho Fiscal da ESAF – SGPS SA..

Todos os membros da Comissão de Vencimentos têm conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração.

II.39. Independência dos Membros da Comissão de Vencimentos

Nenhum dos membros da Comissão de Vencimentos é membro do órgão de administração do BES, ou tem qualquer vínculo familiar com algum dos seus membros.

Durante o ano de 2010, a Comissão de Vencimentos solicitou a consultores independentes, a Mercer Ltd., a elaboração de um estudo que simultaneamente apresentasse as práticas remuneratórias mais recentes em matéria de *executive compensation* e respectivas estruturas de remuneração, e que procedesse a uma comparação entre as remunerações auferidas pelo administradores executivos do BES e as remunerações pagas por um grupo de outras instituições financeiras de semelhante dimensão e capitalização bolsista, tomadas como referência por aqueles consultores. O referido estudo esteve na base das propostas da Comissão de Vencimentos, apresentadas à Assembleia Geral anual de 2010 e 2011 e referentes às políticas de remunerações do BES.

O referido consultor presta serviços adicionais ao BES em matéria de recursos humanos.

III. Informação e Auditoria

III.1. Estrutura de Capital

O capital social do BES é de 4 030 232 150,40 euros, representado por 1 461 240 084 acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal. As acções do BES encontram-se admitidas à cotação na NYSE Euronext Lisboa.

No Banco Espírito Santo:

a) Não existe capital subscrito não liberado nem capital autorizado não emitido;

b) Não existem quaisquer obrigações convertíveis, *warrants* e/ou acções com direitos especiais ou privilégios;

c) Não existem modos de aumento exponencial da influência de accionistas, não se encontrando figuras como *golden shares* ou *priority shares*;

d) Não existem acordos parassociais de que o BES tenha conhecimento com incidência sobre o exercício do direito de voto;

e) Não existe voto plural;

f) Não estão consagrados limites ao exercício do direito de voto;

g) Não existe qualquer restrição estatutária à aquisição ou transmissão de acções;

h) O Conselho de Administração pode – desde a Assembleia Geral Extraordinária de 9 de Junho de 2011 que aprovou uma alteração parcial ao contrato de sociedade, e após parecer favorável da Comissão de Auditoria, aumentar o capital social por entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, através da emissão de acções ordinárias ou de acções preferenciais, remíveis ou não, nos termos e condições a definir. O montante máximo da autorização, a acrescer ao valor do capital social, é de 7 500 000 000,00 euros, sendo a autorização válida pelo prazo de cinco anos.

O Grupo BES tinha, em 31 de Dezembro de 2011, 215 621 acções preferenciais sem direito a voto emitidas pela subsidiária BES Finance, Ltd. (sociedade detida a 100% pelo BES), com um valor nominal de 1 000 euros cada. Esta emissão é totalmente garantida pelo BES. As acções preferenciais estão cotadas na Bolsa do Luxemburgo.

III.2. Participações Qualificadas

Participações Qualificadas	31 de Dezembro 2011	
	Nº acções	% direitos de voto
ESPIRITO SANTO FINANCIAL GROUP, S.A (Luxemburgo)		
- directamente	33 192 388	2,27%
- através da BESPAR, SGPS, S.A (sociedade dominada pela Espirito Santo Financial (Portugal), SGPS, S.A, que por sua vez é participada em 100% pela Espirito Santo Financial Group S.A)	511 434 029	35,00%
- através dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização	3 655 298	0,25%
- através de empresas por si dominadas directa e indirectamente e/ou elementos das suas administrações e fiscalizações	8 166 666	0,56%
Total Imputável	**556 448 381**	**38,08%**
CRÉDIT AGRICOLE, S.A (França)		
- directamente	126 076 650	8,63%
- através da BES Vida - Companhia de Seguros	25 005 812	1,71%
Total Imputável	**126 076 650**	**10,34%**
BRADPORT, SGPS, S.A*		
- directamente	70 583 333	4,83%
Total Imputável	**70 583 333**	**4,83%**
SILCHESTER INTERNATIONAL INVESTORS LIMITED (Reino Unido)		
- directamente	82 852 227	5,67%
Total Imputável	**82 852 227**	**5,67%**
PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A		
- através da PT Prestações - Mandatária de aquisições e gestão de bens, S.A.	30 585 108	2,09%
- através dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Grupo PT	129 056	0,01%
Total Imputável	**30 714 164**	**2,10%**
ESPIRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS, SGPS, S.A.		
- através do fundo ES Premium	32 873 372	2,25%
Total Imputável	**32 873 372**	**2,25%**

* Sociedade de direito português detida a 100% pelo Banco Bradesco (Brasil)

III.3. Accionistas Titulares de Direitos Especiais

Não existem accionistas titulares de direitos especiais.

III.4. Transmissibilidade das Acções

Não existem restrições à transmissibilidade das acções.

III.5. Acordos Parassociais

A Sociedade desconhece a existência de acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

III.6. Alteração dos Estatutos do BES

Em regra, qualquer alteração dos estatutos do BES, incluindo deliberações sobre alterações ao capital social, tem que ser submetida à aprovação da Assembleia Geral. No entanto, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 9 de Junho de 2011 uma alteração parcial ao contrato de sociedade que conferiu ao Conselho de Administração autorização para, após parecer favorável da Comissão de Auditoria, aumentar o capital social por entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, através da emissão de acções ordinárias ou de acções preferenciais, remíveis ou não, nos termos e condições a definir. O montante máximo da autorização, a acrescer ao valor do capital social, é de 7 500 000 000,00 euros, sendo a autorização válida pelo prazo de cinco anos.

As deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia Geral reúna em primeira, quer em segunda convocação. Para que a Assembleia possa deliberar em primeira convocação, devem estar presentes ou devidamente representados accionistas que detenham acções correspondentes a, pelo menos, 50% do capital. Em segunda convocação, a Assembleia pode reunir seja qual for o número de accionistas presentes e o capital representado.

III.7. Mecanismos de Controlo

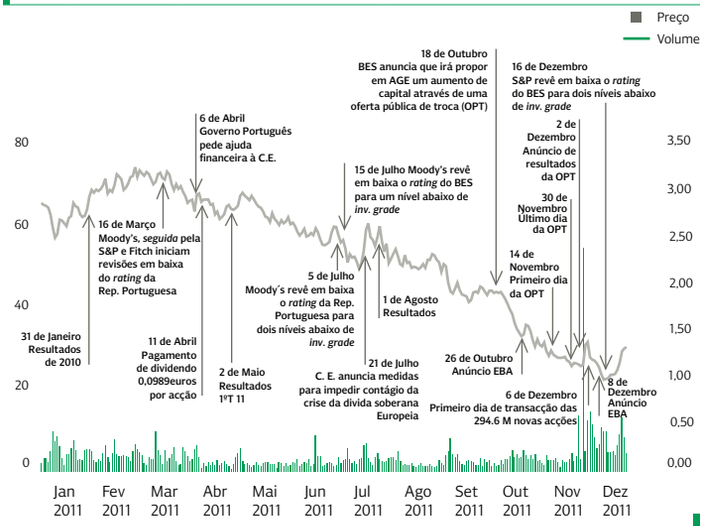
Não existem quaisquer mecanismos de controlo.

III.8. Evolução da Cotação das Acções do BES

A crise da dívida soberana Europeia e os seus desenvolvimentos constituíram o factor decisivo para uma performance negativa dos mercados accionistas em 2011, afectando principalmente o sector da banca europeia, que terminou o ano com quedas superiores às verificadas na generalidade dos mercados. O sector da banca em Portugal não foi excepção, principalmente desde o pedido de assistência financeira internacional. As acções do BES terminaram 2011 com uma performance superior à do sector da banca em Portugal. Em 30 de Dezembro de 2011 o BES era o maior banco nacional cotado, com uma capitalização bolsista de 1 973 milhões de euros (cotação de fecho a 30 de Dezembro de 2011: 1,35 euros).
No âmbito do programa de ajuda financeira concedida a Portugal foi assinado um acordo com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional que previa um conjunto de medidas de ajustamento económico, incluindo também um ajustamento do sector bancário nacional. Neste contexto, e no que diz respeito aos níveis de solvabilidade do sector, o Banco de Portugal, juntamente a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional exigem aos bancos Portugueses um rácio de *Core Tier I* mínimo de 9% em Dezembro de 2011 e de 10% em Dezembro de 2012.

Para fazer face a estes valores, nomeadamente ao nível de 9% de *core capital* em Dezembro de 2011, o BES efectuou, entre os dias 14 a 30 de Novembro, um aumento de capital social através de uma oferta pública de troca de obrigações por acções no montante de 619 milhões de Euros. No dia 6 de Dezembro de 2011, após concluída a operação, 249,6 milhões de acções foram emitidas e entraram em negociação, passando o capital social do BES a ser representado por 1 461 240 084 acções sem valor nominal, no montante de 4 030 232 150,40 de euros.

Evolução da Cotação e do Volume da Acção BES em 2011



III.9. Política de dividendos

A distribuição de dividendos que o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral obedece a critérios de equilíbrio entre a solidez financeira (reforço dos rácios de solvabilidade através do auto financiamento) e uma adequada remuneração dos accionistas.

O Conselho de Administração irá submeter à aprovação da Assembleia Geral que o prejuízo apurado no exercício individual de 2011, no valor de 133 089 418,85 euros, seja integrado na rubrica de "Outras Reservas e Resultados Transitados" do balanço.

A aplicação dos resultados dos últimos cinco exercícios foi a seguinte:

	Dividendo Bruto (euros)	Nº Acções Emitidas	Dividendo Brutopor Acção (euros)	*Payout Ratio*	
				Base Individual	Base Consolidada
2007	240 000 000	500 000 000	0,480	48,5%	39,5%*
2008	80 000 000	500 000 000	0,160	37,8%	19,9%
2009	163 333 333	1 166 666 666	0,140	44,3%	31,3%*
2010	147 000 000	1 166 666 666	0,126	57,42	28,8%
2011	NA	1 461 240 084	NA	NA	NA

* Excluindo os factores de natureza não recorrente (resultados extraordinários) o *payout ratio* em base consolidada seria 43,0% em 2007 e 35,4% em 2009.

III.10. Planos de Atribuições de Opções para Aquisição de Acções

Como referido no ponto I.17 (cfr. ainda o ponto II.32. e II.33.), a Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 aprovou dois «Planos de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros» destinados aos membros da Comissão Executiva do BES e aos Dirigentes do Banco, respectivamente. Os referidos Planos apenas tiveram a sua aplicação inicial no ano de 2011, limitada aos membros da Comissão Executiva.

III.11. Operações entre a Sociedade e Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, Titulares de Participações Qualificadas e Sociedades em Relação de Domínio ou de Grupo

Todos os negócios e operações realizados pela Sociedade com membros dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou de grupo são cumulativamente celebrados em condições normais de mercado para operações similares e fazem parte da actividade corrente do Banco.

III.12. Descrição dos negócios e operações realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada fora das condições normais de mercado

Não existem.

III.13. Procedimentos e Critérios Aplicáveis á Intervenção do Órgão de Fiscalização para Efeitos da Avaliação Prévia de Negócios Realizados entre a Sociedade e Titulares de Participações Qualificadas

Tanto a concessão de crédito a membros dos órgãos sociais, nos casos em que tal concessão é admitida, como a concessão de crédito a detentores de participações qualificadas no BES depende sempre da aprovação de cada operação concreta por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos membros do órgão de administração e do parecer prévio favorável do órgão de fiscalização do Banco. Não existe uma extensão formal desta regra a outros negócios de relevância significativa.

A regra acima referida aplica-se a todas as instituições de crédito sujeitas a supervisão por parte do Banco de Portugal.

III.14. Elementos Estatísticos relativos aos Negócios sujeitos à Intervenção Prévia do Órgão de Fiscalização

No ano de 2011 a Comissão de Auditoria deu parecer prévio sobre a concessão de três créditos, no valor total de 6,55 milhões de euros, com o valor médio de 2,18 milhões de euros e o valor máximo de 5 milhões de euros. Estes créditos foram concedidos a um membro não executivo do Conselho de Administração e a sociedades integralmente controladas directa ou indirectamente pelo mesmo e seus familiares.

III.15. Relatório de Actividade da Comissão de Auditoria

O relatório anual sobre a actividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria está disponível em www.bes.pt/investidor.

III.16. Gabinete de Apoio ao Investidor

O Gabinete de Relações com Investidores comunica ao mercado toda a informação relativa a resultados, eventos, ou quaisquer factos relativos ao Grupo BES com interesse para a comunidade financeira, prestando ainda directamente informação e quaisquer esclarecimentos requeridos por accionistas, investidores e analistas financeiros. É, ainda, responsável pela coordenação da informação prestada às agências internacionais de *rating* e pela relação do BES com a CMVM.

São regularmente elaboradas apresentações, comunicados e *press releases* sobre os resultados trimestrais, semestrais ou anuais, bem como sobre quaisquer factos relativos à vida societária passíveis de interesse para a comunidade financeira em geral e para os accionistas e investidores em particular. São ainda promovidas reuniões regulares com accionistas e potenciais investidores. Adicionalmente, o BES participa em diversas conferências internacionais promovidas por bancos de investimento.

O sítio do BES na internet (www.bes.pt/investidor para informação em português e www.bes.pt/ir para informação em inglês) e a ValorBES (newsletter trimestral para accionistas) são meios privilegiados na divulgação de toda a informação relevante do Grupo BES. Para além da informação obrigatória em português e inglês, o BES divulga no seu sítio na internet um conjunto muito extenso de informação financeira de interesse para accionistas e potenciais investidores. O BES disponibiliza, ainda, através da internet, informação relativa ao seu modelo e práticas de governo societário, incluindo informação sobre as Assembleias Gerais, bem como o calendário de eventos societários.

Para além do sítio do BES na internet, a utilização do correio electrónico (accionista@bes.pt ou investidor@bes.pt) é um meio de resposta ou esclarecimento de questões colocadas ao BES.

Os accionistas, investidores ou analistas poderão contactar o Gabinete de Relações com Investidores através dos seguintes contactos:

Elsa Santana Ramalho
Avenida da Liberdade, 195 – 11.º
1250-142 Lisboa

Tel. / Fax: (351) 21 359 7390 / (351) 21 359 7001
E-mail: accionista@bes.pt ou investidor@bes.pt

Website: http://www.bes.pt/investidor

III.17. Valor dos Serviços Prestados pelo Auditor Externo/ Revisor Oficial de Contas

Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor.

Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio.

A remuneração e a natureza dos serviços prestados ao Grupo BES pelo auditor externo/revisor oficial de contas foram as seguintes:

	2011	%	2010	%
Serviços de revisão legal de contas	2 603 884	46	2 303 896	41
Outros serviços de garantia de fiabilidade decorrentes da função de revisor oficial de contas	1 543 934	27	1 567 367	28
1. Total serviços de auditoria	**4 147 818**	**73**	**3 871 263**	**69**
Serviços de consultoria fiscal	590 558	10	644 813	12
Outros serviços que não de auditoria	949 294	17	1 067 122	19
2. Total de outros serviços	**1 539 852**	**27**	**1 711 935**	**31**
	5 687 670	**100**	**5 583 198**	**100**

No resumo acima apresentado, os 'outros serviços de garantia de fiabilidade' prestados pela KPMG são exclusivamente decorrentes da função desta firma como AE/ROC do Grupo BES, pelo que o respectivo valor foi adicionado ao dos honorários relativos aos serviços de revisão legal de contas para determinação do montante da remuneração anual por serviços de auditoria prestados pelo AE/ROC e por outras entidades que com o mesmo se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede (o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio).

Os serviços de auditoria representaram 73% dos honorários totais da KPMG e de entidades relacionadas suportados em 2011 pelo Grupo BES em Portugal e em outros países. Os restantes 27% dizem respeito a serviços de consultoria fiscal (10%) e a outros serviços que não de auditoria (17%), salientando-se nestes últimos, principalmente, o apoio técnico prestado no âmbito dos Projectos Basileia II e Solvência II e de outras matérias regulamentares, bem como de serviços de sustentabilidade.

A adjudicação dos serviços diversos dos serviços de auditoria (*non-audit services*) solicitados por entidades do Grupo BES à KPMG ou a entidades com a mesma relacionadas é oportunamente objecto de apreciação e aprovação pela Comissão de Auditoria do BES, a qual toma em linha de conta para este efeito não só (i) as invocadas vantagens operacionais e de optimização do binómio custo/benefício da adjudicação à KPMG, como também (ii) a confirmação de que tanto a natureza dos serviços a prestar como a magnitude relativa do valor desses serviços face aos honorários totais anuais da KPMG suportados pelo Grupo BES, não afectam a independência profissional da KPMG como auditores externos/revisores oficiais de contas do Grupo BES, tendo em vista, nomeadamente, o cumprimento da Recomendação III.1.5. da CMVM constante do seu Código de Governo das Sociedades.

No ano de 2011, os serviços diversos dos serviços de auditoria não ultrapassaram o limite formal de 30% sobre o valor total dos serviços prestados à sociedade. Assim, o BES considerou esta Recomendação como cumprida.

Os meios de salvaguarda da independência do AE/ROC são da responsabilidade tanto do Grupo BES como da KPMG, podendo esses meios ser resumidos como segue:

a. A nível do Grupo BES

No âmbito do cumprimento das regras de independência estabelecidas ou recomendadas em relação ao AE/ROC, a Comissão de Auditoria do BES definiu os critérios que devem ser observados na aprovação de *non-audit services* a prestar pela KPMG ao Grupo BES.

Neste contexto, todas as propostas de prestação de serviços de consultoria fiscal ou de outros serviços que não de auditoria/revisão legal de contas são obrigatoriamente sujeitas a análise e aprovação pela Comissão de Auditoria, tendo em vista a salvaguarda da independência profissional do Auditor Externo.

Por razões de ordem prática, a Comissão de Auditoria definiu um conjunto de *non-audit services* que, dada a sua natureza, não requerem que a sua análise e aprovação tenham de ter carácter prévio, desde que o valor da respectiva remuneração seja inferior a um valor pré-determinado. Todavia, e em simultâneo, a Comissão de Auditoria não só estabeleceu a obrigatoriedade de ser informada trimestralmente, para ratificação, sobre todas essas propostas automaticamente aprovadas, como também requereu que todas as propostas do AE/ROC para prestação de *non-audit services* cuja remuneração exceda o limite pré-determinado, e/ou cuja natureza não seja susceptível de permitir a sua aprovação automática, sejam sujeitas a análise e aprovação prévias por aquela Comissão. Além disso, a Comissão de Auditoria mantém uma monitorização permanente e regularmente validada pela KPMG sobre o valor relativo dos honorários da KPMG por *non-audit services* tendo em vista garantir que não é ultrapassado o limite anual de 30% recomendado pela CMVM e acima referido.

b. A nível do Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas do Grupo BES

A KPMG, AE/ROC do Grupo BES, preparou instruções internas específicas sobre procedimentos que têm que ser cumpridos obrigatoriamente por todas as entidades pertencentes à mesma rede profissional internacional quando se proponham prestar serviços profissionais a qualquer entidade do Grupo BES. Para o efeito foi adoptado o conceito de rede decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio.

Adicionalmente, a rede internacional a que pertence a KPMG implementou um sistema intranet (designado "Sentinel") que obriga a que nenhum serviço possa ser prestado por qualquer entidade daquela rede a um cliente com títulos cotados em bolsa sem a prévia autorização do *Global Lead Partner* responsável por esse cliente. Este procedimento obriga qualquer sócio da KPMG, ou de qualquer outra entidade pertencente à mesma rede profissional, que se proponha prestar um serviço a um cliente de auditoria/revisão oficial de contas, a pedir uma autorização prévia ao respectivo *Global Lead Partner* para a prestação do mesmo. Nesse pedido de autorização, o sócio da KPMG responsável pela apresentação da proposta ao cliente é obrigado a fundamentar as razões pelas quais considera não só que ao natureza do serviço a prestar ao cliente de auditoria não coloca em causa a independência da KPMG em relação a esse cliente, mas também que cumpre com as regras aplicáveis de gestão de risco profissional.

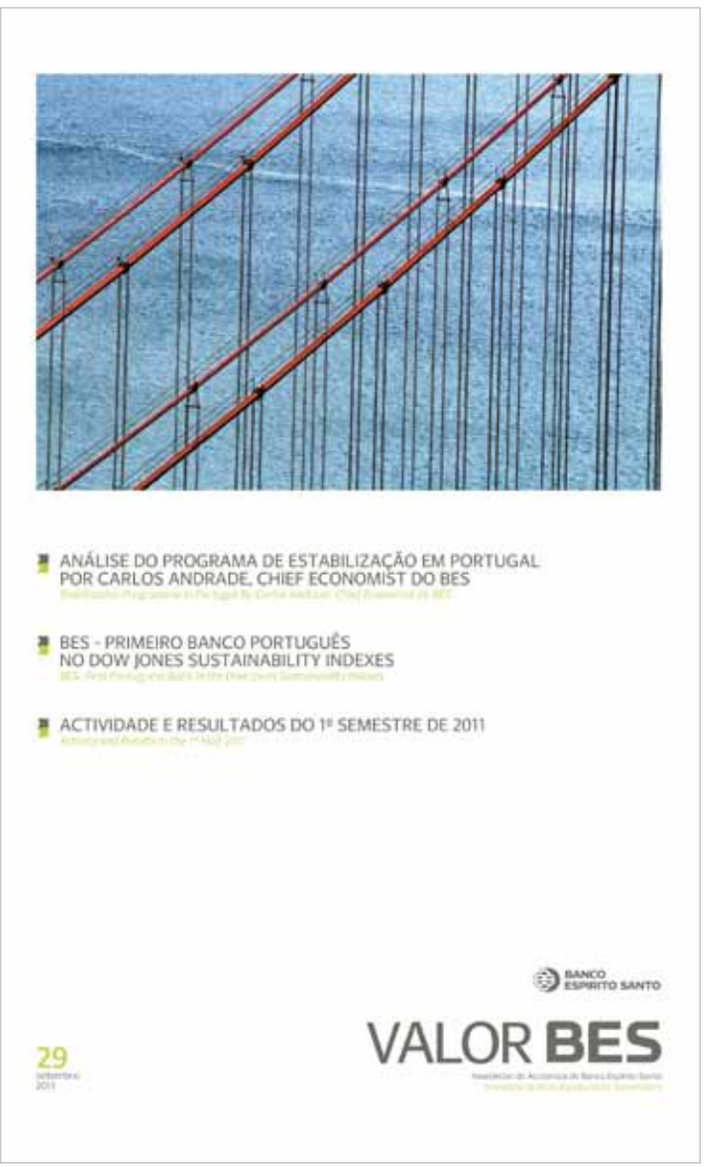
Por outro lado, antes de autorizar a apresentação ao Grupo BES de qualquer proposta de prestação de serviços, é da responsabilidade do *Global Lead Partner* da KPMG, responsável pelas relações profissionais deste com o Grupo BES, verificar se, pela sua natureza e/ou valor, os serviços a propor estão abrangidos pela necessidade de pré-aprovação de *non-audit services* e, se for caso disso, fazer as diligências necessárias junto da entidade do Grupo BES a quem a proposta é dirigida para se certificar do rigoroso cumprimento das normas de independência aplicáveis e adoptadas pelo Grupo BES.

Em caso de dúvida, o *Global Lead Partner* deverá, também, consultar o seu *Risk Management Partner*.

De referir, finalmente, que todos estes procedimentos são sujeitos a testes de cumprimento no âmbito do processo interno de Controlo de Qualidade que é efectuado anualmente pela KPMG a nível internacional.

III.18. Rotatividade do Auditor Externo/ Revisor Oficial de Contas

No ano de 2011, o auditor externo concluiu o seu segundo mandato de quatro anos. A Comissão de Auditoria vai propor à Assembleia Geral Anual de 2012, mediante parecer específico fundamentado – nos termos da Recomendação da CMVM II.1.3. – a manutenção em funções do mesmo – KPMG & Associados, SROC, SA – para o terceiro mandato de quatro anos (quadriénio 2012/2015).



Anexo I: Listagem de todas as Transacções realizadas durante o semestre pelos Dirigentes

Posição Accionista dos Membros dos Órgãos Sociais

Accionistas	Títulos	Nº títulos em 31/12/2010	Movimentos em 2011				Nº títulos em 31/12/2011
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (Euros)	
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	Acções BES	1 384 333					1 384 333
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	Acções BES	357 008	12/04/11	10 000		2,93	367 008
António José Baptista do Souto	Acções BES	38 575					38 575
Jorge Alberto Carvalho Martins	Acções BES	132 385	15/09/11		30 000	2,00	
			29/09/11		9 096	2,00	
			30/09/11		40 904	2,00	52 385
Aníbal da Costa Reis de Oliveira	Acções BES	810 000	05/12/11	199 999		1,80	
			06/12/11	1		1,30	1 010 000
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva	Acções BES	2 484			2 484		
José Maria Espírito Santo S. Ricciardi	Acções BES	21 789			21 789		
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau	Acções BES	110 363	25/02/11		33 455	3,20	
			15/06/11		76 908	2,50	0
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	Acções BES	2 315					2 315
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes	Acções BES	88 805					88 805
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	Acções BES	50 000					50 000
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires	Acções BES	40 251			40 251		
			13/10/11	25*		1,90	40 276
João Eduardo Moura Silva Freixa	Acções BES	30 000					30 000
Pedro Mosqueira do Amaral	Acções BES	0	02/08/11	70 000		2,62	70 000

* Acções atribuídas por 25 anos de banco.

Posição Obrigaccionista dos Membros dos Órgãos Sociais

	Títulos	Nº títulos em 31/12/2010	Movimentos em 2011				Nº títulos em 31/12/2011
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (Euros)	
Alberto Alves de Oliveira Pinto	Obrigações BES Finance (XS0485879414)	0	11/04/11	151 000		70,00%	
			26/10/11		151 000,00	70,1397%	0
	Obrigações BES Finance (XS0466899688)	0	13/04/11	150 000		70,0050%	150 000
	Obrigações BES Finance (XS0485879414)	0	20/05/11	141 000		70,0050%	141 000
	Obrigações BES Finance 08/11 (XS0515816956)	0	08/08/11	35 000		70,0050%	35 000
	Obrigações BES Finance 10/11 (XS0550967169)	0	26/10/11	152 000		70,0016%	152 000
José Manuel Espírito Santo Silva	Obrigações BES 5,625% DUE Junho 2014	200 000					200 000
	ObrigaçõesBES Finance (XS0497310606)	0	29/04/11	284 000		70,0083%	284 000
			27/07/11		284 000	70,0807%	0
António José Baptista do Souto	Obrigações BES 3,75% 19-01-2012	50 000					50 000
	Obrigações BES 5,625% DUE Junho 2014	50 000					50 000
	Obrigações BES Finance (XS0442126925)	282 000					282 000
	Obrigações BES Finance 08/11 (XS0466899688)	0	26/08/11	208 000		70,0066%	208 000
	Obrigações BES Finance (XS0550967169)	142 000	27/07/11		142 000	70,2092%	0
	Obrigações BES Finance (XS0493522048)	206 000	26/08/11		206 000	70,2563%	0
Jorge Alberto Carvalho Martins	Obrigações BES 2009/ 05-06-2014	250 000					250 000
Aníbal da Costa Reis de Oliveira	Obrigações BESI 8,5%	116 000	05/12/11		116 000	100%	0
	Obrigações BES Finance 02/07/2014	400 000	05/12/11		400 000	61%	0
	Obrigações BES DUE 2012	0	26/09/11	250 000		96,25%	250 000
	Obrigações BES 5,625% DUE Junho 2014	400 000					400 000
	Obrigações BES Finance 07/02/2035	200 000					200 000
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	Obrigações BES Finance (XS0505467729)	138 000	27/07/11			70,1172%	0
	Obrigações BES Finance (XS0500975957)	0	27/07/11	240 000		70,0000%	240 000
			26/10/11		240 000	70,1915%	0
Joaquim Aníbal B. Freixial de Goes	Obrigações BES 3,75% 19-01-2012	0	03/10/11	200 000		99,0000%	200 000
			10/10/11		150 000	99,0000%	50 000
	Obrigações BES 5,625% DUE Junho 2014	0	03/01/11	1			1
	Obrigações BES Finance (XS0493522048)	261 000	26/08/11		261 000	70,2563%	0
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires	Obrigações BES DUE 3,875% 2015	250 000					250 000
	Obrigações BES DUE 5,625% Junho 2014	250 000					250 000
José Manuel Ruivo da Pena	Obrigações BES Finance 2035	60 000					60 000
	Obrigações BES Finance 6,25%	50 000	17/05/11		50 000	100%	0
	Obrigações BES Finance	358 000	25/02/11		358 000	25,4343%	0
	Obrigações BES DUE 2012	0	02/09/11	50 000		96,3000%	50 000
	Obrigações BES DUE 2013	0	02/09/11	50 000		83,6000%	50 000
	Obrigações BES Finance (XS0544432007)	0	25/02/11	98 000		70,0016%	98 000
	Obrigações BES Finance (XS0466899688)	0	25/08/11	70 000		70,0050%	700 000
			26/08/11		70 000	70,2123%	0
	Obrigações BESFinance (XS0515816956)	0	20/05/11	116 000		70,0050%	116 000
			26/08/11		116 000	70,1546%	0
João Eduardo Moura Silva Freixa	Obrigações BES DUE 2012	0	12/12/11	400 000		98,4000%	400 000

Posição Accionista dos outros Dirigentes

Títulos		Nº títulos em 31/12/2010	Movimentos em 2011				Nº títulos em 31/12/2011
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (Euros)	
António Manuel Marques	Acções BES	2 240	05/01/11	2 069		2,87	
			05/12/11	2777*		1,80	7 086
António Miguel Natário Rio-Tinto	Acções BES	4 892					4 892
Bernardo Leite Faria Espirito Santo	Acções BES	0	05/12/11	2777*		1,80	2 777
Carlos Manuel Garcia Calvário	Acções BES	26 277	09/11/11		26 277	1,31	0
Eugénio Fernando Quintais Lopes	Acções BES	8 763					8 763
Isabel Almeida Bernardino	Acções BES	13 931	05/12/11	28805*		1,80	42 736
João Filipe Martins Pereira	Acções BES	16 446					16 446
João Maria Mello Franco	Acções BES	25 272	05/12/11	4 444*		1,80	29 716
Jorge Daniel Lopes da Silva	Acções BES	13 245					13 245
José Alexandre Pinto Ribeiro	Acções BES	17 000					17 000
Luis Filipe Magalhães Palma Rodeia	Acções BES	2 678	05/12/11	2 777*		1,80	5 455
Manuel José Dias de Freitas	Acções BES	13 370	05/12/11	20 000*		1,80	33 370
Paulo António Gonçalves Padrão	Acções BES	4 554					4 554
Rui Manuel Fernandes Pires Guerra	Acções BES	21 255	05/12/11	5 555*		1,80	26 810

* Aquisição feita no âmbito da OPT

Detalhe das transacções de dirigente no 2º semestre de 2011

	Data	Transacção	N.º Neg.	Qtd.	Preço
Aníbal da Costa Reis de Oliveira	06/12/11	compra	1075	1	1,302
Jorge Alberto Carvalho Martins	15/09/11	venda	685	2 000	2
			686	651	2
			687	2 282	2
			688	3 327	2
			689	3 813	2
			690	2 210	2
			691	2 500	2
			694	2 000	2
			704	2 000	2
			705	9 217	2
	29/09/11	venda	704	4 096	2
			705	5 000	2
	30/09/11	venda	93	10 000	2
			94	9 400	2
			95	21 504	2
Carlos Manuel Garcia Calvário	09/11/11	venda	603	312	1,312
			604	1 674	1,311
			605	1 510	1,311
			606	1 389	1,311
			607	458	1,311
			608	200	1,31
			609	1 000	1,31
			617	7 231	1,31
			618	500	1,31
			621	1 065	1,31
			690	10 938	1,31

Anexo II: Política de Remuneração dos Órgãos Sociais

1. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos órgãos sociais do BES foi aprovada pela Comissão de Vencimentos no dia 25 de Fevereiro de 2010.

b) Mandato da Comissão de Vencimentos

Nos termos do artigo 24.º do contrato de sociedade, compete à Comissão de Vencimentos estabelecer a remuneração dos administradores do BES.

A Comissão de Vencimentos é actualmente composta por 3 membros, eleitos pela Assembleia Geral de 31 de Março de 2008 para um mandato de quatro anos, que termina em 2011.

c) Composição da Comissão de Vencimentos

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

Exerce a actividade de advocacia na Sociedade Amaral Cabral & Associados, da qual é Sócia e Administradora; é assistente convidada na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e Administradora não executiva da Cimigest, SGPS, S.A. e da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

Daniel Proença de Carvalho

Advogado. Entre 2007 e 2008 foi Presidente do Conselho Estratégico do Hospital Amadora-Sintra Sociedade Gestora, S.A.. É Presidente do Conselho de Administração da ZON Multimédia, Presidente do Conselho Consultivo da sociedade de Capital de Risco "Explorer Investments - Sociedade de Capital de Risco, Administrador da sociedade SINDCOM - Sociedade de Investimentos na Indústria e Comércio, Presidente do Conselho de Curadores da Fundação "D. Anna de Sommer Champalimaud e Dr. Carlos Montez Champalimaud", desde 2005.

Jacques dos Santos

É desde 1991, *Partner* e *Senior Partner* na MAZARS AUDITORES PORTUGAL. Entre 1992 e 2006 foi Presidente do Conselho Fiscal do Banco Espírito Santo e é Presidente do Conselho Fiscal da BESPAR, desde 1992. É Presidente do Conselho Fiscal da Fromageries BEL desde 1995 e Presidente do Conselho Fiscal da Solubema – Sociedade luso-belga de Mármores, desde 1993. É Vogal do Conselho Fiscal da ESAF – SGPS SA.

Nenhum dos membros da Comissão de Vencimentos do BES é membro do órgão de administração, ou tem qualquer vínculo familiar com algum dos seus membros.

Encontra-se presente em cada Assembleia Geral de Accionistas um representante da Comissão de Vencimentos.

d) Consultores externos

O consultor externo utilizado para assistir a Comissão de Vencimentos na definição da política de remuneração dos órgãos sociais do BES durante o ano de 2010 foi a Mercer Ltd.

O referido consultor presta serviços adicionais ao BES em matéria de recursos humanos.

e) Grupos de sociedades tomados como elementos comparativos

Foram tomados como elementos comparativos as Instituições Financeiras de dimensão análoga à do BES a operar no mercado português, bem como um grupo escolhido de instituições financeiras de dimensão e capitalização bolsista semelhantes ao BES, retiradas de um estudo da Mercer Ltd intitulado de *Mercer's Pan European Financial Services Survey* (de 2009).

2. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

Os membros da Mesa da Assembleia Geral auferem uma remuneração mensal fixa paga doze vezes ao ano.

3. Membros da Comissão de Auditoria

Os membros da Comissão de Auditoria auferem uma retribuição mensal fixa, paga catorze vezes ao ano.

4. Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração aufere uma remuneração mensal fixa, paga doze vezes ao ano.

5. Membros Não Executivos do Conselho de Administração: Administradores não Independentes

Os membros não executivos do Conselho de Administração que não integrem a Comissão de Auditoria e não sejam qualificados como independentes auferem uma senha de presença, de valor fixo, por cada participação nas reuniões do órgão de administração.

Os membros que desempenhem funções executivas em órgãos de administração de sociedades em relação de domínio e/ou de grupo com o BES, ou que exerçam funções específicas por indicação do Conselho de Administração, poderão ser remunerados pelas referidas sociedades ou pelo BES, de acordo com o relevo das funções desempenhadas.

6. Membros Não Executivos do Conselho de Administração: Administradores Independentes

Os membros não executivos do Conselho de Administração qualificados de acordo com os critérios legais como administradores independentes auferem uma remuneração mensal, paga doze vezes ao ano.

7. Membros da Comissão Executiva

a) Igualdade de remunerações

Todos os membros da Comissão Executiva auferem a mesma remuneração, com excepção do seu Presidente. Apenas a parte variável pode ser distinta entre os diversos membros da Comissão Executiva.

b) Composição da remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A remuneração dos membros da Comissão Executiva é fixada todos os anos pela Comissão de Vencimentos, até ao final de Abril, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

c) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos e representará aproximadamente 45% da Remuneração Total Anual.

A parte fixa é composta pelo vencimento dos membros da Comissão Executiva e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios.

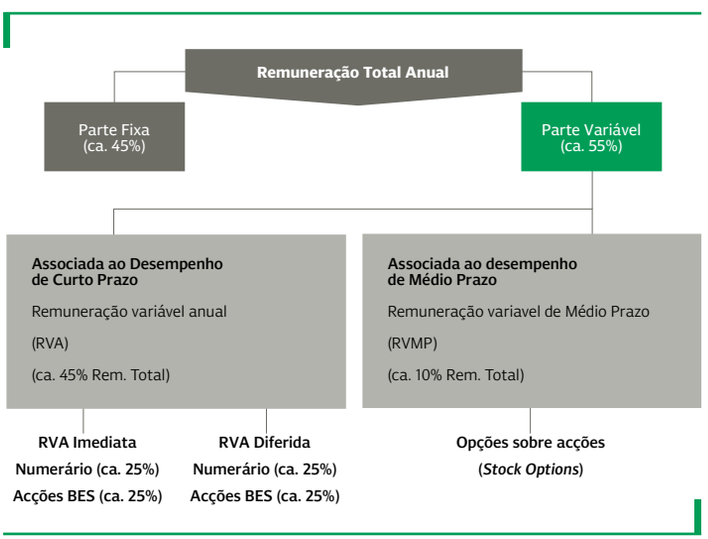
A parte variável para 2012 tem o limite de 1,4% dos resultados consolidados do Grupo BES.

d) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa representará, no mínimo, aproximadamente 45% do total da remuneração, sendo os restantes 55% atribuídos como parte variável, quando se verifiquem os pressupostos para a respectiva atribuição.

Sempre que o resultado líquido anual seja positivo, o montante exacto da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos anuais, constantes do Orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

e) Critérios de definição da componente variável e momentos do seu pagamento



A componente variável é dividida em duas sub-componentes.

A) Desempenho de Curto Prazo (a Remuneração Variável Anual)

A Remuneração Variável Anual («RVA») é referente ao Desempenho de Curto Prazo e terá um peso de aproximadamente 45% na Remuneração Total Anual.

A RVA será calculada no início de cada ano pela Comissão de Vencimentos, em função dos seguintes factores:

- Cumprimento dos principais objectivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Administração: o Resultado Líquido do Exercício, o *Cost-to-Income* (rácio entre os custos operativos e o produto bancário total) e o *Return-on-Equity* (rácio entre o resultado líquido e capitais próprios);

- Desempenho segundo critérios não financeiros, incluindo o desempenho individual de cada membro da Comissão Executiva (cada membro da Comissão Executiva tem um conjunto de pelouros, com departamentos associados cujo desempenho é medido de forma objectiva e quantitativa) e a evolução de indicadores associados à sustentabilidade do crescimento do Banco (nomeadamente o rácio de Crédito/ Depósitos, o rácio de *Core Tier 1*, os principais indicadores de Qualidade de Serviço, bem como o cumprimento das principais regras associadas à actividade da instituição).

O valor da RVA será determinado em função da apreciação efectuada à evolução do conjunto destes factores.

No caso do Resultado do Exercício ser superior ao Orçamentado, o valor da RVA corresponderá a 1,1% do Resultado Líquido do Exercício (proporção da RVA no limite acima descrito para a remuneração variável total, que corresponde, em 2011, a 1,4% do Resultado do Exercício).

A RVA é dividida entre uma parcela imediata («RVAImediata»), que é paga após a aprovação das contas do exercício do ano em questão, e uma parcela diferida por um período de 3 anos (a Remuneração Variável Anual Diferida («RVADiferida»)).

Tanto a RVAImediata como a RVADiferida serão divididas em duas partes iguais, uma parte em numerário, e outra em espécie, em acções do BES.

B) Desempenho de Médio Prazo (a Remuneração Variável de Médio Prazo)

A Remuneração Variável de Médio Prazo («RVMP») é referente ao Desempenho de Médio Prazo e terá um peso de aproximadamente 10% no conjunto da Remuneração Total Anual.

A RVMP será determinada pela Comissão de Vencimentos no início de cada ano, com base na avaliação de desempenho do ano anterior, e será paga através da atribuição de opções de aquisição de acções (*Stock Options*), que serão passíveis de ser exercidas apenas, pelo menos, 3 anos após a data da sua atribuição, o que implica uma periodificação deste custo até ao momento do exercício.

A RVMP resultará da sustentabilidade dos indicadores do BES e será calculada em função do retorno global proporcionado aos accionistas ao longo do período da sua atribuição, retorno que resulta dos dividendos e da evolução da capitalização bolsista. As *Stock Options* subjacentes à RVMP terão um preço de exercício no final do período de exercício superior em 10% à cotação no início do referido período.

A aplicação deste pressuposto de evolução da cotação bolsista à cotação de referência para a estruturação das *Stock Options* permitirá definir o valor de exercício das referidas Opções e, consequentemente, apurar o número de *Stock Options* a atribuir anualmente a cada administrador.

C) Regulamentação da atribuição de Acções e Opções

A regulamentação da atribuição de acções e opções de aquisição de acções aos membros da Comissão Executiva é objecto de um Regulamento próprio.

f) Mecanismos de Limitação da Remuneração Variável

A Remuneração Variável Anual Diferida («RVAD») encontra-se sujeita a duas limitações gerais: por um lado, o seu pagamento é diferido por um período de 3 anos; por outro, deixará de ser devida em caso de degradação estrutural do desempenho do BES. Cabe à Comissão de Vencimentos verificar e determinar a existência de uma degradação estrutural que consistirá, nomeadamente, na redução da rentabilidade dos capitais próprios (*Return-on-Equity*) para níveis inferiores a 5%.

A Remuneração Variável a Médio Prazo («RVMP»), por definição, encontra-se limitada à evolução da cotação das acções do BES. Esta remuneração não terá valor a não ser que a referida cotação tenha uma evolução positiva de, pelo menos, 10% no período em causa.

g) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação do desempenho dos administradores executivos tem por base os critérios financeiros e não financeiros seguintes:

- *Cost-to-Income* (rácio entre os custos operativos e o produto bancário total), indicador que traduz a actividade operacional do Banco, e que mede a capacidade de geração de receitas face aos custos operativos incorridos;
- Resultado Líquido do Exercício, indicador que traduz o contributo para os accionistas, já deduzido de dimensões não capturadas no *Cost-to-Income*, em particular o custo do risco, os impostos e os interesses minoritários;
- *Return-on-Equity* (rácio entre o resultado líquido e os capitais próprios), indicador que mede a rentabilidade proporcionada em face do volume investido pelos accionistas;
- Capitalização bolsista, que reflecte de forma inequívoca a apreciação efectuada pelos mercados do desempenho alcançado pelo BES traduzindo a riqueza efectivamente criada para os accionistas. A inclusão deste indicador permite assim alinhar a visão dos accionistas e a dos mercados;
- Desempenho Individual de cada membro da Comissão Executiva, por forma a identificar o contributo relativo de cada administrador executivo para o resultado global do BES, o que está reflectido, de forma objectiva, na análise do desempenho das funções e departamentos que estejam sob a sua responsabilidade, para além do contributo individual às decisões tomadas e o nível colegial;
- Rácio de Crédito/ Depósitos, que qualifica o grau de equilíbrio da trajectória de crescimento do BES, e permite aferir se esse crescimento assegura o cumprimento dos requisitos regulamentares de desalavancagem do sector financeiro;
- Rácio de *Core Tier 1*, principal indicador para aferir a solvabilidade do ponto de vista regulatório (com referências estipuladas tanto pelo Banco de Portugal como pela Autoridade Bancária Europeia – EBA);
- Indicadores de Qualidade de Serviço, por forma a incorporar a opinião da base de clientes do BES sobre o grau de protecção dos seus interesses;
- Cumprimento das principais regras associadas à actividade da instituição, avaliação a efectuar pelas funções de Controlo Interno que evidenciam eventuais desconformidades nas áreas de risco, auditoria interna e de compliance e as medidas implementadas/concretizadas para sanar tais insuficiências, as quais são reportadas ao Banco de Portugal.

h) Critérios em que se baseia a manutenção pelos administradores executivos das acções que lhes tenham sido atribuídas

Aos membros da Comissão Executiva é atribuída uma remuneração variável cujo pagamento é efectuado em espécie, através da atribuição de um determinado número de acções do BES. O pagamento em espécie é diferido durante o período de 3 anos.

Aos membros da Comissão Executiva são também atribuídas *stock options*, que apenas podem ser exercidas após o decurso de um prazo de, pelo menos, 3 anos.

No que respeita às acções adquiridas com base no pagamento de retribuição variável, os membros da Comissão Executiva devem manter as referidas acções até ao termo do seu mandato, até ao limite mínimo de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício de tais acções.

i) Critérios em que se baseia a eventual celebração de contratos relativos às acções atribuídas

Não deve ser permitida a realização de quaisquer contratos relativamente às acções atribuídas aos membros da comissão executiva, nomeadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco.

Esta regra encontra-se incorporada no Regulamento Interno do Conselho de Administração.

j) Os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Não existem outras formas de remuneração para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração.

l) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros da Comissão Executiva relativamente à cessação das suas funções.

m) Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros da Comissão Executiva em caso de destituição sem justa causa.

n) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Os administradores têm direito a pensão de reforma ou complemento de pensão de reforma, no caso de serem ou terem sido membros da Comissão Executiva.

As principais características do regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez são as seguintes:

a) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma adquire-se em caso de velhice, com o atingir de sessenta e cinco anos de idade ou vinte e cinco anos de actividade profissional, ou em caso de invalidez.

b) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma pode ser antecipado para a data em que os administradores completem cinquenta e cinco anos, desde que tenham exercido funções em órgão de administração do BES por um período mínimo de 9 anos, consecutivos ou interpolados, contando-se, para efeitos da antiguidade, naquelas funções, o exercício como membros da direcção ou em órgãos de administração do anterior "Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S.A."

c) O complemento de pensão de reforma poderá existir, de modo a completar eventuais regimes de reforma concedidos por qualquer outro regime de segurança social, por forma a que a pensão total possa atingir cem por cento da última remuneração anual ilíquida.

Em qualquer caso, as pensões ou complementos de pensão a atribuir nunca serão superiores ao salário pensionável do administrador em causa, podendo ser inferiores. O salário pensionável corresponde à soma entre a remuneração fixa anual e a remuneração variável auferidas pelo administrador em causa no ano imediatamente anterior à sua reforma, deduzida de qualquer pensão anual paga por qualquer outro regime de segurança social, bem como das diuturnidades auferidas. A remuneração variável corresponderá, no mínimo, ao montante equivalente à média da remuneração variável auferida nos últimos doze anos pelo administrador em causa na data da reforma.

Os complementos de pensão de reforma e de sobrevivência a cargo da sociedade serão anualmente actualizados de acordo com a percentagem de aumento global da remuneração dos administradores em exercício, tal como for fixada pela Comissão de Vencimentos, actualização que, todavia, nunca poderá ser inferior à aplicação da taxa de variação do I.P.C. nem superior a duas vezes esta taxa.

A versão actual do regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez foi aprovada pela Assembleia Geral de 11 de Novembro de 2011.

o) Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, com indicação se foram sujeitas a apreciação pela Assembleia Geral

Não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários de relevo

p) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores

Não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários de relevo.

8. Regras Aplicáveis a todos os Membros do Órgão de Administração

a) Pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores

Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada pela Comissão de Vencimentos.

b) Montantes pagos em 2011 aos membros dos órgãos sociais, incluindo os montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

i. Membros dos órgãos sociais (com excepção da Comissão Executiva)

Remunerações 2011 (milhares de euros)

	BES			Total BES
	Fixa			
	Vencimento	Subsídios e outros	Var.	
Comissão de Auditoria				
José Manuel Ruivo da Pena	246			246
Luis Daun e Lorena	246			246
João Faria Rodrigues	246			246
Total Comissão de Auditoria	**739**	**0**	**0**	**739**
Administradores não Executivos				
Alberto Alves de Oliveira Pinto	185			185
Aníbal da Costa Reis de Oliveira	0	7		7
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva	0	19		19
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos	42			42
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	0	19		19
Pedro Mosqueira do Amaral	134	22		157
José de Albuquerque Epifânio da Franca	42			42
Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho	42			42
Michel Joseph Goutorbe	0	4		4
Michel Jacques Mathieu	0	4		4
Vincent Claude Paul Pacaud	0	11		11
Total Administradores não Executivos	**446**	**86**	**0**	**532**
Mesa Assembleia Geral				
Paulo Manuel de Pitta e Cunha	19			19
Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz	12			12
Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo	9			9
Total Mesa Assembleia Geral	**40**	**0**	**0**	**40**
Comissão Vencimentos				
Daniel Proença de Carvalho	18			18
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral	18			18
Joaquim Jesus Taveira Santos	18			18
Total Comissão Vencimentos	**54**	**0**	**0**	**54**
Total Órgãos Sociais s/ Comissão Executiva	**1 278**	**86**	**0**	**1 364**

ii. Membros da Comissão Executiva

1. Os montantes pagos em 2011 aos membros da Comissão Executiva incluem pagamentos referentes a dois exercícios distintos: a parte variável corresponde à distribuição de lucros relativos ao exercício de 2010; a parte fixa corresponde ao exercício de 2011.

2. Em 2011, a remuneração total dos membros executivos do Conselho de Administração registou uma redução de 35% comparativamente à auferida em 2010.

3. Conforme resulta do quadro abaixo reproduzido, a remuneração total que será paga em 2012, aos membros executivos do Conselho de Administração, registará uma redução de 47% comparativamente a 2011.

Remunerações 2011 vs 2012

(milhares de euros)

	2011			Total BES	2012			Total BES	Variação 2010/2011
	Fixa				Fixa				
	Vencimento	Subsídios e outros	Var.		Vencimento	Subsídios e outros	Var.		
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	546	2	253	**801**	546	2	0	**548**	**(32%)**
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	461	2	212	**674**	461	2	0	**463**	**(31%)**
António José Baptista do Souto	457	2	212	**671**	457	2	0	**459**	**(32%)**
Jorge Alberto Carvalho Martins (1)	454	99	212	**765**	454	2	0	**456**	**(40%)**
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	0	0	0	**0**	0	0	0	**0**	**-**
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau (2)	438	57	318	**813**	0	0	44	**44**	**(95%)**
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	454	2	212	**668**	454	2	0	**456**	**(32%)**
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes	454	2	212	**668**	454	2	0	**456**	**(32%)**
Pedro José de Sousa Fernandes Homem (2)	452	1	318	**772**	0	32	44	**76**	**(90%)**
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires (1)	454	67	212	**733**	454	2	0	**456**	**(38%)**
João Eduardo Moura da Silva Freixa	452	2	212	**666**	452	2	0	**454**	**(32%)**
Total Comissão Executiva	**4 621**	**237**	**2 372**	**7 230**	**3 731**	**48**	**88**	**3 868**	**(47%)**

(1) Inclui Pagamento de prémio de antiguidade
(2) Inclui Pagamento de proporcionais / acertos de saída e pagamento da totalidade dos valores de remuneração variável de 2010 que tinham sido diferidos até 2014

Remunerações 2011

(milhares de euros)

	BES			Total BES
	Fixa			
	Vencimento	Subsídios e Outros	Var.	
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado				0
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva				0
António José Baptista do Souto				0
Jorge Alberto Carvalho Martins				0
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	451	64	212	727
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau				0
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira				0
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes				0
Pedro José de Sousa Fernandes Homem				0
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires				0
João Eduardo Moura da Silva Freixa		3		3
Total Comissão Executiva	**451**	**67**	**212**	**730**

Remunerações Diferidas (2012 - 2014)

(milhares de euros)

	Numerário Diferido (2012 - 2014)	Acções Diferidas (2012 - 2014)	Subtotal	Opções Diferidas (2012 - 2014)
Ricardo Espírito Santo Salgado	127	127	253	130
José Manuel Espírito Santo	106	106	212	100
António Souto	106	106	212	100
Jorge Martins	106	106	212	100
José Maria Espírito Santo Ricciardi	0	0	0	100
Jean-Luc Guinoiseau	106	106	212	100
Rui Silveira	106	106	212	100
Joaquim Goes	106	106	212	100
Pedro Homem	106	106	212	100
Amilcar Morais Pires	106	106	212	100
João Freixa	106	106	212	100
Total Comissão Executiva	**1 080**	**1 080**	**2 161**	**1 130**

No que respeita aos membros da Comissão Executiva, e no que respeita à remuneração variável aprovada em 2011, a Comissão de Vencimentos deliberou nesse mesmo ano diferir 50% da parte variável da Remuneração Total Anual (a Remuneração Variável Anual Diferida), atribuindo a remuneração de 2 161 000 euros, a ser paga durante os anos de 2012, 2013 e 2014 (um terço em cada ano), desde que não se verificasse uma degradação estrutural na situação económica e financeira, bem como a atribuição de uma Remuneração Variável de Médio Prazo, no valor global de 1 130 000 euros, consistindo na atribuição de opções sobre acções do BES que apenas poderão ser exercidas 3 anos após a data da sua atribuição (no final de Março de 2014) e desde que a cotação das acções do BES tenha uma evolução positiva de, pelo menos, 10% no referido período de 3 anos, tudo nos seguintes termos:

Tendo-se verificado no ano de 2012 uma degradação estrutural na situação económica e financeira, em consequência da crise financeira da zona euro, num ambiente totalmente adverso ao nível de fontes de financiamento e com uma assinalável redução da actividade devido à crise nacional e ao rigoroso e exigente programa de *deleverage* imposto pela troika, não haverá lugar ao pagamento das prestações a serem pagas em 2012 (Presidente da Comissão Executiva: 42 milhares de euros em Numerário e 42 milhares de euros em Acções a preços do momento da atribuição; Restantes Membros da Comissão Executiva: 35 milhares de euros em Numerário e 35 milhares de euros em Acções a preços do momento da atribuição), tendo ficado suspensas as prestações diferidas enquanto se verificar a referida degradação estrutural.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2012

A Comissão de Vencimentos

Anexo III: Política de Remuneração dos Dirigentes

i. Perímetro de aplicação e Princípios fundamentais

São abrangidos pela presente política de remunerações não apenas os dirigentes em sentido amplo, aqui cabendo: (i) os Directores-Gerais, (ii) os Assessores e (iii) os Directores-Coordenadores, independentemente da área em que exerçam actividade, como ainda os Quadros directivos (Director, Director-Adjunto e Subdirector) no estrito círculo das funções de controlo – Auditoria Interna, *Compliance* e Gestão de Riscos.

Com efeito, entende-se que – à margem dos titulares dos órgãos sociais - estes profissionais representam, no concreto caso do BES, os colaboradores cujo desempenho tem um impacto material sobre o perfil de risco do Banco.

ii. A política de remuneração de dirigentes do BES

1. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

O processo de aprovação da política remuneratória dos colaboradores aqui considerados inicia-se através de uma proposta apresentada pelo Conselho de Administração. A declaração relativa à política remuneratória dos dirigentes é submetida para aprovação pela Assembleia Geral, ao abrigo da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho. A concreta fixação da remuneração é, por fim, aprovada pelo Conselho de Administração.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos Dirigentes do BES incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objectivos estratégicos do Banco.

c) Composição do Conselho de Administração

A actual composição do Conselho de Administração é a seguinte:

Alberto Alves de Oliveira Pinto (Presidente)
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Vice-Presidente)
Bruno Laage de Meux (Vice-Presidente)
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
Aníbal da Costa Reis de Oliveira
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
José Manuel Ruivo da Pena
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
João Eduardo Moura da Silva Freixa
Vincent Pacaud
Pedro Mosqueira do Amaral
Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho
João de Faria Rodrigues
José de Albuquerque Epifânio da Franca
Michel Jacques Mathieu
António Bornia
Marc Olivier Tristan Oppenheim

d) Consultores externos

Os consultores externos utilizados para assistir o Conselho de Administração na redacção da política de remuneração dos dirigentes do BES foram, no ano de 2009, a Mercer (Portugal), Lda. e a Sérvulo & Associados – Sociedade de Advogados, RL.

A Mercer (Portugal), Lda. presta serviços adicionais ao BES em matéria de recursos humanos.

2. Directores-Gerais, Assessores e Directores-Coordenadores

a) Composição da remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A política de remuneração global do Banco é anualmente revista pelo Conselho de Administração, até ao final de Maio. Em consequência, a remuneração fixa é revista todos os anos de acordo com indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do ACTV bancário, sendo igualmente definida uma componente variável, até finais de Maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

b) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média, aproximadamente 75% da Remuneração Total Anual. A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios.

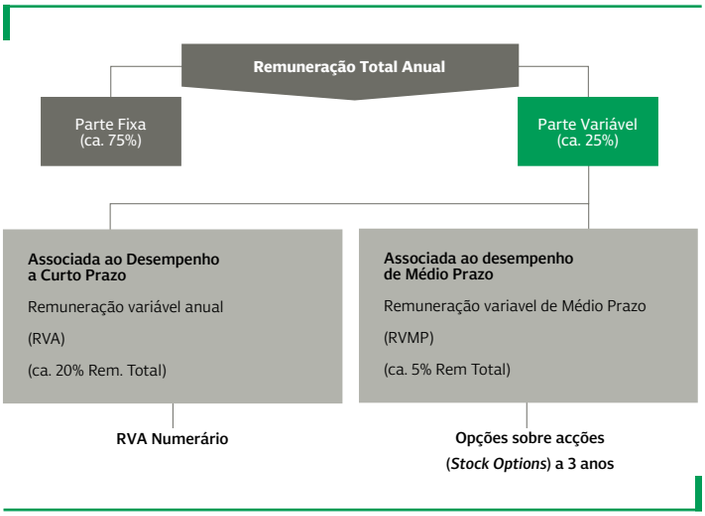
A parte variável para 2012 corresponde, em média, a 25% da Remuneração Total Anual sendo que o valor máximo poderá atingir os 50%.

c) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa representará, em média, aproximadamente 75% do total da remuneração, sendo os restantes 25% atribuídos como parte variável.

O montante exacto da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do colectivo da respectiva unidade em que o dirigente se integra, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho do BES, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

d) Critérios de definição da componente variável e momentos do seu pagamento



A componente variável é dividida em duas sub-componentes.

A) Desempenho de Curto Prazo (a Remuneração Variável Anual)

A Remuneração Variável Anual («RVA») é referente ao Desempenho de Curto Prazo e terá um peso, em média, de aproximadamente 20% na Remuneração Total Anual.

A RVA será fixada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinada com base no Sistema de Objectivos e Incentivos (SOI) associado a cada tipologia de área, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos, aprovados pelo Conselho de Administração, com base nas seguintes variáveis:

- Áreas Comerciais – Indicadores de Volumes, Produto Bancário, Indicadores de Qualidade e *Cost-to-Income*;
- Áreas Centrais – Risco Operacional, Indicadores de Actividade, Indicadores de Qualidade e *Cost-to-Income*.

A RVA é paga em numerário no ano imediatamente a seguir à data de referência dos resultados, após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

B) Desempenho de Médio Prazo (a Remuneração Variável de Médio Prazo)

A Remuneração Variável de Médio Prazo («RVMP») é referente ao Desempenho de Médio Prazo e terá um peso de aproximadamente 5% no conjunto da Remuneração Total Anual.

A RVMP será determinada pelo Conselho de Administração no início de cada ano, com base na avaliação de desempenho do ano anterior, e será paga através da atribuição de opções de aquisição de acções (*Stock Options*), que serão passíveis de ser exercidas apenas, pelo menos, 3 anos após a data da sua atribuição, o que implica uma periodificação deste custo até ao momento do exercício.

A RVMP resultará da sustentabilidade dos indicadores do BES e será calculada em função do retorno global proporcionado aos accionistas ao longo do período, retorno que resulta dos dividendos e da evolução da capitalização bolsista. As *Stock Options* subjacentes à RVMP terão um preço de exercício no final do período superior em 10% à cotação no início do referido período.
A aplicação deste pressuposto de evolução da cotação bolsista à cotação de referência para a estruturação das *Stock Options* permitirá definir o valor de exercício das referidas Opções e, consequentemente, apurar o número de *Stock Options* a atribuir anualmente a cada dirigente.

Tal como anteriormente efectuado para o ano de 2011, também para o ano de 2012 o Conselho de Administração determinou não existir qualquer Remuneração Variável a Médio Prazo para os Dirigentes.

C) Regulamentação da atribuição de Opções

A regulamentação da atribuição de opções de aquisição de acções é objecto de um Regulamento próprio, aprovado pela Assembleia Geral Anual de 2010.

e) Mecanismos de Limitação da Remuneração Variável

A Remuneração Variável a Médio Prazo («RVMP»), por definição, encontra-se limitada à evolução da cotação das acções do BES, existindo um exercício diferido pelo prazo das opções. Esta remuneração não terá valor a não ser que a referida cotação tenha uma evolução positiva de, pelo menos, 10% no período em causa.

f) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação dos dirigentes pertencentes às áreas Comerciais assenta nas seguintes cinco variáveis:

- Resultados, que abrange um conjunto de indicadores que traduzem os resultados da área;
- Produto Bancário;
- Qualidade, que abrange métricas que avaliam a qualidade de serviço ao cliente interno/ externo;
- *Cost-to-Income* (rácio entre os custos operativos e o produto bancário total), indicador que traduz a actividade operacional do Banco e que mede a capacidade de geração de receitas face aos custos operativos incorridos;
- Capitalização bolsista, que traduz a apreciação efectuada pelos mercados do desempenho alcançado pelo BES. A inclusão deste indicador permite assim alinhar a visão dos accionistas e a dos mercados.

A avaliação dos dirigentes pertencentes às áreas Centrais assenta nas seguintes cinco variáveis:

- Actividade – que abrange um conjunto de indicadores que traduzem os resultados da área;
- Risco Operacional;
- Qualidade;
- *Cost-to-Income*;
- Capitalização bolsista.

g) Critérios em que se baseia a manutenção das acções atribuídas

Aos dirigentes são atribuídas *Stock Options* que apenas podem ser exercidas após o decurso de um prazo de, pelo menos, 3 anos.

O Conselho de Administração determinará eventuais regras acerca de retenção ou manutenção das acções adquiridas.

3. Quadros Directivos (Director, Director-Adjunto e Subdirector) das Funções de Controlo

a) Composição da remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A política de remuneração global do Banco é anualmente revista pelo Conselho de Administração até ao final de Maio. Em consequência, a remuneração fixa é revista todos os anos de acordo com indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do ACTV bancário, sendo igualmente definida uma componente variável, até finais de Maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

b) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média, aproximadamente 85% da Remuneração Total Anual.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios.

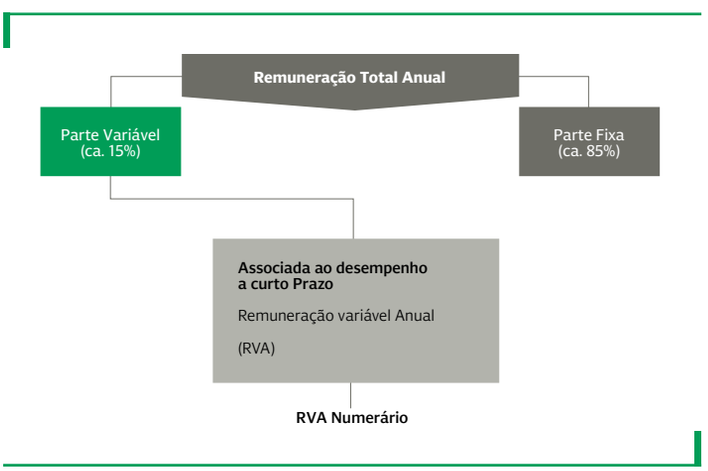
A parte variável para 2012 corresponde, em média, a 15% da Remuneração Total Anual sendo que o valor máximo poderá atingir os 30%.

c) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa representará, em média, aproximadamente 85% do total da remuneração, sendo os restantes 15% atribuídos como parte variável.

O montante exacto da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do colectivo da respectiva unidade, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

d) Critérios de definição da componente variável e momentos do seu pagamento



A Remuneração Variável Anual («RVA») é referente ao Desempenho de Curto Prazo e terá um peso, em média, de aproximadamente 15% na Remuneração Total Anual.

A RVA será calculada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinado com base no Sistema de Objectivos e Incentivos (SOI) associado ao departamento, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos, aprovado pelo Conselho de Administração, com base em variáveis que contemplam indicadores de Actividade, de Custos, de Risco e de Qualidade.

Esta matriz de objectivos é igualmente aplicável aos Directores-Gerais, Assessores e Directores-Coordenadores das funções de controlo.

A RVA é paga em numerário no ano imediatamente a seguir à data de referência dos resultados, após a aprovação das contas do exercício do ano em questão, na data da colocação dos dividendos a pagamento.

e) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação dos Quadros directivos e dos Directores-Gerais, Assessores e Directores-Coordenadores das funções de controlo, assenta nas quatro variáveis enunciadas na alínea f do ponto 2. (Actividade, Custos, Risco e Qualidade).

4. Principais Parâmetros e Fundamentos de Qualquer Sistema de Prémios Anuais e de quaisquer outros Benefícios Atribuídos aos Dirigentes

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os dirigentes auferem os seguintes benefícios:

- Seguro de Vida, de acordo com o definido no artigo 142.º do ACTV Bancário (SAMS);
- Seguro de Saúde, de acordo com o definido no artigo 144.º do ACTV Bancário (SAMS);
- Seguro de Acidentes Pessoais, de acordo com o definido no artigo 38.º do ACTV Bancário (SAMS).

5. Principais Características dos Regimes Complementares de Pensões Atribuídos aos Dirigentes

De acordo com o previsto no Acordo Colectivo de Trabalho (ACTV), os dirigentes têm actualmente direito a uma pensão de reforma calculada com base no salário base (nível e diuturnidades) e no número de anos da banca, não sendo considerado o vencimento complemento e/ou isenção de horário. A adicionar a este ponto, e tendo em consideração que todos os colaboradores bancários estão, desde 2011, inscritos na Segurança Social, e da obrigatoriedade legal de comunicar anualmente a todos os colaboradores inscritos no fundo de pensões, o valor de pensão a que têm direito no final de cada ano, o BES decidiu criar um plano complementar de reforma de contribuição definida a este universo de colaboradores. Este plano é facultativo, sendo que para beneficiar do mesmo os colaboradores terão que efectuar uma contribuição mensal de 3% do seu vencimento base para um PPR individual. As contribuições por parte do BES correspondem a 3% do salário base para um PPR individual e, adicionalmente, uma percentagem para um PPR Grupo no sentido de se procurar atingir as percentagens de reforma que a seguir se apresentam.

Assim, no âmbito deste plano, as percentagens previsíveis do vencimento na reforma a atribuir correspondem, grosso modo, a 85% do último vencimento global no caso dos Directores Gerais, Assessores e Directores Coordenadores, a 75% no caso dos Directores e Directores Adjuntos e a 70% no caso dos Subdirectores.

6. Montantes Pagos em 2011 aos Dirigentes do BES

(milhares de euros)

	Quadros Dirigentes		
	Dir. Gerais	**Ass. CA.**	**Dir. Coord.**
Nº RH	**2**	**19**	**36**
Total Rem. Fixa	333 711	2 928 593	4 457 099
Total Rem. Variável	125 947	866 090	1 246 312
Peso Variável	27,4%	22,8%	21,9%

(milhares de euros)

	Quadros Dirigentes		
	Diretor	**Dir. Adj.**	**Subdiretores**
Nº RH	**11**	**8**	**14**
Total Rem. Fixa	879 534	496 613	643 825
Total Rem. Variável	186 882	77 798	126 796
Peso Variável	17,5%	13,5%	16,5%

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

Anexo IV: Declaração da Comissão de Auditoria

BANCO ESPIRITO SANTO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comissão de Auditoria
Av. da Liberdade, 195-8º
1250-142 Lisboa

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA
sobre o conteúdo do Relatório de Governo da Sociedade referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

Exmos. Senhores Accionistas do
Banco Espírito Santo, S.A.

A Comissão de Auditoria verificou se o Relatório de Governo da Sociedade, integrado no Relatório e Contas de 2011 do **Banco Espírito Santo, S.A.,** incluía os elementos informativos sobre a estrutura e as práticas de governo societário referidos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Após aquela análise, a Comissão de Auditoria atesta, conforme requerido no n.º 5, do artigo 420.º, por remissão do n.º 2 do artigo 423.º-F, do Código das Sociedades Comerciais, que o Relatório de Governo da Sociedade mencionado no parágrafo anterior inclui todos os elementos informativos acima referidos e exigíveis ao **Banco Espírito Santo, S.A.,** relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2012

A Comissão de Auditoria

José Manuel Ruivo da Pena (Presidente)

Luís Daun e Lorena

João de Faria Rodrigues

1

Extracto de Acta da Reunião de Assembleia Geral Anual do Banco Espírito Santo, S.A.

Acta n.º 77

No dia vinte e dois de Março de dois mil e doze, pelas dez horas, reuniu em Lisboa, no Hotel Ritz – Salão Nobre, Rua Castilho, 77, em Lisboa, a Assembleia Geral Anual do Banco Espírito Santo, S.A., com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um: Proceder à designação dos membros da Mesa da Assembleia Geral para o quadriénio de 2012 a 2015.

Ponto Dois: Deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Relatório do Governo da Sociedade, e os restantes documentos de prestação de contas individuais, relativos ao exercício de 2011.

Ponto Três: Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão, as contas consolidadas e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, relativos ao exercício de 2011.

Ponto Quatro: Deliberar sobre a aplicação de resultados.

Ponto Cinco: Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização do BES.

Ponto Seis: Deliberar sobre as Declarações da Comissão de Vencimentos e do Conselho de Administração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e de fiscalização, e dos demais dirigentes do BES.

Ponto Sete: Proceder à aprovação de alterações ao "Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros" aplicável aos administradores executivos do BES.

Ponto Oito: Proceder à aprovação de alterações ao "Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros" aplicável aos Dirigentes do BES.

Ponto Nove: Proceder à designação dos órgãos sociais para o quadriénio de 2012 a 2015, com excepção dos membros da Mesa da Assembleia Geral.

Ponto Dez: Proceder à designação do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, efectivo e suplente, para o quadriénio de 2012 a 2015.

Ponto Onze: Proceder à designação dos membros para a Comissão de Vencimentos, para o quadriénio de 2012 a 2015.

Ponto Doze: Deliberar sobre uma proposta de aquisição e alienação de acções e de obrigações próprias pelo BES ou por sociedades deste dependentes.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário eleitos, respectivamente Senhores Prof. Doutor Paulo de Pitta e Cunha, Doutor Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz, Doutor Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo e Eugénio Fernando de Jesus Quintais Lopes, este na qualidade de Secretário da Sociedade. Estavam, também, presentes a maioria dos Membros do Conselho de Administração, todos os Membros da Comissão de Auditoria e da Comissão de Vencimentos, bem como Revisor Oficial de Contas, KPMG & Associados SROC, S.A. representada pela Senhora Dr.ª Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes.

O Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, depois de verificar que se encontravam presentes ou representados Accionistas titulares de 1 017 859 145 acções, correspondentes a 69,66%, do capital social, totalizando 10 178 553 votos, e que a Assembleia Geral havia sido regularmente convocada, mediante avisos publicados em vinte e sete de Fevereiro de 2012, no sítio da Internet da Direcção Geral dos Registos e Notariado – Publicações, do Ministério da Justiça, e no dia 29 de Fevereiro de 2012, nos sítios da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e do BES. A Convocatória foi ainda publicada nos Jornais "Diário de Notícias", "Jornal de Notícias", "Açoriano Oriental" e "Diário de Notícias - Madeira" no dia 29 de Fevereiro de 2012.

(...)
Entrando na ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à apreciação da assembleia o ponto um da ordem de trabalhos: "Proceder à designação dos membros da Mesa da Assembleia Geral para o quadriénio de 2012 a 2015." E sobre o mesmo, a BESPAR SGPS, S.A. apresentou a seguinte proposta:

"Considerando:

a) O mandato dos actuais órgãos sociais terminou no passado dia 31 de Dezembro de 2011;

b) Importa eleger os novos membros da Mesa da Assembleia Geral para o quadriénio de 2012 a 205, no respeito dos requisitos de independência legalmente aplicáveis;

A BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. propõe que seja deliberado:

1. Eleger para a Mesa da Assembleia Geral os Exmos. Senhores:

- Professor Dr. Paulo de Pitta e Cunha – Presidente
- Dr. Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz – Vice-Presidente
- Dr. Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo – Secretário

2. Que os membros propostos iniciem imediatamente as suas funções."

E como ninguém tivesse querido usar a palavra, passou-se à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 10 157 362 votos a favor, com 4 215 votos contra e 22 832 votos de abstenção, num total de 10 184 409 votos presentes.

(...)
Entrou-se então nos pontos dois, três e quatro da ordem de trabalhos, que foram postos à apreciação da Assembleia, conjuntamente:

Ponto Dois: Deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Relatório do Governo da Sociedade, e os restantes documentos de prestação de contas individuais, relativos ao exercício de 2011." O Conselho de Administração do BES apresentou a seguinte proposta:

"O Conselho de Administração do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. vem submeter à apreciação e discussão dos Senhores Accionistas o Relatório de Gestão, o Relatório do Governo da Sociedade e os documentos de prestação de contas individuais do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A., referentes ao exercício de 2011, propondo a sua aprovação".

Ponto Três: "Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão, as contas consolidadas e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, relativos ao exercício de 2011". Tendo o Conselho de Administração do BES apresentado a seguinte proposta:

"O Conselho de Administração do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. vem submeter à apreciação e discussão dos Senhores Accionistas o Relatório Consolidado de Gestão, as contas consolidadas e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A., referentes ao exercício de 2011, propondo a sua aprovação."

Ponto Quatro: "Deliberar sobre a aplicação de resultados." O Conselho de Administração do BES apresentou a seguinte proposta:

"O Conselho de Administração do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. propõe:

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 376 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o Relatório de Gestão, que o prejuízo apurado no exercício de 2011, no valor de 133 089 418,85 euros (cento e trinta e três milhões, oitenta e nove mil e quatrocentos e dezoito euros e oitenta e cinco cêntimos), seja afecto à rubrica do balanço de "Outras reservas e resultados transitados".

A Mesa foi informada então de que se encontravam presentes ou representados Accionistas titulares de 1 018 548 690 acções, correspondentes a 69,70 % do capital social, totalizando 10 185 446 votos.

Passou-se à votação das propostas, em separado.

E posta à votação, a proposta relativa ao ponto dois da ordem de trabalhos, foi aprovada por maioria de 10 177 042 votos a favor, com 453 votos contra e 4.173 votos de abstenção, num total de 10 181 668 votos presentes.

E posta à votação, a proposta relativa ao ponto três da ordem de trabalhos, foi aprovada por maioria de 9 831 297 votos a favor, com 1 875 votos contra e 348 496 votos de abstenção, num total de 10 181 668 votos presentes.

Finalmente, posta à votação a proposta relativa ao ponto quatro da ordem de trabalhos, foi aprovada por maioria de 10 179 040 votos a favor, com 503 votos contra e 2 125 votos de abstenção, num total de 10 181 668 votos presentes.

Entrou-se no ponto cinco: "Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização do BES.", tendo a accionista BESPAR SGPS, S.A. apresentado a seguinte proposta:

"Tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 455, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais, que determina que a Assembleia Geral, na sua reunião anual, proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

Considerando o acerto das medidas de gestão tomadas pelo Conselho de Administração do BES durante o exercício de 2011, em plena crise financeira da zona euro;

Considerando, igualmente, a forma empenhada como a Comissão de Auditoria desempenhou as suas funções de fiscalização;

Propõe-se que a Assembleia Geral aprove um voto de confiança e de louvor ao Conselho de Administração da sociedade e à Comissão de Auditoria, e a cada um dos respectivos membros."

(...)
E posta à votação, a mesma foi aprovada por maioria de 10 161 750 votos a favor, com 10 055 votos contra e 7 220 votos de abstenção, num total de 10 179 025 votos presentes.

Passou-se ao ponto seis da ordem de trabalhos: "Deliberar sobre as Declarações da Comissão de Vencimentos e do Conselho de Administração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e de fiscalização, e dos demais dirigentes do BES."

A Comissão de Vencimentos apresentou a seguinte declaração (6.A) sobre a política de remuneração dos órgãos sociais do Banco Espírito Santo, S.A.:

"Considerando que:

1 - Na sequência da aprovação da Lei 28/2009, de 19 de Junho, a Assembleia Geral Anual de 2010 aprovou a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização que lhe foi apresentada pela Comissão de Vencimentos;

2 - Na avaliação anual efectuada à estrutura de remunerações do BES, a Comissão de Vencimentos concluiu pela actualidade, nos seus aspectos essenciais, da política de remunerações aprovada no ano de 2010, devendo a mesma ser alterada de acordo com as novas exigências decorrentes da aprovação do Decreto-Lei 88/2011, de 20 de Junho, bem como do Aviso do Banco de Portugal 10/2011;

Face ao exposto, a Comissão de Vencimentos do BES propõe que a Assembleia Geral aprove a «Declaração Sobre Política de Remuneração dos Membros do Órgão de Administração e de Fiscalização» para 2012".

(...)
E posta à discussão a proposta 6.A, como ninguém tivesse querido usar da palavra, foi posta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 10 130 816 votos a favor, com 10 263 votos contra e 34 246 votos de abstenção, num total de 10 175 325 votos presentes.

E o Conselho de Administração apresentou a seguinte declaração (6.B) sobre a política de remuneração dos demais dirigentes do Banco Espírito Santo, S.A.:

"Considerando que:

1 - A Assembleia Geral de 2010 aprovou a política de remuneração dos Dirigentes do BES, com base na proposta então apresentada pelo Conselho de Administração;

2 - Na avaliação anual efectuada à estrutura de remunerações dos seus Dirigentes, o Conselho de Administração entende ser de manter a referida política de remunerações, nos seus aspectos essenciais, inserindo apenas as actualizações necessárias para a sua adaptação ao exercício de 2012;

O Conselho de Administração do BES propõe que a Assembleia Geral aprove a «Declaração Sobre Política de Remuneração dos Dirigentes», que constitui o Anexo à presente proposta".

(...)
E posta à discussão a proposta 6.B, como ninguém tivesse querido usar da palavra, foi posta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 10 127 026 votos a favor, com 9 920 votos contra e 38 379 votos de abstenção, num total de 10 175 325 votos presentes.

O Presidente da Mesa entrou no ponto sete da ordem de trabalhos: "Proceder à aprovação de alterações ao "Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros" aplicável aos administradores executivos do BES". A Comissão de Vencimentos apresentou uma proposta que se transcreve:

Considerando que:

1 - A Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 aprovou um «Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros», regulamentando a atribuição de instrumentos financeiros aos membros da Comissão Executiva enquanto forma de remuneração variável;

2 - As novas exigências legais e regulamentares decorrentes da aprovação do Decreto-Lei 88/2011, de 20 de Junho, bem como do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, implicam a aprovação de alterações ao Plano aprovado em Abril de 2010, aproveitando-se para proceder a algumas actualizações ao mesmo;

3 - Em particular, propõem-se as seguintes principais alterações:

a) Prever a possibilidade de atribuir opções para aquisição de acções a serem exercidas em prazos superiores a 3 anos;

b) Adaptar as regras de atribuição de acções às novas exigências em matéria de diferimento da remuneração variável e da sua composição com instrumentos financeiros;

c) Estabelecer um princípio de retenção sobre as acções atribuídas;

d) Alterar a regulamentação dos efeitos da reforma sobre a atribuição de acções ou opções a administrador executivo.

Nestes termos, a Comissão de Vencimentos propõe a aprovação do «Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros» que se encontra em anexo, e que reproduz o Plano original de 2010, com as alterações efectuadas".

(...)
A proposta foi posta à discussão. Como ninguém tivesse querido usar da palavra, o presidente da Mesa passou à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 10 148 001 votos a favor, com 21 768 votos contra e 4 841 votos de abstenção, num total de 10 174 610 votos presentes.

Entrou-se no ponto oito: "Proceder à aprovação de alterações ao "Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros" aplicável aos Dirigentes do BES". O Conselho de Administração apresentou uma proposta do seguinte teor:

"Considerando que:

1 - A Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 aprovou um «Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros», regulamentando a atribuição de instrumentos financeiros aos Dirigentes do BES enquanto forma de remuneração variável;

2 - As novas exigências legais e regulamentares decorrentes da aprovação do Decreto-Lei 88/2011, de 20 de Junho, bem como do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, implicam a aprovação de alterações ao Plano aprovado em Abril de 2010, aproveitando-se para proceder a algumas actualizações ao mesmo;

3 - Em particular, propõem-se as seguintes principais alterações:

a) Prever a possibilidade de atribuir opções para aquisição de acções a serem exercidas em prazos superiores a 3 anos;

b) Estabelecer um princípio de possível retenção sobre as acções atribuídas;

c) Alterar a regulamentação dos efeitos da reforma sobre a atribuição de opções.

Nestes termos, o Conselho de Administração propõe a aprovação do «Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros» que se encontra em anexo, e que reproduz o Plano original de 2010, com as alterações efectuadas".

E posta à discussão como ninguém tivesse querido usar da palavra, passou-se à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria de 10 148 355 votos a favor, com 21 596 votos contra e 4 604 votos de abstenção, num total de 10 172 973 votos presentes.

Passou-se de seguida ao ponto nove da ordem de trabalhos:

"Proceder à designação dos órgãos sociais para o quadriénio de 2012 a 2015, com excepção dos membros da Mesa da Assembleia Geral" tendo a BESPAR SGPS, S.A. apresentado a proposta seguinte:

"Considerando que:

a) O mandato dos actuais órgãos sociais terminou no passado dia 31 de Dezembro de 2011;

b) Tendo a Mesa da Assembleia Geral sido eleita no início da presente reunião, importa eleger os restantes órgãos sociais para o quadriénio de 2012 a 2015, no respeito das exigências e recomendações das autoridades de supervisão, nomeadamente no que respeita á composição do Conselho de Administração, Comissão de Auditoria e Mesa da Assembleia Geral relativamente aos requisitos de independência de todos ou parte dos seus membros;

A BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. propõe que seja deliberado, para o mandato de 2012 a 2015:

1. Eleger para o Conselho de Administração os Exmos. Senhores:

Alberto Alves de Oliveira Pinto (Presidente)
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Vice-Presidente)
Bruno Bernard Marie Joseph de Laage de Meux (Vice-Presidente)
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
Aníbal da Costa Reis de Oliveira
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
João Eduardo Moura da Silva Freixa
Pedro Mosqueira do Amaral
Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho
João de Faria Rodrigues
Antônio Bornia
Marc Olivier Tristan Oppenheim
Michel Jacques Mathieu
Vincent Claude Pacaud
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral
Stanislas Ribes
Horácio Lisboa Afonso
Pedro João Reis de Matos Silva

2. Designar como Presidente e Vice-Presidentes do Conselho de Administração:

Alberto Alves de Oliveira Pinto (Presidente)
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Vice-Presidente)
Bruno Bernard Marie Joseph de Laage de Meux (Vice-Presidente)

3. Eleger como membros da Comissão de Auditoria os Administradores:

Horácio Lisboa Afonso (Presidente)
Pedro João Reis de Matos Silva
João de Faria Rodrigues

que reúnem os requisitos de independência e cumprem os requisitos em matéria de incompatibilidade e especialização impostos pelo artigo 423-B do Código das Sociedades Comerciais.

4. Eleger para a Comissão Executiva os Exmos. Senhores:

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Presidente)
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
João Eduardo Moura da Silva Freixa
Stanislas Ribes

5. Que a responsabilidade de cada Administrador seja caucionada por alguma das formas previstas no artigo 396 do Código das Sociedades Comerciais.

6. Que os membros eleitos para os órgãos sociais do "Banco Espírito Santo, S.A.", para o mandato de 2012 a 2015, nos termos da presente proposta iniciem imediatamente as suas funções".

O Presidente da Mesa pôs a proposta à discussão. Como ninguém quis usar da palavra, passou à votação da mesma tendo sido aprovada por maioria de 9 416 450 votos a favor, com 750 495 votos contra e 6 028 votos de abstenção, num total de 10 172 973 votos presentes.

Passou-se ao ponto dez: "Proceder à designação do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, efectivo e suplente, para o quadriénio de 2012 a 2015".

A Comissão de Auditoria do BES apresentou uma proposta do seguinte teor:

"Considerando que:

a) Em 2006, o Banco Espírito Santo, S.A. adoptou o modelo de governo anglo-saxónico, composto por um Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria como órgão de fiscalização, e por um Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas;

b) De acordo com o disposto na alínea m) do artigo 423º-F do Código das Sociedades Comerciais, compete à Comissão de Auditoria «propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas»;

c) Nos termos da Recomendação III.1.3 do Código de Governo das Sociedades, a Comissão de Auditoria então em funções emitiu o Parecer Anexo, datado de 22 de Fevereiro de 2012 e com o qual concordamos, em que fundamenta a apresentação à presente Assembleia Geral de uma proposta para nomeação do actual Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas para um novo mandato;

d) Foi previamente sujeita a votação na presente Assembleia Geral a proposta para eleição dos órgãos sociais do Banco Espírito Santo, S.A., incluindo a designação da Comissão de Auditoria, para o quadriénio de 2012 a 2015;

Pelo que antecede, nos termos do disposto nos artigos 11º nº 1, 27º alínea h) e 28º, do Contrato de Sociedade do Banco Espírito Santo, S.A., bem como do disposto nos artigos 415º, 446º nº 1 e 423º-F alínea m), do Código das Sociedades Comerciais, e sujeita à verificação da aprovação da proposta assinalada no antecedente Considerando d), a Comissão de Auditoria do Banco Espírito Santo, S.A. propõe à Assembleia Geral que sejam nomeados como Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas (AE/ROC) efectivo e como Revisor Oficial de Contas (ROC) suplente, do BES, para exercerem funções no quadriénio 2012/2015:

- AE/ROC efectivo – KPMG & Associados, SROC, S.A. (SROC nº 189) representada por: Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131);

- ROC suplente – Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC nº 1233)

(...)
E posta à discussão como nenhum Accionista tenha querido usar da palavra, o Presidente da Mesa pô-la à votação tendo sido aprovada por maioria de 10 161 276 votos a favor, com 8 842 votos contra e 2 777 votos de abstenção, num total de 10 172 895 votos presentes.

Entrou-se no ponto onze: "Proceder à designação dos membros para a Comissão de Vencimentos, para o quadriénio de 2012 a 2015" tendo a BESPAR SGPS, S.A. apresentado a seguinte proposta:

"Considerando que:

A Comissão de Vencimentos é um elemento essencial na estrutura de Governo do Banco, determinando a remuneração dos seus órgãos sociais, devendo ser composta por membros que sejam independentes do Conselho de Administração e que assegurem aos accionistas a necessária isenção e liberdade de juízo na sua actuação;

Propõe-se que seja deliberado designar, para o mandato de 2012 a 2015, os seguintes representantes para a Comissão de Vencimentos do Banco Espírito Santo, S.A.:

- Dr. Daniel Proença de Carvalho
- Dr. Jacques dos Santos
- Engenheiro Álvaro Pinto Correia

Propõe-se, ainda, que os membros da Comissão de Vencimentos aufiram uma remuneração fixa de mil e quinhentos euros, paga doze vezes ao ano".

A proposta foi posta à discussão. Nenhum Accionista desejou usar da palavra pelo que se passou à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria de 10 165 292 votos a favor, com 6 304 votos contra e 1 299 votos de abstenção, num total de 10 172 895 votos presentes.

Passou-se ao ponto doze: "Deliberar sobre uma proposta de aquisição e alienação de acções e de obrigações próprias pelo BES ou por sociedades deste dependentes".

O Conselho de Administração do BES apresentou a proposta de aquisição e alienação de acções e de obrigações próprias pelo BES ou por sociedades deste dependentes.

(...)
A proposta foi colocada à discussão e como nenhum Accionista tivesse querido usar da palavra foi posta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 10 137 541 votos a favor, com 32 736 votos contra e 2 618 votos de abstenção, num total de 10 172 895 votos presentes.

(...)
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas treze horas e quinze minutos, dela se lavrando a presente acta que vai assinada pelos Membros da Mesa e pelo Secretário da Sociedade.